ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLII Nº 240

Brasília - DF, quarta-feira, 16 de dezembro de 2015

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 9
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 12
Ministério da Cultura 14
Ministério da Defesa 16
Ministério da Educação 17
Ministério da Fazenda 24
Ministério da Integração Nacional 32
Ministério da Justiça 34
Ministério da Saúde 50
Ministério das Cidades 92
Ministério das Comunicações 92
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos 95
Ministério de Minas e Energia 96
Ministério do Desenvolvimento Agrário 105
Ministério do Esporte 108
Ministério do Meio Ambiente 109
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 110
Ministério do Trabalho e Previdência Social 113
Ministério dos Transportes 114
Ministério Público da União 123
Tribunal de Contas da União 125
Poder Judiciário 125
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 125

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.588, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera o Decreto nº 8.005, de 15 de maio de 2013, que dispõe sobre o remanejamento, em caráter temporário, de cargos em comissão para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 8.005, de 15 de maio de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam remanejados, até 1º de fevereiro de 2016, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa
João Luiz Silva Ferreira

DECRETO Nº 8.589, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera o Decreto nº 8.579, de 26 de novembro de 2015, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Governo da Presidência da República.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 8.579, de 26 de novembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

IV - .....

j) sessenta e dois DAS 102.3;

.....

l) sessenta e oito DAS 102.1; e

....." (NR)

"Art. 3º .....

Parágrafo único. Ficam mantidas até a dispensa expressa as designações para Gratificação de Representação da Presidência da República e para Gratificação de Exercício em Cargo de Confiança existentes nos órgãos extintos de que trata o **caput** na data de entrada em vigor deste Decreto." (NR)

"Art. 4º .....

Parágrafo único. O Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República fará publicar no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o Anexo II, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagas, suas denominações e seus níveis." (NR)

"Art. 13. Enquanto não entrar em vigor o Decreto da Estrutura Regimental do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, a Secretaria Nacional de Juventude manterá a atual estrutura do Decreto nº 7.688, de 2 de março de 2012, e integrará a Secretaria de Governo da Presidência da República.

Parágrafo único. Não se aplica aos cargos em comissão da Secretaria Nacional de Juventude o disposto nos art. 3º e art. 4º." (NR)

"Art. 15. Este Decreto entra em vigor no dia 4 de janeiro de 2016." (NR)

Art. 2º O Anexo I ao Decreto nº 8.579, de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º .....

I - planejar, coordenar, supervisionar, dirigir e controlar a execução das atividades internas relacionadas aos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Serviços Gerais - SISG, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA e de Organização e Inovação Institucional - SIORG;

....." (NR)

Art. 3º O Anexo II ao Decreto nº 8.579, de 2015, passa a vigorar na forma do Anexo I a este Decreto.

Art. 4º O Anexo III ao Decreto nº 8.579, de 2015, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo II a este Decreto.

Art. 5º Ficam sob a responsabilidade do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República ou a quem este delegar:

I - a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN;

II - a prevenção da ocorrência e a articulação do gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional; e

III - a coordenação das atividades de inteligência no âmbito do Governo federal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor no dia 17 de dezembro de 2015.

Art. 7º Fica revogado o parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 8.579, de 26 de novembro de 2015.

Brasília, 15 de dezembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

AVISO

CIRCULOU EM 15/12/2015 A EDIÇÃO EXTRA Nº 239-A
Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

(Anexo II ao Decreto nº 8.579, de 26 de novembro de 2015)

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS GRATIFICAÇÕES DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

UNIDADE	QTDE	DENOMINAÇÃO	NE/DAS/FG
	2	Assessor Especial	102.6
ASSESSORIA ESPECIAL	1	Chefe da Assessoria Especial	101.6
	4	Assessor Especial	102.5
	4	Assessor	102.4
	2	Assistente Técnico	102.1
SECRETARIA-EXECUTIVA DO PROGRAMA BEM MAIS SIMPLES	1	Secretário-Executivo	101.5
	3	Gerente de Projeto	101.4
	2	Assistente	102.2
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	101.5
	1	Gerente de Projeto	101.4
	3	Assessor	102.4
	3	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Assessoria Internacional	1	Chefe de Assessoria	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente Técnico	102.1
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Secretário-Executivo Adjunto	101.5
	2	Assessor	102.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	101.4
	2	Assistente	102.2
Coordenação	1	Coordenador	101.3
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	1	Diretor	101.5
	1	Gerente de Projeto	101.4
	1	Assessor	102.4
	3	Assessor Técnico	102.3
DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Gestão Interna	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1	Secretário	101.6
	1	Secretário de Administração-Adjunto	101.5
	1	Assessor Especial	102.5
	1	Assessor	102.4
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	101.4
	3	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral de Relações Públicas	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
	4	Assistente Técnico	102.1
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS	1	Diretor	101.5
	1	Assessor	102.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Planejamento Orçamentário e Financeiro	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
	4	Assistente	102.2
	3	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	1	Coordenador-Geral	101.4
	3	Assessor Técnico	102.3
	3	Assistente	102.2
	3	Assistente Técnico	102.1
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	1	Diretor	101.5
	4	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	2	Coordenador	101.3
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	3	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	4	Assistente	102.2
	9	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	2	Assistente Técnico	102.1
	5	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas	1	Coordenador-Geral	101.4
	3	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Gestão de Informações Funcionais	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	4	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Apoio a ex-Presidentes da República	8	Assessor Especial de ex-Presidente	102.5
	8	Assessor de ex-Presidente	102.4
	8	Assistente de ex-Presidente	102.2
	8	Assistente Técnico de ex-Presidente	102.1
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS	1	Diretor	101.5
	2	Assessor	102.4
	1	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	2	Coordenador	101.3
	2	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Engenharia	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assessor Técnico	102.3
	3	Assistente	102.2

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais
A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015121600002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	2	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Licitação e Contrato	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
	4	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Transporte	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Administração Geral	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	4	Coordenador	101.3
	1	Assessor Técnico	102.3
	6	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
DIRETORIA DE TECNOLOGIA	1	Diretor	101.5
	2	Assessor Técnico	102.3
	2	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Operações e Atendimento a Usuários	1	Coordenador-Geral	101.4
	5	Assistente	102.2
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	3	Chefe	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Soluções de Tecnologia	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Assistente	102.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	4	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Redes de Tecnologia da Informação e Telecomunicações	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Assistente	102.2
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Segurança das Informações em Meios Tecnológicos	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Serviço	2	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Centro de Dados	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Serviço	1	Chefe	101.1
SUBCHEFIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES	1	Subchefe	NE
	1	Subchefe Adjunto	101.5
	4	Assessor Especial	102.5
	9	Assessor	102.4
	6	Assessor Técnico	102.3
	7	Assistente	102.2
	7	Assistente Técnico	102.1
SUBCHEFIA DE ASSUNTOS FEDERATIVOS	1	Subchefe	NE
	1	Subchefe Adjunto	101.5
	5	Assessor Especial	102.5
	9	Assessor	102.4
	5	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	7	Assistente Técnico	102.1
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA	1	Secretário Especial	NE
	1	Secretário-Adjunto	101.5
	1	Diretor de Programa	101.5
	3	Gerente de Projeto	101.4
	4	Assessor Técnico	102.3
	4	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	101.4
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Normas	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Integração	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL	1	Presidente	101.5
	2	Diretor	101.4
	1	Secretário-Geral	101.3
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
	3	Assistente Técnico	102.1
DEPARTAMENTO DE COMPETITIVIDADE E GESTÃO	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Competitividade e Gestão	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
DEPARTAMENTO DE MERCADOS E INOVAÇÃO	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Acesso a Mercados	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Inovação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL	1	Secretário	101.6
	1	Secretário-Adjunto	101.5
	2	Assessor Especial	102.5
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES POLÍTICO-SOCIAIS	1	Diretor	101.5
	5	Assessor	102.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Precursor	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Informações	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Projetos Especiais	1	Coordenador-Geral	101.4
DEPARTAMENTO DE DIÁLOGOS SOCIAIS	1	Diretor	101.5
	1	Assessor	102.4
Coordenação-Geral de Movimentos Urbanos	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral de Movimentos do Campo e Territórios	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	1	Diretor	101.5
	1	Assessor	102.4
Coordenação-Geral de Participação Social na Gestão Pública	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Mecanismos e Instâncias de Participação Social	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Participação Social	1	Coordenador-Geral	101.4
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR E MOBILIZAÇÃO CIDADÃ	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Processos Formativos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Educação Popular e Mobilização Cidadã	1	Coordenador-Geral	101.4
Escritório Especial em Altamira - Estado do Pará	1	Chefe	101.5
	1	Coordenador-Geral	101.4

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	1	Secretário	101.5
	2	Assessor Técnico	102.3
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Auditoria e Planejamento	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
	3	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Auditoria e Contabilidade	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Auditoria e de Fiscalização de Atos de Pessoal	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Correição	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente Técnico	102.1

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTDE.	VALOR TOTAL
NE	6,41	4	25,64
101.6	6,27	3	18,81
101.5	5,04	25	126,00
101.4	3,84	51	195,84
101.3	2,10	38	79,80
101.2	1,27	12	15,24
101.1	1,00	14	14,00
102.6	6,27	2	12,54
102.5	5,04	24	120,96
102.4	3,84	47	180,48
102.3	2,10	62	130,20
102.2	1,27	83	105,41
102.1	1,00	68	68,00
TOTAL		**433**	**1.092,92**

c) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DAS GRATIFICAÇÕES DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTDE	VALOR TOTAL
Grupo 0002 (B)	0,58	2	1,16
Grupo 0003 (C)	0,53	5	2,65
Grupo 0004 (D)	0,48	12	5,76
Grupo 0005 (E)	0,44	8	3,52
TOTAL		27	13,09

ANEXO II

(Anexo III ao Decreto nº 8.579, de 26 de novembro de 2015)

".....

d) Secretaria de Governo da Presidência da República

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGES/MP PARA A SEGOV/PR	
		QTDE	VALOR TOTAL
101.6	6,27	3	18,81
101.5	5,04	25	126,00
101.4	3,84	51	195,84
101.3	2,10	38	79,80
101.2	1,27	12	15,24
101.1	1,00	14	14,00
102.6	6,27	2	12,54
102.5	5,04	24	120,96
102.4	3,84	47	180,48
102.3	2,10	62	130,20
102.2	1,27	83	105,41
102.1	1,00	68	67,00
TOTAL		**429**	**1.067,28**

....." (NR)

DECRETO Nº 8.590, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Aprova o Estatuto Social da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo, o Estatuto Social da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 7.122, de 3 de março de 2010.

Brasília, 15 de dezembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Joaquim Vieira Ferreira Levy

ANEXO

ESTATUTO SOCIAL DA EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pelo Decreto nº 3.848, de 26 de junho de 2001, consoante autorização constante da Medida Provisória nº 2.155, de 22 de junho de 2001, e da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, é regida pelo presente Estatuto Social e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º A EMGEA tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional.

Art. 3º O prazo de duração da EMGEA é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO OBJETO

Art. 4º A EMGEA tem por objeto adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da administração pública federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas.

CAPÍTULO III
DO CAPITAL SOCIAL

Art. 5º O capital social da EMGEA é de R$ 9.057.993.039,73 (nove bilhões, cinquenta e sete milhões, novecentos e noventa e três mil, trinta e nove reais e setenta e três centavos), totalmente integralizado pela União.

Parágrafo único. O capital social da EMGEA poderá ser alterado nas hipóteses previstas em lei.

CAPÍTULO IV
DOS RECURSOS

Art. 6º Constituem recursos da EMGEA:

I - receitas de qualquer natureza, provenientes do exercício de suas atividades;

II - rendas de aplicações financeiras;

III - recursos de capital, inclusive os resultantes da conversão em espécie de bens e direitos;

IV - rendas de bens patrimoniais;

V - doações de qualquer origem ou natureza; e

VI - outras receitas e rendas eventuais.

CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO ESTATUTÁRIA

Art. 7º A EMGEA tem a seguinte estrutura:

I - Conselho de Administração;

II - Diretoria Executiva; e

III - Conselho Fiscal.

Parágrafo único. A EMGEA é administrada pelo Conselho de Administração, como órgão de orientação superior das suas atividades e com funções deliberativas, e pela Diretoria Executiva.

Art. 8º O Regimento Interno da EMGEA, aprovado pelo Conselho de Administração, definirá e estabelecerá:

I - a estrutura organizacional e funcional da EMGEA e as competências específicas das unidades da administração executiva;

II - as atribuições de seus Diretores; e

III - as normas gerais de funcionamento da EMGEA.

Seção I
Dos Órgãos Estatutários

Art. 9º Os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal deverão ser brasileiros, residentes e domiciliados no País, de notórios conhecimento e experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o exercício do cargo.

§ 1º Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal serão nomeados pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos pelo Conselho de Administração.

§ 3º O Conselho de Administração designará o membro da Diretoria Executiva que substituirá o Diretor-Presidente.

Art. 10. As reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal e a Diretoria Executiva deverão ocorrer com a presença da maioria de seus membros.

§ 1º As deliberações dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes e serão registradas no livro de atas.

§ 2º Nas deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, os respectivos Presidentes terão, além do voto pessoal, o de desempate.

§ 3º Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva não participarão das discussões e das deliberações sobre assuntos que envolvam conflito de interesses, cumprindo-lhes comunicar seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e a extensão de seu interesse.

§ 4º As matérias em que se configure conflito de interesses, conforme disposto no § 3º, serão objeto de deliberação em reunião especial exclusivamente convocada para essa finalidade, sem a presença do interessado, sendo-lhe assegurado o acesso à ata de reunião e aos documentos referentes às deliberações, no prazo de até trinta dias.

Art. 11. Nas deliberações do Conselho Fiscal, é facultado ao Conselheiro dissidente consignar seu voto divergente na ata da reunião e comunicá-lo ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

Art. 12. A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal corresponderá a dez por cento da remuneração mensal média dos Diretores.

Parágrafo único. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 13. Não podem participar da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal da EMGEA, além dos impedidos por lei:

I - os condenados por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, contra a fé pública, contra a propriedade, ou condenados a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

II - os que detenham controle ou participação relevante no capital social de pessoa jurídica inadimplente com a EMGEA ou que lhe tenha causado prejuízo ainda não ressarcido, estendendo-se esse impedimento aos que tenham ocupado cargo de administração em pessoa jurídica nessa situação nos últimos cinco exercícios sociais imediatamente anteriores à data da eleição ou da nomeação;

III - os declarados falidos ou insolventes;

IV - os que tenham detido o controle ou participado da administração de pessoa jurídica em recuperação judicial, falida ou insolvente, no período de cinco anos anteriores à data da eleição ou da nomeação, salvo na condição de síndico, comissário ou administrador judicial;

V - sócio, cônjuge, ascendente, descendente ou parente colateral ou afim, até o terceiro grau, de membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva;

VI - os que prestarem consultoria ou ocuparem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscais;

VII - os que tenham causado prejuízo não ressarcido à EMGEA ou lhe sejam devedores;

VIII - os que participarem de sociedades em mora com a EMGEA;

IX - os declarados inabilitados em ato da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e

X - os que estejam em litígio judicial contra a EMGEA, inclusive em ações coletivas.

Art. 14. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva, ao assumirem e deixarem seus cargos e durante o prazo de gestão ou mandato, prestarão declaração de bens, renovada anualmente, ou autorizarão o acesso a sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

§ 1º Findo o prazo de gestão ou o mandato, o membro do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal deverá permanecer no exercício da função até a investidura dos novos membros.

§ 2º Na hipótese de recondução, o novo prazo de gestão do membro do Conselho de Administração ou do mandato do membro do Conselho Fiscal será contado a partir do término do anterior.

Art. 15. Os indicados para membro do Conselho de Administração e para Diretor serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo único. O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva será contado a partir da data da posse, que deverá ocorrer em até trinta dias da publicação do ato de nomeação.

Art. 16. O prazo de mandato dos membros do Conselho Fiscal será contado a partir da data da nomeação.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal, ao serem nomeados, ficam imediata e automaticamente investidos nas prerrogativas do cargo.

Art. 17. Além dos casos previstos em lei, a vacância do cargo ocorrerá quando:

I - o membro do Conselho de Administração ou Fiscal deixar de comparecer, sem justificativa, a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, no intervalo de doze meses; ou

II - o integrante da Diretoria Executiva afastar-se do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de férias, licença ou nos casos autorizados pelo Conselho de Administração, nos termos do presente Estatuto.

Seção II

Do Conselho de Administração

Art. 18. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada da EMGEA responsável por fixar a orientação geral dos negócios e aprovar o planejamento estratégico e orçamentário da empresa, em consonância com a política do Governo federal, bem como acompanhar a sua execução.

Art. 19. O Conselho de Administração será composto por cinco membros, da seguinte forma:

I - três membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, entre eles o Presidente do Conselho;

II - um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

III - o Diretor-Presidente da EMGEA.

§ 1º O Diretor-Presidente da EMGEA não poderá ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração, ainda que em caráter temporário.

§ 2º O prazo de gestão dos membros designados deve ser unificado e terá duração de três anos, permitida a recondução.

§ 3º O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus integrantes.

Art. 20. Compete ao Conselho de Administração:

I - fixar a política e as diretrizes básicas da EMGEA e acompanhar a sua execução;

II - aprovar o planejamento estratégico e orçamentário da EMGEA, em consonância com a política do Governo federal, e acompanhar a sua execução;

III - eleger e destituir os Diretores da EMGEA, fixando-lhes as atribuições, observado o disposto nos arts. 23, 24 e 25;

IV - examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da EMGEA, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos relacionados à empresa;

V - pronunciar-se, previamente à decisão do Ministro de Estado da Fazenda, sobre as seguintes matérias:

a) relatório da administração, demonstrações financeiras, orçamento de capital de que trata o art. 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e destinação do resultado do exercício;

b) alteração do capital social;

c) cisão, fusão ou incorporação; e

d) celebração de acordo de acionistas, nos termos do Decreto nº 1.091, de 21 de março de 1994;

VI - designar e destituir o titular da Auditoria Interna, a partir de proposta do Diretor-Presidente, aprovada pela Controladoria-Geral da União;

VII - autorizar e homologar a contratação de auditores independentes e a rescisão dos referidos contratos;

VIII - autorizar a aquisição, a alienação e a oneração de bens imóveis de uso do ativo não circulante;

IX - fiscalizar, avaliar e deliberar sobre a gestão da Diretoria Executiva;

X - reunir-se, no mínimo uma vez por ano, sem a presença do Diretor-Presidente da EMGEA, para aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAINT;

XI - deliberar sobre as propostas que lhe forem apresentadas pela Diretoria Executiva, por intermédio do Diretor-Presidente;

XII - aprovar as alçadas operacionais do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva e autorizar a sua delegação, especialmente em relação a contratos e operações financeiras;

XIII - manifestar-se, previamente ao encaminhamento de pedidos ao Ministério da Fazenda, sobre as seguintes matérias:

a) quadro de pessoal;

b) plano de cargos e salários, benefícios, vantagens e outras parcelas que componham a retribuição dos empregados, inclusive a participação nos lucros ou resultados;

c) remuneração global ou individual dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza, verbas de representação e parcela variável da remuneração, prevista no art. 152 da Lei nº 6.404, de 1976; e

d) alteração estatutária;

XIV - aprovar as diretrizes de governança corporativa;

XV - aprovar:

a) seu regimento;

b) o regimento interno da EMGEA;

c) o regulamento de licitação; e

d) o regulamento de pessoal;

XVI - conceder férias ou licença de natureza facultativa ao Diretor-Presidente;

XVII - definir e aprovar a defesa de que trata o art. 34;

XVIII - requisitar, conjuntamente ou por quaisquer de seus membros, a realização de auditorias especiais;

XIX - avaliar formalmente, ao término de cada ano, seu próprio desempenho e o da Diretoria Executiva;

XX - aprovar o Código de Ética e o Código de Conduta da EMGEA; e

XXI - decidir sobre os casos não discriminados neste Estatuto.

Seção III

Da Diretoria Executiva

Art. 21. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, ao qual cabe assegurar o funcionamento regular da EMGEA, de acordo com a orientação definida pelo Ministério da Fazenda e pelo Conselho de Administração.

Art. 22. A Diretoria Executiva da EMGEA terá a seguinte composição:

I - um Diretor-Presidente; e

II - até quatro Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão de três anos, permitida a recondução.

§ 2º Findo o prazo de gestão, o membro da Diretoria Executiva deverá permanecer no exercício da função até a investidura dos novos membros.

§ 3º É assegurado aos membros da Diretoria Executiva o gozo de férias anuais, proporcionais ao período trabalhado no respectivo ano, não cumulativas com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem, vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

§ 4º A Diretoria Executiva se reunirá sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou pela maioria de seus integrantes.

Art. 23. A Diretoria Executiva tem as atribuições e os poderes que este Estatuto e o Conselho de Administração lhe conferem para assegurar o funcionamento regular da EMGEA.

Art. 24. Compete à Diretoria Executiva, no exercício de suas atribuições e respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

I - gerir as atividades da EMGEA e avaliar os seus resultados;

II - planejar as atividades da EMGEA e formular, entre outros, o planejamento estratégico e o orçamentário, a serem submetidos ao Conselho de Administração;

III - aprovar normas e promover atividades referentes ao planejamento, à organização, ao funcionamento e ao controle das atividades e operações da EMGEA;

IV - instituir e administrar a política de recursos humanos da EMGEA;

V - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração e as recomendações do Conselho Fiscal;

VI - autorizar os contratos e as operações de que trata o inciso XII do **caput** do art. 20 que estejam em sua alçada;

VII - elaborar, a cada exercício, o relatório da administração, as demonstrações financeiras, o orçamento de capital e a proposta de destinação do resultado do exercício, na forma da legislação vigente, e submetê-los à Auditoria Independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal;

VIII - submeter à apreciação do Conselho de Administração as matérias que dependam de sua deliberação ou de seu conhecimento;

IX - colocar à disposição dos Conselhos de Administração e Fiscal pessoal qualificado para secretariá-los e prestar-lhes apoio técnico; e

X - fornecer, quando solicitados, esclarecimentos ou informações aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Seção IV
Do Diretor-Presidente

Art. 25. São atribuições do Diretor-Presidente:

I - representar a EMGEA em juízo ou fora dele, podendo constituir mandatários para esse fim;

II - dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades da EMGEA;

III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

IV - designar, entre os Diretores, os Diretores substitutos, em caso de ausência, impedimento ou vacância dos titulares;

V - admitir, dispensar, promover, designar para o exercício de função de confiança, transferir, licenciar e punir empregados, na forma da lei, permitida a delegação;

VI - praticar os atos de gestão não incluídos nas atribuições privativas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva;

VII - delegar poderes a titulares de cargos de direção ou chefia e constituir mandatários por prazo certo, admitida, no caso de mandato judicial, a indeterminação do prazo;

VIII - solicitar ao Presidente do Conselho Fiscal a convocação extraordinária do colegiado;

IX - cumprir e fazer cumprir as deliberações emanadas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;

X - manter os Conselhos de Administração e Fiscal informados sobre as atividades da EMGEA; e

XI - conceder aos Diretores férias ou licenças de natureza facultativa.

Seção V
Do Conselho Fiscal

Art. 26. O Conselho Fiscal será constituído por três membros efetivos, e seus suplentes.

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Fiscal terá duração de um ano, permitida a recondução.

§ 2º Um dos membros do Conselho Fiscal, juntamente com seu suplente, será representante da Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º O Presidente do Conselho Fiscal será eleito na primeira reunião do colegiado.

Art. 27. O Conselho Fiscal se reunirá mensalmente, em caráter ordinário, e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente.

Parágrafo único. No caso de vacância, renúncia ou impedimento eventual de membro titular, seu suplente o substituirá ou completará seu mandato.

Art. 28. Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em virtude de disposição legal:

I - fiscalizar os atos dos administradores da EMGEA e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;

II - opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação do Ministro de Estado da Fazenda;

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas ao Ministro de Estado da Fazenda, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV - denunciar aos órgãos de administração da EMGEA e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da empresa, ao Ministério da Fazenda os erros, fraudes, crimes ou ilícitos de que tomarem conhecimento, e sugerir providências úteis à EMGEA;V - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e as demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela EMGEA;

VI - pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração;

VII - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros e outros documentos e requisitar informações;

VIII - elaborar e aprovar o seu regimento interno;

IX - solicitar à Auditoria Interna ou à auditoria externa esclarecimentos, informações ou apuração de fatos específicos; e

X - apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria Executiva que indique, no prazo de trinta dias, três peritos, que poderão ser pessoas físicas ou jurídicas, com notória experiência na área em questão, entre os quais o Conselho Fiscal escolherá um, cujos honorários serão de responsabilidade da EMGEA.

§ 1º O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer de seus membros, poderá solicitar aos órgãos de administração esclarecimentos ou informações, desde que relativas à função fiscalizadora e à elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais.

§ 2º As atribuições e os poderes conferidos ao Conselho Fiscal por lei não poderão ser outorgados a outro órgão da EMGEA.

§ 3º Os membros do Conselho Fiscal comparecerão às reuniões do Conselho de Administração nas quais sejam deliberados assuntos sobre os quais o Conselho Fiscal deverá opinar, nos termos dos incisos II e III do **caput**.

CAPÍTULO VI
DA AUDITORIA INTERNA

Art. 29. A EMGEA disporá de Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, ao qual esta deverá se reportar diretamente.

§ 1º O membro titular da Auditoria Interna será designado e destituído pelo Conselho de Administração, a partir de proposta do Diretor-Presidente, aprovada pela Controladoria-Geral da União.

§ 2º Na hipótese de vacância do cargo de titular da Auditoria Interna, se não houver imediata designação de novo titular, o Diretor-Presidente indicará um interino, que será submetido à aprovação do Conselho de Administração.

§ 3º Na hipótese de afastamentos eventuais por férias, licenças-prêmio, licenças-saúde e outros afastamentos legais, o titular da Auditoria Interna, ou o interino, escolherá um substituto, entre os empregados e comissionados lotados na Auditoria Interna, e o designará de forma ordinária, em conformidade com o regulamento interno.

§ 4º Compete à Auditoria Interna executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional da EMGEA, além de propor as medidas preventivas e corretivas e verificar o cumprimento e a implementação, pela EMGEA, de recomendações ou determinações efetuadas pela Controladoria-Geral da União, pelo Tribunal de Contas da União e pelos Conselhos de Administração e Fiscal.

CAPÍTULO VII
DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 30. O exercício social coincidirá com o ano civil, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos da legislação sobre as sociedades por ações e ao presente Estatuto.

Parágrafo único. As demonstrações financeiras de que trata o **caput** serão auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Art. 31. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, com base na legislação vigente e na escrituração contábil, as demonstrações financeiras aplicáveis à EMGEA, exprimindo com clareza a situação do patrimônio da empresa e as mutações ocorridas no exercício.

§ 1º O resultado, após a absorção de eventuais prejuízos acumulados e deduzida a provisão para o Imposto sobre a Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, terá a seguinte destinação:

I - cinco por cento para constituição da reserva legal destinada a assegurar a integridade do capital, até que ela alcance o limite legal;

II - vinte e cinco por cento, no mínimo, do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos; e

III - constituição da reserva de aquisição de ativos operacionais, de até setenta e cinco por cento do lucro líquido ajustado, para aquisições de novos ativos operacionais, mediante justificativa técnica aprovada pelo Conselho de Administração, limitada a vinte por cento do valor do capital social.

§ 2º O saldo remanescente poderá ser destinado para a constituição de outras reservas de lucros, devendo a retenção de lucros ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital, ou para o pagamento de dividendos.

§ 3º O valor da remuneração paga ou creditada a título de juros sobre o capital próprio poderá ser imputado ao valor destinado a dividendos, apurados na forma prevista neste artigo, integrado à respectiva importância, para todos os efeitos legais, nos termos da legislação pertinente.

§ 4º Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, nos termos da legislação em vigor.

§ 5º Os órgãos de administração poderão declarar dividendos intermediários, com base no resultado apurado no decorrer do exercício ou à conta de reservas de lucros.

§ 6º A proposta sobre a destinação do lucro do exercício, após análise conclusiva dos órgãos internos da EMGEA, será submetida à aprovação do Ministro de Estado da Fazenda e deverá ser publicada pela empresa no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da EMGEA, no prazo de até trinta dias, contado da data de aprovação da proposta.

CAPÍTULO VIII
DO PESSOAL

Art. 32. O regime jurídico do pessoal da EMGEA será o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e da legislação complementar, condicionada a admissão à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo único. A EMGEA, enquanto não dispuser de quadro próprio, poderá exercer suas atividades com pessoal cedido pela administração pública federal, mesmo em função não comissionada, nos termos da Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. Os administradores e os conselheiros fiscais são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições.

Art. 34. A EMGEA, por intermédio de sua consultoria jurídica ou mediante advogado especialmente contratado, assegurará aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados em razão da prática de atos no exercício do cargo ou da função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da EMGEA.

§ 1º O disposto no **caput** aplica-se, no que couber e a critério do Conselho de Administração, àqueles que figurarem no polo passivo de processo judicial ou administrativo em decorrência de atos que tenham praticado no exercício de competência delegada pelos administradores.

§ 2º A forma da defesa mencionada no **caput** será definida pelo Conselho de Administração, ouvida a consultoria jurídica da EMGEA.

§ 3º Os ocupantes dos cargos ou funções mencionadas no **caput** e no § 1º que forem condenados por decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou deste Estatuto, ou decorrente de ato culposo ou doloso, deverão ressarcir à EMGEA todos os custos e despesas decorrentes da defesa de que trata o **caput**, além de eventuais prejuízos causados.

§ 4º A EMGEA poderá manter, na forma e na extensão definidas pelo Conselho de Administração, contrato de seguro permanente em favor dos ocupantes dos cargos ou das funções a que se referem o **caput** e o § 1º, para cobertura das despesas processuais e dos honorários advocatícios de processos administrativos ou judiciais contra eles instaurados e relativos às suas atribuições junto à empresa.

§ 5º Fica assegurado às pessoas referidas no **caput** e no § 1º o conhecimento das informações e dos documentos constantes de registros ou de banco de dados da EMGEA indispensáveis à defesa administrativa ou judicial em ações propostas por terceiros em razão de atos praticados durante o mandato ou prazo de gestão.

Art. 35. Aplicam-se à EMGEA, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 6.404, de 1976.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 540, de 15 de dezembro de 2015. Solicita ao Congresso Nacional que seja atribuído o regime de urgência ao projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados com o nº 3.221, de 2015, que "Dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que serão realizados no Brasil, e altera a Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009, que institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal", encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 378, de 5 de outubro de 2015.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 931, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal junto à Agência Espacial Brasileira - PF/AEB com a Procuradoria Federal junto à Fundação Escola Nacional de Administração Pública - PF/ENAP.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, e considerando o disposto no Processo Administrativo nº 00407.010249/2015-45, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal junto à Agência Espacial Brasileira - PF/AEB prestará colaboração à Procuradoria Federal junto à Fundação Escola Nacional de Administração Pública - PF/ENAP nos períodos de 21 a 25 de dezembro de 2015 e 27 a 29 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 50.252, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Institui, no âmbito da Controladoria-Geral da União, o Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal - e-Ouv e a Sala de Monitoramento das Ouvidorias.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o art. 17 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º, § 2º, do Decreto nº 8.109, de 17 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º Ficam instituídos, no âmbito da Controladoria-Geral da União:

I - o Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal - e-Ouv, com objetivo de dar tratamento às seguintes manifestações: denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios; e

II - a Sala de Monitoramento das Ouvidorias, com objetivo de monitorar o tratamento das manifestações de que trata o inciso I do caput.

§ 1º Entende-se por tratamento, para fins desta Portaria, o registro das denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios, bem como o fornecimento das respectivas respostas intermediárias e conclusivas.

§ 2º As denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios podem ser recebidos por outros meios, desde que devidamente registradas no e-Ouv.

Art. 2º Os órgãos e entidades do Poder Executivo federal poderão aderir ao e-Ouv.

§ 1º A adesão será voluntária e mediante manifestação expressa da autoridade competente do órgão ou entidade.

§ 2º A adoção do e-Ouv não exclui a possibilidade de utilização, pelos órgãos e entidades, de outros sistemas para organização dos fluxos internos de tratamento das denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios.

Art. 3º Compete à Controladoria-Geral da União:

I - promover a disponibilização, a gestão, a manutenção e a atualização do e-Ouv e da Sala de Monitoramento das Ouvidorias; e

II - orientar os órgãos e entidades do Poder Executivo federal quanto aos procedimentos referentes à utilização do e-Ouv e da Sala de Monitoramento das Ouvidorias.

Art. 4º Compete aos órgãos e entidades do Poder Executivo federal que aderirem ao e-Ouv:

I - receber denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios, e oferecer respostas aos cidadãos interessados por meio do Sistema;

II - manter entendimentos com as diversas áreas dos órgãos e entidades, levantando as informações necessárias à elaboração de respostas adequadas e tempestivas;

III - resguardar o sigilo da identidade dos cidadãos interessados e demais informações sigilosas;

IV - efetuar o cadastramento de suas Ouvidorias junto à Controladoria-Geral da União e mantê-lo atualizado;

V - criar e administrar o perfil dos servidores cadastrados no e-Ouv, responsabilizando-se por sua atualização; e

VI - seguir as orientações da Controladoria-Geral União quanto aos procedimentos referentes à utilização do e-Ouv e da Sala de Monitoramento das Ouvidorias.

Parágrafo único. As respostas fornecidas pelos órgãos e entidades são de sua responsabilidade, não cabendo à Controladoria-Geral da União, como gestora do e-Ouv e da Sala de Monitoramento das Ouvidorias, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido do sistema ou das informações prestadas, ainda que por terceiros não autorizados.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pela Ouvidoria-Geral da União.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALDIR MOYSÉS SIMÃO

PORTARIA Nº 50.253, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Institui o Programa de Fortalecimento das Ouvidorias.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no exercício das atribuições que lhe conferem o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o art. 17 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º, § 2º, do Decreto nº 8.109, de 17 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Fortalecimento das Ouvidorias, com o objetivo geral de apoiar os órgãos e as entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dos demais Poderes na execução das atividades de ouvidoria.

Art. 2º O Programa de Fortalecimento das Ouvidorias tem como objetivos principais:

I - promover integração das atividades de Ouvidoria;

II- promover o aperfeiçoamento da gestão de processos;

III - promover o uso de novas tecnologias e soluções inovadoras para aperfeiçoar o tratamento das manifestações dos cidadãos;

IV - promover o intercâmbio de informações e de experiências entre as Ouvidorias; e

V - fomentar a capacitação de servidores nas atividades de Ouvidoria.

Art. 3º A participação no Programa de Fortalecimento das Ouvidorias é voluntária e será realizada mediante adesão pela autoridade competente do órgão ou entidade público.

Parágrafo único. A adesão a que se refere o caput se fará mediante assinatura de Termo de Adesão, conforme modelos anexos.

Art. 4º O Programa de Fortalecimento das Ouvidorias oferecerá:

I - realização de cursos e treinamentos sobre atividades de ouvidoria;

II - elaboração e distribuição de material técnico e orientativo para atividades de ouvidoria; e

III - disponibilização do Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv).

Parágrafo único. A Controladoria-Geral da União disponibilizará gratuitamente cópia do código-fonte e materiais virtuais relacionados ao uso do e-Ouv, conforme Termo de Adesão.

Art. 5º Fica instituída, no âmbito do Programa de Fortalecimento das Ouvidorias, a Rede de Ouvidorias, com a finalidade de integrar as informações relacionadas às ações de ouvidoria.

§ 1º A Rede de Ouvidorias será composta pela Ouvidoria-Geral da União e pelas Ouvidorias dos órgãos e entidades que aderirem ao Programa.

§ 2º A Rede de Ouvidorias reunir-se-á periodicamente para debater temas de interesse das ouvidorias e para traçar estratégias conjuntas de atuação.

Art. 6º A execução das ações no âmbito do Programa de Fortalecimento das Ouvidorias não implica desembolso de recursos por parte da Controladoria-Geral da União.

Parágrafo único. As despesas necessárias à plena consecução do objeto do Programa de Fortalecimento das Ouvidorias correrão por conta das dotações orçamentárias dos entes parceiros.

Art. 7º O Programa de Fortalecimento das Ouvidorias será coordenado e implementado pela Ouvidoria-Geral da União.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALDIR MOYSÉS SIMÃO

ANEXO I

Programa de Fortalecimento das Ouvidorias

Termo de Adesão - órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e dos demais Poderes

O ente parceiro, _____ (órgão ou entidade interessada), inscrito no CNPJ/MF _____, localizado(a) na _____, (Rua/Avenida/nº /Bairro/Município - UF) representado por _____ (nome do representante), _____ (cargo ocupado), portador do CPF nº _____, Carteira de Identidade _____ (nº / órgão expedidor - UF), resolve aderir ao Programa de Fortalecimento das Ouvidorias, coordenado e implementado pela Controladoria-Geral da União, por meio do presente Termo, sujeitando-se às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Nos termos do Programa de Fortalecimento das Ouvidorias, instituído pela Portaria CGU nº _____, de _____de _____ de 2015:

I - Incumbe ao ente parceiro em conjunto com a CGU:

a) cumprir os objetivos do Programa, com zelo, tempestividade e boa qualidade dos resultados apresentados, com a observância dos demais princípios da Administração Pública, buscando alcançar eficiência e êxito em suas atividades;

b) elaborar indicadores e, quando possível, divulgar os resultados dos estudos realizados sobre o Programa;

c) adotar as ações necessárias para a realização dos seminários, cursos e treinamentos; e

d) realizar as ações necessárias à promoção de atividades de formação para as ouvidorias.

II - Incumbe ao ente parceiro:

a) debater temas de interesse das ouvidorias e traçar estratégias conjuntas de atuação;

b) comparecer às reuniões periódicas da Rede de Ouvidorias;

c) prestar informações à Ouvidoria-Geral da União a respeito dos seus dirigentes, ouvidores e outros agentes públicos responsáveis pelas atividades de ouvidoria, bem como atualizar tais informações, quando necessário; e

d) fomentar a criação de redes de ouvidorias com os órgãos e entidades sob sua jurisdição.

III - Incumbe ao ente parceiro que adotar o Sistema e-Ouv:

a) promover ampla divulgação do Sistema e-Ouv nas suas dependências e ambientes virtuais, dando conhecimento aos cidadãos a respeito dos procedimentos para registro de manifestações;

b) integrar, quando necessário, o Sistema e-Ouv aos softwares que utiliza;

c) zelar pelo uso adequado do Sistema e-Ouv, comprometendo-se a utilizar os dados que lhe forem disponibilizados somente nas atividades que, em virtude de lei, lhe compete exercer;

d) não vender, ceder ou transferir, a qualquer título, o direito de uso do código-fonte do Sistema e-Ouv e seus conexos;

e) apurar o fato, no caso de uso indevido do Sistema e-Ouv, com vistas a eventual responsabilização administrativa e criminal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

f) reportar à CGU eventuais falhas identificadas no Sistema e-Ouv;

g) prestar suporte aos entes parceiros sob sua jurisdição que utilizarem o Sistema e-Ouv;

h) incluir, obrigatoriamente, a logomarca da CGU e a expressão "desenvolvido pela Controladoria-Geral da União-CGU" em qualquer ação promocional relacionada ao Sistema e-Ouv; e

i) adotar as ações necessárias para a realização dos seminários, cursos e treinamentos para uso do Sistema e-Ouv.

Subcláusula Primeira - O ente parceiro fica autorizado a promover as modificações, totais ou parciais, que julgar necessárias no Sistema e-Ouv, visando sua melhoria e desenvolvimento de novas funcionalidades, cabendo-lhe disponibilizá-las à CGU e ficando assegurada à CGU a propriedade do sistema cedido e das alterações implementadas.

Subcláusula Segunda - Independentemente da efetivação ou não, pela CGU, do registro do Sistema e-Ouv perante os órgãos competentes, o ente parceiro compromete-se a não registrar a solução e a não buscar qualquer forma equivalente de proteção ou apropriação com o fim de permitir a transferência da solução a terceiros.

Subcláusula Terceira - O ente parceiro se compromete a não ceder, locar ou comercializar, no todo ou em parte, a qualquer título, o sistema que ora lhe é cedido, inclusive versão que tenha sido modificada.

Subcláusula Quarta - O ente parceiro se responsabiliza pela correta utilização e guarda de dados, de informações e do código-fonte recebido em decorrência deste Termo de Adesão.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA INEXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA

O presente Termo de Adesão, celebrado a título gratuito, não acarretará a transferência ou a disponibilização de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente Termo de Adesão não sofrerão alterações na sua vinculação funcional com as instituições de origem, às quais cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Este Termo de Adesão terá prazo de vigência indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

O disposto neste Termo de Adesão poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, de comum acordo entre os partícipes, mediante Termo Aditivo devidamente justificado.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO TERMO DE ADESÃO

O presente Termo de Adesão poderá ser denunciado a qualquer tempo, sem ônus para os partícipes, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou, de imediato, na hipótese de descumprimento de qualquer das suas cláusulas e resilido por mútuo acordo ou pela superveniência de norma legal ou administrativa que o torne inexequível.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O ente parceiro providenciará a publicação integral ou resumida deste Termo de Adesão e seus termos aditivos, se houver, no Diário Oficial ou outro instrumento legítimo de publicação, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Termo de Adesão.

_____, ____/____/____.
Local Data

_____
Nome por extenso
Cargo do Responsável

ANEXO II

Programa de Fortalecimento das Ouvidorias

Termo de Adesão - Municípios

O ente parceiro, _____ (órgão ou entidade interessada), inscrito no CNPJ/MF _____, localizado(a) na _____, (Rua/Avenida/no/Bairro/Município - UF) representado por _____ (nome do representante), _____ (cargo ocupado), portador do CPF nº _____, Carteira de Identidade _____ (nº / órgão expedidor - UF), resolve aderir ao Programa de Fortalecimento das Ouvidorias, coordenado e implementado pela Controladoria-Geral da União, por meio do presente Termo, sujeitando-se às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Nos termos do Programa de Fortalecimento das Ouvidorias, instituído pela Portaria CGU nº _____, de _____de _____ de 2015:

I - Incumbe ao ente parceiro em conjunto com a CGU:

a) cumprir os objetivos do Programa, com zelo, tempestividade e boa qualidade dos resultados apresentados, com a observância dos demais princípios da Administração Pública, buscando alcançar eficiência e êxito em suas atividades;

b) elaborar indicadores e, quando possível, divulgar os resultados dos estudos realizados sobre o Programa;

c) adotar as ações necessárias para a realização dos seminários, cursos e treinamentos; e

d) realizar as ações necessárias à promoção de atividades de formação para as ouvidorias.

II - Incumbe ao ente parceiro:

a) prestar informações à Ouvidoria-Geral da União a respeito dos seus dirigentes, ouvidores e outros agentes públicos responsáveis pelas atividades de ouvidoria no ente, bem como atualizar tais informações, quando necessário;

b) promover ampla divulgação do e-Ouv nas suas dependências e ambientes virtuais, dando conhecimento aos cidadãos a respeito dos procedimentos para registro de manifestações;

c) integrar, quando necessário, o Sistema e-Ouv aos softwares que utiliza;

d) zelar pelo uso adequado do Sistema e-Ouv, comprometendo-se a utilizar os dados que lhe forem disponibilizados somente nas atividades que, em virtude de lei, lhe compete exercer;

e) não vender, ceder ou transferir, a qualquer título, o direito de uso do código-fonte do Sistema e-Ouv e seus conexos;

f) apurar o fato, no caso de uso indevido do Sistema e-Ouv, com vistas a eventual responsabilização administrativa e criminal;

g) reportar à CGU eventuais falhas identificadas no Sistema e-Ouv;

h) incluir, obrigatoriamente, a logomarca da CGU e a expressão "desenvolvido pela Controladoria-Geral da União-CGU" em qualquer ação promocional relacionada ao Sistema e-Ouv; e

i) adotar as ações necessárias para a realização dos seminários, cursos e treinamentos para uso do Sistema e-Ouv.

Subcláusula Primeira - O ente parceiro fica autorizado a promover as modificações, totais ou parciais, que julgar necessárias no Sistema e-Ouv, visando sua melhoria e desenvolvimento de novas funcionalidades, cabendo-lhe disponibilizá-las à CGU e ficando assegurada à CGU a propriedade do sistema cedido e das alterações implementadas.

Subcláusula Segunda - Independentemente da efetivação ou não, pela CGU, do registro do Sistema e-Ouv perante os órgãos competentes, o ente parceiro compromete-se a não registrar a solução e a não buscar qualquer forma equivalente de proteção ou apropriação com o fim de permitir a transferência da solução a terceiros.

Subcláusula Terceira - O ente parceiro se compromete a não ceder, locar ou comercializar, no todo ou em parte, a qualquer título, o sistema que ora lhe é cedido, inclusive versão que tenha sido modificada.

Subcláusula Quarta - O ente parceiro se responsabiliza pela correta utilização e guarda de dados, de informações e do código-fonte recebido em decorrência deste Termo de Adesão.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA INEXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA

O presente Termo de Adesão, celebrado a título gratuito, não acarretará a transferência ou a disponibilização de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente Termo de Adesão não sofrerão alterações na sua vinculação funcional com as instituições de origem, às quais cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Este Termo de Adesão terá prazo de vigência indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

O disposto neste Termo de Adesão poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, de comum acordo entre os partícipes, mediante Termo Aditivo devidamente justificado.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO TERMO DE ADESÃO

O presente Termo de Adesão poderá ser denunciado a qualquer tempo, sem ônus para os partícipes, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou, de imediato, na hipótese de descumprimento de qualquer das suas cláusulas e resilido por mútuo acordo ou pela superveniência de norma legal ou administrativa que o torne inexequível.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O ente parceiro providenciará a publicação integral ou resumida deste Termo de Adesão e seus termos aditivos, se houver, no Diário Oficial ou outro instrumento legítimo de publicação, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Termo de Adesão.

_____, ____/____/____.
Local Data

_____
Nome por extenso
Cargo do Responsável

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHOS DO GERENTE
Em 10 de dezembro de 2015

Processo nº 50302.000345/2015-21.
Nº 102 - Empresa penalizada: Companhia Libra de Navegação, CNPJ nº 42.581.413/0001-57. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso interposto, dado que tempestivo, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 14.040,00, pela prática da infração tipificada no inciso I do art. 21 da norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19/6/2012 e R$ 12.375,00, pela prática da infração tipificada no inciso IV do art. 23 da norma aprovada pela Resolução nº 2.920-ANTAQ, 04/06/2013.

Processo nº 50305.002460/2014-21.
Nº 103 - Empresa penalizada: Empresa de Navegação Triângulo Ltda., CNPJ nº 06.325.462/0001-65. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso interposto, dado que tempestivo, para, no mérito, conceder-lhe provimento parcial, afastando a aplicação de penalidade de multa pecuniária pela prática da infração tipificada no inciso XXXIV do art. 20 da norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ, de 23/11/2007, mantendo a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 1.683,00, pela prática da infração tipificada no inciso XXX do art. 20 da mesma norma.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 3.328, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º da Resolução nº 57, de 10 de outubro de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00058.119251/2015-96, resolve:

Art. 1º Alocar, à empresa Oceanair Linhas Aéreas S.A., nos termos dos entendimentos em vigor, 7 (sete) frequências semanais para realização de serviços aéreos mistos entre o Brasil e a Colômbia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 3.310 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Morada do Sol (MT) (Código OACI:SSOY) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 29 de janeiro de 2025. Processo nº 00065.165500/2015-26. Fica revogada a Portaria nº 3181, de 27 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 2 de dezembro de 2015, Seção 1, página 3.

Nº 3.311 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Alegria (MG) (Código OACI:SNBU) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.029025/2015-25.

Nº 3.312 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Alegria (MT) (Código OACI:SJOX) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.134469/2015-81.

Nº 3.313 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Tapiraguaia (MT) (Código OACI:SJZE) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.134477/2015-28.

Nº 3.314 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Califórnia (MS) (Código OACI:SIMS) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.157872/2015-89.

Nº 3.315 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Continental (SP) (Código OACI:SWBP) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.159051/2015-87.

Nº 3.316 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Canuanã (TO) (Código OACI:SNHE) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.158859/2015-47.

Nº 3.317 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Goiasa (GO) (Código OACI:SIAG) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.149217/2015-57.

Nº 3.318 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Locks (MT) (Código OACI:SNNL) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.143880/2015-48.

Nº 3.319 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Água Boa (MS) (Código OACI:SIKO) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.157923/2015-72.

Nº 3.320 - Inscrever o aeródromo privado Jonis Pereco (MG) (Código OACI:SDZW) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.141676/2015-92.

Nº 3.321 - Inscrever o aeródromo privado Clube CÉU (RJ) (Código OACI:SDZV) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.145002/2015-67.

Nº 3.322 - Inscrever o aeródromo privado Nossa Senhora do Loreto (RS) (Código OACI:SJDU) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.017852/2015-76.

Nº 3.323 - Inscrever o aeródromo privado A2 Aviação Agrícola Ltda (MT) (Código OACI:SIJQ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.101821/2015-01.

Nº 3.324 - Inscrever o heliponto privado Condomínio Laguna (AL) (Código OACI:SNLX) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.153671/2013-41.

Nº 3.325 - Inscrever o heliponto privado Vila Adail 2 (SP) (Código OACI:SIDX) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.159929/2015-84.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTÁVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIAS DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, resolve:

Nº 3.306 - Autorizar o Funcionamento e Homologar os cursos teóricos de Piloto Privado de Avião, Piloto Privado de Helicóptero, Piloto Comercial de Avião, Piloto Comercial de Helicóptero, Instrutor de Voo de Avião, Instrutor de Voo de Helicóptero e Voo por Instrumentos da AVI - Academia de Voo Internacional Escola de Aviação Civil, por 5 (cinco) anos, situado à Rua Siqueira Campos, n° 3609, Bairro Santa Cruz, São José do Rio Preto - SP, CEP: 15025-055. Processo nº 00065.163812/2014-14.

Nº 3.307 - Autorizar o funcionamento da Escola de Aviação Civil Aerofly e Cursos Preparatórios Ltda, por 5 (cinco) anos, situada à Rua 9, Quadra 16, nº 5, Morada Nobre, Valparaíso de Goiás - GO, CEP: 72870-360 e homologar os Cursos de Piloto Privado de Avião, parte teórica, e de Mecânico de Manutenção Aeronáutica, habilitação Célula, da Escola de Aviação Civil Aerofly e Cursos Preparatórios Ltda, por 5 (cinco) anos. Processo nº 00065.012443/2015-83.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 103, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 13 e 45 do Anexo I do Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.007854/2015-81, resolve:

Art. 1º Suspender o credenciamento do TÜV SÜD SDFK Laboratório de Análise de Produtos Ltda, CNPJ nº 55.953.079/0001-67, localizado na avenida Aratãs, nº 754, Bairro Moema, CEP: 04.081-004, São Paulo/SP, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Ficam suspensos os ensaios da área de Físico-Química de Produtos de Origem Animal até que sejam implementadas ações corretivas eficazes relativas às não conformidades identificadas pelo MAPA durante auditoria realizada no período de 30/11 a 04/12/2015.

Art. 3º Convalidar a suspensão acauteladora emitida em 08 de dezembro de 2015, conforme Art. 54 da Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA
COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS
1ª TURMA DE JULGAMENTO REGIONAL

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Ao décimo sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às nove horas, no 7º andar do prédio do Ministério da Agricultura, sito na Esplanada dos Ministérios, bloco D, sala 703, Brasília/DF, reuniu-se a Primeira Turma de Julgamento Regional - 1ª TJR-CER/PROAGRO, para dar início aos trabalhos de julgamento dos processos constantes da pauta de sua segunda reunião ordinária, sob a presidência de o representante titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Gabriel Vinicius Lavagnini (Presidente da 1ª TJR/CER/PROAGRO). Presentes os representantes legais das instituições que compõem o colegiado, como segue: Elmiro Farias Neto, do Banco Central do Brasil - BACEN; Élder Linton Alves de Araújo, do Ministério do Planejamento - MP; Eline Amorim Xavier, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Paulo de Oliveira Poleze, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Othon Antônio de Sá Pedreira, do Ministério da Fazenda - MF e Getúlio Moura de Siqueira, do Banco do Brasil - BB. Ausentes os representantes das demais entidades que compõe o colegiado, a saber: da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB; da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e da Associação Brasileira das Empresas de Planejamento Agropecuário - ABEPA. Participaram também desta reunião a Senhora Alessandra Helena do Espírito Santo (MAPA), como secretária da reunião, Luis Felipe Cadore Flores e Julio Leite Cardoso (BACEN) como ouvintes. Foram submetidos a julgamento 82 (noventa e nove) recursos administrativos dirigidos à CER, de mutuários de diversas Instituições Financeiras: 49 (quarenta e dois) do Banco do Brasil, 12 (doze) do Banco do Nordeste do Brasil, 20 (vinte) do SICREDI, 1 (um) da SICOOB, autuados em processos, os quais estão discriminados no termo de convocação e pauta de julgamento, sendo que 17 (dezessete) tiveram seus recursos acolhidos, 65 (sessenta e cinco) negados. Os processos julgados são: 02(dois) da safra 2005/2006, 01(um) da safra 2008/2009, 4 (quatro) da safra 2009/2010, um (um) da safra 2010/2011, vinte e um (vinte e um) da safra 2011/2012, 10 (dez) da safra 2012/2013, 27 (trinta e sete) da safra 2013/2014 e 6(seis) da safra 2014/2015; dos quais 44 (quarenta e quadro) são PROAGRO "MAIS" e 38 (trinta e oito) PROAGRO "TRADICIONAL". Nada mais havendo a tratar, os trabalhos transcorreram de forma contínua até às doze horas do dia dezessete de novembro de dois mil e quinze, do que para constar, eu Alessandra Helena do Espírito Santo, na condição de secretária da reunião, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada pelos presentes, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

GABRIEL V LAVAGNINI
Presidente da 1ª Turma

ALESSANDRA HELENA DO ESPÍRITO SANTO
Secretária

4ª TURMA DE JULGAMENTO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 22/09/2015 e 23/09/2015, resolve: negar ao(s) pedido(s) de indenização, por unanimidade na votação, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Nome do Recorrente	Ref. Bacen	Proagro
01	374	2014	Beverli Fenner Bez	120770604	Tradicional
02	473	2014	João Bork	100501156	Proagro mais
03	478	2014	Pedro Alfredo Vogt	110611948	Mais
04	620	2014	Plinio Gustavo Fenner	120817622	Tradicional
05	873	2014	Fabiana Leske do N. Schreiner	130464817	Tradicional
06	1018	2014	Darci Seidel	130654347	Mais
07	1146	2014	Roselei Fatima Becker Anziliero	131859955	Mais
08	1177	2014	Dorilda Buss	130531518	Mais
09	11	2015	Alfredo Assis Ochoa	130753365	Mais
10	12	2015	Ambrósio Ribichi	130590969	Mais
11	13	2015	Artur Hamerski	130967434	Tradicional
12	16	2015	Moacir Antonio Catappan	120255456	Tradicional
13	17	2015	Nina Rosa Kerber Vieira	120296971	Tradicional
14	78	2015	Eliseo Peretto	100511712	Mais
15	81	2015	Alvaro Luis Breda	140371138	Mais
16	82	2015	Arlei Carraro	140373083	Mais
17	83	2015	Ari Carlos Breda	140372454	Mais
18	85	2015	Claudio Luiz Spies	140353282	Mais
19	87	2015	Eugenio Pluta	140605346	Mais
20	89	2015	Joel Dariva	140353086	Mais
21	91	2015	Leandro Stefanello	140741710	Mais
22	93	2015	Lidio Cappellari	140376165	Mais
23	94	2015	Nelso Jorge Skupin	140620442	Mais
24	96	2015	Sandro Augusto Ferrari	140698100	Mais
25	97	2015	Sandinara Pelicioli	140376222	Mais
26	98	2015	Sandro Augusto Ferrari	140697562	Mais
27	99	2015	Silvino Zini	140523130	Mais
28	112	2015	Sidemar Schmoller	140163171	Mais
29	159	2015	Stephani Radaelle Hammel	140237594	Mais
30	172	2015	Eliane Alba Benachio	131495837	Mais
31	175	2015	Sesarlei Martinelli	140628242	Mais
32	202	2015	Antonio Carlos Maria De Siqueira	110295640	Tradicional
33	254	2015	Adriano Frizo	140265941	Tradicional
34	255	2015	Catiucia Bosko Schirmer	140433434	Tradicional
35	257	2015	Darci Sergio Pfeifer	140484327	Tradicional
36	261	2015	Gladimir Dorneles Bittencourt	140255322	Tradicional
37	262	2015	Gilberto Pedro Nedel	140237541	Tradicional
38	264	2015	Jorge Adalberto Muller	140181089	Tradicional
39	267	2015	Milton Sergio Piecha Minuzzi	130757915	Tradicional
40	269	2015	Onório Luiz Rodigheri	140256920	Mais
41	270	2015	Paulo Henrique Braga Píres	140191890	Tradicional
42	271	2015	Paulo Gilberto Muller	140181088	Tradicional
43	273	2015	Ademar Baldissera	140219594	Mais
44	276	2015	Alceu Luiz Martinelli	140219871	Mais
45	278	2015	Aures Tedesco	120338246	Mais
46	280	2015	Carlos Gelvani Sonemann	110557119	Mais
47	283	2015	Daniele Fernanda Cargnelutti	140109762	Mais
48	284	2015	Darci Pedro Magnabosco	140221551	Mais
49	285	2015	Delcio Lauri Bender Bayer	140190989	Mais
50	286	2015	Diandra Maron	140081760	Mais
51	287	2015	Elio Dorneles Junior	131035525	Mais
52	288	2015	Evandro Carlos Forgiarini	140252392	Mais
53	289	2015	Geraldo Markoski	140193265	Mais
54	290	2015	Gildo Verissimo Da Silveira	110807988	Mais
55	291	2015	Giovani Brotto	140199443	Mais
56	294	2015	Jandir Strada	140207960	Mais
57	295	2015	João Carlos Bertochi	140209733	Mais
58	297	2015	Leir Ferreira	140130122	Mais
59	298	2015	Miguel Jose Weschenfelder	120066698	Mais
60	309	2015	Pedro Sansigolo	130549480	Mais
61	310	2015	Solange De Mello Henz	110801407	Mais
62	337	2015	Cristiano Jose Cargnelutti	140084099	Tradicional
63	340	2015	Grasiele Ribas Prevedello Massoco	110826122	Tradicional
64	342	2015	Luana Gomes Baptista Massoco	110826123	Tradicional
65	343	2015	Márcio Domingos Ozelame	140158683	Tradicional
66	344	2015	Paula Gabriela Dalla Porta	140271570	Tradicional
67	345	2015	Vanessa Wilhelm	140281424	Tradicional
68	372	2015	Arlete Moskala Mrovinski	140611495	Mais
69	378	2015	Airton Steffen	140692017	Tradicional
70	381	2015	Argemiro Santo Garbossa	140553644	Tradicional
71	427	2015	Davi Jose Angst	140572812	Mais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

72	428	2015	Dealmo Schneider	140416145	Mais
73	431	2015	Eduardo Fredrich	140488258	Mais
74	433	2015	Gilberto Luiz Wille	140348596	Mais
75	434	2015	Inácio Romeu Maldaner	131335445	Mais
76	435	2015	Gelson Fior Mena Barreto	140508675	Mais
77	436	2015	Ivalino Luiz Castro	131885711	Mais
78	438	2015	José Pedro Gerevini	131776515	Mais
79	440	2015	Leo Filiciani	140652692	Tradicional
80	441	2015	Lucir Carra	131512523	Mais
81	444	2015	Marcos Aurelio Irgang Buch	140376387	Mais
82	447	2015	Miguel Golin	140908203	Mais
83	448	2015	Maicon Andre Salvador	140311805	Mais
84	449	2015	Roberto Nicolodi	140874083	Tradicional
85	451	2015	Osvino Racho	140518773	Tradicional
86	454	2015	Rogerio Klein	140369685	Mais
87	455	2015	Renato Dalla Corte Debona	132243527	Tradicional
88	460	2015	Tatiane Tengaten	140373401	Mais
89	461	2015	Tereza Edviges Mosfiak	140559463	Tradicional
90	462	2015	Thiago Hamerski Zavalhia	140845793	Mais
91	482	2015	Vilson Rensch	140382100	Tradicional
92	483	2015	Wilmar Knop	140228292	Mais
93	486	2015	Andreia Bonatto	140213445	Mais
94	487	2015	Ana Carolina Kerber Vieira	140043597	Tradicional
95	489	2015	Carlos Eduardo Vincenzi	140110311	Tradicional
96	492	2015	Debora Teresinha Prestes Hofmann	140301391	Mais
97	493	2015	Elio Erico Lenz	140033639	Tradicional
98	498	2015	Ivalino Pedro Braganholo	140105140	Tradicional
99	500	2015	Jeferson Turra	140291810	Tradicional
100	501	2015	José Otavio Hartmann	140256870	Mais
101	503	2015	Juliano Mughiuuti Hippler	140410501	Mais
102	504	2015	Juliana Schereiber	140480550	Mais
103	506	2015	Luan Gabriel Bueno	140308393	Mais
104	507	2015	Milton Júlio Wangrat	140497545	Tradicional
105	509	2015	Nelson Batista	140285652	Mais
106	512	2015	Vilson João Caus	140229168	Mais
107	513	2015	Volmir João Tremea	140281488	Mais
108	514	2015	Salete Regina Kronbauer Biegelm	140248342	Mais
109	515	2015	Jaime Augusto Missio	140139309	Tradicional
110	538	2015	Antonio Canzi	131375831	Tradicional
111	540	2015	Darci Luiz Zili	131768394	Mais
112	541	2015	Eli Alves Dos Santos	132564572	Mais
113	542	2015	Fabiana Pradella Ferreira	131344791	Mais
114	544	2015	Juliano Colet	140483641	Mais
115	545	2015	Jonas Da Silva Trezzi	131750014	Mais
116	546	2015	Odete Antonia Menegol	140231810	Mais
117	549	2015	Marcos Joaquim Canzi	131688137	Tradicional
118	550	2015	Marcos Joaquim Canzi	131562537	Tradicional
119	552	2015	Renata Toledo	131873327	Mais
120	553	2015	Ricardo Cesar Warken	131537019	Tradicional
121	555	2015	Valdenei Ávila Carvalho	131407561	Mais
122	583	2015	Bernardino Gasparin	140214105	Tradicional
123	586	2015	Fernando Alex Emmel	140238473	Mais
124	594	2015	Gelson Sidnei Tretter	140251370	Tradicional
125	596	2015	Hilário Pautz	140273178	Mais
126	602	2015	Ivandro Orbach	140078925	Mais
127	604	2015	Luiz Flávio Vargas	140117812	Tradicional
128	627	2015	Marcos Preussler	140082555	Mais
129	629	2015	Nelson Antonio Lucca	140222083	Mais
130	695	2015	Altair De Rê	140518571	Mais
131	696	2015	Araci Amelia Zavaglia Kruger	140212180	Mais
132	697	2015	Ary Dal Witt Dos Santos	140886655	Tradicional
133	700	2015	Diomar Pedon	140828793	Mais
134	707	2015	Nivia Mara Grahl De Oliveira	140777143	Mais
135	712	2015	Suzete Gonçalves Brouwers	140299951	Mais
136	721	2015	Herberto De Quadros Nogueira	140259031	Tradicional
137	722	2015	Leandromar Francisco Marcon	140681703	Mais
138	724	2015	Luiz Vilmar Denardin	140228416	Tradicional
139	727	2015	Juliano Pigatto	140635457	Tradicional
140	730	2015	Renato Ludwig	140782410	Tradicional
141	731	2015	Semente Lazzarotto Ltda	140846912	Tradicional
142	732	2015	Sergio Fritsch	140854449	Tradicional
143	733	2015	Venceslau Felipiaki	141063794	Mais
144	972	2015	Olavo Tomazi	110000539	Tradicional

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

VITOR AUGUSTO OZAKI
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 7 DE JUNHO DE 2015

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS , ocorrida nos dias 22/09/2015 e 23/09/2015, resolve: negar por maioria na votação ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Nome do Recorrente	Ref. Bacen	Proagro
01	176	2015	Vanerlei Francio	140284307	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

VITOR AUGUSTO OZAKI
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 22/09/2015 e 23/09/2015, resolve: retirar de pauta, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Nome do Recorrente	Ref. Bacen	Proagro
01	281	2015	Clairton Girardi	140246817	Mais
02	637	2015	Remoaldo Guisso	131858915	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

VITOR AUGUSTO OZAKI
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 22/09/2015 e 23/09/2015, resolve: negar ao(s) pedido(s) de revisão, por unanimidade na votação, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Nome do Recorrente	Ref. Bacen	Proagro
01	1819	2013	Maria Buchner Dos Santos	110378017	Tradicional
02	1820	2013	Maria Buchner Dos Santos	110378000	Tradicional
03	2393	2013	Rosilei Maria Fabiane Soccol	120000623	Mais
04	461	2014	Joaquim Eudoxio Esteves	130300469	Tradicional

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

VITOR AUGUSTO OZAKI
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 45, DE 7 DE SETEMBRO DE 2015

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 22/09/2015 e 23/09/2015, resolve: acatar ao(s) pedido(s) de revisão, por unanimidade na votação, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Nome do Recorrente	Ref.Bacen	Proagro
01	1169	2013	Lisete Zweigle	110341632	Mais
02	1202	2013	Raul Frizon	110296900	Mais
03	2176	2013	Samuel Ferrari	110499934	Tradicional
04	836	2014	Antonio Rodrigues	131206977	Tradicional
05	1009	2014	Danimar Minetto	132012888	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

VITOR AUGUSTO OZAKI
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Primeira Turma de Julgamento Regional, sediada em Brasília, ocorrida no dia 17/11/2015, resolve: acatar parcialmente, por unanimidade na votação, o(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

ITEM	Nº CER	ANO	MUTUARIO	REF BAC	PROAGRO
1	7	2015	Jorge Luiz Fontolan Esteves	130846149	Tradicional
2	120	2015	Marcos Antonio Ribeiro Pires	130843757	Mais
3	320	2015	Thiago Batista Benicio	140205701	Mais
4	485	2015	Itamar Folador	131828207	Tradicional
5	526	2015	Nelson Pereira De Alvarenga	140059159	Mais
6	531	2015	Adriana Ribeiro De Carvalho	140249563	Mais
7	617	2015	Silvio Aparecido Biagio	140298851	Mais
8	619	2015	Maria Madalena Santana Dos Santos	140336001	Mais
9	765	2015	Cicero José De Souza	125069579	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

VITOR AUGUSTO OZAKI
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Primeira Turma de Julgamento Regional, sediada em Brasília, ocorrida no dia 17/11/2015, resolve: negar por unanimidade na votação ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

ITEM	Nº CER	ANO	MUTUARIO	REF BAC	PROAGRO
1	292	2014	Ana Elvira Oliveira Correia	130723457	Mais
2	293	2014	Ocimar Dos Santos	130711602	Mais
3	321	2014	Izabel Lima Da Silva	130521890	Mais
4	377	2014	João Batista Fonseca Neto	120149656	Tradicional
5	438	2014	João Alves De Freitas	130847826	Mais
6	439	2014	Manoel Gilson De Sousa	130855800	Tradicional
7	845	2014	Luiz Carlos Dos Santos	130688245	Tradicional
8	1001	2014	Ermelio Ortiz Sobrian	130127869	Tradicional
9	1007	2014	Paolla De Souza Dias	120665827	Tradicional
10	1020	2014	Carles Malagutti Camargo	130651302	Tradicional
11	1021	2014	Divino Mendes Vieira	131037914	Tradicional
12	1092	2014	Brasilio Amatti	120001678	Tradicional
13	3	2015	Leo Nilson Rocha Cruz	140670990	Tradicional
14	4	2015	Fabio Damasceno Zandonai	130872811	Tradicional
15	5	2015	Cicero Lopes Filho	130286717	Mais
16	6	2015	Monoel Bezerra De Araujo Netto	140061490	Tradicional
17	80	2015	Rodrigo Antonio Noro	130984037	Tradicional
18	117	2015	Elizabete Aparecida Pereira	140175254	Mais
19	118	2015	Giuliano Bergamaschini Bertolino	130692793	Mais
20	119	2015	Mauricio Kanshiro Nomia	120265337	Mais
21	122	2015	Antonio Carlos Cecato	130863751	Mais
22	123	2015	Jose Augusto Ferrarezzi	130635371	Mais
23	319	2015	Enoque Ferreira Reis	140081350	Mais
24	321	2015	Flavio Franco Rios	130755768	Tradicional
25	322	2015	Diogo Bressan	130628101	Mais
26	323	2015	João Batista Da Paixão	130814292	Mais
27	324	2015	Lucia Helena Essado De Figueiredo	110844957	Tradicional
28	325	2015	Luiz Carlos Dos Santos	130688245	Tradicional
29	326	2015	Euzebio Celestino Dantas	141307712	Tradicional
30	532	2015	Antonio De Oliveira Neves	140304999	Mais
31	533	2015	Cristovam Nonato De Oliveira	140167212	Mais
32	534	2015	João Barbosa Dos Santos	140219021	Mais
33	556	2015	Elizeu José Bernardo	140629822	Mais
34	613	2015	Gilson Cebin	140333933	Mais
35	614	2015	Geraldo Ferreira De Oliveira	140366778	Mais
36	615	2015	Carlos José Rodrigues	140483336	Tradicional
37	618	2015	José Eduardo Detoni	140385149	Tradicional
38	640	2015	Marcelo Aranha De Araujo	140085625	Tradicional
39	641	2015	Stenio De Souza Maynart	140301195	Tradicional
40	655	2015	Riberto Amancio Ferreira	140529706	Tradicional
41	656	2015	Luiz Henrique Lima Maynart	140388992	Tradicional
42	691	2015	Luiz Gonzaga De Macedo	130534141	Tradicional
43	747	2015	Benealdo Gorgatti Barros	140029158	Mais
44	748	2015	Domingo Gondolo	140373915	Tradicional
45	764	2015	Andre Soares De Menezes	140953769	Mais
46	1009	2015	Josefa Adriana Dos Santos Carvalho	140179922	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

VITOR AUGUSTO OZAKI
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 52, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 24/11/2015 e 25/11/2015, resolve: acatar parcialmente, por unanimidade na votação, o(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Nome Do Recorrente	Ref Bac	Proagro
1	303	2015	Norberto Jorge Haas	120084468	Mais
2	304	2015	Otomar Severgnini	130484067	Mais
3	306	2015	Paulo Ricardo Virissimo Da Silveira	110719519	Mais
4	308	2015	Pedro Alfredo Vogt	110611948	Mais
5	379	2015	Alberto Kuskoski	131347522	Mais
6	458	2015	Serafim De Azevedo Cardoso	131740864	Mais
7	459	2015	Tarcisio Cadore	120002446	Tradicional
8	488	2015	Adir Faccin	130547680	Mais
9	502	2015	Juliano Camargo Pazinato	140197553	Tradicional
10	631	2015	Paulo Rógerio De Souza Dauinheimer	140136290	Mais
11	635	2015	Luciano Angelo Cadore	140341824	Mais
12	638	2015	Renan Puerari	130493215	Mais
13	679	2015	Claudio Gomes De Oliveira	130687852	Mais
14	680	2015	Giovane Ortemio Lauser Damian	140242399	Mais
15	682	2015	Leandro Almeida	140516209	Tradicional
16	683	2015	Leir Ferreira	140130122	Mais
17	684	2015	Luiz Valentin Levinski	130679679	Mais
18	710	2015	Rosimar Bittarello Tochetto	140846385	Tradicional
19	717	2015	Cassiano Brandão Dradach	140793571	Mais
20	728	2015	Márcio Jeronimo Tres	140639572	Mais
21	736	2015	Caciane Cecatto	140146468	Mais
22	772	2015	Alverino Ozelame	140484250	Tradicional
23	774	2015	Clovis Antonio Ottonelli	140705252	Mais
24	778	2015	Cassiano Ledermann	140390188	Mais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25	780	2015	Cleusa Sartori Sotti	140355267	Tradicional
26	782	2015	Alceu Kronbauer	140241965	Mais
27	784	2015	Carlito Corazza	140384898	Tradicional
28	787	2015	Delmar Fruhling	140431338	Mais
29	788	2015	Derly Jose Missio	140184875	Tradicional
30	793	2015	Elio Bronstrup	140496048	Mais
31	794	2015	Erno Bauer	140493774	Mais
32	797	2015	Ezequiel Puton	140565608	Tradicional
33	799	2015	Darci Brignoni	140348156	Tradicional
34	800	2015	Gabriel Schiavon Pereira	140897174	Tradicional
35	801	2015	Graciel Deak Martin	140566731	Mais
36	807	2015	Marivaldo Antonio Turra	140329806	Tradicional
37	809	2015	Matheus Durigon	140160893	Tradicional
38	810	2015	Marcia Schoffer	140484426	Mais
39	811	2015	Marli Siepmann Neuberger	140497091	Mais
40	812	2015	Marli Siepmann Neuberger	140493323	Mais
41	824	2015	Jorge Fernando Bellini	140374961	Tradicional
42	825	2015	Jovair Locatelli	140376837	Mais
43	829	2015	Luis Henrique Koch	140457168	Mais
44	830	2015	Sonia Aparecida Dalmazo Santos	140717051	Tradicional
45	832	2015	Rui Alcidio Hass	140564316	Tradicional
46	833	2015	Renato Zafari	140728747	Mais
47	838	2015	Rudimar Miguel Furlanetto	140657438	Mais
48	839	2015	Siliane Adriana Zimmer De Oliveira	140536648	Mais
49	841	2015	Vilmar Marcos Tomasi	140390236	Mais
50	842	2015	Silvio Artur Mayer Carlotto	140893099	Tradicional
51	843	2015	Sandro Marcos Parisi	140731713	Mais
52	844	2015	Protasio José Jacoby	140392691	Mais
53	845	2015	Vani Della Valli	140689915	Tradicional
54	846	2015	Valternei Ceolin	140220563	Tradicional
55	848	2015	Volmar Da Silva	140729710	Mais
56	885	2015	Edison Scariot	140652717	Mais
57	887	2015	Felipe Roberto Broch	140120184	Mais
58	889	2015	Jorge Ré Signor	140257956	Mais
59	890	2015	Luiz Adalberto Diehl	140447168	Mais
60	893	2015	Maria Nair Mello	140187351	Mais
61	895	2015	Olmiro Celeste Burtet	140065751	Tradicional
62	922	2015	Marinez Fatima Zanella	140569779	Mais
63	951	2015	Alexandre Nothen	140064060	Mais
64	952	2015	Arcelio Gulewicz	140788540	Mais
65	990	2015	Sabine Schmidt	140728739	Mais
66	992	2015	Valdelirio Sergio Kunrath	140235253	Tradicional
67	993	2015	Vera Lucia Rosinke	140377003	Mais
68	1002	2015	Rosalino Longhi	140184383	Mais
69	1004	2015	Tiago Longhi	140174904	Mais
70	1082	2015	Nelso Jose Dalla Nora	141332042	Mais
71	1179	2015	Marcel Canzi	140577990	Tradicional
72	1191	2015	Nelson Antonio Bolzan	140697071	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

HUGO BORGES RODRIGUES
Presidente da Comissão Especial de Recursos
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 53, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 24/11/2015 e 25/11/2015, resolve: negar, por unanimidade na votação, o(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Nome Do Recorrente	Ref bac	Proagro
1	260	2015	Fabiane Schepke	140219179	Tradicional
2	377	2015	Astor Luiz Breunig	140659641	Mais
3	430	2015	Clairton Borth	131814884	Mais
4	457	2015	Sergio Domingos Spanholi	140329965	Mais
5	481	2015	Valdir Lohmann	140756431	Mais
6	497	2015	Gildo Jose Lunardi	140101799	Mais
7	573	2015	Leonor Bini Tirloni	110368395	Tradicional
8	575	2015	Adauto Vinicius Bilibio	131232010	Tradicional
9	605	2015	Marcos Antonio Zamberlan	140317554	Tradicional
10	628	2015	Nelson Casali Bosco	140115594	Mais
11	636	2015	Rodrigo Both	140295550	Mais
12	649	2015	Ilceu Peruzzo	140201398	Mais
13	650	2015	Sedineia Giacomolli	140245828	Tradicional
14	651	2015	Volmir Zeni	140194851	Mais
15	678	2015	Angela Gabriela Brun	140093346	Mais
16	698	2015	Bruna Angelica Cossetin Mattioni	140781844	Mais
17	699	2015	Darci Albring	140505958	Mais
18	704	2015	Henrique Ravazio	140767258	Mais
19	705	2015	Jetro Jairo Pilau	140795388	Tradicional
20	706	2015	Marcio Andre Perin	140406650	Mais
21	716	2015	Claudia Roveda	140678693	Mais
22	720	2015	Gilberto Novello	140874211	Mais
23	734	2015	Adão Waskievicz	140392213	Mais
24	735	2015	Alcindo Romero Gonçalves	140147800	Mais
25	739	2015	Nelso Batista Aresi	120157542	Mais
26	741	2015	Oneide Terezinha Lorenzi	140382007	Mais
27	768	2015	Antonio Didoné	140226678	Tradicional
28	776	2015	Claudir Glouvacki	140700409	Mais
29	777	2015	Celso Dalegrave	140734442	Mais
30	783	2015	Adelar José De Oliveira Pinto	140375691	Tradicional
31	785	2015	Dileta Albani Vacaro	140660094	Mais
32	786	2015	Derly Dolci	140184944	Tradicional
33	790	2015	Aires Bedin	140752400	Tradicional
34	791	2015	Adaias Elicker Hahn	140497785	Tradicional
35	795	2015	Elisandro Carletti	140717793	Tradicional
36	796	2015	Eloir Romanini	140742195	Tradicional
37	802	2015	Hugo Jose Miotto	140736541	Mais
38	804	2015	Loivo Antonio Lorenzi	140384907	Tradicional
39	813	2015	Nelio De Carli	140569085	Mais
40	815	2015	Idilio Marciano Pietroski	140525264	Mais
41	817	2015	Itemar Jose Milanesi	141427533	Tradicional
42	818	2015	Irmaos Fialcoff Ltda	140373466	Tradicional
43	819	2015	Neri Calegaro	141597665	Mais
44	823	2015	Jorge Bedin	140885191	Tradicional
45	826	2015	Leandro Rapachi	140363645	Tradicional
46	834	2015	Venicius Joel Basso	140724737	Mais
47	835	2015	Odair Spiecker Preggoda	140308455	Mais
48	836	2015	Olindo Worst	140555484	Tradicional
49	837	2015	Rodrigo José Skibinski	140670586	Mais
50	840	2015	Vilmar Antonio Rossi	141261995	Tradicional
51	847	2015	Valdete Lucia Ceolin Poletto	140384262	Tradicional
52	884	2015	Antonio Santo Urbach	140041593	Mais
53	886	2015	Elir Sadi Dorr	140756643	Mais
54	888	2015	José Antonio Paze	140123870	Mais
55	891	2015	Lauro Schwartz	140216315	Mais
56	892	2015	Mateus Eloy	140132629	Mais
57	894	2015	Marcos Jose Zanol	140506676	Tradicional
58	910	2015	Luiz Dal Soglio	140595995	Mais
59	914	2015	Flavio Francisco Schimith	140640382	Tradicional
60	921	2015	Mauro Antonio Kogik	141480333	Mais
61	923	2015	Mariano Roehrig	140798638	Tradicional
62	953	2015	Gilmar Odorcick	140495762	Mais
63	954	2015	Juniel Luis Romanzini	140411455	Mais
64	955	2015	Laercio Neitzke Mulling	140714803	Mais
65	956	2015	Sandro Luiz Cantoni	140492679	Mais
66	957	2015	Armando Kirst	140147682	Mais
67	985	2015	Gelson Luiz Belini	140696683	Tradicional
68	1000	2015	João Francisco Brochado Rodrigues	140818061	Mais
69	1001	2015	Oli Antonio Freddi	140519906	Tradicional
70	1003	2015	Sergio De Assis Librelotto Rubin	140426936	Tradicional
71	1005	2015	Valdir Andriollo	140040252	Tradicional
72	1070	2015	Paulo Gabriel Muller	140393811	Tradicional
73	1387	2015	Claudio Rogerio Dallabrida	150193412	Tradicional
74	1388	2015	Claúdio Rogerio Dallabrida	150194152	Tradicional

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

HUGO BORGES RODRIGUES
Presidente da Comissão Especial de Recursos
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 54, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS , ocorrida nos dias 24/11/2015 e 25/11/2015, resolve: negar por maioria na votação ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Nome Do Recorrente	Ref bac	Proagro
1	737	2015	Erni Ernesto Boenemann	140143632	Mais
2	740	2015	Nelson Volmer	140773237	Mais
3	798	2015	Ewaldo Alibio Schuh	140544855	Mais
4	915	2015	Ines Mertins Da Conceição	140798573	Mais
5	920	2015	Lucia Josina Da Fonseca	140798555	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

HUGO BORGES RODRIGUES
Presidente da Comissão Especial de Recursos
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 55, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 24/11/2015 e 25/11/2015, resolve: retirar de pauta, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Nome do Recorrente	Ref bac	Proagro
1	789	2015	Darci Adelino Tonelo	140667993	Mais
2	912	2015	Cedinei Anziliero	141845840	Mais
3	913	2015	Clarice Aparecida Aguirre Lansana	141480768	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

HUGO BORGES RODRIGUES
Presidente da Comissão Especial de Recursos
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 56, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 24/11/2015 e 25/11/2015, resolve: pedido de vistas, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Nome do Recorrente	Ref Bac	Proagro
1	445	2015	Marisa Schneider	140328130	Mais
2	773	2015	Ademir Rogério Megier	140172769	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

HUGO BORGES RODRIGUES
Presidente da Comissão Especial de Recursos
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 57, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 24/11/2015 e 25/11/2015, resolve: negar ao(s) pedido(s) de revisão, por unanimidade na votação, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Nome do Recorrente	Ref Bac	Proagro
1	902	2013	Daniel Grotto	110001745	Tradicional
2	1989	2013	Marcos Antonio De Morais	110002045	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

HUGO BORGES RODRIGUES
Presidente da Comissão Especial de Recursos
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 58, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 24/11/2015 e 25/11/2015, resolve: acatar ao(s) pedido(s) de revisão, por unanimidade na votação, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Nome o Recorrente	Ref Bac	Proagro
1	1865	2013	Anderson Luis Roczneski	120000613	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

HUGO BORGES RODRIGUES
Presidente da Comissão Especial de Recursos
Substituto

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Ao vigésimo quarto dia do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às nove horas, na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Recursos - CER/PROAGRO, no Edifício Sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sito à Avenida Loureiro da Silva, nº 515, sala 803, em Porto Alegre/RS, reuniu-se a Quarta Turma de Julgamento Regional - 4ª TJR-CER/PROAGRO, para dar início aos trabalhos de julgamento dos processos constantes da pauta de sua terceira reunião ordinária, sob a presidência de o representante titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Gabriel Vinicius Lavagnini - Presidente da 4ª TJR/CER/PROAGRO. Presentes os representantes legais das instituições que compõem o colegiado, como segue: Elmiro Farias Neto, do Banco Central do Brasil - BACEN; Fábio Avancini Rodrigues, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Fabiano da Rosa Fernandez e Fabricio Luis Coelho, do Banco do Brasil - BB, Eline Amorim Xavier - MDA; Sérgio Luis Feltraco da Organização das cooperativas Brasileiras - OCB e Marcio Roberto Langer e Neiva Carolina - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Ausentes os representantes das demais entidades que compõe o colegiado, a saber: Ministério da Fazenda - MF; Ministério do Planejamento - MP; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; Associação Brasileira das Empresas de Planejamento Agropecuário - ABEPA. Participaram também desta reunião como ouvintes os Senhores Plinio Guerra Rego (BB) e o Senhor Lucas Leonardo Farias Lima, do MAPA, como secretário da reunião. Foram submetidos a julgamento 159 (cento e cinquenta e nove) recursos administrativos dirigidos à CER, de mutuários de diversas Instituições Financeiras: 55 (cinquenta e cinco) do Banco do Brasil, 85 (oitenta e cinco) da SICREDI, 08 (oito), da CRESOL CENTRAL, e 11 (onze)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

do BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, autuados em processos, os quais estão discriminados no termo de convocação e pauta de julgamento, datados de vigésimo quarto dia do mês de novembro do ano de dois mil e quinze e vigésimo quinto dia do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, sendo que 73 (setenta e três) tiveram seus recursos acolhidos, 81(oitenta e um) negados, 3 (três) retirados de pauta e 2 (dois) pedido de vista. Os processos julgados são: 07 (sete) da safra 2011/2012, 2(dois) da safra 2012/2013, 110(cento e dez) da safra 2013/2014 e 35(trinta e cinco) 2014/2015; dos quais 54 (tradicional) são PROAGRO "TRADICIONAL" e 105 (cento e cinco) PROAGRO "MAIS". Nada mais havendo a tratar, os trabalhos transcorreram de forma contínua durante o dia vinte e quatro e foram finalizados às quinze horas do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, eu Lucas Leonardo de farias Lima, na condição de secretário da reunião, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada pelos presentes, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma

LUCAS LEONARDO DE FARIAS LIMA
Secretário

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.860/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.002347/1998-53
Requerente: Departamento de Radiologia da Faculdade de Medicina da USP
CQB: 084/98
Próton: 68505/2015
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 4868/15 publicado em 11/11/2015
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, a responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta, de 26 de outubro de 2015, nomeando Lara Termini, Elisabete C. Miracca, Daniela Bertolini e Simone Maistro para comporem a CIBIo local, informando ainda o deligamento de Andreia Otake e Maria José Gonçalves Benevides

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.861/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.004243/2009-70
Requerente: Embrapa Semiárido
CQB: 315/10
Próton: 70213/2015
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 4869/15 publicado em 11/11/2015
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, a responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta, de 29 de outubro de 2015, nomeando Jacqueline Nascimento Sousa (substituindo Raquel Mota Carneiro Figueiredo), Débora Maria Sansini Freitas e Paulo Ivan Fernandes Júnior pra comporem a CIBIo local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.862/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.000514/2012-13
Requerente: Empresa Brasileira de Diagnósticos Ltda.
CQB: 343/12
Próton: 70325/2015
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 4870/15 publicado em 11/11/2015
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, a responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta, nomeando Juliana del Giúdice Paniago (Presidente), Maria Luísa del Giúdice Paniago e Jordyanne Florêncio Pereira para comporem a CIBIo local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.863/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.003265/1998-26
Requerente: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - Epagri
CQB: 092/98
Próton: 70198/2015
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 4871/15 publicado em 11/11/2015
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta n° 111/2015, de 03 de novembro de 2015, nomeando Ester Wickert (Presidente), Klaus Konrad Scheuermann, Keny Henrique Mariguele e Adriana Pereira para comporem a CIBIo local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.864/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª Reunião Ordinária, ocorrida em 10 de dezembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01200.004644/2014-97
Requerente: Syngenta Seeds Ltda.
Próton: 51.246/2014
CQB: 01/96
Endereço: Rodovia BR-452, Km 142, Uberlândia - MG.
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente.

A CTNBio, após análise da proposta de liberação planejada no meio ambiente de cana-de-açúcar geneticamente modificada, concluiu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. A Syngenta Seeds Ltda., detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB: 01/96 -, solicita liberação planejada no meio-ambiente de experimento com cana-de-açúcar geneticamente modificada expressando genes que conferem aumento no teor de sacarose e produtividade. Os experimentos serão realizados em Uberlândia/MG Gleba 8A e ocuparão uma área total de 5.027,4 m^2 e área com OGM será de 2.613 m^2.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.865/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª Reunião Ordinária, ocorrida em 10 de dezembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001761/2013-18
Requerente: Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes
CNPJ: 61.064.929/0043-28
Endereço: SH/Sul Quadra 06, Conjunto A, Bloco A - Sala 605, Centro Empresarial Brasil 21, Brasília, DF.
Assunto: Liberação comercial de milho geneticamente modificado

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para liberação comercial de milho geneticamente modificado, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. A requerente solicitou à CTNBio parecer técnico para a liberação comercial do milho geneticamente modificado denominado Evento DP-32138-1 expressando a característica de restauração da fertilidade para uso exclusivo nas operações internas de produção de sementes da empresa nos termos da Resolução Normativa no 5 de 12 de Março de 2008. As sementes da linhagem feminina produzidas dessa maneira não contêm a inserção do evento SPT 32138 e, consequentemente, as sementes híbridas F1 produzidas com a utilização destas linhagens parentais fêmeas macho-estéreis como também os grãos comerciais produzidos nos campos não contêm inserto derivado do SPT 32138 e, portanto, não são transgênicos para SPT. O monitoramento deverá ser apresentado pela empresa de acordo com as normas contidas na Resolução Normativa Nº 9, de 02 de dezembro de 2011. A análise da CTNBio considerou os pareceres emitidos pelos membros da Comissão, documentos aportados na Secretaria Executiva da CTNBio pela requerente, resultados de liberações planejadas no meio ambiente e textos relacionados. Foram também considerados e consultados estudos e publicações científicas independentes da solicitante e realizados por terceiros.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.866/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª Reunião Ordinária, ocorrida em 10 de dezembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001883/2014-95
Requerente: Bayer SA
CNPJ: 18.459.628/0001-15
Endereço: Rua Domingos Jorge, 1100, Prédio 9701, Térreo, Bairro Socorro, São Paulo - SP.
Assunto: Liberação comercial de soja geneticamente modificada.

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para liberação comercial de soja geneticamente modificada, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. A requerente solicitou à CTNBio parecer técnico para a liberação comercial da soja geneticamente modificada denominada Eventos FG72 x A5547-127 expressando a característica de tolerância aos herbicidas glifosato, glufosinato de amônio e isoxaflutole nos termos da Resolução Normativa no 05 de 12 de Março de 2008. O monitoramento deverá ser apresentado pela empresa de acordo com as normas contidas na Resolução Normativa Nº 9, de 02 de dezembro de 2011. A análise da CTNBio considerou os pareceres emitidos pelos membros da Comissão, documentos aportados na Secretaria Executiva da CTNBio pela requerente, resultados de liberações planejadas no meio ambiente e textos relacionados. Foram também considerados e consultados estudos e publicações científicas independentes da solicitante e realizados por terceiros.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.867/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª Reunião Ordinária, ocorrida em 10 de dezembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003948/2012-75

Requerente: Dow AgroSciences Sementes & Biotecnologia Brasil Ltda.

CQB: 107/99

Endereço: Av. das Nações Unidas, 14171, 2º andar, Edifício Diamond Tower, Santo Amaro, São Paulo -SP

Assunto: Liberação comercial de soja geneticamente modificada (RN5)

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para liberação comercial de soja geneticamente modificada, concluiu pelo seu DEFERIMENTO. A Dow AgroSciences Sementes & Biotecnologia Brasil Ltda. solicitou à CTNBio Decisão Técnica relativa à biossegurança da soja geneticamente modificada designada "Soja DAS-44406-6", para efeito de sua liberação no meio ambiente, para cultivo, produção, manipulação, transferência, comercialização, importação, exportação, armazenamento, consumo da liberação e do descarte do Organismo Geneticamente Modificado, e de seus derivados para fins comerciais. A soja DAS-44406-6 é portadora do gene aad-12 v1 que codifica a proteína ariloxialcanoato dioxigenase (AAD-12), a qual confere à soja tolerância ao herbicida 2,4-D (ácido 2,4-Diclorofenoxiacético); do gene 2mepsps que codifica a proteína 2mEPSPS, a qual confere tolerância ao herbicida glifosato; e do gene pat v6 que codifica a proteína PAT, a qual confere tolerância ao herbicida glufosinato de amônio. O monitoramento pós-liberação comercial da Soja DAS-44406-6 deverá ser apresentado pela requerente de acordo com as normas contidas na Resolução Normativa Nº 9, de 2 de dezembro de 2011. A análise da CTNBio considerou os pareceres emitidos pelos membros da Comissão, documentos aportados na Secretaria Executiva da CTNBio pela requerente, resultados de liberações planejadas no meio ambiente e textos relacionados. Foram também considerados e consultados estudos e publicações científicas independentes da requerente e realizados por terceiros. A CTNBio considera que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.868/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª Reunião Ordinária, ocorrida em 10 de dezembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003879/2000-66

Requerente: FUNDECITRUS - Fundo de Defesa da Citricultura

CQB: 0130/00

Endereço: Avenida Dr. Adhemar Pereira de Barros, 201, Vila Melhado, Araraquara-SP

Assunto: Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Unidade Operativa: Unidade Operativa de Araraquara (SP)

Extrato Prévio: 4796/2015, publicado em 17/9/15

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, concluiu pelo seu DEFERIMENTO. O FUNDECITRUS - Fundo de Defesa da Citricultura - solicitou à CTNBio incluir no CQB 130/00 duas áreas experimentais sendo Área 1 - 23,21 ha e Área 2 -15,62 ha, totalizando 38,83 ha, na Unidade Operativa de Araraquara (SP). A requerente pretende desenvolver atividades de ensino, liberação planejada no meio ambiente, transporte e descarte de OGM (citros) da classe de risco 1, com finalidade agrícola. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que os OGMs e derivados devem ser utilizados na unidade operativa apenas para os fins propostos. Assim sendo e atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana e animal. No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.869/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de dezembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001182/1997-49

Requerente: Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo/Unifesp

CQB: 028/97

Próton: 25542/15

Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-2

Extrato Prévio: 4620/15 publicado em 25/05/15

Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente à Sala de cultura de células do 7º andar/ECB, de NB-2, para finalidade de pesquisa em regime de contenção. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.870/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de dezembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000102/2013-64

Requerente: Oxitec do Brasil Tecnologia de Insetos Ltda.

CQB: 357/13

Próton: 63624/15

Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1

Extrato Prévio: 4856/15 publicado em 29/10/15

Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento da Unidade Operativa de Campinas, de NB-1, para finalidade de pesquisa em regime de contenção, transporte, avaliação de produto, detecção e identificação, descarte, armazenamento e ensino. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.871/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de dezembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001042/1999-41

Requerente: Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais-CNPEM

CQB: 113/99

Próton: 10157/15

Assunto: Solicitação de Parecer para Projetos NB-2

Extrato Prévio: 4388/15 publicado em 24/03/15

Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projetos de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a serem executados em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominados: "Secreção de glicoproteínas heterólogas em Aspergillus: efeito do padrão de glicosilação em parâmetros funcionais de glicosil hidrolases"; "Análise comparativa do mecanismo de secreção de proteínas heterólogas em Aspergillus nidulans"; "Estudo do padrão de glicosilação no envelamento, secreção e função de enzimas ativas em carboidratos" e "Aspergillus nidulans como modelo para manipulação de genes envolvidos no processo de unfolded protein response". Os projetos foram enviados contendo as informações concernentes à biossegurança. Uma análise caso a caso foi realizada para a elaboração desse parecer.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA

PORTARIA Nº 25, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA do MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 8º da Portaria MCTI nº 555, de 18 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.005480/2015-04, de 04/12/2015, que o software Ambit Capital Management, na versão 2015.1 e versões posteriores, da empresa SUNGARD DO BRASIL SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 04.584.375/0001-05, atende à condição de bem de informática e automação resultado de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, nos termos da Portaria MCTI nº 555, de 18 de junho de 2013 e da Metodologia de Avaliação da Certificação CERTICS para Software, e para os fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, no art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010.

Art. 2º Esse reconhecimento tem validade de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de publicação da portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL AUGUSTO CARDOSO DA FONSECA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Cultura

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

A SECRETARIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA - SAv/MinC, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no regulamento do Concurso Nacional do Brasil do I Programa de Fomento ao Desenvolvimento, Produção e Teledifusão de Obras de Ficção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Linha FICTV CPLP I - Produção, de 07 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º Tornar público o projeto vencedor que celebrará o Contrato de Coprodução de Obra Audiovisual para Televisão:

Nome da proposta	Proponente	Cidade	UF
A Felicidade de Margô	Hedme Almeida	São Paulo	SP

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO VIEIRA RIBEIRO

PORTARIA Nº 154, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

A SECRETARIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA - SAv/MinC, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no regulamento do Concurso Nacional do Brasil do II Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Documentários da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - DOCTV CPLP II, de 07 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º Tornar público o projeto vencedor que celebrará o Contrato de Coprodução de Obra Audiovisual para Televisão:

Nome da proposta	Proponente	Cidade	UF
Por Parte de Pai	Giovanni Francischelli	Rio de Janeiro	RJ

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO VIEIRA RIBEIRO

PORTARIA Nº 155, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 598, de 20 de março de 2015 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO VIEIRA RIBEIRO

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)

1510482 - 15a. Mostra do Filme Livre - MFL 2016
WSet Produções e Serviços Ltda
CNPJ/CPF: 04.039.221/0001-24
Processo: 01400072623201529
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 559.250,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Datas do evento nos CCBBs: RJ 9-03 a 4-4 // SP 16-03 a 7-4 // DF 13-04 a 02-05 // BH 25-05 a 13-06 A Mostra do Filme Livre (MFL) é o maior e quem sabe o principal evento de difusão da produção audiovisual independente brasileira. Em 2015, sua 14a. edição, exibiu 250 filmes nos 4 CCBBs e no circuito de cineclubes, de março a agosto de 2015, tendo um público total superior a 17 mil pessoas. Nascida no CCBB há14 anos, tem sido um dos poucos eventos nacionais a valorizar filmes que buscam alternativas em seu modelo de produção e emsuas soluções estéticas. Mais importante do que o formato, a idade ou o gênero do filme, é a sua relevância como potência/arte,vanguarda transformadora de posições/visões conservadoras.

159401 - Água Turva
Taianá Paim Kretzer
CNPJ/CPF: 066.789.069-69
Processo: 01400069850201577
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 82.800,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a produção de um filme ficcional de curta-metragem digital finalizado em full HD, intitulado "Água Turva", com cerca de 15 minutos de duração. As locações serão no Estado do Rio Grande do Sul. A história ocorre em meados dos anos 70, na cidade de Vacaria - RS e conta a história de Clarisse que, após ser obrigada a fazer um aborto, não consegue superar o trauma e tenta suicidar-se.

1510572 - Araguaia: da nascente à foz- Natureza, histórias e culturas
Brás Rubson Ferreira Barbosa-ME
CNPJ/CPF: 14.939.941/0001-08
Processo: 01400072754201514
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 599.940,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O documentário se justifica pela necessidade de se recuperar a história, os costumes e as culturas dos habitantes que se inter-relacionam com esse monumento brasileiro que é o Rio Araguaia. Populações que são influenciadas diretamente pelo Rio, especialmente os indígenas com suas magníficas tradições culturais. O resgate dessas memórias é necessário e contribui para nossa afirmação como povo brasileiro multicultural. O Rio Araguaia tem foi palco de acontecimentos históricos que, juntos, ajudam a contar a história do desenvolvimento do Brasil Central. Essa história começa com chegada dos primeiros bandeirantes, no ciclo da mineração, com construção das linhas telegráficas, a Marcha para o Oeste com a Fundação Brasil Central, a Expedição Roncador Xingu e a chegada dos agricultores sulistas. O documentário média metragem teráa duração de 52 minutos, com captação e finalização em formato HD 1080p.

1510605 - BON APPETIT! FESTIVAL DE CINEMA E GASTRONOMIA
DEBERTON FILMES E PRODUÇÕES LTDA ME
CNPJ/CPF: 07.202.193/0001-02
Processo: 01400072920201574
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 248.810,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Festival de Cinema e gastronomia, a ser realizado em Fortaleza/CE, de quinta a domingo (data prevista: de 5 a 8 de outubro de 2016), gratuito para todos os públicos. Com a primorosa curadoria de Rubens Ewald Filho, o crítico de cinema mais famoso do Brasil e autor do livro "O Cinema vai à mesa". Aproximadamente 600 minutos de programação, dividido em 7 sessões com produções nacionais e internacionais que abordam a temática, acompanhado de bate-papo com realizadores e chefs da cidade.

159403 - Ciclo da Sustentabilidade
ARAUJO E GRAVES PRODUCOES CINE VIDEO LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.029.723/0001-25
Processo: 01400069852201566
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 590.740,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realizar um documentário média metragem, com a duração de 52 minutos, em formato digital, O Documentário Ciclo da Sustentabilidade visa reconhecer e inspirar pessoas a replicarem as ações com foco na cultura da sustentabilidade seja por meio de iniciativas, práticas, métodos, conteúdos e atividades para solucionar a questão socioambiental integrando a arte e cultura local.

1510580 - Cine Cultura Itinerante
Toptrends Tendências e Soluções em Comunicação Ltda.
CNPJ/CPF: 06.343.838/0001-64
Processo: 01400072762201552
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.154.075,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto tem por objetivo de realizar de uma grande tournée de Cinema Itinerante no Brasil, com o uso de uma Carreta Cinema, que é a própria sala de projeções. Serão ao todo 6 meses de atividades com 15 dias de exibições por mês em cidades a serem definidas pela curadoria e pela produção executiva.Estima-se que o evento será realizade entre Março e Setembro.

158768 - Cine Piquenique
VIVAS CULTURA E ESPORTE LTDA
CNPJ/CPF: 20.389.940/0001-21
Processo: 01400062831201510
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 500.600,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto tem por finalidade a ocupação do espaço público através da difusão da produção audiovisual com exibição de filmes, ações educativas, exposições e feiras de produtos culturais, promovendo um espaço de troca de saberes e vivências aberto ao público, e com isso propiciando o encontro dos mais diversos públicos através da linguagem o audiovisual. Serão realizados 03 eventos no ano de 2016 nos meses de maio, julho e setembro.

158756 - CINEMA PARA VOCÊ 2016
DIGITAL LIVE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO LTDA.
CNPJ/CPF: 12.663.356/0001-94
Processo: 01400062801201511
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 585.842,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realizar 2ª edição do projeto, de outubro a dezembro de 2016, itinerando sala de cinema móvel para exibições gratuitas a toda a população, contemplando 08 semanas de projeto e até 16 cidades brasileiras, para a população das classes C, D e E que não tem acesso às salas de cinema e também as produções cinematográficas. Serão exibidos filmes nacionais e estrangeiros sendo 5 sessões por dia, durante até 5 dias por semana, totalizando 18.200 durante todo o projeto.

154720 - Curta-Metragem "Isobel"
Azzulao e producoes Ltda EPP
CNPJ/CPF: 13.380.347/0001-59
Processo: 01400057591201531
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 149.809,07
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: A presente proposta de projeto cultural consiste na realização do curta-metragem "Isobel", de autoria da cineasta Melina Schleder. Revelando-se como uma expressiva história, repleta de poesia e imagens, sobre uma solitária mulher que não consegue lidar com seus traumas e medos, esta obra cinematográfica intenta viabilizar o acesso ao estilo de curta-metragem de teor "fantástico" e "psicológico", não tão habitual no atual cenário brasileiro, propiciando relevantes reflexões em torno da condição humana. Curta-metragem de até 15 minutos Formato digital.

1510483 - Mariposa
Katia Kreutz
CNPJ/CPF: 032.451.259-76
Processo: 01400072626201562
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 73.550,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto tem o objetivo de produzir um filme curta-metragem de ficção e do gênero suspense, com duração de até 15 minutos e captado/finalizado em HD. O filme, intitulado "Mariposa", será ambientado no interior do estado do Paraná. Como objetivo secundário, o projeto busca fomentar a produção audiovisual naquela região, que atualmente é muito pequena (quase inexistente), mas que possui enorme potencial de desenvolvimento cultural. As etapas do projeto são a preparação/pré-produção, a produção/gravação e a pós-produção do curtametragem, com uma etapa posterior de divulgação/comercialização, por meio do lançamento na internet e do envio do filme para festivais nacionais e internacionais.

1510402 - Mostra Que Loucura é Essa?
VERMELHO FILMES PRODUÇOES LTDA.
CNPJ/CPF: 06.866.682/0001-04
Processo: 01400072445201536
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 599.650,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Trata-se de uma mostra de cinema com uma seleção de filmes centradas em eixos temáticos seguidos de debate que convidam o público a reflexão do que seja ter qualidade na vida do individuo e de sua coletividade. Serão 16 filmes acompanhados de debate a ser realizado ao longo de um ano, em 4 eixos temáticos. Os eventos serão quinzenais sendo realizado no período de abril/2016 a novembro/2016.

159419 - O CINEMA TOTAL DE DAVID LEAN
Firula Filmes
CNPJ/CPF: 07.763.281/0001-83
Processo: 01400069880201583
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 189.550,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O Cinema Total de David Lean é uma retrospectiva dedicada a um dos cineastas mais importantes da historia da sétima arte. Ao longo de três semanas, a obra completa deste seminal realizador britânico sera exibida em película. Para muitos cinéfilos, o nome de David Lean significa grande cinema, épicos arrebatadores. Mas a carreira longa e eclética do lendário diretor abrange também dramas mais intimistas de acento melodramático. Um de seus maiores talentos era a capacidade de ir camadas mais a fundo na construção de seus personagens. Um cinema interessado, sobretudo, em nos contar uma historia e nos comunicar sentimentos. Desfrutando uma liberdade poucas vezes vista no cinema hollywoodiano, Lean pode construir um estilo e uma visão de mundo consistentes e singulares. A mostra pretende ainda organizar debates e produzir um catálogo.

159294 - Rio dos Dias
COLETIVO PÉ DE COELHO LTDA
CNPJ/CPF: 20.343.300/0001-80
Processo: 01400069723201578
Cidade: Santa Cruz do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 133.685,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a produção de um média metragem, de 20 minutos de duração, com 500 cópias em suporte DVD para doação nas escolas da região e distribuição gratuita após estreia oficial, intitulado "Rio dos Dias", gravado em sistema digital de alta definição e finalizado em HD, inspirado na obra literária homônima escrita por Rudinei Kopp.O livro aborta de forma sensível a história de Grass, um homem pacato que vive uma desilusão amorosa e passa, sem perceber, a transformar em arte a sua decepção. O roteiro do filme buscou manter a sutileza e sensibilidade do livro, para passar ao espectador as mesmas sensações que pode sentir o leitor.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

158777 - Plano Anual de Atividades da Fundação Champagnat 2016 - Rádio Lumen FM
Fundação Champagnat
CNPJ/CPF: 77.372.209/0001-00
Processo: 01400067939201507
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 517.627,28
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: A Fundação Champagnat vem honrosamente apresentar o projeto do Plano Anual de 2016 das atividades da Rádio Lumen FM pelo 5º ano consecutivo, pois o mesmo tem como objetivo a continuação da execução do projeto de manutenção das atividades da Rádio Lumen FM (99,5 MHz) para o ano de 2016, rádio esta de concessão educativa e pertencente á Fundação Champagnat e diz respeito ás atividades de elaboração e produção de 7 programase 3 Interprogramas radiofônicos de cunho e enfoque cultural para serem veiculados pela Rádio Lumen FM (99,5 MHz).

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 719, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
154576 - Arte na Serra
Irmãos Brothers Ltda.
CNPJ/CPF: 03.948.793/0001-63
Processo: 01400045413201568
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 133.777,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: ARTE NA SERRA é um projeto cultural de oficinas de artes cênicas gratuitas, com conteúdo programático composto de técnicas de circo, teatro e audiovisual voltado para adolescentes e adultos, com idades entre 11 e 26 anos das Escolas Públicas da cidade de Petrópolis (RJ). O periudo inicial é de um ano de execução (2016/2017).
158423 - O Trânsito e Eu
INCENTIVAR FOMENTO DE PROJETOS LTDA. EPP
CNPJ/CPF: 09.314.456/0002-81
Processo: 01400062363201583
Cidade: São Bernardo do Campo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.531.180,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto consiste na montagem e produção da peça teatral, de gênero infantil, intitulada "O Trânsito e Eu", de autoria de Sérgio Vale e direção de Luis Sousa. Serão realizadas 190 (cento e noventa) apresentações do espetáculo, todas gratuitas e abertas ao público em geral, sendo que 114 (cento e quatorze) apresentações serão realizadas em espaços públicos (praças e parques) e 76 (setenta e seis) apresentações serão apresentadas em uma estrutura móvel auxiliar que irá se deslocar para locais de difícil acesso para apresentações em comunidades carentes do estado de São Paulo e Paraná.
154547 - SEMEANDO CULTURA - 2016
Ana Paula A dos Santos Produções Culturais ME
CNPJ/CPF: 14.029.271/0001-84
Processo: 01400045310201506
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 757.899,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realização de oficinas culturais gratuitas de ballet e música para crianças e jovens de escola da rede pública de ensino das cidades de Horizontina (RS) e Catalão (GO) durante o ano de 2016, contemplando no total 440 alunos. No decorrer das oficinas, serão realizadas 02 apresentações artísticas oficiais de cada modalidade por cidade, abertas ao público, totalizando 08 apresentações.
159869 - TURMA DA MÔNICA O SHOW
RTS Empreendimentos e Participações Ltda
CNPJ/CPF: 56.786.874/0001-70
Processo: 01400070397201541
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.250.010,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Manutenção de temporada do espetáculo infantil musical TURMA DA MÔNICA O SHOW no Rio de Janeiro e em São Paulo, com duração de 2 meses em cada cidade, mais turnê por 5 cidades do Brasil. Realizaremos apresentações aos sábados e domingos, totalizando 32 apresentações.
1510299 - VILÕES DE SHAKESPEARE
Rio MS - Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 03.111.428/0001-08
Processo: 01400072307201557
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 797.100,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O autor inglês Steven Berkoff tem como característica de linguagem em seus textos e encenações, a utilização do teatro físico. Vilões de Shakespeare é um monólogo que retrata de maneira irreverente as tramas dos mais conhecidos vilões do bardo inglês, com um olhar contemporâneo e divertido. O ator Marcelo Serrado será o responsável pela interpretação dos 7 principais vilões da dramaturgia universal. O espetáculo pretende realizar 15 apresentações na cidade do Rio de Janeiro e 10 apresentações na cidade de São Paulo no ano de 2016.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
154676 - Amostra de Orquestras Sinfônicas e Sanfônicas
LUCIANO DIAS BERTI & CIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 97.410.468/0001-96
Processo: 01400057477201510
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.095.150,00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realizar uma amostra envolvendo Orquestras Sinfônicas e Sanfônicas, nacionais e regionais, na cidade de Cascavel, PR. Através deste evento, pretende-se valorizar e divulgar a música instrumental. Ao todo, serão realizadas duas apresentações com orquestras nacionais, e dez apresentações com orquestras locais, durante o período de três dias. Serão também realizadas apresentações de corais e grupos artísticos regionais. Estima-se um público de 20 mil pessoas durante toda a realização do evento.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
1510323 - AMO PAVAROTTI
SALT MARKETING DE PERFORMANCE LTDA
CNPJ/CPF: 14.450.044/0001-28
Processo: 01400072333201585
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 6.797.619,48
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto intitulado provisoriamente, AMO PAVAROTTI, consiste em exposição de artes visuais, composta por pelo menos 118 (cento e dezoito) obras, inéditas ou não, que compõe o acervo artístico do tenor italiano, Luciano Pavarotti, a serem definidos pelo Curador da mostra, Ruriá Duprat, durante o período mínimo de 60 (noventa) dias corridos, de terças-feiras à domingos.
154731 - BE MARILYN (TITULO PROVISORIO)
DANIEL DA CUNHA RANGEL ME
CNPJ/CPF: 08.612.994/0001-09
Processo: 01400057628201521
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.714.236,48
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto intitulado provisoriamente, BE MARILYN, consiste em exposição de artes visuais, composta por pelo menos 90 (noventa) obras, inéditas ou não, que compõe o acervo artístico da artista americana, Marilyn Monroe, a serem definidos pelo Curador da mostra, Danniel Rangel, durante o período mínimo de 90 (noventa) dias corridos, de terças-feiras à domingos.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
153109 - FELGUK - TURNÊ BRASIL 2015
FELGUK ENTRETENIMENTO LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 11.839.805/0001-40
Processo: 01400029209201508
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: 1461620.00
Prazo de Captação: 16/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: A música instrumental eletrônica está além das nações e das etnias. Ela fala uma linguagem inteligível, que expressa mais do que só histórias ouvidas nas canções convencionais, sendo assim, os 'DJ?s' brasileiros denominados Felguk são grandes representantes desta vertente no Brasil e buscam a realização de uma turnê, composta de (10) dez apresentações, em território brasileiro, com vistas à difusão da música instrumental eletrônica (e-music) produzida no Brasil estimulando a produção de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória. O projeto contempla 10 (dez) apresentações em diversos estados brasileiros como: BA, CE, DF, ES, MG, PE, RJ, RS, SC e SP.

PORTARIA Nº 720, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
147247 - Clementina, Cadê Você? - circulação
ESPACO DE DANCA CRISTIANO SALGADO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 06.037.776/0001-62
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 50.000,00

PORTARIA Nº 721, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18)
15 1643 - 100 FORMAS PARA O AMOR TURNÊ RS
DIEGO MACHADO
CNPJ/CPF: 19.270.335/0001-58
RS - Porto Alegre
Período de captação: 12/12/2015 a 31/12/2015

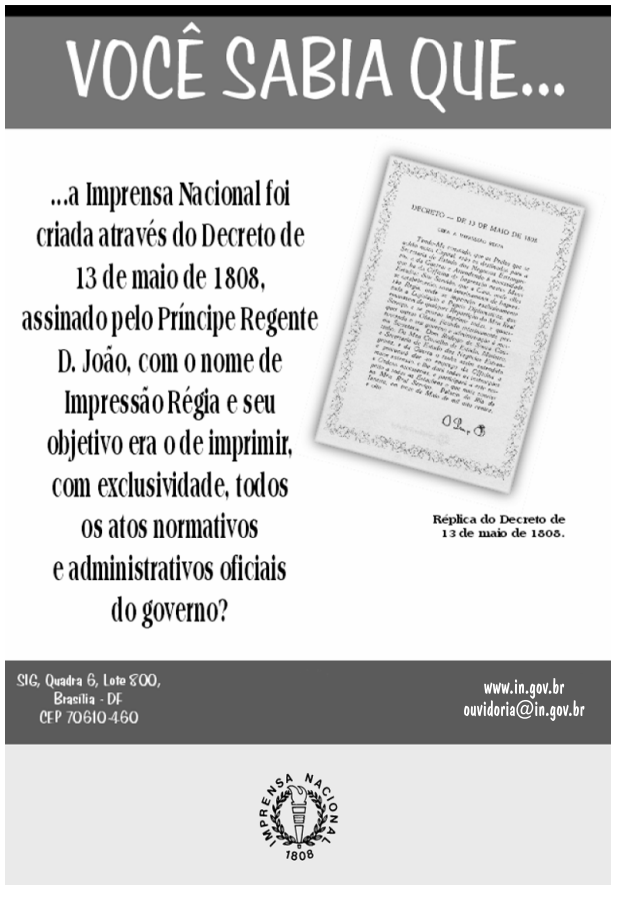
ANEXO II

ÁREA: 6 HUMANIDADES - (ART26)
14 4766 - Pensar o Rio - um olhar no tempo
MPB Marketing e Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 40.229.403/0001-21
SP - São Paulo
Período de captação: 01/12/2015 a 31/12/2015

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 447/15 de 29/07/2015, publicada no D.O.U. em 30/07/2015, Seção 1, referente ao Projeto VII Niterói Musifest Instrumental - Pronac: 15 2960.

Onde se lê: Prazo de captação: 30/07/2015 a 30/12/2015
Leia-se: Prazo de captação: 30/07/2015 a 31/12/2015



EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.876/GC3, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Revoga a Portaria nº 929/GC3, de 6 de setembro de 2004.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67050.018752/2015-05, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 929/GC3, de 6 de setembro de 2004, que aprovou a NSCA 7-7 "Estrutura e Competências do Sistema de Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica (STI)", publicada no Diário Oficial da União nº 174, de 9 de setembro de 2004, Seção 1, página 10.

Art. 2º O Estado-Maior da Aeronáutica deverá, no prazo de 20 (vinte) dias, expedir nova Norma que verse sobre o Sistema de Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO

ATA DA 7.036ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2015 (QUARTA-FEIRA)

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, SERGIO BEZERRA DE MATOS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, FERNANDO ALVES LADEIRAS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31, do Regimento Interno.

REPRESENTAÇÃO RECEBIDA

Nº 29.252/2014 - Acidente da navegação envolvendo a moto aquática "HEDCAR" e a L/M "LADEIA I", ocorrido na barragem do rio Gavião, Anagé, Bahia, em 02 de março de 2014.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Gilmar Sales de Araujo (Proprietário/Condutor da moto aquática "HEDCAR").

JULGAMENTOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Nº 25.807/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo o B/M "PÉGASUS" e um tripulante, ocorridos no rio Paraguai, nas proximidades da ilha da Gamela, Cáceres, Mato Grosso, em 07 de setembro de 2010.

Embargos de Declaração interposto em 26JUN2015. Embargante: Ivo Hilário Stroher (Proprietário), Adva. Dra. Luísa Ayumi Komoda Paes de Figueiredo (DPU/RJ). Embargada: Procuradoria Especial da Marinha.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Decisão unânime: conhecer e julgar improcedente o recurso mantendo-se na integra a decisão atacada.

CONTINUAÇÃO DA PAUTA DO DIA

Nº 27.988/2013 - Acidente da navegação envolvendo o supply "SKANDI COPACABANA" com uma boia de sinalização e com a barcaça "ENGENHEIRO SÁ NOGUEIRA", de bandeira portuguesa, ocorrido no canal de acesso ao porto de Vitória, Espírito Santo, em 12 de dezembro de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representada: Tereza Cristina Vieira dos Santos (Comandante do supply "SKANDI COPACABANA"), Adva. Dra. Camila Mendes Vianna Cardoso (OAB/RJ 67.677). Decisão unânime: retirado de pauta e incluído na pauta do dia 15 de dezembro de 2015, a requerimento da representada Tereza Cristina Vieira dos Santos.

Nº 27.843/2013 - Acidente da navegação envolvendo o N/M "KOTA LAYANG", de bandeira cingapuriana, com o R/M "MBR III", ocorrido no canal de acesso ao terminal de contêineres do porto do Rio de Janeiro, baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Ricardo Ramos Magon (Prático responsável pela manobra do N/M "KOTA LAYANG"), Adv. Dr. Rodrigo Luis Keller Raposo OAB/RJ 126.494) e Paulo Ferreira de Souza (Comandante do R/M "MBR III"), Adv. Dr. Fernando C. Sobrino Porto (OAB/RJ 47.659). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (abalroamento), da Lei n° 2.180/54, como decorrente de imprudência dos Representados, Ricardo Ramos Magon, Prático responsável pela manobra do N/M "KOTA LAYANG" e Paulo Ferreira de Souza, Mestre do R/M "MBR III", acolhendo os termos da Representação da D. Procuradoria Especial da Marinha e considerando as circunstâncias, as consequências e as atenuantes, aplicar a ambos a pena de repreensão, com fulcro nos arts. 121, inciso I, 124, incisos I e IX, 127, 128 e 139, incisos II e IV, letras "a" e "d", todos da Lei n° 2.180/54. Custas processuais divididas.

ARQUIVAMENTO

Nº 28.890/2014 - Acidente e fato da navegação envolvendo o B/M "LEIDIANE V", o comboio formado pelo Rb "NM XIII" com a balsa "CITY IV" e dois tripulantes, ocorridos no rio Amazonas, próximo à ilha do Meio, Óbidos, Pará, em 1º de janeiro de 2013.

Com Representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha contra Marcelo da Costa Bentes (Condutor do B/M "LEIDIANE V") e com despacho do Exmo. Sr. Juiz-Relator pela publicação de Nota para Arquivamento.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: não receber a representação e mandar arquivar os autos de plano, pois a causa determinante do acidente da navegação não foi devidamente apurada, havendo nos autos do inquérito depoimentos conflitantes, não havendo meios com a pouca prova produzida durante o inquérito de se escolher um dos relatos em detrimento do outro para apontar responsabilidades pelo acidente, mandando arquivar os autos.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 29.332/2014 - Acidente da navegação envolvendo a plataforma "PETROBRAS VII", ocorrido no campo do Bicudo, bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 1º de fevereiro de 2014.

Relator: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "b", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de força maior, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha.

Nº 29.342/2014 - Ato, não caracterizado como acidente ou fato da navegação, envolvendo o bote "AQUARIUS", ocorrido durante a travessia do porto de Recife para o arquipélago de Fernando de Noronha, Pernambuco, em 19 de novembro de 2013.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: mandar arquivar os autos, como requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha, em sua promoção de fls. 102-105, face a não ocorrência de acidente ou fato da navegação previsto na Lei n° 2.180/54. Medidas preventivas e de segurança: considerando o disposto no art. 33, parágrafo único da Lei nº 9.537/97 (LESTA), c/c o art. 43 do RIPTM, deve-se oficiar a Capitania dos Portos de Pernambuco, agente local da Autoridade Marítima, a infração ao RLESTA, art. 28, inciso II, deixar de cumprir a alínea "f do item 0442 da NORMAM-01/DPC), cometida pela proprietária do bote "AQUARIUS", Paolo Garabuggio - ME.

Nº 29.356/2014 - Fato da navegação envolvendo a draga "XENA" e seu comandante, ocorrido no rio Jacuí, Vale Verde, Rio Grande do Sul, em 19 de março de 2014.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: mandar arquivar os autos considerando o fato da navegação, previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada.

Nº 29.398/2015 - Acidente da navegação envolvendo o B/P "VÔ ÍNDIO", ocorrido entre a ponta do Gi e a ilha dos Lobos, Laguna, Santa Catarina, em 23 de agosto de 2014.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "b", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de origem fortuita, mandando arquivar os autos, conforme promoção da D. Procuradoria Especial da Marinha, às fls. 72-75. Medidas preventivas e de segurança: em conformidade com o art. 33, parágrafo único da Lei n° 9.537/94, c/c o art. 43, do RIPTM, deve-se oficiar a Delegacia da Capitania dos Portos em Laguna-SC, agente local da Autoridade Marítima, às infrações administrativas previstas no art. 11 (conduzir embarcação ou contratar tripulantes sem habilitação para operá-la): art. 12, inciso III (portar a documentação relativa à habilitação ou ao controle de saúde desatualizada): art. 23, inciso VI (descumprir as regras sobre o tráfego, estabelecidas pelo representante local da Autoridade Marítima, pois a embarcação estava navegando aproximadamente l milha náutica fora das áreas abrigadas), todos do RLESTA e o art. 15, da Lei n° 8.374/91 (ausência de seguro DPEM), cometidas pelo proprietário da embarcação, senhor Sebastião do Nascimento.

Nº 28.967/2014 - Acidente da navegação envolvendo a L/M "MALIBRU", ocorrido nas proximidades da praia de Laranjeiras, Balneário Camboriú, Santa Catarina, em 25 de dezembro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha.

Nº 29.027/2014 - Acidente da navegação envolvendo a balsa "PIONEIRA", ocorrido no rio São Francisco, Buritizeiro, Minas Gerais, em 02 de abril de 2014.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: não receber a representação e julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei n° 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos. Medidas preventivas e de segurança: oficiar à Capitania Fluvial do São Francisco, agente da Autoridade Marítima, a infração ao art. 15, da Lei n° 8.374/91, cometida pela Prefeitura Municipal de Buritizeiro, proprietária da balsa, para as providências cabíveis, com fundamento no art. 33, parágrafo único, da Lei n° 9.537/97.

Nº 29.543/2015 - Ato, não caracterizado como acidente ou fato da navegação, envolvendo o ferry boat "PINHEIRO", ocorrido na praia da Marina de Aratu, baía de Todos os Santos, Salvador, Bahia, em 09 de abril de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: mandar arquivar os autos, conforme a promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha, pois o fato narrado não se trata de acidente ou fato da navegação tipificado na Lei nº 2.180/54.

Esteve presente, pela Procuradoria, o Dr. Francisco José Siqueira Ferreira.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição e nada mais havendo a tratar, às 14h34min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretora-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, 9 de dezembro de 2015.
MARCOS NUNES DE MIRANDA
Vice-Almirante (RM1)
Juiz-Presidente

DINÉIA DA SILVA
Secretária

DIVISÃO DE PESSOAL
SISTEMA DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE PROCESSOS JURÍDICOS

NOTAS PARA ARQUIVAMENTO (PEM)

Acha(m)-se em Secretaria, aguardando representação de possíveis interessados, com o prazo de dois (2) meses, de conformidade com o art. 68, do Regimento Interno Processual, o(s) processo(s) abaixo, recebido(s) da Procuradoria Especial da Marinha, com pedido de Arquivamento:

Nº do Processo: 29759/2015
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: BIQUARA / EMB. DE INTERIOR FLUVIAL E LACUSTRE
Tipo: LANCHA
Bandeira:
Local do Acidente: BAÍA DE TODOS OS SANTOS / SALVADOR - BA
Data do Acidente: 13/05/2014
Hora: 01:30
Data Distribuição: 25/06/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
PEM: Dr(a) DANIELLA SCHUMACKER GASCO SANTOS

Nº do Processo: 29770/2015
Acidente / Fato:
INCÊNDIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: MARCELO MP / EMBARCAÇÃO DE CABOTAGEM
Tipo: PESQUEIRO
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PRAIA DA ARMAÇÃO - MUNICÍPIO DE PENHA / SANTA CATARINA - SC
Data do Acidente: 09/08/2014
Hora: 22:00
Data Distribuição: 25/06/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: Dr(a) DANIELLA SCHUMACKER GASCO SANTOS

Nº do Processo: 29775/2015
Acidente / Fato:
RUPTURA DE CABOS
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: ADAMASTOS / EMBARCAÇÃO DE ALTO-MAR
Tipo: GRANELEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: TERMINAL TERGRASA - COMPLEXO PORTUÁRIO / RIO GRANDE - RS
Data do Acidente: 06/08/2014
Hora: 18:55
Data Distribuição: 25/06/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: Dr(a) DANIELLA SCHUMACKER GASCO SANTOS

Nº do Processo: 29792/2015
Acidente / Fato:
EXPLOSÃO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SEM NOME / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: FLUTUANTE
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PORTO DE ITAMARATI / AM
Data do Acidente: 28/05/2013
Hora: 10:00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Data Distribuição: 25/06/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
PEM: Dr(a) FRANCISCO JOSÉ SIQUEIRA FERREIRA

Nº do Processo: 29798/2015
Acidente / Fato:
INCÊNDIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: ROYAL CHARLOTTE / EMBARCAÇÃO DE ALTO-MAR
Tipo: LANCHA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA DOS MEROS / PARATY - RJ
Data do Acidente: 19/06/2014
Hora: 10:40
Data Distribuição: 14/07/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: Dr(a) PAULA DE SÃO PAULO NUNES BASTOS RIBEIRO

Nº do Processo: 29809/2015
Acidente / Fato:
ADERNAMENTO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SEM NOME / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: CANOA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO JACUÍPE / FEIRA DE SANTANA - BA
Data do Acidente: 24/05/2014
Hora: 21:00
Data Distribuição: 14/07/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
PEM: Dr(a) PAULA DE SÃO PAULO NUNES BASTOS RIBEIRO

Nº do Processo: 29839/2015
Acidente / Fato:
QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: KRASNER / EMB. DE INTERIOR FLUVIAL E LACUSTRE
Tipo: MOTO AQUÁTICA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO GUAÍBA / PORTO ALEGRE - RS
Data do Acidente: 01/02/2015
Hora: 16:30
Data Distribuição: 14/07/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
PEM: Dr(a) CARLA ANDRADE DE MELO

Em 15 de dezembro de 2015.

SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 26.958/2012 - "COMTE JOENISON"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Diana Soares Corteze Caldeira
Representados : Luis Henrique Ramos Barbosa - Revel
: Messias Ramos dos Santos - Revel
Despacho : "Encerrada a Instrução. Às partes, para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias, sucessivos à D. Procuradoria e aos representados. Publique-se."

Proc. Nº 27.983/2013 - "IG-IV" e outra
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Francisco José Siqueira Ferreira
Representado : João Esmerino Neto
Advogado : Dr. Flávio de Freitas Infante Vieira (OAB/RJ 50.692)
Representado : Gustavo Adolfo Raton
Advogados : Dr. Iwam Jaeger Junior(OAB/RJ 44.606)
: Dr. Pablo Hanna (OAB/RJ 150.061)
REPRESENTAÇÃO DE PARTE:
Autora : Control Y Prospecciones Igotest S. L.
Advogados : Dr. Iwan Jaeger JR (OAB/RJ 44.606)
: Dr. Pablo Hanna (OAB/RJ 150.061)
Representado : Bruno Kfuri Tigre de Barros Rodrigues
Advogado : Dr. José Paulo Lüderitz Barcellos Dias (OAB/RJ 47.112)
REPRESENTAÇÃO DE PARTE:
Autora : Sulnorte Serviços Marítimos LTDA
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira (OAB/RJ 50.692)
Representados : Marcelo Rafael Martinez
: Pedro Pages Santos
: Enrique Daniel Ovejero Abdala
Advogados : Dr. Iwan Jaeger Junior (OAB/RJ 44.606)
: Dr. Pablo Hanna (OAB/RJ 150.061)
Despacho : "Encerro a Instrução. Às partes para alegações finais, prazos sucessivos de 10 (dez) dias."

Proc. nº 28.862/2014 - "TQ-124" e outras
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representado : Reinaldo Rodrigues
Advogado : Dr. Rogério Romanin (OAB/SP 142.263)
Despacho : "Ao representado para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se."

Proc. nº 28.924/2014 - "PEGASUS"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representada : CCR Barcas S.A Transportes Marítimos
Advogado : Dr. José Washington Castro Freire (OAB/RJ 157.961)
Despacho : "À representada para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se."

Proc. nº 29.036/2014 - "LUSA" e outra
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : José Saad Rached Neto
Advogada : Dra. Vilma Bezerra Cavalcante (OAB/PB 19.963)
Despacho : "Aberta a Instrução. À D. Procuradoria e ao representado, para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias. Publique-se."

Proc. nº 29.060/2014 - "TIBINGA"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representado : Luciano Bastos
Defensor : Dr. Giselton De Alvarenga Silva (DPU-RJ)
Despacho : "Defiro o pedido de gratuidade. Aberta a Instrução, às partes para provas, prazos sucessivos de 05 (cinco) dias."

Proc. nº 27.436/2012 - "GRUPO ATALAIA II" e outra
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Carla Andrade de Melo
Representado : Marcio Ribeiro Silva - Revel
Representado : Rodrigo de Oliveira Cavalcante e Cavalcante
Advogado : Dr. Rafael Elias Nicoterra Abrão (OAB/TO 3911)
Representado : Ricardo da Silva Ferraz - Revel
Despacho : "Aos representados para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias, contados em dobro. Publique-se."

Proc. nº 27.705/2012 - "DOSE DUPLA" e outra
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representado : Eduardo Haddad - Revel
Representado : Júlio Torres Ribeiro Neto
Advogado : Dr. José Idemar Ribeiro (OAB/DF 8.940)
Despacho : "Aos representados, para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias, contados em dobro. Publique-se."

Proc. nº 27.832/2013 - "YUSHO REGULUS"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representados : Jiang Baoyan
: Ye You
Advogado : Dr. Luiz Roberto Leven Siano (OAB/RJ 94.122)
Representado : Dominador Cariaga Ariola
Advogado : Dr. Bernardo Lucio Mendes Vianna (OAB/RJ 66.683)
Representado : Marco Antonio Lucas de Azevedo
Advogada : Dra. Leonília Maria de Castro Lemos (OAB/RJ 75.746)
Despacho : "Aos representados, para conhecerem do documento mencionado na oitiva do 4º representado, Marco Antonio Lucas de Azevedo, acostado às fls. 2128 e 2138 e, querendo, se manifestarem."
Prazo : "05 (cinco) dias, contados em dobro. Publique-se."

Proc. nº 27.893/2013 - "D. JOÃO V" e outras
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : Rubens Menezes Serrão
Advogado : Dr. Jair Ferreira Rodrigues (OAB/AM 1.275)
Representado : Leônidas Nascimento da Silva
Defensora : Dra. Úrsula de Souza Van-Erven (DPU/RJ)
Representado : Empresa de Navegação J.G. LTDA
Advogado : Dr. Lindonor Ferreira de Melo Santos (OAB/AM 6.710)
Despacho : "Encerro a Instrução. À D. Procuradoria para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias, contados em dobro. Publique-se e notifique-se a PEM."

Proc. nº 28.889/2014 - "NADJA"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : Igor Pushkov
Advogado : Dr. Fernando C. Sobrino Porto (OAB/RJ 47.659)
Despacho : "Ao representado, para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias. Publique-se."

Proc. nº 28.910/2014 - "DEZ IRMÃOS" e outras
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representados : Bryan Mourão Varotto
: Marcelo Moreira Queiros
Despacho : "Citem-se os representados Bryan Mourão Varotto e Marcelo Moreira Queiros. Publique-se."

Proc. nº 29.021/2014 - "MISS MARY"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : Airton Magno do Vale Brandão
Despacho : "Cite-se o representado Airton Magno do Vale Brandão."

Proc. nº 27.816/2013 - "VALE BEIJING"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Francisco José Siqueira Ferreira
Representado : Det Norske Veritas
Advogado : Dr. Godofredo Mendes Viana (OAB/RJ 73.562)
Representados : Korean Register Of Shipping
: STX Offshore & Shipbuilding CO. LTD
Defensor : Dr. Ricardo Schettini Azevedo da Silva (DPU/RJ)
Despacho : "Defiro conforme requerido."

Proc. nº 29.129/2014 - "GLADIADOR 8"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : Ronald Miro Barton
Advogado : Dr. Paulo Roberto de Borba (OAB/SC 4.480)
Representado : José Augusto Belard da Fonseca Lopes da Costa - Revel
Despacho : "1 - Indefiro a Preliminar de Inépcia da Representação, suscitada pelo representado Ronald Miro Barton, às fls. 294/297, acolhendo na íntegra os termos da promoção da D.PEM de fls. 326/329, tendo em vista que a Representação de fls. 258/264 preencheu os requisitos legais e formais exigíveis sendo elaborada de acordo com os artigos 282, do Código de Processo Civil, e 62, do Regimento Interno Processual do Tribunal Marítimo, bem como especificou claramente, nos fatos e fundamentos elencados, a conduta do agente e seu respectivo enquadramento legal, artigo 14, alínea " a" (naufrágio) e artigo 15, alínea "e" (expor a risco) da Lei nº 2.180/54, tudo lastreado no conjunto probatório do IAFN.Por sua vez o IAFN é um instrumento de investigação análogo ao inquérito policial, sendo considerado um procedimento administrativo, destinado a subsidiar (e não vincular) a atuação da PEM, não se aplicando o art. 5º, inciso LV, da CF/88 cujo princípio da ampla de defesa e do contraditório é expressamente determinado na ocorrência de processos judiciais. Ademais, ao representado lhe será facultado a produção de provas na fase instrutória, podendo defender-se e contraditar todas as acusações que lhe foram dirigidas na inicial, não havendo o que se falar de qualquer situação de cerceamento de defesa ou de violação ao ordenamento jurídico. Acrescente-se o fato de que o pleno do Tribunal Marítimo recebeu a representação à unanimidade, confirmando a presença de todos os requisitos necessários para o prosseguimento regular do presente processo administrativo. Assim não há o que se falar em falta de conhecimento da acusação ou ainda contrariar o ordenamento jurídico, principalmente a CF/88, no que tange os direitos constitucionais e garantias do cidadão. 2 - Aos representados Ronald Miro Barton e José Augusto Belard da Fonseca Lopes da Costa para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias. Publique-se."

Em 15 de dezembro de 2015.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.128, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a autorização de cessão de servidores do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o que dispõe o art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e em observância ao art. 3º do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os critérios e procedimentos para a cessão de servidores do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º A autorização de cessão dos servidores efetivos do quadro de pessoal do Ministério da Educação, bem como os integrantes dos quadros de pessoal das entidades vinculadas, somente ocorrerá para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança nas seguintes hipóteses:

I - cargo em comissão de Natureza Especial ou do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de nível 4, 5 e 6, ou equivalentes, em órgãos do Poder Executivo, do Poder Legislativo, ou do Poder Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios, incluindo suas autarquias e fundações;

II - cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou de sociedade de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios; e

III - cargo de Secretário de Estado, do Distrito Federal, de prefeitura de município ou de dirigente máximo de entidade da administração pública daqueles entes federados.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º Os servidores de que trata o caput poderão ter exercício fora dos respectivos órgãos de lotação quando requisitados nas hipóteses previstas em lei, independentemente de função, cargo em comissão ou função de confiança.

§ 2º Os servidores que na data de publicação desta Portaria se encontrarem cedidos, em conformidade com a legislação vigente, para o exercício de cargos em comissão ou de função de confiança divergentes do estipulado neste artigo, poderão permanecer naquela condição enquanto durar a investidura no cargo em comissão ou função de confiança, observando-se, em todo caso, o disposto no parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 4.050, de 2001.

Art. 3º Não se aplica o disposto nesta Portaria:

I - aos servidores aprovados em processo seletivo, amplamente divulgado, para o exercício, em outro órgão, de gratificações dos sistemas estruturadores da Administração Pública Federal; e

II - à cessão de servidores para exercício na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, vinculada ao Ministério da Educação.

Art. 4º Excepcionalmente poderá ocorrer cessão de servidores fora das hipóteses autorizadas no art. 2º, desde que haja reciprocidade institucional e motivação da unidade de gestão de pessoas do Ministério da Educação.

Art. 5º Caberá às unidades de gestão de pessoas do Ministério da Educação e das entidades vinculadas zelar pelo cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 6º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PORTARIA Nº 10, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

A SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as atividades desenvolvidas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, por força do Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, art. 6º, inciso I, da Estrutura Regimental do Ministério da Educação; e

Considerando o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, na Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, na Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº 6.976, de 07 de outubro de 2009, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, no Decreto nº 8.407, de 24 de fevereiro de 2015, no Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, no Decreto nº 8.466, de 10 de junho de 2015, no Decreto nº 8.507, de 25 de agosto de 2015, no Decreto nº 8.551, de 29 de outubro de 2015, na Portaria/STN/MF n° 548, de 24 de setembro de 2015, na Portaria SPO/SE/MEC nº 7, de 23/11/2015, na Portaria MP nº 572, de 11 de dezembro de 2015, no Acórdão TCU nº 2.731/2008-P, no Acórdão nº 1.338/2014-P, no Acórdão nº 1.464/2015-P, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª edição (Portaria/STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014) e no Manual SIAFI; resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 2º da Portaria SPO/SE/MEC nº 7, de 23 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 224, de 24.11.2015, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º As despesas poderão ser empenhadas até o dia 18/12/2015, com exceção das despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União (Anexo I) e daquelas decorrentes da abertura e reabertura de créditos extraordinários."

Art. 2º Alterar o Anexo II da Portaria SPO/SE/MEC nº 7, de 23 de novembro de 2015, que passa a vigorar na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados referentes à emissão de empenho no período de 11 de dezembro até a publicação desta portaria, desde que tenha sido observada toda legislação afeta à matéria.

Art. 4º. Esta Portaria, composta do ANEXO I, entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria SPO/SE/MEC nº 09, de 07 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 08 de dezembro de 2015.

IARA FERREIRA PINHEIRO

ANEXO I

CRONOGRAMA DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO DE 2015

DATA LIMITE	PROVIDÊNCIAS
01/12/2015 a 06/01/2016	Prazo para indicação no SIAFI2015, pelo ordenador de despesas, dos empenhos a serem inscritos em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e em Restos a Pagar não Processados em Liquidação, contas: 62292.01.01 (Empenhos a Liquidar) e 62292.01.02 (Empenhos em Liquidação).
15/12/2015	Ultimo dia para encaminhar à Setorial Financeira do MEC a solicitação de manutenção dos empenhos inscritos em Restos a Pagar não Processados em 2013 e 2014 cuja execução não tenha previsão de início até 31/12/2015. (Decreto nº. 8.551, de 29/10/2015; Portaria Conjunta SOF/STN nº 7 de 10/12/2015).
15/12/2015	Ultimo dia para informar à Setorial Financeira do MEC, com as devidas justificativas, a data de previsão de início da execução das despesas referentes ao PAC; inscritas em Restos a Pagar não Processados após 31/12/2013. (Decreto nº. 8.551, de 29/10/2015; Portaria Conjunta SOF/STN nº 7 de 10/12/2015).
15/12/2015	Os saldos das dotações orçamentárias das unidades orçamentárias no âmbito do MEC, descentralizadas e não empenhadas, bem como os recursos financeiros não utilizados, relativos aos Termos de Execução Descentralizada - TED, deverão ser restituídos/anulados à unidade repassadora/concedente (Macrofunção 02.03.18 - item 5.2.4).
18/12/2015	Emissão/reforço de empenho de dotações orçamentárias, com exceção das despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União e aquelas decorrentes da abertura e reabertura de créditos extraordinários.
24/12/2015; 30/12/2015 e 31/12/2015.	O movimento de Ordens Bancárias emitidas nos dia 24, 30 e 31 de dezembro de 2015 obedecerão aos procedimentos dos COMUNICAS SIAFI COFIN/STN (170500) nºs 2015/1956054, 2015/1956089 de 08/12/2015.
25/12/2015 a 01/01/2016	Indisponibilização da transação >ATUCODGR.
31/12/2015	Emissão/Reforço de Empenho de despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União e das decorrentes de abertura de créditos extraordinários.
31/12/2015	Ultimos procedimentos no SIAFI2015 para as unidades gestoras, inclusive o cancelamento dos saldos ainda existentes nas contas: 62292.01.01 (Empenhos a Liquidar) e 62292.01.02 (Empenhos em Liquidação) que não serão utilizados e/ou estejam em desacordo com a legislação vigente.
31/12/2015	Término do prazo para desbloqueio das despesas inscritas em Restos a Pagar não Processados em 2013 e 2014 (Decreto nº. 8.551, de 29/10/2015).
31/12/2015	Ultimo dia para registros no SPIUnet.
31/12/2015	Ultimo dia para atualizar o Rol de Responsáveis (Instrução Normativa do TCU nº 63/2010).
05/01/2016	Ultimos ajustes contábeis de encerramento no SIAFI2015 para as setoriais contábeis de órgão.
07/01/2016	Ultimos ajustes contábeis de encerramento no SIAFI2015 para a setorial contábil do MEC.
07/01/2016	Inscrição em restos a pagar, pela CCONT/STN: - Processados; - Não Processados a Liquidar (não exigível); - Não Processados em Liquidação (exigível).
08/01/2016	Ultimo dia para envio da "Declaração do Contador" de órgão à Setorial Contábil do MEC.
08/01/2016	Anulação automática, pela CCONT/STN, das Notas de Empenho não inscritas em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e em Liquidação pela não indicação pelo ordenador de despesa.
18/01/2016	Registro da conformidade contábil de UG do mês de dezembro no SIAFI2015.
19/01/2016	Registro da conformidade contábil de Órgão do mês de dezembro no SIAFI2015.
20/01/2016	Registro da conformidade contábil de Órgão Superior do mês de dezembro no SIAFI2015.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATO Nº 2.265, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos, para o provimento de cargos nas categorias funcionais de Técnico-Administrativos em Educação, para os Campi "Ministro Reis Veloso", na cidade Parnaíba-PI, "Senador Helvídio Nunes de Barros", na cidade de Picos - PI e "Ministro Petrônio Portela", na cidade de Teresina-PI, da forma como segue:

1. ENFERMEIRO DO TRABALHO - TERESINA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	JULYARA QUARESMA CORREIA	classificada
2.	JANAIRA LAYANE DE SOUSA	habilitado
3.	MARIA ADELAIDE DUARTE NETA	habilitado
4.	KENIA REJANE LUSTOSA SAMPAIO	habilitado
5.	ROMULO MACEDO RODRIGUES	habilitado

2. ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - TERESINA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	MARCOS VINICIUS SOARES SENNA	classificado
2.	LUDMILA NASCIMENTO SOUSA	habilitado
3.	ADEMIR CAVALCANTE CARMIN JUNIOR	habilitado
4.	GERCICA CRISTINA GOMES DE MACÊDO	habilitado
5.	BRUNO EMANOEL LEITE DA SILVA	habilitado

3. ESTATISTICO - TERESINA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	TITO LIVIO DA CUNHA LOPES	classificado
2.	SÉRGIO FILATOFF NETO	habilitado
3.	FRANCISCO ALEXANDRE LIMA	habilitado
4.	SUELEM TORRES DE FREITAS	habilitado
5.	ITHALO COELHO DE SOUSA	habilitado

4. MEDICO DO TRABALHO - TERESINA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	LILIAN REGO DE CARVALHO	classificado

5. FISIOTERAPEUTA - PARNAIBA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	KELSON LUIZ DA SILVA SALES	classificado
2.	ANNA THALLYTTA CUNHA PINHEIRO SENNA	habilitado
3.	GABRIELA NAIARA SILVA DE SIQUEIRA	habilitado
4.	NARA CALAÇA RIBEIRO	habilitado
5.	BHRYAN MENESES PEREIRA COSTA	habilitado

6. MEDICO/CLINICO GERAL - PARNAÍBA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	LEONAM COSTA OLIVEIRA	classificado
2.	JOSÉ HERMÍNIO ROCHA MAGALHÃES SANTOS	habilitado
3.	JOICE MARANHÃO SANTOS SOUZA	habilitado

7. TECNICO EM EDUCACAO FISICA - TERESINA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	FRANCK RONYELLE DE SOUSA LIMA	classificado
2.	JOSEMIRO TEIXEIRA LIMA	habilitado
3.	JOAO VITOR DE SOUSA SILVA	habilitado
4.	AISLAN ERICK PEREIRA DE SOUSA	habilitado
5.	LAISA CRUZ TORRES VIEIRA	habilitado

8. TECNICO EM NUTRICAO E DIETETICA - TERESINA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	ROSANA RODRIGUES DE SOUSA	classificado
2.	PRISCILLA RINA TESHIMA	habilitado
3.	LARISSA SPINDOLA RODRIGUES	habilitado
4.	REGIELLY DE OLIVEIRA PEREIRA	habilitado
5.	JÔSY SOLANGI MARANHAO SANTOS	habilitado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. TECNICO EM SEGURANCA DO TRABALHO - TERESINA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	JOÃO FRANCISCO DE MORAIS JUNIOR	classificado (1º)
2.	JADELSON PEREIRA DA SILVA	classificado (2º)
3.	TIAGO NUNES DOS SANTOS	habilitado
4.	FERNANDA LEAL FERREIRA	habilitado
5.	MARIA EDINALVA PEREIRA DE BRITO	habilitado
6.	KARINE VASCONCELOS DE LIMA	habilitado
7.	ALLINE GRAZIELE SILVA FERNANDES	habilitado
8.	THIAGO GOMES CARDOSO	habilitado

10. TRADUTOR E INTERPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS - TERESINA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	RÔMULO DE LIMA SOUSA	classificado (1º)
2.	RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS TEIXEIRA	classificado (2º)
3.	CARLOS ANTONIO DE SOUSA JUNIOR	habilitado
4.	JO CARLOS NEVES FREITAS	habilitado
5.	MARIA DO AMPARO PASSOS SILVA	habilitado
6.	BETH BORGES BARBOSA	habilitado
7.	WILLIAM DIAS CARDOSO	habilitado

11. TECNICO DE LABORATORIO/AREA: ALIMENTOS E NUTRICAO - PICOS

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	ALCIENE PACHECO DA SILVA	classificado (1º)
2.	EMANUELA RIBEIRO MOURA	habilitado
3.	JAKNEA DOS SANTOS LEAL	habilitado
4.	CÍCERA ROCHA DE SOUZA	habilitado
5.	SABRINA ALMONDES TEIXEIRA	habilitado

12. HIALOTECNICO - TERESINA

Ordem	Nome do candidato	Resultado
1.	LARISSA PAZ DE CARVALHO LOPES SILVA	classificado (1º)
2.	FRANCISCO BRUNO DA SILVA BEZERRA	habilitado
3.	VALDIVANIA ALBUQUERQUE DO NASCIMENTO	habilitado
4.	JAILSON DOS SANTOS COSTA	habilitado
5.	DANILO RODRIGUES BARBOSA	habilitado

JOSÉ ARIMATÉIA DANTAS LOPES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 3.358, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Prorrogar por 1 (um) ano, a contar de 06 de janeiro de 2016, o prazo de validade do Concurso Público Nº 42/2014 destinado ao provimento de cargos do Quadro Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, a que se refere o Edital de Homologação Nº 02/2015, publicado no DOU nº 4 de 07/01/2015, seção 3, retificado conforme publicações no DOU nº 9 de 14/01/2015, seção 3, página 67; no DOU nº 14 de 21/01/2015, seção 3, página 45; e no DOU nº 65 de 07/04/2015, seção 3, página 50.

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.012, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201208867, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), mantido pela UNIGRAN Educacional, os polos de apoio presencial situados nos seguintes endereços:

1- Rua Wilmar Martinez Marques, Nº 370, bairro Centro, Município de Antônio João, Estado do Mato Grosso do Sul;

2- Rua Brasilândia, Nº 172, bairro Centro, Município de Bataguassu, Estado do Mato Grosso do Sul;

3- Rua Sete de Setembro, Nº 11 - 27, bairro Centro, Município de Bauru, Estado de São Paulo;

4- Rua Conde D'Eu, bairro Jardim Paraíso, Município de Campinas, Estado de São Paulo;

5- Rua Pio XII, Nº 519 D, bairro Centro, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina;

6- Rua Jonas F. de Araujo, Nº 451, bairro Centro, Município de Deodápolis, Estado do Mato Grosso do Sul;

7- Avenida T 9, Nº 4586, bairro Jardim Planalto, Município de Goiânia, Estado de Goiás;

8- Rua Independência, Nº 826, bairro Centro, Município de Igrejinha, Estado do Rio Grande do Sul;

9- Rua Antonio Jose Ferreira, Nº 2520, bairro Centro, Município de Maracaju, Estado do Mato Grosso do Sul;

10- Rua Sobradinho, Nº 301, bairro São Jorge. Município de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul;

11- Avenida General Netto, Nº 304, bairro Centro, Município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul;

12- Rua dos Andradas, Nº 1560, bairro Centro Histórico, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul;

13- Rua Capitão Salomão, Nº 121 A, bairro Campos Elíseos, Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo;

14- Rua Juviano Medeiros, Nº 1700, bairro Centro, Município de Rio Brilhante, Estado do Mato Grosso do Sul;

15- Rua Rubem Braga, Nº 110, bairro Jardim Atlântico, Município de Rondonópolis, Estado do Mato Grosso;

16- Rua Caetano José Ferreira, Nº 401, bairro Kobrasol, Município de São José, Estado de Santa Catarina;

17- Rua João Mesquita, Nº 2452, bairro Boa Vista, Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo;

18- Rua Almirante Tamandaré, Nº 1358, bairro Centro, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina;

19- Rua Adolfo Claro de Almeida, Nº 65, bairro Jardim das Magnólias, Município de Sorocaba, Estado de São Paulo;

20- Avenida Mato Grosso, Nº 442 - W, bairro Centro, Município de Tangará da Serra, Estado do Mato Grosso;

21- Avenida Tamoios, sala 13, Nº 1350, bairro Centro, Município de Tupã, Estado de São Paulo;

22- Rua São Sebastião, Nº 259, bairro Centro, Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais e,

23- Rua XV de Novembro, Nº 620, bairro Centro, Município de Videira, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.013, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201400785, RESOLVE:

Art. 1º Ficam credenciados, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Universidade Paulista (UNIP), mantida pela Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO, os polos de apoio presencial situados nos seguintes endereços:

1- Rua Alcides Seixas, Nº 180, bairro Sham, Município de Parintins, Estado do Amazonas;

2- PC Largo de Fatima, Nº 379, bairro Centro, Município de Penedo, Estado de Alagoas;

3- Rua Emílio Medice, Nº 2965, bairro Agreste, Município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá;

4- Rua Quinze de Novembro, Nº 37, bairro Centro, Município de Alagoinhas, Estado da Bahia;

5- Rua Princesa Isabel, Nº 42, bairro Centro, Município de Barreiras, Estado da Bahia;

6- Avenida Comercial, 1º 2º e 3º andar, Nº 100, bairro Centro, Município de Camaçari, Estado da Bahia;

7- Rua Floresta, s/n, bairro Loteamento Pousada das Mangueiras, Município de Capim Grosso, Estado da Bahia;

8- Rua 29 de Julho, Nº 279, bairro Suzana, Município de Cruz das Almas, Estado da Bahia;

9- Rodovia BR 101, Km 719, s/n, bairro Urbis I, Município de Eunápolis, Estado da Bahia;

10- Rua Domingos Barbosa de Araújo, Nº 385, bairro Centro, Município de Feira de Santana, Estado da Bahia;

11- Rua Dr. Cláudio Abílio Aragão, Nº 88, bairro Morada do Sol, Município de Irecê, Estado da Bahia;

12- Avenida Rio de Janeiro, s/n, bairro Loteamento Bahia, Município de Itaberaba, Estado da Bahia;

13- Avenida Aziz Maron, Nº 1017, bairro Jardim Vitória, Município de Itabuna, Estado da Bahia;

14- Rua Paz e Liberdade, Nº 54, bairro Palmeira, Município de Jaguaquara, Estado da Bahia;

15- Rua Virgínia Ribeiro, Nº 222, bairro Jequiezinho, Município de Jequié, Estado da Bahia;

16- Rua Mato Grosso, Quadra 19, Lote 24, s/n, bairro Centro, Município de Luís Eduardo Magalhães, Estado da Bahia;

17- Rua Padre Macário de Freitas, Nº 03, bairro Centro, Município de Macaúbas, Estado da Bahia;

18- Rua Senador Costa Pinto, Nº 245, bairro Centro, Município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia;

19- Loteamento Rita de Cássia, s/n, bairro Graça, Município de Valença, Estado da Bahia;

20- Rua Valdomiro Marçal, Nº 361, bairro Triângulo, Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará;

21- Rua Jose Mauro Ribeiro, Nº 126, bairro Centro, Município de Quixeramobim, Estado do Ceará;

22- Rua Custódio Bezerra, s/n, bairro de Alto Brilhante, Município de Tauá, Estado do Ceará;

23- Avenida Comercial Condomínio San Diego, Lote 24/25, bairro Jardim Botânico, Brasília, Distrito Federal;

24- Quadra 14, Área Especial, Lotes 24 e 27, Sobradinho, Brasília, Distrito Federal;

25- QE 13 Conjunto E, Nº 5, Guará, Brasília, Distrito Federal;

26- Rua 24 Norte - Lotes 9, 10, 11, Térreo, s/n, Norte, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal;

27- QN 506 Conjunto 3, Lote 01, Loja 04 e Lote 02, Loja 04, s/n, Samambaia Sul, Brasília, Distrito Federal;

28- Avenida Independência, Quadra 18, Lote 02, Parte A, Centro, Brasília, Distrito Federal;

29- Rua Dr. Wanderley, Nº 571, bairro Centro, Município Alegre, Estado do Espírito Santo;

30- Rua Rubens Rangel, Nº 600, bairro Cidade Nova, Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo;

31- Avenida Agenor Luiz Heringer, Nº 865, bairro Centro, Município de Pinheiros, Estado do Espírito Santo;

32- Quadra 41, Lote 2, s/n, bairro Jardim Brasília, Município de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás;

33- Rua Wilson da Paixão, Nº 170, bairro Mãe de Deus, Município de Catalão, Estado de Goiás;

34- Rua Goiás, Nº 1671, bairro Centro, Município de Cristalina, Estado de Goiás;

35- Avenida Ivone Saad, Nº 225, bairro Centro, Município de Formosa, Estado de Goiás;

36- Avenida Presidente Getúlio Vargas, Nº 17, bairro Santa Mônica, Município de Mozarlândia, Estado de Goiás;

37- Rua Santo Inácio, Quadra 02, Lote 04, s/n, bairro Bueno, Município de Piracanjuba, Estado de Goiás;

38- Avenida Goiás, Salas 2, 3 e 4, Nº 746, bairro Setor Alto Alegre, Município de São Miguel do Araguaia, Estado de Goiás;

39- Quadra 10, Lote 06, Lojas 03, 04 e 05, s/n, bairro Centro, Município de Valparaíso de Goiás, Estado de Goiás;

40- Rua Osvaldo Cruz, Nº 1177, bairro Centro, Município de Bacabal, Estado do Maranhão;

41- Rua Joaquim Coelho, Nº 148, bairro Centro, Município de Balsas, Estado do Maranhão;

42- Rua Sebastião Archer, Nº 681, bairro Centro, Município de Chapadinha, Estado do Maranhão;

43- Rua Dom Pedro I, Nº 3, bairro União, Município de Imperatriz, Estado do Maranhão;

44- Rua Comendador Manoel Pedro de Oliveira, Nº 1525, bairro Cidade Alta, Município de Aripuanã, Estado do Mato Grosso;

45- Avenida Campo Grande, s/n, bairro Estação da Luz, Município de Campo Verde, Estado do Mato Grosso;

46- Rua Ji-Paraná, s/n, bairro Castelo dos Sonhos, Município de Colniza, Estado do Mato Grosso;

47- Avenida Castelo Branco, s/n, bairro Centro, Município de Confresa, Estado do Mato Grosso;

48- Avenida Jatobá, Nº 353, bairro Centro, Município de Guarantã do Norte, Estado do Mato Grosso;

49- Rua Goiás, Nº 20, bairro Centro, Município de Juruena, Estado do Mato Grosso;

50- Rua Bento Alexandre dos Santos, Nº 141, bairro Centro, Município de Mirassol d´Oeste, Estado do Mato Grosso;

51- Rua Alaor Soares de Souza, Antiga Rua J, s/n, bairro Jardim Paraná, Município de Nobres, Estado do Mato Grosso;

52- Rua Antonio Leandro de Menezes, Nº 4259, bairro Centro, Município de Aparecida do Taboado, Estado do Mato Grosso do Sul;

53- Rua Cândido Mariano, Nº 374, bairro Centro, Município de Aquidauana, Estado do Mato Grosso do Sul;

54- Rua Tiradentes, Nº 322, bairro Centro, Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul;

55- Rua Major Saint Clair Fernandes Valadares, Nº 590, bairro Primavera II, Município de Arinos, Estado de Minas Gerais;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

56- Avenida Governador Benedito Valadares, Nº 9, bairro São Sebastião, Município de Barbacena, Estado de Minas Gerais;
57- Rua Dr. Viotti, Nº 134, bairro Centro, Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais;
58- Rua das Palmeiras, Nº 73 B, bairro Colina Verde, Município de Guanhães, Estado de Minas Gerais;
59- Rua Capitão Paula, Nº 55, bairro Centro, Município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais;
60- Avenida Getúlio Vargas, Nº 433, bairro Areia Preta, Município de João Monlevade, Estado de Minas Gerais;
61- Avenida Barão do Rio Branco, Nº 3480/601, bairro Alto dos Passos, Município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais;
62- Rua Nelício Cordeiro, s/n, bairro Israel Pinheiro, Município de Nanuque, Estado de Minas Gerais;
63- Rua Antonio Jardim, Nº 276, bairro Centro, Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais;
64, Rua Sebastião Fonseca Viana, Nº 31, bairro Nazia, Município de Vespasiano, Estado de Minas Gerais;
65- Rua Doutor Milton Bandeira, Nº 380, bairro Vereda do Bosque, Município de Viçosa, Estado de Minas Gerais;
66- Avenida Getúlio Vargas, Nº 89, bairro Centro, Município de Anapu, Estado do Pará;
67- Rodovia Bragança Viseu, Nº 10, bairro Riozinho, Município de Bragança, Estado do Pará;
68- Rua Benedito Costa, Nº 417, bairro Centro, Município de Canaã dos Carajás, Estado do Pará;
69- Travessa Alfredo Chaves, Nº 560, bairro Humarizal, Município de Mãe do Rio, Estado do Pará;
70- Travessa José Gabriel Guerreiro, Nº 996, bairro Santíssimo, Município de Oriximiná, Estado do Pará;
71- Rua 23, s/n, bairro Vila Paulista, Município de Ourilândia do Norte, Estado do Pará;
72- Rodovia PA 256, Nº 01, bairro Nova Conquista, Município de Paragominas, Estado do Pará;
73- Rua Dez, Nº 225, bairro União, Município de Parauapebas, Estado do Pará;
74- Rodovia PA 124, Km 01, bairro Atlântico I, Município de Salinópolis, Estado do Pará;
75- Rua São Sebastião, Nº 71, bairro Centro, Município de Santa Maria do Pará, Estado do Pará;
76- Avenida Vinicius de Freitas, Nº 135, bairro Centro, Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará;
77- Avenida Piauí, Nº 2077, bairro São José, Município de São Félix do Xingu, Estado do Pará;
78- Avenida Balata, s/n, bairro das Flores, Município de Tucumã, Estadodo Pará;
79- Avenida Raimundo Veridiano Cardoso, Nº 151 A, bairro Centro, Município de Tucuruí, Estado do Pará;
80- Avenida Perimetral Norte, s/n, bairro Centro, Município de Uruará, Estado do Pará;
81- Rua Antônio Gomes Bilby, Nº 445, bairro Bela Vista, Município de Itaituba, Estado do Pará;
82- Avenida Orlando Luís Muraro, Quadra 44, Lote 09, bairro Marajoara, Município de Xinguara, Estado do Pará;
83- Rua José Leal, Nº 32, bairro Limeira, Município de Picuí, Estado da Paraíba;
84- Avenida Padre Diniz, Colégio Padre Diniz, s/n, bairro Centro, Município de Itaporanga, Estado da Paraíba;
85- Avenida Chateaubriand, Nº 164, bairro Santo Antonio, Município de Carpina, Estado de Pernambuco;
86- Avenida Visconde do Rio Branco, Nº 212, bairro São Sebastião, Município de Palmares, Estado de Pernambuco;
87- Rua João Pessoa, Nº 01, bairro Centro, Município de São José do Egito, Estado de Pernambuco;
88- Rua das Rosas, Nº 1, bairro Residencial Araucária, Município de Arapoti, Estado do Paraná;
89- Rua Antonio Sartori, Nº 981, bairro Centro, Município de Bandeirantes, Estado do Paraná;
90- PR 160, s/n, bairro Conjunto Universitário, Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná;
91- Avenida Júlio Assis Cavalheiro, Nº 1133, bairro Centro, Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná;
92- Rua Nilo Sampaio, Nº 179, bairro Centro, Município de Ibaiti, Estado do Paraná;
93- Avenida Getúlio Vargas, Nº 189, bairro Centro, Município de Jacarezinho, Estado do Paraná;
94- Rua Santa Catarina, Nº 04, bairro Jardim Nossa Sra. de Fatima, Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná;
95- Rua Conselheiro Corrêa, Nº 18, bairro Jardim Eldorado, Município de Paranaguá, Estado do Paraná;
96- Rua Souza Naves, Nº 2120, bairro Centro, Município de Paranavaí, Estado do Paraná;
97- Rua Pedro Salomão, Nº 360, bairro Centro, Município de Santa Mariana, Estado do Paraná;
98- Avenida Rocha Pombo, Nº 1953, bairro São Cristóvão, Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná;
99- Rua Luís Damásio Santos Lima, Nº 987, bairro Centro, Município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná;
100- Avenida Joaquim da Costa Lima, Nº 6402, bairro Wona, Município de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro;
101- Rua Dinorah Pereira Combat, Nº 39, bairro Centro, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro;
102- Rua Vereador Francisco Sabino da Costa, Nº 169, bairro Centro Município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro;
103- Rua Vereador Russani Elías José, Nº 108, bairro Centro, Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro;
104- Rua Quarenta e Dois, Nº 8, bairro Santa Cecília, Município de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro;
105- Rua Professor Eliah Maia do Rêgo, Nº 1, bairro Cohabinal, Município de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte;
106- Rua Venâncio Aires, Sala 1, Nº 360, bairro Centro, Município de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul;
107- Rua Pinheiro Machado, Nº 488, bairro Centro, Município de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul;
108- Rua Pedro Vargas, Nº 1070, bairro Centro, Município de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul;
109- Rua Pará, Nº 187, bairro Centro, Município de Charqueadas, Estado do Rio Grande do Sul;
110- Avenida Benjamin Constant, Nº 538, bairro Centro, Município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul;
111- Rua Miguel Couto, Sala 1, Nº 503, bairro Centro, Município de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul;
112- Rua José Bonifácio, Salas 203 e 204, Nº 328, bairro Centro, Município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul;
113- Rua Dr. Pereira Filho, Nº 173, bairro Centro, Município de Iraí, Estado do Rio Grande do Sul;
114- Rua Conde de Porto Alegre, Nº 222, bairro Centro, Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul;
115- Rua General Mallet, Nº 497, bairro Centro, Município de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul;
116- Rua Monsenhor Wolski, Nº 1692, bairro Centro, Município de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul;
117- Rua Reinaldo Schmaedecke, Nº 1212, bairro Centro, Município de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul;
118- Rua Santa Catarina, Nº 3861, bairro Centro, Município de Alta Floresta D´Oeste, Estado de Rondônia;
119- Avenida Juscelino Kubitschek, Nº 4068, bairro Setor 14, Município de Nova Brasilândia D´Oeste, Estado de Rondônia;
120- Rua Tiradentes, s/n, bairro Cidade Alta, Município de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia;
121- Rua Anita Garibaldi, Nº 3185, bairro Primavera, Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina;
122- Rua Adelino Mangini, Nº 410, bairro Centro, Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina;
123- Rua Felipe Schimidt, Nº 480, bairro Centro, Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina;
124- Rua Brasílio Celestino de Oliveira, Nº 503, bairro Alto de Mafra, Município de Mafra, Estado de Santa Catarina;
125- Rua Monte Verde, Nº 77, bairro Passa Vinte, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina;
126- Rua Princesa Isabel, Nº 34, bairro Centro, Município de Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe;
127- Rua Sergipe, Nº 1685, bairro Centro, Município de Avaré, Estado de São Paulo;
128- Avenida Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, Nº 552, bairro Jardim Silveira, Município de Barueri, Estado de São Paulo;
129- Avenida Loureiro Dell Porto, Nº 254, bairro Centro, Município de Caieiras, Estado de São Paulo;
130- Avenida Marquês de São Vicente, Nº 3001, bairro Água Branca, Município de São Paulo, Estado de São Paulo;
131- Avenida Nove de Abril, Nº 3400, bairro Vila Nova, Município de Cubatão, Estado de São Paulo;
132- Rua Mar Vermelho, Nº 249, bairro Estância Embuarama, Município de Embu, Estado de São Paulo;
133- Rua Antônio Soriano Dias, Nº 1020, bairro Vila Espanhola, Município de Francisco Morato, Estado de São Paulo;
134- Rua General Rondon, Nº 120, bairro Vila Barbosa, Município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo;
135- Rua Olho D Água do Casado, Nº 21, bairro Jardim Carvalho, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo;
136- Avenida Emílio Ribas, Nº 719, bairro Jardim Tijuco, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo;
137- Rua Clementino Pereira Rodrigues, Nº 265, bairro Jardim das Palmeiras, Município de Itapecerica da Serra, Estado de São Paulo;
138- Rua Ismênia de Abreu Dias, Nº 126, bairro Vila Doutor Cardoso, Município de Itapevi, Estado de São Paulo;
139- Rua João Batista Veiga, Nº 1725, bairro Centro, Município de Itararé, Estado de São Paulo;
140. Rua José Siqueira, Nº 251, bairro Centro, Município de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo;
141- Rua Euclides de Figueiredo, Nº 135, bairro Vila Tibiriçá, Município de Santo André, Estado de São Paulo;
142- Avenida Senador César Lacerda de Vergueiro, Nº 81/87, bairro Ponta da Praia, Município de Santos, Estado de São Paulo;
143- Rua Júlio de Mesquita, Nº 416, bairro Paulicéia, Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo;
144- Rua Dr. Armando Sales de Oliveira, Nº 404, bairro Centro, Município de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo;
145- Rua Francisco Bautista, Nº 334, bairro Jardim Santa Cruz, Município de São Paulo, Estado de São Paulo;
146- Rua Cancioneiro Popular, Nº 178/210, bairro Chácara Santo Antonio, Município de São Paulo, Estado de São Paulo;
147- Rua Padre Carvalho, Nº 566, bairro Pinheiros, Município de São Paulo, Estado de São Paulo;
148- Avenida Paulista, Nº 900, bairro Bela Vista, Município de São Paulo, Estado de São Paulo;
149- Rua Amazonas da Silva, Nº 737/739, bairro Vila Guilherme, Município de São Paulo, Estado de São Paulo;
150- Rua Doutor Bacelar, Nº 1212, bairro Vila Clementino, Município de São Paulo, Estado de São Paulo;
151- Rua Apeninos, Nº 267, bairro Aclimação, Município de São Paulo, Estado de São Paulo;
152- Rua São Jorge, Nº 560, bairro Tatuapé, Município de São Paulo, Estado de São Paulo;
153- Rua Francisco de Toledo, Nº 643, bairro Caixa D'água, Município de Tietê, Estado de São Paulo e,
154- Rua João Duarte Ferreira, Nº 180 e 260, bairro Mato Dentro, Município de Ubatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.014, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201353942, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância do Centro Universitário Jorge Amado - UNIJORGE, mantido pela ASBEC - Sociedade Baiana de Educação e Cultura S/A, os polos de apoio presencial situados nos seguintes endereços:

1- Rua Luís Viana, Nº 104, bairro Centro, Município de Alagoinhas, Estado da Bahia;
2- Av. Julivaldo M. de Vasconcelos, Nº 190, bairro Centro, Município de Aporá, Estado da Bahia;
3- Rua 7 Setembro, Nº 330, bairro Centro, Município de Araci, Estado da Bahia;
4- Rua Vinte e Quatro de Outubro, Sala Comercial 106, Nº 590, bairro Centro, Município de Barreiras, Estado da Bahia;
5- BA 522, Km 08, Fazenda Caroba, s/n, Município de Candeias, Estado da Bahia;
6- Rua Barão de Cotegipe, Nº 1130, bairro Centro, Município de Feira de Santana, Estado da Bahia;
7- Rua Antonio Coelho, Escola Municipal Elodia Veloso de Souza, s/n, bairro Elizeu Leal, Município de Gandu, Estado da Bahia;
8- Avenida Itabuna, Nº 2388, bairro Centro, Município de Ilhéus, Estado da Bahia;
9- Rua Maria Bella, s/n, bairro Centro, Município de Iraquara, Estado da Bahia;
10- Avenida Raimundo Bonfim, Nº 265, bairro Coopirecê, Município de Irecê, Estado da Bahia;
11- Rua Quintino Bocaíuva, Nº 104, bairro Centro, Município de Itambé, Estado da Bahia;
12- Rua Plinio de Castro, s/n, bairro Centro, Município de Ituaçu, Estado da Bahia;
13- Praça Castro Alves, Nº 60, bairro Centro, Município de Jacobina, Estado da Bahia;
14- Lot. Jardim Aeroporto, Lt. 08/10, s/n, bairro Pitangueiras, Município de Lauro de Freitas, Estado da Bahia;
15- Rua Antônio da Rocha Dias, Nº 145, bairro Centro, Município de Maracás, Estado da Bahia;
16- Praça dos Garimpeiros, s/n, bairro Centro, Município de Mucugê, Estado da Bahia;
17- Rua Valdívio Costa, s/n, bairro Parque Ecológico, Município de Porto Seguro, Estado da Bahia;
18- Rua Paraná, Nº 851, bairro Centro, Município de Ribeira do Pombal, Estado da Bahia;
19- Rua Gileno Dantas, Nº 119, bairro Centro, Município de Rio Real, Estado da Bahia;
20- Rua Silveira Martins, Shopping Conexão, Nº 27, bairro Cabula, Município de Salvador, Estado da Bahia;
21- Rua Miguel Calmon, Edf. São Paulo, Nº 42, bairro Comércio, Município de Salvador, Estado da Bahia;
22- Avenida Antônio Carlos Magalhães, empresarial Tomé de Souza 1121, Nº 3244, bairro Caminho das Árvores, Município de Salvador, Estado da Bahia;
23- Rua da Mouraria, Nº 46, bairro Mouraria, Município de Salvador, Estado da Bahia;
24- Rua Pará, Nº 301, bairro Pituba, Município de Salvador, Estado da Bahia;
25- Rua Dr. José Peroba, Edf. Empresarial Sagarana, Nº 123, bairro Stiep, Município de Salvador, Estado da Bahia;
26- Rua São Bento, Prédio da Maçonaria, Térreo, s/n, bairro Centro, Município de Santo Amaro, Estado da Bahia;
27- Rua Capitão Apolinário, Nº 01, bairro Estácio, Município de Serrinha, Estado da Bahia;
28- BR 116, Entroncamento, Escola Municipal Maria Aydil Borges Martins Prado, s/n, bairro Entroncamento, Município de Tucano, Estado da Bahia;
29- Rua Fernando Lona, Nº 181, bairro Pombal, Município de Ubaitaba, Estado da Bahia e,
30- Rua Dalmo Goes, Nº 110, bairro Graça, bairro Valença, Estado da Bahia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.015, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201406302, resolve:

Art. 1º Fica indeferido o pedido de credenciamento, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Faculdade Educacional da Lapa - FAEL, mantida pela Sociedade Técnica Educacional da Lapa Sociedade Simples Ltda, do polo de apoio presencial situado no seguinte endereço:

I) Rua Rui Barbosa, Nº 1441, bairro Vila Seixas, Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.016, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201352728, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Universidade Paranaense - UNIPAR, mantida pela Associação Paranaense de Ensino e Cultura, os polos de apoio presencial situados nos seguintes endereços:

1- Rua das Pombas, Nº 144 Sala 3, bairro Centro, Município de Arapongas, Estado do Paraná;

2- Rua Carlos Zingmand, S/N, lote 4, quadra 5, bairro Redentor, Município de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro;

3- Rua Francisco Teodoro, Nº 633, bairro Vila Industrial, Município de Campinas, Estado de São Paulo;

4- Rua Pedro David Medeiros, Nº 210, bairro Jardim Paulista, Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul;

5- Avenida Afonso Botelho, Nº 708, bairro Centro, Município de Campo Mourão, Estado do Paraná;

6- Avenida Paraná, Nº 1050, bairro Centro, Município de Capanema, Estado do Paraná;

7- Rua Marechal José B. Bormann - E, Nº 593-E, bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina;

8- Rua Princesa Isabel, Nº 63, bairro Centro, Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina;

9- Rua Dom Pedro II, Nº 400, bairro Jardim Horácio Cabral, Município de Rolândia, Estado do Paraná;

10- Rua Espírito Santo, Nº 79, bairro Cerâmica, Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo e,

11- Rua Almirante Tamandaré, Nº 721, bairro Centro, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista os Decretos nº 5.773, de 09 de maio de 2006 e nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201209187, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso superior de tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Bacharelado, na modalidade a distância, a ser ofertado pela Faculdade do Maranhão - FACAM-MA, com sede na Rua Trinta e Oito, Lote 03, bairro Bequimão, no Município de São Luís, no Estado do Maranhão, mantida pela SOMAR - Sociedade Maranhense De Ensino Superior Ltda - ME, com sede nos mesmos Município e Estado, com 800 (oitocentas) vagas totais anuais, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2º Os polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do Art. 10 do Decreto nº 5.622, de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007, do curso neste ato autorizado, são, exclusivamente, aqueles constantes do ato oficial de credenciamento para educação a distância, emitido por este Ministério para a instituição.

Parágrafo único. A utilização, pela Instituição, de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso, neste ato autorizado, nos termos do art. 35 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.018, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista os Decretos nº 5.773, de 09 de maio de 2006 e nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201209183, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de Matemática, Licenciatura, na modalidade a distância, a ser ofertado pela Faculdade do Maranhão - FACAM-MA, com sede na Rua Trinta e Oito, Lote 03, bairro Bequimão, no Município de São Luís, no Estado do Maranhão, mantida pela SOMAR - Sociedade Maranhense De Ensino Superior Ltda - ME, com sede nos mesmos Município e Estado, com 1.800 (mil e oitocentas) vagas totais anuais, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2º Os polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do Art. 10 do Decreto nº 5.622, de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007, do curso neste ato autorizado, são, exclusivamente, aqueles constantes do ato oficial de credenciamento para educação a distância, emitido por este Ministério para a instituição.

Parágrafo único. A utilização, pela Instituição, de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso, neste ato autorizado, nos termos do art. 35 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.019, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista os Decretos nº 5.773, de 09 de maio de 2006 e nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201414001, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de Formação de Docentes para a Educação Básica, Licenciatura, na modalidade a distância, a ser ofertado pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL, com sede na Rodovia Olívio Belich Km 30, s/n, bairro Boqueirão, no Município da Lapa, no Estado do Paraná, mantida pela Sociedade Técnica Educacional da Lapa Sociedade Simples Ltda, com sede nos mesmos Município e Estado, com 6.000 (seis mil) vagas totais anuais, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2º Os polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do Art. 10 do Decreto nº 5.622, de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007, do curso neste ato autorizado, são, exclusivamente, aqueles constantes do ato oficial de credenciamento para educação a distância, emitido por este Ministério para a instituição.

Parágrafo único. A utilização, pela Instituição, de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso, neste ato autorizado, nos termos do art. 35 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.020, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201304089, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Universidade Anhangüera (UNIDERP), mantida pela Anhanguera Educacional Ltda, os polos de apoio presencial situados nos seguintes endereços:

1- Rua São João, Nº 680, lado par, bairro Caititus, Município de Arapiraca, Estado de Alagoas;

2- Avenida Torquato Tapajós, Nº 5238, bairro Flores, Município de Manaus, Estado do Amazonas;

3- Avenida 7 de setembro, Nº 1936, bairro Centro, Município de Manaus, Estado do Amazonas;

4- Rua Nova República, Nº 99, bairro Colônia Antônio Aleixo, Município de Manaus, Estado do Amazonas;

5- Rua do Colégio, S/N, bairro Centro, Município de Abaíra, Estado da Bahia;

6- Rua Teotônio da Cunha Viana, Nº 111, bairro São Sebastião, Município de Guanambi, Estado da Bahia;

7- Rua Mércia Guimarães Barbosa, nº 200, bairro Centro, Município de Ibicoara, Estado da Bahia;

8- Rua da Aurora, Nº 23, Bairro do Leader, Município de Jacobina, Estado da Bahia;

9- Rua Osmar Guedes, Nº 109, Bairro São Francisco, Município de Xique-Xique, Estado da Bahia;

10- Rua Juaci Sampaio Pontes, Nº 2448, Bairro Cigana, Município de Caucaia, Estado do Ceará;

11- Avenida Frei Cirilo, Nº 4454, bairro Messejana, Município de Fortaleza, Estado do Ceará;

12- Rua Conselheiro João Lourenço, Nº 406, bairro Centro, Município de Tianguá, Estado do Ceará;

13- Edifício Super Center Venâncio 2000 SC/SUL - Quadra 08, Bloco B60, Salas 501-504, 5º andar, Brasília, Distrito Federal;

14- Rua S 3, Nº 692, bairro Setor Bela Vista, Município de Goiânia, Estado de Goiás;

15- Rua Pedro Roriz, Q. 64, s/n, bairro Centro, Município de Inhumas, Estado de Goiás;

16-Rua Esmerindo Pereira, Nº 1451, Quadra 6, Lote 4 - Aeroporto Sul, Município de Iporá, Estado de Goiás;

17- Rua 6, Nº 1, bairro Setor Arco Iris Park, Município de Jaraguá, Estado de Goiás;

18- Quadra 132, Parque Mingone II, Município de Luziânia, Estado de Goiás;

19- Rua Ibirapuera, Nº 415, bairro Jardim Marista, Município de Trindade, Estado do Goiás;

20- Rua 24 de Agosto, Nº 201, bairro Centro, Município de Chapadinha, Estado do Maranhão;

21- AC Colinas, Nº 100, Travessa Carlos Gomes, Bairro Centro, Município de Colinas, Estado do Maranhão;

22- Rua Monte Castelo, Nº 161, no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão;

23- Av. Coronel Catão, S/N, bairro Centro, Município de Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão;

24- Rua do Comércio, s/n, bairro Centro, Município de Nova Olinda do Maranhão, Estado do Maranhão;

25- Rua Mogno, Nº 10, Bairro Tocaia Grande, Município de Juara, Estado de Mato Grosso;

26- Rua Bahia, Nº 3739, bairro Tamandaré III, Município de Mirassol d´Oeste, Estado do Mato Grosso;

27- Avenida Ary Coelho, Nº 829, bairro Cidade Salmen, Município de Rondonópolis, Estado do Mato Grosso;

28- Rua São Judas Tadeu, Nº 44, bairro Água Vermelha - Marajoara, Município de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso;

29- Avenida Alexandre Herculano, Nº 1400, bairro Jardim Veraneio, Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul;

30- Avenida Fernando Corrêa da Costa, Nº 1800, bairro Centro, Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul;

31- Avenida Assis Chateaubriand, Nº 127, até 399/400, bairro Floresta, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;

32- Av. Aureliano Chaves, Nº 92, bairro Centro, Município de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais;

33- Rua Caetano José dos Santos, Nº 60, bairro N. Srª Aparecida, Município de Bonfim, Estado de Minas Gerais;

34- Av. Dr. João Pinheiro, Nº 4042, bairro Pedra Branca, Município de Caeté, Estado de Minas Gerais;

35- Avenida Moacir de Matos, Nº 49, bairro Centro, Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais;

36- Avenida Londres, Nº 47, Bairro Eldorado, Município de Contagem, Estado de Minas Gerais;

37- Rua Doutor Teixeira Soares, Nº 400, bairro Centro, Município de Formiga, Estado de Minas Gerais;

38- Rua José Maria Taitson, Nº 351, sala 506, bairro Centro, Município de Ibirité, Estado de Minas Gerais;

39- Rua Vereador Ildeu Viana de Matos, Nº 273, bairro Centro, Município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais;

40- Rua Major Fidélis, Nº 320, Bairro Centro, Município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais;

41- Rua José de Santana, Nº 1370, bairro Centro, CEP 38700052, Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais;

42- Rua Dr. Mário Malaquias, Nº 108, bairro Centro, Município de Pitangui, Estado de Minas Gerais;

43- Avenida 18, Nº 388, bairro Novo Horizonte, Município de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais;

44- Rua Sete de Setembro, Nº 2355 - de 2191/2192 ao fim, bairro Esplanada do Xingu, Município de Altamira, Estado do Pará;

45- Rua Jorge Rossi nº 41, Bairro Santos Dumont, Município de Benevides, Estado do Pará;

46- Travessa Floriano Peixoto, Nº 1404, de 1701/1702 a 2648/2649, bairro Centro, Município de Castanhal, Estado do Pará;

47- Rua Tiradentes, Nº 245, Bairro Centro, Município de Araripina, Estado de Pernambuco;

48- Rua Ernesto Dourado, Nº 196, bairro Heliópolis, Município de Garanhuns, Estado do Pernambuco;

49- Rua Aureliano Francisco Neto, Nº 39, bairro Atrás da Banca, Município de Petrolina, Estado de Pernambuco;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

50- Rua Major Vicente de Castro, Nº 2575, bairro Centro, Fanny, Município de Curitiba, Estado do Paraná;

51-Rua Norberto de Brito, 510, bairro Centro, Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná;

52- Rua Guaíra, Nº 3490, de 2346/2347 ao fim, bairro Jardim La Salle, Município de Toledo, Estado do Paraná;

53- Rua Expedicionários, Nº 930, bairro Centro, Município de Wenceslau Braz, Estado do Paraná;

54- Estrada de Cabuçu, S/N, bairro Caluge, Município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro;

55- Rua General Bocaiúva, Nº 546, bairro Centro, Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro;

56- Rua Aristide Lobo, Nº 46, bairro Rio Comprido, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

57- Boulevard 28 de Setembro, Nº 156, bairro Vila Isabel, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

58- Avenida Zero Hora, Nº 1061, bairro Jardim Algarve, Município de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul;

59- Rua Marechal Floriano, Nº 851, 2º Pavimento, Bairro Pio X, CEP 95020-370, Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;

60- Av. Maurício Cardoso, Nº 353, Município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul;

61- Rua Paulo Opplinger, Nº 50, bairro Centro, Município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul;

62- Rua Andrade Neves, Nº 2288, bairro Centro, Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul;

63- Rua Barão de Cotegipe, Nº 415, bairro Centro, Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul;

64- Rua Augusta Müller Bohner, Nº 350-d, bairro Passo dos Fortes, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina;

65- Rua José Jacques, Nº 32, bairro Centro, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina;

66- Rua 254, Nº 420, bairro Meia Praia, Município de Itapema, Estado de Santa Catarina;

67- Avenida Getúlio Vargas, Nº 594, Edifico Bellagio, bairro Centro, Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina;

68- Rua Araranguá, Nº 242, bairro América, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina;

69- Rua Hermógenes, Nº 237, bairro Centro, Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina;

70- Rua Alagoas, Nº 248, bairro Vila Maria, Município de Altinópolis, Estado de São Paulo;

71- Rua Pedro Maria Filippo, Nº 219, bairro Vila Mariana, Município de Aparecida, Estado de São Paulo;

72- Avenida Vinte e Seis de Março, Nº 1373, bairro Centro, Município de Barueri, Estado de São Paulo;

73- Rua Eliseu Corrêa Dias, Nº 325, bairro JD Belo Horizonte, Município de Bom Jesus dos Perdões, Estado de São Paulo;

74- Avenida Rio Branco, Nº 451, bairro Centro, Município de Braúna, Estado de São Paulo;

75- Av. Professor Castorino de Almeida, Nº 300, Município de Capela do Alto, Estado de São Paulo;

76- Praça Archangelo Forti, Nº 21, bairro Centro, CEP: 13.360-000, Município de Capivari, Estado de São Paulo;

77- Avenida Antônio Roberto, Nº 342, bairro Jardim das Belezas, Município de Carapicuíba, Estado de São Paulo;

78- Rua Rio Grande do Sul, S/N, bairro Centro, Município de Clementina, Estado de São Paulo;

79- Av. Elias Tomazela, Nº 264, bairro Vila Seminário, Município de Conchas, Estado de São Paulo;

80- Avenida Daher Pedro, Nº 445, bairro Areão, Município de Cunha, Estado de São Paulo;

81- Rua Stélio Loureiro Machado, Nº 105, bairro Centro, Município de Flórida Paulista, Estado de São Paulo

82- Avenida Marginal do Lago, Nº 1000, bairro Pq. Marica, Município de Guaíra, Estado de São Paulo;

83- Rua João Carlos Figueiredo, Nº 11, bairro Centro, Município de Guará, Estado de São Paulo;

84-Rua Nove de Julho, Nº 676, bairro Centro, CEP 19.500-000, Município de Martinópolis, Estado de São Paulo;

85- Rua Francisco das Chagas Lima, Nº 168, bairro Centro, Município de Queluz, Estado de São Paulo;

86- Avenida Tiradentes, Nº 1656, bairro Chácara Peixe, Município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo;

87- Rua José Mendes Júnior, Nº 185, bairro Centro, Município de Santa Rosa de Viterbo, Estado de São Paulo;

88- Rua Rui Barbosa, Nº 305, bairro Centro, Município de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo;

89- Rua Michigan, Nº 962, Bairro Cidade Monções, Município de São Paulo, Estado de São Paulo;

90- Avenida Antônio Duarte, Nº 1460, Setor Praia Alta, Município de Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins e,

91- Rua Bernardino Maciel, Nº 392, esquina com a Rio Branco, Município de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.021, DE 11 DE DEZEMBRO 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista os Decretos nº 5.773, de 09 de maio de 2006 e nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201413836, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de Geografia, Licenciatura, na modalidade a distância, a ser ofertado pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL, com sede na Rodovia Olívio Belich Km 30, s/n, bairro Boqueirão, no Município da Lapa, no Estado do Paraná, mantida pela Sociedade Técnica Educacional da Lapa Sociedade Simples Ltda, com sede nos mesmos Município e Estado, com 6.000 (seis mil) vagas totais anuais, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2º Os polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do Art. 10 do Decreto nº 5.622, de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007, do curso neste ato autorizado, são, exclusivamente, aqueles constantes do ato oficial de credenciamento para educação a distância, emitido por este Ministério para a instituição.

Parágrafo único. A utilização, pela Instituição, de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso, neste ato autorizado, nos termos do art. 35 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.022, DE 11 DE DEZEMBRO 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista os Decretos nº 5.773, de 09 de maio de 2006 e nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201413929, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de História, Licenciatura, na modalidade a distância, a ser ofertado pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL, com sede na Rodovia Olívio Belich Km 30, s/n, bairro Boqueirão, no Município da Lapa, no Estado do Paraná, mantida pela Sociedade Técnica Educacional da Lapa Sociedade Simples Ltda, com sede nos mesmos Município e Estado, com 6.000 (seis mil) vagas totais anuais, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2º Os polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do Art. 10 do Decreto nº 5.622, de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007, do curso neste ato autorizado, são, exclusivamente, aqueles constantes do ato oficial de credenciamento para educação a distância, emitido por este Ministério para a instituição.

Parágrafo único. A utilização, pela Instituição, de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso, neste ato autorizado, nos termos do art. 35 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.023, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do processo e-MEC nº 201357766, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido o curso superior de tecnologia em Logística, na modalidade a distância, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, ministrado pelo Centro Universitário SENAC - SENACSP, com sede na Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, nº 823, bairro Jurubatuba, no município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC, com sede nos mesmos município e Estado, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Os Polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, do curso neste ato reconhecido, são, exclusivamente, aqueles constantes dos atos oficiais de credenciamento para educação a distância, emitidos por este Ministério para a instituição.

Parágrafo Único. A utilização de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.024, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201207783, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A, os polos de apoio presencial situados nos seguintes endereços:

1- Rua do Sol, Nº 50, bairro Centro, Município de Coruripe, Estado de Alagoas;

2- Avenida Deputado Edson Lins, Nº 302, bairro Serraria, Município de Maceió, Estado de Alagoas;

3- Avenida Doutor Antônio Gouveia, Nº 507, bairro Pajuçara, Município de Maceió, Estado de Alagoas;

4- Avenida Acariquara, Nº 09, Quadra 25, Lotes 19/20/21, bairro Honório Roldão, Município de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas;

5- Rodovia Duque de Caxias, s/n, bairro Cabralzinho, Município de Macapá, Estado do Amapá;

6- Travessa Doutor Gileno Sá de Oliveira, Nº 268, bairro Centro, Município de Barreiras, Estado da Bahia;

7- Avenida Rui Barbosa, s/n, bairro Oliveira, Município de Capim Grosso, Estado da Bahia;

8- Quadra L, Nº 02, bairro Loteamento Gilson Viana, Município de Casa Nova, Estado da Bahia;

9- Rua das Acácias, Nº 105, bairro Planalto II, Município de Catu, Estado da Bahia;

10- Avenida Senhor dos Passos, Nº 222, 230 e 242, bairro Centro, Município de Feira de Santana, Estado da Bahia;

11- Avenida José Soares Pinheiro, Nº 1191, bairro Centro, Município de Itabuna, Estado da Bahia;

12- Avenida José Soares Pinheiro, Nº 1600, bairro Centro, Município de Itabuna, Estado da Bahia;

13- Rua Pedro Tavares Cafezeiro, Nº 333, bairro Palmeira, Município de Jaguaquara, Estado da Bahia;

14- Avenida dos Navegantes, Nº 1000, bairro Manoel Carneiro, Município de Porto Seguro, Estado da Bahia;

15- Rua Professor Fernando Rocha, Nº 326, bairro Doron, Município de Salvador, Estado da Bahia;

16- Praça da Purificação, Nº 22, bairro Centro, Município de Santo Amaro, Estado da Bahia;

17- Praça da Matriz, Nº 10 A, bairro Centro, Município de Serra do Ramalho, Estado da Bahia;

18- Rua José Linhares, Nº 31, bairro Centro, Município de Valente, Estado da Bahia;

19- Rua Tabelião Facundo, Nº 395, bairro Centro, Município de Canindé, Estado do Ceará;

20- Quadra 4, Conjunto J, Lote 59/60, 2º andar, Planaltina, Brasília, Distrito Federal;

21- Rua Manoel Lopes Gomide, Nº 01, bairro Praia do Morro, Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo;

22- Avenida São Mateus, Nº 1458, bairro Araçá, Município de Linhares, Estado do Espírito Santo;

23- Rua Nelcy Lopes Vieira, Nº 199, bairro Jardim Limoeiro, Município de Serra, Estado do Espírito Santo;

24- Avenida Brasil, s/n, Quadra 13, bairro Setor Morada Verde, Município de Ceres, Estado de Goiás;

25- Avenida São Francisco, Nº 1303, bairro Santa Genoveva, Município de Goiânia, Estado de Goiás;

26- Rua CM 3, nº 331, Quadra 9B, Lote 8/15, Setor Cândida de Morais, Município de Goiânia, Estado de Goiás;

27- Avenida Rio Negro, Nº 9, Quadra 44, esquina com Rua Tuxauá, bairro Parque Amazônia, Município de Goiânia, Estado de Goiás;

28- Quadra 21, Lote 25, Nº 07, Bairro Centro, Município de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás;

29- Rua Monte Castelo, Nº 161, bairro Centro, Município de Imperatriz, Estado do Maranhão;

30- Avenida São Luís Rei de França, Nº 32, bairro Turu, Município de São Luís, Estado do Maranhão;

31- Rua Santa Cruz, Nº 455, bairro Centro, Município de Barra do Bugres, Estado do Mato Grosso;

32- Avenida Marino Catani Nº 445, bairro Campo Real II, CEP 78.840-000, Município de Campo Verde, Estado do Mato Grosso;

33- Rua das Bromélias, Nº 233, bairro Centro, Município de Colniza, Estado do Mato Grosso;

34- Rua Barão de Melgaço, Nº 222, bairro Jardim Vivenda, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso;

35- Avenida Historiador Rubens de Mendonça, Nº 3300, Shopping Pantanal, bairro Jardim Aclimação, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso;

36- Rua Tenente Lira, s/n, bairro Dom Aquino, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso;

37- Avenida das Flores, Nº 75, bairro Jardim Cuiabá, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso;

38- Rua F, Nº 100 B, bairro Loteamento São Mateus, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso;

39- Avenida das Seriemas, Nº 711 W, Sala 01, bairro Alto da Colina, Município de Nova Mutum, Estado do Mato Grosso;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

40- Rua Sergipe, s/n, bairro Jardim Popular II, Município de São José dos Quatro Marcos, Estado do Mato Grosso;
41- Avenida Alexandre Ferronato, Nº 955, bairro Setor Industrial, Município de Sinop, Estado do Mato Grosso;
42- Avenida Vergílio Favetti, Nº 1200, bairro Vila Alta, Município de Tangará da Serra, Estado do Mato Grosso;
43- Avenida Arthur Bernardes, Nº 525, bairro Jardim Aeroporto, Município de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso
44- Rua Major Saint Clair F. Valadares, Nº 1200, bairro Centro, Município de Arinos, Estado de Minas Gerais;
45- Rua Areado, Nº 437, bairro Carlos Prates, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;
46- Avenida Raja Gabaglia, Nº 1306, bairro Cidade Jardim, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;
47- Rua Cabo Valério Santos, Nº 297, bairro Barreiro, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;
48- Rua Santa Madalena Sofia, Nº 25 A, bairro Vila Paris, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;
49- Rua dos Timbiras, Nº 1375, bairro Funcionários, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;
50- Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, Nº 229, bairro Centro, Município de Betim, Estado de Minas Gerais;
51- Anel Rodoviário, Nº 501, Bairro Planalto, Município de Capelinha, Estado de Minas Gerais;
52- Praça Pimentel Duarte, Nº 133, 2º e 3º Andares, bairro Centro, Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais;
53- Rua Tom Jobim, Nº 2.820/40/60/80, bairro Cidade Industrial, Município de Contagem, Estado de Minas Gerais;
54- Rua Santos Dumont, Nº 1001, bairro Do Carmo, Município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais;
55- Avenida Doutor Raimundo Monteiro Rezende, Nº 330, bairro Centro, Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais;
56- Rua Jequitibá, Nº 401, bairro Horto, Município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais;
57- Avenida Getúlio Vargas, Nº 734, bairro Centro, Município de Itaúna, Estado de Minas Gerais;
58- Rua Paraná, Nº 250, bairro Joá, Município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais;
59- Alameda Manoel Teixeira da Silva, Nº 47, bairro Centro, Município de Monte Azul, Estado de Minas Gerais;
60- Rua Joaquim Carlos dos Santos, Nº 793, bairro Nossa Senhora de Fátima, Município de Patrocínio, Estado de Minas Gerais;
61- Rua Padre Eustáquio, Nº 71, bairro João XXIII, Município de Perdões, Estado de Minas Gerais;
62- Rua Ubirajara, Nº 357, bairro São Benedito, Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais;
63- Rua Carmona, Nº 02, bairro Centro, Município de Itupiranga, Estado do Pará;
64- Avenida Albino Malzone, Nº 234 Bel Recanto, Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará;
65- Avenida Brasil, Nº 120, bairro Beira Rio, Município de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará;
66- Avenida Liberdade, Nº 4066, Salas A, B, C, bairro Centro, Município de Bayeux, Estado da Paraíba;
67- Avenida Brasil, Nº 335, Sala 1, bairro Boa Vista, Município de São José do Egito, Estado do Pernambuco;
68-Avenida Afonso Magalhães, Nº 832, bairro São Cristóvão, Município de Serra Talhada, Estado do Pernambuco;
69- Rua Agostinho Pinheiro, Nº 533, bairro Centro, Município de Pedro II, Estado do Piauí;
70- Rua Hilário Monteiro, Nº 1201, bairro Centro, Município de Uruçuí, Estado do Piauí;
71- Rua Ouro Branco, Nº 1300, bairro Vila Agari, Município de Apucarana, Estado do Paraná;
72- Rua José Abrão Keide, Nº 355, bairro Centro, Município de Astorga, Estado do Paraná;
73- Rua Brasília, Nº 09, bairro Parque Residencial Cambé, Município de Cambé, Estado do Paraná;
74- Rua Marechal Deodoro, Nº 636, bairro Centro, Município de Campo Largo, Estado do Paraná;
75- Rua José Foppa, s/n, Loteamento Vila Industrial, Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná;
76- Rua Xavier da Silva, Nº 775, até 1363/1364, bairro Centro, Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná;
77- Avenida Paulo Cruz Pimentel, Nº 1402, bairro Vila Pinheiro, Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná;
78- Rua Edwy Taques de Araújo, Nº 1100, bairro Gleba Palhano, Município de Londrina, Estado do Paraná;
79- Rua João Eugênio, Nº 126, bairro João Gualberto, Município de Paranaguá, Estado do Paraná;
80- Rua Tibúrcio Pedro Ferreira, Nº 55, bairro Centro, Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná;
81- Rua Cândido de Abreu, Nº 1895, Município de Prudentópolis, Estado do Paraná;
82- Avenida Tarumã, N° 1865, Bairro Centro, Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná;
83- Rua Diogo de Paula Viana, Nº 727, Jardim Egea, bairro Centro, Município de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná;
84- Rua dos Expedicionários, Nº 2608, bairro Boa Vista, Município de Siqueira Campos, Estado do Paraná;
85- Rua Prefeito João Gregório Galindo, Nº 6244, bairro Japuíba, Cunhambebe, Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro;
86- Estrada do Marinas, Nº 91 Salas 321 a 327, Shopping Piratas Mall, bairro Praia do Jardim, Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro;
87- Avenida Lobo Junior, Nº 1262, Bairro Penha Circular, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
88- Avenida Paulo Afonso, Nº 275, São Geraldo, Campo Grande, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
89-Rua Hilarião da Rocha, Nº 809, Bairro Tauá, Município de Ilha do Governador, Estado do Rio de Janeiro;
90- Avenida Presidente Vargas, Nº 1958, bairro Bom Retiro, Município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;
91- Rua Taquara, Nº 765, bairro Olímpica, Município de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul;
92- Rua Uruguai, Nº 458, bairro Centro, Município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul;
93- Rua Alberto Torres, Nº 401, bairro Ouro Branco, Município de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul;
94- Rua 31 de março, Nº 186, bairro Centro, Município de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul;
95- Avenida Liberdade, Nº 1048, bairro Santa Isabel, Município de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul;
96- Avenida Rondônia, 4208 A, Bairro Centro, Município de Alta Floresta d'Oeste, Estado de Rondônia;
97- Avenida Principal, Nº 1120 Extrema, Distrito de Porto Velho, bairro Centro, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia;
98- Rua 254, Nº 420, bairro Meia Prata, Município de Itapema, Estado de Santa Catarina;
99- Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, Nº 710, bairro Centro, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina;
100- Rua Esperança, Nº 334, bairro Progresso, Município de Laguna, Estado de Santa Catarina;
101- Rua Josino de Andrade, Nº 261, bairro Centro, Município de Assis, Estado de São Paulo;
102- Avenida Moussa Nakhl Tobias, nº 3-33, bairro Parque São Geraldo, Município de Bauru, Estado de São Paulo;
103- Rua Xingu, Nº 13 - 70, bairro Alto Higienópolis, Município de Bauru, Estado de São Paulo;
104- Avenida José Luiz Marques Neto, Nº 939, bairro Centro, Município de General Salgado, Estado de São Paulo;
105- Rua São Bento, Nº 41, bairro Centro, Município de Jundiaí, Estado de São Paulo;
106- Rua Minas Bogasian, Nº 350, 1º a 5º Andares, bairro Centro, Município de Osasco, Estado de São Paulo;
107- Rua João Guerra, Nº 325, bairro Macuco, Município de Santos, Estado de São Paulo;
108- Rua Benedito Machado Figueiredo, Nº 21, bairro Urbanova, Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo;
109- Rua Francisco de Toledo, Nº 643, bairro Caixa D´Água, Município de Tietê, Estado de São Paulo;
110- Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, Nº 279, bairro Centro, Município de Votorantim, Estado de São Paulo e,
111- Rua José Bonifácio, Nº 1165, Quadra 30, Lote 07, bairro Centro, Município de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.025, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201400711 e da Nota Técnica nº 50004/COREAD/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 924, de 27 de novembro de 2015, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.026, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201405865 e da Nota Técnica nº 50002/COREAD/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 875, de 09 de novembro de 2015, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União, nº 21, de 30 de janeiro de 2015, Seção 1, página 37, na linha 06, do anexo da Portaria SERES nº 73, de 29 de janeiro de 2015, onde se lê: "COMPUTAÇÃO (LICENCIATURA)" leia-se: "Sistemas de Informação (bacharelado)", e onde se lê: "300 (TREZENTAS)" leia-se: "400 (quatrocentas)", conforme Nota Técnica nº 50003/2015/COREAD/DIREG/SERES, de 19/11/2015. (Processo e-MEC 201357180).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 9.427, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 1o de julho de 2015, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 02 de julho de 2015, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação os nomes dos candidatos aprovados, homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, conforme Categorias, Unidades e Setores descritos abaixo. O número do edital do concurso é 432, de 19 de novembro de 2014, publicado no DOU nº 225, de 20 de novembro de 2014 e retificado pelo Edital 459 de 04/12/2014, publicado no DOU nº 236 de 05/12/2014.

Titular-Livre
COPPE/Programa de Engenharia Nuclear
Não houve candidato inscrito
Museu Nacional/Programa PG Zoologia
1º - Marcelo Weksler
2º - William Bryan Jennings
3º - Paulo Henrique Franco Lucinda

ROBERTO LEHER

PORTARIA Nº 9.428, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 01 de julho de 2015, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 02 de julho de 2015, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação os nomes dos candidatos aprovados, homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, conforme Categorias, Unidades e Setores descritos abaixo. O número do edital do concurso é 450, de 03 de dezembro de 2014, publicado no DOU nº 236, de 05 de dezembro de 2014 e retificado pelo Edital 14 de 14/01/2015, publicado no DOU nº 16 de 23/01/2015.

Adjunto A
Faculdade de Letras/Língua Espanhola
1º - Miguel Mateo Ruiz
Escola de Química/ Processos Orgânicos II
1º - Yordanka Reyes Cruz
2º - Adriana dos Anjos Silva

ROBERTO LEHER

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PORTARIAS DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O REITOR PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria nº 120, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no DOU de 13 de fevereiro de 2015 do Ministério da Educação, resolve:

Nº 1.119 - Art. 1º Instituir o Setor de Perícia, vinculado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com atribuição de função gratificada FG-04.

Art. 2º Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação. (proc. 23282.007562/2015-55)

Nº 1.120 - Instituir a Divisão de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho, vinculada à Coordenação de Gestão de Pessoas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com atribuição de função gratificada FG-01.
Art. 2º Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação. (proc. 23282.007562/2015-55)

Nº 1.121 - Art. 1º Extinguir a Divisão de Perícia e Assistência à Saúde, vinculada à Coordenação de Saúde e Bem-Estar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 2º Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação. (proc. 23282.007562/2015-55)

Nº 1.130 - Art. 1º Alterar a vinculação da Seção de Alimentação e Nutrição para a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 2º Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação. (proc. 23282.007607/2015-91)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 1.132 - Art. 1º Extinguir a Divisão de Promoção e Vigilância à Saúde, vinculada à Coordenação de Saúde e Bem-Estar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 2º Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação. (proc. 23282.007606/2015-47)

Nº 1.134 - Art. 1º Extinguir a Coordenação de Saúde e Bem-Estar, vinculada à Pró-Reitoria de Administração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 2º Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação. (proc. 23282.007606/2015-47)

Nº 1.135 - Art. 1º Instituir a Coordenação de Assistência à Saúde do Estudante, vinculada à Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com atribuição de cargo de direção CD-04.

Art. 2º Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação. (proc. 23282.007606/2015-47)

Nº 1.137 - Art. 1º Instituir o Núcleo de Assistência à Saúde do Estudante, vinculada à Coordenação de Assistência à Saúde do Estudante da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com atribuição de função gratificada FG-01.

Art. 2º Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação. (proc. 23282.007606/2015-47)

Publique-se.

TOMAZ AROLDO DA MOTA SANTOS

Ministério da Fazenda

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

No Ato COTEPE/PMPF nº 24, de 8 de dezembro de 2015, publicado no DOU de 9 de dezembro de 2015, Seção 1, página 67, na linha referente aos Estados do Amazonas e Roraima:
onde se lê:
" (...)

AM	3,8058	3,8058	3,2420	3,1447	-	3,9417	-	2,9428	-	-	-	-
RR	3,8400	3,8800	3,3000	3,2000	5,6200	6,6300	7,3950	3,3600	-	-	-	-

(...)";
leia-se:
" (...)

*AM	3,9630	3,8058	3,2490	3,1754	-	3,9393	-	3,1559	-	-	-	-
*RR	3,8400	3,8800	3,3000	3,2000	4,3200	5,1000	7,3950	3,3600	-	-	-	-

(...)".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.603, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Estabelece procedimentos de habilitação de importadores, exportadores e internadores da Zona Franca de Manaus para operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e de credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e nos arts. 2º e 3º da Portaria MF nº 350, de 16 de outubro de 2002, resolve:

Art. 1º A habilitação da pessoa física responsável por pessoa jurídica importadora, exportadora ou internadora da Zona Franca de Manaus (ZFM), para a prática de atos no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), e o credenciamento dos respectivos representantes para a prática de atividades relacionadas com o despacho aduaneiro, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), deverão ser formalizados com observância do disposto nesta Instrução Normativa.

§ 1º As disposições desta Instrução Normativa aplicam-se também aos órgãos da administração pública direta, autarquias, fundações públicas, órgãos públicos autônomos, organismos internacionais e a outras instituições extraterritoriais, bem como às pessoas físicas em seus próprios nomes.

§ 2º O empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e o microempreendedor individual (MEI) a que se refere o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão habilitados como pessoa jurídica.

Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º poderá ser requerida pelo interessado para uma das seguintes modalidades:

I - pessoa jurídica, nas seguintes submodalidades:

a) expressa, no caso de:

1. pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas em bolsa de valores ou no mercado de balcão, bem como suas subsidiárias integrais;

2. pessoa jurídica certificada como Operador Econômico Autorizado;

3. empresa pública ou sociedade de economia mista;

4. órgãos da administração pública direta, autarquia e fundação pública, órgão público autônomo, organismo internacional e outras instituições extraterritoriais;

5. pessoa jurídica que pretenda realizar operações de exportação, sem limite de valores, e de importação, cujo somatório dos valores, em cada período consecutivo de 6 (seis) meses, seja inferior ou igual a US$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América); e

6. pessoa habilitada para fruir dos benefícios fiscais concedidos para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016, previstos na Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, inclusive a contratada para representar os entes referidos no § 2º do art. 4º da referida Lei.

b) limitada, no caso de pessoa jurídica cuja capacidade financeira comporte realizar operações de importação cuja soma dos valores, em cada período consecutivo de 6 (seis) meses, seja superior a US$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) e igual ou inferior a US$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América); ou

c) ilimitada, no caso de pessoa jurídica com capacidade financeira que permita realizar operações de importação cuja soma dos valores seja superior a US$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

II - pessoa física, no caso de habilitação:

a) do próprio interessado, inclusive quando qualificado como produtor rural, artesão, artista ou assemelhado; ou

b) de contratada para representar os entes envolvidos na organização e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, relacionados no § 2º do art. 4º da Lei nº 12.780, de 2013.

§ 1º A estimativa da capacidade financeira para o enquadramento das pessoas jurídicas a serem habilitadas será apurada mediante sistemática de cálculo definida em ato normativo expedido pela Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana).

§ 2º A pessoa física habilitada no Siscomex poderá realizar tão somente:

I - operações de comércio exterior para a realização de suas atividades profissionais, inclusive na condição de produtor rural, artesão, artista ou assemelhado;

II - importações para seu uso e consumo próprio;

III - importações para suas coleções pessoais; e

IV - importações para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, com fundamento nos arts. 4º e 5º da Lei nº 12.780, de 2013.

Art. 3º A habilitação do responsável pela pessoa jurídica perante o Siscomex será solicitada mediante requerimento, conforme modelo constante no sítio da RFB na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>, apresentado em qualquer unidade da RFB, instruído com os seguintes documentos:

I - cópia do documento de identificação do responsável legal pela pessoa jurídica, e do signatário do requerimento, se forem pessoas distintas;

II - instrumento de outorga de poderes para representação da pessoa jurídica, quando for o caso; e

III - cópia do ato de designação do representante legal de órgão da administração pública direta, de autarquia, de fundação pública, de órgão público autônomo, de organismos internacionais, ou de outras instituições extraterritoriais, bem como da correspondente identificação pessoal, conforme o caso.

§ 1º A pessoa jurídica requerente deverá ter aderido previamente ao Domicílio Tributário Eletrônico - DTE como condição para apresentação do requerimento.

§ 2º Para requerimento da habilitação de pessoa jurídica nas submodalidades limitada e ilimitada é obrigatória a apresentação do contrato social e da certidão da Junta Comercial ou documento equivalente, além dos documentos de que trata o caput.

§ 3º O deferimento da habilitação na submodalidade expressa será realizado apenas com a verificação documental, não sendo aplicável a análise preliminar a que se refere o art. 4º.

§ 4º Poderá ser habilitado como responsável no Siscomex por órgão público, instituição ou organismo internacional:

I - o representante da entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, ou o servidor público por ele designado; e

II - o responsável legal no Brasil por organismo internacional ou instituição extraterritorial, ou qualquer pessoa por ele designada.

§ 5º Nos casos de fusão, cisão ou incorporação, a sucessora poderá requerer habilitação em nome da sucedida.

§ 6º A pessoa jurídica que pretenda alterar seus responsáveis perante o Siscomex deverá protocolar novo requerimento de habilitação.

§ 7º O novo requerimento de habilitação de pessoa jurídica para alteração de responsáveis perante o Siscomex poderá ser submetido à análise preliminar prevista no art. 4º e à análise fiscal prevista no art. 6º, quando aplicáveis, podendo a pessoa jurídica requerente ter a submodalidade de sua habilitação revista, nos termos do art. 15, ou ter sua habilitação suspensa, nos termos do parágrafo único do art. 7º.

§ 8º O requerimento de habilitação apresentado em desacordo com o disposto no caput e nos §§ 1º e 2º, este quando aplicável, será arquivado, sem análise de mérito, dando-se ciência do arquivamento ao requerente.

Art. 4º Para fins de análise do requerimento de habilitação relativa às submodalidades limitada e ilimitada, a pessoa jurídica requerente será submetida a análise preliminar.

§ 1º A análise preliminar consiste em estimar a capacidade financeira da pessoa jurídica para operar no comércio exterior, relativamente a cada período consecutivo de 6 (seis) meses, mediante sistemática de cálculo definida em ato normativo expedido pela Coana.

§ 2º A estimativa da capacidade financeira de que trata o § 1º poderá determinar o enquadramento da habilitação da pessoa jurídica em submodalidade distinta da requerida nos termos do art. 2º.

§ 3º A estimativa da capacidade financeira da pessoa jurídica, apurada por ocasião da habilitação, poderá ser revista de ofício a qualquer tempo pela RFB, com base nas informações disponíveis na base de dados da habilitada.

Art. 5º A pessoa jurídica habilitada poderá, para fins de habilitação em outra submodalidade, requerer revisão da estimativa da capacidade financeira apurada na análise preliminar ou fiscal.

§ 1º O requerimento de revisão deverá ser apresentado de acordo com o disposto no art. 3º e acompanhado de documentação que ateste capacidade financeira superior à estimada, conforme disposto em ato normativo expedido pela Coana.

§ 2º Para fins de exame do requerimento de revisão de estimativa, a pessoa jurídica requerente poderá ser submetida a análise fiscal na forma prevista no art. 6º.

§ 3º O requerimento de revisão de estimativa apresentado em desacordo com o disposto no § 1º será arquivado, sem análise de mérito, dando-se ciência do arquivamento ao requerente.

Art. 6º Para fins de exame do requerimento de habilitação relativo às submodalidades previstas no item 6 da alínea "a" e nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput do art. 2º, a pessoa jurídica requerente poderá ser submetida a análise fiscal, observados critérios de gerenciamento de risco.

§ 1º A pessoa jurídica submetida a análise fiscal poderá ser intimada, nos termos do art. 18, a regularizar pendências ou apresentar documentos ou esclarecimentos.

§ 2º Para fins de verificação das informações, poderão ser realizadas diligências nos estabelecimentos da requerente ou ser intimada a presença, na unidade da RFB de jurisdição aduaneira do domicílio fiscal da requerente, do responsável pela pessoa jurídica, bem como de outro sócio ou diretor, do encarregado pelas transações internacionais ou do responsável pela elaboração da escrituração contábil-fiscal, para prestarem esclarecimentos.

§ 3º Poderão ser adotadas pela unidade da RFB de fiscalização aduaneira de zona secundária do estabelecimento matriz, as seguintes providências pertinentes, conforme o caso:

I - comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e ao Banco Central do Brasil (Bacen), nos termos do art. 3º da Portaria MF nº 350, de 16 de outubro de 2002, quando for detectado indício que possa configurar a ocorrência de crime de "lavagem de dinheiro" ou de ocultação de bens, direitos e valores;

II - representação ao chefe da unidade da RFB que jurisdiciona o domicílio da pessoa física ou jurídica, quando detectada falta de recolhimento de tributos administrados pela RFB;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - representação ao Ministério Público Federal quando constatado indício da prática de crime, nos termos da legislação específica sobre a representação fiscal para fins penais;

IV - representação ao chefe da unidade da RFB que jurisdiciona o domicílio da pessoa jurídica para fins de baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), quando constatado que a pessoa jurídica seja inexistente de fato, nos termos dos arts. 27 e 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014; ou

V - representação ao chefe da unidade da RFB que jurisdiciona o estabelecimento da pessoa jurídica para fins de declaração de nulidade do ato cadastral, quando constatado vício perante o CNPJ, nos termos do art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014.

Art. 7º Será indeferido, mediante despacho decisório, o requerimento de habilitação:

I - independentemente de intimação da requerente, quando instruído com declaração ou documento manifestamente falso; ou

II - quando a requerente, tendo sido submetida à análise fiscal detalhada prevista no art. 6º:

a) não atender, total ou parcialmente, à intimação no prazo estabelecido;

b) deixar de regularizar as pendências, ou de apresentar os documentos ou os esclarecimentos objeto da intimação;

c) for comprovadamente inexistente de fato, assim entendida aquela que:

1. não dispuser de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto;

2. não for localizada no endereço constante do CNPJ, bem como não forem localizados os integrantes do seu Quadro de Sócios e Administradores (QSA), seu representante no CNPJ e o preposto dele; ou

3. se encontrar com as atividades paralisadas, salvo se enquadrada nas hipóteses previstas nos incisos I, II e VI do caput do art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014; ou

d) houver comprovadamente praticado vício em ato cadastral perante o CNPJ, na forma prevista no inciso II do caput do art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014.

Parágrafo único. Caso o requerimento indeferido tenha sido protocolado para fins de alteração dos responsáveis perante o Siscomex, nos termos do § 6º do art. 3º, ou de revisão de estimativa, nos termos do art. 5º, a habilitação poderá ser suspensa, observado, no que couber, o disposto no art. 16.

Art. 8º A habilitação da pessoa física será solicitada mediante requerimento, e deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - cópia do documento de identificação com foto;

II - instrumento de mandato do representante e cópia de seu documento de identificação, quando for o caso;

III - nota fiscal de produtor rural, quando for o caso; e

IV - cópia da carteira de artesão, quando for o caso.

Parágrafo único. O requerimento de habilitação apresentado em desacordo com o disposto no caput será arquivado, dando-se ciência do arquivamento ao requerente.

Art. 9º Os requerimentos para habilitação no Siscomex, revisão de limites ou substituição de representantes, a que se referem os arts. 3º, 5º e 8º, poderão ser apresentados em qualquer unidade da RFB de atendimento e constituirão peça inicial do Dossiê Digital de Atendimento (DDA), nos moldes da Instrução Normativa RFB nº 1.412, de 22 de novembro de 2013, ou Processo Digital (e-processo), com vistas à habilitação ou revisão, conforme o caso, e serão encaminhados para as seguintes unidades da RFB:

I - a unidade de jurisdição aduaneira do domicílio fiscal da pessoa jurídica requerente, em relação aos requerimentos previstos nos arts. 3º e 5º; ou

II - a unidade de jurisdição aduaneira do domicílio fiscal da pessoa física requerente ou a unidade de despacho aduaneiro onde se encontra a mercadoria a ser importada ou exportada, em relação ao requerimento previsto no art. 8º.

Art. 10. A pessoa física ou jurídica está dispensada da habilitação de que trata esta Instrução Normativa para a realização das seguintes operações:

I - importação, exportação ou internação não sujeita a registro no Siscomex, ou quando o importador ou o exportador optar pela utilização de formulários de Declaração Simplificada de Importação ou Declaração Simplificada de Exportação;

II - importações, exportações ou internações, inclusive de bagagem desacompanhada, realizadas por pessoa física, em que a legislação faculte a transmissão da declaração simplificada por servidor da RFB;

III - importação, exportação ou internação realizada por intermédio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) ou de empresa de transporte expresso internacional; ou

IV - retificação ou consulta de declaração, caso tenha operado anteriormente no comércio exterior.

§ 1º Estão dispensados da habilitação de que trata esta Instrução Normativa, também, o depositário, o agente marítimo, a empresa de transporte expresso internacional, a ECT, o transportador, o consolidador e o desconsolidador de carga, bem como outros intervenientes não relacionados no art. 1º, quando realizarem, no Siscomex, operações relativas à sua atividade-fim.

§ 2º Os intervenientes referidos no § 1º estarão sujeitos à habilitação e às demais regras previstas nesta Instrução Normativa, quando realizarem operações de importação, exportação ou internação da ZFM, destinadas às suas próprias atividades.

Art. 11. Poderá ser credenciado a operar o Siscomex como representante de pessoa física ou jurídica, no exercício das atividades relacionadas com o despacho aduaneiro:

I - despachante aduaneiro;

II - dirigente ou empregado da pessoa jurídica representada;

III - funcionário ou servidor especificamente designado, nos casos de órgão da administração pública direta, autarquia e fundação pública, órgão público autônomo, organismo internacional e outras instituições extraterritoriais; e

IV - o próprio interessado, nos casos de operações efetuadas por pessoas físicas.

§ 1º O credenciamento e o descredenciamento de representantes da pessoa jurídica para a prática das atividades relacionadas com o despacho aduaneiro no Siscomex serão efetuados diretamente nesse sistema pelo respectivo responsável habilitado, no módulo "Cadastro de Representante Legal" do Siscomex Web, acessível no sítio da RFB na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

§ 2º O credenciamento e o descredenciamento de representante de pessoa física deverá ser requerido mediante a indicação da própria pessoa ou do despachante aduaneiro, conforme modelo constante no sítio da RFB na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>, acompanhado do respectivo instrumento de outorga de poderes, quando for o caso.

§ 3º A pessoa física com a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) enquadrada em situação cadastral diferente de regular, não poderá ser credenciada para exercer atividades relacionadas com o despacho aduaneiro.

§ 4º A pessoa física credenciada como representante, na forma prevista neste artigo, poderá atuar em qualquer unidade da RFB em nome da pessoa física ou jurídica que represente.

§ 5º O responsável legal da pessoa física ou jurídica, habilitado nos termos desta Instrução Normativa, deve-se assegurar, nos termos do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 - Regulamento Aduaneiro, da regularidade do registro das pessoas credenciadas para atuar como despachante aduaneiro.

§ 6º O credenciamento de despachante aduaneiro para atuar em despachos aduaneiros em nome do Comitê Olímpico Internacional (Comité International Olympique - COI), do Comitê Paralímpico Internacional (International Paralympic Committee - IPC), dos Comitês Olímpicos Nacionais, dos Comitês Paralímpicos Nacionais, das federações desportivas internacionais, da Court of Arbitration for Sports (CAS), da World Anti-Doping Agency (WADA) e das empresas de mídia e transmissores credenciados que atuarão nos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paralímpicos de 2016, poderá ser autorizado pelo chefe da unidade da RFB, em atenção a requerimento apresentado pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (Rio 2016) ou, mediante prova de sua contratação, pelo próprio despachante aduaneiro.

§ 7º Na hipótese de habilitação a que se refere o item 6 da alínea "a" do inciso I do caput do art. 2º, o chefe da unidade da RFB autorizará o credenciamento de representante da pessoa jurídica, a requerimento desta, para a prática de atividades vinculadas ao despacho aduaneiro.

Art. 12. O representante credenciado a operar o Siscomex fica sujeito à comprovação de sua condição à fiscalização aduaneira, quando exigido, relativamente ao disposto no caput do art. 11.

§ 1º Na hipótese de o representante não dispor de poderes previstos no contrato social ou estatuto, deverá manter o respectivo instrumento de outorga para ser apresentado à fiscalização aduaneira, quando exigido.

§ 2º No caso de o representante ser dirigente ou empregado da pessoa jurídica, deverá manter, além do instrumento de outorga referido no § 1º, cópia autenticada ou original do documento que comprove o exercício da função ou o vínculo empregatício, para apresentação à fiscalização aduaneira, quando solicitada.

Art. 13. A identificação do responsável pela pessoa jurídica, para fins de acesso ao módulo referido no § 1º do art. 11, será efetuada por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.077, de 29 de outubro de 2010.

§ 1º Quando o responsável habilitado pela pessoa jurídica estiver impossibilitado de providenciar o certificado digital referido no caput, o chefe da unidade da RFB autorizará o credenciamento de representante da pessoa jurídica para a prática de atividades vinculadas ao despacho aduaneiro, a requerimento desta.

§ 2º Para fins da autorização referida no § 1º deverá ser comprovada a existência concomitante de:

I - carga para importação ou exportação pendente de realização de despacho;

II - instrumento de outorga de poderes para o representante; e

III - motivo de força maior que justifique a impossibilidade de o responsável habilitado obter seu certificado digital.

Art. 14. A habilitação do responsável por pessoa jurídica e o credenciamento de seus representantes serão deferidos a título precário, ficando sujeitos à revisão a qualquer tempo, especialmente quando:

I - a pessoa jurídica estiver com a inscrição no CNPJ enquadrada em situação cadastral diferente de "ativa";

II - a pessoa jurídica detiver participação societária em pessoa jurídica cuja inscrição no CNPJ estiver enquadrada como inapta;

III - a pessoa jurídica tiver deixado de cumprir perante a RFB obrigação acessória à qual estiver sujeita ou a tiver cumprido em desacordo com a legislação de regência;

IV - a pessoa jurídica estiver com seus dados cadastrais no CNPJ desatualizados;

V - a pessoa jurídica estiver com a inscrição do estabelecimento matriz, no Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (Sintegra), se obrigatória, enquadrada em situação diferente de "habilitada" ou equivalente;

VI - a pessoa jurídica possuir sócio numa das seguintes situações:

a) pessoa física, com a inscrição no CPF enquadrada em situação cadastral cancelada ou nula;

b) pessoa jurídica com inscrição no CNPJ inexistente ou com situação cadastral nula, baixada ou inapta; e

c) estrangeiro sem inscrição no CNPJ ou no CPF, em desobediência ao previsto no inciso XV do caput do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014, e na alínea "d" do inciso II do caput do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, no que se refere à participação societária, respectivamente;

VII - a pessoa jurídica indicar como responsável no Siscomex ou como encarregada por conduzir as transações internacionais, pessoa com a inscrição no CPF enquadrada em situação cadastral diferente de "regular";

VIII - o responsável pela pessoa jurídica deixar de atender à qualificação prevista no Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014;

IX - a habilitação inicial tiver sido efetuada de ofício, conforme previsto no § 3º do art. 17;

X - houver fundada suspeita de prestação de declaração falsa ou de apresentação de documento falso ou inidôneo para a habilitação;

XI - a pessoa jurídica apresentar atividade econômica de porte incompatível com a submodalidade ou a estimativa de sua habilitação;

XII - o responsável por pessoa jurídica perante o Siscomex tiver sido penalizado com sanção administrativa de suspensão ou cancelamento prevista nos incisos II ou III do caput do art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003;

XIII - houver indícios de inexistência de fato, nos termos da alínea "c" do inciso II do caput do art. 7º;

XIV - houver indícios de que a pessoa jurídica tenha praticado vício em ato cadastral perante o CNPJ, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 7º; ou

XV - a pessoa jurídica não tiver aderido ao DTE ou, tendo aderido anteriormente, tiver cancelado essa opção.

§ 1º A revisão de que trata o caput será iniciada pela RFB mediante intimação do importador, exportador, adquirente ou encomendante, para, conforme os motivos que ensejaram o procedimento de revisão, regularizar as pendências apontadas ou apresentar documentos ou esclarecimentos, nos termos do art. 18.

§ 2º Havendo indícios da ocorrência de fatos puníveis com a aplicação de sanção prevista nos incisos II ou III do caput do art. 76 da Lei nº 10.833, de 2003, o procedimento de revisão da habilitação do responsável pela pessoa jurídica perante o Siscomex será efetuado por meio de processo administrativo próprio, nos termos dos §§ 9º a 15 do citado art. 76.

§ 3º Concluído o processo administrativo de que trata o § 2º com a aplicação de sanção prevista nos incisos II ou III do caput do art. 76 da Lei nº 10.833, de 2003, ou na hipótese de o responsável já ter sido penalizado anteriormente nesse sentido, nos termos do inciso XII do caput, a pessoa jurídica será intimada a apresentar novo requerimento de habilitação para indicação de novo responsável perante o Siscomex, conforme previsto no § 6º do art. 3º.

§ 4º Será exigida por ocasião da revisão de habilitação prevista no caput, comprovante de adesão ao DTE em atendimento ao estabelecido no § 1º do art. 3º.

Art. 15. Durante o procedimento de revisão previsto no art. 14 poderá ser revista a submodalidade da habilitação da pessoa jurídica quando constatada redução da sua capacidade financeira que enseje mudança de limite para operações de comércio exterior.

Art. 16. Será suspensa, mediante despacho decisório, a habilitação no Siscomex da pessoa física responsável por pessoa jurídica que:

I - for intimada, no curso de revisão de habilitação, e:

a) não atender, total ou parcialmente, à intimação dentro do prazo;

b) deixar de regularizar as pendências ou de apresentar os documentos ou esclarecimentos objeto da intimação;

c) for comprovadamente inexistente de fato, nos termos da alínea "c" do inciso II do caput do art. 7º; ou

d) houver comprovadamente praticado vício em ato cadastral perante o CNPJ, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 7º; ou

II - não apresentar novo requerimento de habilitação de novo responsável perante o Siscomex.

§ 1º Na hipótese a que se refere o caput, a habilitação perante o Siscomex será suspensa pela unidade da RFB que concluiu o procedimento de revisão:

I - depois de considerado definitivo o despacho de suspensão da habilitação, na hipótese prevista no inciso I do caput; ou

II - 5 (cinco) dias depois da ciência da intimação para apresentar novo requerimento de habilitação, na hipótese prevista no inciso II do caput.

§ 2º Considera-se definitivo o despacho de suspensão da habilitação quando:

I - tiver transcorrido o prazo previsto no caput do art. 19, sem que o interessado tenha apresentado pedido de reconsideração do despacho decisório de suspensão; ou

II - o contribuinte ou seu representante for cientificado da manutenção da suspensão, após apreciação do pedido de reconsideração pelo chefe da unidade da RFB de jurisdição aduaneira do domicílio fiscal do requerente, nos termos do § 3º do art. 19.

§ 3º A suspensão da habilitação implicará o cancelamento, no Siscomex, do credenciamento dos representantes para atuar no despacho aduaneiro e, se for o caso, da vinculação no cadastro de importadores por conta e ordem.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 4º A habilitação suspensa poderá ser reativada, mediante:

I - o atendimento integral da intimação nas hipóteses previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso I do caput, desde que não caracterizada qualquer das hipóteses previstas nas alíneas "c" e "d" do mesmo inciso; ou

II - a apresentação de novo requerimento de habilitação.

§ 5º A pessoa física penalizada com sanção prevista nos incisos II ou III do caput do art. 76 da Lei nº 10.833, de 2003, fica impedida de ser habilitada como responsável por qualquer pessoa jurídica pelo prazo previsto no inciso II do caput ou no § 6º do citado art. 76, conforme o caso.

§ 6º Na hipótese prevista no § 3º do art. 14, a unidade da RFB que concluir o procedimento de revisão suspenderá as demais habilitações da pessoa física.

Art. 17. Os procedimentos relativos à análise do requerimento de habilitação ou de revisão serão executados no prazo de 10 (dez) dias contado de sua protocolização.

§ 1º No caso de habilitação na submodalidade expressa, o prazo a que se refere o caput será de 2 (dois) dias úteis, contado da data de protocolização do requerimento.

§ 2º O prazo referido no caput será interrompido na hipótese de intimação, nos termos do art. 18.

§ 3º A habilitação será concedida de ofício, pelo chefe da unidade da RFB responsável pelo processo, caso os procedimentos de análise do requerimento não sejam concluídos no prazo fixado, independentemente de manifestação do interessado.

§ 4º A competência de que trata o § 3º poderá ser delegada.

§ 5º No caso de utilização de DDA, a contagem dos prazos a que se referem o caput e o § 1º inicia-se a partir da data da solicitação de juntada dos documentos.

Art. 18. As intimações efetuadas no curso da análise do pedido de habilitação ou em procedimento de revisão serão formalizadas por escrito e dirigidas preferencialmente ao DTE do requerente, quando aplicável.

§ 1º As intimações previstas no caput terão prazo de 10 (dez) dias para seu atendimento.

§ 2º O prazo para atendimento da intimação poderá ser prorrogado, a pedido do requerente, pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pelo procedimento.

Art. 19. Do despacho decisório de indeferimento ou de suspensão, previsto respectivamente no art. 7º e no art. 16 desta Instrução Normativa, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência do despacho decisório.

§ 1º O pedido de reconsideração poderá ser apresentado em qualquer unidade da RFB, instruído com os documentos que justificam a reconsideração do indeferimento, e deverá ser juntado ao e-processo ou DDA onde se encontra o despacho decisório contestado, acompanhado dos documentos que justificam a reconsideração do indeferimento.

§ 2º O pedido de reconsideração deverá ser decidido no prazo de 10 (dez) dias contado de sua protocolização.

§ 3º Mantido o indeferimento ou a suspensão, o pedido de reconsideração será remetido para apreciação, no prazo de 10 (dez) dias, pelo chefe da unidade da RFB de jurisdição aduaneira do domicílio fiscal do requerente.

Art. 20. A habilitação de pessoa física para prática de atos no Siscomex ou de responsável pela pessoa jurídica no Siscomex é válida por 18 (dezoito) meses.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput terá como termo inicial a data de deferimento da habilitação ou a data da última operação de comércio exterior realizada no Siscomex.

Art. 21. Novo requerimento de habilitação ou de revisão de estimativa, protocolado nos termos dos arts. 3º ou 5º desta Instrução Normativa, será apreciado somente depois de decorrido o prazo de 6 (seis) meses contado da data do protocolo do último requerimento que tiver sido indeferido.

Art. 22. A distribuição de processos de habilitação para análise por unidade diversa da originariamente competente poderá ser feita pelo Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil, avaliando conveniência e oportunidade, para qualquer unidade da respectiva região fiscal.

Art. 23. Caso o interessado apresente requerimento de habilitação em mais de uma unidade da RFB, deverá ser analisado o 1º (primeiro) apresentado e indeferidos, sumariamente, os demais requerimentos.

Art. 24. A habilitação de pessoa jurídica importadora para operação por conta e ordem de terceiros, de que trata a Instrução Normativa SRF nº 225, de 18 de outubro de 2002, está condicionada à prévia habilitação da pessoa física responsável pela pessoa jurídica adquirente das mercadorias, nos termos desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A operação realizada por importador por encomenda, de que trata a Instrução Normativa SRF nº 634, de 24 de março de 2006, aplica-se o disposto no caput, relativamente ao encomendante.

Art. 25. A habilitação de pessoa física responsável por consórcio de empresas, de que trata o art. 278 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, está condicionada à habilitação da pessoa física responsável pela pessoa jurídica líder, conforme o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.199, de 14 de outubro de 2011.

Art. 26. A habilitação para realizar internações na ZFM exige o cumprimento, também, do disposto no art. 10 da Instrução Normativa SRF nº 242, de 6 de novembro de 2002.

Art. 27. A Coana poderá:

I - alterar o modelo de requerimento de habilitação; e

II - editar normas complementares para aplicação do disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 28. Os requerimentos de habilitação protocolizados e não deferidos até a data de publicação desta Instrução Normativa serão analisados segundo as novas regras, independentemente de manifestação da interessada.

Art. 29. A habilitação de pessoa física ou de responsável por pessoa jurídica no Siscomex não confere atestado de regularidade perante a RFB nem homologa as informações prestadas no requerimento.

Art. 30. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 31. Fica revogada a Instrução Normativa RFB nº 1.288, de 31 de agosto de 2012.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.604, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, que estabelece normas sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 165, 168, 169 e 170 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no § 14 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, resolve:

Art. 1º O art. 41 da Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 .....

.....

§ 3º .....

.....

XIV - o débito ou o crédito que se refira ao AFRMM ou à TUM;

XV - o crédito objeto de pedido de restituição, de ressarcimento ou de reembolso ou informado pelo sujeito passivo em Declaração de Compensação apresentada à RFB cuja confirmação de certeza e liquidez esteja sob procedimento fiscal; e

XVI - outras hipóteses previstas nas leis específicas de cada tributo." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

PORTARIA CONJUNTA Nº 1.735, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a forma de comunicação de registro de óbitos pelos titulares das serventias de registro civil das pessoas naturais.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL e a PRESIDENTA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, no uso das atribuições que lhes conferem o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e o art. 26 do Anexo I da Estrutura Regimental do Instituto Nacional do Seguro Social, aprovado pelo Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e no art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, resolvem:

Art. 1º Os titulares de serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais deverão encaminhar à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) as informações de registro de óbitos de que tratam o parágrafo único do art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, por intermédio do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), instituído pelo Decreto nº 8.270, de 26 de junho de 2014.

§ 1º Observados os prazos de integração estabelecidos pelo Comitê Gestor do Sirc, as serventias ainda não integradas enviarão as informações previstas no caput por intermédio do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi), nos termos da Portaria Conjunta MPS/INSS/PREVIC nº 64, de 19 de fevereiro de 2014.

§ 2º Os titulares das serventias devem comunicar, até o dia 10 de cada mês, o registro dos óbitos ocorridos no mês imediatamente anterior.

§ 3º O descumprimento das obrigações previstas nesta Portaria Conjunta, bem como o envio de informações inexatas sujeitam o titular de serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais às penalidades previstas no art. 92 da Lei nº 8.212, de 1991, e nos incisos II a IV do caput do art. 32 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Art. 2º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID
Secretário da Receita Federal do Brasil

CLÁUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY
Secretário Executivo
do Ministério do Trabalho e Previdência Social

ELISETE BERCHIOL DA SILVA IWAI
Presidenta do Instituto Nacional do Seguro Social

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ATENDIMENTO E EDUCAÇÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Informa os serviços aos quais se aplicam os procedimentos previstos na Instrução Normativa RFB n. 1.412, de 22 de novembro de 2013.

O COORDENADOR-GERAL DE ATENDIMENTO E EDUCAÇÃO FISCAL SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 65 e o inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.412, de 22 de novembro de 2013, declara:

Art. 1º Aplicam-se, obrigatoriamente, os procedimentos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.412, de 22 de novembro de 2013, para:

I - a entrega dos formulários para Requerimento de Admissão Temporária (RAT) sobre a aplicação dos regimes aduaneiros especiais de admissão temporária e de exportação temporária, nos termos dos Anexos I e II da Instrução Normativa RFB nº 1.600, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ HUMBERTO VALENTINO VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 561, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA- PJK, no uso da competência prevista no art. 7º, da Instrução Normativa SRF nº 409, de 19 de março de 2004, e tendo em vista o constante do Processo nº 10111.720079/2015-80 declara:

Art. 1º Fica alterado o Ato Declaratório Executivo nº 27, de 19 de fevereiro 2015, que habilitou a empresa TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES S/A - TAP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.136.896/0011-61, a operar o regime aduaneiro especial de Depósito Afiançado - DAF, no Aeroporto Internacional de Brasília, sob jurisdição desta Alfândega, apenas no tocante ao local da operação, que passa a ser:

Sala nº 9, de 45,15 m2, localizada no térreo do Píer Norte do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Brasília, Presidente JK.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 3, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Cancela o Ato Declaratório Executivo DRF/FOR/Secat nº 01, de 26 de junho de 2015, publicado no DOU de 02 de julho de 2015, que excluiu as pessoas físicas e jurídicas, mencionadas em seu Anexo Único, do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/FOR nº 142, de 16 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União-DOU de 17 de julho de 2012, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e nos arts. 9º ao 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, com a redação dada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Cancelado o Ato Declaratório Executivo DRF/FOR/Secat nº 01, de 26 de junho de 2015, publicado no Diário Oficial da União-DOU de 02 de julho de 2015, que excluiu as pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, mencionadas no seu Anexo Único, por assincronia com o rol dos contribuintes, que compõem o Lote de Exclusão 177, e que foi gerado em 20 de julho de 2015, pela Delegacia da Receita Federal em Fortaleza - CE.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

CELIA REJANE CARVALHO STUDART SOARES

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 4, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Exclui as pessoas físicas e jurídicas, que menciona no Anexo Único, do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/FOR nº 142, de 16 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União-DOU de 17 de julho de 2012, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e nos arts. 9º ao 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, com a redação dada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata a Lei nº 10.684/2003, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório - ADE, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimentos das parcelas do Paes ou efetuados em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º , incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684/2003.

Art 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo - ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Fortaleza - CE, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1/2007, na rua Barão de Aracati, 909 - 1ª sobre-loja, bairro Meireles, CEP 60115-080 - Fortaleza - CE.

Art. 4º Não havendo apresentação do recurso, no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data da sua publicação.

CELIA REJANE CARVALHO STUDART SOARES

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas físicas e jurídicas excluídas do Parcelamento Especial (Paes)

Parcelamento Especial (Paes)	
CNPJ / CPF	NOME
00.327.017/0001-58	COLOMBO COMERCIO DE PAES E DOCES LTDA
01.819.550/0001-08	R.B. MANUTENÇÕES E REPAROS - EPP
07.156.482/0001-12	ESTUDANTE REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP
07.201.171/0001-28	POSTO DE MOLAS CEARA LTDA - ME
07.344.385/0001-53	CERAMICA ROCHA LTDA - ME
07.646.912/0001-84	CONFIANÇA COM IND GRAFICA EDITORA LTDA
10.478.279/0001-77	SILVIA HELENA MOREIRA DE SOUSA - ME
11.652.609/0001-61	CERAMICA ARAIBU LTDA - ME
34.987.909/0001-05	EDLANY PINTO CORDEIRO - ME
000.151.993-04	JOSÉ ISAAC PONTES FILHO
001.823.623-53	FRANCISCO GOMES DA SILVA CAMARA
053.741.033-34	ARNALDO ROCHA LEITE

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 5, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Exclui as pessoas físicas e jurídicas, que menciona no Anexo Único, do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/FOR nº 142, de 16 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União-DOU de 17 de julho de 2012, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e nos arts. 9º ao 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, com a redação dada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata a Lei nº 10.684/2003, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório - ADE, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimentos das parcelas do Paes ou efetuados em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º , incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684/2003.

Art 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo - ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Fortaleza - CE, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1/2007, na rua Barão de Aracati, 909 - 1ª sobre-loja, bairro Meireles, CEP 60115-080 - Fortaleza - CE.

Art. 4º Não havendo apresentação do recurso, no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data da sua publicação.

CELIA REJANE CARVALHO STUDART SOARES

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Especial (Paes)

Parcelamento Especial (Paes)		
CNPJ	NOME	PROCESSO
00.885.148/0001-50	LOCPECAS MAQ E EQUIPAMENTOS LTDA	10380.725965/2015-20
02.342.284/0001-20	VALOR ASSESSORIA FINANCEIRA SC LTDA	10380.725954/2015-40
03.117.828/0001-12	FORTALEZA ADMINISTRACAO DE BENS LTDA	10380.725964/2015-85
05.372438/0001-14	IND E COM DE CALCADOS DOLMINE LTDA EPP	10380.725969/2015-16
12.291.209/0001-30	TRANSIMOVEL LTDA EPP	10380.725952/2015-51
23.532.609/0001-07	DEAL FOMENTO MERCANTIL LTDA ME	10380.725956/2015-39
23.556.566/0001-08	CASTELO BRANCO ENGENHARIA LTDA ME	10380.725962/2015-96
35.000.686/0001-03	CASA DO ORTICULTOR COM E REPRES LTDA EPP	10380.725969/2015-16
35.217.769/0001-40	COML VIEIRA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	10380.725961/2015-41
97.400.063/0001-77	ETHICALL FARM DE MANIPULACAO LTDA EPP	10380.725957/2015-83

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara a exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) da empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art.75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º - Fica excluído do "Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL" o contribuinte VIA.COM SERVICE LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob nº 11.878.038/0001-88, estabelecido à Rua Joaquim Antonio Marques, nº 31, Ipês - João Pessoa - PB, por prestação de serviços de instalação e manutenção mediante cessão de mão-de-obra, conforme disposto nos arts. 17, inciso XII, 29, inciso I e 30, inciso II da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e demais informações contidas no processo administrativo nº 14751.720287/2015-02. A exclusão surtirá efeito a partir de 01/01/2015 a teor do disposto no art.73, inciso II, "c" e art.76, inciso I, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Art. 2º - Poderá o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência deste, apresentar por escrito, suas contestações, relativamente ao procedimento acima, através de manifestação de inconformidade dirigida à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, assegurados, portanto, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º - Não havendo manifestação no prazo estipulado, a exclusão tornar-se-á definitiva.

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara a Baixa de Ofício de inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e alterações, e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 27 da IN RFB n. 1.470, de 30 de maio de 2014, resolve:

Declarar baixada de ofício a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, pelos motivos expostos no processo administrativo mencionado:

Interessado: EVERALDO GOMES ME

CNPJ: 01.523.099/0001-79

Efeitos a partir da publicação

Processo: 13424-000.068/2002-20

PLÍNIO ALVES FEITOSA FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 172, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara concedida a inscrição no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 303 do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário oficial da União (DOU) de 17 de maio de 2012, e considerando o que consta do Termo de Informação Fiscal, inserto no processo nº 10010.018739/1015-43, resolve:

Art. 1º. Declarar, com fundamento no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, CONCEDIDO o Registro Especial nº 04101/085 para a atividade de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas ao estabelecimento de CNPJ nº 05.390.477/0002-25 da pessoa jurídica INGA - DISTRIBUIDORA LTDA, situado na Rod BR 101,550 - Galpão UCE 2 - Ceasa - Curado - Recife/PE CEP 50790-900.

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 84, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara nulo o ato de alteração do quadro societário da entidade que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA, no uso da incumbência que lhe confere o inciso III do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com o disposto no artigo 33, inciso II, da Instrução Normativa RFB no 1.470, de 30 de maio de 2014, e com o constante no processo administrativo no 13560.720184/2015-19, declara:

Art. 1º Nulo, por vício, com efeito retroativo ao dia 25 de janeiro de 2008, o ato de alteração do quadro de sócios da sociedade Corumbau Comércio de Roupas e Acessórios LTDA - ME, CNPJ 08.612.405/0001-92, no que concerne à retirada dos sócios Valdemi Peixoto de Santana e Rafael Mascarenhas de Oliveira e o ingresso da sócia Maria Helena Santos Paixão.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ SILVA REIS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM DIVINÓPOLIS
AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM BOM DESPACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara e Comunica a Anulação de Inscrição no Cadastro CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, publicada no DOU, de 03/06/2014.

A Agente Substituta da Receita Federal do Brasil em Bom Despacho - Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 54, de 14 de novembro de 2013, publicada no DOU, de 18 de novembro de 2013, e considerando o disposto no artigo 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, publicada no DOU, de 03 de junho de 2014, declara:

Art.1º Anulada de ofício, no cadastro de Pessoas Jurídicas - CNPJ, a inscrição nº 23.741.764/0001-33, em nome de Residencial Solares, tendo sido constatada a Inscrição Indevida, de acordo com as informações contidas no Processo Administrativo nº 13671.720.308/2015-17.

Art.2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

GISELE KROEHLING RODRIGUES CARDOSO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DA 8ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 160, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Prorroga o prazo da transferência de competência objeto da Portaria SRRF08/G nº 67/2014.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 300, 301 e 314, § 1º, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista os princípios da eficiência e da legalidade que norteiam a Administração Pública, resolve:

Art.1º Prorrogar, até 30 de junho de 2016, o prazo da transferência de competência objeto da Portaria SRRF08 nº 67, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 05 de junho de 2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados a partir de 01 de dezembro de 2015, que sejam pertinentes à transferência de competência, cujo prazo ora se prorroga , e que tenham apresentado, exclusivamente, vicio de temporalidade em sua expedição.

MARCELO BARRETO DE ARAUJO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75,
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Inscrição no Registro de Despachante Aduaneiro

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, e o art. 303 da Portaria MF nº 203/2012, de 14 de maio de 2012, e considerando ainda o que consta no processo administrativo fiscal abaixo discriminado, resolve:

1. Incluir no Registro de Despachante Aduaneiro a seguinte inscrição:

NOME	CPF	PROCESSO Nº
FABIO DOS SANTOS MOREIRA	094.443.808-31	10314.727155/2015-00

2. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CÉLIA VENDRAMIN MARTINELLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM OSASCO
SERVIÇO DE CONTROLE
E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 133,
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara a baixa de inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011, considerando o que consta no processo administrativo 10880.727722/2011-61 e com fundamento nos § § 1° e 2°, do art. 29, da Instrução Normativa RFB n° 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º Baixada de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de nº 55.890.214/0001-72, da empresa MULTICIRCUITS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., em função desta não ter sido localizada no endereço constante do CNPJ, bem como não ter comprovado que possui patrimônio e capacidade operacional necessários à realização do seu objeto.

Art. 2º O contribuinte poderá, através de prova em processo administrativo, restabelecê-la, mediante comprovação de sua localização e de que dispõe de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização do seu objeto, conforme previsto no inc. I, do § 3°, do art. 29, da já mencionada IN-RFB nº 1.470/2014.

Art. 3º O presente Ato Declaratório, baixando de ofício a inscrição no CNPJ, produzirá efeito na data de sua publicação, alterando a situação cadastral da empresa, que, no momento, apresenta-se como SUSPENSA, para BAIXADA.

CRISTINA ARAKAKI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61,
DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara a exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) do contribuinte que é mencionado.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Piracicaba/SP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 302, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de março de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, e da competência expressa no art. 29, §5º, e art. 33, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo inciso I, do art. 75, da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, publicada no D.O.U. 1º/12/2012, e tendo em vista a Representação para Exclusão do Simples Nacional que consta do processo nº 13888.723743/2014-79, declara:

Art. 1º - Excluída do SIMPLES NACIONAL, de que trata o artigo 12, da Lei n.º 123/2006, o contribuinte VIPITUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME, inscrita no CNPJ - MF sob o nº 46.341.467/0001-04, em decorrência de prática reiterada de infração à legislação tributária e, concomitantemente, não efetuar a escrituração do livro diário de forma que fosse possível a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária, a que se referem, respectivamente, as letra "d" e "g", do inciso IV, do artigo 76 da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 2º - Os efeitos da exclusão têm eficácia a partir de 01/01/2009, obedecendo ao disposto no caput, do inciso IV, do artigo 76, da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 3º - Da presente exclusão caberá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Ato Declaratório, manifestação de inconformidade dirigida à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto - SP, assegurados, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º - Não havendo manifestação nesse prazo, a exclusão tornar-se-á definitiva na esfera administrativa.

Art. 5º - O presente ato administrativo foi expedido em substituição ao Ato Declaratório Executivo no 34, de 18/05/2015, publicado no D.O.U. de 22/05/2015, seção 1.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM BLUMENAU
SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36,
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Concede Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes), instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº. 12.715, de 17/09/12.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 224 e 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/12, e da Portaria DRF/BLU nº 052 de 04/12/2015, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.355/13 e o constante no processo administrativo nº 13971.723642/2015-30, declara:

Art. 1º Habilitada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) a pessoa jurídica a seguir identificada:

Nome Empresarial: TPA TELECOMUNICACOES LTDA - EPP.

CNPJ nº: 02.255.187/0001-08

Projeto: ID 5421 - Rede de Transporte Óptico

Portaria de Aprovação: Portaria MC nº 4.144, de 31/08/15 (DOU 02/09/15)

Art. 2º As suspensões de que tratam os arts. 2º e 3º da IN RFB nº 1.355/13, alcançam as operações realizadas entre a data da habilitação no regime e 30/12/2016, pela pessoa jurídica titular do projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS CÂNDIDO FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37,
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Concede Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes), instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº. 12.715, de 17/09/12.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 224 e 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/12, e da Portaria DRF/BLU nº 052 de 04/12/2015, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.355/13 e o constante no processo administrativo nº 13971.723664/2015-08, declara:

Art. 1º Habilitada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) a pessoa jurídica a seguir identificada:

Nome Empresarial: TPA TELECOMUNICACOES LTDA - EPP.

CNPJ nº: 02.255.187/0001-08

Projeto: ID 5497 - Rede de Transporte Óptico

Portaria de Aprovação: Portaria MC nº 4.441, de 23/09/15 (DOU 29/09/15)

Art. 2º As suspensões de que tratam os arts. 2º e 3º da IN RFB nº 1.355/13, alcançam as operações realizadas entre a data da habilitação no regime e 30/12/2016, pela pessoa jurídica titular do projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS CÂNDIDO FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38,
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Concede Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes), instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº. 12.715, de 17/09/12.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 224 e 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/12, e da Portaria DRF/BLU nº. 052 de 04/12/2015, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº. 1.355/13 e o constante no processo administrativo nº. 13971723418/2015-48, declara:

Art. 1º Habilitada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) a pessoa jurídica a seguir identificada:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nome Empresarial: TPA TELECOMUNICACOES LTDA - EPP.

CNPJ nº.: 02.255.187/0001-08

Projeto: ID 5451 - Rede de Transporte Óptico

Portaria de Aprovação: Portaria MC nº. 4.152, de 31/08/15 (DOU 02/09/15)

Art. 2º As suspensões de que tratam os arts. 2º e 3º da IN RFB nº. 1.355/13, alcançam as operações realizadas entre a data da habilitação no regime e 30/12/2016, pela pessoa jurídica titular do projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS CÂNDIDO FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Concede Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes), instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº. 12.715, de 17/09/12.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 224 e 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/12, e da Portaria DRF/BLU nº. 052 de 04/12/2015, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº. 1.355/13 e o constante no processo administrativo nº. 13971723419/2015-92, declara:

Art. 1º Habilitada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) a pessoa jurídica a seguir identificada:

Nome Empresarial: TPA TELECOMUNICACOES LTDA - EPP.

CNPJ nº.: 02.255.187/0001-08

Projeto: ID 5450 - Rede de Transporte Óptico

Portaria de Aprovação: Portaria MC nº. 4.151, de 31/08/15 (DOU 02/09/15)

Art. 2º As suspensões de que tratam os arts. 2º e 3º da IN RFB nº. 1.355/13, alcançam as operações realizadas entre a data da habilitação no regime e 30/12/2016, pela pessoa jurídica titular do projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS CÂNDIDO FERREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara nula, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, no uso da competência que lhe confere o inciso III, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, de acordo com art. 33. inciso II, § 1º e 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e o contido no processo 1950.725343/2015-90, declara:

Art. 1º Nula de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 20.601.793/0001-01, da empresa ANA CLAUDIA HABECK, a partir de 09/07/2014, por fraude na inscrição.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FABRE

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 743, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no exercício de 2016 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 244, de 16 de julho de 2012, que aprova o Regimento Interno da Secretaria do Tesouro Nacional, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e

Considerando o disposto no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 18 da Lei nº 10.180, de 2001, no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 2009, e nos incisos XIV, XXI, XXII e XXIII do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011;

Considerando que a consolidação das contas dos entes da Federação de que trata o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000, requer a padronização de plano de contas, classificação orçamentária de receitas e despesas públicas, e relatórios e demonstrativos no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, notadamente os previstos pela Lei Complementar nº 101, de 2000; e

Considerando a necessidade de elaborar o Balanço do Setor Público Nacional previsto no inciso VII do art. 18 da Lei nº 10.180, de 2001, com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a ser utilizado por todos os entes da Federação, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008; resolve:

Art. 1º No exercício de 2016, serão inseridas, no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi, as seguintes declarações:

I - Declaração das Contas Anuais - DCA, para fins de cumprimento do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - Relação da estrutura das administrações direta e indireta, cujos dados foram consolidados na declaração das contas anuais;

III - Demonstrativos Fiscais definidos na Lei Complementar nº 101, de 2000, quais sejam:

a) Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, a que se referem os arts. 52 e 53;

b) o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, a que se refere o art. 54;

IV - Atestado do Pleno Exercício da Competência Tributária, em atendimento ao inciso I do art. 38 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de novembro de 2011;

V - Atestado de publicação do RREO e RGF, em atendimento aos incisos XI e XIV do art. 38 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, 2011;

VI - Atestado de cumprimento dos limites apurados no RGF.

§ 1º A STN dará quitação à obrigação de entrega das declarações referidas neste artigo, para os fins desta Portaria, desde que homologadas na forma do art. 8º.

§ 2º O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC utilizará as informações dos incisos I, III, IV e V, armazenadas no Siconfi, para fins de atualização automática de seus registros.

§ 3º Em relação ao Cadastro da Dívida Pública - CDP, as informações relativas às dívidas públicas interna e externa a que se refere o § 4º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, serão inseridas no Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios - Sadipem na forma definida pelo normativo que regulamenta o seu funcionamento.

Capítulo I

Da Declaração das Contas Anuais - DCA

Art. 2º O recebimento das contas anuais referentes aos exercícios de 2014 e 2015, na forma do §1º do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000, será efetuado pelo Siconfi mediante o preenchimento da DCA.

§ 1º As informações contábeis e orçamentárias a serem preenchidas na DCA prevista no caput deverão estar de acordo com as regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP para:

I - o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP referido no art. 4º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013; e

II - para os procedimentos contábeis patrimoniais, referidos nos arts. 6º ne 7º da Portaria STN nº 634, de 2013, e vigentes segundo o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais aprovado pela Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

§ 2º Para o envio da DCA, aplicam-se os prazos previstos no § 1º do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 3º A inobservância dos prazos a que se refere o § 2º deste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária, nos termos do § 2º do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 3º A DCA conterá os dados consolidados de todos os Poderes e órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta definidos no § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 4º As contas anuais referentes ao exercício de 2013 serão entregues no Siconfi mediante o preenchimento:

I - da DCA, para os entes da Federação que tenham implantado o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP no exercício de 2013;

II - do Quadro de Dados Contábeis Consolidados - QDCC para os demais entes.

Art. 5º As contas anuais de exercícios anteriores a 2013 deverão ser entregues por meio do Quadro de Dados Contábeis Consolidados - QDCC.

§ 1º As contas anuais de que trata o caput deverão ser encaminhadas à Secretaria do Tesouro Nacional, aos cuidados da Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação - CCONF/STN, por meio de Ofício assinado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O QDCC, segundo modelo disponibilizado no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional e no Siconfi, deverá ser entregue em sua versão impressa acompanhada da versão eletrônica e de declaração que ateste que a cópia eletrônica corresponde integralmente à versão impressa.

§ 3º A Secretaria do Tesouro Nacional dará quitação à obrigação de entrega das contas anuais nos respectivos exercícios a que se refere o caput, somente após o devido recebimento e a validação dos documentos enviados.

Capítulo II

Dos Demonstrativos Fiscais

Art. 6º Conforme os prazos de publicação a que se referem o caput do art. 52 e o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, serão inseridas no Siconfi:

I - pelo Poder Executivo dos entes da Federação, as informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, a partir do 1º bimestre de 2015;

II - pelos Poderes e Órgãos dos entes da Federação, as informações do Relatório de Gestão Fiscal - RGF até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre, a partir do 1º quadrimestre de 2015.

§ 1º As informações a serem preenchidas nos demonstrativos fiscais deverão estar de acordo com as regras estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF vigente à época.

§ 2º Na inserção das informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO prevista no inciso I, excetuam-se o Anexo 8 - Demonstrativos das Receitas e Despesas com MDE e o Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com ASPS, que serão inseridos no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE e no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS, respectivamente.

§ 3º Os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optarem, nos termos do art. 63 da Lei Complementar nº 101, de 2000, pela publicação semestral do RGF e dos demonstrativos do RREO previstos no art. 53 da mesma Lei, deverão registrar essa opção no Siconfi e inserir os respectivos dados até trinta dias após o encerramento de cada semestre.

§ 4º A opção pelo envio semestral, conforme o § 3º deste artigo, estará sujeita à verificação automática do cumprimento dos limites, apurados no último RGF, de todos os poderes e órgãos do exercício anterior que tenham sido homologados no Siconfi.

§ 5º Para os fins previstos no § 4º, caso o RGF do último quadrimestre ou semestre do exercício anterior não tenha sido homologado no Siconfi, será necessária a assinatura digital do Titular do Poder Executivo no Atestado de Cumprimento de Limites, certificando que todos os órgãos e poderes do ente da Federação cumprem os limites necessários.

§ 6º O Siconfi poderá ser utilizado como meio eletrônico de acesso público aos relatórios a que se refere este artigo, desde que homologados nos termos do art. 8º desta Portaria.

Art. 7º Os demonstrativos fiscais a que se refere o caput do art. 6º, relativos a exercícios anteriores a 2015, não serão recebidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, exceto nos seguintes casos:

I - quando for necessária a retificação dos dados anteriormente enviados e homologados nos exercícios a que se refere o caput.

II para a instrução de pleitos de operações de crédito na forma exigida pelo Manual para Instrução de Pleitos - MIP vigente, caso o demonstrativo exigido não tenha sido homologado no Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação - SISTN.

III em casos específicos disciplinados pela legislação ou por outros atos normativos da Secretaria do Tesouro Nacional, na forma exigida por esses instrumentos.

Parágrafo único. A entrega prevista no inciso I do caput deste artigo ocorrerá da seguinte forma:

I Os demonstrativos deverão ser encaminhados à Secretaria do Tesouro Nacional, aos cuidados da Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação - CCONF/STN, por meio de Ofício assinado pelo Chefe do Poder Executivo, no caso do RREO, e pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no caso do RGF.

II Os demonstrativos deverão ser entregues segundo o modelo do Manual de Demonstrativos Fiscais vigente à época, em sua versão impressa, acompanhada da versão eletrônica e de declaração que ateste que a cópia eletrônica corresponde integralmente à versão impressa.

Capítulo III

Da Homologação

Art. 8º As informações inseridas no Siconfi serão validadas automaticamente pelo sistema e podem ser homologadas pelo Chefe do Poder Executivo ou seu delegatário, ou pelos respectivos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, ou seus delegatários, ou homologadas tácita e automaticamente após a data limite de recebimento desde que assinadas pelas referidas autoridades.

§ 1º As declarações deverão ser assinadas da seguinte forma:

I - Declaração de Contas Anuais - DCA:

a) de maneira obrigatória, pelo Chefe do Poder Executivo ou seu delegatário;

b) de maneira obrigatória, pelo contabilista responsável;

c) de maneira opcional, pelas autoridades detentoras dos seguintes perfis de usuário no sistema: Vice-prefeito, Responsável pelo Controle Interno, Responsável pela Administração Financeira.

II - Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO:

a) de maneira obrigatória, pelo Chefe do Poder Executivo ou seu delegatário;

b) de maneira opcional, pelo contabilista responsável;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) de maneira opcional, pelas autoridades detentoras dos seguintes perfis de usuário no sistema: Vice-prefeito, Responsável pelo Controle Interno, Responsável pela Administração Financeira.

III Relatório de Gestão Fiscal - RGF:

a) de maneira obrigatória, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, ou seus delegatários;

b) de maneira opcional, pelo contabilista responsável;

c) maneira opcional, pelas autoridades detentoras dos seguintes perfis de usuário no sistema: Vice-prefeito ou perfil equivalente de outros Poderes e órgãos, Responsável pelo Controle Interno, Responsável pela Administração Financeira e Diretor Geral.

§ 2º Todas as assinaturas deverão ocorrer por meio de certificado digital. Somente serão aceitos os certificados do tipo e-CPF (pessoa física), modelo A3, conforme o padrão ICP Brasil.

Capítulo V

Das Particularidades para Inserção das Informações

Art. 9º Para a inserção das informações de que trata esta Portaria, os titulares dos Poderes e Órgãos dos entes da Federação observarão, integralmente, a metodologia disponível no sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional e no Siconfi, no que for aplicável às declarações e atestados descritos no art. 1º desta Portaria.

Art. 10 A Secretaria do Tesouro Nacional disponibilizará as seguintes formas para inserção dos dados no Siconfi:

I Planilhas eletrônicas;

II Formulário web;

III Instâncias XBRL FR (Financial Reporting) segundo a taxonomia vigente disponibilizada no Siconfi;

Capítulo V

Da Análise e Validação das Informações

Art. 11 O Siconfi irá realizar, de forma automática e por meio de equações, visando assegurar a consistência das informações enviadas nas declarações previstas no art. 1º, as seguintes verificações:

I Validações impeditivas - tratam-se de validações básicas destinadas a detectar inconsistências relevantes, entendidas como aquelas que comprometem a análise dos dados informados e/ou a confiabilidade desses dados sob o ponto de vista técnico-conceitual, as quais impedem a finalização das declarações, enquanto não corrigidas as inconsistências;

II - Indicadores qualitativos - tratam-se de verificações para avaliar a qualidade da informação, sua adequação técnico-conceitual e o grau de aderência aos normativos vigentes e não impedem a finalização das declarações.

§ 1º Caso sejam detectadas inconsistências relevantes nos dados enviados evidenciadas pelas validações impeditivas previstas no inciso I do caput, mesmo em verificações posteriores, os entes serão comunicados para que procedam à retificação tempestiva sob pena de a Secretaria do Tesouro Nacional não dar a devida quitação do envio dos dados, sujeitando o ente da Federação às penalidades e restrições previstas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nesta Portaria.

§ 2º A Secretaria do Tesouro Nacional se reserva ao direito de publicar um índice de qualidade da informação, calculada utilizando os indicadores qualitativos previstos no inciso II do caput deste artigo, conforme metodologia a ser evidenciada na publicação do Balanço do Setor Público Nacional - BSPN ou em outras publicações e estudos.

§ 3º Para a verificação da observância do inciso II do § 1º do art. 2º, o Siconfi utilizará os indicadores qualitativos.

Capítulo VII

Das Disposições Finais

Art. 12 Os dados das declarações previstas no art. 1º recepcionadas pelo Siconfi serão disponibilizados em um banco de dados denominado Finanças do Brasil - FINBRA no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional e do Siconfi para consulta de qualquer cidadão.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir do exercício financeiro de 2016.

Art. 14 Fica revogada a Portaria STN nº 702, de 10 de dezembro de 2014, a partir de 1º de janeiro de 2016.

MARCELO BARBOSA SAINTIVE

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 728, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria SE/MF nº 123, de 23 de abril de 2015, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 18.322.967 (dezoito milhões, trezentos e vinte e dois mil, novecentos e sessenta e sete) Certificados Financeiros do Tesouro, série E, subsérie 1 - CFT-E1, no valor de R$ 61.232.882,07 (sessenta e um milhões, duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e oitenta e dois reais e sete centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1/12/2015	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2006	1º/1/2036	3,341865	85.118	284.452,86
1º/1/2008	1º/1/2038	3,341865	103.931	347.323,37
1º/1/2009	1º/1/2039	3,341865	116.314	388.705,68
1º/1/2010	1º/1/2040	3,341865	229.297	766.279,61
1º/1/2011	1º/1/2041	3,341865	131.550	439.622,34
1º/1/2012	1º/1/2042	3,341865	250.061	835.670,10
1º/1/2013	1º/1/2043	3,341865	359.388	1.201.026,17
1º/1/2014	1º/1/2044	3,341865	371.232	1.240.607,22
1º/1/2015	1º/1/2045	3,341865	16.676.076	55.729.194,72
TOTAL			18.322.967	61.232.882,07

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

PORTARIA Nº 742, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, a portaria MF nº 102, de 08 de abril de 2010 e a Portaria SE/MF nº 123, de 23 de abril de 2015, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar as condições específicas a serem observadas na oferta pública de venda Notas do Tesouro Nacional, série B, NTN-B, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 15.12.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h30 às 12h00;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 16.12.2015;

V - data da liquidação financeira: 16.12.2015;

VI - critério de seleção das propostas: serão aceitas todas as propostas com cotações iguais ou superiores à cotação mínima aceita, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - quantidade para o público: até 650.000 de títulos, cujo(s) vencimento(s) está(ão) listado(s) abaixo;

X - características da emissão:

a) Grupo 1

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta	Adquirente
NTN-B	760199	15.05.2019	1.000,00	6,00	Até 500.000	Público
NTN-B	760199	15.05.2023	1.000,00	6,00	Até 500.000	Público

b) Grupo 2

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta	Adquirente
NTN-B	760199	15.05.2035	1.000,00	6,00	Até 150.000	Público
NTN-B	760199	15.05.2055	1.000,00	6,00	Até 150.000	Público

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-B poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinquenta títulos.

Art. 3º Para fins de liquidação financeira do leilão, o valor nominal das NTN-B atualizado até a respectiva data de liquidação financeira mencionada no Art.1º, inciso V, a ser considerado para o cálculo dos preços unitários será:

Título	Código Selic	Data-base do VNA	VNA (R$)
NTN-B	760199	15.07.2000	2.757,177162

Art. 4º As instituições credenciadas a operar com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 19,

de 27 de janeiro de 2015, e da Portaria nº 74, de 4 de fevereiro de 2015, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 15º, inciso I da referida Portaria, que consistirá na aquisição de NTN-B com as características apresentadas abaixo, pela cotação de venda apurada na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 15.12.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 16.12.2015 e;

V - características da emissão:

a) Grupo 1

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta especial
NTN-B	760199	15.05.2019	1.000,00	6,00	100.000
NTN-B	760199	15.05.2023	1.000,00	6,00	100.000

b) Grupo 2

Título	Código Selic	Título venc.	VN na data-base (R$)	Juros (%aa)	Oferta especial
NTN-B	760199	15.05.2035	1.000,00	6,00	30.000
NTN-B	760199	15.05.2055	1.000,00	6,00	30.000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial, em cada grupo, se pelo menos 50% do volume ofertado no respectivo grupo for vendido ao público.

Art. 5º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial a que se refere o art. 4º, corresponderá a 20% (vinte por cento) da quantidade ofertada ao público na oferta pública de que trata o art. 1º e obedecerá à mesma distribuição percentual verificada entre os títulos vendidos.

§ 1º. A quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 5º do Ato Normativo Conjunto nº 29, obedecerá a seguinte proporção:

I - 40% (quarenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no

inciso I do art. 16 (grupo 1) da referida Portaria e;

II - 60% (sessenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no

inciso II do art. 16 e as corretoras ou distribuidoras independentes que tenham atingido a meta

estabelecida no art. 21 (grupo 2) da referida Portaria.

§ 2º. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 5º, § 1º, do Ato Normativo Conjunto nº 29, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DELIBERAÇÃO Nº 175, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Institui a Política de Gestores da Susep.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP torna público que o Conselho Diretor da Autarquia, em reunião ordinária realizada em 25 de novembro de 2015, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IX do Art. 10 do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP n.º 320, de 12 de dezembro de 2014, e considerando o que consta do processo Susep n.º 15414.000688/2015-28, apensado ao Processo Susep n.º 15414.002406/2014-46, deliberou,

Art. 1.° Instituir a Política de Gestores da Susep, com a definição de diretrizes para seleção, nomeação, desenvolvimento e manutenção de gestores da Autarquia, bem como para o planejamento sucessório.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES, DOS OBJETIVOS E DAS DIRETRIZES.

Art. 2.º Para os fins desta deliberação considera-se:

I - cargos gerenciais da Susep: cargos de direção e assessoramento superior de níveis 101.2, 101.3 ou 101.4, exceto os cargos gerenciais da Procuradoria, observado o disposto no § 2.º do art. 14;

II - gestor: servidor que ocupa um cargo gerencial na Susep;

III - descrição do cargo: descrição das atribuições do ocupante do cargo e do perfil desejado para sua ocupação;

IV - perfil do cargo: indica a formação acadêmica, a experiência profissional e as competências técnicas e gerenciais desejadas para o exercício da função;

V - capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais;

VI - competência: conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da Susep;

VII - Plano Pedagógico dos Gestores da Susep (PPG) - conjunto de trilhas de aprendizagem destinadas a orientar o desenvolvimento profissional dos gestores da Susep;

VIII - Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) - conjunto de ações para formação, capacitação e desenvolvimento dos gestores da Susep;

IX - Banco de Gestores (BG): banco de dados destinado ao cadastro de servidores interessados em atuar como gestores da Susep.

Art. 3.º A Política de Desenvolvimento de Gestores da Susep visa a promover:

I - a melhoria da eficiência dos serviços prestados e dos produtos gerados pela Susep;

II - a adequação das competências dos ocupantes de cargos gerenciais da Susep com as exigências inerentes à função gerencial e com as atribuições das respectivas unidades por eles chefiadas;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - a capacitação gerencial e o permanente desenvolvimento dos gestores da Susep; e

IV - o desenvolvimento de servidores com potencial para atividades de gestão, capacitando-os para futura ocupação de cargos gerenciais na Susep.

Art. 4.º São diretrizes da Política de Desenvolvimento de Gestores:

I - incentivar e apoiar a realização de processo de seleção interna para a ocupação dos cargos gerenciais da Susep;

II - conferir transparência ao perfil considerado necessário para a ocupação dos diferentes cargos gerenciais da Susep e promover o seu alinhamento com as atribuições da unidade no regimento interno da Autarquia;

III - estimular e apoiar o permanente desenvolvimento dos gestores da Susep;

IV - incentivar o preenchimento dos cargos gerenciais da Susep por servidores da Autarquia;

V - otimizar a alocação dos gestores na Autarquia, minimizando os prejuízos decorrentes de eventuais movimentações destes gestores, considerando a continuidade dos projetos e processos e o alcance dos objetivos estratégicos da Susep; e

VI - estimular e apoiar a capacitação de servidores para futura ocupação de cargos de função gerencial da Susep.

Art. 5º São instrumentos da Política de Gestores da Susep:

I - Processo de Seleção Interna (PSI);

II - Banco de Gestores (BG);

III - Plano Pedagógico dos Gestores da Susep (PPG); e

IV - Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG).

CAPÍTULO II

Da Seleção e da Nomeação

Art. 6º O preenchimento de vagas para os cargos gerenciais da Susep poderá ser feito por meio do Processo de Seleção Interna (PSI) ou por livre nomeação.

§ 1.º Em ambos os casos deverá ser definida a descrição do cargo a ser preenchido contendo as atribuições do seu ocupante e o perfil desejado para sua ocupação.

§ 2.º Podem propor a escolha do novo gestor por livre nomeação a chefia imediata do cargo ou seus superiores.

§ 3.º No caso de escolha do novo gestor por livre nomeação, a ocupação do cargo deverá ser justificada pelo proponente com expressa menção ao cumprimento dos atributos do cargo, conforme § 1.º e deverá ser aprovada pelo Diretor da área.

Art. 7.º A descrição do cargo será definida pela unidade demandante em parceria com a área responsável pela gestão de pessoas da Susep e deverá ser aprovada pela chefia imediata e mediata.

Art. 8.° Poderá participar do PSI o servidor da Susep que na data da realização da seleção atenda às seguintes condições:

I - não tenha, nos últimos cinco anos, registro de penalidade administrativa; e

II - esteja inscrito no Banco de Gestores da Susep.

Art. 9.º O PSI deverá ser divulgado para todas as unidades da Susep, podendo ter abrangência nacional ou regional.

Art. 10. Quando o servidor selecionado para um cargo gerencial da Susep já estiver ocupando um cargo comissionado, será obrigatória a manifestação da chefia imediata do servidor quanto a eventual prejuízo para a unidade de origem.

Parágrafo único. A manifestação a que se refere o caput visa a subsidiar o juízo de conveniência e oportunidade, por parte do Superintendente, quanto à nomeação.

Art. 11. Fica instituído o Banco de Gestores (BG) com a finalidade de subsidiar a seleção de servidores para o preenchimento de cargos gerenciais na Susep.

§ 1.º O BG se destina ao cadastro de servidores com interesse em ocupar cargos de gestão, registrando suas competências técnicas e gerenciais, sua(s) área(s) de interesse, bem como demais informações relevantes para os processos de seleção, capacitação e desenvolvimento.

§ 2.º A utilização do BG no Processo de Seleção Interna se dará após sua regulamentação.

§ 3.º Até que o BG seja regulamentado, o PSI será instruído com a inscrição dos servidores interessados em participar do processo.

Art. 12. A indicação do servidor a ser nomeado para cargo gerencial será feita pelo superior imediato e mediato.

Art. 13. A nomeação para cargos gerenciais da Susep deverá observar as exigências previstas na legislação em vigor para nomeação em cargos de direção e assessoramento superior.

CAPÍTULO III

Da Manutenção no Cargo

Art. 14. A manutenção do gestor no cargo estará condicionada à sua participação nos programas de capacitação gerencial oferecidos pela Susep.

§ 1.º O gestor que não participar de ao menos um treinamento gerencial oferecido pela Susep a cada dois anos de exercício da função gerencial poderá ser exonerado do cargo, observado eventual impedimento de força maior ou necessidade de serviço atestada pela chefia imediata.

CAPÍTULO IV

Do Desenvolvimento Gerencial dos Servidores

Art. 15. A Susep deverá oferecer, regularmente, oportunidades para a capacitação e desenvolvimento de seus atuais e potenciais gestores, por meio do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), com o objetivo de possibilitar aos servidores a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes para o adequado desempenho da função gerencial.

§ 1.º As ações do PDG serão destinadas aos gestores da Susep, aos seus substitutos e/ou aos servidores inscritos no Banco de Gestores.

§ 2.º Os ocupantes de cargos da Procuradoria poderão ser contemplados nas ações de capacitação e desenvolvimento gerenciais.

§ 3.º O PDG será fundamentado no Plano Pedagógico dos Gestores da Susep (PPG), bem como no mapeamento e diagnóstico das lacunas de competências gerenciais.

Art. 16. O PPG será composto por trilhas de aprendizagem destinadas a orientar o desenvolvimento dos gestores da Susep, em suas diferentes esferas de atuação (estratégica, tática e operacional), em consonância com os objetivos institucionais.

Parágrafo único. As trilhas de aprendizagem deverão indicar temáticas, conteúdos e competências, apontando caminhos a serem percorridos pelo gestor para o seu desenvolvimento.

CAPÍTULO V

Do Planejamento Sucessório

Art. 17. Caberá à área de Recursos Humanos da Susep subsidiar o planejamento sucessório dos gestores.

§ 1.º Para tanto deverá estabelecer procedimento interno para monitorar a iminência de aposentadoria dos gestores, bem como para identificar as lacunas de competências de seus substitutos.

Art. 18. Caberá ao gestor direcionar esforços para que seu substituto esteja apto para assumir a função a qualquer tempo, visando a continuidade dos processos e projetos de sua área, sem prejuízo da possibilidade de abertura de Processo de Seleção Interna (PSI) em caso de saída do titular.

Art. 19. O PSI poderá ser utilizado para a seleção do substituto.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

Art. 20. Caberá à área responsável pela capacitação e desenvolvimento dos servidores da Susep e à área responsável pela coordenação de pessoal a responsabilidade pela execução dos procedimentos necessários à implementação da Política de Gestores e seus instrumentos, no âmbito das respectivas competências.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de 180 dias para a implementação do Processo de Seleção Interna, cabendo à Diretoria de Administração adotar os procedimentos necessários para sua efetivação.

Art. 21. Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Diretor.

Art. 22. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

PORTARIA Nº 6.388, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso de sua atribuição prevista no artigo 37 do Decreto-Lei No 73, de 21 de novembro de 1966, e considerando o disposto no artigo 12 da Lei Complementar No 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no Artigo 4º da Resolução CNSP N° 173, de 17 de dezembro de 2007, e o que consta do Processo SUSEP n° 15414.001095/2013-17, resolve:

Art. 1° Suspender a autorização para funcionamento como corretora de resseguros concedida a PROMASS CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA., CNPJ n° 10.423.158/0001-28, com sede social na cidade de Belo Horizonte - MG, nos termos do artigo 20, inciso VI, da Resolução CNSP N° 173, de 17 de dezembro de 2007.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

PORTARIA Nº 6.394, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos processos Susep 15414.004456/2015-49 e 15414.004458/2015-38, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de MAPFRE PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 04.046.576/0001-40 e MAPFRE SEGURADORA DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO S.A., CNPJ n. 08.687.929/0001-42, ambas com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 29 de agosto de 2015:

I - Incorporação da totalidade do patrimônio de MAPFRE SEGURADORA DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO S.A. por MAPFRE PREVIDÊNCIA S.A. na forma do instrumento particular de protocolo e justificação de incorporação firmado em 29 de agosto de 2015;

II - Aumento do capital social de MAPFRE PREVIDÊNCIA S.A. em R$ 18.055.209,36, elevando-o para R$ 81.272.927,99, representado por 267.765 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal;

III - Alteração do artigo 5° do estatuto social de MAPFRE PREVIDÊNCIA S.A.; e

IV - Extinção de MAPFRE SEGURADORA DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO S.A.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

PORTARIA Nº 6.395, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo SUSEP 15414.004720/2015-44, resolve:

Art. 1° Aprovar a transferência do controle acionário e da ingerência efetiva nos negócios de J. MALUCELLI SEGUROS S.A., CNPJ n. 09.064.453/0001-56, com sede na cidade de Curitiba - PR, para TRAVELERS PARTICIPAÇÕES EM SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ n. 22.177.693/0001-25, com sede na cidade de Curitiba - PR, na forma do acordo de acionistas celebrado em 1° de outubro de 2015.

Art. 2° Ratificar que o controle acionário indireto de J. MALUCELLI SEGUROS S.A. passou a ser exercido por THE TRAVELERS COMPANIES, INC., sociedade organizada e existente sob as leis do Estado de Minnesota, Estados Unidos da América, através de TRAVELERS BRAZIL ACQUISITION LLC, sociedade organizada e existente sob as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

PORTARIA Nº 6.406, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do Processo Susep 15414.001763/2015-78, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 01.582.075/0001-90, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, na assembleia geral extraordinária realizada em 10 de agosto de 2015:

I - Renuncia e eleição de administradores;

II - Redução do capital social no montante de R$ 43.334.932,45, passando-o para R$ 22.717.543,74, dividido em 936 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

III - Reforma completa e consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir as modificações decorrente da redução do capital, da criação do Conselho de Administração e outras disposições de interesse da Companhia.

Art. 2° Aprovar a alteração do controle indireto e da ingerência efetiva dos negócios de RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., os quais passam a ser exercidos de forma compartilhada por ICATU SEGUROS S.A., CNPJ n. 42.283.770/0001-39, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ e BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. CNPJ n. 92.702.067/0001-96, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme contrato de investimento e outras avenças celebrado em 30 de setembro de 2014 e acordo de acionistas celebrado em 10 de agosto de 2015.

Art. 3° Ratificar que o controle direto de RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A. continua sendo exercido por BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ n. 14.159.197/0001-10, com sede na cidade de Porto Alegre - RS.

Art. 4° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

PORTARIA Nº 6.407, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo SUSEP 15414.003816/2015-95, resolve:

Art. 1° Aprovar a alteração do controle acionário direto de PAN SEGUROS S.A., CNPJ n. 33.245.762/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP, que passa a ser exercido de forma compartilhada por BTG PACTUAL HOLDING DE SEGUROS LTDA., CNPJ n. 15.246.435/0001-98, com sede na cidade de São Paulo - SP e CAIXA HOLDING SECURITÁRIA S.A., CNPJ n. 22.556.669/0001-05, com sede na cidade de Brasília - DF.

Art. 2° Ratificar que o controle acionário indireto e a ingerência efetiva nos negócios de PAN SEGUROS S.A. são exercidos de forma compartilhada por BANCO BTG PACTUAL S.A., CNPJ n. 30.306.294/0001-45, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ e CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ n. 22.543.331/0001-00, com sede na cidade de Brasília - DF, na forma do acordo de acionistas celebrado em 21 de agosto de 2014 e dos termos de adesão datados de 30 de junho de 2015 e de 28 de julho de 2015.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 15 de dezembro de 2015

Nº 61 - Processo Administrativo nº 59000.000096/2015-43. INTERESSADOS: GEOENVI GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.450.823/0001-81 e o Ministério da Integração Nacional - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC. ASSUNTO: Apreciação do Recurso Administrativo quanto à notificação de penalidade de multa referente ao Contrato nº 88/2013-MI. DECISÃO: Considerando o contido no Parecer nº 00849/2015/CONJUR-MIN/CGU/AGU, de 08 de dezembro de 2015, e no Despacho CRAA (0087216), de 1º de dezembro de 2015, não conheço do recurso administrativo em razão da intempestividade, mantendo inalterada a decisão aplicadora da penalidade de multa, no valor de R$ 36.988,09 (trinta e seis mil novecentos e oitenta e oito reais e nove centavos).

Nº 62 - Processo Administrativo nº 59000.001125/2014-11. INTERESSADOS: GEOENVI GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.450.823/0001-81 e o Ministério da Integração Nacional - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC. ASSUNTO: Apreciação do Recurso Administrativo quanto à notificação de penalidade de multa e advertência referente ao Contrato nº 89/2013-MI. DECISÃO: Considerando o contido no Parecer nº 00817/2015/CONJUR-MIN/CGU/AGU, de 26 de novembro de 2015, e na Nota Técnica nº 323/2015/CENAD/SEDEC-MI, de 19/08/2015, não conheço do recurso administrativo em razão da intempestividade, mantendo inalterada a decisão aplicadora da penalidade de multa no valor de R$ 177.867,09 (cento e setenta e sete mil, oitocentos e sessenta e sete reais e nove centavos) e de advertência.

Nº 63 - Processo Administrativo nº 59000.000098/2015-32. INTERESSADOS: GEOENVI GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.450.823/0001-81 e o Ministério da Integração Nacional - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC. ASSUNTO: Apreciação do Recurso Administrativo, apresentado pela recorrente, quanto à notificação de penalidade de multa referente ao Contrato nº 89/2013-MI. DECISÃO: Considerando o contido no Parecer nº 00729/2015/CONJUR-MIN/CGU/AGU, de 27 de outubro de 2015, e do Despacho/SEDEC do dia 15 de setembro de 2015, não conheço do recurso administrativo, de forma a manter inalterada a penalidade de multa, com fulcro no inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Nº 64 - Processo Administrativo n° 59000.001132/2014-13. INTERESSADOS: GEOENVI GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 01.450.823/0001-81 e o Ministério da Integração Nacional - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC. ASSUNTO: Apreciação do Recurso Administrativo, apresentado pela recorrente, quanto à notificação das penalidades de multa e suspensão temporária referente ao Contrato Administrativo nº 90/2013-MI. DECISÃO: Considerando o disposto nos Pareceres nº 00772/2015/CONJUR-MIN/CGU/AGU, de 13/11/2015 (Doc. 70906-SEI), nº 668/2015/SEDEC/CENAD/CPG (Doc. 14534-SEI), nº 750/2015/SEDEC/CENAD/CPG (Doc. 0068420-SEI) e Notas Técnicas nº 532/2015/CENAD/SEDEC-MI (fls. 96/104, vol. 01) e nº 64/2015/CENAD/SEDEC-MI (fls. 161/166, vol. 01), conheço do recurso administrativo, para negar-lhe provimento, de forma a manter inalteradas as penalidades de multa no valor de R$ 90.034,57 e suspensão temporária do direito de participar de licitação com a Administração, pelo prazo de 02 anos, com fulcro nos incisos II e III e §2°, Art. 87, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Nº 65 - Processo Administrativo nº 59000.001129/2014-91. INTERESSADOS: GEOENVI GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.450.823/0001-81 e o Ministério da Integração Nacional - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC. ASSUNTO: Apreciação do Recurso Administrativo quanto à notificação de penalidade de multa referente ao Contrato nº 91/2013-MI. DECISÃO: Considerando o contido no Parecer nº 00822/2015/CONJUR-MIN/CGU/AGU, de 30 de novembro de 2015, e no Parecer nº 690/2015/SEDEC/CENAD/CPG de 02 de outubro de 2015, não conheço do recurso administrativo em razão da intempestividade, mantendo inalterada a decisão aplicadora da penalidade de multa e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por 02 (dois) anos.

GILBERTO OCCHI

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 254, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
MG	Almenara	Estiagem - 1.4.1.1.0	159	05/11/15	59051.000777/2015-14
MG	Araçuaí	Estiagem - 1.4.1.1.0	115	23/11/15	59051.000782/2015-19
MG	Bandeira	Estiagem - 1.4.1.1.0	032	04/11/15	59051.000701/2015-81
MG	Botumirim	Estiagem - 1.4.1.1.0	024	10/07/15	59051.000428/2015-94
MG	Cachoeira de Pajeú	Estiagem - 1.4.1.1.0	034	07/10/15	59051.000698/2015-03
MG	Chapada do Norte	Estiagem - 1.4.1.1.0	59	11/11/15	59051.000491/2015-21
MG	Coração de Jesus	Estiagem - 1.4.1.1.0	34	01/09/15	59051.000430/2015-63
MG	Francisco Sá	Estiagem - 1.4.1.1.0	2.574	04/11/15	59051.000358/2015-74
MG	Icaraí de Minas	Seca - 1.4.1.2.0	07/2015	01/10/15	59051.000729/2015-18
MG	Itamarandiba	Estiagem - 1.4.1.1.0	3669/2015	15/10/15	59051.000786/2015-05
MG	Jacinto	Estiagem - 1.4.1.1.0	035	16/11/15	59051.000508/2015-40
MG	Juramento	Seca - 1.4.1.2.0	109	15/10/15	59051.000697/2015-51
MG	Ladainha	Seca - 1.4.1.2.0	189/2015	05/09/15	59051.000421/2015-72
MG	Machacalis	Estiagem - 1.4.1.1.0	982/15	12/11/15	59051.000561/2015-41
MG	Mirabela	Seca - 1.4.1.2.0	028/2015	22/10/15	59051.000772/2015-83
MG	Montalvânia	Seca - 1.4.1.2.0	21/2015	06/11/15	59051.000364/2015-21
MG	Padre Paraíso	Estiagem - 1.4.1.1.0	025	19/10/15	59051.000778/2015-51
MG	Pescador	Seca - 1.4.1.2.0	029/2015	14/10/15	59051.000776/2015-61
MG	Santa Fé de Minas	Estiagem - 1.4.1.1.0	26	27/10/15	59051.000353/2015-41
MG	Verdelândia	Seca - 1.4.1.2.0	039/2015	11/11/15	59051.000645/2015-84

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 255, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Modelo - SC.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U., de 17 de agosto de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar a o empenho e repasse de recursos ao Município de Modelo - SC, no valor de R$ 296.786,67 (duzentos e noventa e seis mil, setecentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos), para a execução de obras de recuperação de danos causados por enxurrada, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000720/2015-17.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação do recurso em parcela única.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 256, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Andaraí	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.274	29/09/15	59051.000764/2015-37
BA	Caetité	Estiagem - 1.4.1.1.0	037	17/09/15	59051.000765/2015-81
BA	Campo Formoso	Estiagem - 1.4.1.1.0	328/2015	25/08/15	59051.000694/2015-17
BA	Cansanção	Estiagem - 1.4.1.1.0	022/2015	03/09/15	59051.000766/2015-26
BA	Gavião	Seca - 1.4.1.2.0	36/A	14/09/15	59051.000767/2015-71
BA	Lafaiete Coutinho	Estiagem - 1.4.1.1.0	0563/2015	06/11/15	59051.000387/2015-36
BA	Quixabeira	Seca - 1.4.1.2.0	080/2015	11/11/15	59051.000695/2015-61
BA	Retirolândia	Estiagem - 1.4.1.1.0	052	06/11/15	59051.000610/2015-45
BA	Santa Maria da Vitória	Estiagem - 1.4.1.1.0	2593/2015	03/11/15	59051.000768/2015-15
BA	Santa Rita de Cássia	Estiagem - 1.4.1.1.0	042/2015	29/10/15	59051.000769/2015-60
BA	São Domingos	Estiagem - 1.4.1.1.0	052/2015	13/11/15	59051.000618/2015-10
BA	Tucano	Estiagem - 1.4.1.1.0	095	09/11/15	59051.000770/2015-94
BA	Vitória da Conquista	Estiagem - 1.4.1.1.0	16.738	22/09/15	59051.000696/2015-14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

ATO Nº 35, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, conforme o disposto na Lei Complementar nº 124, de 3/01/2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 20, VI, do Anexo I do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014 e, o Art. 61, II, do Regimento Interno da SUDAM.

Considerando a necessidade de garantir a continuidade do serviço, tendo em vista o "Princípio da Continuidade do Serviço Público" que rege as atividades administrativas;

Considerando a impossibilidade da realização da Reunião da Diretoria Colegiada por falta do quórum mínimo, estabelecido no Art. 8º do Anexo I do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014;

Considerando o Art. 61, II, do Regimento Interno da SUDAM que atribui ao Superintendente a faculdade de decidir sobre matéria "Ad Referendum", quando não for possível alcançar o número mínimo de Diretores, estabelecido no Art. 8º do Anexo I do Decreto 8.275, de 27/06/2014;

Considerando as disposições contidas na Resolução n° 025, de 07 de outubro de 2010 e de nº 20 de 11 de julho de 2013 da SUDAM; e

Considerando o disposto no processo n° 59004/000656/2015-20; resolve:

1º - Aprovar "Ad referendum", de acordo com o Anexo I deste ato, as metas de desempenho institucional da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, para o período entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, em consonância com o § 9º do artigo 5º do Decreto nº 7.133/2010.

2º - O resultado da avaliação de cumprimento das metas de desempenho institucional servirá para fins de cálculo do valor da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE, paga aos servidores ocupantes de cargo efetivo que se encontrem nas situações descritas no inciso I do artigo 1º do Decreto nº 7.133/2010.

Parágrafo único - O resultado das metas institucionais será apurado pelas Unidades de Avaliação da SUDAM, elencadas no Anexo II.

3º - Caberá à Assessoria de Gestão Institucional a consolidação do demonstrativo de cumprimento das metas institucionais ao fim do ciclo de avaliação.

4º - Para efeito de pagamento das gratificações de que trata este ato, a Assessoria de Gestão Institucional - AGI encaminhará à Coordenação de Gestão de Pessoas - GGP, até 15° dia útil do mês subsequente ao encerramento do ciclo avaliativo, o resultado da avaliação de desempenho institucional do período.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5º - Determinar que o presente processo seja submetido à Diretoria Colegiada na próxima reunião a ser realizada para conhecimento e ulteriores de direito, com fulcro no Art. 61, § 2°, do Regimento Interno da SUDAM.

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Substituta

ANEXO I
METAS GLOBAIS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

SEQ.	METAS GLOBAIS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL	PESO
1	Meta Global: Promover a integração e a expansão econômica.	25
2	Meta Global: Formular e atuar em políticas e planos regionais integrados.	25
3	Meta Global: Ampliar e fortalecer os investimentos em P&D e o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação.	25
4	Meta Global: Implementar modelo de gestão eficiente e transparente voltado para resultados.	15
5	Meta Global: Ampliar o aprendizado e crescimento organizacional	10
SOMATÓRIA PESO		100

ANEXO II
UNIDADES DE AVALIAÇÃO

1. Gabinete
2. Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados.
3. Coordenação de Defesa Civil.
4. Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional.
5. Assessoria de Gestão Institucional.
6. Ouvidoria.
7. Procuradoria Federal Especializada, vinculada à Procuradoria-Geral Federal.
8. Auditoria-Geral, vinculada à Diretoria Colegiada.
9. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO.
10. Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação.
11. Coordenação de Licitações e Contratos.
12. Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças.
13. Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira.
14. Coordenação de Gestão Administrativa.
15. Coordenação de Governança e Gestão de Pessoas.
16. DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS.
17. Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária.
18. Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento.
19. Coordenação-Geral de Elaboração de Programas e Projetos Especiais.
20. Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento.
21. Coordenação de Convênios e Monitoramento.
22. Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável.
23. DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, DE INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS.
24. Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.
25. Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento.
26. Coordenação de Liberação e Controle de Financiamento.
27. Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros.
28. Coordenação de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros.
29. Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais.
30. Coordenação de Avaliação de Instrumentos de Desenvolvimento Regional.

Classificação de acordo com o regimento interno:

2. Órgãos de assistência direta e imediata ao Superintendente:
2.1. Gabinete:
2.1.2. Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados
2.1.3. Coordenação de Defesa Civil
2.2. Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional
2.3. Assessoria de Gestão Institucional
2.4. Ouvidoria
3. Órgãos seccionais:
3.1. Procuradoria Federal Especializada, vinculada à Procuradoria-Geral Federal.
3.2. Auditoria-Geral, vinculada à Diretoria Colegiada.
3.3. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO:
3.3.2. Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação
3.3.3. Coordenação de Licitações e Contratos
3.3.4. Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças.
3.3.4.1. Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira
3.3.4.2. Coordenação de Gestão Administrativa
3.3.4.3. Coordenação de Governança e Gestão de Pessoas
4. Órgãos específicos singulares:
4.1. DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS:
4.1.1. Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária
4.1.2. Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento
4.1.3. Coordenação-Geral de Elaboração de Programas e Projetos Especiais
4.1.4. Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento
4.1.4.1. Coordenação de Convênios e Monitoramento
4.2. DIRETORIA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
4.2.1. Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável
4.3. DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, DE INCENTIVOS E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS:
4.3.1. Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento:
4.3.1.1. Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
4.3.1.2. Coordenação de Liberação e Controle de Financiamento
4.3.2. Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros:
4.3.2.1. Coordenação de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros
4.3.3. Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais:
4.3.3.1. Coordenação de Avaliação de Instrumentos de Desenvolvimento Regional

CONSELHO DELIBERATIVO

ATO Nº 28, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (CONDEL/SUDAM) considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007, e no uso da atribuição conferida por meio do art. 8º, § 4º do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM, e considerando prazo disposto no art. 4º, XII, alínea "e" do Anexo I, do Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014 e art. 8º, XII, alínea "e" do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolve comunicar:

I- a apreciação em ato "ad referendum" do Conselho da Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO para o exercício de 2016, consubstanciada no Parecer nº 08/2015/CGEAP/DIPLAN-SUDAM de 02/12/2015, Parecer CGAV/DGFAI/SUDAM de 19/11/2015, Parecer Técnico CGFIN nº 12/2015, de 02/12/2015 e Parecer nº 162/2015/SFRI/DPNA/CGPAMI, de 04/12/2015.

GILBERTO MAGALHÃES OCCHI

ATO Nº 29, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (CONDEL/SUDAM) considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007, e no uso da atribuição conferida por meio do art. 8º, § 4º do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM, e considerando prazo disposto no art. 12, § 3º do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolve comunicar:

I- a apreciação em ato "ad referendum" do Conselho do calendário de reuniões do CONDEL/SUDAM para o exercício de 2016, ressaltando que respectivo calendário servirá como indicativo cronológico das reuniões.

GILBERTO MAGALHÃES OCCHI

ANEXO

PROPOSTA DE CALENDÁRIO DE REUNIÕES CONDEL/SUDAM - EXERCÍCIO 2016

REUNIÃO	DATA	LOCAL
16ª Reunião Ordinária	25 de fevereiro de 2016 (quinta-feira)	Belém-PA
17ª Reunião Ordinária	19 de maio de 2016 (quinta-feira)	Belém-PA
18ª Reunião Ordinária	11 de agosto de 2016 (quinta-feira)	Belém-PA
19ª Reunião Ordinária	13 de dezembro de 2016 (terça-feira)	Belém-PA

ATO Nº 30, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (CONDEL/SUDAM) considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007, e no uso da atribuição conferida por meio do art. 8º, § 4º do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM, e considerando prazo disposto no art. 4º, XIII, alínea "a" do Anexo I, do Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014 e art. 8º, XIII, alínea "a" do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolve comunicar:

I- a apreciação em ato "ad referendum" do Conselho do estabelecimento das Diretrizes e Prioridades para as aplicações dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA para o exercício de 2016, observadas as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional no financiamento aos empreendimentos de grande relevância para a economia regional, consubstanciadas no Parecer Técnico CGEAP nº 09/2015-SUDAM.

GILBERTO MAGALHÃES OCCHI

ANEXO

DIRETRIZES E PRIORIDADES DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-FDA, EXERCÍCIO DE 2016.

Na aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA, para o exercício 2016, com observância das orientações estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR, instituída pelo Decreto nº 6.074/2007 e do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia-PRDA, consideradas as potencialidades e vocações econômicas da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, criada pela Lei Complementar nº 124/2007, serão observadas pela SUDAM as diretrizes gerais elencadas na Portaria do Ministério da Integração Nacional-MI nº 204/2015, bem como serão considerados prioritários os setores da economia discriminados nos itens 1 a 4.

1. DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES GERAIS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Na formulação das "Diretrizes e Prioridades do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) para o exercício de 2016", foram observadas as diretrizes e orientações gerais de acordo com a Portaria nº 204, de 28 de agosto de 2015 do Ministério da Integração Nacional, publicada no D.O.U em 31.08.2015.

2. DIRETRIZES E PRIORIDADES DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

2.1 Diretrizes

As Diretrizes a serem adotadas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) para o exercício de 2016 seguem as definidas na Portaria nº 204, de 28 de agosto de 2015 do Ministério da Integração Nacional, publicado no D.O.U em 31.08.2015.

2.2 Prioridades Setoriais

Prioridades:

1. Infraestrutura e Estruturante:

1.1. Saneamento básico - abastecimento de água e esgotamento sanitário

1.2. Produção e distribuição de gás e gasoduto;

1.3 Transportes - rodovias, ferrovias, hidrovias e aeroportos;

1.4. Portos, terminais, armazéns e centros de distribuição;

1.5. Telecomunicações;

1.6. Produção, refino e distribuição de petróleo e seus derivados e de biocombustíveis;

1.7. Geração, transmissão e distribuição de energia nos casos de empreendimentos caracterizados como prioritários, mediante manifestação do Ministério de Minas e Energia, que já tenham contratado operações de financiamento com recursos do fundo;

1.8. Geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% da capacidade de geração prevista no projeto;

1.9. Indústria naval, inclusive fabricação de peças e componentes;

1.10. Indústria de verticalização mínero-metalúrgica;

1.11.Transporte de carga intermodal.

2. Setores Tradicionais:

2.1.Agricultura, fruticultura, floricultura, florestamento e reflorestamento com uso de espécies nativas e exóticas;

2.2. Agropecuária, em áreas de vocação agropastoril, comprovadas por zoneamento ecológico-econômico, executado ou em execução;

2.3. Projeto integrado lavoura-pecuária e lavoura-pecuária-floresta;

2.4. Agroindústria;

2.5. Pesca, aquicultura e indústria de beneficiamento de pescado;

2.6. Indústria madeireira, desde que os insumos sejam originados de projetos de manejo ou reflorestamento, observada a legislação ambiental;

2.7. Indústria extrativa de minerais metálicos e não metálicos, representados por complexos produtivos para o aproveitamento desses recursos;

2.8. Indústria de transformação, abrangendo os seguintes grupos:

2.8.1. Couros, peles, calçados e artefatos;

2.8.2. Plásticos e seus derivados;

2.8.3. Têxtil, inclusive artigos de vestuário;

2.8.4. Fabricação de máquinas, ferramentas, aparelhos, equipamentos e sistemas eletrônicos dedicados à automação industrial e controle de processos produtivos e outras máquinas e equipamentos específicos, (exclusive armas, munições e equipamentos bélicos);

2.8.5. Minerais não metálicos, metalurgia, siderurgia, mecânica, material elétrico e de comunicação;

2.8.6. Químicos (excluídos os explosivos) e petroquímicos;

2.8.7. Papel, papelão, celulose e pastas de papel e papelão, desde que os insumos sejam originados de projetos de manejo ou reflorestamento, observada a legislação ambiental;

2.8.8. Móveis e artefatos de madeira e outros materiais;

2.8.9. Alimentos, inclusive carnes e seus derivados, e bebidas;

2.8.10. Fabricação de embalagem e acondicionamentos;

2.8.11. Indústria de cimento, artefato de cimento e materiais de construção;

2.8.12. Indústria de reciclagem, inclusive de papel, plástico e metais;

2.8.13. Fabricação de veículos automotores, inclusive peças e componentes.

3. Setores com ênfase na inovação tecnológica:

3.1. Fabricação de equipamentos de instrumentação médico hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, insumos e equipamentos para saúde;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.2. Bioindústria, compreendendo indústria farmacêutica, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos;
3.3. Biotecnologia;
3.4. Mecatrônica;
3.5. Nanotecnologia;
3.6. Informática (Hardware e Software) e comunicação;
3.7. Eletroeletrônico, inclusive seus componentes;
4. Serviços:
4.1. Turismo, considerado os empreendimentos hoteleiros, apart hotel, centros de convenções e outros projetos, componentes das atividades da cadeia regional do turismo;
4.2. Transporte regional de passageiros, aeroviário, hidroviário e rodoviário;
4.3. Hospitais, clínicas e laboratórios, condicionado a previsão no contrato de financiamento de no mínimo 10% das vagas para o Sistema Único de Saúde;
4.4. Logística, nos segmentos de armazenagem, centros de distribuição e transporte.

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 15 de dezembro de 2015

Nº 1.584. Processo Administrativo nº 08012.002222/2011-09 (Autos de Acesso Restrito nº 08700.012439/2014-03). Representante: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Representados:Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda., Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda., Dimaci Material Cirúrgico Ltda., Drogafonte Medicamentos e Material Hospitalar, Hipolabor Farmacêutica Ltda., Laboratório Teuto Brasileiro S.A., Macromed Comércio de Material Médico e Hospitalar Ltda., Mafra Hospitalar Ltda., Merriam Farma Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda., Netfarma Comércio Online S.A., NovaFarma Indústria Farmacêutica, Prodiet Farmacêutica Ltda. (atual Profarma Specialty S.A.), Rhamis Distribuidora Farmacêutica Ltda., Sanval Comércio e Indústria Ltda., Torrent do Brasil Ltda., Altisberto Martins Ferreira, André Neves de Magalhães, Apolônio Fernandes dos Santos, Armando Pedro Tortelli, Eugênio José Gusmão da Fonte Filho, Felipe de Melo Campos Chaves, Fernando José de Paula, Gustavo Neves de Magalhães, Júlio Issao Miyaoka, Lúcio Mauro Santos Broseguini, Luiz Eustáquio Silva e Renato Alves da Silva. Advs.: Joana Temudo Cianfarani, Tatiana Lins Cruz, Fernando Vernalha Guimarães, Luiz Fernando Casagrande Pereira, André Marques Gilberto, Álvaro Adelino Marques Bayeux, Daniel Gustavo Rocha Poço, Juliana Fidencio Frederick, Lívia Maria Marques Melo, Fabíola Carolina Lisboa Cammarota Abreu, Ricardo Lara Gaillard, Benedito Ferreira de Campos, Paulo Prata Fígaro, Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Michelle Marques Machado, Eduardo Caminati Anders, Flávia Chiquito dos Santos, Henrique Dias Carneiro, Ricardo Wanderley Mano Sanches, Benedito Ferreira de Campos, Fabrício Cândido Gomes de Souza, Maria Eugênia Novis, Beatriz Medeiros Navarro Santos, Celso Cordeiro de Almeida e Silva, Saulo Vinícius de Alncântara, João Antônio Alves Lopes, Ricardo Ejzenbaum, Gilberto Gagliardi Neto, Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berardo, Madalena Breda, Marcelo Cunha Maciel e outros. Acolho a Nota Técnica nº 122/2015, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica: (i) quanto à petição SEI nº 0065714, em razão da ocorrência de erro, fica retificada a Nota Técnica nº 30/2015 e o Despacho nº 13/2015 para a inclusão no polo passivo do presente Processo Administrativo da Representada Netfarma Comercial Ltda - ME e exclusão da Netfarma Comércio Online S.A.; (ii) pela desconsideração da Notificação nº 205/2015 (0048243) e da juntada do respectivo aviso de recebimento (0053532); (iii) fica a Netfarma Comércio Online S.A. notificada de que não integra o polo passivo do presente Processo Administrativo; (iv) seja notificada a Representada Netfarma Comercial Ltda. - ME da instauração de Processo Administrativo, no endereço Rua Alvares Penteado, nº 87, Centro, São Paulo/SP, CEP 10.120-01, nos termos do art. 70 da Lei nº 12.529/2011, para que apresente defesa no prazo de 30 (trinta) dias, a ser contado em dobro nos termos do art. 63, II, do Regimento Interno do Cade. Nesse mesmo prazo, a Representada deverá especificar e justificar as provas que pretende sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 155 do Regimento Interno do Cade. Caso a Representada tenha interesse na produção de prova testemunhal, deverá declinar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 155, §2º, do Regimento Interno do Cade; e (v) pela devolução do prazo de defesa para os Representados anteriormente constantes do processo, nos termos do art. 147, §2º, do Regimento Interno do Cade, que ficam, portanto, notificados da Nota Técnica nº 122/2015.

Nº 1.585. Ato de Concentração nº 08700.011407/2015-71. Requerentes: Atos SE e Unify Holdings BV. Advogados: Marcio Dias Soares e outros. Decido pela aprovação sem restrições.
Nº 1586. Ato de Concentração nº 08700.011715/2015-05. Requerentes: Brazil Berries Investimentos e Participações S/A e Frooty Comércio e Indústria de Alimentos S/A. Advogados: Fabricio Antonio Cardim de Almeida, Ana Paula Paschoalini e outros. Decido pela aprovação sem restrições.
Nº 1.589. Ato de Concentração nº 08700.011507/2015-06. Requerentes: TIM Celular S/A, Telefônica Brasil S/A e Intelig Telecomunicações Ltda. Advogados: Guilherme Favaro Corvo Ribas, José Augusto de Leça Pereira e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.543, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4748 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:
CONCEDER autorização à empresa IPANEMA SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 03.601.036/0002-08, sediada em Goiás, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
504 (quinhentas e quatro) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.711, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/5159 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO PORTUGAL CENTER, CNPJ nº 06.116.894/0001-66 para atuar no Rio Grande do Norte.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.744, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4180 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GR - GARANTIA REAL SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 68.317.817/0002-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 2261/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4438 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECOPI - SEGURANÇA COMERCIAL DO PIAUI LTDA, CNPJ nº 12.062.071/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Piauí com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2505/2015 (CNPJ nº 12.062.071/0001-06); nº 2517/2015 (CNPJ nº 12.062.071/0003-60) e nº 2518/2015 (CNPJ nº 12.062.071/0002-89).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.753, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4711 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GAMBOA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 08.930.462/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2530/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.754, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4797 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DETROIT SEG VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 11.923.136/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2508/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.756, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4826 - DPF/JVE/SC, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMPANHIA FABRIL LEPPER, CNPJ nº 84.683.887/0001-50 para atuar em Santa Catarina.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.776, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/5104 - DPF/IJI/SC, resolve:
CONCEDER autorização à empresa VIGISERV SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 86.830.148/0001-79, sediada em Santa Catarina, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
48 (quarenta e oito) Munições calibre 32
205 (duzentas e cinco) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.789, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/5286 - DPF/SAG/RS, resolve:
CONCEDER autorização à empresa CAMARGO & CONCEIÇÃO SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 12.498.008/0001-09, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:
Da empresa cedente VIGILANCIA ASGARRAS S/S LTDA, CNPJ nº 04.281.402/0001-62:
15 (quinze) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Revólveres calibre 38
216 (duzentas e desesseis) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.795, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4416 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIARM-SERVIÇO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA, CNPJ nº 09.451.428/0001-25, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2557/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 4.796, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4527 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ZEPIM SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.282.727/0001-34, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 2437/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.798, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/5241 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SOLIDA VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.515.217/0001-62, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Da empresa cedente AGROSERVICE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.602.646/0001-37:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

60 (sessenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.801, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/5302 - DPF/CAC/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa S PRADO - CENTRO DE TREINAMENTOS E FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.801.623/0001-14, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre 38

6757 (seis mil e setecentos e cinquenta e sete) Gramas de pólvora

50000 (cinquenta mil) Projéteis calibre 38

4002 (quatro mil e duas) Espoletas calibre .380

4002 (quatro mil e dois) Projéteis calibre .380

2196 (duas mil e cento e noventa e seis) Espoletas calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.802, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/5338 - DPF/BRU/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa STAFF- CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA , CNPJ nº 02.577.491/0001-63, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1609 (uma mil e seiscentas e nove) Munições calibre 12

94840 (noventa e quatro mil e oitocentas e quarenta) Espoletas calibre 38

10000 (dez mil) Estojos calibre 38

25296 (vinte e cinco mil e duzentos e noventa e seis) Gramas de pólvora

94840 (noventa e quatro mil e oitocentos e quarenta) Projéteis calibre 38

2750 (duas mil e setecentas e cinquenta) Espoletas calibre .380

2000 (dois mil) Estojos calibre .380

2750 (dois mil e setecentos e cinquenta) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.803, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4683 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTEMAXI SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA LTDA, CNPJ nº 04.808.914/0001-34, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2421/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.806, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4593 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CIVAM - CENTRO DE INSTRUÇÃO DE VIGILANTES DO AMAPÁ LTDA - ME, CNPJ nº 05.421.289/0001-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Amapá com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2590/2015 (CNPJ nº 05.421.289/0001-36) e nº 2497/2015 (CNPJ nº 05.421.289/0002-17).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.810, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2803 - DPF/UDI/MG, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ALTUS FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 22.338.856/0001-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1975/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 33.456, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08385.019787/2015-11 - SR/DPF/PR, resolve:

Autorizar a empresa GRUPO SCORPION VIGILANCIA LTDA ME, CNPJ nº 03.260.209/0001-82, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser SCORPION SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA - EPP.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 229, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 890, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de junho de 2014, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ANA SOFIA LEITE SILVA COSTA CORDEIRO - V778661-L, natural de Portugal, nascida em 27 de maio de 1983, filha de João Fernando Carvalho Silva Costa e de Maria da Conceição Teixeira Leite Silva Costa, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.009208/2014-91);

BIANCA GIOVANNA MENNA RUIZ DIAZ - V063899-V, natural do Paraguai, nascida em 16 de abril de 1985, filha de Efrain Fernando Menna Pérez e de Luz Gloria Ruiz Diaz de Menna, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.000389/2015-71);

CONCEPCIÓN ARAÚJO OSORIO, natural da Espanha, nascida em 01 de fevereiro de 1964, filha de Heriberto Araújo Fernandez e de Concepción Osorio Fernández, residente Barcelona/Espanha (Processo nº 08018.002968/2015-88);

DOMINGUEZ NDOMBELE ISOLO - V143031-S, natural da Angola, nascido em 26 de junho de 1966, filho de Pedro Mauricio Ndombele e de Mazietele Bangu, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08457.014725/2013-51);

ERIKA NATALIA CHINEN CHU DE YASSUDA - V537113-L, natural Peru, nascida em 18 de janeiro de 1976, filha de Juan Chinen Kanashiro e de Luisa Cecilia Chu de Chinen, residente São Paulo (Processo nº 08505.146161/2014-83);

GIANNI PARRA - V657280-K, natural da Itália, nascido em 09 de abril de 1945, filho de Giacinto Parra e de Zilia Previati, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.026862/2014-37);

HUGO DOMINGUEZ DEROMEDIS - V467513-V, natural da Bolívia, nascido em 02 de maio de 1951, filho de Jesus Dominguez Barba e de Hilda Deromedis Antelo, residente no Estado do Acre (Processo nº 08220.010029/2014-21);

MOSAAB MOHAMED ALI ABDELGAWWAD ALI - V963844-U, natural da República Árabe do Egito, nascido em 01 de outubro de 1983, filho de Mohamed Ali Abdelgawwad Ali e de Sabah Mostafa Morsy, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.016116/2015-68);

RENÉ RUDOLF SAVONIJE - V382908-S, natural da Holanda, nascido em 23 de dezembro de 1966, filho de Christiaan Maria Savonije e de Johanna Hendrika Houwers, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.036433/2014-39) e

YOANDY LEAL HIDALGO - V841106-L, natural de Cuba, nascido em 31 de agosto de 1988, filho de Alfonso Leal Haynes e de Xiomara hidalgo Valdes, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.006325/2015-92).

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

PORTARIA Nº 230, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 8º (Anexo I), do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder o registro referido no parágrafo único do art. 15 do Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996, à empresa PAPEL DIGITAL SISTEMAS E ARMAZENAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.114.463/0001-26, com sede à Rua Anselmo de Lima Filho, 360 - Bloco 7/8, CIC Norte II, Curitiba - PR, CEP: 81.290-150, para exercer a atividade de microfilmagem de documentos físicos (Processo MJ nº 08000.037716/2015-69).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Considerando o que consta do processo administrativo MJ nº 08018.002899/2013-41, APROVO a transferência de ISAEL KNIESTEDT para o cumprimento, no Brasil, do restante da pena a que foi condenado pela Justiça estadunidense, com fundamento nos arts. 3 e 5, itens 3 e 6, da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, assinado aos 9 de junho de 1993 e promulgado pelo Decreto nº 5.919, de 03 de outubro de 2006.

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o pedido de permanência definitiva com base em prole brasileira, salientando que o ato persistirá enquanto os requerentes forem detentores da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08457.015843/2013-87 - ALEXANDRE SEBASTIÃO NZAPALE e NGUANZA MALONDO

DEFIRO os pedidos de residência permanente nos termos do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para concessão de permanência a detentores de vistos temporários ou a turistas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005, promulgado pelo Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009.

Processo Nº 08389.015968/2015-20 - ERNESTO SEBASTIAN KOLDOBSKI

Processo Nº 08444.006487/2014-31 - RAMON SOAREZ

Processo Nº 08491.001368/2015-15 - MARCOS JOSE MULLER

Processo Nº 08495.003039/2015-61 - DELIA IRMA ZDANOVICH

Processo Nº 08495.003269/2015-20 - MARIO GASTON ALEJANDRO GONZALEZ

Processo Nº 08389.026000/2015-29 - FANCISCO OSCAR MUZZO

Processo Nº 08389.026050/2015-14 - ALEX ARRABAL

Processo Nº 08495.002524/2015-17 - FACUNDO ESTEBAN VIVAS BRANDSTATTER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08389.026068/2015-16 - MARCELO JAVIER RAMIREZ

DEFIRO o pedido de residência permanente nos termos do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para concessão de permanência a detentores de vistos temporários ou a turistas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005, promulgado pelo Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009, para a Sra. MARIA TERESA GIL BOGGAN e, por economia processual, a reunião familiar para o Sr. PAUL THOMAS MILLER, com base no art. 6º, 4, do referido acordo.

Processo Nº 08495.006106/2015-07 - MARIA TERESA GIL BOGGAN E OUTRO

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.025285/2014-15 - MAHMOUD MOHAMED ABDELMONEIM ABDELWAHED, até 04/04/2016.

Processo Nº 08000.025608/2014-62 - HASSAN IBRAHIM MOHAMED AHMED até 04/04/2016.

Processo Nº 08000.017466/2014-60 - CAMERON HUNTER BABEK até 12/04/2016.

Processo Nº 08000.007243/2014-94 - PAUL VINCENT VAN DER WEIJDEN, até 12/04/2016.

Processo Nº 08000.028630/2014-64 - BLAKE LABIOS SARIO, até 23/04/2016.

Processo Nº 08000.008164/2014-09 - DILON DOUGLAS EBANKS MOORE, até 02/05/2016.

Processo Nº 08000.028393/2014-31 - LARS PEDERSEN, até 20/07/2016.

Processo Nº 08000.037439/2014-11 - ARUL ARASU MARIA SAMUEL GNANA, até 02/06/2016.

Processo Nº 08000.037064/2014-81 - KARUNAKARAN KUNIYIL, até 02/06/2016.

Determino o arquivamento do pedido tendo em vista à solicitação da parte interessada.

Processo Nº 08444.002160/2014-90 - POULIEN SAMSON

Determino o ARQUIVAMENTO do(s) processo(s), por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s). abaixo relacionados;

Processo Nº 08707.010866/2012-25 - OSCAR ALONSO CUADROS LINARES

Processo Nº 08460.003245/2013-14 - RAY DANIEL THANE

Processo Nº 08797.004141/2012-36 - RIDER NOE ZEVALLOS VELA

Processo Nº 08375.004001/2013-18 - REGINALDO RIVELI SILVA MELO

Processo Nº 08240.014764/2013-94 - NORA GARCIA ODUARDO

Processo Nº 08260.008289/2012-06 - PEDRO MIGUEL DUARTE DOS SANTOS SERRANO

Processo Nº 08505.036479/2013-76 - NATALIA AMPARO CASTELLANOS AYALA

Processo Nº 08505.052548/2012-16 - MOHAMMADREZA HADIZADEH e MARYAM BAN

Processo Nº 08505.099086/2011-10 - SERGIO LEONEL SEPULVEDA ALARCON, CARMEN GLORIA ACEVEDO BOZO e RENATA ISIDORA SEPULVEDA ACEVEDO

Processo Nº 08506.001965/2013-63 - NILI JOHANA BETANCUR POSADA

Processo Nº 08506.004482/2013-11 - MARIA DAS DORES L ANTONIO MATETA

Processo Nº 08506.005324/2014-69 - JOSE LUIS PREGO

Processo Nº 08506.012713/2013-60 - MANUEL HERNANDEZ GALLARDO

Processo Nº 08701.000534/2014-54 - SILVANY SIMONE SANCHES TAVARES

Processo Nº 08701.004684/2011-94 - JOANA KARINA DO CEU CARVALHO

Processo Nº 08701.006303/2013-73 - NANDINHO LUIS GOMES

Processo Nº 08701.020267/2013-51 - SARMENTO JUNIOR MAZIVILA

Processo Nº 08702.001884/2014-28 - LEORNADO MARCELO MADARIAGA SAPIAIN, ELIZABETH CAROLINA OJESA RICARDI, FABIAN ESTEBAN MADARIAGA OJEDA, PAULA ESTER MADARIAGA OJEDA e VASTI CAROLINA MADARIAGA OJEDA

Processo Nº 08705.000186/2013-02 - SEBASTIAN SINOJ

Processo Nº 08707.000935/2013-73 - PATRICIA CAROLINA ALEJANDRA RODRIGUEZ SAAVEDRA

Processo Nº 08707.009081/2013-91 - PAOLA MARQUINA ALEXANDRA SANCHEZ VACA

Processo Nº 08708.001659/2014-31 - JUAN SEBASTIAN VERA CHAMBA

Processo Nº 08708.002101/2013-92 - NEGNONAWO DJATOUGBE ANAKPAN

Processo Nº 08794.001384/2014-12 - PAULINA NGUDIMBUA MATESO

Processo Nº 08514.002479/2013-63 - STEPHEN JAMES GRIGGS

Processo Nº 08102.002342/2014-31 - KEVIN CARVALHO ARAUJO

Processo Nº 08460.001645/2014-68 - RICARDO RAPOSO DE ARAUJO

Processo Nº 08505.093488/2012-83 - OSCAR EDUARDO OCAMPO URIBE

Processo Nº 08460.017267/2013-53 - NICHOLAS J BARNES

Processo Nº 08070.002087/2014-41 - NITEROID ALVES ANTONIO

Processo Nº 08444.011893/2013-34 - RAYMOND PHELAN

Processo Nº 08505.015322/2014-98 - N DEKIINY CORREIA MENDES

Processo Nº 08270.013896/2013-41 - NICKSON LIMA

Processo Nº 08444.000222/2014-29 - NANNAN ZHANG

Processo Nº 08240.014766/2013-83 - NESTOR LEY CHONG

Processo Nº 08505.052577/2013-51 - PASCAL OLIVIER FELLER

Processo Nº 08352.007994/2012-59 - NICHOLAS JACOB WALKER

Processo Nº 08457.009633/2013-50 - RAFAEL OJEDA JUÁREZ

Processo Nº 08495.000434/2014-19 - ROSITO QUINTAO

Processo Nº 08375.012543/2013-56 - ROLAND ESTIMABLE

Processo Nº 08495.000569/2014-76 - RAUMAR AREDIS RODRIGUEZ GIMENEZ

Processo Nº 08420.011614/2013-19 - RAEHANA NEVES ANTUNES DOS REIS

Processo Nº 08458.001253/2013-67 - ROUSLAND MIKE TCHIDEHOU

Processo Nº 08505.067233/2013-46 - ORALIA PAULINA TORRES DE LA PENA

Processo Nº 08270.0025372/013-69 - NOEL ARMINDO BATICÃ FERREIRA

INDEFIRO o presente pedido de Transformação de visto Temporário VII em permanente, tendo em vista, a falta de cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão.

Processo Nº 08520.009700/2012-44 - MONA MREICHE

INDEFIRO o presente pedido de transformação de residência provisória em permanente considerando o disposto no art.7º, III, da Lei nº 11.961/2009, tendo em vista que o estrangeiro se ausentou do País por prazo superior a noventa dias consecutivos.

Processo Nº 08124.002366/2013-51 - BAILIANG HUANG

INDEFIRO o presente pedido de transformação de residência provisória em permanente considerando o disposto no art.7º, III, da Lei nº 11.961/2009, tendo em vista que o estrangeiro se ausentou do País por prazo superior a noventa dias consecutivos.

Processo Nº 08124.002366/2013-51 - BAILIANG HUANG

INDEFIRO o(s) pedido(s) de permanência, abaixo relacionados tendo em vista o estrangeiro encontrar-se fora do país, inviabilizando a instrução processual.

Processo Nº 08240.026452/2012-42 - JOAQUIM GUILLAMET PALOME

Processo Nº 08793.003509/2012-89 - JOÃO DOS SANTOS CAETANO

INDEFIRO o presente processo de permanência definitiva com base em união estável, considerando que conforme declaração da chamante verificou-se que o casal encontra-se separado de fato.

Processo Nº 08270.019184/2014-17 - IVAN FEMIANO

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o(s) pedido(s) abaixo relacionados tendo em vista que o(s) estrangeiro(s) não foram localizado(s) no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08505.054173/2015-63 - OLABOSOYE AKINGBADE

Processo Nº 08505.087923/2012-31 - INES SILVA MELO XAVIER

MULLER LUIZ BORGES

DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada. abaixo relacionados

Processo Nº 08000.013504/2015-96 - YAZMIN ALEJANDRA LORENZO YUNAN, até 03/06/2016

Processo Nº 08000.013505/2015-31 - ANDREW ASSMUS WILSON, até 04/06/2016

Processo Nº 08000.013517/2015-65 - GAVIN ORION IHASZ, até 04/06/2016

Processo Nº 08000.013518/2015-18 - JAIDENY LOYOLA HERNANDEZ, até 03/06/2016

Processo Nº 08000.013520/2015-89 - EMILIO ANDRES MONARD DE LA CRUZ, até 03/06/2016

Processo Nº 08000.013521/2015-23 - JUAN ANDREE SINCLAIR COELLO, até 18/06/2016

Processo Nº 08000.013522/2015-78 - ERNESTO VICENTE LUQUE CANTOS, até 03/06/2016

Processo Nº 08000.013524/2015-67 - ALEJANDRA MERARI HERNANDEZ ALVARADO, até 03/06/2016

Processo Nº 08000.015005/2015-33 - TOMAS ISAAC ALVAREZ, até 18/06/2016

Processo Nº 08000.015010/2015-46 - MCKELL NOEL STEADMAN, até 18/06/2016

Processo Nº 08000.015012/2015-35 - ANTHONY COY SNAPP, até 18/06/2016

Processo Nº 08000.015013/2015-80 - SILVANA LIZETH GUALAN SARANGO, até 17/06/2016

Processo Nº 08000.015014/2015-24 - JUAN CALDERON SANCHEZ, até 25/06/2016

Processo Nº 08000.015016/2015-13 - AMANDA BROOKE PORTER, até 26/06/2016

Processo Nº 08000.015019/2015-57 - RONALD OLE NORDHAGEN, até 18/06/2016

Processo Nº 08000.015021/2015-26 - ANNA LYNN MORSE, até 25/06/2016

Processo Nº 08000.018569/2015-28 - RYU OTA, até 04/07/2016

Processo Nº 08000.019172/2015-53 - PABLO RAFAEL DE JESUS GOMEZ ROSADO, até 30/07/2016

Processo Nº 08000.019186/2015-77 - WILLIAM RILEY LABRUM, até 30/07/2016

Processo Nº 08000.020392/2015-20 - CODY BRANDANT ROBINSON, até 13/08/2016

Processo Nº 08000.026461/2015-17 - HAYDEN DE HOYOS, até 01/10/2016

Processo Nº 08000.026462/2015-53 - CHRISTIAN JAMES BALDWIN, até 01/10/2016

Processo Nº 08102.013947/2014-58 - CAROLINA IVONNE MARCHANT FUENTES, até 06/03/2016

Processo Nº 08107.005937/2014-07 - ERIKA CRISTINA MENDONCA DE SOUSA MONTEIRO, até 07/02/2016

Processo Nº 08260.010862/2014-03 - PAULA ADLITH MANS, até 31/12/2015

Processo Nº 08270.036168/2014-99 - JAMAL SOUFANE, até 30/06/2015

Processo Nº 08270.036276/2014-61 - DARIO DELGADO ASSUNCAO, até 20/01/2016

Processo Nº 08270.036437/2014-17 - MANZAMA MAREK ABI, até 15/02/2016

Processo Nº 08270.037151/2014-59 - MARA YONE SOARES DIAS FERNANDES, até 11/01/2016

Processo Nº 08295.002081/2015-11 - ALBERTINO LOPES MENDES, até 20/01/2016

Processo Nº 08352.005335/2014-40 - MARTA CRISTINA PIMENTA REBOLO, até 06/03/2016

Processo Nº 08352.005337/2014-39 - HANDINA DA GRACA LURDES LANGA MASSANGO, até 22/02/2016

Processo Nº 08352.005353/2014-21 - GLADYS JULIETH CASTIBLANCO QUIROGA, até 24/02/2016

Processo Nº 08354.010009/2014-34 - ESTHER ROTH, até 15/02/2017

Processo Nº 08364.001969/2014-94 - VERONIQUE ISABELLE, até 13/03/2016

Processo Nº 08364.002059/2014-29 - SUBINA DOS SANTOS DA CRUZ RAMOS, até 23/01/2016

Processo Nº 08389.024730/2014-12 - JUAN FELIPE PEREZ MORA, até 22/06/2015

Processo Nº 08390.003125/2015-41 - TRAN NGOC LONG, até 28/05/2016

Processo Nº 08444.012470/2014-12 - EMILY JEAN HADDAD, até 29/01/2016

Processo Nº 08460.042243/2014-13 - ALESSANDRO CIRONE, até 26/01/2016

Processo Nº 08460.042261/2014-03 - LUZOLO MPAXI MIGUEL, até 18/01/2016

Processo Nº 08495.004931/2014-88 - PAUL ANDRE, até 28/02/2016

Processo Nº 08495.007198/2014-53 - EURIDICE JORDAO DIAS DE SOUSA LOPES, até 02/02/2016

Processo Nº 08495.007264/2014-95 - JESSICA SOARES SILVA, até 31/01/2016

Processo Nº 08505.003603/2015-89 - AGUSTIN CAMACHO GUERRERO, até 20/02/2016

Processo Nº 08505.020104/2015-56 - CHANG KYU KIM, HAE SEON CHUN e MYUNG JIN KIM, até 06/02/2016

Processo Nº 08505.031577/2015-89 - ANTJE STEIN, até 24/02/2015

Processo Nº 08505.138725/2014-12 - ANTONIO LUIS SILVA BAPTISTA, até 09/02/2016

Processo Nº 08505.138855/2014-47 - SOFIA CANDEIRA.FIDALGO, até 18/01/2016

Processo Nº 08505.138876/2014-62 - MATHILDE ROJAT, até 25/02/2016

Processo Nº 08505.139016/2014-46 - FILOMENA CUSSUMUA AFONSO, CLAUDIO NEYMAR AFONSO MONTEIRO e GRAZIELA SOLENE AFONSO MONTEIRO, até 24/02/2016

Processo Nº 08506.019926/2014-01 - SERGIO LUIS MERCADO LONDONO, até 14/02/2016

Processo Nº 08702.006463/2014-93 - CARLOS ANDRES ARANGO HINCAPIE, até 26/02/2016

Processo Nº 08702.006465/2014-82 - JUAN OSWALDO MONTOYA URIBE, até 28/02/2016

Processo Nº 08707.007303/2014-11 - ELLY RAQUELINA FLOR MATAVEIA, até 23/02/2016

Processo Nº 08707.007310/2014-13 - KIUPSSY FRANCELIN CHARMEL PEREZ, até 27/01/2016

Processo Nº 08796.000610/2015-09 - MARGHERITA ARRIGONI, até 06/02/2017

Processo Nº 08000.026457/2015-41 - SPENCER ALLEN BERG, até 01/10/2016

Processo Nº 08000.026458/2015-95 - AUSTIN ISSAIAH DAVIS, até 08/10/2016

Processo Nº 08000.026459/2015-30 - JAROM SUTTON BEECROFT, até 01/10/2016

Processo Nº 08000.026460/2015-64 - COLBY JONATHAN GROVER, até 01/10/2016

Processo Nº 08000.026463/2015-06 - REEANN ALLETTE AUNE, até 01/10/2016

Processo Nº 08000.026465/2015-97 - JARED WILLIAM MADSEN, até 01/10/2016

Processo Nº 08000.026466/2015-31 - AUSTIN LANCE ALVIS, até 01/10/2016

Processo Nº 08000.026468/2015-21 - EDMER MANRIQUE OSEGUEDA LIZAMA, até 07/10/2016

Processo Nº 08000.026471/2015-44 - JENS CHRISTIAN NIELSEN, até 08/10/2016

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08000.026472/2015-99 - NICKOLAS KIRK NICKERSON, até 01/10/2016
Processo Nº 08000.026473/2015-33 - CAMERON ALLEM MESSICK, até 01/10/2016
Processo Nº 08000.026483/2015-79 - FRANCISCO GAEL RUEDA HERRERA, até 01/10/2016
Processo Nº 08000.026497/2015-92 - HEVITON YANIK PINA MONTEIRO MENDES, até 02/10/2016
Determino o ARQUIVAMENTO do(s) processo(s), por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s). abaixo relacionados;
Processo Nº 08000.017745/2014-23 - NATHAN ROSS HENDRICKSON
Processo Nº 08240.011125/2014-58 - ALBERTO ENRIQUE ROCHA FERNANDEZ
Processo Nº 08260.000771/2015-32 - ALEJANDRO PATINO ROMAN
Processo Nº 08270.034117/2014-22 - JOHANNES VAN DOOIJEWEERT
Processo Nº 08270.036353/2014-83 - PAULO RENATO GOMES MONTEIRO
Processo Nº 08495.007029/2014-13 - ERICK ALEJANDRO GONZALEZ OLIVARES
Processo Nº 08505.104452/2014-02 - PLINIO LOUIS BASSI
Processo Nº 08505.104521/2014-70 - JOAQUIN AGUILAR NAVEZ
Processo Nº 08505.138683/2014-10 - SANDRA PATRICIA SANABRIA MADERO
Processo Nº 08705.003533/2014-21 - FELIZARDO TCHIENGO BARTOLOMEU COSTA
Processo Nº 08000.027326/2013-19 - ANTHONY CAETANO CARVALHO
Processo Nº 08420.004548/2013-12 - BENOIT CLEMENT BARBEREAU

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/ Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 168, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: KLAUS (Estados Unidos da América - 2015)
Titular dos Direitos Autorais: LA COSA ENTERTAINMENT INC.
Distribuidor(es): LA COSA ENTERTAINMENT INC.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Plataforma/Puzzle
Plataforma: PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001222/2015-67
Requerente: KSHITIJ BAL

Título: EA SPORTS UFC 2 (Estados Unidos da América - 2015)
Titular dos Direitos Autorais: ELECTRONIC ARTS
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Categoria: Luta/Esporte
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001247/2015-61
Requerente: SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.

Título: SÉBASTIEN LOEB RALLY EVO (Brasil - 2016)
Titular dos Direitos Autorais: MILESTONE S.R.L.
Distribuidor(es): SQUARE ENIX LLC
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001251/2015-29
Requerente: MILESTONE S.R.L.

Título: DARK SOULS III (Estados Unidos da América - 2015)
Titular dos Direitos Autorais: BANDAI NAMCO
Distribuidor(es): ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Categoria: RPG
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001279/2015-66
Requerente: ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Título: DIRT RALLY (Reino Unido - 2015)
Titular dos Direitos Autorais: KOCH MEDIA GMBH
Distribuidor(es): XBLA / PSN / ECO GAMES
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001280/2015-91
Requerente: KOCH MEDIA GMBH

Título: NAIL GOAL (Brasil - 2015)
Titular dos Direitos Autorais: ARTHUR BAVA
Distribuidor(es): BAVA SOFTWARE
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Computador PC / MAC/Telefone Celular/Tablets/Windows Phone/Android/iOS
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001281/2015-35
Requerente: ARTHUR BAVA

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 169, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Processo nº: 08017.001261/2015-64
Título RPG: "ESCUDO DO MESTRE + AVENTURA DECAÍDA ÀS TREVAS"
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA ME
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Tipo de Classificação: Livro
Classificação atribuída: "não recomendado para menores de doze anos"
Contém: violência

Processo nº: 08017.001262/2015-17
Título RPG: "INIMIGOS DO IMPÉRIO"
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA ME
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Tipo de Classificação: Livro
Classificação atribuída: "não recomendado para menores de doze anos"
Contém: violência

As classificações das obras desta Portaria são baseadas apenas nos textos dos respectivos livros.
Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 170, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Série: STALKER: OBSESSÃO (STALKER, Estados Unidos da América - 2014)
Episódio(s): 20
Produtor(es): Liz Friedlander
Diretor(es): Liz Friedlander
Distribuidor(es): WARNER BROS INTERNATIONAL TELEVISION DISTRIBUTION, INC.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama/Policial
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.021807/2015-82
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Filme: BRASIL, BRASIL! (Brasil - 2015)
Produtor(es): BSB Serviços Cinegroup Ltda.
Diretor(es): Pascal Vasselin
Distribuidor(es): BSB SERVIÇOS CINEGROUP LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.034636/2015-51
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O GUARDIÃO 3 - VERSÃO EDITADA (THE LABRARIAM, Estados Unidos da América - 2010)
Diretor(es): Jonathan
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.034874/2015-67
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: VAI QUE DÁ CERTO 2 (Brasil - 2015)
Produtor(es): Mauricio Farias/Silvia Fraiha
Diretor(es): Mauricio Farias/Calvito Leal
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.036605/2015-35
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: PAI EM DOSE DUPLA (DADDY`S HOME, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Will Ferrell/John Morris
Diretor(es): Sean Anders
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.036694/2015-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: SPOTLIGHT - SEGREDOS REVELADOS (SPOTLIGHT, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Michael Bederman
Diretor(es): Tom Mccarthy
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.036695/2015-64
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: INVASORES (Brasil - 2013)
Produtor(es): Raiz Produções
Diretor(es): Marcelo Freitas Toledo de Melo
Distribuidor(es): Raiz Distribuidora
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Atos criminosos e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001283/2015-24
Requerente: RAIZ DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA.

Trailer: DEMON (Israel / Polônia - 2015)
Produtor(es): Marcin Wrona
Diretor(es): Marcin Wrona
Distribuidor(es): SUPO MUNGAM FILMS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Terror
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001291/2015-71
Requerente: SUPO MUNGAM FILMS LTDA. - ME

Trailer: AUTORRETRATO DE UMA FILHA OBEDIENTE (AUTOPORTRETUL UNEI FETE CUMINITI, Romênia - 2015)
Produtor(es): Mandragora
Diretor(es): Ana Lungu
Distribuidor(es): SUPO MUNGAM FILMS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001292/2015-15
Requerente: SUPO MUNGAM FILMS LTDA. - ME

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS

DELIBERAÇÃO Nº 541, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Pará - CESPORTOS/PA, consistentes no Ofício nº 23/2014-CESPORTOS/PA, de 17 de dezembro de 2014, acompanhado da Ata da 4ª. Reunião Ordinária daquele Colegiado Estadual e da Emenda ao Plano de Segurança Pública Portuária da instalação a seguir nominada, peças integrantes da protocolização nº 08364.001777/2014-88, e

Considerando que, na forma da Informação 003-CONPORTOS, de 16 de janeiro de 2015, a Emenda deve ser acostada ao Plano de Segurança Pública Portuária existente e acolhida pelo Plenário da CONPORTOS, deliberaram:

a) ACOLHER a Emenda ao Plano de Segurança Pública Portuária da instalação ALUNORTE Alumina do Norte do Brasil S/A, CNPJ nº 05.848.387/0003-16, localizada na Rodovia PA-481, Km 12, Distrito de Mucuripi, Município de Barcarena, Estado do Pará; e

d) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, acostando-se esta Emenda ao Plano de Segurança Pública Portuária existente e arquivado no âmbito desta Comissão Nacional, dando-se a conhecer desta deliberação à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República, e à Agência de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 542, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio Grande do Sul - CESPORTOS/RS, consistentes no Ofício nº 2150/2013-DPF/RGE/RS-CESPORTOS/RS, de 22 de abril de 2013, acompanhados da Emenda 1 - fevereiro/2013, ao Plano de Segurança Pública Portuária da instalação a seguir nominada, por atender a legislação de regência, cuja Emenda decorreu das atividades de auditoria realizada "in loco", como atestam o Parecer Técnico nº 003-RS, de 27 de novembro de 2012, e da Notificação nº 003-RS AUD/CONPORTOS, firmada na mesma data, conforme narra, também, a Informação 017-CONPORTOS, de 11 de março de 2015, protocolizados sob o nº 08020.009172/2013-45, e

Considerando que a Emenda 1 - fevereiro 2013, vem atender à necessidade de atualização de acordo com a Ata de Reunião Extraordinária da CESPORTOS/RS, de 09 de abril de 2014, que acompanha o Ofício nº 2.594/2014-DPF/RGE/RS-CESPORTOS/RS, de 28 de abril de 2014, o qual complementa o Ofício nº 2.150/2013, acima citado, deliberaram:

a) APROVAR a Emenda 1 - fevereiro 2013, ao Plano de Segurança Pública Portuária da instalação BUNGE ALIMENTOS S/A, CNPJ nº 84.046.101/0301-81, localizada na Avenida Almirante Maximiano da Fonseca, 4350 (Estrada da Barra), Distrito Industrial, Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 543, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Amazonas - CESPORTOS/AM, consistentes no Ofício nº 420/2015-CIA-PA/SR/DPF/AM, de 25 de março de 2015, acompanhados do Plano de Segurança Pública Portuária - Edição Revisada julho de 2014, da instalação a seguir nominada, analisado no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação prévia, com ressalvas que enumera na Ata de Reunião de 06 de março de 2015, conforme narra, também, a Informação 026-CONPORTOS, de 09 de abril de 2015, protocolizados sob o nº 08020.003372/2015-56, e

Considerando que as ressalvas supramencionadas se referem a elementos que devem ser acrescentados ao Plano de Segurança Pública Portuária e, neste caso, podendo ser consideradas "emendas", reforçada pela sustentação na proposta de não revalidação da Declaração de Cumprimento que também acompanha aquele Ofício, fulcrada no Relatório Circunstanciado de Verificação e do Extrato do Relatório de Verificação, firmados em 06 de março de 2015, que identificam não terem sido sanadas as não conformidades apontadas em Auditoria, embora tenha o representante legal da empresa solicitado reconsideração, chega-nos a Ata de Reunião de 13 de agosto de 2015, daquele Colegiado Estadual, dando por aprovada referidas emendas, deliberaram:

a) ACOLHER a atualização julho/2014 do Plano de Segurança Pública Portuária da instalação CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 84.098.383/0001-72, localizada na Rua Zebu, nº 201, Margem Esquerda do Rio Negro, Município de Manaus, Estado do Amazonas, com as emendas referidas nas Atas de Reuniões daquele Colegiado Estadual; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA/IMO, perante o Ministério da Defesa / Comando da Marinha, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 544, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Amazonas - CESPORTOS/AM, consistentes no Ofício nº 420/2015-CIA-PA/SR/DPF/AM, de 25 de março de 2015, acompanhados do Plano de Segurança Pública Portuária - Revisão 1 novembro 2014, da instalação a seguir nominada, analisado no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação prévia, com ressalvas que enumera na Ata de Reunião de 03 de março de 2015, conforme narra, também, a Informação 025-CONPORTOS, de 09 de abril de 2015, protocolizados sob o nº 08020.003374/2015-45;

Considerando que as ressalvas supramencionadas se referem a elementos que devem ser acrescentados ao Plano de Segurança Pública Portuária e, neste caso, podendo ser consideradas "emendas", foram apreciadas e acolhidas como expressa a Ata de Reunião de 13 de agosto de 2015, que neste momento ingressa neste Colegiado Nacional; e

Considerando que, está proposta a revalidação da Declaração de Cumprimento, fulcrada no Relatório Circunstanciado de Verificação, firmado em 04 de março de 2015, que identifica terem sido sanadas as não conformidades apontadas em Auditoria e do Extrato de Relatório de Verificação, datado de 06 seguinte, que acompanham aquele Ofício, deliberaram:

a) ACOLHER a Revisão 01/2014, do Plano de Segurança Pública Portuária da instalação CIMENTO VENCEMOS DO AMAZONAS LTDA., CNPJ nº 00.013.314/0001-29, localizada na Rua Desembargador César do Rego, nº 2, Colônia Antônio Aleixo, Município de Manaus, Estado do Amazonas, com as emendas referidas nas Atas de Reuniões daquele Colegiado Estadual;

b) REVALIDAR, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 129/2006, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, da nominada instalação portuária, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

c) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA/IMO, perante o Ministério da Defesa / Comando da Marinha, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 545, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Espírito Santo - CESPORTOS/ES, consistentes no Ofício nº 003/2015-CESPORTOS/ES, de 31 de março de 2015, acompanhados do Estudo de Avaliação de Risco - Atualização outubro / 2014, da instalação a seguir nominada, acolhido no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação, como consta da Ata de Reunião de 31 de março de 2015, e conforme narra, também, a Informação 029-CONPORTOS, de 15 de abril de 2015, protocolizados sob o nº 08020.003511/2015-41, e

Considerando que as observações consignadas na Informação 029-CONPORTOS, de 15 de abril de 2015, parte integrante desta deliberação, merecem ser absorvidas pelo representante legal da instalação portuária, antes da apresentação da atualização do Plano de Segurança Pública Portuária, de forma a não confrontar com as Resoluções nº 47/2011 e 50/2013, deste Colegiado Nacional, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco - Atualização outubro / 2014, da COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA - PORTO ORGANIZADO DE VITÓRIA, CNPJ nº 27.316.538/0001-66, localizada na Avenida Getúlio Vargas, 556, Centro, Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, abrangendo o Cais Comercial de Vitória e o Cais de Capuaba; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, e encaminhe ao representante legal da nominada instalação, por intermédio da CESPORTOS/ES, fotocópia da Informação nº 029-CONPORTOS, de 15 de abril de 2015, à vista do acima consignado, dando-se a conhecer desta deliberação à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República, e à Agência de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 546, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Ofício nº 037/2015-CESPORTOS/RJ, de 20 de abril de 2015, acompanhados da Atualização março/2012 do Plano de Segurança Pública Portuária, da instalação a seguir nominada, encaminhado a esta Comissão Nacional por solicitação, como consta da Ata de Reunião de 20 de abril de 2015, e conforme narra, também, a Informação 046-CONPORTOS, de 15 de maio de 2015, protocolizados sob o nº 08020.004139/2015-91, deliberaram:

a) APROVAR a Atualização março/2012 do Plano de Segurança Pública Portuária, da instalação COMPANHIA PORTUÁRIA BAÍA DE SEPETIBA - CPBS, CNPJ nº 72.372.998/0004-09, localizada na Estrada da Ilha da Madeira, s/nº, Porto de Itaguaí, Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) REVALIDAR, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 016/2004, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, da nominada instalação portuária, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

c) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 547, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, consistentes no Ofício nº 08/2015-CESPORTOS/SP, de 04 de fevereiro de 2015, acompanhado do pedido de cancelamento da Declaração de Cumprimento nº 107/2005, da instalação a seguir nominada, por não mais estar operando o respectivo terminal portuário, conforme narra, também, a Informação 006-CONPORTOS, de 13 de fevereiro de 2015, protocolizados sob o nº 08020.001218/2015-40, deliberaram:

a) DETERMINAR a baixa nos registros internos desta Comissão Nacional e perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto Ministério da Defesa / Marinha do Brasil e na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra, da DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO nº 105/2005, expedida pela CONPORTOS em favor da instalação FERTIMPORT S/A - TERMINAL DE FERTILIZANTES - TEFER, CNPJ nº 53.004.313/0001-84, por ter deixado de operar o terminal situado na Avenida Santos Dumont, s/nº, Conceiçãozinha, Município do Guarujá, Estado de São Paulo; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e a baixa nos registros existentes, e arquive o Estudo de Avaliação de Risco e o Plano de Segurança Pública Portuária da nominada, para futuro ato formal de incinerações, dando-se a conhecer deste à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 548, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador Substituto e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes nos Ofícios nº 055 e 061/2015-CESPORTOS/RJ, de 24 de junho e 21 de julho de 2015, respectivamente, acompanhados do Estudo de Avaliação de Risco, Abril/2013, e do Plano de Segurança Pública Portuária, Versão 01 - julho / 2014, da instalação a seguir nominada, acolhidos no âmbito daquele Colegiado Estadual, sem restrições, por atender a legislação de regência, protocolizados sob o nº 08020.007101/2015-70 e 08020.008165/2015-98, respectivamente, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco - Abril/2013, e o Plano de Segurança Pública Portuária, Versão 01 - julho/2014 da instalação GE Oil & Gás do Brasil Ltda., CNPJ nº 05.635.291/0012-60, localizada na Praça Alcides Pereira, nº 1 - Parte, Ilha da Conceição, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro; e

d) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 549, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Amazonas - CESPORTOS/AM, consistentes no Ofício nº 420/2015-CIA-PA/SR/DPF/AM, de 25 de março de 2015, acompanhados do Plano de Segurança Pública Portuária - Emenda 002 outubro / 2014, da instalação a seguir nominada, analisado no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação prévia, com ressalvas que enumera na Ata de Reunião de 03 de março de 2015, conforme narra, também, a Informação 027-CONPORTOS, de 09 de abril de 2015, protocolizados sob o nº 08020.003371/2015-10, e

Considerando que as ressalvas supramencionadas se referem a elementos que devem ser acrescentados ao Plano de Segurança Pública Portuária e, neste caso, podendo ser consideradas "emendas", deliberaram:

a) RESTITUIR à Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Amazonas - CESPORTOS/AM, o Plano de Segurança Pública Portuária da instalação HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A, CNPJ nº 84.590.892/0002-07, localizada na Estrada das Indústrias, Km 7,5 - Zona Urbana, Município de Itacoatiara, Estado do Amazonas. para notificar o representante legal da nominada no sentido de apresentar o Plano de Segurança Pública Portuária com as emendas dos itens apontados na Ata de Reunião daquele Colegiado Estadual; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, oficiando à CESPORTOS/AM, com fotocópia desta Deliberação, para que seja cumprida por aquele Colegiado Estadual.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 550, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Ofício nº 039/2015-CESPORTOS/RJ, de 27 de abril de 2015, acompanhados da Atualização - OUTUBRO/2013 do Estudo de Avaliação de Risco, da instalação a seguir nominada, apreciado no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação, sem restrições, como consta da Ata de Reunião de 20 de abril de 2015, e conforme narra, também, a Informação 040-CONPORTOS, de 12 de maio de 2015, protocolizados sob o nº 08020.012055/2014-40, e

Considerando que as observações consignadas na Informação 040-CONPORTOS, de 12 de maio de 2015, parte integrante desta deliberação, merecem ser absorvidas pelo representante legal da instalação portuária, antes da apresentação da atualização do Plano de Segurança Pública Portuária, de forma a não confrontar com as Resoluções nº 47/2009 e 50/2013, deste Colegiado Nacional, deliberaram:

a) APROVAR a Atualização - OUTUBRO/2013 do Estudo de Avaliação de Risco, da instalação ICOLUB INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES S/A, CNPJ nº 00.974.369/0001-03, localizada na Praia Intendente Bittencourt, 2/61, Ilha do Governador, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, e encaminhe ao representante legal da nominada instalação, por intermédio da CESPORTOS/RJ, fotocópia da Informação nº 040-CONPORTOS, de 12 de maio de 2015, à vista do acima consignado, dando-se a conhecer desta deliberação à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República, e à Agência de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 551, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado da Bahia - CESPORTOS/BA, consistentes Ofício nº 01/2015-CESPORTOS/BA e no Relatório Final Circunstanciado, decorrente de auditoria realizada "in loco" na instalação a seguir nominada, demonstrando ter sanado as não conformidades identificadas, e

Considerando que a instalação atualizou o Plano de Segurança Pública Portuária, conforme consta da Deliberação nº 357-CONPORTOS, de 23 de outubro de 2013,deliberaram:

a) REVALIDAR, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 130/2006, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, da INTERMARÍTIMA PORTOS E LOGÍSTICA S/A, CNPJ nº 98.825.575/0001-12, localizada na Avenida Oscar Pontes, s/nº, Bairro Água de Meninos, Porto de Salvador, Município de Salvador, Estado da Bahia, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros a aplicáveis, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, dando-se a conhecer à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 552, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Ofício nº 006/2015-CESPORTOS/RJ, de 11 de fevereiro de 2015, acompanhado do Estudo de Avaliação de Risco, Março/2014, da instalação a seguir nominada, acolhido no âmbito daquele Colegiado Estadual, por atender a legislação de regência, protocolizados sob o nº 08000.004874/2015-32, e

Considerando, tratar-se de reingressado nesta Comissão, em face do contido na Deliberação nº 505-CONPORTOS, de 27 de novembro de 2014, que baixou o feito em diligência para atendimento ao previsto no Item IV do Artigo 1º da Resolução nº 09, de 23 de setembro de 2003, combinado com o Subitem 1.1 do Item 1 do Anexo I da Resolução nº 10, de 20 de outubro de 2003, deste Colegiado Nacional, conforme narra, também, a Informação 010-CONPORTOS, de 02 de março de 2015, deliberaram:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco, Março/2014, da instalação MAC LAREN OIL ESTALEIROS LTDA., CNPJ nº 05.646.148/0001-11, localizada na Rua Miguel Lemos, s/nº. Lote 616, Ponta D'Areia, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 553, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de Pernambuco - CESPORTOS/PE, consistentes no Ofício nº 019/2015-CESPORTOS/PE, de 08 de abril de 2015, acompanhados da Atualização nº 01 - DEZ/2014 do Plano de Segurança Pública Portuária, e da Ata de Reunião daquele Colegiado Estadual de 01 de abril de 2015, referentes à instalação a seguir nominada, por atender a legislação de regência, conforme narra, também, a Informação 036-CONPORTOS, de 30 de abril de 2015, protocolizados sob o nº 08020.004062/2015-59, deliberaram:

a) APROVAR a Atualização nº 01 - DEZ/2014 do Plano de Segurança Pública Portuária, da instalação PANDENOR - Importação e Exportação Ltda., CNPJ nº 00.499.730/0001-89, localizada na Avenida Portuária nº 69, Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco;

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 554, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Pará - CESPORTOS/PA, consistentes no Ofício nº 02/2015-CESPORTOS/PA, de 18 de março de 2015, acompanhado do Estudo de Avaliação de Risco da instalação a seguir nominada, acolhido no âmbito daquele Colegiado Estadual, por atender a legislação de regência, conforme Ata da 1ª. Reunião Ordinária, de 10 de março de 2015, e como narra, também, a Informação 068-CONPORTOS, de 22 de junho de 2015, partes integrantes da protocolização nº 08000.010464/2015-21, e

Considerando as observações firmadas na supracitada Informação 068-CONPORTOS, que deverão ser dadas a conhecer à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, para correção imediata por impulsos da Autoridade Portuária local, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco da instalação PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A - BR - TERMINAL DE BELÉM (TELEM), CNPJ nº 34.274.233/0255-12, localizada na Rodovia Artur Bernardes, s/nº, Bairro Miramar, Município de Belém, Estado do Pará; e

d) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 555, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes nos Ofícios nº 043 e 053/2015-CESPORTOS/RJ, de 06 de maio e 16 de junho de 2015, respectivamente, acompanhados da Atualização - fevereiro / 2015 do Estudo de Avaliação de Risco, e da Rev. B - fevereiro / 2015 do Plano de Segurança Pública Portuária da instalação a seguir nominada, apreciados no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restaram deliberados pela aprovação, sem restrições, como constam das Atas de Reuniões de 20 de abril e 08 de junho de 2015, e conforme narram, também, as Informações 044 e 066-CONPORTOS, de 14 de maio e 22 de junho de 2015, protocolizados sob o nº 08020.004641/2015-00 e 08020.006551/2015-45, deliberaram:

a) APROVAR a Atualização - fevereiro / 2015 do Estudo de Avaliação de Risco e a Ver. B - fevereiro / 2015 do Plano de Segurança Pública Portuária da instalação PETROBRÁS PETRÓLEO S/A - TRANSPETRO - TERMINAL MARÍTIMO ALMIRANTE MAXIMIANO DA FONSECA (TEBIG), CNPJ nº 02.709.449/0003-10, localizada na Rodovia Governador Mário Covas, Km 467, s/nº, Monsuaba, Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro;

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 556, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de Santa Catarina - CESPORTOS/SC, consistentes nos Ofícios nº 003 e 002/2015-CESPORTOS/SC, de 23 de janeiro de 2015, acompanhados do Relatório Final Circunstanciado 003/2014, apreciado conforme Ata de Reunião nº 163-CESPORTOS/SC, e a Ata de Reunião nº 161, de 13 de outubro de 2014, que acolheu o Plano de Segurança Pública Portuária, Emenda novembro/2014.

Esta Emenda é decorrente de recomendações por parte da equipe de auditoria, como consta do Extrato de Relatório de Verificação nº 003/2014 e Relatório Circunstanciado de Verificação nº 003/2014, que acolheu, ainda, o Estudo de Avaliação de Risco, Revisado/2014, da instalação a seguir nominada, por atender a legislação de regência, conforme narra, também, a Informação 011-CONPORTOS, de 02 de março de 2015, protocolizados sob os nº 08020.001636/2015-37 e 08020.001725/2015-83, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco, Revisado/2014, e o Plano de Segurança Pública Portuária, Emenda novembro/2014, da instalação PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO - TERMINAL AQUAVIÁRIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - TEFRAN, CNPJ nº 02.709.449/0020-11, localizada na Rua Felipe Musse, 803, Bairro Ubatuba, Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina;

b) REVALIDAR, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 093/2005, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, da nominada instalação portuária, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

c) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 557, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes nos Ofícios nº 043 e 054/2015-CESPORTOS/RJ, de 06 de maio e 16 de junho de 2015, respectivamente, acompanhados da Atualização - fevereiro / 2015 do Estudo de Avaliação de Risco, da Rev. 3 - fevereiro de 2015, do Plano de Segurança Pública Portuária da instalação a seguir nominada, apreciado no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação, sem restrições, como constam das Atas de Reuniões de 20 de abril e 08 de junho de 2015, e conforme narram, também, as Informações 044 e 065-CONPORTOS, de 14 de maio e 22 de junho de 2015, protocolizados sob os nº 08020.004641/2015-00 e 08020.006549/2015-76, deliberaram:

a) APROVAR a Atualização - fevereiro / 2015 do Estudo de Avaliação de Risco, e a Rev. 3 - fevereiro / 2015 do Plano de Segurança Pública Portuária da instalação PETROBRÁS PETRÓLEO S/A - TRANSPETRO - TERMINAIS AQUAVIÁRIOS DA BAÍA DA GUANABARA (TABG), CNPJ nº 02.709.449/0005-82, localizada na Ilha D'Água, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 558, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado da Bahia - CESPORTOS/BA, consistentes no Relatório Final Circunstanciado, decorrente de auditoria realizada "in loco" na instalação a seguir nominada, demonstrando ter sanado as não conformidades identificadas, e

Considerando que a instalação atualizou o Estudo de Avaliação de Risco e revisou o Plano de Segurança Pública Portuária, conforme consta da Deliberação nº 428-CONPORTOS, de 24 de abril de 2014, deliberaram:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a) REVALIDAR, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 056/2005, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, da PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO - TERMINAL MARÍTIMO ALVES CÂMARA / TERMINAL MADRE DE DEUS - TEMADRE, CNPJ nº 02.709.449/0008-25, localizada na Rua do Asfalto, s/nº, Município de Madre de Deus, Estado da Bahia, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros a aplicáveis, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, dando-se a conhecer à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 559, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, consistentes no Ofício nº 15/2015-CESPORTOS/SP, de 04 de fevereiro de 2015, acompanhado do Estudo de Avaliação de Risco da instalação a seguir nominada, acolhido no âmbito daquele Colegiado Estadual, por atender a legislação de regência, conforme narra a Ata da 002ª. Reunião Ordinária, de 21 de janeiro de 2015, e, também, a Informação 007-CONPORTOS, de 13 de fevereiro de 2015, protocolizados sob o nº 08020.001214/2015-61, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco da instalação RISHIS Empreendimentos e Participações S/A - Armazéns XIII e XVIII, CNPJ nº 12.097.734/0001-10, localizada na Avenida Ulrico Mursa, s/nº, Armazéns XIII e XVIII, Zona Portuária, Município de Santos, Estado de São Paulo; e

d) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 560, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Amazonas - CESPORTOS/AM, consistentes no Ofício nº 420/2015-CIPA/SR/DPF/AM, de 25 de março de 2015, acompanhados do Relatório Circunstanciado de Verificação e do Extrato de Relatório de Verificação, firmados em 04 de março de 2015, que identificam terem sido sanadas todas as não conformidades apontadas em Auditoria, opinando-se, portanto, pela revalidação da Declaração de Cumprimento, consignados na Ata de Reunião daquele Colegiado Estadual da mesma data, referentes à instalação a seguir nominada, conforme narra, também, a Informação 028-CONPORTOS, de 02 de março de 2015, protocolizados sob o nº 08020.003375/2015-90, deliberaram:

a) APROVAR o Plano de Segurança Pública Portuária, Atualização 002 fevereiro 2015, da instalação SUPER TERMINAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA., CNPJ nº 04.335.535/0002-55, localizada na Rua Ponta Grossa, 256, Colônia Oliveira Machado, Município de Manaus, Estado do Amazonas;

b) REVALIDAR, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 132/2006, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, da nominada instalação portuária, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

c) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 561, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados pelo Senhor Coordenador Substituto da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, capeados pelos Ofícios nº 033, 047, 058 e 59/2015-CESPORTOS/RJ, de 09 de abril, 27 de maio e 20 de julho de 2015, respectivamente, consistentes em documentos que comprovam a mudança de razão social da então UNIÃO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA ("UNIÃO TERMINAIS") que, por incorporação, passou a denominar-se TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S/A - TEQUIMAR, acompanhados do novo Estudo de Avaliação de Risco e do novo Plano de Segurança Pública Portuária, versões junho/2015, e dos Relatórios Circunstanciados de Verificação decorrentes de auditoria realizada na nominada instalação, demonstrando que sanearam todas as não conformidades identificadas, protocolizados sob os nº 08020.09.542/2015-14 e 08020.03.825/2015-44, e

Considerando que a nominada instalação por atender as Resoluções da CONPORTOS poderá ser certificada com a Declaração de Cumprimento-DC de que trata a Resolução nº 026-CONPORTOS, de 2004, deliberaram:

a) ACOLHER as Atualizações do Estudo de Avaliação de Risco e do Plano de Segurança Pública Portuária, Emenda 02, versões junho/2015, da instalação TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S/A - TEQUIMAR, CNPJ nº 14.688.220/0015-60, situada na Rua General Gurjão, s/nº, Bairro do Caju, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sucessora, por incorporação, da UNIÃO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA., CNPJ nº 50.280.387/0002-36;

b) CONCEDER, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, à TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S/A - TEQUIMAR, CNPJ nº 14.688.220/0015-60, supra identificada a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS;

c) DAR BAIXA na DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 136/2006, em nome de UNIÃO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA., CNPJ nº 50.280.387/0002-36, em face da mudança da razão social; e

d) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que:

d.1 - promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis;

d.2 - promova a expedição de nova Declaração de Cumprimento e a baixa determinada;

d.3 - informe à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 562, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, revendo o conteúdo do Estudo de Avaliação de Risco e do Plano de Segurança Pública Portuária, Versões Julho/2012 e Setembro/2012, respectivamente, da instalação TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S/A - TEQUIMAR, CNPJ nº 14.688.220/0011-36, localizada na Avenida Engenheiro Augusto Barata, s/nº, Bairro Alemoa, Município de Santos, Estado de São Paulo; acolhidos por esta Comissão Nacional, conforme consta da Deliberação nº 396, de 23 de outubro de 2013, publicada em Diário Oficial da União, Seção 1, e protocolizados sob os nº 08020.003092/2013-86 e 08020.003085/2013-84, e

Considerando que a nominada instalação portuária foi objeto de recente auditoria "in loco", ocorrida em 17 de novembro de 2015, sendo devidamente notificada, em 19 dos mesmos mês e ano, para, dentre outros, apresentar a atualização do respectivo Plano de Segurança Pública Portuária e sanear não conformidades identificadas, deliberaram:

a) NOTIFICAR o Representante legal da nominada instalação, por intermédio da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, para que, na atualização do Plano de Segurança Pública Portuária da nominada instalação portuária, que deverá ser apresentada, em razão da auditoria realizada, faça constar clara e expressamente no Item 4.9, que se refere à operacionalidade da instalação, que a UNIDADE DE SEGURANÇA - US funciona ininterruptamente, vinte e quatro horas por dia, e tem Supervisor de Segurança Portuária - SPP, com vínculo empregatício direto com a instalação, habilitado no Curso Especial de Supervisor de Segurança Portuária, realizado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis / Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (CONPORTOS-SENASP/MJ)". E, ainda, "que a UNIDADE DE SEGURANÇA obedece ao Decreto Presidencial nº 6.869, de 2009".

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que:

b.1 - promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, expedindo-se o Ofício notificatório nos termos da letra "a", supra, antecipando-se, assim, à apresentação da nova versão atualizada;

b.2 - informe à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 563, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Ofício nº 040/2015-CESPORTOS/RJ, de 29 de abril de 2015, acompanhados da Revisão 20 de fevereiro de 2015 do Plano de Segurança Pública Portuária, da instalação a seguir nominada, apreciado no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação, sem restrições, como consta da Ata de Reunião de 20 de abril de 2015, e conforme narra, também, a Informação 045-CONPORTOS, de 14 de maio de 2015, protocolizados sob o nº 08020.004303/2015-60, deliberaram:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a) APROVAR a Revisão 20 de fevereiro de 2015 do Plano de Segurança Pública Portuária, da instalação TPAR - TERMINAL PORTUÁRIO DE ANGRA DOS REIS S/A, CNPJ nº 02.891.814/0001-99, localizada na Praça Lopes Trovão, s/nº, Centro, Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro;

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 564, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Paraná - CESPORTOS/PR, consistentes no Ofício nº 0158/2015-DPF/PNG/PR, de 05 de fevereiro de 2015, acompanhado da Ata da Reunião Ordinária daquele Colegiado Estadual e do Plano de Segurança Pública Portuária da instalação a seguir nominada, peças integrantes da protocolização nº 08020.001312/2015-07, e

Considerando que, na forma Ofício nº 0319/2015-DPF/PNG/PR, de 27 de março de 2015, referente a auditoria de verificação de não conformidades identificadas no Terminal, a nominada instalação saneou todas as não conformidades, merecendo, portanto, lhe ser concedida a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO de que trata a Resolução nº 026/2004-CONPORTOS, deliberaram:

a) APROVAR o Plano de Segurança Pública Portuária da instalação VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. - TERMINAL DE VEÍCULOS, CNPJ nº 59.104.422/0103-84, localizada na Avenida Portuária, s/nº, Dom Pedro II, Município de Paranaguá, Estado do Paraná; e

b) CONCEDER, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, à VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. - TERMINAL DE VEÍCULOS, CNPJ nº 59.104.422/0103-84, supra identificada a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS;

c) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, confeccione e expeça a Declaração de Cumprimento, nos termos da letra "b" deste ato, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 565, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, analisando os autos do Processo nº 08020.001630/2015-60, de interesse da LÉLIO ESTEVES EGYPTO ROSA - ME (nome fantasia: CBE - Segurança de Instalações e Embarcações), CNPJ nº 20.212.147/0001-52, à luz da Resolução nº 44 - CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 subsequente, por meio do qual a nominada postula o seu credenciamento como Organização de Segurança - OS, a ser habilitada pela CONPORTOS,deliberaram:

a) CREDENCIAR, como ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA - OS, a empresa LÉLIO ESTEVES EGYPTO ROSA - ME (nome fantasia: CBE - Segurança de Instalações e Embarcações), CNPJ nº 20.212.147/0001-52, com sede na Avenida Brasil, nº 2031, Sala 08, Bairro Centro, Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, para elaborar Estudos de Avaliações de Riscos e / ou Planos de Segurança Pública Portuária, de instalações portuárias sediadas no território nacional;

b) REGISTRAR que a nominada Organização de Segurança - OS tem como sócio proprietário LÉLIO ESTEVES EGYPTO ROSA, CPF nº 486.799.767-68, o qual responde solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por ele indicado;

c) REGISTRAR que são integrantes do corpo técnico da Organização de Segurança - OS, os profissionais LÉLIO ESTEVES EGYPTO ROSA, CPF nº 486.799.767-68, e DIOGO RAMON GARCIA STUPP, CPF nº 033.544.179-35, ficando certo que somente estes poderão ter acesso às áreas e documentos necessários, ao desenvolvimento dos trabalhos, objeto deste credenciamento; e

d) DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS que publique este ato em Diário Oficial da União e promova os registros aplicáveis.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 566, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, analisando os autos do Processo nº 08020.004263/2015-56, de interesse da PROCONSULT S/S LTDA. (nome fantasia: GP SEGURANÇA), CNPJ nº 03.693.089/0001-07, à luz da Resolução nº 44 - CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 subsequente, por meio do qual a nominada postula a renovação do seu credenciamento como Organização de Segurança - OS, habilitada pela CONPORTOS,deliberaram:

a) RENOVAR O CREDENCIAMENTO, como ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA - OS, da empresa PROCONSULT S/S LTDA., (nome fantasia: GP SEGURANÇA), CNPJ nº 03.693.089/0001-07, com sede na Avenida Desembargador Moreira, nº 2.120, Sala 1.101, Bairro Aldeota, Município de Fortaleza, Estado do Ceará, para elaborar Estudos de Avaliações de Riscos e / ou Planos de Segurança Pública Portuária, de instalações portuárias brasileiras;

b) REGISTRAR que a nominada Organização de Segurança - OS tem como sócios proprietários MARGARIDA MARIA TORRES DE MELO CAVALCANTE, CPF nº 026.753.817-05, e JOAQUIM IZIDIO NETO, CPF nº 469.637.407-63, os quais respondem solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por eles indicados;

c) REGISTRAR que são integrantes do corpo técnico da Organização de Segurança - OS, os profissionais LUIZ MOSCA DE CARVALHO NETO, CPF nº 626.612.483-15, MARCIO CAETANO AMARAL PAES, CPF nº 499.139.727-87, ANTÔNIO CARLOS SAMPAIO BASTOS, CPF nº 263.953.397-53, EDVAR AMARAL BARROS, CPF nº 800.595.547-20, e ANDRÉ HAYDT CASTELLO BRANCO, CPF 469.612.677-34, ficando certo que somente estes poderão ter acesso às áreas e documentos necessários, ao desenvolvimento dos trabalhos, objeto desta renovação de credenciamento; e

d) DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS que publique este ato em Diário Oficial da União e promova os registros aplicáveis.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 567, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, analisando os autos do Processo nº 08020.003825/2015-44 e outros, de interesse da RIO INTERPORT CONSULT ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 72.164.593/0001-32, à luz da Resolução nº 44 - CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 subsequente, por meio do qual a nominada postula a renovação do seu credenciamento como Organização de Segurança - OS, habilitada pela CONPORTOS, e o credenciamento da Equipe Técnica,deliberaram:

a) RENOVAR O CREDENCIAMENTO, como ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA - OS, da empresa RIO INTERPORT CONSULT ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 72.164.593/0001-32, com sede na Avenida Amaral Peixoto, nº 455, Sala 402, Centro, Niteroi, Estado do Rio de Janeiro, para elaborar Estudos de Avaliações de Riscos e / ou Planos de Segurança Pública Portuária, de instalações portuárias localizadas no território brasileiro;

b) REGISTRAR que a nominada Organização de Segurança - OS tem como sócios proprietários e fazem parte da Equipe Técnica EDUARDO GUEDES FIGUEIREDO, CPF nº 101.625.937-91; ALEXANDRE GRUMBACH FIGUEIREDO, CPF nº 071.225.057-31, e EDUARDO GRUMBACH FIGUEIREDO, CPF nº 038.107.747-07; e os Consultores PAULO ROBERTO DE SOUZA E ÁVILA, CPF nº 434.228.457-04; GUILHERME LUIZ DOS SANTOS TEIXEIRA, CPF nº 434.227.997-83; e LUIZ SÉRGIO VAZ PEREIRA, CPF nº 196.485.707-44, ficando certo que somente estes poderão ter acesso às áreas e documentos necessários, ao desenvolvimento dos trabalhos, objeto da renovação deste credenciamento e, por conseguinte, poderão atuar na elaboração de Estudos de Avaliações de Riscos e/ou de Planos de Segurança Pública Portuária. E, ainda, que os dirigentes da Organização de Segurança - OS, respondem solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por eles indicados; e

c) DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS que publique este ato em Diário Oficial da União e promova os registros aplicáveis.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 558, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado da Bahia - CESPORTOS/BA, consistentes no Relatório Final Circunstanciado, decorrente de auditoria realizada "in loco" na instalação a seguir nominada, demonstrando ter sanado as não conformidades identificadas, e

Considerando que a instalação atualizou o Estudo de Avaliação de Risco e revisou o Plano de Segurança Pública Portuária, conforme consta da Deliberação nº 428-CONPORTOS, de 24 de abril de 2014, deliberaram:

a) REVALIDAR, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 056/2005, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, da PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO - TERMINAL MARÍTIMO ALVES CÂMARA / TERMINAL MADRE DE DEUS - TEMADRE, CNPJ nº 02.709.449/0008-25, localizada na Rua do Asfalto, s/nº, Município de Madre de Deus, Estado da Bahia, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros a aplicáveis, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, dando-se a conhecer à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELIBERAÇÃO Nº 559, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, consistentes no Ofício nº 15/2015-CESPORTOS/SP, de 04 de fevereiro de 2015, acompanhado do Estudo de Avaliação de Risco da instalação a seguir nominada, acolhido no âmbito daquele Colegiado Estadual, por atender a legislação de regência, conforme narra a Ata da 002ª. Reunião Ordinária, de 21 de janeiro de 2015, e, também, a Informação 007-CONPORTOS, de 13 de fevereiro de 2015, protocolizados sob o nº 08020.001214/2015-61, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco da instalação RISHIS Empreendimentos e Participações S/A - Armazéns XIII e XVIII, CNPJ nº 12.097.734/0001-10, localizada na Avenida Ulrico Mursa, s/nº, Armazéns XIII e XVIII, Zona Portuária, Município de Santos, Estado de São Paulo; e

d) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 560, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Amazonas - CESPORTOS/AM, consistentes no Ofício nº 420/2015-CIPA/SR/DPF/AM, de 25 de março de 2015, acompanhados do Relatório Circunstanciado de Verificação e do Extrato de Relatório de Verificação, firmados em 04 de março de 2015, que identificam terem sido sanadas todas as não conformidades apontadas em Auditoria, opinando-se, portanto, pela revalidação da Declaração de Cumprimento, consignados na Ata de Reunião daquele Colegiado Estadual da mesma data, referentes à instalação a seguir nominada, conforme narra, também, a Informação 028-CONPORTOS, de 02 de março de 2015, protocolizados sob o nº 08020.003375/2015-90, deliberaram:

a) APROVAR o Plano de Segurança Pública Portuária, Atualização 002 fevereiro 2015, da instalação SUPER TERMINAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA., CNPJ nº 04.335.535/0002-55, localizada na Rua Ponta Grossa, 256, Colônia Oliveira Machado, Município de Manaus, Estado do Amazonas;

b) REVALIDAR, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 132/2006, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, da nominada instalação portuária, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

c) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 561, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados pelo Senhor Coordenador Substituto da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, capeados pelos Ofícios nº 033, 047, 058 e 59/2015-CESPORTOS/RJ, de 09 de abril, 27 de maio e 20 de julho de 2015, respectivamente, consistentes em documentos que comprovam a mudança de razão social da então UNIÃO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA ("UNIÃO TERMINAIS") que, por incorporação, passou a denominar-se TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S/A - TEQUIMAR, acompanhados do novo Estudo de Avaliação de Risco e do novo Plano de Segurança Pública Portuária, versões junho/2015, e dos Relatórios Circunstanciados de Verificação decorrentes de auditoria realizada na nominada instalação, demonstrando que sanearam todas as não conformidades identificadas, protocolizados sob os nº 08020.09.542/2015-14 e 08020.03.825/2015-44, e

Considerando que a nominada instalação por atender as Resoluções da CONPORTOS poderá ser certificada com a Declaração de Cumprimento-DC de que trata a Resolução nº 026-CONPORTOS, de 2004, deliberaram:

a) ACOLHER as Atualizações do Estudo de Avaliação de Risco e do Plano de Segurança Pública Portuária, Emenda 02, versões junho/2015, da instalação TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S/A - TEQUIMAR, CNPJ nº 14.688.220/0015-60, situada na Rua General Gurjão, s/nº, Bairro do Caju, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sucessora, por incorporação, da UNIÃO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA., CNPJ nº 50.280.387/0002-36;

b) CONCEDER, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, à TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S/A - TEQUIMAR, CNPJ nº 14.688.220/0015-60, supra identificada a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS;

c) DAR BAIXA na DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 136/2006, em nome de UNIÃO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA., CNPJ nº 50.280.387/0002-36, em face da mudança da razão social; e

d) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que:

d.1 - promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis;

d.2 - promova a expedição de nova Declaração de Cumprimento e a baixa determinada;

d.3 - informe à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 562, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, revendo o conteúdo do Estudo de Avaliação de Risco e do Plano de Segurança Pública Portuária, Versões Julho/2012 e Setembro/2012, respectivamente, da instalação TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S/A - TEQUIMAR, CNPJ nº 14.688.220/0011-36, localizada na Avenida Engenheiro Augusto Barata, s/nº, Bairro Alemoa, Município de Santos, Estado de São Paulo; acolhidos por esta Comissão Nacional, conforme consta da Deliberação nº 396, de 23 de outubro de 2013, publicada em Diário Oficial da União, Seção 1, e protocolizados sob os nº 08020.003092/2013-86 e 08020.003085/2013-84, e

Considerando que a nominada instalação portuária foi objeto de recente auditoria "in loco", ocorrida em 17 de novembro de 2015, sendo devidamente notificada, em 19 dos mesmos mês e ano, para, dentre outros, apresentar a atualização do respectivo Plano de Segurança Pública Portuária e sanear não conformidades identificadas, deliberaram:

a) NOTIFICAR o Representante legal da nominada instalação, por intermédio da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, para que, na atualização do Plano de Segurança Pública Portuária da nominada instalação portuária, que deverá ser apresentada, em razão da auditoria realizada, faça constar clara e expressamente no Item 4.9, que se refere à operacionalidade da instalação, que a UNIDADE DE SEGURANÇA - US funciona ininterruptamente, vinte e quatro horas por dia, e tem Supervisor de Segurança Portuária - SPP, com vínculo empregatício direto com a instalação, habilitado no Curso Especial de Supervisor de Segurança Portuária, realizado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis / Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (CONPORTOS-SE-NASP/MJ)". E, ainda, "que a UNIDADE DE SEGURANÇA obedece ao Decreto Presidencial nº 6.869, de 2009".

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que:

b.1 - promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, expedindo-se o Ofício notificatório nos termos da letra "a", supra, antecipando-se, assim, à apresentação da nova versão atualizada;

b.2 - informe à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 563, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Ofício nº 040/2015-CESPORTOS/RJ, de 29 de abril de 2015, acompanhados da Revisão 20 de fevereiro de 2015 do Plano de Segurança Pública Portuária, da instalação a seguir nominada, apreciado no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação, sem restrições, como consta da Ata de Reunião de 20 de abril de 2015, e conforme narra, também, a Informação 045-CONPORTOS, de 14 de maio de 2015, protocolizados sob o nº 08020.004303/2015-60, deliberaram:

a) APROVAR a Revisão 20 de fevereiro de 2015 do Plano de Segurança Pública Portuária, da instalação TPAR - TERMINAL PORTUÁRIO DE ANGRA DOS REIS S/A, CNPJ nº 02.891.814/0001-99, localizada na Praça Lopes Trovão, s/nº, Centro, Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro;

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 564, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Paraná - CESPORTOS/PR, consistentes no Ofício nº 0158/2015-DPF/PNG/PR, de 05 de fevereiro de 2015, acompanhado da Ata da Reunião Ordinária daquele Colegiado Estadual e do Plano de Segurança Pública Portuária da instalação a seguir nominada, peças integrantes da protocolização nº 08020.001312/2015-07, e

Considerando que, na forma Ofício nº 0319/2015-DPF/PNG/PR, de 27 de março de 2015, referente a auditoria de verificação de não conformidades identificadas no Terminal, a nominada instalação saneou todas as não conformidades, merecendo, portanto, lhe ser concedida a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO de que trata a Resolução nº 026/2004-CONPORTOS, deliberaram:

a) APROVAR o Plano de Segurança Pública Portuária da instalação VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. - TERMINAL DE VEÍCULOS, CNPJ nº 59.104.422/0103-84, localizada na Avenida Portuária, s/nº, Dom Pedro II, Município de Paranaguá, Estado do Paraná; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

b) CONCEDER, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, à VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. - TERMINAL DE VEÍCULOS, CNPJ nº 59.104.422/0103-84, supra identificada a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS;

c) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, confeccione e expeça a Declaração de Cumprimento, nos termos da letra "b" deste ato, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 565, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, analisando os autos do Processo nº 08020.001630/2015-60, de interesse da LÉLIO ESTEVES EGYPTO ROSA - ME (nome fantasia: CBE - Segurança de Instalações e Embarcações), CNPJ nº 20.212.147/0001-52, à luz da Resolução nº 44 - CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 subsequente, por meio do qual a nominada postula o seu credenciamento como Organização de Segurança - OS, a ser habilitada pela CONPORTOS,deliberaram:

a) CREDENCIAR, como ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA - OS, a empresa LÉLIO ESTEVES EGYPTO ROSA - ME (nome fantasia: CBE - Segurança de Instalações e Embarcações), CNPJ nº 20.212.147/0001-52, com sede na Avenida Brasil, nº 2031, Sala 08, Bairro Centro, Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, para elaborar Estudos de Avaliações de Riscos e / ou Planos de Segurança Pública Portuária, de instalações portuárias sediadas no território nacional;

b) REGISTRAR que a nominada Organização de Segurança - OS tem como sócio proprietário LÉLIO ESTEVES EGYPTO ROSA, CPF nº 486.799.767-68, o qual responde solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por ele indicado;

c) REGISTRAR que são integrantes do corpo técnico da Organização de Segurança - OS, os profissionais LÉLIO ESTEVES EGYPTO ROSA, CPF nº 486.799.767-68, e DIOGO RAMON GARCIA STUPP, CPF nº 033.544.179-35, ficando certo que somente estes poderão ter acesso às áreas e documentos necessários, ao desenvolvimento dos trabalhos, objeto deste credenciamento; e

d) DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS que publique este ato em Diário Oficial da União e promova os registros aplicáveis.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 566, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, analisando os autos do Processo nº 08020.004263/2015-56, de interesse da PROCONSULT S/S LTDA. (nome fantasia: GP SEGURANÇA), CNPJ nº 03.693.089/0001-07, à luz da Resolução nº 44 - CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 subsequente, por meio do qual a nominada postula a renovação do seu credenciamento como Organização de Segurança - OS, habilitada pela CONPORTOS,deliberaram:

a) RENOVAR O CREDENCIAMENTO, como ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA - OS, da empresa PROCONSULT S/S LTDA., (nome fantasia: GP SEGURANÇA), CNPJ nº 03.693.089/0001-07, com sede na Avenida Desembargador Moreira, nº 2.120, Sala 1.101, Bairro Aldeota, Município de Fortaleza, Estado do Ceará, para elaborar Estudos de Avaliações de Riscos e / ou Planos de Segurança Pública Portuária, de instalações portuárias brasileiras;

b) REGISTRAR que a nominada Organização de Segurança - OS tem como sócios proprietários MARGARIDA MARIA TORRES DE MELO CAVALCANTE, CPF nº 026.753.817-05, e JOAQUIM IZIDIO NETO, CPF nº 469.637.407-63, os quais respondem solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por eles indicados;

c) REGISTRAR que são integrantes do corpo técnico da Organização de Segurança - OS, os profissionais LUIZ MOSCA DE CARVALHO NETO, CPF nº 626.612.483-15, MARCIO CAETANO AMARAL PAES, CPF nº 499.139.727-87, ANTÔNIO CARLOS SAMPAIO BASTOS, CPF nº 263.953.397-53, EDVAR AMARAL BARROS, CPF nº 800.595.547-20, e ANDRÉ HAYDT CASTELLO BRANCO, CPF 469.612.677-34, ficando certo que somente estes poderão ter acesso às áreas e documentos necessários, ao desenvolvimento dos trabalhos, objeto desta renovação de credenciamento; e

d) DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS que publique este ato em Diário Oficial da União e promova os registros aplicáveis.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 567, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, analisando os autos do Processo nº 08020.003825/2015-44 e outros, de interesse da RIO INTERPORT CONSULT ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 72.164.593/0001-32, à luz da Resolução nº 44 - CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 subsequente, por meio do qual a nominada postula a renovação do seu credenciamento como Organização de Segurança - OS, habilitada pela CONPORTOS, e o credenciamento da Equipe Técnica,deliberaram:

a) RENOVAR O CREDENCIAMENTO, como ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA - OS, da empresa RIO INTERPORT CONSULT ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 72.164.593/0001-32, com sede na Avenida Amaral Peixoto, nº 455, Sala 402, Centro, Niteroi, Estado do Rio de Janeiro, para elaborar Estudos de Avaliações de Riscos e / ou Planos de Segurança Pública Portuária, de instalações portuárias localizadas no território brasileiro;

b) REGISTRAR que a nominada Organização de Segurança - OS tem como sócios proprietários e fazem parte da Equipe Técnica EDUARDO GUEDES FIGUEIREDO, CPF nº 101.625.937-91; ALEXANDRE GRUMBACH FIGUEIREDO, CPF nº 071.225.057-31, e EDUARDO GRUMBACH FIGUEIREDO, CPF nº 038.107.747-07; e os Consultores PAULO ROBERTO DE SOUZA E ÁVILA, CPF nº 434.228.457-04; GUILHERME LUIZ DOS SANTOS TEIXEIRA, CPF nº 434.227.997-83; e LUIZ SÉRGIO VAZ PEREIRA, CPF nº 196.485.707-44, ficando certo que somente estes poderão ter acesso às áreas e documentos necessários, ao desenvolvimento dos trabalhos, objeto da renovação deste credenciamento e, por conseguinte, poderão atuar na elaboração de Estudos de Avaliações de Riscos e/ou de Planos de Segurança Pública Portuária. E, ainda, que os dirigentes da Organização de Segurança - OS, respondem solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por eles indicados; e

c) DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS que publique este ato em Diário Oficial da União e promova os registros aplicáveis.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 568, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, analisando os autos do Processo nº 08020.000225/2015-24, de interesse da SECURETECH ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 03.814.912/0001-95, à luz da Resolução nº 44 - CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 subsequente, por meio do qual a nominada postula a renovação do seu credenciamento como Organização de Segurança - OS, habilitada pela CONPORTOS,deliberaram:

a) RENOVAR O CREDENCIAMENTO, como ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA - OS, da empresa SECURETECH ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 03.814.912/0001-95, com sede no SMAS Trecho 3, Edifício The Union, Bloco E, Conjunto 14, Brasília, Distrito Federal, para elaborar Estudos de Avaliações de Riscos e / ou Planos de Segurança Pública Portuária, de instalações portuárias brasileiras;

b) REGISTRAR que a nominada Organização de Segurança - OS tem como sócios proprietários LINALDO GUIMARÃES PIMENTEL, CPF nº 102.162.194-34, e NATALHIE BRECKENFELD PIMENTEL, CPF nº 726.954.121-34, os quais respondem solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por eles indicados;

c) REGISTRAR que são integrantes do corpo técnico da Organização de Segurança - OS, os profissionais LINALDO GUIMARÃES PIMENTEL, CPF nº 102.162.194-34, e NATALHIE BRECKENFELD PIMENTEL, CPF nº 726.954.121-34, e OSCAR DE FIGUEIREDO TORRES JUNIOR, CPF nº 015.993.608-02, ficando certo que somente estes poderão ter acesso às áreas e documentos necessários, ao desenvolvimento dos trabalhos, objeto desta renovação de credenciamento e, por conseguinte, poderão atuar na elaboração de Estudos de Avaliações de Riscos e/ou de Planos de Segurança Pública Portuária;

d) DESCREDENCIAR, por deixarem de integrar o corpo técnico da Organização de Segurança - OS, os profissionais ANTÔNIO SÉRGIO TEIXEIRA DE CARVALHO, CPF nº 098.620.991-00; SHARON BRECKENFELD PIMENTEL COPETTI, CPF nº 957.393.601-10; MILTON PINTO FERREIRA, CPF nº 344.297.607-30; LAMARTINE GOMES BARBOSA, CPF nº 478.668.534-87; LUIZ GONZAGA DA SILVA DUTRA, CPF nº 189.194.304-97; LUIZ CLAUDIO SANTANA PIMENTEL, CPF nº 818.641.404-53; HEBER URUGUAIANA TESSIS, CPF nº 429.023.201-91; e JOÃO DA MATA CEZAR DE MELO, CPF nº 112.737.711-68, e, por conseguinte, não poderão atuar na elaboração de Estudos de Avaliações de Riscos e/ou de Planos de Segurança Pública Portuária, nem terem acesso às áreas e documentos necessários ao desenvolvimento dos respectivos trabalhos.

e) DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS que publique este ato em Diário Oficial da União e promova os registros e baixa aplicáveis.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 569, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, analisando os autos do Processo nº 08020.003585/2015-88, de interesse da SEPORT - SECURITY OF PORT TERMINALS LTDA., CNPJ nº 10.828.731/0001-83, à luz da Resolução nº 44 - CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 subsequente, por meio do qual a nominada postula a renovação do seu credenciamento como Organização de Segurança - OS, habilitada pela CONPORTOS, da inclusão de novos técnicos na equipe de profissionais, deliberaram:

a) RENOVAR O CREDENCIAMENTO, como ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA - OS, da empresa SEPORT - SECURITY OF PORT TERMINALS LTDA., CNPJ nº 10.828.731/0001-83, com sede na Rua Campos Sales, nº 157, Sala 506, Bairro Auxiliadora, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para elaborar Estudos de Avaliações de Riscos e/ou Planos de Segurança Pública Portuária, de instalações portuárias sediadas no território brasileiro;

b) REGISTRAR que a nominada Organização de Segurança - OS tem como sócios proprietários MAURO ROBERTO DOS SANTOS, CPF nº 408.052.710-15, e PAULO RICARDO CAMBOIM TRITTES, CPF nº 431.066.500-44, os quais respondem solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por eles indicados;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

c) REGISTRAR que são integrantes do corpo técnico da Organização de Segurança - OS, os profissionais MAURO ROBERTO DOS SANTOS, CPF nº 408.052.710-15, CARLOS RAFAEL VEIGA PERICOLO, CPF nº 014.222.160-04, CARLOS MAURITONIO NUNES DE ARAÚJO, CPF nº 038.476.958-60, e RICARDO ARAÚJO RAMOS, CPF nº 965.266.100-72, ficando certo que somente estes poderão atuar na elaboração de Estudos de Avaliações de Riscos e/ou Planos de Segurança Pública Portuária e terem acesso às áreas e documentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, objeto desta renovação de credenciamento; e

d) DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS que publique este ato em Diário Oficial da União e promova os registros aplicáveis.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 570, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, analisando os autos do Processo nº 08000.010.986/2015-22, de interesse da PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01, à luz da Resolução nº 44 - CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 subsequente, por meio do qual a nominada postula a renovação do seu credenciamento como Organização de Segurança - OS, habilitada pela CONPORTOS, deliberaram:

a) BAIXAR o feito em diligência para notificar o representante legal da Organização de Segurança - OS, denominada PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01, com sede na Avenida República do Chile, 65, 22º Andar, Sala 2201-B, Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, para que apresente as fotocópias das carteiras de trabalho e previdência social e/ou dos contratos de trabalho, devidamente autenticadas, ou do ato de nomeação para o exercício de cargo comissionado de todos os técnicos credenciados pela CONPORTOS e que estejam em exercício na Organização de Segurança, incluindo os abaixo nominados:

- FERNANDO LUIZ LIMA BLANC, CPF nº 374.702.137-91; CARLOS FREDERICO OGLIARI ARRUDA CORREIA, CPF nº 087.788.087-58; BERNARDO AUGUSTO CUNHA DE HOLLANDA, CPF nº 374.236.307-72; RICARDO DE CARVALHO BORGES, CPF nº 441.846.707-68; e JULIO CESAR AVENA, CPF nº 435.966.657-87.

b) DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS que publique este ato em Diário Oficial da União e promova o impulso notificatório.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 571, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, analisando os autos do Processo nº 08020.023.840/2014-28, de interesse da COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DO MAR LTDA., CNPJ nº 05.352.454/0001-45, nova razão social da Cooperativa dos Profissionais do Poder Marítimo Ltda., à luz da Resolução nº 44 - CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 subsequente, por meio do qual a nominada postula a renovação do seu credenciamento como Organização de Segurança - OS, habilitada pela CONPORTOS, e da inclusão de novos técnicos na equipe de profissionais, deliberaram:

a) RENOVAR O CREDENCIAMENTO, como ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA - OS, da COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DO MAR LTDA., CNPJ nº 05.352.454/0001-45, nova razão social da Cooperativa dos Profissionais do Poder Marítimo Ltda., com sede na Avenida Rio Branco, nº 31, Sala 1905 - Parte, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para elaborar Estudos de Avaliações de Riscos e / ou Planos de Segurança Pública Portuária, de instalações portuárias sediadas no território brasileiro;

b) REGISTRAR que a nominada Organização de Segurança - OS tem como Diretor Presidente JÚLIO CÉSAR DA COSTA FONSECA, CPF nº 434.233.887-49, como Diretor Administrativo RICARDO KROEBER RIBEIRO, CPF nº 551.687.367-34, e como Diretor Financeiro NELSON CUNHA DE ARAÚJO, CPF nº 434.231.167-49, os quais respondem solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por eles indicados;

c) REGISTRAR que são integrantes do corpo técnico da Organização de Segurança - OS, o Diretor Financeiro NELSON CUNHA DE ARAÚJO, CPF nº 434.231.167-49, ABRAHAM LINCOLN FREIRE ROSSEMBERG, CPF nº 434.245.117-49, CARLOS EDUARDO GUTSCHOW PALHAS, CPF nº 434.241.207-15, e HÉLIO DE MOURA, CPF nº 730.453.817-15, ficando certo que somente estes poderão atuar na elaboração de Estudos de Avaliações de Riscos e/ou Planos de Segurança Pública Portuária e terem acesso às áreas e documentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, objeto desta renovação de credenciamento; e

d) DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS que publique este ato em Diário Oficial da União e promova os registros aplicáveis, principalmente, quanto à alteração da razão social da nominada Cooperativa.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 572, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Ofício nº 051/2015-CESPORTOS/RJ, de 08 de junho de 2015, acompanhados do Estudo de Avaliação de Risco da instalação a seguir nominada, acolhido no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação, sem restrições, como consta de Ata de Reunião, protocolizado sob o nº 08020.006159/2015-04, e

Considerando que as observações consignadas na Informação 059-CONPORTOS, de 15 de junho de 2015, parte integrante desta deliberação, merecem ser absorvidas pelo representante legal da instalação portuária, antes da apresentação do Plano de Segurança Pública Portuária, de forma a não confrontar com as Resoluções nº 47/2011 e 50/2013, deste Colegiado Nacional, posto que o terminal está em construção, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco da instalação TERMINAL NOV FLEXIBLES - NOV FLEXIBLES EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 13.812.133/0003-76, localizada na Via 5 Projetada (Parte), Lote A12, Distrito Industrial, Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, e encaminhe à CESPORTOS/RJ, fotocópia da Informação nº 059-CONPORTOS, de 15 de junho de 2015, à vista do acima consignado, devendo aquele Colegiado Estadual se certificar de que o terminal está em efetiva operação, antes de encaminhar o Plano de Segurança Pública Portuária do mesmo a este Colegiado Nacional, dando-se a conhecer desta deliberação à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República, e à Agência de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 573, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Ofício nº 030/2015-CESPORTOS/RJ, de 31 de março de 2015, acompanhados do relatório de encaminhamento do Estudo de Avaliação de Risco da instalação a seguir nominada, acolhido no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação, sem restrições, como consta de Ata de Reunião, protocolizado sob o nº 08020.012.053/2014-51, e

Considerando que as observações consignadas na Informação 047-CONPORTOS, de 15 de maio de 2015, parte integrante desta deliberação, merecem ser absorvidas pelo representante legal da instalação portuária, antes da apresentação do Plano de Segurança Pública Portuária, de forma a não confrontar com as Resoluções nº 47/2011 e 50/2013, deste Colegiado Nacional, posto que o retorno do referido Estudo de Avaliação de Risco a esta Comissão Nacional decorre da informação por parte daquele Colegiado Estadual de que as obras do terminal foram concluídas, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco da instalação CLARIANT S/A, CNPJ nº 31.452.113/0022-86, localizada na Ilha da Viana, s/nº, Barreto, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, e encaminhe à CESPORTOS/RJ, fotocópia da Informação nº 047-CONPORTOS, de 15 de maio de 2015, à vista do acima consignado, devendo aquele Colegiado Estadual se certificar de que o terminal está em efetiva operação, antes de encaminhar o Plano de Segurança Pública Portuária do mesmo a este Colegiado Nacional, dando-se a conhecer desta deliberação à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República, e à Agência de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 574, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Ofício nº 039/2015-CESPORTOS/RJ, de 27 de abril de 2015, acompanhados do Estudo de Avaliação de Risco da instalação a seguir nominada, acolhido no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação, sem restrições, como consta de Ata de Reunião, protocolizado sob o nº 08020.004229/2015-81, e

Considerando que as observações consignadas na Informação 042-CONPORTOS, de 14 de maio e 097, de 09 de outubro de 2015, parte integrante desta deliberação, merecem ser absorvidas pelo representante legal da instalação portuária, antes da apresentação do Plano de Segurança Pública Portuária, de forma a não confrontar com as Resoluções nº 47/2011 e 50/2013, deste Colegiado Nacional, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco da instalação LLX AÇU OPERAÇOES PORTUÁRIAS S/A - TERMINAL DE PETRÓLEO DO PORTO DO AÇU (TPET), CNPJ nº 08.807.676/0002-84, localizada na Fazenda Saco Dantas, s/nº, Distrito Industrial, Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, e encaminhe à CESPORTOS/RJ, fotocópias das Informações nº 042 e 097-CONPORTOS, de 14 de maio 09 de outubro de 2015, respectivamente, à vista do acima consignado, devendo aquele Colegiado Estadual se certificar de que o terminal está em efetiva operação, antes de encaminhar o Plano de Segurança Pública Portuária do mesmo a este Colegiado Nacional, dando-se a conhecer desta deliberação à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República, e à Agência de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELIBERAÇÃO Nº 575, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Espírito Santo - CESPORTOS/ES, consistentes no Ofício nº 003/2015-CESPORTOS/ES, de 31 de março de 2015, acompanhados do Estudo de Avaliação de Risco - 1ª. Edição dezembro / 2014, da instalação a seguir nominada, acolhido no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação, como consta da Ata de Reunião de 31 de março de 2015,

Considerando que a instalação portuária celebrou o Contrato de Adesão nº 004/2014-SEP/PR, com a União, por intermédio da Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na modalidade de terminal de uso privativo, localizado fora do Porto Organizado, conforme se extrai do sítio da nominada Agência Reguladora, e

Considerando que as observações consignadas na Informação 030-CONPORTOS, de 15 de abril de 2015, parte integrante desta deliberação, merecem ser absorvidas pelo representante legal da instalação portuária, antes da apresentação do Plano de Segurança Pública Portuária, de forma a não confrontar com as Resoluções nº 47/2011 e 50/2013, deste Colegiado Nacional, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco - 1ª. Edição dezembro / 2014, da instalação ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA., CNPJ nº 11.200.595/0001-45, localizada na Rodovia ES-010, Km 56, Barra do Sahy, Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, e encaminhe à CESPORTOS/ES, fotocópia da Informação nº 030-CONPORTOS, de 15 de abril de 2015, à vista do acima consignado, devendo aquele Colegiado Estadual se certificar de que o terminal está em efetiva operação, antes de encaminhar o Plano de Segurança Pública Portuária do mesmo a este Colegiado Nacional, dando-se a conhecer desta deliberação à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República, e à Agência de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 576, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de Santa Catarina - CESPORTOS/SC, consistentes no Ofício nº 018/2015-CESPORTOS/SC, de 22 de junho de 2015, acompanhado do Extrato de Relatório de Verificação nº 001/2015 e Relatório Circunstanciado 001/2015, apreciados conforme Atas de Reuniões nº 173 172, de 21 e 19 de maio de 2015, que acolheram o Plano de Segurança Pública Portuária e o Estudo de Avaliação de Risco, respectivamente, e

Considerando que aquele Colegiado Estadual em visita à instalação constatou que o Plano de Segurança Pública Portuária foi implementado, recomenda, ainda, a concessão de Declaração de Cumprimento, por atender a legislação de regência, conforme narra, também, a Informação 074-CONPORTOS, de 14 de julho de 2015, protocolizados sob o nº 08020.007313/2015-57, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco e o Plano de Segurança Pública Portuária da instalação BARRA DO RIO TERMINAL PORTUÁRIO S/A, CNPJ nº 06.989.608/0001-77, localizada na Rua Arnoldo Lopes Gonzaga, 507, Bairro Barra do Rio, Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina;

b) CONCEDER, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, em favor da nominada instalação, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

c) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, expedindo-se a Declaração de Cumprimento nos termos da letra "b" deste ato, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 577, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Paraná - CESPORTOS/PR, consistentes no Ofício nº 0616/2015-DPF/PNG/PR, de 09 de julho de 2015, acompanhados do Estudo de Avaliação de Risco da instalação a seguir nominada, acolhido no âmbito daquele Colegiado Estadual, por atender a legislação de regência, conforme narra, também, a Ata de Reunião nº 003/2015, de 24 de junho de 2015, protocolizados sob o nº 08020.008367/2015-30, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco da instalação UNIDADE OFFSHORE TECHINT - UOT - TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S/A, CNPJ nº 61.575.775/0008-56, localizada na Rua Ponta do Poço s/nº, Balneário Pontal do Sul, município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná; e

d) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 578, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, capeados pelo Ofício nº 060, de 20 de julho de 2015, consistentes em Estudo de Avaliação de Risco, aprovado no âmbito do Colegiado Estadual, da instalação portuária que está sendo e será construída, protocolizados sob o nº 08020.08.164/2015-43, deliberaram:

a) RESTITUIR à Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, o Estudo de Avaliação de Risco do TERMINAL DE COMBUSTÍVEIS MARÍTIMOS DO AÇU (TECMA) - NFX COMBUSTÍVEIS MARÍTIMOS LTDA, CNPJ nº 18.459.798/0001-08, localizado na Fazenda Saco Dantas (parte), s/nº, Rua Projetada Via 2, Distrito Industrial, Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, para que aguarde a finalização da respectiva construção desse terminal, posto que não é possível a análise dos riscos sem que se possa verificar "in loco" a realidade existente, antes da análise e aprovação desta protocolização; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e a restituição objeto desta Deliberação.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 579, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador Substituto da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Ofício nº 065/2015-CESPORTOS/RJ, de 17 de setembro de 2015, acompanhado do Estudo de Avaliação de Risco, Revisão / junho/2015 e do Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão / junho/2015, da instalação a seguir nominada, apreciados no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restaram deliberados pela aprovação, sem restrições, como consta da Ata de Reunião de 17 de setembro de 2015, e conforme narra, também, a Informação 081-CONPORTOS, de 29 de setembro de 2015, protocolizados sob o nº 08020.010.555/2015-28, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco, Revisão / junho/2015 e o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão / junho/2015, da instalação TECAR - TERMINAL DE CARVÃO DO PORTO DE ITAGUAÍ, CNPJ nº 33.042.730/0115-72, localizada na Estrada Prefeito Wilson Pedro Francisco, s/nº, Município de Itaguaí, Estado Rio de Janeiro, da empresa COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN;

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 580, DE DEZEMBRO DE 2015.

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador Substituto da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Ofício nº 064/2015-CESPORTOS/RJ, de 17 de setembro de 2015, acompanhados do Plano de Segurança Pública Portuária - Emenda 002 / agosto / 2015, da instalação a seguir nominada, analisado no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação prévia, sem restrições, como consta da Ata de Reunião de 17 de setembro de 2015, conforme narra, também, a Informação 082-CONPORTOS, de 30 de setembro de 2015, protocolizados sob o nº 08020.010.616/2015-57, deliberaram:

a) BAIXAR EM DILIGÊNCIA a protocolização supracitada, e notificar, por intermédio da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, o representante legal da instalação BRASKEM PETROQUÍMICA S/A - TERMINAL MARÍTIMO BRASKEM, CNPJ nº 04.705.090/0005-09, localizada na Rua Marumbi, 1.400, Campos Elíseos, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, para que esclareça e comprove o apontado na Informação 082-CONPORTOS, de 30 de setembro de 2015, parte integrante desta deliberação; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, oficiando à CESPORTOS/RJ, com fotocópias desta Deliberação e da Informação que a integra, para que seja cumprida por aquele Colegiado Estadual.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 581, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio Grande do Sul - CESPORTOS/RS, consistentes no Relatório Circunstanciado de Verificação de Cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, decorrente de auditoria realizada "in loco" na instalação a seguir nominada, demonstrando ter sanado as não conformidades identificadas, e

Considerando que a instalação emendou o Plano de Segurança Pública Portuária, conforme consta da Deliberação nº 473-CONPORTOS, de 27 de novembro de 2014, deliberaram:

a) REVALIDAR, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 116/2005, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, da PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO - TERMINAL MARÍTIMO ALMIRANTE SOARES DUTRA - TEDUT, CNPJ nº 02.709.449/0058-94, localizada na Rodovia Cristóvão Pereira de Abreu, Km 103, RS 030, Bairro Crescêncio, município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, dando-se a conhecer à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 582, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador Substituto e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Ofício nº 036/2015-CESPORTOS/RJ, de 20 de abril de 2015, acompanhado do Plano de Segurança Pública Portuária, Novembro/2014, da instalação a seguir nominada, acolhido no âmbito daquele Colegiado Estadual, por atender a legislação de regência, protocolizados sob o nº 08020.004138/2015-46, deliberaram:

a) APROVAR o Plano de Segurança Pública Portuária, Novembro/2014, da instalação MAC LAREN OIL ESTALEIROS LTDA., CNPJ nº 05.646.148/0001-11, localizada na Rua Miguel Lemos, s/nº. Lote 616, Ponta D'Areia, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro;

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 583, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados pelo Senhor Coordenador Substituto da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, capeados pelo Ofício nº 91.2015CESPORTOS-SP, de 30 de julho de 2015, à luz das Resoluções da CONPORTOS, consistentes na visita de auditoria na instalação a seguir nominada, demonstrando que as não conformidades ainda não foram sanadas e que foram identificadas várias outras inconformidades, as quais foram objeto de notificação da empresa e foram informadas à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, como expressam os Ofícios nº 89.2015 CESPORTOS-SP e 90.2015 CESPORTOS-SP, de 30 de julho de 2015, e que tudo passa a integrar a protocolização nº 08020.030026/2014-60;

Considerando que a instalação portuária teve acolhida a Emenda Técnica V01/09-2014 ao Plano de Segurança Pública Portuária, devidamente analisada e aprovada no âmbito do Colegiado Estadual, conforme Ata da 2ª. Reunião Ordinária, de 10 de setembro de 2014, e neste Colegiado Nacional pela Deliberação nº 525-CONPORTOS, de 27 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 08 de dezembro seguinte; e

Considerando que a não correção das inconformidades identificadas enseja na aplicação das disposições ínsitas nas Resoluções nº 47 e 49/2011, com a redação dada pela Resolução nº 50/2013, desta Comissão Nacional, ou seja, na suspensão dos efeitos jurídicos ou mesmo na cassação da Declaração de Cumprimento nº 012/2004, a ela concedida pela Deliberação nº 34/2004-CONPORTOS, de 08 de julho de 2004, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 12 subsequente, excluindo-se o nome da instalação dos registros da Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, perante o Ministério da Defesa / Comando da Marinha e da Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra, ficando, por conseguinte, impedida de emitir a Declaração de Proteção de que trata a Resolução nº 33-CONPORTOS, de 11 de novembro de 2004, deliberaram:

a) OFICIAR à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ para que informe a esta Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS se o representante legal da instalação CITROSUCO SERVIÇOS PORTUÁRIOS S/A, CNPJ nº 03.100.114/0001-00, localizada na Avenida Eduardo Pereira Guinle, s/nº, Armazém 29, Bairro Macuco, Município de Santos, Estado de São Paulo, manifestou interesse em firmar Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, objetivando sanar as não conformidades identificadas, conforme acima consignado; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, expedindo-se o necessário ofício, e dando-se a conhecer deste ao representante legal da nominada instalação, por intermédio da CESPORTOS/SP, à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 584, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise da manifestação do Senhor Coordenador Substituto da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, capeada pelo Ofício nº 99.2015CESPORTOS-SP, de 02 de setembro de 2015, à luz das Resoluções da CONPORTOS, consistente na visita de auditoria de retorno na instalação a seguir nominada, demonstrando que as não conformidades foram saneadas, informando-se, inclusive, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários-ANTAQ, peça que constitui a protocolização nº 08020.009.836/2015-38; e

Considerando que a instalação portuária teve acolhida a atualização A001/2012, do Plano de Segurança Pública Portuária, no âmbito daquele Colegiado Estadual, como expressa a Ata do Subgrupo criado pela 92ª. Reunião, de 14 de maio de 2012, e por esta Comissão Nacional, pela Deliberação nº 367, de 23 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de novembro seguinte, deliberaram:

a) REVALIDAR, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 003/2004, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, da instalação LIBRA TERMINAL 35 S/A, CNPJ nº 02.373.383/0002-50, localizada na Avenida Engenheiro Ismael Coelho de Souza, s/nº, Bairro Macuco, Armazéns 35 Interno, Município de Santos, Estado de São Paulo, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros a aplicáveis, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, dando-se a conhecer à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 585, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise da manifestação do Senhor Coordenador Substituto da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, capeada pelo Ofício nº 100.2015CESPORTOS-SP, de 02 de setembro de 2015, à luz das Resoluções da CONPORTOS, consistente na visita de auditoria de retorno na instalação a seguir nominada, demonstrando que as não conformidades foram saneadas, informando-se, inclusive, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários-ANTAQ, peça que constitui a protocolização nº 08020.009.833/2015-02; e

Considerando que a instalação portuária teve acolhida a atualização A001/2012, do Plano de Segurança Pública Portuária, no âmbito daquele Colegiado Estadual, como expressa a Ata do Subgrupo criado pela 92ª. Reunião, de 14 de maio de 2012, e por esta Comissão Nacional, pela Deliberação nº 368, de 23 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de novembro seguinte, deliberaram:

a) REVALIDAR, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 005/2004, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, da instalação LIBRA TERMINAIS S/A - (T 37), CNPJ nº 33.813.452/0010-32, localizada na Avenida Engenheiro Eduardo Magalhães Gama, s/nº, Terminal 37 Interno, Município de Santos, Estado de São Paulo, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros a aplicáveis, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, dando-se a conhecer à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELIBERAÇÃO Nº 586, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio Grande do Norte - CESPORTOS/RN, capeados pelo Ofício nº 3742/2015-SR/DPF/RN, de 28 de setembro de 2015, consistentes no Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 2-dezembro/2012, aprovada no âmbito do Colegiado Estadual, conforme Ata de Reunião, de 14 de agosto de 2015, protocolizados sob o nº 08020.011.935/2015-80, deliberaram:

a) RESTITUIR à Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio Grande do Norte - CESPORTOS/RN, o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 2-dezembro/2012, da instalação PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO - TERMINAL AQUAVIÁRIO DE GUAMARÉ, CNPJ nº 02.709.449/0063-51, localizada na Rodovia RN 221, Km 25, Município de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte, pelas razões constantes da INFORMAÇÃO 095-CONPORTOS, de 06 de novembro de 2015, parte integrante desta deliberação; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e a restituição objeto deste ato, acompanhado da supramencionada Informação 095-CONPORTOS, de 06 de novembro de 2015.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 587, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise do Requerimento com "pedido urgente de providências em defesa da Segurança Pública nacional", protocolizado sob o nº 08020.012.124/2015-04, pelo SINDICATO DOS CARREGADORES E TRANSPORTADORES DE BAGAGENS DO PORTO DE SANTOS, SÃO VICENTE, GUARUJÁ, CUBATÃO, SÃO SEBASTIÃO E DEMAIS PORTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO (SINDIBAGAGEM), apreciado na forma da Informação 100-CONPORTOS, de 11 de novembro de 2015, que passa a integrar esta decisão, deliberaram:

a) ARQUIVAR o pedido no âmbito desta Comissão Nacional porquanto tratar-se efetivamente de matéria que foge ao âmbito de competência deste Colegiado, por envolver questões voltadas a quem está, ou não, habilitado para a prestação de serviços de carregamento e transporte de bagagens, mais especificamente na empresa CONCAIS S/A - TERMINAL DE PASSAGEIROS DO PORTO DE SANTOS, Estado de São Paulo;

b) ENCAMINHAR fotocópias desta protocolização à Secretaria de Portos da Presidência da República e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, à vista dos normativos em que se apoia o Requerente; e

c) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, expedindo as fotocópias aos nominados órgãos.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 588, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise das atividades desenvolvidas no exercício de 2015 e diante do rol de instalações portuárias públicas e privadas que detém DECLARAÇÕES DE CUMPRIMENTO e Planos de Segurança Pública Portuária em processo de revisão, DELIBERARAM APROVAR O CRONOGRAMA DE AUDITORIAS - EXERCÍCIO DE 2016, na forma do Anexo que integra esta deliberação, ficando certo de que no próximo exercício serão realizados, preferencialmente, os Cursos de Atualização de Supervisores de Segurança Portuária - CASSP - 8ª., 9ª. 10ª. e 11ª. Edições, o Curso Especial de Supervisor de Segurança Portuária -CESSP - 16ª. Edição, bem como o Curso Nacional de Auditoria em Instalação Portuária - CNA - 4ª. Edição.

PERÍODO	DC	UF	AUDITORIAS EM INSTALAÇÕES / CURSOS
04/04/16 A 08/04/16	113 157 169	BA	GERDAU AÇOS LONGOS S/A TERMINAL PORTUÁRIO DE COTEGIPE LTDA FORD MOTOR COMPANY DO BRASIL LTDA COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA
09/05/16 A 13/05/16		MA	CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE SUPERVISOR DE SEGURANÇA PORTUÁRIA - CASSP - 8ª. e 9ª. Edições
16/05/16 A 20/05/16		MA	CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE SUPERVISOR DE SEGURANÇA PORTUÁRIA - CASSP - 10ª. e 11ª. Edições
11/07/16 A 15/07/16		PB	CURSO ESPECIAL DE SUPERVISOR DE SEGURANÇA PORTUÁRIA - CESSP - 16ª. Edição
08/08/16 A 12/08/16	142 145 163/164	SP	PETROBRÁS TRANSPORTE S/A-TRANSPETRO-S.SEBAST. USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS-USIMINAS RODRIMAR S/A - em Macuco e em Saboó
22/08/16 A 26/08/16	137 139 150/151	PR	DEICMAR S/A - PARANAGUÁ TERMINAIS PORTUÁRIOS PONTA DO FÉLIX S/A - ANTONINA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - PORTO DE PARANAGUÁ e PORTO DE ANTONINA
17/10/16 A 21/10/16		SC	CURSO NACIONAL DE AUDITORIA EM INSTALAÇÃO PORTUÁRIA - CNA / com visita a um terminal da localidade
07/11/16 A 11/11/16	081 135	PE	PETROBRÁS TRANSPORTE S/A-TRANSPETRO - CABEDELO TERMINAL QUÍMICO DE ARATU - TEQUIMAR - IPOJUCA
21/11/16 A 25/11/16	141 143	RJ	COMPANHIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - COMAP - ARRAIAL DO CABO COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S/A - TERMINAL MARÍTIMO COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S/A, CNPJ nº 33.000.092/0038-50 (então Sociedade Técnica e Industrial de Lubrificantes Ltda. - SOLUTEC) - ILHA DO GOVERNADOR.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 589, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos que acompanham o Ofício nº 076/2015-CESPORTOS/RJ, de 10 de novembro de 2015, firmado pelo Coordenador Substituto da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes na Comunicação àquele Colegiado Estadual das devidas alterações do Contrato Social da BRASKEM PETROQUÍMICA S/A que passa a denominar-se BRASKEM PETROQUÍMICA LTDA, examinados nos termos da Informação 101-CONPORTOS, de 11 de novembro de 2015, protocolizados sob o nº 08020.012.176/2015-72, deliberaram:

a) REGISTRAR a alteração da razão social da então BRASKEM PETROQUÍMICA S/A que passa a denominar-se BRASKEM PETROQUÍMICA LTDA., CNPJ nº 04.705.090/0006-81, com sede na Rua Hidrogênio, nº 1.404, Parte, Pólo Petroquímico de Camaçari, município de Camaçari, Estado da Bahia, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Transformação da BRASKEM PETROQUÍMICA S/A em Sociedade Limitada, realizada em 17 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, de 8 de março de 2013, e demais documentos de alterações e consolidação do contrato social da sociedade empresária limitada, acostados;

b) DETERMINAR à Secretaria Executiva desta Comissão Nacional que notifique o representante legal da nominada sociedade, objetivando dirimir dúvidas quanto às denominações das instalações portuárias sediadas em diversas Unidades da Federação, para que informe a este Colegiado a denominação correta, o CNPJ - Cadastro de Pessoa Jurídica e o endereço de cada instalação portuária sediada no território brasileiro vinculada a essa sociedade empresária limitada, de forma que os registros na CONPORTOS, na Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil (CCA-IMO), perante o Ministério da Defesa / Comando da Marinha, e na Organização Marítima Internacional (IMO), em Londres, Inglaterra, sejam atualizados, em especial, nas Declarações de Cumprimento, se concedidas por esta Comissão Nacional; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, oficiando à CESPORTOS/RJ, com fotocópia desta Deliberação.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 590, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, analisando os autos do Processo nº 08020.0012.153/2015-68, nos termos da Informação 102-CONPORTOS, de 11 de novembro de 2015, de interesse da AUTO SHIP - Prestadora de Serviços de Entidade Certificadora de Embarcações Ltda., CNPJ nº 08.333.414/0001-44, à luz da Resolução nº 44 - CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 subsequente, por meio do qual a nominada postula a renovação do seu credenciamento como Organização de Segurança - OS, habilitada pela CONPORTOS, deliberaram:

a) BAIXAR o feito em diligência para notificar o representante legal da Organização de Segurança - OS, denominada AUTO SHIP - Prestadora de Serviços de Entidade Certificadora de Embarcações Ltda., CNPJ nº 08.333.414/0001-44, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 120, Sala 23, 2º Andar, município de Araçatuba, Estado de São Paulo, por intermédio da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, para que apresente:

a.1 - comprovante, na forma do artigo 3º da citada Resolução, com documento hábil (certificado / diploma) e autenticado em cartório, que tem em seu quadro funcional um corpo técnico com, no mínimo, um engenheiro ou arquiteto, com experiência comprovada de, no mínimo, seis meses na área portuária, acostando, se positivo, toda a documentação prevista na Resolução em relação a esse profissional; e

a.2 - as certidões negativas de antecedentes criminais expedidas pela Justiça Estadual, dos 02 (dois) proprietários da empresa e dos 03 (três) integrantes do corpo técnico informados.

b) DETERMINAR à Secretaria Executiva da CONPORTOS que publique este ato em Diário Oficial da União e promova o impulso notificatório.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 591, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Pará - CESPORTOS/PA, capeados pelo Ofício nº 04/2015-CESPORTOS/PA, de 02 de setembro de 2015, consistentes no encaminhamento do Estudo de Avaliação de Risco, instalação a seguir nominada, aprovada no âmbito daquele Colegiado Estadual, como demonstra a Ata da 2ª. Reunião Ordinária, de 22 de maio de 2015, conforme expressa a Informação 104-CONPORTOS, de 23 de novembro de 2015, deliberaram:

a) ACOLHER o Estudo de Avaliação de Risco da instalação TERMINAL HIDROVIAS DO BRASIL, CNPJ nº 13.574.672/0002-33, situada na Avenida Verde e Branco - Estrada de Itupanema, s/nº, Distrito de Murucupi, Município de Barcarena, Estado do Pará;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, informe à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha, para registros, inclusive, na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra, e a conhecer, ainda, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 592, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Pará - CESPORTOS/PA, capeados pelo Ofício nº 04/2015-CESPORTOS/PA, de 02 de setembro de 2015, consistentes no encaminhamento do Plano de Segurança Pública Portuária, 1ª. Revisão - junho/2013, instalação a seguir nominada, aprovada no âmbito daquele Colegiado Estadual, como demonstra a Ata da 2ª. Reunião Ordinária, de 22 de maio de 2015, conforme expressa a Informação 105-CONPORTOS, de 24 de novembro de 2015, deliberaram:

a) ACOLHER o Plano de Segurança Pública Portuária, 1ª. Revisão - junho/2013, da instalação IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A, CNPJ nº 16.532.798/0003-14, situada na Rodovia PA 483, Km 20, Distrito de Vila do Conde, Município de Barcarena, Estado do Pará;

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que:

b.1 - promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis;

b.2 - informe à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha, para atualização dos registros, inclusive, na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra, e a conhecer, ainda, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 593, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de Pernambuco - CESPORTOS/PE, consistentes no Ofício nº 030/2015-CESPORTOS/PE, de 18 de setembro de 2015, acompanhado de Atas e Parecer acolhido no âmbito daquele Colegiado Estadual, conforme narra, também, a Informação 103-CONPORTOS, de 23 de novembro de 2015, parte integrante desta decisão, protocolizados sob o nº 08400.018.076/2015-85, deliberaram:

a) NOTIFICAR o subscritor da Consulta a que esta se refere, para que comprove com documento hábil e registrado em cartório que detém poderes para formular a consulta dirigida àquele Colegiado Estadual em nome da Sociedade Anônima e, em especial, da PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO - TERMINAL AQUAVIÁRIO DE SUAPE, localizada no Estado de Pernambuco; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, expedindo-se o Ofício notificatório por intermédio da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de Pernambuco - CESPORTOS/PE, inicialmente, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 594, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, capeados pelo Ofício nº 075/2015-CESPORTOS/RJ, de 03 de novembro de 2015, consistentes no encaminhamento do Estudo de Avaliação de Risco e do Plano de Segurança Pública Portuária, Revisões - junho/2015, instalação a seguir nominada, aprovados no âmbito daquele Colegiado Estadual, como demonstra a Ata da Reunião de 20 de outubro de 2015, peças que integram a protocolização nº 08020.012053/2015, conforme expressa a Informação 106-CONPORTOS, de 25 de novembro de 2015, deliberaram:

a) ACOLHER o Estudo de Avaliação de Risco e o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisões - junho/2015, da instalação SEPETIBA TECON S/A - Terminal de Contêineres do Porto Organizado de Itaguaí, CNPJ nº 02.394.276/0002-08, situada na Estrada Prefeito Wilson Pedro Francisco, s/nº, Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro;

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que:

b.1 - promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis;

b.2- informe à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha, para atualização dos registros, inclusive, na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra, e a conhecer, ainda, à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 595, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

OS MEMBROS DA COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, no uso de suas atribuições e conforme disposto no Decreto nº 1.507, de 30 de maio de 1995, no Regimento Interno do Colegiado Nacional, aprovado pela Portaria nº 388, de 15 de maio de 1998, e à vista da impossibilidade da realização do curso de atualização dos Supervisores de Segurança Portuária, no exercício de 2015, em face da agenda da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça - SENASP/MJ, DELIBERARAM PRORROGAR, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2016, A VALIDADE DOS CERTIFICADOS DE HABILITAÇÃO DOS APROVADOS NAS 8ª., 9ª., 10ª. e 11ª. EDIÇÕES DO CURSO ESPECIAL DE SUPERVISOR DE SEGURANÇA PORTUÁRIA.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 596, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

OS MEMBROS DA COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, no uso de suas atribuições e conforme disposto no Decreto nº 1.507, de 30 de maio de 1995, no Regimento Interno do Colegiado Nacional, aprovado pela Portaria nº 388, de 15 de maio de 1998, após análise dos registros e mecanismos de controle internos, relativos às DECLARAÇÕES DE CUMPRIMENTO vigentes, reguladas pela Resolução CONPORTOS nº 26, de 08 de junho de 2004, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 15 subsequente, DELIBERARAM PRORROGAR, por mais 01 (um) ano, a contar de 31 de dezembro de 2015, O PRAZO DE VALIDADE DAS DECLARAÇÕES DE CUMPRIMENTO, expedidas por esta Comissão Nacional, sem prejuízo do previsto na Resolução n. 50.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 597, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Ofício nº 002/2015-CESPORTOS/RJ, de 12 de janeiro de 2015, acompanhados do Estudo de Avaliação de Risco da instalação a seguir nominada, acolhido no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação, sem restrições, como consta de Ata de Reunião, protocolizados sob o nº 08020.001901/2015-87, e

Considerando que o referido Estudo retorna a esta Comissão Nacional, com a solicitação de que seja reavaliada a Deliberação nº 536-CONPORTOS, de 27 de novembro de 2014, posto que, sustenta aquele Colegiado Estadual, a instalação se encontra em adiantado estado de construção, comprovado por relatório fotográfico que acosta, e outros, deliberaram:

a) RESTITUIR à Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, o Estudo de Avaliação de Risco do OSX CONSTRUÇÃO NAVAL S/A - UNIDADE DE CONSTRUÇÃO NAVAL AÇU, CNPJ nº 11.198.242/0008-24, localizada no Lote A-12, Distrito Industrial, Praia do Açu, Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, para que aguarde a finalização da respectiva construção desse terminal, posto que não é possível a análise dos riscos sem que se possa verificar "in loco" a realidade existente, antes da análise e aprovação desta protocolização; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e a restituição objeto desta Deliberação.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 598, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador Substituto da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Ofício nº 001/2015-CESPORTOS/RJ, de 12 de janeiro de 2015, acompanhados do Estudo de Avaliação de Risco da instalação a seguir nominada, acolhido no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação, sem restrições, como consta de Ata de Reunião, objeto da Deliberação nº 536-CONPORTOS, de 27 de novembro de 2014, que o restituiu àquele Colegiado Estadual, e

Considerando que o referido Estudo retorna a esta Comissão Nacional, com a solicitação de que seja reavaliada a Deliberação nº 536-CONPORTOS, de 27 de novembro de 2014, posto que, sustenta aquele Colegiado Estadual, a instalação se encontra em adiantado estado de construção, comprovado por relatório fotográfico que acosta, e outros, deliberaram:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a) RESTITUIR à Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, o Estudo de Avaliação de Risco do TERMINAL FLEXIBRAS AÇU, CNPJ nº 28.910.529/0018-00, da empresa Flexibras Tubos Flexíveis Ltda., localizada na Via 5 Projetada (Parte), lote A-12, Distrito Industrial, Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, para que aguarde a finalização da respectiva construção desse terminal, posto que não é possível a análise dos riscos sem que se possa verificar "in loco" a realidade existente, antes da análise e aprovação desta protocolização; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e a restituição objeto desta Deliberação.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 599, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, consistentes no Ofício nº 124.2015 CESPORTOS/SP, de 04 de novembro de 2015, acompanhados do Estudo de Avaliação de Risco, julho/2015, da instalação portuária a seguir nominada, apreciado no âmbito daquele Colegiado Estadual onde restou deliberado pela aprovação, sem restrições, como consta da Ata da 11ª. Reunião Ordinária, de 29 de outubro de 2015, e conforme narra, também, a Informação 107-CONPORTOS, de 04 de dezembro de 2015, protocolizados sob o nº 08020.012970/2015-16, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco, julho/2015, da instalação LOCALFRIO S/A ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS - Terminal do Guarujá, CNPJ nº 58.317.751/0002-05, localizada na Via de Acesso Rodoviário ao Tecon, s/nº, Bairro de Vicente de Carvalho, Município do Guarujá, Estado de São Paulo; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer desta deliberação à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, à Secretaria de Portos da Presidência da República, e à Agência de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 600, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2015, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador e demais Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Pará - CESPORTOS/PA, consistentes no Relatório Final Circunstanciado nº 05/2015-PA, de 24 de novembro de 2015, decorrente de auditoria realizada "in loco" na instalação a seguir nominada, demonstrando ter sanado as não conformidades identificadas, como também expressa a Ata da Reunião de Abertura da Auditoria de Retorno da mesma data, assuntos apreciados pela Secretaria Executiva deste Colegiado Nacional, nos termos da INFORMAÇÃO 090-CONPORTOS, de 14 de outubro de 2015, e

Considerando que a instalação atualizou o Estudo de Avaliação de Risco e o Plano de Segurança Pública Portuária, conforme consta da Deliberação nº 533-CONPORTOS, de 27 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 08 de dezembro subsequente, e possui a Declaração de Cumprimento nº 180/2009, concedida pela Deliberação nº 164/2009-CONPORTOS, de 06 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 09 subsequente, deliberaram:

a) REVALIDAR, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 180/2009, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, da COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - PORTO DE BELÉM, CNPJ nº 06.023.849/0001-67, localizada na Avenida Marechal Hermes, s/nº, Bairro Reduto, Município de Belém, Estado do Pará, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros a aplicáveis, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, dando-se a conhecer à Secretaria de Portos da Presidência da República e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 601, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 102ª. Reunião Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2015, Segunda Seção, após análise dos documentos protocolizados sob o nº 08020.013.266/2015-81, consistentes nas Atas de Abertura e de Encerramento de Auditoria, de 27 de abril de 2015, que culminaram na Notificação do representante legal da empresa, sob o nº 031-SP AUD/CONPORTOS, decorrente do Parecer Técnico nº 031 - SP, todos de 27 de abril de 2015, firmados pelo Representante da Secretaria Executiva e Membros desta CONPORTOS, por Membros da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, e pelo Representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, demonstrando uma série de não conformidades no que concerne à efetiva implantação do Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela CONPORTOS, o que afeta o sistema de segurança da instalação;

Considerando que a instalação portuária a seguir nominada, teve em seu desfavor a Notificação nº 000062-2015-URESP, de 27 de novembro de 2015, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, diante do informado pelo Ofício nº 137/2015-CESPORTOS/SP, que se reporta ao ato de Notificação nº 031/2015-SP AUD/CONPORTOS, de 27 de abril de 2015, posto que aquele Colegiado Estadual retornou à instalação portuária e se mantém as não conformidades, fatos que caracterizam, também, ofensa à Resolução ANTAQ 3274/14, artigo 32, XXII, e contrariam, de igual modo, todas as disposições da Resolução nº 47/2009, com a nova redação dada pela Resolução nº 50/2013, deste Colegiado Nacional;

Considerando que, mesmo re-provocada pelo Ofício nº 136.2015 CESPORTOS-SP, de 13 de novembro de 2015, daquela Comissão Estadual, dado a conhecer a esta Comissão Nacional pelo Ofício nº 136.2015 CESPORTOS-SP, dos mesmos dia, mês e ano, a instalação portuária permanece silente e inerte, não se reportando, sequer, a esta Comissão Nacional, não podendo alegar impedimento ao direito de defesa e ao contraditório; e

Considerando, por derradeiro, que esta Comissão Nacional, não deve permanecer atestando para os países integrantes da Organização Marítima Internacional - IMO, nem se responsabilizando pelo não compromisso da empresa a seguir informada de que essa possui a certificação do Governo Brasileiro, de que trata a Resolução nº 26/2004-CONPORTOS, por meio da Declaração de Cumprimento nº 111/2005, que lhe fora concedida pela Deliberação nº 77/2005-CONPORTOS, de 10 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 17 subsequente, ficando, assim, impedida de emitir a Declaração de Proteção, disposta na Resolução nº 33/2004-CONPORTOS, se solicitada por qualquer comandante de navio, diante do apontado e não corrigido, deliberaram, por maioria de votos:

a) CASSAR, na forma da Resolução nº 47/2009-CONPORTOS, com a nova redação dada pela Resolução nº 50/2013-CONPORTOS, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 111/2005, concedida pela Deliberação nº 77/2005-CONPORTOS, de 10 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 17 subsequente, à CONCAIS S/A - TERMINAL DE PASSAGEIROS DO PORTO DE SANTOS, CNPJ nº 02.092.233/0002-78, situada na Avenida Cândido Gafreê, s/nº, Armazém 25 Interno do Porto de Santos, Bairro de Outerinhos, Município de Santos, Estado de São Paulo, à vista do constante das Atas, Parecer e Relatórios de Auditorias realizadas por este Colegiado Nacional e pelo Colegiado Estadual em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e, finalmente, pelo que expressam os ofícios supracitados, tudo consignado nos considerandos deste ato, ficando a nominada empresa/terminal impedida de emitir a Declaração de Proteção, de que trata a Resolução nº 33 - CONPORTOS, de 11 de novembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 14 de janeiro de 2005, se solicitada por qualquer comandante de navio; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, excluindo-a dos registros da CONPORTOS e intime-se deste, via CESPORTOS/SP, o Representante Legal da instalação portuária, bem como informe à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional - CCA/IMO, perante o Ministério da Defesa / Comando da Marinha, para as baixas devidas da razão social da nominada na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra, decorrentes de impulsos anteriores, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, à Secretaria de Portos e à Casa Militar da Presidência da República.

MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão
Em exercício
p/ Ministério da Justiça

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

LUISA BERTUOL TATSCH
p/ Ministério das Relações Exteriores

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 26, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e do artigo 14, §4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 53 da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.035167/2013-45, interposto pela entidade Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Adélia - CNPJ 43.021.348/0001-54 - contra decisão de indeferimento do pedido de prorrogação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) ante o descumprimento dos requisitos constantes da NBCT nº 3.8 e incisos I, II, III, IV, V e parágrafo único do artigo 4º do Decreto nº 2.536, de 1998.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCELO CASTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 27, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e do artigo 14, § 4º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 53 da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.100761/2013-14, interposto pela entidade Santa Casa e Maternidade Nossa Senhora de Fátima - CNPJ nº 20.416210/0001-72 - contra decisão de indeferimento do pedido de prorrogação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) ante o descumprimento dos requisitos constantes da NBCT T 3.8 e 19.5.1.1 e incisos I, II, IV e V do artigo 4º do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCELO CASTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 28, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e do artigo 14, § 4º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 53 da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.070959/2013-66, interposto pela entidade Assistência Social São Sebastião de Anitápolis - CNPJ nº 83.255.901/0001-51 - contra decisão de indeferimento do pedido de prorrogação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) ante o descumprimento dos requisitos constantes dos incisos I, II, III, IV e V do artigo 4º do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCELO CASTRO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.058, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera o anexo XII da Portaria nº 966/GM/MS, de 19 de maio de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde, estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 3.276/GM/MS, de 26 de dezembro de 2013, que regulamenta o incentivo financeiro de custeio às ações de vigilância, prevenção e controle das DST/AIDS e Hepatites Virais, previsto no art. 18, inciso II, da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, com a definição de critérios gerais, regras de financiamento e monitoramento;

Considerando a Portaria nº 966/GM/MS, de 19 de maio de 2014, que habilita estados e seus municípios ao recebimento do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das DST, Aids e Hepatites Virais;

Considerando a necessidade de alteração dos valores do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das DST, Aids e Hepatites Virais de Minas Gerais e seus municípios; e

Considerando a Resolução CIB-SUS/MG nº 2.169, de 19 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º Fica alterado o anexo XII da Portaria nº 966/GM/MS, de 19 de maio de 2014, que passa a vigorar na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam definidos que os valores do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das DST, Aids e Hepatites Virais serão transferidos em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) dos valores pactuados, para os Fundos Municipais e Estadual de Saúde de Minas Gerais, de acordo com o anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Quando a divisão por 1/12 (um doze avos) dos valores anuais, de cada ente federativo, implicar em dízima, os valores serão truncados em duas casas decimais.

Art. 3º Na hipótese de execução integral do objeto originalmente pactuado e verificada sobra de recursos financeiros, o ente federativo poderá efetuar o remanejamento dos recursos e a sua aplicação nos termos da Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007 e nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 4º Nos casos em que for verificada a não execução integral do objeto originalmente pactuado e a existência de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, distrital e municipais não executados, seja parcial ou totalmente, o ente federativo estará sujeito à devolução dos recursos financeiros transferidos e não executados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Art. 5º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo FNS foram executados, total ou parcialmente em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

Art. 6º Os entes federativos beneficiados, constantes desta Portaria, que estejam com repasse do Componente de Vigilância em Saúde bloqueado, por não alimentação do SIM e SINAN, não farão jus aos recursos previstos nesta Portaria caso a regularização da alimentação dos sistemas ocorra após 90 dias da data de publicação do bloqueio, conforme disposto no § 2º do art. 39 da Portaria nº 1.378/GM/M, de 9 de julho de 2013.

Art. 7º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nessa Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 8º Os recursos financeiros para a execução das atividades de que trata esta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.302.2015.20AC - Incentivo Financeiro a estados e municípios para ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2015.

Art. 10. Fica revogada a Portaria nº 1.779/GM/MS, de 6 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 213, de 9 de novembro de 2015, Seção 1, páginas 32 e 33.

MARCELO CASTRO

ANEXO

UF	Código IBGE	Estado/Municípios	Valor Mensal	Valor Anual
MG	310090	Águas Formosas	4.471,73	53.660,76
MG	310150	Além Paraíba	7.396,67	88.760,07
MG	310160	Alfenas	9.959,75	119.517,10
MG	310170	Almenara	833,33	10.000,00
MG	310260	Andradas	7.525,95	90.311,47
MG	310340	Araçuaí	4.321,18	51.854,17
MG	310350	Araguari	12.718,26	152.619,17
MG	310400	Araxá	10.916,68	131.000,24
MG	310560	Barbacena	9.803,19	117.638,30
MG	310590	Barroso	833,33	10.000,00
MG	310620	Belo Horizonte	289.293,89	3.471.526,76
MG	310630	Belo Oriente	833,33	10.000,00
MG	310670	Betim	24.245,96	290.951,60
MG	310730	Bocaiúva	833,33	10.000,00
MG	310740	Bom Despacho	833,33	10.000,00
MG	310860	Brasília de Minas	833,33	10.000,00
MG	311230	Capelinha	833,33	10.000,00
MG	311330	Carangola	5.892,80	70.713,71
MG	311530	Cataguases	833,33	10.000,00
MG	311750	Conceição do Mato Dentro	833,33	10.000,00
MG	311830	Conselheiro Lafaiete	11.340,24	136.082,99
MG	311860	Contagem	37.029,83	444.357,98
MG	311940	Coronel Fabriciano	9.655,29	115.863,53
MG	312090	Curvelo	833,33	10.000,00
MG	312160	Diamantina	10.080,53	120.966,47
MG	312230	Divinópolis	25.426,63	305.119,67
MG	312410	Esmeraldas	833,33	10.000,00
MG	312510	Extrema	7.649,05	91.788,60
MG	312610	Formiga	833,33	10.000,00
MG	312670	Francisco Sá	833,33	10.000,00
MG	312710	Frutal	9.034,32	108.411,91
MG	312770	Governador Valadares	10.056,15	120.673,87
MG	312800	Guanhães	833,33	10.000,00
MG	312980	Ibirité	10.899,38	130.792,56
MG	313010	Igarapé	833,33	10.000,00
MG	313130	Ipatinga	21.980,65	263.767,80
MG	313170	Itabira	11.762,76	141.153,22
MG	313190	Itabirito	5.159,01	61.908,12
MG	313240	Itajubá	11.958,96	143.507,59
MG	313330	Itaobim	4.708,27	56.499,28
MG	313380	Itaúna	833,33	10.000,00
MG	313420	Ituiutaba	14.213,03	170.556,45
MG	313510	Janaúba	4.595,80	55.149,61
MG	313520	Januária	833,33	10.000,00
MG	313620	João Monlevade	8.702,27	104.427,31
MG	313630	João Pinheiro	833,33	10.000,00
MG	313665	Juatuba	833,33	10.000,00
MG	313670	Juiz de Fora	49.921,58	599.059,02
MG	313760	Lagoa Santa	833,33	10.000,00
MG	313820	Lavras	7.960,81	95.529,78
MG	313840	Leopoldina	833,33	10.000,00
MG	313880	Luz	833,33	10.000,00
MG	313940	Manhuaçu	8.020,42	96.245,09
MG	314110	Matozinhos	833,33	10.000,00
MG	314310	Monte Carmelo	833,33	10.000,00
MG	314330	Montes Claros	26.916,87	323.002,46
MG	314390	Muriaé	8.400,00	100.800,11
MG	314430	Nanuque	833,33	10.000,00
MG	314480	Nova Lima	8.186,98	98.243,76
MG	314520	Nova Serrana	833,33	10.000,00
MG	314590	Ouro Branco	5.059,40	60.712,83
MG	314610	Ouro Preto	6.966,17	83.594,12
MG	314710	Pará de Minas	833,33	10.000,00
MG	314700	Paracatu	833,33	10.000,00
MG	314730	Paraisópolis	7.641,29	91.695,59
MG	314740	Paraopeba	833,33	10.000,00
MG	314790	Passos	12.208,31	146.499,83
MG	314800	Patos de Minas	15.517,79	186.213,53
MG	314810	Patrocínio	833,33	10.000,00
MG	314870	Pedra Azul	833,33	10.000,00
MG	315120	Pirapora	4.574,47	54.893,71
MG	315140	Pitangui	833,33	10.000,00
MG	315180	Poços de Caldas	12.322,84	147.874,17
MG	315200	Pompéu	833,33	10.000,00
MG	315210	Ponte Nova	10.232,36	122.788,38
MG	315250	Pouso Alegre	11.617,64	139.411,74
MG	315460	Ribeirão das Neves	14.104,40	169.252,82
MG	315670	Sabará	10.252,79	123.033,59
MG	315780	Santa Luzia	14.951,11	179.413,42
MG	315960	Santa Rita do Sapucaí	7.399,40	88.792,81
MG	315990	Santo Antônio do Amparo	833,33	10.000,00
MG	316070	Santos Dumont	6.892,28	82.707,40
MG	316210	São Gotardo	833,33	10.000,00
MG	316250	São João del Rei	9.322,87	111.874,50
MG	316290	São João Nepomuceno	833,33	10.000,00
MG	316292	São Joaquim de Bicas	833,33	10.000,00
MG	316370	São Lourenço	9.450,66	113.408,00
MG	316470	São Sebastião do Paraíso	8.567,33	102.807,96
MG	316553	Sarzedo	833,33	10.000,00
MG	316720	Sete Lagoas	20.186,18	242.234,22
MG	316860	Teófilo Otoni	10.909,22	130.910,71
MG	316870	Timóteo	8.416,01	100.992,17
MG	316930	Três Corações	8.122,98	97.475,82
MG	316940	Três Pontas	7.603,72	91.244,67
MG	316990	Ubá	833,33	10.000,00
MG	317010	Uberaba	28.264,57	339.174,90
MG	317020	Uberlândia	76.370,51	916.446,19
MG	317040	Unaí	4.365,14	52.381,75
MG	317070	Varginha	8.942,44	107.309,37
MG	317120	Vespasiano	10.356,36	124.276,38
MG	317130	Viçosa	5.176,55	62.118,67
MG	310000	SES - Minas Gerais	235.118,43	2.821.421,22
Total			1.333.617,98	16.003.421,00

PORTARIA Nº 2.059, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza o repasse dos valores de recursos federais relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS), a Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde, estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo;

Considerando a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS;

Considerando o Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015, que regulamenta o disposto no § 1º do art. 9º-C e no § 1º do art. 9º-D da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 1.025/GM/MS, de 21 de julho de 2015, que define o quantitativo máximo de Agentes de Combate às Endemias passível de contratação com o auxílio da assistência financeira complementar da União;

Considerando a Portaria nº 1.243/GM/MS, de 20 de agosto de 2015, que define a forma de repasse dos recursos da Assistência Financeira Complementar (AFC) da União; e

Considerando o Relatório do cadastro dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES) referente ao mês de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o repasse dos valores de recursos federais, relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS), a Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE.

Art. 2º Ficam definidos os valores a serem transferidos mensalmente para os Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, conforme os Anexos I a XVII a esta Portaria.

Art. 3º Na hipótese de execução integral do objeto originalmente pactuado e verificada sobra de recursos financeiros, o ente federativo poderá efetuar o remanejamento dos recursos e a sua aplicação nos termos da Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007 e nº 3134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 4º Nos casos em que for verificada a não execução integral do objeto originalmente pactuado e a existência de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, distrital e municipais não executados, seja parcial ou totalmente, o ente federativo estará sujeito à devolução dos recursos financeiros transferidos e não executados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Art. 5º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo FNS foram executados, total ou parcialmente em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

Art. 6º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 7º Os créditos orçamentários de que tratam a presente Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 2015.

MARCELO CASTRO

ANEXO I

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
AC	120000	SES/AC	0	0,00	0,00	117.279,65
AC	120001	Acrelândia	0	0,00	0,00	10.221,09
AC	120005	Assis Brasil	0	0,00	0,00	5.232,91
AC	120010	Brasiléia	0	0,00	0,00	17.552,98
AC	120013	Bujari	0	0,00	0,00	7.743,54
AC	120017	Capixaba	0	0,00	0,00	7.635,97
AC	120020	Cruzeiro do Sul	1	50,70	963,30	63.596,71
AC	120025	Epitaciolândia	0	0,00	0,00	13.092,55
AC	120030	Feijó	0	0,00	0,00	25.966,60
AC	120032	Jordão	0	0,00	0,00	6.535,91
AC	120033	Mâncio Lima	0	0,00	0,00	14.975,54
AC	120034	Manoel Urbano	0	0,00	0,00	7.591,65
AC	120035	Marechal Thaumaturgo	0	0,00	0,00	14.605,50
AC	120038	Plácido de Castro	0	0,00	0,00	15.177,27
AC	120039	Porto Walter	2	101,40	1.926,60	7.393,99
AC	120040	Rio Branco	111	5.627,70	106.926,30	166.322,97
AC	120042	Rodrigues Alves	0	0,00	0,00	13.907,64
AC	120043	Santa Rosa do Purus	0	0,00	0,00	5.248,09
AC	120045	Senador Guiomard	0	0,00	0,00	16.741,12
AC	120050	Sena Madureira	0	0,00	0,00	32.726,21
AC	120060	Tarauacá	0	0,00	0,00	32.248,01
AC	120070	Xapuri	4	202,80	3.853,20	10.765,23
AC	120080	Porto Acre	0	0,00	0,00	12.310,66
Total			118	5.982,60	113.669,40	624.871,79

ANEXO II

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
AL	270000	SES/AL	0	0,00	0,00	278.824,32
AL	270010	Água Branca	3	152,10	2.889,90	6.473,23
AL	270020	Anadia	3	152,10	2.889,90	5.155,36
AL	270030	Arapiraca	10	507,00	9.633,00	97.315,75
AL	270040	Atalaia	7	354,90	6.743,10	13.699,12
AL	270050	Barra de Santo Antônio	5	253,50	4.816,50	4.444,41
AL	270060	Barra de São Miguel	0	0,00	0,00	4.733,98
AL	270070	Batalha	5	253,50	4.816,50	4.053,93
AL	270080	Belém	2	101,40	1.926,60	1.195,26
AL	270090	Belo Monte	2	101,40	1.926,60	1.640,47
AL	270100	Boca da Mata	7	354,90	6.743,10	6.020,61
AL	270110	Branquinha	0	0,00	0,00	5.120,56
AL	270120	Cacimbinhas	0	0,00	0,00	4.916,66
AL	270130	Cajueiro	5	253,50	4.816,50	4.617,12
AL	270135	Campestre	2	101,40	1.926,60	1.586,80
AL	270140	Campo Alegre	7	354,90	6.743,10	16.938,09
AL	270150	Campo Grande	2	101,40	1.926,60	2.521,43
AL	270160	Canapi	2	101,40	1.926,60	6.342,43
AL	270170	Capela	4	202,80	3.853,20	3.948,38
AL	270180	Carneiros	2	101,40	1.926,60	2.164,40
AL	270190	Chã Preta	2	101,40	1.926,60	1.719,08
AL	270200	Coité do Nóia	2	101,40	1.926,60	3.312,86
AL	270210	Colônia Leopoldina	5	253,50	4.816,50	4.665,56
AL	270220	Coqueiro Seco	2	101,40	1.926,60	1.769,08
AL	270230	Coruripe	0	0,00	0,00	25.143,39
AL	270235	Craíbas	3	152,10	2.889,90	7.956,12
AL	270240	Delmiro Gouveia	1	50,70	963,30	21.665,48
AL	270250	Dois Riachos	2	101,40	1.926,60	3.177,02
AL	270255	Estrela de Alagoas	2	101,40	1.926,60	6.421,25
AL	270260	Feira Grande	3	152,10	2.889,90	7.259,87
AL	270270	Feliz Deserto	2	101,40	1.926,60	1.117,29
AL	270280	Flexeiras	3	152,10	2.889,90	2.874,78
AL	270290	Girau do Ponciano	5	253,50	4.816,50	12.805,79
AL	270300	Ibateguara	3	152,10	2.889,90	4.155,88
AL	270310	Igaci	3	152,10	2.889,90	8.792,48
AL	270320	Igreja Nova	3	152,10	2.889,90	7.991,65
AL	270330	Inhapi	3	152,10	2.889,90	5.571,46
AL	270340	Jacaré dos Homens	2	101,40	1.926,60	1.349,16
AL	270350	Jacuípe	2	101,40	1.926,60	1.644,60
AL	270360	Japaratinga	2	101,40	1.926,60	2.348,37
AL	270370	Jaramataia	2	101,40	1.926,60	1.393,68
AL	270375	Jequiá da Praia	2	101,40	1.926,60	3.567,86
AL	270380	Joaquim Gomes	4	202,80	3.853,20	6.729,94
AL	270390	Jundiá	2	101,40	1.926,60	1.032,31
AL	270400	Junqueiro	3	152,10	2.889,90	8.545,23
AL	270410	Lagoa da Canoa	3	152,10	2.889,90	5.566,06
AL	270420	Limoeiro de Anadia	3	152,10	2.889,90	9.701,73
AL	270430	Maceió	365	18.505,50	351.604,50	272.978,32
AL	270440	Major Isidoro	4	202,80	3.853,20	5.148,89
AL	270450	Maragogi	0	0,00	0,00	16.602,29
AL	270460	Maravilha	2	101,40	1.926,60	3.952,99
AL	270470	Marechal Deodoro	18	912,60	17.339,40	13.978,26
AL	270480	Maribondo	4	202,80	3.853,20	3.186,92
AL	270490	Mar Vermelho	0	0,00	0,00	2.079,71
AL	270500	Mata Grande	3	152,10	2.889,90	8.683,58
AL	270510	Matriz de Camaragibe	5	253,50	4.816,50	5.956,97
AL	270520	Messias	5	253,50	4.816,50	5.277,65
AL	270530	Minador do Negrão	2	101,40	1.926,60	1.294,33
AL	270540	Monteirópolis	2	101,40	1.926,60	1.699,66
AL	270550	Murici	0	0,00	0,00	12.139,69
AL	270560	Novo Lino	3	152,10	2.889,90	2.826,49
AL	270570	Olho d'Água das Flores	6	304,20	5.779,80	4.724,18
AL	270580	Olho d'Água do Casado	0	0,00	0,00	4.273,47
AL	270590	Olho d'Água Grande	2	101,40	1.926,60	1.253,45
AL	270600	Olivença	2	101,40	1.926,60	3.398,66
AL	270610	Ouro Branco	0	0,00	0,00	5.190,58
AL	270620	Palestina	2	101,40	1.926,60	1.225,53
AL	270630	Palmeira dos Índios	23	1.166,10	22.155,90	16.495,60
AL	270640	Pão de Açúcar	5	253,50	4.816,50	6.343,05
AL	270642	Pariconha	2	101,40	1.926,60	3.367,30
AL	270644	Paripueira	2	101,40	1.926,60	5.727,24
AL	270650	Passo de Camaragibe	1	50,70	963,30	5.964,31
AL	270660	Paulo Jacinto	2	101,40	1.926,60	1.775,76
AL	270670	Penedo	19	963,30	18.302,70	14.325,92
AL	270680	Piaçabuçu	4	202,80	3.853,20	4.328,27
AL	270690	Pilar	13	659,10	12.522,90	9.802,70
AL	270700	Pindoba	2	101,40	1.926,60	754,98
AL	270710	Piranhas	5	253,50	4.816,50	6.116,47
AL	270720	Poço das Trincheiras	2	101,40	1.926,60	4.827,40
AL	270730	Porto Calvo	0	0,00	0,00	11.782,45
AL	270740	Porto de Pedras	2	101,40	1.926,60	2.530,74
AL	270750	Porto Real do Colégio	3	152,10	2.889,90	6.350,67
AL	270760	Quebrangulo	2	101,40	1.926,60	3.409,52
AL	270770	Rio Largo	0	0,00	0,00	41.957,44
AL	270780	Roteiro	0	0,00	0,00	3.155,12
AL	270790	Santa Luzia do Norte	0	0,00	0,00	4.557,33
AL	270800	Santana do Ipanema	12	608,40	11.559,60	10.829,97
AL	270810	Santana do Mundaú	2	101,40	1.926,60	3.194,75
AL	270820	São Brás	2	101,40	1.926,60	1.640,83
AL	270830	São José da Laje	5	253,50	4.816,50	5.585,85
AL	270840	São José da Tapera	5	253,50	4.816,50	9.475,23
AL	270850	São Luís do Quitunde	6	304,20	5.779,80	9.024,43
AL	270860	São Miguel dos Campos	11	557,70	10.596,30	15.208,02
AL	270870	São Miguel dos Milagres	0	0,00	0,00	4.024,33
AL	270880	São Sebastião	4	202,80	3.853,20	11.315,71
AL	270890	Satuba	0	0,00	0,00	8.976,64
AL	270895	Senador Rui Palmeira	2	101,40	1.926,60	4.457,80
AL	270900	Tanque d'Arca	2	101,40	1.926,60	1.511,87
AL	270910	Taquarana	3	152,10	2.889,90	6.116,66
AL	270915	Teotônio Vilela	3	152,10	2.889,90	16.973,68
AL	270920	Traipu	2	101,40	1.926,60	10.476,07
AL	270930	União dos Palmares	16	811,20	15.412,80	14.262,22
AL	270940	Viçosa	6	304,20	5.779,80	5.732,94
Total			730	37.011,00	703.209,00	1.308.241,10

ANEXO III

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
AM	130000	SES/AM	0	0,00	0,00	675.869,24
AM	130002	Alvarães	0	0,00	0,00	20.221,50
AM	130006	Amaturá	2	101,40	1.926,60	5.771,47
AM	130008	Anamã	0	0,00	0,00	7.882,72
AM	130010	Anori	3	152,10	2.889,90	8.044,86
AM	130014	Apuí	6	304,20	5.779,80	20.000,26
AM	130020	Atalaia do Norte	0	0,00	0,00	24.476,37

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AM	130030	Autazes	0	0,00	0,00	31.963,88
AM	130040	Barcelos	0	0,00	0,00	35.464,84
AM	130050	Barreirinha	0	0,00	0,00	17.542,32
AM	130060	Benjamin Constant	0	0,00	0,00	22.381,25
AM	130063	Beruri	0	0,00	0,00	10.319,12
AM	130068	Boa Vista do Ramos	0	0,00	0,00	10.018,21
AM	130070	Boca do Acre	10	507,00	9.633,00	16.668,27
AM	130080	Borba	0	0,00	0,00	35.550,85
AM	130083	Caapiranga	2	101,40	1.926,60	5.727,63
AM	130090	Canutama	0	0,00	0,00	12.711,05
AM	130100	Carauari	0	0,00	0,00	16.057,13
AM	130110	Careiro	0	0,00	0,00	42.056,81
AM	130115	Careiro da Várzea	0	0,00	0,00	21.178,87
AM	130120	Coari	0	0,00	0,00	69.420,83
AM	130130	Codajás	0	0,00	0,00	15.242,22
AM	130140	Eirunepé	0	0,00	0,00	19.504,38
AM	130150	Envira	2	101,40	1.926,60	8.773,51
AM	130160	Fonte Boa	0	0,00	0,00	20.798,15
AM	130165	Guajará	0	0,00	0,00	9.038,34
AM	130170	Humaitá	14	709,80	13.486,20	50.441,94
AM	130180	Ipixuna	0	0,00	0,00	15.170,20
AM	130185	Iranduba	0	0,00	0,00	53.358,98
AM	130190	Itacoatiara	27	1.368,90	26.009,10	48.093,07
AM	130195	Itamarati	0	0,00	0,00	9.166,10
AM	130200	Itapiranga	0	0,00	0,00	7.521,16
AM	130210	Japurá	5	253,50	4.816,50	11.501,68
AM	130220	Juruá	0	0,00	0,00	9.419,43
AM	130230	Jutaí	0	0,00	0,00	23.209,48
AM	130240	Lábrea	0	0,00	0,00	25.556,70
AM	130250	Manacapuru	0	0,00	0,00	79.121,76
AM	130255	Manaquiri	0	0,00	0,00	16.080,27
AM	130260	Manaus	178	9.024,60	171.467,40	1.392.582,29
AM	130270	Manicoré	0	0,00	0,00	30.319,50
AM	130280	Maraã	1	50,70	963,30	10.068,59
AM	130290	Maués	0	0,00	0,00	34.172,74
AM	130300	Nhamundá	0	0,00	0,00	11.661,97
AM	130310	Nova Olinda do Norte	0	0,00	0,00	20.037,58
AM	130320	Novo Airão	4	202,80	3.853,20	13.605,64
AM	130330	Novo Aripuanã	0	0,00	0,00	18.693,68
AM	130340	Parintins	0	0,00	0,00	64.130,38
AM	130350	Pauini	0	0,00	0,00	14.775,32
AM	130353	Presidente Figueiredo	0	0,00	0,00	44.467,61
AM	130356	Rio Preto da Eva	0	0,00	0,00	44.474,79
AM	130360	Santa Isabel do Rio Negro	0	0,00	0,00	24.433,81
AM	130370	Santo Antônio do Içá	0	0,00	0,00	14.456,94
AM	130380	São Gabriel da Cachoeira	0	0,00	0,00	32.881,65
AM	130390	São Paulo de Olivença	7	354,90	6.743,10	14.025,75
AM	130395	São Sebastião do Uatumã	0	0,00	0,00	7.845,79
AM	130400	Silves	0	0,00	0,00	7.472,98
AM	130406	Tabatinga	0	0,00	0,00	34.666,45
AM	130410	Tapauá	0	0,00	0,00	19.441,44
AM	130420	Tefé	12	608,40	11.559,60	25.550,50
AM	130423	Tonantins	0	0,00	0,00	10.642,02
AM	130426	Uarini	0	0,00	0,00	7.564,15
AM	130430	Urucará	0	0,00	0,00	12.771,04
AM	130440	Urucurituba	0	0,00	0,00	11.977,36
Total			273	13.841,10	262.980,90	3.454.044,82

ANEXO IV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
AP	160000	SES/AP	0	0,00	0,00	81.202,62
AP	160005	Serra do Navio	3	152,10	2.889,90	9.801,95
AP	160010	Amapá	0	0,00	0,00	8.359,95
AP	160015	Pedra Branca do Amapari	0	0,00	0,00	27.066,81
AP	160020	Calçoene	5	253,50	4.816,50	8.681,23
AP	160021	Cutias	0	0,00	0,00	4.924,14
AP	160023	Ferreira Gomes	0	0,00	0,00	6.195,43
AP	160025	Itaubal	0	0,00	0,00	5.194,62
AP	160027	Laranjal do Jari	10	507,00	9.633,00	28.915,84
AP	160030	Macapá	123	6.236,10	118.485,90	206.746,68
AP	160040	Mazagão	0	0,00	0,00	32.757,14
AP	160050	Oiapoque	11	557,70	10.596,30	34.785,34
AP	160053	Porto Grande	2	101,40	1.926,60	22.253,95
AP	160055	Pracuúba	0	0,00	0,00	5.285,28
AP	160060	Santana	43	2.180,10	41.421,90	40.636,42
AP	160070	Tartarugalzinho	5	253,50	4.816,50	15.205,82
AP	160080	Vitória do Jari	0	0,00	0,00	9.184,96
Total			202	10.241,40	194.586,60	547.198,18

ANEXO V

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
BA	290000	SES/BA	0	0,00	0,00	1.636.412,36
BA	290010	Abaíra	1	50,70	963,30	3.273,07
BA	290020	Abaré	0	0,00	0,00	8.841,25
BA	290030	Acajutiba	0	0,00	0,00	7.181,16
BA	290035	Adustina	0	0,00	0,00	7.811,83
BA	290040	Água Fria	0	0,00	0,00	7.772,87
BA	290050	Érico Cardoso	0	0,00	0,00	5.274,95
BA	290060	Aiquara	2	101,40	1.926,60	1.181,77
BA	290070	Alagoinhas	56	2.839,20	53.944,80	35.190,83
BA	290080	Alcobaça	0	0,00	0,00	10.647,54
BA	290090	Almadina	2	101,40	1.926,60	1.449,94
BA	290100	Amargosa	10	507,00	9.633,00	8.606,81
BA	290110	Amélia Rodrigues	9	456,30	8.669,70	6.067,65
BA	290115	América Dourada	5	253,50	4.816,50	3.873,83
BA	290120	Anagé	0	0,00	0,00	11.086,24
BA	290130	Andaraí	3	152,10	2.889,90	3.865,01
BA	290135	Andorinha	0	0,00	0,00	6.845,66
BA	290140	Angical	2	101,40	1.926,60	4.839,31
BA	290150	Anguera	2	101,40	1.926,60	3.210,85
BA	290160	Antas	2	101,40	1.926,60	6.767,98
BA	290170	Antônio Cardoso	2	101,40	1.926,60	3.672,40
BA	290180	Antônio Gonçalves	2	101,40	1.926,60	3.611,44
BA	290190	Aporá	3	152,10	2.889,90	5.847,30
BA	290195	Apuarema	2	101,40	1.926,60	1.786,35
BA	290200	Aracatu	2	101,40	1.926,60	4.596,40
BA	290205	Araças	0	0,00	0,00	5.684,25
BA	290210	Araci	9	456,30	8.669,70	17.007,50
BA	290220	Aramari	0	0,00	0,00	5.150,29
BA	290225	Arataca	0	0,00	0,00	5.418,41
BA	290230	Aratuípe	0	0,00	0,00	4.191,91
BA	290240	Aurelino Leal	4	202,80	3.853,20	3.099,48
BA	290250	Baianópolis	0	0,00	0,00	6.474,41
BA	290260	Baixa Grande	3	152,10	2.889,90	6.820,35
BA	290265	Banzaê	2	101,40	1.926,60	3.830,06
BA	290270	Barra	0	0,00	0,00	24.651,91
BA	290280	Barra da Estiva	4	202,80	3.853,20	6.489,55
BA	290290	Barra do Choça	0	0,00	0,00	16.301,54
BA	290300	Barra do Mendes	0	0,00	0,00	6.730,16
BA	290310	Barra do Rocha	0	0,00	0,00	2.987,41
BA	290320	Barreiras	51	2.585,70	49.128,30	34.881,00
BA	290323	Barro Alto	3	152,10	2.889,90	4.090,51
BA	290327	Barrocas	2	101,40	1.926,60	5.234,40
BA	290330	Barro Preto	2	101,40	1.926,60	1.550,77
BA	290340	Belmonte	3	152,10	2.889,90	7.935,93
BA	290350	Belo Campo	4	202,80	3.853,20	4.643,84
BA	290360	Biritinga	0	0,00	0,00	7.227,45
BA	290370	Boa Nova	2	101,40	1.926,60	5.013,02
BA	290380	Boa Vista do Tupim	0	0,00	0,00	8.657,00
BA	290390	Bom Jesus da Lapa	17	861,90	16.376,10	15.794,63
BA	290395	Bom Jesus da Serra	0	0,00	0,00	4.878,50
BA	290400	Boninal	0	0,00	0,00	6.756,75
BA	290405	Bonito	2	101,40	1.926,60	5.741,31
BA	290410	Boquira	0	0,00	0,00	10.270,79
BA	290420	Botuporã	2	101,40	1.926,60	3.189,31
BA	290430	Brejões	0	0,00	0,00	6.996,45
BA	290440	Brejolândia	2	101,40	1.926,60	3.266,89
BA	290450	Brotas de Macaúbas	0	0,00	0,00	5.179,62
BA	290460	Brumado	20	1.014,00	19.266,00	15.817,54
BA	290470	Buerarema	0	0,00	0,00	9.064,04
BA	290475	Buritirama	3	152,10	2.889,90	6.926,68
BA	290480	Caatiba	0	0,00	0,00	4.962,83
BA	290485	Cabaceiras do Paraguaçu	2	101,40	1.926,60	6.712,98
BA	290490	Cachoeira	6	304,20	5.779,80	9.984,11
BA	290500	Caculé	0	0,00	0,00	10.721,33
BA	290510	Caém	2	101,40	1.926,60	2.853,35
BA	290515	Caetanos	2	101,40	1.926,60	5.366,85
BA	290520	Caetité	0	0,00	0,00	23.995,12
BA	290530	Cafarnaum	5	253,50	4.816,50	4.261,35
BA	290540	Cairu	0	0,00	0,00	8.001,12
BA	290550	Caldeirão Grande	2	101,40	1.926,60	4.340,08
BA	290560	Camacan	9	456,30	8.669,70	7.593,44
BA	290570	Camaçari	6	304,20	5.779,80	123.201,15
BA	290580	Camamu	5	253,50	4.816,50	12.236,70
BA	290590	Campo Alegre de Lourdes	4	202,80	3.853,20	9.840,42
BA	290600	Campo Formoso	0	0,00	0,00	32.954,16
BA	290610	Canápolis	2	101,40	1.926,60	3.089,87
BA	290620	Canarana	5	253,50	4.816,50	7.191,83
BA	290630	Canavieiras	10	507,00	9.633,00	8.136,59
BA	290640	Candeal	0	0,00	0,00	4.190,54
BA	290650	Candeias	35	1.774,50	33.715,50	20.491,85
BA	290660	Candiba	3	152,10	2.889,90	3.801,30
BA	290670	Cândido Sales	9	456,30	8.669,70	6.200,56
BA	290680	Cansanção	4	202,80	3.853,20	12.250,34
BA	290682	Canudos	0	0,00	0,00	7.823,75
BA	290685	Capela do Alto Alegre	2	101,40	1.926,60	3.727,16
BA	290687	Capim Grosso	10	507,00	9.633,00	6.670,35
BA	290689	Caraíbas	0	0,00	0,00	4.717,16
BA	290690	Caravelas	4	202,80	3.853,20	6.432,71
BA	290700	Cardeal da Silva	2	101,40	1.926,60	2.510,52
BA	290710	Carinhanha	5	253,50	4.816,50	8.871,16
BA	290720	Casa Nova	0	0,00	0,00	32.772,66
BA	290730	Castro Alves	7	354,90	6.743,10	6.231,96
BA	290740	Catolândia	2	101,40	1.926,60	967,73
BA	290750	Catu	17	861,90	16.376,10	12.691,25
BA	290755	Caturama	0	0,00	0,00	4.474,25
BA	290760	Central	4	202,80	3.853,20	4.443,09
BA	290770	Chorrochó	2	101,40	1.926,60	3.336,90
BA	290780	Cícero Dantas	7	354,90	6.743,10	9.087,73
BA	290790	Cipó	5	253,50	4.816,50	3.881,63
BA	290800	Coaraci	8	405,60	7.706,40	4.808,99
BA	290810	Cocos	4	202,80	3.853,20	5.010,96
BA	290820	Conceição da Feira	5	253,50	4.816,50	5.472,16
BA	290830	Conceição do Almeida	3	152,10	2.889,90	5.655,26
BA	290840	Conceição do Coité	17	861,90	16.376,10	15.503,35
BA	290850	Conceição do Jacuípe	9	456,30	8.669,70	7.577,63
BA	290860	Conde	5	253,50	4.816,50	7.082,29
BA	290870	Condeúba	3	152,10	2.889,90	5.524,64
BA	290880	Contendas do Sincorá	2	101,40	1.926,60	1.057,15
BA	290890	Coração de Maria	4	202,80	3.853,20	6.832,38
BA	290900	Cordeiros	0	0,00	0,00	4.031,04
BA	290910	Coribe	0	0,00	0,00	6.886,00
BA	290920	Coronel João Sá	3	152,10	2.889,90	5.151,78
BA	290930	Correntina	6	304,20	5.779,80	9.383,70
BA	290940	Cotegipe	0	0,00	0,00	6.598,16
BA	290950	Cravolândia	2	101,40	1.926,60	1.312,70
BA	290960	Crisópolis	4	202,80	3.853,20	6.014,25
BA	290970	Cristópolis	2	101,40	1.926,60	4.603,27
BA	290980	Cruz das Almas	23	1.166,10	22.155,90	14.611,90
BA	290990	Curaçá	6	304,20	5.779,80	10.249,95
BA	291000	Dário Meira	2	101,40	1.926,60	3.903,85
BA	291005	Dias d'Ávila	0	0,00	0,00	35.119,33
BA	291010	Dom Basílio	0	0,00	0,00	5.702,12
BA	291020	Dom Macedo Costa	2	101,40	1.926,60	948,75

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BA	291030	Elísio Medrado	0	0,00	0,00	3.861,91
BA	291040	Encruzilhada	0	0,00	0,00	10.302,41
BA	291050	Entre Rios	10	507,00	9.633,00	9.996,50
BA	291060	Esplanada	0	0,00	0,00	16.655,37
BA	291070	Euclides da Cunha	12	608,40	11.559,60	16.367,56
BA	291072	Eunápolis	34	1.723,80	32.752,20	25.674,00
BA	291075	Fátima	3	152,10	2.889,90	5.790,15
BA	291077	Feira da Mata	0	0,00	0,00	2.832,56
BA	291080	Feira de Santana	226	11.458,20	217.705,80	140.250,00
BA	291085	Filadélfia	3	152,10	2.889,90	5.178,14
BA	291090	Firmino Alves	1	50,70	963,30	1.679,45
BA	291100	Floresta Azul	3	152,10	2.889,90	2.610,67
BA	291110	Formosa do Rio Preto	5	253,50	4.816,50	6.675,75
BA	291120	Gandu	10	507,00	9.633,00	7.584,73
BA	291125	Gavião	2	101,40	1.926,60	1.087,85
BA	291130	Gentio do Ouro	2	101,40	1.926,60	3.419,46
BA	291140	Glória	2	101,40	1.926,60	5.424,60
BA	291150	Gongogi	0	0,00	0,00	3.815,62
BA	291160	Governador Mangabeira	0	0,00	0,00	9.715,75
BA	291165	Guajeru	2	101,40	1.926,60	2.517,93
BA	291170	Guanambi	25	1.267,50	24.082,50	19.533,48
BA	291180	Guaratinga	4	202,80	3.853,20	6.497,34
BA	291185	Heliópolis	2	101,40	1.926,60	4.550,43
BA	291190	Iaçu	9	456,30	8.669,70	6.270,63
BA	291200	Ibiassucê	2	101,40	1.926,60	3.053,65
BA	291210	Ibicaraí	7	354,90	6.743,10	5.636,35
BA	291220	Ibicoara	4	202,80	3.853,20	4.996,75
BA	291230	Ibicuí	5	253,50	4.816,50	3.813,33
BA	291240	Ibipeba	5	253,50	4.816,50	4.248,75
BA	291250	Ibipitanga	0	0,00	0,00	6.980,87
BA	291260	Ibiquera	0	0,00	0,00	2.364,08
BA	291270	Ibirapitanga	0	0,00	0,00	11.054,08
BA	291280	Ibirapuã	2	101,40	1.926,60	2.047,60
BA	291290	Ibirataia	7	354,90	6.743,10	5.291,03
BA	291300	Ibitiara	2	101,40	1.926,60	5.703,27
BA	291310	Ibititá	4	202,80	3.853,20	4.741,46
BA	291320	Ibotirama	9	456,30	8.669,70	6.280,31
BA	291330	Ichu	0	0,00	0,00	2.882,00
BA	291340	Igaporã	3	152,10	2.889,90	4.531,89
BA	291345	Igrapiúna	2	101,40	1.926,60	4.723,35
BA	291350	Iguaí	5	253,50	4.816,50	8.289,63
BA	291360	Ilhéus	55	2.788,50	52.981,50	46.160,59
BA	291370	Inhambupe	0	0,00	0,00	18.535,45
BA	291380	Ipecaetá	2	101,40	1.926,60	5.293,52
BA	291390	Ipiaú	15	760,50	14.449,50	10.859,75
BA	291400	Ipirá	14	709,80	13.486,20	15.046,42
BA	291410	Ipupiara	2	101,40	1.926,60	2.681,48
BA	291420	Irajuba	1	50,70	963,30	2.460,90
BA	291430	Iramaia	0	0,00	0,00	6.428,88
BA	291440	Iraquara	3	152,10	2.889,90	8.514,35
BA	291450	Irará	4	202,80	3.853,20	9.791,38
BA	291460	Irecê	26	1.318,20	25.045,80	16.667,29
BA	291465	Itabela	8	405,60	7.706,40	7.070,25
BA	291470	Itaberaba	22	1.115,40	21.192,60	15.139,90
BA	291480	Itabuna	68	3.447,60	65.504,40	50.170,31
BA	291490	Itacaré	5	253,50	4.816,50	7.649,25
BA	291500	Itaeté	2	101,40	1.926,60	5.576,31
BA	291510	Itagi	4	202,80	3.853,20	3.104,77
BA	291520	Itagibá	0	0,00	0,00	7.285,76
BA	291530	Itagimirim	1	50,70	963,30	2.437,53
BA	291535	Itaguaçu da Bahia	1	50,70	963,30	5.697,65
BA	291540	Itaju do Colônia	0	0,00	0,00	3.440,70
BA	291550	Itajuípe	6	304,20	5.779,80	5.015,08
BA	291560	Itamaraju	19	963,30	18.302,70	15.397,94
BA	291570	Itamari	0	0,00	0,00	3.992,62
BA	291580	Itambé	7	354,90	6.743,10	8.785,52
BA	291590	Itanagra	2	101,40	1.926,60	1.839,98
BA	291600	Itanhém	0	0,00	0,00	9.503,54
BA	291610	Itaparica	8	405,60	7.706,40	5.532,76
BA	291620	Itapé	0	0,00	0,00	4.895,91
BA	291630	Itapebi	3	152,10	2.889,90	2.636,71
BA	291640	Itapetinga	24	1.216,80	23.119,20	17.288,33
BA	291650	Itapicuru	3	152,10	2.889,90	13.441,43
BA	291660	Itapitanga	3	152,10	2.889,90	2.474,77
BA	291670	Itaquara	2	101,40	1.926,60	1.960,06
BA	291680	Itarantim	6	304,20	5.779,80	4.576,00
BA	291685	Itatim	5	253,50	4.816,50	3.439,98
BA	291690	Itiruçu	4	202,80	3.853,20	3.721,07
BA	291700	Itiúba	4	202,80	3.853,20	13.752,75
BA	291710	Itororó	7	354,90	6.743,10	4.845,27
BA	291720	Ituaçu	3	152,10	2.889,90	5.960,97
BA	291730	Ituberá	7	354,90	6.743,10	6.630,71
BA	291733	Iuiú	2	101,40	1.926,60	3.289,93
BA	291735	Jaborandi	2	101,40	1.926,60	2.389,52
BA	291740	Jacaraci	2	101,40	1.926,60	5.122,56
BA	291750	Jacobina	26	1.318,20	25.045,80	19.382,23
BA	291760	Jaguaquara	14	709,80	13.486,20	12.633,27
BA	291770	Jaguarari	7	354,90	6.743,10	8.367,69
BA	291780	Jaguaripe	0	0,00	0,00	8.448,00
BA	291790	Jandaíra	0	0,00	0,00	5.055,87
BA	291800	Jequié	64	3.244,80	61.651,20	36.985,44
BA	291810	Jeremoabo	0	0,00	0,00	18.723,37
BA	291820	Jiquiriçá	0	0,00	0,00	6.871,79
BA	291830	Jitaúna	1	50,70	963,30	6.068,19
BA	291835	João Dourado	6	304,20	5.779,80	5.704,88
BA	291840	Juazeiro	67	3.396,90	64.541,10	55.222,36
BA	291845	Jucuruçu	2	101,40	1.926,60	2.841,44
BA	291850	Jussara	0	0,00	0,00	7.263,66
BA	291855	Jussari	2	101,40	1.926,60	1.487,98
BA	291860	Jussiape	2	101,40	1.926,60	1.773,98
BA	291870	Lafaiete Coutinho	1	50,70	963,30	927,21
BA	291875	Lagoa Real	2	101,40	1.926,60	5.258,23
BA	291880	Laje	0	0,00	0,00	11.094,87
BA	291890	Lajedão	1	50,70	963,30	915,98
BA	291900	Lajedinho	2	101,40	1.926,60	980,28
BA	291905	Lajedo do Tabocal	1	50,70	963,30	3.091,57
BA	291910	Lamarão	2	101,40	1.926,60	3.734,06
BA	291915	Lapão	5	253,50	4.816,50	7.756,50
BA	291920	Lauro de Freitas	71	3.599,70	68.394,30	43.086,31
BA	291930	Lençóis	4	202,80	3.853,20	2.598,75
BA	291940	Licínio de Almeida	2	101,40	1.926,60	4.015,69
BA	291950	Livramento de Nossa Senhora	0	0,00	0,00	20.921,54
BA	291955	Luís Eduardo Magalhães	20	1.014,00	19.266,00	17.512,92
BA	291960	Macajuba	1	50,70	963,30	4.461,53
BA	291970	Macarani	5	253,50	4.816,50	4.264,33
BA	291980	Macaúbas	0	0,00	0,00	22.852,95
BA	291990	Macururé	2	101,40	1.926,60	1.931,19
BA	291992	Madre de Deus	6	304,20	5.779,80	4.579,90
BA	291995	Maetinga	2	101,40	1.926,60	1.645,79
BA	292000	Maiquinique	3	152,10	2.889,90	2.286,17
BA	292010	Mairi	5	253,50	4.816,50	4.627,79
BA	292020	Malhada	2	101,40	1.926,60	6.055,73
BA	292030	Malhada de Pedras	0	0,00	0,00	4.098,41
BA	292040	Manoel Vitorino	0	0,00	0,00	6.699,91
BA	292045	Mansidão	2	101,40	1.926,60	4.330,56
BA	292050	Maracás	8	405,60	7.706,40	7.576,71
BA	292060	Maragogipe	11	557,70	10.596,30	10.525,17
BA	292070	Marau	3	152,10	2.889,90	6.780,01
BA	292080	Marcionílio Souza	0	0,00	0,00	5.053,58
BA	292090	Mascote	1	50,70	963,30	6.431,35
BA	292100	Mata de São João	0	0,00	0,00	20.713,91
BA	292105	Matina	1	50,70	963,30	5.047,06
BA	292110	Medeiros Neto	7	354,90	6.743,10	5.367,08
BA	292120	Miguel Calmon	8	405,60	7.706,40	6.331,19
BA	292130	Milagres	0	0,00	0,00	5.764,10
BA	292140	Mirangaba	3	152,10	2.889,90	5.670,17
BA	292145	Mirante	2	101,40	1.926,60	2.780,48
BA	292150	Monte Santo	4	202,80	3.853,20	21.301,96
BA	292160	Morpará	2	101,40	1.926,60	2.192,44
BA	292170	Morro do Chapéu	9	456,30	8.669,70	8.553,88
BA	292180	Mortugaba	2	101,40	1.926,60	4.594,28
BA	292190	Mucugê	2	101,40	1.926,60	4.472,63
BA	292200	Mucuri	10	507,00	9.633,00	9.284,46
BA	292205	Mulungu do Morro	1	50,70	963,30	5.154,38
BA	292210	Mundo Novo	5	253,50	4.816,50	7.528,70
BA	292220	Muniz Ferreira	0	0,00	0,00	3.602,50
BA	292225	Muquém de São Francisco	0	0,00	0,00	5.294,66
BA	292230	Muritiba	8	405,60	7.706,40	7.033,35
BA	292240	Mutuípe	4	202,80	3.853,20	6.655,46
BA	292250	Nazaré	9	456,30	8.669,70	6.713,90
BA	292260	Nilo Peçanha	1	50,70	963,30	5.507,90
BA	292265	Nordestina	2	101,40	1.926,60	4.155,48
BA	292270	Nova Canaã	3	152,10	2.889,90	6.115,70
BA	292273	Nova Fátima	3	152,10	2.889,90	1.857,40
BA	292275	Nova Ibiá	2	101,40	1.926,60	1.618,60
BA	292280	Nova Itarana	2	101,40	1.926,60	1.877,33
BA	292285	Nova Redenção	2	101,40	1.926,60	2.645,66
BA	292290	Nova Soure	0	0,00	0,00	11.968,30
BA	292300	Nova Viçosa	0	0,00	0,00	19.595,58
BA	292303	Novo Horizonte	0	0,00	0,00	5.538,95
BA	292305	Novo Triunfo	2	101,40	1.926,60	5.392,52
BA	292310	Olindina	6	304,20	5.779,80	6.467,78
BA	292320	Oliveira dos Brejinhos	3	152,10	2.889,90	7.539,93
BA	292330	Ouriçangas	2	101,40	1.926,60	2.116,81
BA	292335	Ourolândia	3	152,10	2.889,90	5.218,47
BA	292340	Palmas de Monte Alto	4	202,80	3.853,20	6.385,96
BA	292350	Palmeiras	3	152,10	2.889,90	2.090,46
BA	292360	Paramirim	4	202,80	3.853,20	6.212,25
BA	292370	Paratinga	4	202,80	3.853,20	11.020,63
BA	292380	Paripiranga	4	202,80	3.853,20	9.790,92
BA	292390	Pau Brasil	3	152,10	2.889,90	2.745,30
BA	292400	Paulo Afonso	0	0,00	0,00	54.231,37
BA	292405	Pé de Serra	0	0,00	0,00	6.635,75
BA	292410	Pedrão	2	101,40	1.926,60	1.721,27
BA	292420	Pedro Alexandre	2	101,40	1.926,60	6.366,48
BA	292430	Piatã	0	0,00	0,00	8.517,66
BA	292440	Pilão Arcado	4	202,80	3.853,20	12.305,34
BA	292450	Pindaí	2	101,40	1.926,60	5.754,15
BA	292460	Pindobaçu	4	202,80	3.853,20	5.823,59
BA	292465	Pintadas	2	101,40	1.926,60	3.022,48
BA	292467	Piraí do Norte	2	101,40	1.926,60	2.846,94
BA	292470	Piripá	2	101,40	1.926,60	3.884,15
BA	292480	Piritiba	0	0,00	0,00	12.001,83
BA	292490	Planaltino	2	101,40	1.926,60	2.434,90
BA	292500	Planalto	0	0,00	0,00	12.116,50
BA	292510	Poções	16	811,20	15.412,80	11.150,10
BA	292520	Pojuca	11	557,70	10.596,30	8.493,15
BA	292525	Ponto Novo	3	152,10	2.889,90	4.590,55
BA	292530	Porto Seguro	45	2.281,50	43.348,50	32.835,46
BA	292540	Potiraguá	1	50,70	963,30	3.424,78
BA	292550	Prado	6	304,20	5.779,80	7.584,28
BA	292560	Presidente Dutra	4	202,80	3.853,20	3.362,33
BA	292570	Presidente Jânio Quadros	2	101,40	1.926,60	4.278,33
BA	292575	Presidente Tancredo Neves	4	202,80	3.853,20	8.607,50
BA	292580	Queimadas	6	304,20	5.779,80	6.922,45
BA	292590	Quijingue	3	152,10	2.889,90	10.442,10
BA	292593	Quixabeira	0	0,00	0,00	4.603,95
BA	292595	Rafael Jambeiro	3	152,10	2.889,90	8.249,89
BA	292600	Remanso	10	507,00	9.633,00	9.642,66
BA	292610	Retirolândia	3	152,10	2.889,90	3.164,22
BA	292620	Riachão das Neves	0	0,00	0,00	10.650,29
BA	292630	Riachão do Jacuípe	0	0,00	0,00	16.189,25
BA	292640	Riacho de Santana	0	0,00	0,00	16.417,04
BA	292650	Ribeira do Amparo	2	101,40	1.926,60	5.053,35
BA	292660	Ribeira do Pombal	14	709,80	13.486,20	11.693,46
BA	292665	Ribeirão do Largo	2	101,40	1.926,60	4.190,31
BA	292670	Rio de Contas	2	101,40	1.926,60	4.331,02
BA	292680	Rio do Antônio	2	101,40	1.926,60	5.191,31
BA	292690	Rio do Pires	0	0,00	0,00	5.527,50
BA	292700	Rio Real	11	557,70	10.596,30	9.284,69
BA	292710	Rodelas	2	101,40	1.926,60	2.089,77
BA	292720	Ruy Barbosa	0	0,00	0,00	14.574,54
BA	292730	Salinas da Margarida	0	0,00	0,00	6.953,37
BA	292740	Salvador	1.020	51.714,00	982.566,00	665.254,10

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BA	292750	Santa Bárbara	4	202,80	3.853,20	5.604,50
BA	292760	Santa Brígida	3	152,10	2.889,90	4.159,72
BA	292770	Santa Cruz Cabrália	0	0,00	0,00	12.853,95
BA	292780	Santa Cruz da Vitória	2	101,40	1.926,60	1.560,17
BA	292790	Santa Inês	4	202,80	3.853,20	2.563,46
BA	292800	Santaluz	0	0,00	0,00	16.816,25
BA	292805	Santa Luzia	3	152,10	2.889,90	3.971,33
BA	292810	Santa Maria da Vitória	11	557,70	10.596,30	9.584,67
BA	292820	Santana	6	304,20	5.779,80	6.655,70
BA	292830	Santanópolis	2	101,40	1.926,60	2.384,94
BA	292840	Santa Rita de Cássia	5	253,50	4.816,50	8.311,08
BA	292850	Santa Teresinha	0	0,00	0,00	4.818,91
BA	292860	Santo Amaro	0	0,00	0,00	28.214,54
BA	292870	Santo Antônio de Jesus	37	1.875,90	35.642,10	23.042,71
BA	292880	Santo Estêvão	12	608,40	11.559,60	12.596,40
BA	292890	São Desidério	3	152,10	2.889,90	11.812,51
BA	292895	São Domingos	2	101,40	1.926,60	2.587,52
BA	292900	São Félix	4	202,80	3.853,20	3.604,00
BA	292905	São Félix do Coribe	5	253,50	4.816,50	3.563,08
BA	292910	São Felipe	4	202,80	3.853,20	6.022,96
BA	292920	São Francisco do Conde	0	0,00	0,00	17.800,75
BA	292925	São Gabriel	4	202,80	3.853,20	5.093,00
BA	292930	São Gonçalo dos Campos	6	304,20	5.779,80	11.229,40
BA	292935	São José da Vitória	2	101,40	1.926,60	1.447,24
BA	292937	São José do Jacuípe	0	0,00	0,00	5.042,58
BA	292940	São Miguel das Matas	0	0,00	0,00	5.483,04
BA	292950	São Sebastião do Passé	13	659,10	12.522,90	10.379,42
BA	292960	Sapeaçu	3	152,10	2.889,90	5.190,51
BA	292970	Sátiro Dias	0	0,00	0,00	9.285,37
BA	292975	Saubara	5	253,50	4.816,50	2.786,90
BA	292980	Saúde	2	101,40	1.926,60	3.891,02
BA	292990	Seabra	0	0,00	0,00	20.624,54
BA	293000	Sebastião Laranjeiras	2	101,40	1.926,60	3.314,44
BA	293010	Senhor do Bonfim	26	1.318,20	25.045,80	18.518,96
BA	293015	Serra do Ramalho	3	152,10	2.889,90	12.250,68
BA	293020	Sento Sé	0	0,00	0,00	18.838,41
BA	293030	Serra Dourada	3	152,10	2.889,90	5.574,14
BA	293040	Serra Preta	3	152,10	2.889,90	4.293,10
BA	293050	Serrinha	18	912,60	17.339,40	20.579,89
BA	293060	Serrolândia	3	152,10	2.889,90	3.209,60
BA	293070	Simões Filho	0	0,00	0,00	60.330,41
BA	293075	Sítio do Mato	3	152,10	2.889,90	3.185,76
BA	293076	Sítio do Quinto	2	101,40	1.926,60	4.026,53
BA	293077	Sobradinho	3	152,10	2.889,90	7.885,97
BA	293080	Souto Soares	3	152,10	2.889,90	5.850,03
BA	293090	Tabocas do Brejo Velho	2	101,40	1.926,60	4.062,90
BA	293100	Tanhaçu	4	202,80	3.853,20	5.892,80
BA	293105	Tanque Novo	3	152,10	2.889,90	5.177,22
BA	293110	Tanquinho	0	0,00	0,00	3.910,50
BA	293120	Taperoá	3	152,10	2.889,90	6.682,85
BA	293130	Tapiramutá	0	0,00	0,00	7.980,95
BA	293135	Teixeira de Freitas	52	2.636,40	50.091,60	35.671,85
BA	293140	Teodoro Sampaio	3	152,10	2.889,90	1.861,98
BA	293150	Teofilândia	3	152,10	2.889,90	7.626,10
BA	293160	Teolândia	2	101,40	1.926,60	4.984,60
BA	293170	Terra Nova	5	253,50	4.816,50	3.102,23
BA	293180	Tremedal	2	101,40	1.926,60	6.580,06
BA	293190	Tucano	10	507,00	9.633,00	16.093,70
BA	293200	Uauá	4	202,80	3.853,20	7.730,71
BA	293210	Ubaíra	0	0,00	0,00	10.036,12
BA	293220	Ubaitaba	5	253,50	4.816,50	4.892,37
BA	293230	Ubatã	8	405,60	7.706,40	6.259,00
BA	293240	Uibaí	4	202,80	3.853,20	3.313,75
BA	293245	Umburanas	2	101,40	1.926,60	6.713,44
BA	293250	Uma	6	304,20	5.779,80	5.269,00
BA	293260	Urandi	2	101,40	1.926,60	5.988,81
BA	293270	Uruçuca	0	0,00	0,00	10.868,06
BA	293280	Utinga	5	253,50	4.816,50	4.560,26
BA	293290	Valença	30	1.521,00	28.899,00	22.116,19
BA	293300	Valente	0	0,00	0,00	12.624,79
BA	293305	Várzea da Roça	3	152,10	2.889,90	3.849,48
BA	293310	Várzea do Poço	2	101,40	1.926,60	2.365,23
BA	293315	Várzea Nova	3	152,10	2.889,90	3.419,20
BA	293317	Varzedo	0	0,00	0,00	4.330,79
BA	293320	Vera Cruz	14	709,80	13.486,20	10.238,59
BA	293325	Vereda	0	0,00	0,00	3.112,85
BA	293330	Vitória da Conquista	112	5.678,40	107.889,60	77.962,27
BA	293340	Wagner	2	101,40	1.926,60	2.528,40
BA	293345	Wanderley	0	0,00	0,00	5.999,12
BA	293350	Wenceslau Guimarães	3	152,10	2.889,90	8.001,81
BA	293360	Xique-Xique	13	659,10	12.522,90	11.048,13
Total			3.487	176.790,90	3.359.027,10	6.034.118,19

ANEXO VI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
CE	230000	SES/CE	0	0,00	0,00	770.224,46
CE	230010	Abaiara	2	101,40	1.926,60	2.993,76
CE	230015	Acarape	3	152,10	2.889,90	4.225,99
CE	230020	Acaraú	11	557,70	10.596,30	16.053,46
CE	230030	Acopiara	12	608,40	11.559,60	11.843,56
CE	230040	Aiuaba	0	0,00	0,00	7.431,71
CE	230050	Alcântaras	2	101,40	1.926,60	3.034,91
CE	230060	Altaneira	2	101,40	1.926,60	1.603,21
CE	230070	Alto Santo	0	0,00	0,00	7.412,16
CE	230075	Amontada	5	253,50	4.816,50	13.740,31
CE	230080	Antonina do Norte	0	0,00	0,00	3.198,86
CE	230090	Apuiarés	2	101,40	1.926,60	4.483,86
CE	230100	Aquiraz	29	1.470,30	27.935,70	21.038,72
CE	230110	Aracati	16	811,20	15.412,80	16.297,34
CE	230120	Aracoiaba	6	304,20	5.779,80	5.806,77
CE	230125	Ararendá	2	101,40	1.926,60	2.863,29
CE	230130	Araripe	6	304,20	5.779,80	4.717,38
CE	230140	Aratuba	2	101,40	1.926,60	3.256,18
CE	230150	Arneiroz	0	0,00	0,00	3.439,12
CE	230160	Assaré	6	304,20	5.779,80	5.064,96
CE	230170	Aurora	5	253,50	4.816,50	6.134,17
CE	230180	Baixio	2	101,40	1.926,60	1.376,18
CE	230185	Banabuiú	0	0,00	0,00	7.876,61
CE	230190	Barbalha	16	811,20	15.412,80	12.814,03
CE	230195	Barreira	4	202,80	3.853,20	5.186,13
CE	230200	Barro	6	304,20	5.779,80	4.891,63
CE	230205	Barroquinha	4	202,80	3.853,20	3.260,74
CE	230210	Baturité	10	507,00	9.633,00	7.739,14
CE	230220	Beberibe	10	507,00	9.633,00	13.039,67
CE	230230	Bela Cruz	5	253,50	4.816,50	9.269,81
CE	230240	Boa Viagem	2	101,40	1.926,60	21.954,39
CE	230250	Brejo Santo	12	608,40	11.559,60	10.407,03
CE	230260	Camocim	18	912,60	17.339,40	13.726,99
CE	230270	Campos Sales	9	456,30	8.669,70	5.980,73
CE	230280	Canindé	19	963,30	18.302,70	17.001,91
CE	230290	Capistrano	2	101,40	1.926,60	5.828,85
CE	230300	Caridade	3	152,10	2.889,90	6.614,23
CE	230310	Cariré	3	152,10	2.889,90	5.356,97
CE	230320	Caririaçu	0	0,00	0,00	11.917,89
CE	230330	Cariús	4	202,80	3.853,20	4.454,16
CE	230340	Carnaubal	3	152,10	2.889,90	4.800,63
CE	230350	Cascavel	25	1.267,50	24.082,50	15.193,18
CE	230360	Catarina	4	202,80	3.853,20	4.760,09
CE	230365	Catunda	2	101,40	1.926,60	2.641,13
CE	230370	Caucaia	111	5.627,70	106.926,30	95.370,37
CE	230380	Cedro	7	354,90	6.743,10	5.535,97
CE	230390	Chaval	4	202,80	3.853,20	2.833,28
CE	230393	Choró	2	101,40	1.926,60	3.964,69
CE	230395	Chorozinho	4	202,80	3.853,20	6.632,34
CE	230400	Coreaú	6	304,20	5.779,80	5.028,71
CE	230410	Crateús	23	1.166,10	22.155,90	16.440,59
CE	230420	Crato	42	2.129,40	40.458,60	28.021,71
CE	230423	Croatá	4	202,80	3.853,20	3.991,82
CE	230425	Cruz	3	152,10	2.889,90	7.510,67
CE	230426	Deputado Irapuan Pinheiro	2	101,40	1.926,60	2.247,08
CE	230427	Ererê	2	101,40	1.926,60	1.555,07
CE	230428	Eusébio	20	1.014,00	19.266,00	13.756,38
CE	230430	Farias Brito	4	202,80	3.853,20	4.612,47
CE	230435	Forquilha	0	0,00	0,00	10.301,50
CE	230440	Fortaleza	911	46.187,70	877.566,30	699.046,11
CE	230445	Fortim	4	202,80	3.853,20	3.450,87
CE	230450	Frecheirinha	3	152,10	2.889,90	3.075,75
CE	230460	General Sampaio	2	101,40	1.926,60	1.477,42
CE	230465	Graça	3	152,10	2.889,90	3.941,34
CE	230470	Granja	11	557,70	10.596,30	13.287,31
CE	230480	Granjeiro	2	101,40	1.926,60	1.017,63
CE	230490	Groaíras	3	152,10	2.889,90	2.367,18
CE	230495	Guaiúba	8	405,60	7.706,40	6.995,58
CE	230500	Guaraciaba do Norte	7	354,90	6.743,10	10.762,04
CE	230510	Guaramiranga	2	101,40	1.926,60	901,46
CE	230520	Hidrolândia	4	202,80	3.853,20	5.031,56
CE	230523	Horizonte	22	1.115,40	21.192,60	16.909,95
CE	230526	Ibaretama	2	101,40	1.926,60	3.918,72
CE	230530	Ibiapina	5	253,50	4.816,50	6.248,11
CE	230533	Ibicuitinga	2	101,40	1.926,60	3.362,65
CE	230535	Icapuí	3	152,10	2.889,90	5.562,74
CE	230540	Icó	13	659,10	12.522,90	17.151,20
CE	230550	Iguatu	34	1.723,80	32.752,20	22.067,01
CE	230560	Independência	5	253,50	4.816,50	6.713,06
CE	230565	Ipaporanga	2	101,40	1.926,60	3.167,04
CE	230570	Ipaumirim	3	152,10	2.889,90	2.724,23
CE	230580	Ipu	11	557,70	10.596,30	9.147,76
CE	230590	Ipueiras	9	456,30	8.669,70	8.519,94
CE	230600	Iracema	4	202,80	3.853,20	3.120,91
CE	230610	Irauçuba	6	304,20	5.779,80	5.195,80
CE	230620	Itaiçaba	2	101,40	1.926,60	1.667,71
CE	230625	Itaitinga	14	709,80	13.486,20	10.411,32
CE	230630	Itapagé	13	659,10	12.522,90	11.109,79
CE	230640	Itapipoca	26	1.318,20	25.045,80	29.502,72
CE	230650	Itapiúna	3	152,10	2.889,90	5.760,70
CE	230655	Itarema	5	253,50	4.816,50	12.985,01
CE	230660	Itatira	3	152,10	2.889,90	5.987,94
CE	230670	Jaguaretama	4	202,80	3.853,20	4.156,19
CE	230680	Jaguaribara	3	152,10	2.889,90	2.426,75
CE	230690	Jaguaribe	11	557,70	10.596,30	7.667,89
CE	230700	Jaguaruana	0	0,00	0,00	14.661,29
CE	230710	Jardim	4	202,80	3.853,20	8.185,75
CE	230720	Jati	2	101,40	1.926,60	1.709,01
CE	230725	Jijoca de Jericoacoara	2	101,40	1.926,60	6.221,29
CE	230730	Juazeiro do Norte	102	5.171,40	98.256,60	57.875,84
CE	230740	Jucás	0	0,00	0,00	10.818,71
CE	230750	Lavras da Mangabeira	7	354,90	6.743,10	7.117,78
CE	230760	Limoeiro do Norte	14	709,80	13.486,20	12.685,45
CE	230763	Madalena	4	202,80	3.853,20	4.632,95
CE	230765	Maracanaú	88	4.461,60	84.770,40	60.532,26
CE	230770	Maranguape	0	0,00	0,00	66.488,17
CE	230780	Marco	0	0,00	0,00	11.626,75
CE	230790	Martinópole	3	152,10	2.889,90	2.401,83
CE	230800	Massapê	10	507,00	9.633,00	8.195,23
CE	230810	Mauriti	10	507,00	9.633,00	10.549,37
CE	230820	Meruoca	3	152,10	2.889,90	3.547,37
CE	230830	Milagres	6	304,20	5.779,80	6.793,98
CE	230835	Milhã	2	101,40	1.926,60	3.909,99
CE	230837	Miraíma	3	152,10	2.889,90	3.053,71
CE	230840	Missão Velha	0	0,00	0,00	15.508,93
CE	230850	Mombaça	7	354,90	6.743,10	12.564,49
CE	230860	Monsenhor Tabosa	4	202,80	3.853,20	3.859,97
CE	230870	Morada Nova	0	0,00	0,00	27.515,48
CE	230880	Moraújo	2	101,40	1.926,60	1.871,11
CE	230890	Morrinhos	0	0,00	0,00	9.573,53
CE	230900	Mucambo	4	202,80	3.853,20	3.181,87
CE	230910	Mulungu	2	101,40	1.926,60	3.531,04
CE	230920	Nova Olinda	4	202,80	3.853,20	3.316,30
CE	230930	Nova Russas	11	557,70	10.596,30	7.066,99
CE	230940	Novo Oriente	6	304,20	5.779,80	6.744,53
CE	230945	Ocara	3	152,10	2.889,90	8.077,75

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CE	230950	Orós	8	405,60	7.706,40	4.751,89
CE	230960	Pacajus	22	1.115,40	21.192,60	18.426,47
CE	230970	Pacatuba	25	1.267,50	24.082,50	21.442,53
CE	230980	Pacoti	2	101,40	1.926,60	3.387,24
CE	230990	Pacujá	0	0,00	0,00	2.733,18
CE	231000	Palhano	2	101,40	1.926,60	2.133,93
CE	231010	Palmácia	2	101,40	1.926,60	3.671,32
CE	231020	Paracuru	9	456,30	8.669,70	7.297,83
CE	231025	Paraipaba	0	0,00	0,00	13.914,36
CE	231030	Parambu	0	0,00	0,00	13.950,04
CE	231040	Paramoti	2	101,40	1.926,60	3.158,64
CE	231050	Pedra Branca	11	557,70	10.596,30	9.438,43
CE	231060	Penaforte	3	152,10	2.889,90	1.928,20
CE	231070	Pentecoste	9	456,30	8.669,70	8.058,27
CE	231080	Pereiro	2	101,40	1.926,60	5.211,93
CE	231085	Pindoretama	5	253,50	4.816,50	4.398,27
CE	231090	Piquet Carneiro	3	152,10	2.889,90	4.277,04
CE	231095	Pires Ferreira	0	0,00	0,00	4.683,16
CE	231100	Poranga	3	152,10	2.889,90	2.744,11
CE	231110	Porteiras	0	0,00	0,00	6.685,96
CE	231120	Potengi	3	152,10	2.889,90	2.375,89
CE	231123	Potiretama	2	101,40	1.926,60	1.397,03
CE	231126	Quiterianópolis	3	152,10	2.889,90	6.269,80
CE	231130	Quixadá	24	1.216,80	23.119,20	18.627,58
CE	231135	Quixelô	2	101,40	1.926,60	4.749,28
CE	231140	Quixeramobim	20	1.014,00	19.266,00	16.785,84
CE	231150	Quixeré	5	253,50	4.816,50	4.709,55
CE	231160	Redenção	7	354,90	6.743,10	6.058,35
CE	231170	Reriutaba	5	253,50	4.816,50	4.294,05
CE	231180	Russas	20	1.014,00	19.266,00	16.246,20
CE	231190	Saboeiro	2	101,40	1.926,60	5.158,14
CE	231195	Salitre	0	0,00	0,00	7.119,89
CE	231200	Santana do Acaraú	4	202,80	3.853,20	10.017,88
CE	231210	Santana do Cariri	4	202,80	3.853,20	3.896,80
CE	231220	Santa Quitéria	0	0,00	0,00	19.359,31
CE	231230	São Benedito	10	507,00	9.633,00	11.036,45
CE	231240	São Gonçalo do Amarante	12	608,40	11.559,60	14.147,84
CE	231250	São João do Jaguaribe	2	101,40	1.926,60	1.734,05
CE	231260	São Luís do Curu	4	202,80	3.853,20	2.814,02
CE	231270	Senador Pompeu	8	405,60	7.706,40	5.910,51
CE	231280	Senador Sá	2	101,40	1.926,60	1.625,00
CE	231290	Sobral	66	3.346,20	63.577,80	43.879,89
CE	231300	Solonópole	4	202,80	3.853,20	4.103,83
CE	231310	Tabuleiro do Norte	9	456,30	8.669,70	6.632,32
CE	231320	Tamboril	6	304,20	5.779,80	5.701,51
CE	231325	Tarrafas	0	0,00	0,00	3.946,21
CE	231330	Tauá	0	0,00	0,00	25.402,32
CE	231335	Tejuçuoca	3	152,10	2.889,90	5.224,60
CE	231340	Tianguá	19	963,30	18.302,70	16.208,70
CE	231350	Trairi	8	405,60	7.706,40	16.089,41
CE	231355	Tururu	2	101,40	1.926,60	4.895,52
CE	231360	Ubajara	7	354,90	6.743,10	8.243,91
CE	231370	Umari	2	101,40	1.926,60	1.705,93
CE	231375	Umirim	4	202,80	3.853,20	4.751,08
CE	231380	Uruburetama	6	304,20	5.779,80	4.621,20
CE	231390	Uruoca	3	152,10	2.889,90	3.058,16
CE	231395	Varjota	6	304,20	5.779,80	4.022,09
CE	231400	Várzea Alegre	0	0,00	0,00	17.642,03
CE	231410	Viçosa do Ceará	7	354,90	6.743,10	19.357,62
Total			2.375	120.412,50	2.287.837,50	3.181.529,45

ANEXO VII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
DF	530010	Brasília	14	709,80	13.486,20	930.173,53
Total			14	709,80	13.486,20	930.173,53

ANEXO VIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
ES	320000	SES/ES	0	0,00	0,00	399.572,58
ES	320010	Afonso Cláudio	8	405,60	7.706,40	6.645,83
ES	320013	Águia Branca	2	101,40	1.926,60	2.179,19
ES	320016	Água Doce do Norte	0	0,00	0,00	4.966,96
ES	320020	Alegre	9	456,30	8.669,70	6.587,85
ES	320030	Alfredo Chaves	2	101,40	1.926,60	4.164,10
ES	320035	Alto Rio Novo	2	101,40	1.926,60	1.610,47
ES	320040	Anchieta	7	354,90	6.743,10	5.542,10
ES	320050	Apiacá	0	0,00	0,00	3.234,00
ES	320060	Aracruz	8	405,60	7.706,40	30.401,30
ES	320070	Atilio Vivacqua	0	0,00	0,00	4.501,05
ES	320080	Baixo Guandu	6	304,20	5.779,80	7.000,21
ES	320090	Barra de São Francisco	0	0,00	0,00	18.066,30
ES	320100	Boa Esperança	0	0,00	0,00	6.224,63
ES	320110	Bom Jesus do Norte	4	202,80	3.853,20	2.069,43
ES	320115	Brejetuba	0	0,00	0,00	5.190,73
ES	320120	Cachoeiro de Itapemirim	0	0,00	0,00	87.963,52
ES	320130	Cariacica	0	0,00	0,00	197.983,08
ES	320140	Castelo	0	0,00	0,00	15.345,98
ES	320150	Colatina	36	1.825,20	34.678,80	24.840,96
ES	320160	Conceição da Barra	9	456,30	8.669,70	6.307,73
ES	320170	Conceição do Castelo	2	101,40	1.926,60	3.248,20
ES	320180	Divino de São Lourenço	0	0,00	0,00	1.914,26
ES	320190	Domingos Martins	3	152,10	2.889,90	11.091,02
ES	320200	Dores do Rio Preto	0	0,00	0,00	2.800,75
ES	320210	Ecoporanga	1	50,70	963,30	8.970,22
ES	320220	Fundão	0	0,00	0,00	10.233,16
ES	320225	Governador Lindenberg	2	101,40	1.926,60	3.022,40
ES	320230	Guaçuí	0	0,00	0,00	12.420,27
ES	320240	Guarapari	0	0,00	0,00	69.161,14
ES	320245	Ibatiba	0	0,00	0,00	10.172,80
ES	320250	Ibiraçu	0	0,00	0,00	4.998,81
ES	320255	Ibitirama	0	0,00	0,00	3.838,33
ES	320260	Iconha	0	0,00	0,00	5.581,50
ES	320265	Irupi	0	0,00	0,00	5.287,10
ES	320270	Itaguaçu	4	202,80	3.853,20	3.030,65
ES	320280	Itapemirim	0	0,00	0,00	14.231,54
ES	320290	Itarana	2	101,40	1.926,60	2.707,57
ES	320300	Iúna	0	0,00	0,00	12.014,39
ES	320305	Jaguaré	0	0,00	0,00	11.484,78
ES	320310	Jerônimo Monteiro	4	202,80	3.853,20	2.407,53
ES	320313	João Neiva	0	0,00	0,00	6.919,61
ES	320316	Laranja da Terra	0	0,00	0,00	4.666,43
ES	320320	Linhares	0	0,00	0,00	65.645,70
ES	320330	Mantenópolis	0	0,00	0,00	6.111,11
ES	320332	Marataízes	10	507,00	9.633,00	12.543,92
ES	320334	Marechal Floriano	0	0,00	0,00	6.496,58
ES	320335	Marilândia	2	101,40	1.926,60	3.064,86
ES	320340	Mimoso do Sul	0	0,00	0,00	11.159,34
ES	320350	Montanha	6	304,20	5.779,80	3.907,34
ES	320360	Mucurici	2	101,40	1.926,60	1.206,42
ES	320370	Muniz Freire	3	152,10	2.889,90	4.901,50
ES	320380	Muqui	0	0,00	0,00	6.342,64
ES	320390	Nova Venécia	0	0,00	0,00	20.388,90
ES	320400	Pancas	0	0,00	0,00	9.503,14
ES	320405	Pedro Canário	3	152,10	2.889,90	7.692,46
ES	320410	Pinheiros	7	354,90	6.743,10	5.371,42
ES	320420	Piúma	0	0,00	0,00	14.395,47
ES	320425	Ponto Belo	2	101,40	1.926,60	1.565,96
ES	320430	Presidente Kennedy	0	0,00	0,00	4.581,90
ES	320435	Rio Bananal	2	101,40	1.926,60	5.847,25
ES	320440	Rio Novo do Sul	0	0,00	0,00	4.908,16
ES	320450	Santa Leopoldina	0	0,00	0,00	5.260,55
ES	320455	Santa Maria de Jetibá	4	202,80	3.853,20	11.781,88
ES	320460	Santa Teresa	0	0,00	0,00	9.630,54
ES	320465	São Domingos do Norte	0	0,00	0,00	3.532,90
ES	320470	São Gabriel da Palha	9	456,30	8.669,70	7.306,10
ES	320480	São José do Calçado	0	0,00	0,00	4.491,66
ES	320490	São Mateus	31	1.571,70	29.862,30	25.044,72
ES	320495	São Roque do Canaã	1	50,70	963,30	4.052,25
ES	320500	Serra	145	7.351,50	139.678,50	124.466,82
ES	320501	Sooretama	0	0,00	0,00	11.192,00
ES	320503	Vargem Alta	0	0,00	0,00	8.552,13
ES	320506	Venda Nova do Imigrante	1	50,70	963,30	8.556,17
ES	320510	Viana	0	0,00	0,00	38.308,65
ES	320515	Vila Pavão	0	0,00	0,00	3.805,66
ES	320517	Vila Valério	0	0,00	0,00	5.975,95
ES	320520	Vila Velha	120	6.084,00	115.596,00	127.727,02
ES	320530	Vitória	80	4.056,00	77.064,00	106.910,34
Total			539	27.327,30	519.218,70	1.752.829,83

ANEXO IX

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
GO	520000	SES/GO	0	0,00	0,00	435.294,64
GO	520005	Abadia de Goiás	0	0,00	0,00	6.598,91
GO	520010	Abadiânia	4	202,80	3.853,20	4.850,86
GO	520013	Acreúna	0	0,00	0,00	9.514,57
GO	520015	Adelândia	0	0,00	0,00	2.952,77
GO	520017	Água Fria de Goiás	0	0,00	0,00	7.260,43
GO	520020	Água Limpa	2	101,40	1.926,60	1.643,17
GO	520025	Águas Lindas de Goiás	0	0,00	0,00	72.697,30
GO	520030	Alexânia	9	456,30	8.669,70	5.491,63
GO	520050	Aloândia	2	101,40	1.926,60	1.478,44
GO	520055	Alto Horizonte	0	0,00	0,00	4.175,28
GO	520060	Alto Paraíso de Goiás	0	0,00	0,00	6.981,18
GO	520080	Alvorada do Norte	0	0,00	0,00	5.804,17
GO	520082	Amaralina	0	0,00	0,00	4.730,37
GO	520085	Americano do Brasil	2	101,40	1.926,60	1.702,47
GO	520090	Amorinópolis	0	0,00	0,00	3.170,56
GO	520110	Anápolis	13	659,10	12.522,90	119.993,24
GO	520120	Anhanguera	0	0,00	0,00	2.996,73
GO	520130	Anicuns	0	0,00	0,00	8.471,96
GO	520140	Aparecida de Goiânia	0	0,00	0,00	234.356,37
GO	520145	Aparecida do Rio Doce	0	0,00	0,00	3.510,09
GO	520150	Aporé	1	50,70	963,30	5.225,04
GO	520160	Araçu	2	101,40	1.926,60	1.568,42
GO	520170	Aragarças	0	0,00	0,00	8.565,29
GO	520180	Aragoiânia	0	0,00	0,00	7.074,86
GO	520215	Araguapaz	0	0,00	0,00	6.461,75
GO	520235	Arenópolis	2	101,40	1.926,60	1.909,40
GO	520250	Aruanã	0	0,00	0,00	7.363,88
GO	520260	Aurilândia	2	101,40	1.926,60	1.674,76
GO	520280	Avelinópolis	0	0,00	0,00	2.983,35
GO	520310	Baliza	2	101,40	1.926,60	3.605,51
GO	520320	Barro Alto	0	0,00	0,00	5.358,10
GO	520330	Bela Vista de Goiás	8	405,60	7.706,40	6.428,20
GO	520340	Bom Jardim de Goiás	3	152,10	2.889,90	3.468,10
GO	520350	Bom Jesus de Goiás	6	304,20	5.779,80	4.353,58
GO	520355	Bonfinópolis	0	0,00	0,00	5.117,54
GO	520357	Bonópolis	0	0,00	0,00	4.910,68
GO	520360	Brazabrantes	0	0,00	0,00	4.238,80
GO	520380	Britânia	0	0,00	0,00	5.012,19
GO	520390	Buriti Alegre	4	202,80	3.853,20	2.598,63
GO	520393	Buriti de Goiás	0	0,00	0,00	3.204,92
GO	520396	Buritinópolis	0	0,00	0,00	3.329,25
GO	520400	Cabeceiras	0	0,00	0,00	6.233,28
GO	520410	Cachoeira Alta	2	101,40	1.926,60	4.888,28
GO	520420	Cachoeira de Goiás	1	50,70	963,30	2.418,86
GO	520425	Cachoeira Dourada	0	0,00	0,00	4.624,45
GO	520430	Caçu	4	202,80	3.853,20	4.140,70
GO	520440	Caiapônia	5	253,50	4.816,50	12.031,63
GO	520450	Caldas Novas	31	1.571,70	29.862,30	18.981,74
GO	520455	Caldazinha	2	101,40	1.926,60	2.564,91
GO	520460	Campestre de Goiás	0	0,00	0,00	3.564,19
GO	520465	Campinaçu	0	0,00	0,00	4.929,60
GO	520470	Campinorte	0	0,00	0,00	6.244,39
GO	520480	Campo Alegre de Goiás	2	101,40	1.926,60	4.276,91
GO	520485	Campo Limpo de Goiás	1	50,70	963,30	2.457,78
GO	520490	Campos Belos	2	101,40	1.926,60	6.123,28
GO	520495	Campos Verdes	2	101,40	1.926,60	1.715,11
GO	520500	Carmo do Rio Verde	0	0,00	0,00	4.430,71

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GO	520505	Castelândia	0	0,00	0,00	3.163,69
GO	520510	Catalão	38	1.926,60	36.605,40	19.122,48
GO	520520	Caturaí	1	50,70	963,30	3.319,50
GO	520530	Cavalcante	2	101,40	1.926,60	10.910,39
GO	520540	Ceres	0	0,00	0,00	8.381,95
GO	520545	Cezarina	2	101,40	1.926,60	2.290,18
GO	520547	Chapadão do Céu	0	0,00	0,00	6.913,23
GO	520549	Cidade Ocidental	19	963,30	18.302,70	10.824,56
GO	520551	Cocalzinho de Goiás	3	152,10	2.889,90	7.747,02
GO	520552	Colinas do Sul	0	0,00	0,00	4.924,24
GO	520570	Córrego do Ouro	1	50,70	963,30	2.215,05
GO	520580	Corumbá de Goiás	0	0,00	0,00	7.000,39
GO	520590	Corumbaíba	0	0,00	0,00	6.198,93
GO	520620	Cristalina	8	405,60	7.706,40	19.053,34
GO	520630	Cristianópolis	0	0,00	0,00	3.122,23
GO	520640	Crixás	0	0,00	0,00	10.819,72
GO	520650	Cromínia	0	0,00	0,00	3.210,99
GO	520660	Cumari	0	0,00	0,00	3.398,05
GO	520670	Damianópolis	0	0,00	0,00	3.488,68
GO	520680	Damolândia	0	0,00	0,00	2.845,28
GO	520690	Davinópolis	0	0,00	0,00	3.346,67
GO	520710	Diorama	0	0,00	0,00	3.561,17
GO	520725	Doverlândia	0	0,00	0,00	17.818,85
GO	520735	Edealina	0	0,00	0,00	3.466,77
GO	520740	Edéia	4	202,80	3.853,20	3.302,18
GO	520750	Estrela do Norte	0	0,00	0,00	3.133,70
GO	520753	Faina	0	0,00	0,00	5.832,65
GO	520760	Fazenda Nova	0	0,00	0,00	5.029,98
GO	520780	Firminópolis	0	0,00	0,00	5.213,41
GO	520790	Flores de Goiás	0	0,00	0,00	12.627,01
GO	520800	Formosa	41	2.078,70	39.495,30	22.732,10
GO	520810	Formoso	0	0,00	0,00	3.977,35
GO	520815	Gameleira de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.849,33
GO	520830	Divinópolis de Goiás	0	0,00	0,00	4.674,63
GO	520840	Goianápolis	0	0,00	0,00	7.606,11
GO	520850	Goiandira	0	0,00	0,00	3.676,42
GO	520860	Goianésia	22	1.115,40	21.192,60	11.161,50
GO	520870	Goiânia	539	27.327,30	519.218,70	351.591,68
GO	520880	Goianira	0	0,00	0,00	17.694,87
GO	520890	Goiás	10	507,00	9.633,00	6.854,25
GO	520910	Goiatuba	13	659,10	12.522,90	6.620,02
GO	520915	Gouvelândia	2	101,40	1.926,60	2.032,66
GO	520920	Guapó	5	253,50	4.816,50	3.613,59
GO	520929	Guaraíta	0	0,00	0,00	3.956,86
GO	520940	Guarani de Goiás	0	0,00	0,00	4.610,56
GO	520945	Guarinos	2	101,40	1.926,60	1.608,54
GO	520960	Heitoraí	0	0,00	0,00	3.405,72
GO	520970	Hidrolândia	4	202,80	3.853,20	6.885,21
GO	520980	Hidrolina	0	0,00	0,00	3.403,39
GO	520990	Iaciara	0	0,00	0,00	7.254,63
GO	520993	Inaciolândia	2	101,40	1.926,60	2.105,76
GO	520995	Indiara	5	253,50	4.816,50	3.292,45
GO	521000	Inhumas	0	0,00	0,00	17.825,69
GO	521010	Ipameri	9	456,30	8.669,70	6.813,38
GO	521015	Ipiranga de Goiás	0	0,00	0,00	3.062,76
GO	521020	Iporá	13	659,10	12.522,90	5.667,45
GO	521030	Israelândia	0	0,00	0,00	3.347,97
GO	521040	Itaberaí	12	608,40	11.559,60	6.708,32
GO	521056	Itaguari	2	101,40	1.926,60	1.548,40
GO	521060	Itaguaru	0	0,00	0,00	3.320,86
GO	521080	Itajá	0	0,00	0,00	5.668,92
GO	521090	Itapaci	0	0,00	0,00	7.642,86
GO	521100	Itapirapuã	0	0,00	0,00	6.817,43
GO	521120	Itapuranga	10	507,00	9.633,00	4.989,15
GO	521130	Itarumã	2	101,40	1.926,60	5.662,89
GO	521140	Itauçu	0	0,00	0,00	4.337,08
GO	521150	Itumbiara	0	0,00	0,00	34.253,53
GO	521160	Ivolândia	0	0,00	0,00	3.986,18
GO	521170	Jandaia	2	101,40	1.926,60	2.437,02
GO	521180	Jaraguá	14	709,80	13.486,20	8.202,77
GO	521190	Jataí	33	1.673,10	31.788,90	20.073,07
GO	521200	Jaupaci	0	0,00	0,00	3.553,14
GO	521205	Jesúpolis	1	50,70	963,30	1.950,27
GO	521210	Joviânia	3	152,10	2.889,90	2.088,76
GO	521220	Jussara	7	354,90	6.743,10	5.729,67
GO	521225	Lagoa Santa	0	0,00	0,00	3.552,80
GO	521230	Leopoldo de Bulhões	0	0,00	0,00	4.502,85
GO	521250	Luziânia	70	3.549,00	67.431,00	38.017,75
GO	521260	Mairipotaba	0	0,00	0,00	3.276,16
GO	521270	Mambaí	0	0,00	0,00	4.997,16
GO	521280	Mara Rosa	0	0,00	0,00	6.553,97
GO	521290	Marzagão	0	0,00	0,00	3.161,90
GO	521295	Matrinchã	0	0,00	0,00	4.329,38
GO	521300	Maurilândia	0	0,00	0,00	5.180,84
GO	521305	Mimoso de Goiás	0	0,00	0,00	5.217,09
GO	521308	Minaçu	10	507,00	9.633,00	7.264,99
GO	521310	Mineiros	0	0,00	0,00	29.895,91
GO	521340	Moiporá	0	0,00	0,00	3.189,68
GO	521350	Monte Alegre de Goiás	2	101,40	1.926,60	6.308,25
GO	521370	Montes Claros de Goiás	2	101,40	1.926,60	5.171,83
GO	521375	Montividiu	0	0,00	0,00	6.965,24
GO	521377	Montividiu do Norte	0	0,00	0,00	5.109,46
GO	521380	Morrinhos	0	0,00	0,00	16.229,00
GO	521385	Morro Agudo de Goiás	0	0,00	0,00	3.196,71
GO	521390	Mossâmedes	1	50,70	963,30	2.751,38
GO	521400	Mozarlândia	0	0,00	0,00	7.284,57
GO	521405	Mundo Novo	0	0,00	0,00	6.811,23
GO	521410	Mutunópolis	0	0,00	0,00	3.774,96
GO	521440	Nazário	3	152,10	2.889,90	2.053,79
GO	521450	Nerópolis	9	456,30	8.669,70	6.499,69
GO	521460	Niquelândia	0	0,00	0,00	24.451,99
GO	521470	Nova América	2	101,40	1.926,60	1.530,65
GO	521480	Nova Aurora	1	50,70	963,30	2.228,85
GO	521483	Nova Crixás	3	152,10	2.889,90	10.935,27
GO	521486	Nova Glória	2	101,40	1.926,60	2.607,79
GO	521487	Nova Iguaçu de Goiás	0	0,00	0,00	3.469,30
GO	521490	Nova Roma	0	0,00	0,00	5.383,61
GO	521500	Nova Veneza	3	152,10	2.889,90	2.712,94
GO	521520	Novo Brasil	0	0,00	0,00	3.366,09
GO	521523	Novo Gama	0	0,00	0,00	36.831,98
GO	521525	Novo Planalto	0	0,00	0,00	4.425,03
GO	521530	Orizona	0	0,00	0,00	7.816,94
GO	521540	Ouro Verde de Goiás	1	50,70	963,30	2.012,04
GO	521550	Ouvidor	0	0,00	0,00	3.681,29
GO	521560	Padre Bernardo	0	0,00	0,00	14.611,34
GO	521565	Palestina de Goiás	1	50,70	963,30	3.229,35
GO	521570	Palmeiras de Goiás	0	0,00	0,00	9.516,07
GO	521580	Palmelo	2	101,40	1.926,60	1.482,25
GO	521590	Palminópolis	2	101,40	1.926,60	1.653,05
GO	521600	Panamá	2	101,40	1.926,60	1.649,01
GO	521630	Paranaiguara	0	0,00	0,00	5.774,26
GO	521640	Paraúna	2	101,40	1.926,60	7.249,67
GO	521645	Perolândia	0	0,00	0,00	4.706,99
GO	521680	Petrolina de Goiás	0	0,00	0,00	5.426,17
GO	521690	Pilar de Goiás	0	0,00	0,00	3.508,26
GO	521710	Piracanjuba	0	0,00	0,00	10.918,84
GO	521720	Piranhas	0	0,00	0,00	7.149,88
GO	521730	Pirenópolis	0	0,00	0,00	11.692,68
GO	521740	Pires do Rio	0	0,00	0,00	10.947,00
GO	521760	Planaltina	28	1.419,60	26.972,40	18.734,61
GO	521770	Pontalina	6	304,20	5.779,80	4.011,88
GO	521800	Porangatu	0	0,00	0,00	21.210,33
GO	521805	Porteirão	2	101,40	1.926,60	1.870,86
GO	521810	Portelândia	1	50,70	963,30	2.886,35
GO	521830	Posse	0	0,00	0,00	13.730,34
GO	521839	Professor Jamil	0	0,00	0,00	3.216,20
GO	521850	Quirinópolis	15	760,50	14.449,50	9.901,30
GO	521860	Rialma	0	0,00	0,00	4.984,69
GO	521870	Rianápolis	0	0,00	0,00	3.134,60
GO	521878	Rio Quente	0	0,00	0,00	3.753,23
GO	521880	Rio Verde	0	0,00	0,00	71.431,14
GO	521890	Rubiataba	7	354,90	6.743,10	3.836,61
GO	521900	Sanclerlândia	2	101,40	1.926,60	2.368,51
GO	521910	Santa Bárbara de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.744,68
GO	521920	Santa Cruz de Goiás	0	0,00	0,00	4.148,50
GO	521925	Santa Fé de Goiás	0	0,00	0,00	4.463,81
GO	521930	Santa Helena de Goiás	0	0,00	0,00	13.143,03
GO	521935	Santa Isabel	0	0,00	0,00	3.727,25
GO	521940	Santa Rita do Araguaia	0	0,00	0,00	5.277,01
GO	521945	Santa Rita do Novo Destino	0	0,00	0,00	3.966,16
GO	521950	Santa Rosa de Goiás	0	0,00	0,00	2.891,80
GO	521960	Santa Tereza de Goiás	0	0,00	0,00	3.668,01
GO	521970	Santa Terezinha de Goiás	0	0,00	0,00	5.463,05
GO	521971	Santo Antônio da Barra	0	0,00	0,00	3.515,36
GO	521973	Santo Antônio de Goiás	2	101,40	1.926,60	4.516,43
GO	521975	Santo Antônio do Descoberto	24	1.216,80	23.119,20	15.767,62
GO	521980	São Domingos	3	152,10	2.889,90	6.782,81
GO	521990	São Francisco de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.818,40
GO	522000	São João d'Aliança	0	0,00	0,00	6.056,46
GO	522005	São João da Paraúna	1	50,70	963,30	4.983,49
GO	522010	São Luís de Montes Belos	12	608,40	11.559,60	5.534,89
GO	522015	São Luíz do Norte	0	0,00	0,00	3.819,16
GO	522020	São Miguel do Araguaia	0	0,00	0,00	17.121,05
GO	522026	São Miguel do Passa Quatro	0	0,00	0,00	3.680,07
GO	522028	São Patrício	0	0,00	0,00	3.221,59
GO	522040	São Simão	7	354,90	6.743,10	4.499,32
GO	522045	Senador Canedo	31	1.571,70	29.862,30	22.393,94
GO	522050	Serranópolis	0	0,00	0,00	9.974,75
GO	522060	Silvânia	1	50,70	963,30	8.716,11
GO	522068	Simolândia	0	0,00	0,00	4.154,84
GO	522070	Sítio d'Abadia	0	0,00	0,00	4.810,54
GO	522100	Taquaral de Goiás	0	0,00	0,00	3.015,53
GO	522108	Teresina de Goiás	0	0,00	0,00	14.240,35
GO	522119	Terezópolis de Goiás	2	101,40	1.926,60	3.082,28
GO	522130	Três Ranchos	2	101,40	1.926,60	1.578,46
GO	522140	Trindade	19	963,30	18.302,70	34.621,05
GO	522145	Trombas	0	0,00	0,00	3.657,06
GO	522150	Turvânia	2	101,40	1.926,60	1.758,59
GO	522155	Turvelândia	2	101,40	1.926,60	2.347,81
GO	522157	Uirapuru	0	0,00	0,00	4.023,68
GO	522160	Uruaçu	13	659,10	12.522,90	7.777,94
GO	522170	Uruana	0	0,00	0,00	5.956,18
GO	522180	Urutaí	0	0,00	0,00	3.665,61
GO	522185	Valparaíso de Goiás	0	0,00	0,00	52.225,81
GO	522190	Varjão	0	0,00	0,00	3.457,17
GO	522200	Vianópolis	0	0,00	0,00	6.340,38
GO	522205	Vicentinópolis	0	0,00	0,00	4.810,56
GO	522220	Vila Boa	0	0,00	0,00	6.307,69
GO	522230	Vila Propício	1	50,70	963,30	5.062,82
Total			1.252	63.476,40	1.206.051,60	2.887.455,52

ANEXO X

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
MA	210000	SES/MA	0	0,00	0,00	1.141.427,11
MA	210005	Açailândia	34	1.723,80	32.752,20	52.038,24
MA	210010	Afonso Cunha	2	101,40	1.926,60	2.182,77
MA	210015	Água Doce do Maranhão	2	101,40	1.926,60	5.260,23
MA	210020	Alcântara	0	0,00	0,00	16.214,24
MA	210030	Aldeias Altas	5	253,50	4.816,50	6.192,01
MA	210040	Altamira do Maranhão	0	0,00	0,00	7.559,35
MA	210043	Alto Alegre do Maranhão	0	0,00	0,00	15.155,38
MA	210047	Alto Alegre do Pindaré	3	152,10	2.889,90	16.493,14
MA	210050	Alto Parnaíba	0	0,00	0,00	9.977,95
MA	210055	Amapá do Maranhão	0	0,00	0,00	5.264,83
MA	210060	Amarante do Maranhão	0	0,00	0,00	24.566,94
MA	210070	Anajatuba	3	152,10	2.889,90	13.754,88
MA	210080	Anapurus	3	152,10	2.889,90	3.972,38
MA	210083	Apicum-Açu	3	152,10	2.889,90	8.853,95
MA	210087	Araguanã	2	101,40	1.926,60	8.501,00
MA	210090	Araioses	5	253,50	4.816,50	19.949,36
MA	210095	Arame	0	0,00	0,00	19.415,31

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MA	210100	Arari	0	0,00	0,00	17.495,87
MA	210110	Axixá	0	0,00	0,00	8.347,46
MA	210120	Bacabal	35	1.774,50	33.715,50	33.702,04
MA	210125	Bacabeira	2	101,40	1.926,60	7.988,32
MA	210130	Bacuri	0	0,00	0,00	11.383,92
MA	210135	Bacurituba	0	0,00	0,00	4.168,21
MA	210140	Balsas	30	1.521,00	28.899,00	23.992,15
MA	210150	Barão de Grajaú	2	101,40	1.926,60	9.267,23
MA	210160	Barra do Corda	0	0,00	0,00	63.927,23
MA	210170	Barreirinhas	0	0,00	0,00	22.716,36
MA	210173	Belágua	0	0,00	0,00	4.455,34
MA	210177	Bela Vista do Maranhão	0	0,00	0,00	8.282,84
MA	210180	Benedito Leite	2	101,40	1.926,60	2.662,95
MA	210190	Bequimão	0	0,00	0,00	12.694,57
MA	210193	Bernardo do Mearim	2	101,40	1.926,60	3.024,89
MA	210197	Boa Vista do Gurupi	3	152,10	2.889,90	3.089,58
MA	210200	Bom Jardim	7	354,90	6.743,10	17.172,97
MA	210203	Bom Jesus das Selvas	5	253,50	4.816,50	13.951,74
MA	210207	Bom Lugar	0	0,00	0,00	9.985,27
MA	210210	Brejo	5	253,50	4.816,50	10.702,73
MA	210215	Brejo de Areia	0	0,00	0,00	4.291,56
MA	210220	Buriti	3	152,10	2.889,90	10.264,08
MA	210230	Buriti Bravo	5	253,50	4.816,50	10.033,86
MA	210232	Buriticupu	0	0,00	0,00	38.511,23
MA	210235	Buritirana	0	0,00	0,00	10.064,87
MA	210237	Cachoeira Grande	1	50,70	963,30	6.216,81
MA	210240	Cajapió	2	101,40	1.926,60	3.828,61
MA	210250	Cajari	0	0,00	0,00	11.660,44
MA	210255	Campestre do Maranhão	4	202,80	3.853,20	4.785,91
MA	210260	Cândido Mendes	6	304,20	5.779,80	7.116,01
MA	210270	Cantanhede	4	202,80	3.853,20	13.364,64
MA	210275	Capinzal do Norte	2	101,40	1.926,60	5.416,79
MA	210280	Carolina	0	0,00	0,00	20.172,19
MA	210290	Carutapera	5	253,50	4.816,50	13.325,51
MA	210300	Caxias	52	2.636,40	50.091,60	42.410,33
MA	210310	Cedral	0	0,00	0,00	7.196,58
MA	210312	Central do Maranhão	1	50,70	963,30	5.170,66
MA	210315	Centro do Guilherme	0	0,00	0,00	8.493,96
MA	210317	Centro Novo do Maranhão	3	152,10	2.889,90	11.524,43
MA	210320	Chapadinha	18	912,60	17.339,40	20.520,37
MA	210325	Cidelândia	3	152,10	2.889,90	6.341,49
MA	210330	Codó	0	0,00	0,00	97.040,40
MA	210340	Coelho Neto	0	0,00	0,00	20.851,60
MA	210350	Colinas	3	152,10	2.889,90	24.222,74
MA	210355	Conceição do Lago-Açu	2	101,40	1.926,60	12.354,68
MA	210360	Coroatá	0	0,00	0,00	53.019,11
MA	210370	Cururupu	0	0,00	0,00	21.768,95
MA	210375	Davinópolis	1	50,70	963,30	7.398,51
MA	210380	Dom Pedro	6	304,20	5.779,80	6.318,53
MA	210390	Duque Bacelar	0	0,00	0,00	8.432,21
MA	210400	Esperantinópolis	0	0,00	0,00	13.537,90
MA	210405	Estreito	11	557,70	10.596,30	23.629,14
MA	210407	Feira Nova do Maranhão	0	0,00	0,00	6.910,73
MA	210408	Fernando Falcão	0	0,00	0,00	6.981,21
MA	210409	Formosa da Serra Negra	0	0,00	0,00	13.144,03
MA	210410	Fortaleza dos Nogueiras	0	0,00	0,00	8.630,91
MA	210420	Fortuna	1	50,70	963,30	9.599,82
MA	210430	Godofredo Viana	2	101,40	1.926,60	6.647,14
MA	210440	Gonçalves Dias	0	0,00	0,00	9.300,63
MA	210450	Governador Archer	0	0,00	0,00	7.093,89
MA	210455	Governador Edison Lobão	3	152,10	2.889,90	8.075,20
MA	210460	Governador Eugênio Barros	2	101,40	1.926,60	6.744,32
MA	210462	Governador Luiz Rocha	0	0,00	0,00	4.011,08
MA	210465	Governador Newton Bello	0	0,00	0,00	7.877,81
MA	210467	Governador Nunes Freire	2	101,40	1.926,60	17.302,60
MA	210470	Graça Aranha	0	0,00	0,00	3.254,90
MA	210480	Grajaú	15	760,50	14.449,50	32.058,20
MA	210490	Guimarães	0	0,00	0,00	8.846,41
MA	210500	Humberto de Campos	4	202,80	3.853,20	15.256,65
MA	210510	Icatu	0	0,00	0,00	15.582,77
MA	210515	Igarapé do Meio	0	0,00	0,00	8.909,37
MA	210520	Igarapé Grande	0	0,00	0,00	6.102,87
MA	210530	Imperatriz	15	760,50	14.449,50	167.846,35
MA	210535	Itaipava do Grajaú	0	0,00	0,00	11.929,05
MA	210540	Itapecuru Mirim	13	659,10	12.522,90	41.090,70
MA	210542	Itinga do Maranhão	8	405,60	7.706,40	9.071,56
MA	210545	Jatobá	2	101,40	1.926,60	5.800,21
MA	210547	Jenipapo dos Vieiras	0	0,00	0,00	12.713,28
MA	210550	João Lisboa	0	0,00	0,00	14.963,76
MA	210560	Joselândia	0	0,00	0,00	10.031,68
MA	210565	Junco do Maranhão	0	0,00	0,00	4.089,30
MA	210570	Lago da Pedra	0	0,00	0,00	36.773,48
MA	210580	Lago do Junco	2	101,40	1.926,60	6.007,31
MA	210590	Lago Verde	2	101,40	1.926,60	8.973,54
MA	210592	Lagoa do Mato	0	0,00	0,00	5.867,17
MA	210594	Lago dos Rodrigues	0	0,00	0,00	7.474,81
MA	210596	Lagoa Grande do Maranhão	0	0,00	0,00	6.784,97
MA	210598	Lajeado Novo	0	0,00	0,00	3.856,03
MA	210600	Lima Campos	3	152,10	2.889,90	4.932,09
MA	210610	Loreto	0	0,00	0,00	9.629,79
MA	210620	Luís Domingues	2	101,40	1.926,60	3.336,55
MA	210630	Magalhães de Almeida	3	152,10	2.889,90	11.266,06
MA	210632	Maracaçumé	6	304,20	5.779,80	6.812,76
MA	210635	Marajá do Sena	0	0,00	0,00	4.619,79
MA	210637	Maranhãozinho	0	0,00	0,00	9.903,48
MA	210640	Mata Roma	3	152,10	2.889,90	8.864,28
MA	210650	Matinha	3	152,10	2.889,90	11.647,52
MA	210660	Matões	6	304,20	5.779,80	6.706,71
MA	210663	Matões do Norte	2	101,40	1.926,60	8.189,34
MA	210667	Milagres do Maranhão	0	0,00	0,00	4.827,53
MA	210670	Mirador	3	152,10	2.889,90	16.353,31
MA	210675	Miranda do Norte	0	0,00	0,00	21.275,51
MA	210680	Mirinzal	3	152,10	2.889,90	6.503,73
MA	210690	Monção	5	253,50	4.816,50	14.947,44
MA	210700	Montes Altos	0	0,00	0,00	9.071,55
MA	210710	Morros	1	50,70	963,30	14.085,80
MA	210720	Nina Rodrigues	2	101,40	1.926,60	5.060,14
MA	210725	Nova Colinas	0	0,00	0,00	4.457,80
MA	210730	Nova Iorque	2	101,40	1.926,60	2.173,29
MA	210735	Nova Olinda do Maranhão	5	253,50	4.816,50	8.427,59
MA	210740	Olho d'Água das Cunhãs	0	0,00	0,00	11.739,52
MA	210745	Olinda Nova do Maranhão	2	101,40	1.926,60	7.261,30
MA	210750	Paço do Lumiar	0	0,00	0,00	86.845,60
MA	210760	Palmeirândia	0	0,00	0,00	11.848,40
MA	210770	Paraibano	7	354,90	6.743,10	6.339,72
MA	210780	Parnarama	0	0,00	0,00	12.960,85
MA	210790	Passagem Franca	0	0,00	0,00	8.710,12
MA	210800	Pastos Bons	5	253,50	4.816,50	5.157,23
MA	210805	Paulino Neves	0	0,00	0,00	7.595,11
MA	210810	Paulo Ramos	3	152,10	2.889,90	7.027,44
MA	210820	Pedreiras	15	760,50	14.449,50	17.221,67
MA	210825	Pedro do Rosário	0	0,00	0,00	15.370,51
MA	210830	Penalva	0	0,00	0,00	19.525,72
MA	210840	Peri Mirim	0	0,00	0,00	9.077,75
MA	210845	Peritoró	3	152,10	2.889,90	15.788,68
MA	210850	Pindaré-Mirim	10	507,00	9.633,00	11.537,65
MA	210860	Pinheiro	0	0,00	0,00	61.025,97
MA	210870	Pio XII	5	253,50	4.816,50	10.000,36
MA	210880	Pirapemas	5	253,50	4.816,50	6.431,33
MA	210890	Poção de Pedras	3	152,10	2.889,90	13.915,05
MA	210900	Porto Franco	7	354,90	6.743,10	6.073,78
MA	210905	Porto Rico do Maranhão	2	101,40	1.926,60	2.902,42
MA	210910	Presidente Dutra	14	709,80	13.486,20	23.763,84
MA	210920	Presidente Juscelino	1	50,70	963,30	5.521,63
MA	210923	Presidente Médici	1	50,70	963,30	4.325,25
MA	210927	Presidente Sarney	0	0,00	0,00	11.349,13
MA	210930	Presidente Vargas	0	0,00	0,00	7.631,42
MA	210940	Primeira Cruz	0	0,00	0,00	12.476,62
MA	210945	Raposa	0	0,00	0,00	24.956,15
MA	210950	Riachão	0	0,00	0,00	13.962,53
MA	210955	Ribamar Fiquene	2	101,40	1.926,60	3.767,53
MA	210960	Rosário	10	507,00	9.633,00	14.794,98
MA	210970	Sambaíba	0	0,00	0,00	5.444,69
MA	210975	Santa Filomena do Maranhão	0	0,00	0,00	4.584,42
MA	210980	Santa Helena	0	0,00	0,00	21.738,69
MA	210990	Santa Inês	1	50,70	963,30	42.788,20
MA	211000	Santa Luzia	11	557,70	10.596,30	42.118,40
MA	211003	Santa Luzia do Paruá	3	152,10	2.889,90	15.393,81
MA	211010	Santa Quitéria do Maranhão	0	0,00	0,00	13.610,87
MA	211020	Santa Rita	0	0,00	0,00	21.319,91
MA	211023	Santana do Maranhão	0	0,00	0,00	6.604,81
MA	211027	Santo Amaro do Maranhão	0	0,00	0,00	8.370,01
MA	211030	Santo Antônio dos Lopes	0	0,00	0,00	9.228,19
MA	211040	São Benedito do Rio Preto	0	0,00	0,00	9.455,69
MA	211050	São Bento	0	0,00	0,00	25.564,49
MA	211060	São Bernardo	4	202,80	3.853,20	8.362,88
MA	211065	São Domingos do Azeitão	0	0,00	0,00	5.491,86
MA	211070	São Domingos do Maranhão	8	405,60	7.706,40	10.139,74
MA	211080	São Félix de Balsas	0	0,00	0,00	4.952,44
MA	211085	São Francisco do Brejão	0	0,00	0,00	8.562,65
MA	211090	São Francisco do Maranhão	2	101,40	1.926,60	6.489,16
MA	211100	São João Batista	0	0,00	0,00	12.360,03
MA	211102	São João do Carú	0	0,00	0,00	9.935,46
MA	211105	São João do Paraíso	0	0,00	0,00	7.458,03
MA	211107	São João do Soter	0	0,00	0,00	12.049,00
MA	211110	São João dos Patos	9	456,30	8.669,70	11.056,84
MA	211120	São José de Ribamar	15	760,50	14.449,50	129.252,35
MA	211125	São José dos Basílios	0	0,00	0,00	4.527,05
MA	211130	São Luís	1	50,70	963,30	840.669,88
MA	211140	São Luís Gonzaga do Maranhão	4	202,80	3.853,20	5.341,26
MA	211150	São Mateus do Maranhão	1	50,70	963,30	20.383,81
MA	211153	São Pedro da Água Branca	0	0,00	0,00	8.220,33
MA	211157	São Pedro dos Crentes	0	0,00	0,00	3.077,70
MA	211160	São Raimundo das Mangabeiras	0	0,00	0,00	13.062,42
MA	211163	São Raimundo do Doca Bezerra	0	0,00	0,00	5.128,78
MA	211167	São Roberto	2	101,40	1.926,60	4.072,40
MA	211170	São Vicente Ferrer	3	152,10	2.889,90	10.226,34
MA	211172	Satubinha	2	101,40	1.926,60	6.385,19
MA	211174	Senador Alexandre Costa	2	101,40	1.926,60	5.473,65
MA	211176	Senador La Rocque	4	202,80	3.853,20	5.455,93
MA	211178	Serrano do Maranhão	0	0,00	0,00	7.391,31
MA	211180	Sítio Novo	0	0,00	0,00	10.981,50
MA	211190	Sucupira do Norte	2	101,40	1.926,60	5.270,23
MA	211195	Sucupira do Riachão	0	0,00	0,00	3.785,56
MA	211200	Tasso Fragoso	0	0,00	0,00	6.913,72
MA	211210	Timbiras	0	0,00	0,00	23.439,35
MA	211220	Timon	55	2.788,50	52.981,50	32.150,18
MA	211223	Trizidela do Vale	0	0,00	0,00	14.551,18
MA	211227	Tufilândia	1	50,70	963,30	5.413,11
MA	211230	Tuntum	8	405,60	7.706,40	13.759,77
MA	211240	Turiaçu	0	0,00	0,00	22.563,60
MA	211245	Turilândia	0	0,00	0,00	14.719,22
MA	211250	Tutóia	0	0,00	0,00	41.350,34
MA	211260	Urbano Santos	5	253,50	4.816,50	9.407,40
MA	211270	Vargem Grande	11	557,70	10.596,30	30.979,50
MA	211280	Viana	0	0,00	0,00	38.799,87
MA	211285	Vila Nova dos Martírios	0	0,00	0,00	8.635,25
MA	211290	Vitória do Mearim	0	0,00	0,00	21.098,12
MA	211300	Vitorino Freire	5	253,50	4.816,50	16.124,22
MA	211400	Zé Doca	13	659,10	12.522,90	20.712,04
Total			674	34.171,80	649.264,20	5.173.078,70

ANEXO XI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
MG	310000	SES/MG	0	0,00	0,00	2.288.302,66
MG	310010	Abadia dos Dourados	2	101,40	1.926,60	1.398,40
MG	310020	Abaeté	0	0,00	0,00	9.397,60
MG	310030	Abre Campo	2	101,40	1.926,60	3.557,80
MG	310040	Acaiaca	0	0,00	0,00	1.620,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MG	310050	Açucena	2	101,40	1.926,60	2.192,20
MG	310060	Água Boa	0	0,00	0,00	6.013,60
MG	310070	Água Comprida	1	50,70	963,30	414,00
MG	310080	Aguanil	2	101,40	1.926,60	866,40
MG	310090	Águas Formosas	3	152,10	2.889,90	4.809,30
MG	310100	Águas Vermelhas	3	152,10	2.889,90	2.675,60
MG	310110	Aimorés	0	0,00	0,00	10.274,00
MG	310120	Aiuruoca	0	0,00	0,00	2.509,60
MG	310130	Alagoa	0	0,00	0,00	1.107,20
MG	310140	Albertina	0	0,00	0,00	1.210,00
MG	310150	Além Paraíba	0	0,00	0,00	14.850,41
MG	310160	Alfenas	2	101,40	1.926,60	29.343,80
MG	310163	Alfredo Vasconcelos	2	101,40	1.926,60	1.313,20
MG	310170	Almenara	4	202,80	3.853,20	12.558,00
MG	310180	Alpercata	2	101,40	1.926,60	1.491,60
MG	310190	Alpinópolis	6	304,20	5.779,80	3.902,60
MG	310200	Alterosa	0	0,00	0,00	5.748,40
MG	310205	Alto Caparaó	2	101,40	1.926,60	1.131,00
MG	310210	Alto Rio Doce	0	0,00	0,00	4.848,00
MG	310220	Alvarenga	0	0,00	0,00	1.758,00
MG	310230	Alvinópolis	0	0,00	0,00	6.256,80
MG	310240	Alvorada de Minas	2	101,40	1.926,60	732,20
MG	310250	Amparo do Serra	2	101,40	1.926,60	1.004,60
MG	310260	Andradas	0	0,00	0,00	15.904,40
MG	310270	Cachoeira de Pajeú	0	0,00	0,00	3.748,80
MG	310280	Andrelândia	4	202,80	3.853,20	2.501,40
MG	310285	Angelândia	1	50,70	963,30	2.403,10
MG	310290	Antônio Carlos	0	0,00	0,00	4.613,60
MG	310300	Antônio Dias	0	0,00	0,00	3.895,20
MG	310310	Antônio Prado de Minas	0	0,00	0,00	676,80
MG	310320	Araçaí	0	0,00	0,00	937,60
MG	310330	Aracitaba	0	0,00	0,00	845,20
MG	310340	Araçuaí	0	0,00	0,00	14.888,00
MG	310350	Araguari	42	2.129,40	40.458,60	26.017,20
MG	310360	Arantina	0	0,00	0,00	1.155,20
MG	310370	Araponga	0	0,00	0,00	3.391,20
MG	310375	Araporã	0	0,00	0,00	2.637,20
MG	310380	Arapuá	0	0,00	0,00	1.148,00
MG	310390	Araújos	0	0,00	0,00	3.458,00
MG	310400	Araxá	36	1.825,20	34.678,80	20.227,20
MG	310410	Arceburgo	3	152,10	2.889,90	2.052,40
MG	310420	Arcos	11	557,70	10.596,30	7.821,66
MG	310430	Areado	1	50,70	963,30	4.886,30
MG	310440	Argirita	2	101,40	1.926,60	584,80
MG	310445	Aricanduva	0	0,00	0,00	2.031,20
MG	310450	Arinos	0	0,00	0,00	7.284,00
MG	310460	Astolfo Dutra	0	0,00	0,00	5.536,00
MG	310470	Ataléia	3	152,10	2.889,90	2.868,80
MG	310480	Augusto de Lima	0	0,00	0,00	2.024,80
MG	310490	Baependi	0	0,00	0,00	7.646,80
MG	310500	Baldim	2	101,40	1.926,60	1.888,37
MG	310510	Bambuí	10	507,00	9.633,00	4.751,80
MG	310520	Bandeira	0	0,00	0,00	2.023,60
MG	310530	Bandeira do Sul	0	0,00	0,00	2.255,60
MG	310540	Barão de Cocais	10	507,00	9.633,00	6.178,60
MG	310550	Barão de Monte Alto	2	101,40	1.926,60	1.154,00
MG	310560	Barbacena	0	0,00	0,00	60.287,40
MG	310570	Barra Longa	0	0,00	0,00	2.396,40
MG	310590	Barroso	0	0,00	0,00	8.236,00
MG	310600	Bela Vista de Minas	0	0,00	0,00	4.144,80
MG	310610	Belmiro Braga	0	0,00	0,00	1.400,00
MG	310620	Belo Horizonte	797	40.407,90	767.750,10	946.132,89
MG	310630	Belo Oriente	1	50,70	963,30	9.168,30
MG	310640	Belo Vale	1	50,70	963,30	2.157,90
MG	310650	Berilo	0	0,00	0,00	5.003,20
MG	310660	Bertópolis	2	101,40	1.926,60	931,20
MG	310665	Berizal	2	101,40	1.926,60	926,00
MG	310670	Betim	160	8.112,00	154.128,00	113.987,50
MG	310680	Bias Fortes	0	0,00	0,00	1.506,00
MG	310690	Bicas	0	0,00	0,00	5.736,80
MG	310700	Biquinhas	2	101,40	1.926,60	532,80
MG	310710	Boa Esperança	12	608,40	11.559,60	8.031,00
MG	310720	Bocaina de Minas	0	0,00	0,00	2.067,60
MG	310730	Bocaiúva	0	0,00	0,00	19.717,20
MG	310740	Bom Despacho	0	0,00	0,00	19.520,80
MG	310750	Bom Jardim de Minas	0	0,00	0,00	2.665,20
MG	310760	Bom Jesus da Penha	2	101,40	1.926,60	824,20
MG	310770	Bom Jesus do Amparo	2	101,40	1.926,60	1.174,20
MG	310780	Bom Jesus do Galho	0	0,00	0,00	6.253,20
MG	310790	Bom Repouso	0	0,00	0,00	4.305,20
MG	310800	Bom Sucesso	6	304,20	5.779,80	3.566,40
MG	310810	Bonfim	0	0,00	0,00	3.273,20
MG	310820	Bonfinópolis de Minas	2	101,40	1.926,60	1.180,80
MG	310825	Bonito de Minas	0	0,00	0,00	4.214,00
MG	310830	Borda da Mata	0	0,00	0,00	7.392,40
MG	310840	Botelhos	1	50,70	963,30	5.167,10
MG	310850	Botumirim	0	0,00	0,00	2.644,80
MG	310855	Brasilândia de Minas	0	0,00	0,00	6.208,80
MG	310860	Brasília de Minas	7	354,90	6.743,10	6.494,60
MG	310870	Brás Pires	0	0,00	0,00	1.865,60
MG	310880	Braúnas	0	0,00	0,00	2.036,40
MG	310890	Brasópolis	2	101,40	1.926,60	4.066,20
MG	310900	Brumadinho	0	0,00	0,00	17.413,20
MG	310910	Bueno Brandão	0	0,00	0,00	4.486,80
MG	310920	Buenópolis	3	152,10	2.889,90	2.117,20
MG	310925	Bugre	2	101,40	1.926,60	825,60
MG	310930	Buritis	0	0,00	0,00	9.667,60
MG	310940	Buritizeiro	0	0,00	0,00	11.228,40
MG	310945	Cabeceira Grande	2	101,40	1.926,60	1.363,60
MG	310950	Cabo Verde	0	0,00	0,00	5.712,00
MG	310960	Cachoeira da Prata	0	0,00	0,00	1.493,60
MG	310970	Cachoeira de Minas	1	50,70	963,30	3.646,70
MG	310980	Cachoeira Dourada	0	0,00	0,00	1.058,00
MG	310990	Caetanópolis	0	0,00	0,00	4.418,40
MG	311000	Caeté	16	811,20	15.412,80	10.125,50
MG	311010	Caiana	0	0,00	0,00	2.123,20
MG	311020	Cajuri	0	0,00	0,00	1.654,00
MG	311030	Caldas	0	0,00	0,00	5.730,00
MG	311040	Camacho	0	0,00	0,00	1.263,20
MG	311050	Camanducaia	0	0,00	0,00	8.760,40
MG	311060	Cambuí	2	101,40	1.926,60	9.434,20
MG	311070	Cambuquira	0	0,00	0,00	5.204,80
MG	311080	Campanário	0	0,00	0,00	1.488,00
MG	311090	Campanha	0	0,00	0,00	6.530,00
MG	311100	Campestre	0	0,00	0,00	8.546,80
MG	311110	Campina Verde	0	0,00	0,00	7.996,40
MG	311115	Campo Azul	0	0,00	0,00	1.532,80
MG	311120	Campo Belo	20	1.014,00	19.266,00	10.774,00
MG	311130	Campo do Meio	3	152,10	2.889,90	2.368,80
MG	311140	Campo Florido	3	152,10	2.889,90	1.512,40
MG	311150	Campos Altos	0	0,00	0,00	6.031,20
MG	311160	Campos Gerais	8	405,60	7.706,40	5.756,60
MG	311170	Canaã	0	0,00	0,00	1.891,60
MG	311180	Canápolis	1	50,70	963,30	3.814,70
MG	311190	Cana Verde	2	101,40	1.926,60	1.147,80
MG	311200	Candeias	5	253,50	4.816,50	3.017,60
MG	311205	Cantagalo	0	0,00	0,00	1.774,40
MG	311210	Caparaó	0	0,00	0,00	2.174,00
MG	311220	Capela Nova	1	50,70	963,30	975,90
MG	311230	Capelinha	3	152,10	2.889,90	11.926,50
MG	311240	Capetinga	0	0,00	0,00	2.888,80
MG	311250	Capim Branco	0	0,00	0,00	4.415,13
MG	311260	Capinópolis	6	304,20	5.779,80	3.207,60
MG	311265	Capitão Andrade	2	101,40	1.926,60	1.054,00
MG	311270	Capitão Enéas	0	0,00	0,00	5.994,40
MG	311280	Capitólio	3	152,10	2.889,90	1.714,80
MG	311290	Caputira	0	0,00	0,00	3.748,40
MG	311300	Caraí	1	50,70	963,30	8.419,90
MG	311310	Caranaíba	0	0,00	0,00	1.336,40
MG	311320	Carandaí	0	0,00	0,00	9.945,60
MG	311330	Carangola	0	0,00	0,00	13.364,80
MG	311340	Caratinga	10	507,00	9.633,00	26.443,80
MG	311350	Carbonita	0	0,00	0,00	3.794,80
MG	311360	Careaçu	0	0,00	0,00	2.658,00
MG	311370	Carlos Chagas	6	304,20	5.779,80	4.042,80
MG	311380	Carmésia	0	0,00	0,00	1.033,60
MG	311390	Carmo da Cachoeira	3	152,10	2.889,90	2.455,20
MG	311400	Carmo da Mata	2	101,40	1.926,60	2.645,00
MG	311410	Carmo de Minas	0	0,00	0,00	5.820,00
MG	311420	Carmo do Cajuru	0	0,00	0,00	8.607,60
MG	311430	Carmo do Paranaíba	10	507,00	9.633,00	6.147,80
MG	311440	Carmo do Rio Claro	2	101,40	1.926,60	6.582,60
MG	311450	Carmópolis de Minas	0	0,00	0,00	7.366,40
MG	311455	Carneirinho	3	152,10	2.889,90	1.987,80
MG	311460	Carrancas	0	0,00	0,00	1.635,60
MG	311470	Carvalhópolis	0	0,00	0,00	1.409,20
MG	311480	Carvalhos	0	0,00	0,00	1.860,40
MG	311490	Casa Grande	1	50,70	963,30	461,60
MG	311500	Cascalho Rico	0	0,00	0,00	1.207,20
MG	311510	Cássia	1	50,70	963,30	6.233,10
MG	311520	Conceição da Barra de Minas	0	0,00	0,00	1.622,80
MG	311530	Cataguases	0	0,00	0,00	29.484,80
MG	311535	Catas Altas	0	0,00	0,00	2.073,60
MG	311540	Catas Altas da Noruega	0	0,00	0,00	1.449,20
MG	311545	Catuji	1	50,70	963,30	1.741,10
MG	311547	Catuti	2	101,40	1.926,60	1.040,00
MG	311550	Caxambu	0	0,00	0,00	8.902,80
MG	311560	Cedro do Abaeté	0	0,00	0,00	490,80
MG	311570	Central de Minas	2	101,40	1.926,60	1.410,20
MG	311580	Centralina	0	0,00	0,00	4.237,20
MG	311590	Chácara	0	0,00	0,00	1.204,00
MG	311600	Chalé	0	0,00	0,00	2.325,60
MG	311610	Chapada do Norte	2	101,40	1.926,60	4.332,60
MG	311615	Chapada Gaúcha	2	101,40	1.926,60	2.969,00
MG	311620	Chiador	2	101,40	1.926,60	565,40
MG	311630	Cipotânea	0	0,00	0,00	2.725,20
MG	311640	Claraval	0	0,00	0,00	1.910,40
MG	311650	Claro dos Poções	2	101,40	1.926,60	1.581,80
MG	311660	Cláudio	2	101,40	1.926,60	9.105,00
MG	311670	Coimbra	0	0,00	0,00	2.974,80
MG	311680	Coluna	0	0,00	0,00	3.685,20
MG	311690	Comendador Gomes	1	50,70	963,30	621,00
MG	311700	Comercinho	2	101,40	1.926,60	1.618,80
MG	311710	Conceição da Aparecida	3	152,10	2.889,90	2.052,60
MG	311720	Conceição das Pedras	0	0,00	0,00	1.138,00
MG	311730	Conceição das Alagoas	0	0,00	0,00	10.235,20
MG	311740	Conceição de Ipanema	1	50,70	963,30	923,60
MG	311750	Conceição do Mato Dentro	0	0,00	0,00	7.309,20
MG	311760	Conceição do Pará	0	0,00	0,00	2.172,00
MG	311770	Conceição do Rio Verde	1	50,70	963,30	4.460,30
MG	311780	Conceição dos Ouros	0	0,00	0,00	4.460,40
MG	311783	Cônego Marinho	0	0,00	0,00	3.006,00
MG	311787	Confins	2	101,40	1.926,60	1.495,43
MG	311790	Congonhal	0	0,00	0,00	4.533,60
MG	311800	Congonhas	0	0,00	0,00	20.912,00
MG	311810	Congonhas do Norte	0	0,00	0,00	2.044,40
MG	311820	Conquista	2	101,40	1.926,60	1.372,00
MG	311830	Conselheiro Lafaiete	40	2.028,00	38.532,00	27.983,25
MG	311840	Conselheiro Pena	0	0,00	0,00	9.235,20
MG	311850	Consolação	0	0,00	0,00	720,40
MG	311860	Contagem	41	2.078,70	39.495,30	266.155,80
MG	311870	Coqueiral	0	0,00	0,00	3.796,80
MG	311880	Coração de Jesus	0	0,00	0,00	10.773,20
MG	311890	Cordisburgo	0	0,00	0,00	3.592,40
MG	311900	Cordislândia	0	0,00	0,00	1.426,00
MG	311910	Corinto	8	405,60	7.706,40	4.896,80
MG	311920	Coroaci	2	101,40	1.926,60	2.254,60
MG	311930	Coromandel	3	152,10	2.889,90	8.481,30
MG	311940	Coronel Fabriciano	36	1.825,20	34.678,80	26.938,64
MG	311950	Coronel Murta	0	0,00	0,00	3.757,60
MG	311960	Coronel Pacheco	0	0,00	0,00	1.240,40
MG	311970	Coronel Xavier Chaves	0	0,00	0,00	1.376,00
MG	311980	Córrego Danta	2	101,40	1.926,60	685,20
MG	311990	Córrego do Bom Jesus	0	0,00	0,00	1.527,60
MG	311995	Córrego Fundo	2	101,40	1.926,60	1.231,80

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MG	312000	Córrego Novo	2	101,40	1.926,60	620,00
MG	312010	Couto de Magalhães de Minas	0	0,00	0,00	1.758,00
MG	312015	Crisólita	2	101,40	1.926,60	1.293,40
MG	312020	Cristais	4	202,80	3.853,20	2.437,00
MG	312030	Cristália	0	0,00	0,00	2.397,20
MG	312040	Cristiano Otoni	2	101,40	1.926,60	1.038,60
MG	312050	Cristina	0	0,00	0,00	4.194,40
MG	312060	Crucilândia	0	0,00	0,00	1.996,40
MG	312070	Cruzeiro da Fortaleza	1	50,70	963,30	824,40
MG	312080	Cruzília	5	253,50	4.816,50	3.059,80
MG	312083	Cuparaque	0	0,00	0,00	1.968,80
MG	312087	Curral de Dentro	3	152,10	2.889,90	1.484,00
MG	312090	Curvelo	0	0,00	0,00	31.349,20
MG	312100	Datas	2	101,40	1.926,60	1.085,00
MG	312110	Delfim Moreira	0	0,00	0,00	3.279,60
MG	312120	Delfinópolis	2	101,40	1.926,60	1.424,00
MG	312125	Delta	3	152,10	2.889,90	1.856,00
MG	312130	Descoberto	0	0,00	0,00	1.995,60
MG	312140	Desterro de Entre Rios	2	101,40	1.926,60	1.455,80
MG	312150	Desterro do Melo	1	50,70	963,30	612,00
MG	312160	Diamantina	17	861,90	16.376,10	9.560,60
MG	312170	Diogo de Vasconcelos	0	0,00	0,00	1.574,00
MG	312180	Dionísio	0	0,00	0,00	3.462,80
MG	312190	Divinésia	2	101,40	1.926,60	685,40
MG	312200	Divino	4	202,80	3.853,20	4.125,60
MG	312210	Divino das Laranjeiras	0	0,00	0,00	2.032,00
MG	312220	Divinolândia de Minas	0	0,00	0,00	2.970,00
MG	312230	Divinópolis	0	0,00	0,00	102.889,35
MG	312235	Divisa Alegre	2	101,40	1.926,60	1.279,60
MG	312240	Divisa Nova	1	50,70	963,30	1.441,10
MG	312245	Divisópolis	1	50,70	963,30	3.047,50
MG	312247	Dom Bosco	2	101,40	1.926,60	774,40
MG	312250	Dom Cavati	0	0,00	0,00	2.121,20
MG	312260	Dom Joaquim	1	50,70	963,30	926,40
MG	312270	Dom Silvério	2	101,40	1.926,60	1.069,20
MG	312280	Dom Viçoso	0	0,00	0,00	1.229,60
MG	312290	Dona Eusébia	0	0,00	0,00	2.554,40
MG	312300	Dores de Campos	0	0,00	0,00	3.952,80
MG	312310	Dores de Guanhães	0	0,00	0,00	2.137,20
MG	312320	Dores do Indaiá	0	0,00	0,00	5.619,20
MG	312330	Dores do Turvo	0	0,00	0,00	1.806,40
MG	312340	Doresópolis	1	50,70	963,30	302,40
MG	312350	Douradoquara	0	0,00	0,00	766,00
MG	312352	Durandé	0	0,00	0,00	3.113,20
MG	312360	Elói Mendes	0	0,00	0,00	10.807,60
MG	312370	Engenheiro Caldas	3	152,10	2.889,90	2.177,60
MG	312380	Engenheiro Navarro	0	0,00	0,00	2.941,20
MG	312385	Entre Folhas	2	101,40	1.926,60	1.074,60
MG	312390	Entre Rios de Minas	0	0,00	0,00	6.013,60
MG	312400	Ervália	1	50,70	963,30	6.552,30
MG	312410	Esmeraldas	24	1.216,80	23.119,20	15.455,30
MG	312420	Espera Feliz	0	0,00	0,00	9.714,80
MG	312430	Espinosa	8	405,60	7.706,40	6.423,40
MG	312440	Espírito Santo do Dourado	1	50,70	963,30	929,60
MG	312450	Estiva	0	0,00	0,00	4.531,60
MG	312460	Estrela Dalva	0	0,00	0,00	998,40
MG	312470	Estrela do Indaiá	2	101,40	1.926,60	720,40
MG	312480	Estrela do Sul	3	152,10	2.889,90	1.570,20
MG	312490	Eugenópolis	0	0,00	0,00	4.442,80
MG	312500	Ewbank da Câmara	0	0,00	0,00	1.565,60
MG	312510	Extrema	0	0,00	0,00	12.960,80
MG	312520	Fama	0	0,00	0,00	968,40
MG	312530	Faria Lemos	0	0,00	0,00	1.369,20
MG	312540	Felício dos Santos	0	0,00	0,00	2.062,80
MG	312550	São Gonçalo do Rio Preto	0	0,00	0,00	1.272,00
MG	312560	Felisburgo	0	0,00	0,00	2.915,20
MG	312570	Felixlândia	0	0,00	0,00	5.989,20
MG	312580	Fernandes Tourinho	0	0,00	0,00	1.307,60
MG	312590	Ferros	0	0,00	0,00	4.322,80
MG	312595	Fervedouro	2	101,40	1.926,60	2.425,40
MG	312600	Florestal	0	0,00	0,00	3.330,60
MG	312610	Formiga	9	456,30	8.669,70	19.311,41
MG	312620	Formoso	0	0,00	0,00	3.578,00
MG	312630	Fortaleza de Minas	2	101,40	1.926,60	866,00
MG	312640	Fortuna de Minas	2	101,40	1.926,60	574,40
MG	312650	Francisco Badaró	0	0,00	0,00	4.218,40
MG	312660	Francisco Dumont	2	101,40	1.926,60	1.026,00
MG	312670	Francisco Sá	0	0,00	0,00	10.440,80
MG	312675	Franciscópolis	2	101,40	1.926,60	1.165,00
MG	312680	Frei Gaspar	2	101,40	1.926,60	1.206,60
MG	312690	Frei Inocêncio	0	0,00	0,00	3.771,20
MG	312695	Frei Lagonegro	0	0,00	0,00	1.390,00
MG	312700	Fronteira	7	354,90	6.743,10	3.207,20
MG	312705	Fronteira dos Vales	1	50,70	963,30	955,40
MG	312707	Fruta de Leite	0	0,00	0,00	2.367,60
MG	312710	Frutal	20	1.014,00	19.266,00	11.453,80
MG	312720	Funilândia	0	0,00	0,00	1.661,20
MG	312730	Galiléia	0	0,00	0,00	2.836,80
MG	312733	Gameleiras	2	101,40	1.926,60	1.052,80
MG	312735	Glaucilândia	0	0,00	0,00	1.245,60
MG	312737	Goiabeira	2	101,40	1.926,60	650,60
MG	312738	Goianá	0	0,00	0,00	1.550,40
MG	312740	Gonçalves	0	0,00	0,00	1.752,40
MG	312750	Gonzaga	0	0,00	0,00	2.467,20
MG	312760	Gouveia	2	101,40	1.926,60	2.889,00
MG	312770	Governador Valadares	10	507,00	9.633,00	115.014,75
MG	312780	Grão Mogol	2	101,40	1.926,60	4.368,20
MG	312790	Grupiara	2	101,40	1.926,60	283,00
MG	312800	Guanhães	0	0,00	0,00	13.318,80
MG	312810	Guapé	0	0,00	0,00	5.751,60
MG	312820	Guaraciaba	0	0,00	0,00	4.210,80
MG	312825	Guaraciama	0	0,00	0,00	1.976,40
MG	312830	Guaranésia	1	50,70	963,30	6.764,30
MG	312840	Guarani	3	152,10	2.889,90	1.799,20
MG	312850	Guarará	0	0,00	0,00	1.596,40
MG	312860	Guarda-Mor	0	0,00	0,00	2.696,40
MG	312870	Guaxupé	19	963,30	18.302,70	10.340,80
MG	312880	Guidoval	0	0,00	0,00	2.942,40
MG	312890	Guimarânia	0	0,00	0,00	3.105,60
MG	312900	Guiricema	0	0,00	0,00	3.535,20
MG	312910	Gurinhatã	0	0,00	0,00	2.457,60
MG	312920	Heliodora	0	0,00	0,00	2.582,00
MG	312930	Iapu	3	152,10	2.889,90	2.164,00
MG	312940	Ibertioga	1	50,70	963,30	1.101,90
MG	312950	Ibiá	5	253,50	4.816,50	5.028,70
MG	312960	Ibiaí	2	101,40	1.926,60	1.652,80
MG	312965	Ibiracatu	0	0,00	0,00	2.500,00
MG	312970	Ibiraci	0	0,00	0,00	5.263,20
MG	312980	Ibirité	4	202,80	3.853,20	86.411,10
MG	312990	Ibitiúra de Minas	2	101,40	1.926,60	702,40
MG	313000	Ibituruna	1	50,70	963,30	598,00
MG	313005	Icaraí de Minas	2	101,40	1.926,60	2.683,00
MG	313010	Igarapé	0	0,00	0,00	18.221,00
MG	313020	Igaratinga	3	152,10	2.889,90	2.028,80
MG	313030	Iguatama	2	101,40	1.926,60	1.642,60
MG	313040	Ijaci	0	0,00	0,00	2.515,20
MG	313050	Ilicínea	4	202,80	3.853,20	2.428,20
MG	313055	Imbé de Minas	2	101,40	1.926,60	1.356,40
MG	313060	Inconfidentes	0	0,00	0,00	2.901,60
MG	313065	Indaiabira	2	101,40	1.926,60	1.505,60
MG	313070	Indianópolis	2	101,40	1.926,60	1.326,40
MG	313080	Ingaí	0	0,00	0,00	1.100,80
MG	313090	Inhapim	0	0,00	0,00	9.952,80
MG	313100	Inhaúma	2	101,40	1.926,60	1.222,80
MG	313110	Inimutaba	1	50,70	963,30	1.976,30
MG	313115	Ipaba	1	50,70	963,30	6.197,50
MG	313120	Ipanema	6	304,20	5.779,80	3.863,60
MG	313130	Ipatinga	82	4.157,40	78.990,60	57.434,85
MG	313140	Ipiaçu	2	101,40	1.926,60	852,00
MG	313150	Ipuiúna	0	0,00	0,00	3.996,40
MG	313160	Iraí de Minas	2	101,40	1.926,60	1.368,40
MG	313170	Itabira	42	2.129,40	40.458,60	26.267,63
MG	313180	Itabirinha	0	0,00	0,00	4.518,80
MG	313190	Itabirito	0	0,00	0,00	19.681,20
MG	313200	Itacambira	0	0,00	0,00	2.110,40
MG	313210	Itacarambi	5	253,50	4.816,50	3.670,00
MG	313220	Itaguara	0	0,00	0,00	6.107,26
MG	313230	Itaipé	0	0,00	0,00	4.995,60
MG	313240	Itajubá	29	1.470,30	27.935,70	19.098,20
MG	313250	Itamarandiba	10	507,00	9.633,00	6.806,60
MG	313260	Itamarati de Minas	0	0,00	0,00	1.718,00
MG	313270	Itambacuri	7	354,90	6.743,10	4.711,40
MG	313280	Itambé do Mato Dentro	0	0,00	0,00	912,40
MG	313290	Itamogi	3	152,10	2.889,90	2.114,40
MG	313300	Itamonte	1	50,70	963,30	5.035,90
MG	313310	Itanhandu	2	101,40	1.926,60	4.075,80
MG	313320	Itanhomi	4	202,80	3.853,20	2.462,20
MG	313330	Itaobim	0	0,00	0,00	8.627,60
MG	313340	Itapagipe	2	101,40	1.926,60	3.931,40
MG	313350	Itapecerica	8	405,60	7.706,40	4.416,40
MG	313360	Itapeva	0	0,00	0,00	3.735,20
MG	313370	Itatiaiuçu	2	101,40	1.926,60	3.054,60
MG	313375	Itaú de Minas	6	304,20	5.779,80	3.159,60
MG	313380	Itaúna	0	0,00	0,00	36.313,20
MG	313390	Itaverava	0	0,00	0,00	2.333,20
MG	313400	Itinga	3	152,10	2.889,90	3.114,90
MG	313410	Itueta	2	101,40	1.926,60	1.213,80
MG	313420	Ituiutaba	19	963,30	18.302,70	22.773,30
MG	313430	Itumirim	1	50,70	963,30	1.541,90
MG	313440	Iturama	0	0,00	0,00	14.910,80
MG	313450	Itutinga	0	0,00	0,00	1.590,40
MG	313460	Jaboticatubas	5	253,50	4.816,50	4.383,17
MG	313470	Jacinto	2	101,40	1.926,60	3.083,00
MG	313480	Jacuí	2	101,40	1.926,60	1.554,00
MG	313490	Jacutinga	0	0,00	0,00	9.859,20
MG	313500	Jaguaraçu	0	0,00	0,00	1.249,60
MG	313505	Jaíba	0	0,00	0,00	14.634,40
MG	313507	Jampruca	0	0,00	0,00	2.133,20
MG	313510	Janaúba	26	1.318,20	25.045,80	14.828,48
MG	313520	Januária	0	0,00	0,00	27.226,00
MG	313530	Japaraíba	0	0,00	0,00	1.682,40
MG	313535	Japonvar	2	101,40	1.926,60	1.724,40
MG	313540	Jeceaba	2	101,40	1.926,60	1.077,40
MG	313545	Jenipapo de Minas	2	101,40	1.926,60	1.506,20
MG	313550	Jequeri	0	0,00	0,00	5.216,40
MG	313560	Jequitaí	3	152,10	2.889,90	1.613,80
MG	313570	Jequitibá	2	101,40	1.926,60	1.062,00
MG	313580	Jequitinhonha	8	405,60	7.706,40	5.052,00
MG	313590	Jesuânia	0	0,00	0,00	1.959,60
MG	313600	Joaíma	0	0,00	0,00	6.209,20
MG	313610	Joanésia	0	0,00	0,00	2.122,00
MG	313620	João Monlevade	0	0,00	0,00	31.216,00
MG	313630	João Pinheiro	17	861,90	16.376,10	9.574,00
MG	313640	Joaquim Felício	0	0,00	0,00	1.829,20
MG	313650	Jordânia	0	0,00	0,00	4.314,40
MG	313652	José Gonçalves de Minas	1	50,70	963,30	931,20
MG	313655	José Raydan	0	0,00	0,00	1.895,20
MG	313657	Josenópolis	0	0,00	0,00	1.921,60
MG	313660	Nova União	0	0,00	0,00	2.690,80
MG	313665	Juatuba	10	507,00	9.633,00	5.754,47
MG	313670	Juiz de Fora	0	0,00	0,00	247.819,50
MG	313680	Juramento	0	0,00	0,00	1.722,80
MG	313690	Juruaia	0	0,00	0,00	4.003,20
MG	313695	Juvenília	2	101,40	1.926,60	1.172,60
MG	313700	Ladainha	0	0,00	0,00	7.152,40
MG	313710	Lagamar	0	0,00	0,00	3.120,80
MG	313720	Lagoa da Prata	1	50,70	963,30	18.898,30
MG	313730	Lagoa dos Patos	0	0,00	0,00	1.719,20
MG	313740	Lagoa Dourada	0	0,00	0,00	5.149,60
MG	313750	Lagoa Formosa	5	253,50	4.816,50	3.592,40

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MG	313753	Lagoa Grande	0	0,00	0,00	3.686,40
MG	313760	Lagoa Santa	0	0,00	0,00	27.394,26
MG	313770	Lajinha	0	0,00	0,00	8.096,40
MG	313780	Lambari	0	0,00	0,00	8.225,60
MG	313790	Lamim	0	0,00	0,00	1.409,60
MG	313800	Laranjal	0	0,00	0,00	2.708,00
MG	313810	Lassance	2	101,40	1.926,60	1.332,60
MG	313820	Lavras	2	101,40	1.926,60	37.765,00
MG	313830	Leandro Ferreira	0	0,00	0,00	1.318,80
MG	313835	Leme do Prado	0	0,00	0,00	1.989,60
MG	313840	Leopoldina	0	0,00	0,00	21.212,80
MG	313850	Liberdade	0	0,00	0,00	2.160,40
MG	313860	Lima Duarte	0	0,00	0,00	6.714,40
MG	313862	Limeira do Oeste	2	101,40	1.926,60	1.465,40
MG	313865	Lontra	2	101,40	1.926,60	1.776,20
MG	313867	Luisburgo	0	0,00	0,00	2.562,80
MG	313868	Luislândia	0	0,00	0,00	2.674,00
MG	313870	Luminárias	0	0,00	0,00	2.228,40
MG	313880	Luz	7	354,90	6.743,10	3.646,00
MG	313890	Machacalis	0	0,00	0,00	2.884,00
MG	313900	Machado	0	0,00	0,00	16.428,00
MG	313910	Madre de Deus de Minas	0	0,00	0,00	2.043,20
MG	313920	Malacacheta	5	253,50	4.816,50	3.845,60
MG	313925	Mamonas	0	0,00	0,00	2.629,20
MG	313930	Manga	5	253,50	4.816,50	3.979,60
MG	313940	Manhuaçu	20	1.014,00	19.266,00	17.181,80
MG	313950	Manhumirim	0	0,00	0,00	8.986,00
MG	313960	Mantena	1	50,70	963,30	10.245,90
MG	313970	Maravilhas	2	101,40	1.926,60	1.534,80
MG	313980	Mar de Espanha	0	0,00	0,00	4.992,00
MG	313990	Maria da Fé	0	0,00	0,00	5.820,40
MG	314000	Mariana	1	50,70	963,30	22.329,90
MG	314010	Marilac	0	0,00	0,00	1.718,80
MG	314015	Mário Campos	0	0,00	0,00	6.732,60
MG	314020	Maripá de Minas	0	0,00	0,00	1.173,60
MG	314030	Marliéria	0	0,00	0,00	1.650,40
MG	314040	Marmelópolis	0	0,00	0,00	1.191,60
MG	314050	Martinho Campos	2	101,40	1.926,60	3.372,60
MG	314053	Martins Soares	0	0,00	0,00	3.143,20
MG	314055	Mata Verde	0	0,00	0,00	3.345,20
MG	314060	Materlândia	1	50,70	963,30	934,60
MG	314070	Mateus Leme	2	101,40	1.926,60	12.014,13
MG	314080	Matias Barbosa	0	0,00	0,00	5.678,40
MG	314085	Matias Cardoso	0	0,00	0,00	4.286,80
MG	314090	Matipó	0	0,00	0,00	7.441,60
MG	314100	Mato Verde	1	50,70	963,30	4.215,50
MG	314110	Matozinhos	10	507,00	9.633,00	8.489,13
MG	314120	Matutina	1	50,70	963,30	771,20
MG	314130	Medeiros	0	0,00	0,00	1.470,40
MG	314140	Medina	1	50,70	963,30	7.641,90
MG	314150	Mendes Pimentel	2	101,40	1.926,60	1.308,20
MG	314160	Mercês	0	0,00	0,00	4.313,60
MG	314170	Mesquita	0	0,00	0,00	2.433,60
MG	314180	Minas Novas	0	0,00	0,00	12.745,60
MG	314190	Minduri	0	0,00	0,00	1.584,00
MG	314200	Mirabela	0	0,00	0,00	5.439,20
MG	314210	Miradouro	0	0,00	0,00	4.287,20
MG	314220	Miraí	4	202,80	3.853,20	2.929,80
MG	314225	Miravânia	0	0,00	0,00	1.921,20
MG	314230	Moeda	1	50,70	963,30	997,90
MG	314240	Moema	0	0,00	0,00	2.962,40
MG	314250	Monjolos	1	50,70	963,30	475,80
MG	314260	Monsenhor Paulo	2	101,40	1.926,60	1.716,60
MG	314270	Montalvânia	4	202,80	3.853,20	3.194,80
MG	314280	Monte Alegre de Minas	1	50,70	963,30	7.327,90
MG	314290	Monte Azul	1	50,70	963,30	7.923,90
MG	314300	Monte Belo	0	0,00	0,00	5.376,00
MG	314310	Monte Carmelo	3	152,10	2.889,90	16.218,10
MG	314315	Monte Formoso	0	0,00	0,00	1.950,80
MG	314320	Monte Santo de Minas	7	354,90	6.743,10	4.379,40
MG	314330	Montes Claros	145	7.351,50	139.678,50	87.797,70
MG	314340	Monte Sião	0	0,00	0,00	9.117,60
MG	314345	Montezuma	2	101,40	1.926,60	1.594,60
MG	314350	Morada Nova de Minas	2	101,40	1.926,60	1.742,40
MG	314360	Morro da Garça	0	0,00	0,00	1.067,60
MG	314370	Morro do Pilar	0	0,00	0,00	1.368,40
MG	314380	Munhoz	1	50,70	963,30	1.577,10
MG	314390	Muriaé	0	0,00	0,00	47.959,20
MG	314400	Mutum	5	253,50	4.816,50	6.173,50
MG	314410	Muzambinho	0	0,00	0,00	8.404,80
MG	314420	Nacip Raydan	2	101,40	1.926,60	652,20
MG	314430	Nanuque	15	760,50	14.449,50	8.375,20
MG	314435	Naque	0	0,00	0,00	2.706,80
MG	314437	Natalândia	2	101,40	1.926,60	675,40
MG	314440	Natércia	0	0,00	0,00	1.922,80
MG	314450	Nazareno	0	0,00	0,00	3.368,80
MG	314460	Nepomuceno	1	50,70	963,30	9.761,50
MG	314465	Ninheira	2	101,40	1.926,60	2.177,80
MG	314467	Nova Belém	0	0,00	0,00	1.464,80
MG	314470	Nova Era	0	0,00	0,00	7.200,80
MG	314480	Nova Lima	35	1.774,50	33.715,50	20.690,13
MG	314490	Nova Módica	2	101,40	1.926,60	766,00
MG	314500	Nova Ponte	0	0,00	0,00	5.696,40
MG	314505	Nova Porteirinha	2	101,40	1.926,60	1.526,00
MG	314510	Nova Resende	4	202,80	3.853,20	3.262,60
MG	314520	Nova Serrana	2	101,40	1.926,60	32.977,40
MG	314530	Novo Cruzeiro	5	253,50	4.816,50	7.887,50
MG	314535	Novo Oriente de Minas	2	101,40	1.926,60	2.382,60
MG	314537	Novorizonte	0	0,00	0,00	2.090,40
MG	314540	Olaria	1	50,70	963,30	391,40
MG	314545	Olhos-d'Água	2	101,40	1.926,60	1.147,00
MG	314550	Olímpio Noronha	1	50,70	963,30	540,00
MG	314560	Oliveira	0	0,00	0,00	16.550,00
MG	314570	Oliveira Fortes	0	0,00	0,00	872,80
MG	314580	Onça de Pitangui	0	0,00	0,00	1.268,40
MG	314585	Oratórios	0	0,00	0,00	1.869,20
MG	314587	Orizânia	1	50,70	963,30	2.143,50
MG	314590	Ouro Branco	0	0,00	0,00	15.151,20
MG	314600	Ouro Fino	0	0,00	0,00	13.285,60
MG	314610	Ouro Preto	27	1.368,90	26.009,10	14.740,00
MG	314620	Ouro Verde de Minas	0	0,00	0,00	2.459,20
MG	314625	Padre Carvalho	0	0,00	0,00	2.481,20
MG	314630	Padre Paraíso	0	0,00	0,00	7.943,60
MG	314640	Paineiras	0	0,00	0,00	1.883,20
MG	314650	Pains	0	0,00	0,00	3.331,60
MG	314655	Pai Pedro	0	0,00	0,00	2.460,00
MG	314660	Paiva	0	0,00	0,00	636,00
MG	314670	Palma	1	50,70	963,30	1.733,50
MG	314675	Palmópolis	0	0,00	0,00	2.691,84
MG	314690	Papagaios	0	0,00	0,00	6.057,60
MG	314700	Paracatu	0	0,00	0,00	36.117,60
MG	314710	Pará de Minas	7	354,90	6.743,10	29.379,30
MG	314720	Paraguaçu	7	354,90	6.743,10	4.255,20
MG	314730	Paraisópolis	3	152,10	2.889,90	5.335,30
MG	314740	Paraopeba	0	0,00	0,00	9.576,00
MG	314750	Passabém	0	0,00	0,00	710,40
MG	314760	Passa Quatro	0	0,00	0,00	6.516,00
MG	314770	Passa Tempo	0	0,00	0,00	3.350,80
MG	314780	Passa-Vinte	0	0,00	0,00	848,40
MG	314790	Passos	38	1.926,60	36.605,40	25.290,45
MG	314795	Patis	0	0,00	0,00	2.352,40
MG	314800	Patos de Minas	10	507,00	9.633,00	56.793,30
MG	314810	Patrocínio	0	0,00	0,00	35.171,20
MG	314820	Patrocínio do Muriaé	0	0,00	0,00	2.233,20
MG	314830	Paula Cândido	0	0,00	0,00	3.852,00
MG	314840	Paulistas	1	50,70	963,30	1.044,70
MG	314850	Pavão	0	0,00	0,00	3.508,40
MG	314860	Peçanha	0	0,00	0,00	7.126,80
MG	314870	Pedra Azul	0	0,00	0,00	9.859,20
MG	314875	Pedra Bonita	2	101,40	1.926,60	1.403,00
MG	314880	Pedra do Anta	0	0,00	0,00	1.365,60
MG	314890	Pedra do Indaiá	2	101,40	1.926,60	802,60
MG	314900	Pedra Dourada	0	0,00	0,00	949,60
MG	314910	Pedralva	2	101,40	1.926,60	2.746,60
MG	314915	Pedras de Maria da Cruz	2	101,40	1.926,60	2.507,00
MG	314920	Pedrinópolis	1	50,70	963,30	727,60
MG	314930	Pedro Leopoldo	0	0,00	0,00	33.579,23
MG	314940	Pedro Teixeira	0	0,00	0,00	736,00
MG	314950	Pequeri	1	50,70	963,30	662,00
MG	314960	Pequi	2	101,40	1.926,60	862,80
MG	314970	Perdigão	0	0,00	0,00	4.074,00
MG	314980	Perdizes	0	0,00	0,00	6.193,60
MG	314990	Perdões	5	253,50	4.816,50	4.225,80
MG	314995	Periquito	0	0,00	0,00	2.860,00
MG	315000	Pescador	0	0,00	0,00	1.713,60
MG	315010	Piau	0	0,00	0,00	1.154,80
MG	315015	Piedade de Caratinga	2	101,40	1.926,60	1.575,60
MG	315020	Piedade de Ponte Nova	0	0,00	0,00	1.678,80
MG	315030	Piedade do Rio Grande	0	0,00	0,00	1.906,40
MG	315040	Piedade dos Gerais	0	0,00	0,00	1.958,80
MG	315050	Pimenta	0	0,00	0,00	3.447,60
MG	315053	Pingo-d'Água	0	0,00	0,00	1.897,20
MG	315057	Pintópolis	0	0,00	0,00	3.006,40
MG	315060	Piracema	0	0,00	0,00	2.630,00
MG	315070	Pirajuba	1	50,70	963,30	1.195,10
MG	315080	Piranga	0	0,00	0,00	7.134,00
MG	315090	Piranguçu	1	50,70	963,30	1.218,30
MG	315100	Piranguinho	0	0,00	0,00	3.382,40
MG	315110	Pirapetinga	0	0,00	0,00	4.314,80
MG	315120	Pirapora	23	1.166,10	22.155,90	11.194,40
MG	315130	Piraúba	0	0,00	0,00	4.449,20
MG	315140	Pitangui	0	0,00	0,00	10.816,00
MG	315150	Piumhi	0	0,00	0,00	13.533,20
MG	315160	Planura	4	202,80	3.853,20	2.271,00
MG	315170	Poço Fundo	3	152,10	2.889,90	3.792,10
MG	315180	Poços de Caldas	55	2.788,50	52.981,50	36.535,28
MG	315190	Pocrane	0	0,00	0,00	3.620,00
MG	315200	Pompéu	0	0,00	0,00	12.377,20
MG	315210	Ponte Nova	1	50,70	963,30	22.962,30
MG	315213	Ponto Chique	0	0,00	0,00	1.674,80
MG	315217	Ponto dos Volantes	2	101,40	1.926,60	2.853,00
MG	315220	Porteirinha	6	304,20	5.779,80	9.703,80
MG	315230	Porto Firme	0	0,00	0,00	4.413,20
MG	315240	Poté	4	202,80	3.853,20	3.285,60
MG	315250	Pouso Alegre	0	0,00	0,00	63.932,85
MG	315260	Pouso Alto	0	0,00	0,00	2.516,40
MG	315270	Prados	2	101,40	1.926,60	1.773,00
MG	315280	Prata	1	50,70	963,30	9.953,90
MG	315290	Pratápolis	0	0,00	0,00	3.590,00
MG	315300	Pratinha	2	101,40	1.926,60	697,00
MG	315310	Presidente Bernardes	2	101,40	1.926,60	1.126,00
MG	315320	Presidente Juscelino	0	0,00	0,00	1.571,20
MG	315330	Presidente Kubitschek	0	0,00	0,00	1.221,20
MG	315340	Presidente Olegário	4	202,80	3.853,20	3.906,00
MG	315350	Alto Jequitibá	2	101,40	1.926,60	1.707,00
MG	315360	Prudente de Morais	0	0,00	0,00	4.114,80
MG	315370	Quartel Geral	0	0,00	0,00	1.397,20
MG	315380	Queluzito	0	0,00	0,00	776,00
MG	315390	Raposos	0	0,00	0,00	7.533,86
MG	315400	Raul Soares	6	304,20	5.779,80	4.884,60
MG	315410	Recreio	4	202,80	3.853,20	2.130,20
MG	315415	Reduto	0	0,00	0,00	2.789,20
MG	315420	Resende Costa	3	152,10	2.889,90	2.285,80
MG	315430	Resplendor	6	304,20	5.779,80	3.530,60
MG	315440	Ressaquinha	0	0,00	0,00	1.955,60
MG	315445	Riachinho	2	101,40	1.926,60	1.653,20
MG	315450	Riacho dos Machados	0	0,00	0,00	3.860,00
MG	315460	Ribeirão das Neves	5	253,50	4.816,50	177.190,20
MG	315470	Ribeirão Vermelho	0	0,00	0,00	1.603,20
MG	315480	Rio Acima	4	202,80	3.853,20	2.290,40
MG	315490	Rio Casca	0	0,00	0,00	5.750,40
MG	315500	Rio Doce	0	0,00	0,00	1.035,20
MG	315510	Rio do Prado	0	0,00	0,00	2.133,20
MG	315520	Rio Espera	0	0,00	0,00	2.418,00
MG	315530	Rio Manso	0	0,00	0,00	2.630,13
MG	315540	Rio Novo	0	0,00	0,00	3.612,80

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MG	315550	Rio Paranaíba	1	50,70	963,30	3.982,30
MG	315560	Rio Pardo de Minas	0	0,00	0,00	12.231,20
MG	315570	Rio Piracicaba	0	0,00	0,00	5.836,00
MG	315580	Rio Pomba	5	253,50	4.816,50	3.574,40
MG	315590	Rio Preto	0	0,00	0,00	2.200,80
MG	315600	Rio Vermelho	0	0,00	0,00	5.502,00
MG	315610	Ritápolis	0	0,00	0,00	1.982,00
MG	315620	Rochedo de Minas	0	0,00	0,00	898,40
MG	315630	Rodeiro	0	0,00	0,00	3.017,20
MG	315640	Romaria	1	50,70	963,30	734,20
MG	315645	Rosário da Limeira	1	50,70	963,30	899,00
MG	315650	Rubelita	1	50,70	963,30	2.007,90
MG	315660	Rubim	1	50,70	963,30	3.158,30
MG	315670	Sabará	0	0,00	0,00	67.876,73
MG	315680	Sabinópolis	2	101,40	1.926,60	4.490,20
MG	315690	Sacramento	0	0,00	0,00	10.172,80
MG	315700	Salinas	0	0,00	0,00	16.439,20
MG	315710	Salto da Divisa	0	0,00	0,00	2.838,40
MG	315720	Santa Bárbara	9	456,30	8.669,70	6.973,87
MG	315725	Santa Bárbara do Leste	0	0,00	0,00	3.227,20
MG	315727	Santa Bárbara do Monte Verde	0	0,00	0,00	1.202,00
MG	315730	Santa Bárbara do Tugúrio	0	0,00	0,00	1.858,40
MG	315733	Santa Cruz de Minas	0	0,00	0,00	3.346,00
MG	315737	Santa Cruz de Salinas	0	0,00	0,00	1.773,60
MG	315740	Santa Cruz do Escalvado	0	0,00	0,00	2.020,00
MG	315750	Santa Efigênia de Minas	0	0,00	0,00	1.864,40
MG	315760	Santa Fé de Minas	1	50,70	963,30	806,80
MG	315765	Santa Helena de Minas	2	101,40	1.926,60	1.267,20
MG	315770	Santa Juliana	4	202,80	3.853,20	2.540,40
MG	315780	Santa Luzia	0	0,00	0,00	110.995,50
MG	315790	Santa Margarida	3	152,10	2.889,90	3.461,70
MG	315800	Santa Maria de Itabira	2	101,40	1.926,60	2.450,20
MG	315810	Santa Maria do Salto	0	0,00	0,00	2.162,40
MG	315820	Santa Maria do Suaçuí	4	202,80	3.853,20	2.970,80
MG	315830	Santana da Vargem	0	0,00	0,00	2.951,60
MG	315840	Santana de Cataguases	0	0,00	0,00	1.526,00
MG	315850	Santana de Pirapama	0	0,00	0,00	3.242,40
MG	315860	Santana do Deserto	2	101,40	1.926,60	801,20
MG	315870	Santana do Garambéu	0	0,00	0,00	952,40
MG	315880	Santana do Jacaré	0	0,00	0,00	1.924,40
MG	315890	Santana do Manhuaçu	0	0,00	0,00	3.535,60
MG	315895	Santana do Paraíso	11	557,70	10.596,30	6.188,60
MG	315900	Santana do Riacho	0	0,00	0,00	1.694,00
MG	315910	Santana dos Montes	1	50,70	963,30	781,60
MG	315920	Santa Rita de Caldas	3	152,10	2.889,90	1.847,80
MG	315930	Santa Rita de Jacutinga	0	0,00	0,00	2.036,00
MG	315935	Santa Rita de Minas	2	101,40	1.926,60	1.396,80
MG	315940	Santa Rita de Ibitipoca	0	0,00	0,00	1.451,20
MG	315950	Santa Rita do Itueto	2	101,40	1.926,60	1.156,40
MG	315960	Santa Rita do Sapucaí	0	0,00	0,00	16.376,40
MG	315970	Santa Rosa da Serra	0	0,00	0,00	1.342,80
MG	315980	Santa Vitória	7	354,90	6.743,10	3.850,00
MG	315990	Santo Antônio do Amparo	6	304,20	5.779,80	3.653,20
MG	316000	Santo Antônio do Aventureiro	0	0,00	0,00	1.462,00
MG	316010	Santo Antônio do Grama	0	0,00	0,00	1.655,20
MG	316020	Santo Antônio do Itambé	0	0,00	0,00	1.660,40
MG	316030	Santo Antônio do Jacinto	0	0,00	0,00	4.816,80
MG	316040	Santo Antônio do Monte	0	0,00	0,00	11.022,40
MG	316045	Santo Antônio do Retiro	2	101,40	1.926,60	1.452,80
MG	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	0	0,00	0,00	728,00
MG	316060	Santo Hipólito	0	0,00	0,00	1.310,40
MG	316070	Santos Dumont	0	0,00	0,00	19.023,20
MG	316080	São Bento Abade	0	0,00	0,00	1.992,40
MG	316090	São Brás do Suaçuí	0	0,00	0,00	1.477,20
MG	316095	São Domingos das Dores	0	0,00	0,00	2.256,80
MG	316100	São Domingos do Prata	4	202,80	3.853,20	3.562,20
MG	316105	São Félix de Minas	0	0,00	0,00	1.386,80
MG	316110	São Francisco	14	709,80	13.486,20	11.711,88
MG	316120	São Francisco de Paula	0	0,00	0,00	2.667,20
MG	316130	São Francisco de Sales	1	50,70	963,30	1.480,70
MG	316140	São Francisco do Glória	2	101,40	1.926,60	1.042,20
MG	316150	São Geraldo	3	152,10	2.889,90	2.274,40
MG	316160	São Geraldo da Piedade	0	0,00	0,00	1.748,80
MG	316165	São Geraldo do Baixio	0	0,00	0,00	1.515,20
MG	316170	São Gonçalo do Abaeté	1	50,70	963,30	1.723,50
MG	316180	São Gonçalo do Pará	0	0,00	0,00	4.590,00
MG	316190	São Gonçalo do Rio Abaixo	0	0,00	0,00	4.195,20
MG	316200	São Gonçalo do Sapucaí	1	50,70	963,30	9.093,90
MG	316210	São Gotardo	4	202,80	3.853,20	9.789,60
MG	316220	São João Batista do Glória	0	0,00	0,00	2.916,80
MG	316225	São João da Lagoa	0	0,00	0,00	1.952,00
MG	316230	São João da Mata	0	0,00	0,00	1.123,60
MG	316240	São João da Ponte	0	0,00	0,00	10.384,40
MG	316245	São João das Missões	0	0,00	0,00	5.015,60
MG	316250	São João del Rei	0	0,00	0,00	35.560,80
MG	316255	São João do Manhuaçu	0	0,00	0,00	4.415,20
MG	316257	São João do Manteninha	0	0,00	0,00	2.236,40
MG	316260	São João do Oriente	0	0,00	0,00	3.185,60
MG	316265	São João do Pacuí	2	101,40	1.926,60	861,60
MG	316270	São João do Paraíso	1	50,70	963,30	8.403,50
MG	316280	São João Evangelista	0	0,00	0,00	6.417,20
MG	316290	São João Nepomuceno	9	456,30	8.669,70	5.245,40
MG	316292	São Joaquim de Bicas	8	405,60	7.706,40	6.678,93
MG	316294	São José da Barra	2	101,40	1.926,60	1.442,60
MG	316295	São José da Lapa	4	202,80	3.853,20	6.369,13
MG	316300	São José da Safira	2	101,40	1.926,60	851,60
MG	316310	São José da Varginha	0	0,00	0,00	1.852,00
MG	316320	São José do Alegre	0	0,00	0,00	1.672,00
MG	316330	São José do Divino	1	50,70	963,30	788,60
MG	316340	São José do Goiabal	0	0,00	0,00	2.286,80
MG	316350	São José do Jacuri	0	0,00	0,00	2.677,60
MG	316360	São José do Mantimento	0	0,00	0,00	1.095,20
MG	316370	São Lourenço	0	0,00	0,00	17.766,80
MG	316380	São Miguel do Anta	1	50,70	963,30	1.839,10
MG	316390	São Pedro da União	2	101,40	1.926,60	1.010,80
MG	316400	São Pedro dos Ferros	0	0,00	0,00	3.358,80
MG	316410	São Pedro do Suaçuí	0	0,00	0,00	2.246,40
MG	316420	São Romão	0	0,00	0,00	4.548,00
MG	316430	São Roque de Minas	0	0,00	0,00	2.802,00
MG	316440	São Sebastião da Bela Vista	1	50,70	963,30	1.156,70
MG	316443	São Sebastião da Vargem Alegre	0	0,00	0,00	1.182,00
MG	316447	São Sebastião do Anta	0	0,00	0,00	2.486,00
MG	316450	São Sebastião do Maranhão	0	0,00	0,00	4.296,00
MG	316460	São Sebastião do Oeste	0	0,00	0,00	2.537,60
MG	316470	São Sebastião do Paraíso	0	0,00	0,00	27.622,80
MG	316480	São Sebastião do Rio Preto	0	0,00	0,00	648,80
MG	316490	São Sebastião do Rio Verde	0	0,00	0,00	886,80
MG	316500	São Tiago	3	152,10	2.889,90	2.197,20
MG	316510	São Tomás de Aquino	2	101,40	1.926,60	1.451,40
MG	316520	São Thomé das Letras	0	0,00	0,00	2.800,40
MG	316530	São Vicente de Minas	0	0,00	0,00	2.994,80
MG	316540	Sapucaí-Mirim	0	0,00	0,00	2.671,20
MG	316550	Sardoá	0	0,00	0,00	2.408,40
MG	316553	Sarzedo	11	557,70	10.596,30	6.829,67
MG	316555	Setubinha	0	0,00	0,00	4.686,80
MG	316556	Sem-Peixe	0	0,00	0,00	1.142,40
MG	316557	Senador Amaral	0	0,00	0,00	2.163,60
MG	316560	Senador Cortes	0	0,00	0,00	818,40
MG	316570	Senador Firmino	0	0,00	0,00	3.060,00
MG	316580	Senador José Bento	0	0,00	0,00	721,60
MG	316590	Senador Modestino Gonçalves	0	0,00	0,00	1.825,60
MG	316600	Senhora de Oliveira	0	0,00	0,00	2.348,40
MG	316610	Senhora do Porto	0	0,00	0,00	1.439,20
MG	316620	Senhora dos Remédios	0	0,00	0,00	4.226,00
MG	316630	Sericita	0	0,00	0,00	2.956,40
MG	316640	Seritinga	0	0,00	0,00	744,00
MG	316650	Serra Azul de Minas	0	0,00	0,00	1.743,20
MG	316660	Serra da Saudade	1	50,70	963,30	165,00
MG	316670	Serra dos Aimorés	3	152,10	2.889,90	1.748,80
MG	316680	Serra do Salitre	3	152,10	2.889,90	2.247,20
MG	316690	Serrania	2	101,40	1.926,60	1.557,40
MG	316695	Serranópolis de Minas	0	0,00	0,00	1.872,80
MG	316700	Serranos	0	0,00	0,00	814,80
MG	316710	Serro	0	0,00	0,00	8.569,20
MG	316720	Sete Lagoas	0	0,00	0,00	103.449,15
MG	316730	Silveirânia	0	0,00	0,00	910,80
MG	316740	Silvianópolis	0	0,00	0,00	2.506,40
MG	316750	Simão Pereira	0	0,00	0,00	1.053,60
MG	316760	Simonésia	0	0,00	0,00	7.722,80
MG	316770	Sobrália	2	101,40	1.926,60	1.179,40
MG	316780	Soledade de Minas	0	0,00	0,00	2.405,60
MG	316790	Tabuleiro	0	0,00	0,00	1.634,00
MG	316800	Taiobeiras	9	456,30	8.669,70	6.608,00
MG	316805	Taparuba	0	0,00	0,00	1.284,00
MG	316810	Tapira	0	0,00	0,00	1.793,60
MG	316820	Tapiraí	2	101,40	1.926,60	384,60
MG	316830	Taquaraçu de Minas	0	0,00	0,00	1.869,46
MG	316840	Tarumirim	1	50,70	963,30	4.907,50
MG	316850	Teixeiras	0	0,00	0,00	4.708,00
MG	316860	Teófilo Otoni	18	912,60	17.339,40	45.915,75
MG	316870	Timóteo	0	0,00	0,00	37.249,09
MG	316880	Tiradentes	2	101,40	1.926,60	1.510,20
MG	316890	Tiros	0	0,00	0,00	2.782,00
MG	316900	Tocantins	0	0,00	0,00	6.626,80
MG	316905	Tocos do Moji	0	0,00	0,00	1.644,80
MG	316910	Toledo	0	0,00	0,00	2.444,40
MG	316920	Tombos	0	0,00	0,00	3.728,40
MG	316930	Três Corações	1	50,70	963,30	29.972,70
MG	316935	Três Marias	5	253,50	4.816,50	7.452,70
MG	316940	Três Pontas	10	507,00	9.633,00	12.930,20
MG	316950	Tumiritinga	0	0,00	0,00	2.652,80
MG	316960	Tupaciguara	10	507,00	9.633,00	5.053,80
MG	316970	Turmalina	0	0,00	0,00	7.715,20
MG	316980	Turvolândia	0	0,00	0,00	1.972,80
MG	316990	Ubá	34	1.723,80	32.752,20	24.700,28
MG	317000	Ubaí	0	0,00	0,00	4.929,60
MG	317005	Ubaporanga	2	101,40	1.926,60	3.082,60
MG	317010	Uberaba	110	5.577,00	105.963,00	71.732,93
MG	317020	Uberlândia	0	0,00	0,00	294.606,45
MG	317030	Umburatiba	2	101,40	1.926,60	549,20
MG	317040	Unaí	0	0,00	0,00	32.919,20
MG	317043	União de Minas	0	0,00	0,00	1.799,20
MG	317047	Uruana de Minas	0	0,00	0,00	1.334,40
MG	317050	Urucânia	1	50,70	963,30	3.269,90
MG	317052	Urucuia	2	101,40	1.926,60	4.179,80
MG	317057	Vargem Alegre	0	0,00	0,00	2.654,00
MG	317060	Vargem Bonita	0	0,00	0,00	886,40
MG	317065	Vargem Grande do Rio Pardo	2	101,40	1.926,60	993,20
MG	317070	Varginha	0	0,00	0,00	59.071,05
MG	317075	Varjão de Minas	0	0,00	0,00	2.664,80
MG	317080	Várzea da Palma	0	0,00	0,00	15.285,20
MG	317090	Varzelândia	4	202,80	3.853,20	4.022,80
MG	317100	Vazante	0	0,00	0,00	8.232,00
MG	317103	Verdelândia	0	0,00	0,00	3.586,80
MG	317107	Veredinha	2	101,40	1.926,60	1.152,00
MG	317110	Veríssimo	0	0,00	0,00	1.512,40
MG	317115	Vermelho Novo	1	50,70	963,30	985,10
MG	317120	Vespasiano	0	0,00	0,00	55.340,35
MG	317130	Viçosa	0	0,00	0,00	30.698,00
MG	317140	Vieiras	2	101,40	1.926,60	758,00
MG	317150	Mathias Lobato	2	101,40	1.926,60	681,20
MG	317160	Virgem da Lapa	0	0,00	0,00	5.609,20
MG	317170	Virgínia	0	0,00	0,00	3.546,00
MG	317180	Virginópolis	0	0,00	0,00	4.332,00
MG	317190	Virgolândia	2	101,40	1.926,60	1.144,00
MG	317200	Visconde do Rio Branco	0	0,00	0,00	16.311,20
MG	317210	Volta Grande	2	101,40	1.926,60	1.054,80
MG	317220	Wenceslau Braz	0	0,00	0,00	1.047,60
Total			2.983	151.238,10	2.873.523,90	9.548.317,46

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO XII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
MS	500000	SES/MS	0	0,00	0,00	235.535,67
MS	500020	Água Clara	5	253,50	4.816,50	4.464,05
MS	500025	Alcinópolis	2	101,40	1.926,60	826,83
MS	500060	Amambaí	0	0,00	0,00	13.573,27
MS	500070	Anastácio	9	456,30	8.669,70	5.083,13
MS	500080	Anaurilândia	2	101,40	1.926,60	4.691,53
MS	500085	Angélica	0	0,00	0,00	3.330,33
MS	500090	Antônio João	0	0,00	0,00	2.870,66
MS	500100	Aparecida do Taboado	0	0,00	0,00	9.810,82
MS	500110	Aquidauana	17	861,90	16.376,10	10.898,19
MS	500124	Aral Moreira	0	0,00	0,00	3.736,33
MS	500150	Bandeirantes	0	0,00	0,00	2.631,80
MS	500190	Bataguassu	0	0,00	0,00	8.924,27
MS	500200	Batayporã	0	0,00	0,00	3.729,33
MS	500210	Bela Vista	0	0,00	0,00	8.000,66
MS	500215	Bodoquena	3	152,10	2.889,90	1.329,83
MS	500220	Bonito	8	405,60	7.706,40	6.425,17
MS	500230	Brasilândia	0	0,00	0,00	4.002,79
MS	500240	Caarapó	0	0,00	0,00	10.511,50
MS	500260	Camapuã	5	253,50	4.816,50	2.711,24
MS	500270	Campo Grande	0	0,00	0,00	507.191,71
MS	500280	Caracol	0	0,00	0,00	2.131,61
MS	500290	Cassilândia	9	456,30	8.669,70	6.471,73
MS	500295	Chapadão do Sul	1	50,70	963,30	6.352,70
MS	500310	Corguinho	2	101,40	1.926,60	1.173,37
MS	500315	Coronel Sapucaia	4	202,80	3.853,20	2.452,00
MS	500320	Corumbá	35	1.774,50	33.715,50	30.632,77
MS	500325	Costa Rica	0	0,00	0,00	6.391,66
MS	500330	Coxim	7	354,90	6.743,10	8.912,07
MS	500345	Deodápolis	4	202,80	3.853,20	2.098,00
MS	500348	Dois Irmãos do Buriti	2	101,40	1.926,60	1.813,33
MS	500350	Douradina	1	50,70	963,30	1.276,45
MS	500370	Dourados	0	0,00	0,00	78.777,85
MS	500375	Eldorado	4	202,80	3.853,20	2.013,17
MS	500380	Fátima do Sul	7	354,90	6.743,10	3.210,00
MS	500390	Figueirão	2	101,40	1.926,60	771,99
MS	500400	Glória de Dourados	0	0,00	0,00	3.341,66
MS	500410	Guia Lopes da Laguna	2	101,40	1.926,60	1.744,31
MS	500430	Iguatemi	4	202,80	3.853,20	2.589,00
MS	500440	Inocência	2	101,40	1.926,60	1.457,76
MS	500450	Itaporã	2	101,40	1.926,60	5.596,06
MS	500460	Itaquiraí	0	0,00	0,00	9.203,68
MS	500470	Ivinhema	0	0,00	0,00	9.219,36
MS	500480	Japorã	0	0,00	0,00	2.809,66
MS	500490	Jaraguari	0	0,00	0,00	2.259,66
MS	500500	Jardim	11	557,70	10.596,30	5.086,23
MS	500510	Jateí	0	0,00	0,00	1.590,18
MS	500515	Juti	2	101,40	1.926,60	1.053,50
MS	500520	Ladário	0	0,00	0,00	7.162,66
MS	500525	Laguna Carapã	2	101,40	1.926,60	1.187,96
MS	500540	Maracaju	0	0,00	0,00	14.071,16
MS	500560	Miranda	7	354,90	6.743,10	4.684,75
MS	500568	Mundo Novo	1	50,70	963,30	4.961,03
MS	500570	Naviraí	17	861,90	16.376,10	8.448,67
MS	500580	Nioaque	3	152,10	2.889,90	2.509,15
MS	500600	Nova Alvorada do Sul	0	0,00	0,00	9.500,62
MS	500620	Nova Andradina	16	811,20	15.412,80	9.791,12
MS	500625	Novo Horizonte do Sul	0	0,00	0,00	1.689,34
MS	500627	Paraíso das Águas	0	0,00	0,00	1.682,33
MS	500630	Paranaíba	0	0,00	0,00	18.156,94
MS	500635	Paranhos	0	0,00	0,00	4.437,00
MS	500640	Pedro Gomes	0	0,00	0,00	2.686,02
MS	500660	Ponta Porã	25	1.267,50	24.082,50	17.134,92
MS	500690	Porto Murtinho	3	152,10	2.889,90	2.723,33
MS	500710	Ribas do Rio Pardo	0	0,00	0,00	7.601,00
MS	500720	Rio Brilhante	4	202,80	3.853,20	7.506,13
MS	500730	Rio Negro	2	101,40	1.926,60	831,50
MS	500740	Rio Verde de Mato Grosso	0	0,00	0,00	12.659,99
MS	500750	Rochedo	0	0,00	0,00	1.739,55
MS	500755	Santa Rita do Pardo	2	101,40	1.926,60	1.562,28
MS	500769	São Gabriel do Oeste	0	0,00	0,00	9.262,62
MS	500770	Sete Quedas	0	0,00	0,00	3.625,33
MS	500780	Selvíria	2	101,40	1.926,60	1.090,89
MS	500790	Sidrolândia	0	0,00	0,00	16.570,66
MS	500793	Sonora	0	0,00	0,00	7.896,84
MS	500795	Tacuru	1	50,70	963,30	2.954,23
MS	500797	Taquarussu	0	0,00	0,00	1.631,55
MS	500800	Terenos	0	0,00	0,00	6.478,00
MS	500830	Três Lagoas	0	0,00	0,00	44.404,64
MS	500840	Vicentina	1	50,70	963,30	1.043,36
Total			238	12.066,60	229.265,40	1.288.394,40

I

ANEXO XIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
MT	510000	SES/MT	0	0,00	0,00	508.152,00
MT	510010	Acorizal	0	0,00	0,00	2.339,21
MT	510020	Água Boa	0	0,00	0,00	9.858,38
MT	510025	Alta Floresta	4	202,80	3.853,20	25.328,13
MT	510030	Alto Araguaia	1	50,70	963,30	6.377,15
MT	510035	Alto Boa Vista	2	101,40	1.926,60	1.749,35
MT	510040	Alto Garças	2	101,40	1.926,60	2.806,98
MT	510050	Alto Paraguai	0	0,00	0,00	4.528,77
MT	510060	Alto Taquari	3	152,10	2.889,90	2.004,43
MT	510080	Apiacás	4	202,80	3.853,20	3.109,62
MT	510100	Araguaiana	0	0,00	0,00	1.843,47
MT	510120	Araguainha	0	0,00	0,00	1.725,80
MT	510125	Araputanga	2	101,40	1.926,60	4.882,81
MT	510130	Arenápolis	4	202,80	3.853,20	2.163,91
MT	510140	Aripuanã	7	354,90	6.743,10	6.724,10
MT	510160	Barão de Melgaço	2	101,40	1.926,60	1.626,54
MT	510170	Barra do Bugres	12	608,40	11.559,60	7.132,87
MT	510180	Barra do Garças	0	0,00	0,00	24.841,15
MT	510185	Bom Jesus do Araguaia	2	101,40	1.926,60	1.722,73
MT	510190	Brasnorte	2	101,40	1.926,60	8.230,72
MT	510250	Cáceres	37	1.875,90	35.642,10	19.263,13
MT	510260	Campinápolis	0	0,00	0,00	6.401,08
MT	510263	Campo Novo do Parecis	4	202,80	3.853,20	9.474,45
MT	510267	Campo Verde	10	507,00	9.633,00	7.867,21
MT	510268	Campos de Júlio	2	101,40	1.926,60	1.749,15
MT	510269	Canabrava do Norte	2	101,40	1.926,60	1.875,33
MT	510270	Canarana	0	0,00	0,00	12.669,95
MT	510279	Carlinda	2	101,40	1.926,60	4.520,49
MT	510285	Castanheira	2	101,40	1.926,60	2.975,66
MT	510300	Chapada dos Guimarães	5	253,50	4.816,50	3.965,25
MT	510305	Cláudia	4	202,80	3.853,20	3.590,16
MT	510310	Cocalinho	0	0,00	0,00	4.267,28
MT	510320	Colíder	5	253,50	4.816,50	13.734,18
MT	510325	Colniza	2	101,40	1.926,60	18.400,81
MT	510330	Comodoro	0	0,00	0,00	13.121,67
MT	510335	Confresa	3	152,10	2.889,90	15.769,75
MT	510336	Conquista D'Oeste	0	0,00	0,00	1.951,37
MT	510337	Cotriguaçu	0	0,00	0,00	10.068,40
MT	510340	Cuiabá	0	0,00	0,00	386.156,67
MT	510343	Curvelândia	0	0,00	0,00	2.130,98
MT	510345	Denise	0	0,00	0,00	3.804,05
MT	510350	Diamantino	8	405,60	7.706,40	4.477,68
MT	510360	Dom Aquino	3	152,10	2.889,90	1.738,91
MT	510370	Feliz Natal	3	152,10	2.889,90	4.388,31
MT	510380	Figueirópolis D'Oeste	0	0,00	0,00	1.874,50
MT	510385	Gaúcha do Norte	0	0,00	0,00	4.864,20
MT	510390	General Carneiro	0	0,00	0,00	2.251,98
MT	510395	Glória D'Oeste	1	50,70	963,30	920,01
MT	510410	Guarantã do Norte	10	507,00	9.633,00	10.545,23
MT	510420	Guiratinga	4	202,80	3.853,20	3.078,69
MT	510450	Indiavaí	0	0,00	0,00	1.854,37
MT	510452	Ipiranga do Norte	2	101,40	1.926,60	1.356,88
MT	510454	Itanhangá	1	50,70	963,30	1.580,71
MT	510455	Itaúba	0	0,00	0,00	3.756,86
MT	510460	Itiquira	2	101,40	1.926,60	3.329,46
MT	510480	Jaciara	0	0,00	0,00	11.236,86
MT	510490	Jangada	0	0,00	0,00	3.373,06
MT	510500	Jauru	0	0,00	0,00	4.302,16
MT	510510	Juara	3	152,10	2.889,90	19.144,54
MT	510515	Juína	11	557,70	10.596,30	14.448,97
MT	510517	Juruena	3	152,10	2.889,90	4.964,02
MT	510520	Juscimeira	1	50,70	963,30	3.883,16
MT	510523	Lambari D'Oeste	0	0,00	0,00	2.440,54
MT	510525	Lucas do Rio Verde	18	912,60	17.339,40	16.116,81
MT	510530	Luciára	1	50,70	963,30	894,38
MT	510550	Vila Bela da Santíssima Trindade	2	101,40	1.926,60	4.545,89
MT	510558	Marcelândia	3	152,10	2.889,90	7.769,84
MT	510560	Matupá	5	253,50	4.816,50	4.448,26
MT	510562	Mirassol d'Oeste	11	557,70	10.596,30	5.598,55
MT	510590	Nobres	5	253,50	4.816,50	3.207,60
MT	510600	Nortelândia	0	0,00	0,00	2.699,65
MT	510610	Nossa Senhora do Livramento	0	0,00	0,00	5.232,51
MT	510615	Nova Bandeirantes	3	152,10	2.889,90	5.469,95
MT	510617	Nova Nazaré	1	50,70	963,30	1.008,28
MT	510618	Nova Lacerda	2	101,40	1.926,60	1.269,66
MT	510619	Nova Santa Helena	1	50,70	963,30	943,25
MT	510620	Nova Brasilândia	0	0,00	0,00	1.912,95
MT	510621	Nova Canaã do Norte	0	0,00	0,00	7.336,91
MT	510622	Nova Mutum	10	507,00	9.633,00	8.167,79
MT	510623	Nova Olímpia	6	304,20	5.779,80	3.998,60
MT	510624	Nova Ubiratã	0	0,00	0,00	6.403,31
MT	510625	Nova Xavantina	7	354,90	6.743,10	4.334,02
MT	510626	Novo Mundo	2	101,40	1.926,60	2.855,72
MT	510627	Novo Horizonte do Norte	0	0,00	0,00	2.240,80
MT	510628	Novo São Joaquim	0	0,00	0,00	2.804,96
MT	510629	Paranaíta	3	152,10	2.889,90	3.646,37
MT	510630	Paranatinga	8	405,60	7.706,40	6.533,52
MT	510631	Novo Santo Antônio	0	0,00	0,00	1.929,93
MT	510637	Pedra Preta	0	0,00	0,00	7.060,39
MT	510642	Peixoto de Azevedo	9	456,30	8.669,70	10.323,88
MT	510645	Planalto da Serra	1	50,70	963,30	908,88
MT	510650	Poconé	9	456,30	8.669,70	6.860,72
MT	510665	Pontal do Araguaia	0	0,00	0,00	2.562,40
MT	510670	Ponte Branca	0	0,00	0,00	1.762,81
MT	510675	Pontes e Lacerda	15	760,50	14.449,50	10.033,39
MT	510677	Porto Alegre do Norte	2	101,40	1.926,60	4.806,33
MT	510680	Porto dos Gaúchos	2	101,40	1.926,60	2.214,02
MT	510682	Porto Esperidião	0	0,00	0,00	4.870,83
MT	510685	Porto Estrela	0	0,00	0,00	1.861,75
MT	510700	Poxoréo	0	0,00	0,00	7.367,81
MT	510704	Primavera do Leste	22	1.115,40	21.192,60	12.068,05
MT	510706	Querência	0	0,00	0,00	8.949,88
MT	510710	São José dos Quatro Marcos	7	354,90	6.743,10	4.039,22
MT	510715	Reserva do Cabaçal	1	50,70	963,30	914,94
MT	510718	Ribeirão Cascalheira	0	0,00	0,00	5.674,03
MT	510719	Ribeirãozinho	2	101,40	1.926,60	912,59
MT	510720	Rio Branco	2	101,40	1.926,60	1.083,24
MT	510724	Santa Carmem	2	101,40	1.926,60	1.437,36
MT	510726	Santo Afonso	2	101,40	1.926,60	924,17
MT	510729	São José do Povo	0	0,00	0,00	1.927,53
MT	510730	São José do Rio Claro	5	253,50	4.816,50	3.997,96
MT	510735	São José do Xingu	0	0,00	0,00	4.955,68
MT	510740	São Pedro da Cipa	0	0,00	0,00	1.964,66
MT	510757	Rondolândia	0	0,00	0,00	3.419,24
MT	510760	Rondonópolis	6	304,20	5.779,80	84.743,61
MT	510770	Rosário Oeste	1	50,70	963,30	6.530,22
MT	510774	Santa Cruz do Xingu	0	0,00	0,00	1.939,72
MT	510775	Salto do Céu	0	0,00	0,00	1.877,79
MT	510776	Santa Rita do Trivelato	1	50,70	963,30	1.028,74
MT	510777	Santa Terezinha	2	101,40	1.926,60	2.784,03
MT	510779	Santo Antônio do Leste	0	0,00	0,00	2.078,43
MT	510780	Santo Antônio do Leverger	0	0,00	0,00	8.252,87
MT	510785	São Félix do Araguaia	3	152,10	2.889,90	4.119,63
MT	510787	Sapezal	6	304,20	5.779,80	6.981,07
MT	510788	Serra Nova Dourada	2	101,40	1.926,60	917,90
MT	510790	Sinop	46	2.332,20	44.311,80	41.684,69
MT	510792	Sorriso	17	861,90	16.376,10	29.104,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MT	510794	Tabaporã	0	0,00	0,00	8.873,89
MT	510795	Tangará da Serra	33	1.673,10	31.788,90	19.731,74
MT	510800	Tapurah	1	50,70	963,30	6.028,23
MT	510805	Terra Nova do Norte	1	50,70	963,30	6.787,34
MT	510810	Tesouro	2	101,40	1.926,60	941,72
MT	510820	Torixoréu	0	0,00	0,00	1.887,86
MT	510830	União do Sul	2	101,40	1.926,60	1.655,55
MT	510835	Vale de São Domingos	2	101,40	1.926,60	918,64
MT	510840	Várzea Grande	1	50,70	963,30	112.673,04
MT	510850	Vera	0	0,00	0,00	7.207,56
MT	510860	Vila Rica	0	0,00	0,00	13.730,91
MT	510880	Nova Guarita	0	0,00	0,00	3.300,81
MT	510885	Nova Marilândia	1	50,70	963,30	939,65
MT	510890	Nova Maringá	0	0,00	0,00	4.535,78
MT	510895	Nova Monte Verde	2	101,40	1.926,60	3.686,15
Total			475	24.082,50	457.567,50	1.889.928,94

ANEXO XIV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
PA	150000	SES/PA	0	0,00	0,00	678.616,54
PA	150010	Abaetetuba	22	1.115,40	21.192,60	96.938,12
PA	150013	Abel Figueiredo	2	101,40	1.926,60	3.683,44
PA	150020	Acará	0	0,00	0,00	42.886,29
PA	150030	Afuá	0	0,00	0,00	29.362,67
PA	150034	Água Azul do Norte	0	0,00	0,00	20.714,31
PA	150040	Alenquer	16	811,20	15.412,80	27.716,30
PA	150050	Almeirim	11	557,70	10.596,30	25.941,07
PA	150060	Altamira	5	253,50	4.816,50	79.903,90
PA	150070	Anajás	18	912,60	17.339,40	10.732,48
PA	150080	Ananindeua	122	6.185,40	117.522,60	279.049,65
PA	150085	Anapu	14	709,80	13.486,20	9.730,29
PA	150090	Augusto Corrêa	0	0,00	0,00	34.242,69
PA	150095	Aurora do Pará	2	101,40	1.926,60	21.064,26
PA	150100	Aveiro	0	0,00	0,00	12.663,46
PA	150110	Bagre	0	0,00	0,00	21.814,10
PA	150120	Baião	9	456,30	8.669,70	25.064,36
PA	150125	Bannach	2	101,40	1.926,60	1.340,62
PA	150130	Barcarena	15	760,50	14.449,50	75.153,31
PA	150140	Belém	319	16.173,30	307.292,70	829.669,01
PA	150145	Belterra	3	152,10	2.889,90	10.539,29
PA	150150	Benevides	0	0,00	0,00	45.541,34
PA	150157	Bom Jesus do Tocantins	0	0,00	0,00	12.754,71
PA	150160	Bonito	2	101,40	1.926,60	9.967,96
PA	150170	Bragança	24	1.216,80	23.119,20	72.199,19
PA	150172	Brasil Novo	1	50,70	963,30	13.287,96
PA	150175	Brejo Grande do Araguaia	0	0,00	0,00	5.788,58
PA	150178	Breu Branco	3	152,10	2.889,90	44.443,16
PA	150180	Breves	3	152,10	2.889,90	74.358,11
PA	150190	Bujaru	0	0,00	0,00	21.701,43
PA	150195	Cachoeira do Piriá	0	0,00	0,00	18.137,31
PA	150200	Cachoeira do Arari	0	0,00	0,00	23.346,14
PA	150210	Cametá	5	253,50	4.816,50	97.672,75
PA	150215	Canaã dos Carajás	9	456,30	8.669,70	17.012,72
PA	150220	Capanema	20	1.014,00	19.266,00	33.051,04
PA	150230	Capitão Poço	9	456,30	8.669,70	33.081,09
PA	150240	Castanhal	0	0,00	0,00	148.301,18
PA	150250	Chaves	0	0,00	0,00	17.696,63
PA	150260	Colares	2	101,40	1.926,60	7.310,53
PA	150270	Conceição do Araguaia	0	0,00	0,00	36.740,63
PA	150275	Concórdia do Pará	0	0,00	0,00	24.440,59
PA	150276	Cumaru do Norte	2	101,40	1.926,60	7.650,15
PA	150277	Curionópolis	0	0,00	0,00	14.368,69
PA	150280	Curralinho	21	1.064,70	20.229,30	12.533,73
PA	150285	Curuá	0	0,00	0,00	10.579,73
PA	150290	Curuçá	4	202,80	3.853,20	25.655,47
PA	150293	Dom Eliseu	14	709,80	13.486,20	30.563,36
PA	150295	Eldorado dos Carajás	3	152,10	2.889,90	22.933,76
PA	150300	Faro	3	152,10	2.889,90	8.911,26
PA	150304	Floresta do Araguaia	0	0,00	0,00	15.080,46
PA	150307	Garrafão do Norte	4	202,80	3.853,20	16.227,90
PA	150309	Goianésia do Pará	10	507,00	9.633,00	19.924,08
PA	150310	Gurupá	3	152,10	2.889,90	21.853,01
PA	150320	Igarapé-Açu	9	456,30	8.669,70	20.778,67
PA	150330	Igarapé-Miri	10	507,00	9.633,00	37.975,41
PA	150340	Inhangapi	2	101,40	1.926,60	6.703,50
PA	150345	Ipixuna do Pará	7	354,90	6.743,10	38.179,31
PA	150350	Irituia	0	0,00	0,00	25.109,51
PA	150360	Itaituba	39	1.977,30	37.568,70	40.515,66
PA	150370	Itupiranga	10	507,00	9.633,00	31.425,06
PA	150375	Jacareacanga	5	253,50	4.816,50	28.103,43
PA	150380	Jacundá	7	354,90	6.743,10	37.061,27
PA	150390	Juruti	6	304,20	5.779,80	36.081,29
PA	150400	Limoeiro do Ajuru	3	152,10	2.889,90	18.503,65
PA	150405	Mãe do Rio	10	507,00	9.633,00	13.219,79
PA	150410	Magalhães Barata	0	0,00	0,00	6.554,31
PA	150420	Marabá	64	3.244,80	61.651,20	142.327,49
PA	150430	Maracanã	5	253,50	4.816,50	17.911,72
PA	150440	Marapanim	1	50,70	963,30	20.669,09
PA	150442	Marituba	0	0,00	0,00	95.462,01
PA	150445	Medicilândia	4	202,80	3.853,20	19.510,61
PA	150450	Melgaço	0	0,00	0,00	20.736,53
PA	150460	Mocajuba	0	0,00	0,00	22.958,33
PA	150470	Moju	14	709,80	13.486,20	46.895,97
PA	150475	Mojuí dos Campos	0	0,00	0,00	12.173,08
PA	150480	Monte Alegre	0	0,00	0,00	44.619,29
PA	150490	Muaná	2	101,40	1.926,60	27.682,05
PA	150495	Nova Esperança do Piriá	0	0,00	0,00	16.342,92
PA	150497	Nova Ipixuna	0	0,00	0,00	12.403,99
PA	150500	Nova Timboteua	2	101,40	1.926,60	9.556,93
PA	150503	Novo Progresso	9	456,30	8.669,70	24.725,43
PA	150506	Novo Repartimento	16	811,20	15.412,80	39.550,56
PA	150510	Óbidos	1	50,70	963,30	38.963,23
PA	150520	Oeiras do Pará	9	456,30	8.669,70	15.524,11
PA	150530	Oriximiná	0	0,00	0,00	67.547,84
PA	150540	Ourém	0	0,00	0,00	13.478,39
PA	150543	Ourilândia do Norte	9	456,30	8.669,70	15.270,98
PA	150548	Pacajá	12	608,40	11.559,60	23.298,85
PA	150549	Palestina do Pará	0	0,00	0,00	5.923,47
PA	150550	Paragominas	46	2.332,20	44.311,80	41.824,19
PA	150553	Parauapebas	0	0,00	0,00	145.489,81
PA	150555	Pau D'Arco	2	101,40	1.926,60	2.730,45
PA	150560	Peixe-Boi	2	101,40	1.926,60	4.333,32
PA	150563	Piçarra	0	0,00	0,00	10.093,31
PA	150565	Placas	3	152,10	2.889,90	19.090,04
PA	150570	Ponta de Pedras	7	354,90	6.743,10	15.951,79
PA	150580	Portel	0	0,00	0,00	45.392,16
PA	150590	Porto de Moz	4	202,80	3.853,20	26.037,15
PA	150600	Prainha	2	101,40	1.926,60	21.356,27
PA	150610	Primavera	0	0,00	0,00	8.298,42
PA	150611	Quatipuru	2	101,40	1.926,60	8.343,66
PA	150613	Redenção	0	0,00	0,00	63.414,13
PA	150616	Rio Maria	5	253,50	4.816,50	9.287,16
PA	150618	Rondon do Pará	13	659,10	12.522,90	26.736,30
PA	150619	Rurópolis	6	304,20	5.779,80	30.399,83
PA	150620	Salinópolis	12	608,40	11.559,60	19.243,27
PA	150630	Salvaterra	3	152,10	2.889,90	14.556,78
PA	150635	Santa Bárbara do Pará	0	0,00	0,00	15.232,81
PA	150640	Santa Cruz do Arari	4	202,80	3.853,20	3.646,53
PA	150650	Santa Isabel do Pará	0	0,00	0,00	51.776,66
PA	150655	Santa Luzia do Pará	0	0,00	0,00	15.437,54
PA	150658	Santa Maria das Barreiras	3	152,10	2.889,90	12.533,35
PA	150660	Santa Maria do Pará	3	152,10	2.889,90	15.987,46
PA	150670	Santana do Araguaia	12	608,40	11.559,60	40.067,09
PA	150680	Santarém	27	1.368,90	26.009,10	204.519,31
PA	150690	Santarém Novo	0	0,00	0,00	5.070,46
PA	150700	Santo Antônio do Tauá	3	152,10	2.889,90	20.208,88
PA	150710	São Caetano de Odivelas	0	0,00	0,00	13.762,46
PA	150715	São Domingos do Araguaia	6	304,20	5.779,80	13.450,67
PA	150720	São Domingos do Capim	3	152,10	2.889,90	21.471,34
PA	150730	São Félix do Xingu	16	811,20	15.412,80	73.167,98
PA	150740	São Francisco do Pará	0	0,00	0,00	12.173,08
PA	150745	São Geraldo do Araguaia	6	304,20	5.779,80	14.277,49
PA	150746	São João da Ponta	2	101,40	1.926,60	2.598,72
PA	150747	São João de Pirabas	4	202,80	3.853,20	13.418,91
PA	150750	São João do Araguaia	2	101,40	1.926,60	8.761,84
PA	150760	São Miguel do Guamá	14	709,80	13.486,20	30.307,85
PA	150770	São Sebastião da Boa Vista	16	811,20	15.412,80	9.826,70
PA	150775	Sapucaia	0	0,00	0,00	4.357,90
PA	150780	Senador José Porfírio	5	253,50	4.816,50	5.214,13
PA	150790	Soure	8	405,60	7.706,40	11.397,90
PA	150795	Tailândia	20	1.014,00	19.266,00	55.248,41
PA	150796	Terra Alta	2	101,40	1.926,60	6.780,47
PA	150797	Terra Santa	0	0,00	0,00	14.110,80
PA	150800	Tomé-Açu	13	659,10	12.522,90	34.924,43
PA	150803	Tracuateua	3	152,10	2.889,90	20.220,78
PA	150805	Trairão	3	152,10	2.889,90	11.297,88
PA	150808	Tucumã	12	608,40	11.559,60	17.541,21
PA	150810	Tucuruí	0	0,00	0,00	83.659,49
PA	150812	Ulianópolis	6	304,20	5.779,80	35.447,28
PA	150815	Uruará	0	0,00	0,00	35.494,04
PA	150820	Vigia	11	557,70	10.596,30	29.572,25
PA	150830	Viseu	0	0,00	0,00	46.573,68
PA	150835	Vitória do Xingu	0	0,00	0,00	11.301,02
PA	150840	Xinguara	15	760,50	14.449,50	19.246,47
Total			1.284	65.098,80	1.236.877,20	5.946.347,84

ANEXO XV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
PB	250000	SES/PB	0	0,00	0,00	612.693,78
PB	250010	Água Branca	2	101,40	1.926,60	1.873,13
PB	250020	Aguiar	2	101,40	1.926,60	1.047,38
PB	250030	Alagoa Grande	7	354,90	6.743,10	5.387,44
PB	250040	Alagoa Nova	4	202,80	3.853,20	3.824,81
PB	250050	Alagoinha	0	0,00	0,00	5.320,50
PB	250053	Alcantil	2	101,40	1.926,60	1.017,19
PB	250057	Algodão de Jandaíra	0	0,00	0,00	922,87
PB	250060	Alhandra	4	202,80	3.853,20	5.675,30
PB	250070	São João do Rio do Peixe	3	152,10	2.889,90	3.831,22
PB	250073	Amparo	0	0,00	0,00	873,33
PB	250077	Aparecida	2	101,40	1.926,60	1.532,63
PB	250080	Araçagi	3	152,10	2.889,90	3.579,60
PB	250090	Arara	4	202,80	3.853,20	2.485,88
PB	250100	Araruna	3	152,10	2.889,90	4.555,72
PB	250110	Areia	0	0,00	0,00	8.802,00
PB	250115	Areia de Baraúnas	2	101,40	1.926,60	357,75
PB	250120	Areial	2	101,40	1.926,60	1.286,25
PB	250130	Aroeiras	4	202,80	3.853,20	3.611,06
PB	250135	Assunção	2	101,40	1.926,60	709,13
PB	250140	Baía da Traição	0	0,00	0,00	3.261,00
PB	250150	Bananeiras	3	152,10	2.889,90	5.364,60
PB	250153	Baraúna	2	101,40	1.926,60	875,44
PB	250157	Barra de Santana	0	0,00	0,00	3.114,37
PB	250160	Barra de Santa Rosa	3	152,10	2.889,90	2.812,31
PB	250170	Barra de São Miguel	0	0,00	0,00	2.199,37
PB	250180	Bayeux	43	2.180,10	41.421,90	25.262,75
PB	250190	Belém	6	304,20	5.779,80	3.289,69
PB	250200	Belém do Brejo do Cruz	0	0,00	0,00	2.739,75
PB	250205	Bernardino Batista	1	50,70	963,30	621,00
PB	250210	Boa Ventura	2	101,40	1.926,60	1.054,69
PB	250215	Boa Vista	0	0,00	0,00	2.542,12
PB	250220	Bom Jesus	0	0,00	0,00	942,75
PB	250230	Bom Sucesso	2	101,40	1.926,60	945,75
PB	250240	Bonito de Santa Fé	3	152,10	2.889,90	2.165,44
PB	250250	Boqueirão	5	253,50	4.816,50	3.286,88
PB	250260	Igaracy	0	0,00	0,00	2.328,75
PB	250270	Borborema	0	0,00	0,00	1.999,50
PB	250280	Brejo do Cruz	4	202,80	3.853,20	2.585,63
PB	250290	Brejo dos Santos	2	101,40	1.926,60	1.197,94
PB	250300	Caaporã	1	50,70	963,30	9.730,20
PB	250310	Cabaceiras	2	101,40	1.926,60	1.009,88

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PB	250320	Cabedelo	0	0,00	0,00	32.180,00
PB	250330	Cachoeira dos Índios	2	101,40	1.926,60	1.881,38
PB	250340	Cacimba de Areia	2	101,40	1.926,60	692,44
PB	250350	Cacimba de Dentro	0	0,00	0,00	6.429,37
PB	250355	Cacimbas	2	101,40	1.926,60	1.326,56
PB	250360	Caiçara	0	0,00	0,00	2.739,00
PB	250370	Cajazeiras	0	0,00	0,00	22.886,25
PB	250375	Cajazeirinhas	0	0,00	0,00	1.180,50
PB	250380	Caldas Brandão	0	0,00	0,00	2.213,62
PB	250390	Camalaú	2	101,40	1.926,60	1.114,69
PB	250400	Campina Grande	152	7.706,40	146.421,60	75.546,00
PB	250403	Capim	2	101,40	1.926,60	1.163,63
PB	250407	Caraúbas	0	0,00	0,00	1.531,87
PB	250410	Carrapateira	0	0,00	0,00	962,25
PB	250415	Casserengue	2	101,40	1.926,60	1.378,13
PB	250420	Catingueira	2	101,40	1.926,60	921,00
PB	250430	Catolé do Rocha	0	0,00	0,00	11.246,25
PB	250435	Caturité	2	101,40	1.926,60	890,06
PB	250440	Conceição	5	253,50	4.816,50	3.528,00
PB	250450	Condado	2	101,40	1.926,60	1.260,38
PB	250460	Conde	6	304,20	5.779,80	5.997,20
PB	250470	Congo	0	0,00	0,00	1.790,62
PB	250480	Coremas	0	0,00	0,00	5.775,00
PB	250485	Coxixola	0	0,00	0,00	702,75
PB	250490	Cruz do Espírito Santo	0	0,00	0,00	8.514,00
PB	250500	Cubati	0	0,00	0,00	2.681,25
PB	250510	Cuité	0	0,00	0,00	7.617,00
PB	250520	Cuitegi	0	0,00	0,00	2.585,62
PB	250523	Cuité de Mamanguape	1	50,70	963,30	1.410,82
PB	250527	Curral de Cima	1	50,70	963,30	1.008,82
PB	250530	Curral Velho	0	0,00	0,00	948,37
PB	250535	Damião	0	0,00	0,00	1.948,12
PB	250540	Desterro	2	101,40	1.926,60	1.542,19
PB	250550	Vista Serrana	2	101,40	1.926,60	695,63
PB	250560	Diamante	0	0,00	0,00	2.488,50
PB	250570	Dona Inês	0	0,00	0,00	3.950,62
PB	250580	Duas Estradas	2	101,40	1.926,60	683,44
PB	250590	Emas	2	101,40	1.926,60	649,31
PB	250600	Esperança	8	405,60	7.706,40	6.099,38
PB	250610	Fagundes	3	152,10	2.889,90	2.146,69
PB	250620	Frei Martinho	1	50,70	963,30	559,50
PB	250625	Gado Bravo	2	101,40	1.926,60	1.587,38
PB	250630	Guarabira	18	912,60	17.339,40	10.833,75
PB	250640	Gurinhém	2	101,40	1.926,60	3.363,52
PB	250650	Gurjão	0	0,00	0,00	1.254,00
PB	250660	Ibiara	2	101,40	1.926,60	1.130,06
PB	250670	Imaculada	2	101,40	1.926,60	2.462,77
PB	250680	Ingá	4	202,80	3.853,20	3.370,88
PB	250690	Itabaiana	10	507,00	9.633,00	4.624,31
PB	250700	Itaporanga	6	304,20	5.779,80	4.559,44
PB	250710	Itapororoca	3	152,10	2.889,90	3.908,47
PB	250720	Itatuba	0	0,00	0,00	3.999,75
PB	250730	Jacaraú	3	152,10	2.889,90	2.678,06
PB	250740	Jericó	2	101,40	1.926,60	1.444,31
PB	250750	João Pessoa	0	0,00	0,00	390.369,00
PB	250760	Juarez Távora	2	101,40	1.926,60	1.461,94
PB	250770	Juazeirinho	3	152,10	2.889,90	3.761,47
PB	250780	Junco do Seridó	2	101,40	1.926,60	1.311,56
PB	250790	Juripiranga	0	0,00	0,00	3.981,00
PB	250800	Juru	2	101,40	1.926,60	1.859,81
PB	250810	Lagoa	2	101,40	1.926,60	883,13
PB	250820	Lagoa de Dentro	2	101,40	1.926,60	1.423,50
PB	250830	Lagoa Seca	0	0,00	0,00	10.106,25
PB	250840	Lastro	2	101,40	1.926,60	526,69
PB	250850	Livramento	0	0,00	0,00	2.751,75
PB	250855	Logradouro	2	101,40	1.926,60	788,63
PB	250860	Lucena	4	202,80	3.853,20	3.158,75
PB	250870	Mãe d'Água	2	101,40	1.926,60	758,25
PB	250880	Malta	2	101,40	1.926,60	1.064,81
PB	250890	Mamanguape	0	0,00	0,00	22.015,00
PB	250900	Manaíra	1	50,70	963,30	3.175,57
PB	250905	Marcação	0	0,00	0,00	3.090,37
PB	250910	Mari	7	354,90	6.743,10	4.069,31
PB	250915	Marizópolis	2	101,40	1.926,60	1.213,69
PB	250920	Massaranduba	2	101,40	1.926,60	3.153,90
PB	250930	Mataraca	0	0,00	0,00	3.033,00
PB	250933	Matinhas	0	0,00	0,00	1.678,12
PB	250937	Mato Grosso	0	0,00	0,00	1.066,87
PB	250939	Maturéia	0	0,00	0,00	2.386,12
PB	250940	Mogeiro	2	101,40	1.926,60	3.079,27
PB	250950	Montadas	2	101,40	1.926,60	1.020,19
PB	250960	Monte Horebe	2	101,40	1.926,60	885,75
PB	250970	Monteiro	8	405,60	7.706,40	6.093,38
PB	250980	Mulungu	2	101,40	1.926,60	1.836,75
PB	250990	Natuba	2	101,40	1.926,60	1.990,27
PB	251000	Nazarezinho	2	101,40	1.926,60	1.376,63
PB	251010	Nova Floresta	3	152,10	2.889,90	1.998,94
PB	251020	Nova Olinda	2	101,40	1.926,60	1.135,88
PB	251030	Nova Palmeira	2	101,40	1.926,60	884,44
PB	251040	Olho d'Água	2	101,40	1.926,60	1.274,25
PB	251050	Olivedos	1	50,70	963,30	720,56
PB	251060	Ouro Velho	2	101,40	1.926,60	564,94
PB	251065	Parari	0	0,00	0,00	836,07
PB	251070	Passagem	2	101,40	1.926,60	442,69
PB	251080	Patos	35	1.774,50	33.715,50	19.787,06
PB	251090	Paulista	2	101,40	1.926,60	2.636,02
PB	251100	Pedra Branca	0	0,00	0,00	1.421,62
PB	251110	Pedra Lavrada	2	101,40	1.926,60	1.482,56
PB	251120	Pedras de Fogo	0	0,00	0,00	10.565,25
PB	251130	Piancó	5	253,50	4.816,50	2.986,69
PB	251140	Picuí	5	253,50	4.816,50	3.493,88
PB	251150	Pilar	1	50,70	963,30	3.426,07
PB	251160	Pilões	2	101,40	1.926,60	1.286,25
PB	251170	Pilõezinhos	0	0,00	0,00	1.934,62
PB	251180	Pirpirituba	3	152,10	2.889,90	1.976,25
PB	251190	Pitimbu	0	0,00	0,00	9.211,00
PB	251200	Pocinhos	4	202,80	3.853,20	3.391,31
PB	251203	Poço Dantas	2	101,40	1.926,60	710,25
PB	251207	Poço de José de Moura	0	0,00	0,00	1.577,25
PB	251210	Pombal	10	507,00	9.633,00	6.128,25
PB	251220	Prata	2	101,40	1.926,60	763,50
PB	251230	Princesa Isabel	5	253,50	4.816,50	4.262,63
PB	251240	Puxinanã	0	0,00	0,00	5.052,37
PB	251250	Queimadas	10	507,00	9.633,00	8.040,75
PB	251260	Quixabá	2	101,40	1.926,60	514,83
PB	251270	Remígio	0	0,00	0,00	7.095,75
PB	251272	Pedro Régis	0	0,00	0,00	2.249,62
PB	251274	Riachão	2	101,40	1.926,60	654,38
PB	251275	Riachão do Bacamarte	2	101,40	1.926,60	834,00
PB	251276	Riachão do Poço	0	0,00	0,00	1.650,37
PB	251278	Riacho de Santo Antônio	0	0,00	0,00	978,07
PB	251280	Riacho dos Cavalos	2	101,40	1.926,60	1.600,88
PB	251290	Rio Tinto	0	0,00	0,00	11.977,50
PB	251300	Salgadinho	0	0,00	0,00	1.429,87
PB	251310	Salgado de São Félix	2	101,40	1.926,60	2.627,40
PB	251315	Santa Cecília	1	50,70	963,30	1.515,45
PB	251320	Santa Cruz	2	101,40	1.926,60	1.233,00
PB	251330	Santa Helena	0	0,00	0,00	2.230,87
PB	251335	Santa Inês	0	0,00	0,00	1.347,37
PB	251340	Santa Luzia	5	253,50	4.816,50	2.852,44
PB	251350	Santana de Mangueira	2	101,40	1.926,60	992,25
PB	251360	Santana dos Garrotes	2	101,40	1.926,60	1.351,69
PB	251365	Joca Claudino	0	0,00	0,00	1.003,12
PB	251370	Santa Rita	45	2.281,50	43.348,50	33.481,75
PB	251380	Santa Teresinha	2	101,40	1.926,60	864,75
PB	251385	Santo André	0	0,00	0,00	961,87
PB	251390	São Bento	10	507,00	9.633,00	6.199,69
PB	251392	São Bentinho	2	101,40	1.926,60	825,75
PB	251394	São Domingos do Cariri	2	101,40	1.926,60	476,81
PB	251396	São Domingos de Pombal	2	101,40	1.926,60	568,31
PB	251398	São Francisco	2	101,40	1.926,60	635,44
PB	251400	São João do Cariri	0	0,00	0,00	1.632,00
PB	251410	São João do Tigre	0	0,00	0,00	1.665,75
PB	251420	São José da Lagoa Tapada	0	0,00	0,00	2.878,12
PB	251430	São José de Caiana	0	0,00	0,00	2.327,25
PB	251440	São José de Espinharas	2	101,40	1.926,60	888,38
PB	251445	São José dos Ramos	1	50,70	963,30	1.218,07
PB	251450	São José de Piranhas	0	0,00	0,00	7.442,25
PB	251455	São José de Princesa	2	101,40	1.926,60	769,88
PB	251460	São José do Bonfim	0	0,00	0,00	1.294,50
PB	251465	São José do Brejo do Cruz	0	0,00	0,00	871,35
PB	251470	São José do Sabugi	2	101,40	1.926,60	771,38
PB	251480	São José dos Cordeiros	0	0,00	0,00	1.405,87
PB	251490	São Mamede	2	101,40	1.926,60	1.461,38
PB	251500	São Miguel de Taipu	0	0,00	0,00	2.634,75
PB	251510	São Sebastião de Lagoa de Roça	2	101,40	1.926,60	2.418,90
PB	251520	São Sebastião do Umbuzeiro	0	0,00	0,00	1.279,12
PB	251530	Sapé	14	709,80	13.486,20	9.743,25
PB	251540	Seridó	0	0,00	0,00	4.051,12
PB	251550	Serra Branca	0	0,00	0,00	5.058,00
PB	251560	Serra da Raiz	2	101,40	1.926,60	598,13
PB	251570	Serra Grande	0	0,00	0,00	1.150,12
PB	251580	Serra Redonda	0	0,00	0,00	2.658,37
PB	251590	Serraria	0	0,00	0,00	2.331,75
PB	251593	Sertãozinho	2	101,40	1.926,60	902,06
PB	251597	Sobrado	0	0,00	0,00	2.875,87
PB	251600	Solânea	7	354,90	6.743,10	5.048,44
PB	251610	Soledade	0	0,00	0,00	5.463,37
PB	251615	Sossêgo	1	50,70	963,30	642,56
PB	251620	Sousa	22	1.115,40	21.192,60	12.831,38
PB	251630	Sumé	5	253,50	4.816,50	3.129,56
PB	251640	Tacima	0	0,00	0,00	4.029,37
PB	251650	Taperoá	0	0,00	0,00	5.731,50
PB	251660	Tavares	2	101,40	1.926,60	3.517,65
PB	251670	Teixeira	4	202,80	3.853,20	2.786,06
PB	251675	Tenório	0	0,00	0,00	1.117,87
PB	251680	Triunfo	2	101,40	1.926,60	1.767,94
PB	251690	Uiraúna	0	0,00	0,00	5.680,12
PB	251700	Umbuzeiro	2	101,40	1.926,60	1.851,38
PB	251710	Várzea	2	101,40	1.926,60	507,94
PB	251720	Vieirópolis	0	0,00	0,00	1.973,25
PB	251740	Zabelê	2	101,40	1.926,60	410,44
Total			706	35.794,20	680.089,80	1.813.131,14

ANEXO XVI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
PE	260000	SES/PE	0	0,00	0,00	1.312.073,52
PE	260005	Abreu e Lima	0	0,00	0,00	45.008,79
PE	260010	Afogados da Ingazeira	0	0,00	0,00	16.750,70
PE	260020	Afrânio	2	101,40	1.926,60	4.554,40
PE	260030	Agrestina	0	0,00	0,00	8.277,89
PE	260040	Água Preta	6	304,20	5.779,80	6.384,42
PE	260050	Águas Belas	11	557,70	10.596,30	7.277,58
PE	260060	Alagoinha	0	0,00	0,00	4.904,37
PE	260070	Aliança	6	304,20	5.779,80	7.383,88
PE	260080	Altinho	0	0,00	0,00	7.869,37
PE	260090	Amaraji	6	304,20	5.779,80	3.889,08
PE	260100	Angelim	1	50,70	963,30	2.751,97
PE	260105	Araçoiaba	0	0,00	0,00	8.973,70
PE	260110	Araripina	0	0,00	0,00	33.056,36
PE	260120	Arcoverde	0	0,00	0,00	33.308,00
PE	260130	Barra de Guabiraba	0	0,00	0,00	4.752,25
PE	260140	Barreiros	11	557,70	10.596,30	8.456,09
PE	260150	Belém de Maria	3	152,10	2.889,90	2.036,26
PE	260160	Belém de São Francisco	0	0,00	0,00	7.117,36
PE	260170	Belo Jardim	22	1.115,40	21.192,60	17.230,13
PE	260180	Betânia	0	0,00	0,00	4.297,60
PE	260190	Bezerros	21	1.064,70	20.229,30	13.818,98
PE	260200	Bodocó	0	0,00	0,00	16.983,08
PE	260210	Bom Conselho	13	659,10	12.522,90	9.543,60
PE	260220	Bom Jardim	7	354,90	6.743,10	6.689,05
PE	260230	Bonito	10	507,00	9.633,00	7.689,31
PE	260240	Brejão	0	0,00	0,00	3.099,56
PE	260250	Brejinho	0	0,00	0,00	2.568,86

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PE	260260	Brejo da Madre de Deus	13	659,10	12.522,90	11.123,98
PE	260270	Buenos Aires	3	152,10	2.889,90	2.232,61
PE	260280	Buíque	0	0,00	0,00	19.240,63
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	15	760,50	14.449,50	76.476,04
PE	260300	Cabrobó	8	405,60	7.706,40	5.666,19
PE	260310	Cachoeirinha	2	101,40	1.926,60	4.892,71
PE	260320	Caetés	0	0,00	0,00	11.230,19
PE	260330	Calçado	0	0,00	0,00	3.862,58
PE	260340	Calumbi	2	101,40	1.926,60	990,17
PE	260345	Camaragibe	0	0,00	0,00	70.051,66
PE	260350	Camocim de São Félix	2	101,40	1.926,60	4.315,89
PE	260360	Camutanga	0	0,00	0,00	2.900,63
PE	260370	Canhotinho	0	0,00	0,00	10.008,73
PE	260380	Capoeiras	3	152,10	2.889,90	3.994,81
PE	260390	Carnaíba	3	152,10	2.889,90	3.736,34
PE	260392	Carnaubeira da Penha	2	101,40	1.926,60	2.374,10
PE	260400	Carpina	2	101,40	1.926,60	25.673,50
PE	260410	Caruaru	120	6.084,00	115.596,00	78.450,17
PE	260415	Casinhas	2	101,40	1.926,60	2.956,78
PE	260420	Catende	0	0,00	0,00	14.061,61
PE	260430	Cedro	0	0,00	0,00	4.587,43
PE	260440	Chã de Alegria	0	0,00	0,00	4.510,30
PE	260450	Chã Grande	0	0,00	0,00	9.690,08
PE	260460	Condado	0	0,00	0,00	8.821,68
PE	260470	Correntes	3	152,10	2.889,90	3.271,02
PE	260480	Cortês	0	0,00	0,00	5.079,87
PE	260490	Cumaru	1	50,70	963,30	5.049,29
PE	260500	Cupira	0	0,00	0,00	8.180,49
PE	260510	Custódia	8	405,60	7.706,40	6.175,04
PE	260515	Dormentes	2	101,40	1.926,60	4.311,76
PE	260520	Escada	0	0,00	0,00	26.874,31
PE	260530	Exu	0	0,00	0,00	11.039,49
PE	260540	Feira Nova	0	0,00	0,00	7.426,77
PE	260550	Ferreiros	0	0,00	0,00	4.096,96
PE	260560	Flores	4	202,80	3.853,20	3.928,40
PE	260570	Floresta	0	0,00	0,00	12.634,02
PE	260580	Frei Miguelinho	0	0,00	0,00	5.174,89
PE	260590	Gameleira	0	0,00	0,00	11.981,31
PE	260600	Garanhuns	4	202,80	3.853,20	50.796,36
PE	260610	Glória do Goitá	0	0,00	0,00	10.363,20
PE	260620	Goiana	26	1.318,20	25.045,80	15.722,64
PE	260630	Granito	0	0,00	0,00	2.495,55
PE	260640	Gravatá	21	1.064,70	20.229,30	18.604,21
PE	260650	Iati	3	152,10	2.889,90	4.726,50
PE	260660	Ibimirim	0	0,00	0,00	9.775,36
PE	260670	Ibirajuba	2	101,40	1.926,60	1.328,31
PE	260680	Igarassu	35	1.774,50	33.715,50	25.418,48
PE	260690	Iguaraci	1	50,70	963,30	3.206,96
PE	260700	Inajá	3	152,10	2.889,90	4.501,07
PE	260710	Ingazeira	1	50,70	963,30	786,42
PE	260720	Ipojuca	17	861,90	16.376,10	24.718,06
PE	260730	Ipubi	6	304,20	5.779,80	5.168,87
PE	260740	Itacuruba	0	0,00	0,00	1.617,58
PE	260750	Itaíba	0	0,00	0,00	9.172,38
PE	260760	Ilha de Itamaracá	6	304,20	5.779,80	5.757,76
PE	260765	Itambé	10	507,00	9.633,00	7.281,41
PE	260770	Itapetim	0	0,00	0,00	4.794,93
PE	260775	Itapissuma	1	50,70	963,30	10.730,61
PE	260780	Itaquitinga	0	0,00	0,00	5.746,20
PE	260790	Jaboatão dos Guararapes	204	10.342,80	196.513,20	156.049,44
PE	260795	Jaqueira	2	101,40	1.926,60	2.098,77
PE	260800	Jataúba	0	0,00	0,00	5.771,67
PE	260805	Jatobá	0	0,00	0,00	5.834,61
PE	260810	João Alfredo	6	304,20	5.779,80	5.618,69
PE	260820	Joaquim Nabuco	4	202,80	3.853,20	2.762,97
PE	260825	Jucati	0	0,00	0,00	3.831,60
PE	260830	Jupi	3	152,10	2.889,90	2.904,94
PE	260840	Jurema	3	152,10	2.889,90	2.600,52
PE	260845	Lagoa do Carro	4	202,80	3.853,20	3.463,77
PE	260850	Lagoa do Itaenga	6	304,20	5.779,80	3.655,74
PE	260860	Lagoa do Ouro	2	101,40	1.926,60	2.470,81
PE	260870	Lagoa dos Gatos	0	0,00	0,00	5.551,75
PE	260875	Lagoa Grande	4	202,80	3.853,20	4.570,27
PE	260880	Lajedo	10	507,00	9.633,00	6.693,70
PE	260890	Limoeiro	17	861,90	16.376,10	11.328,41
PE	260900	Macaparana	7	354,90	6.743,10	4.285,56
PE	260910	Machados	4	202,80	3.853,20	2.589,17
PE	260915	Manari	0	0,00	0,00	6.852,35
PE	260920	Maraial	0	0,00	0,00	4.133,09
PE	260930	Mirandiba	2	101,40	1.926,60	3.238,65
PE	260940	Moreno	19	963,30	18.302,70	13.849,69
PE	260950	Nazaré da Mata	10	507,00	9.633,00	6.416,83
PE	260960	Olinda	146	7.402,20	140.641,80	89.104,81
PE	260970	Orobó	3	152,10	2.889,90	5.235,18
PE	260980	Orocó	0	0,00	0,00	4.908,16
PE	260990	Ouricuri	14	709,80	13.486,20	13.702,21
PE	261000	Palmares	16	811,20	15.412,80	12.455,68
PE	261010	Palmeirina	0	0,00	0,00	2.819,06
PE	261020	Panelas	0	0,00	0,00	9.125,57
PE	261030	Paranatama	0	0,00	0,00	3.940,36
PE	261040	Parnamirim	0	0,00	0,00	7.259,50
PE	261050	Passira	7	354,90	6.743,10	5.004,53
PE	261060	Paudalho	5	253,50	4.816,50	17.093,21
PE	261070	Paulista	100	5.070,00	96.330,00	73.280,40
PE	261080	Pedra	0	0,00	0,00	7.437,09
PE	261090	Pesqueira	17	861,90	16.376,10	13.208,81
PE	261100	Petrolândia	1	50,70	963,30	13.070,53
PE	261110	Petrolina	90	4.563,00	86.697,00	74.712,23
PE	261120	Poção	3	152,10	2.889,90	1.938,17
PE	261130	Pombos	0	0,00	0,00	12.273,70
PE	261140	Primavera	1	50,70	963,30	3.978,24
PE	261150	Quipapá	5	253,50	4.816,50	4.367,65
PE	261153	Quixaba	1	50,70	963,30	1.392,86
PE	261160	Recife	450	22.815,00	433.485,00	414.855,86
PE	261170	Riacho das Almas	4	202,80	3.853,20	5.342,80
PE	261180	Ribeirão	12	608,40	11.559,60	9.325,29
PE	261190	Rio Formoso	1	50,70	963,30	6.979,37
PE	261200	Sairé	0	0,00	0,00	3.743,50
PE	261210	Salgadinho	2	101,40	1.926,60	1.764,20
PE	261220	Salgueiro	0	0,00	0,00	23.862,61
PE	261230	Saloá	0	0,00	0,00	6.315,00
PE	261240	Sanharó	0	0,00	0,00	8.451,35
PE	261245	Santa Cruz	2	101,40	1.926,60	3.124,04
PE	261247	Santa Cruz da Baixa Verde	0	0,00	0,00	4.236,00
PE	261250	Santa Cruz do Capibaribe	0	0,00	0,00	45.481,33
PE	261255	Santa Filomena	0	0,00	0,00	4.844,49
PE	261260	Santa Maria da Boa Vista	6	304,20	5.779,80	8.366,48
PE	261270	Santa Maria do Cambucá	2	101,40	1.926,60	2.798,12
PE	261280	Santa Terezinha	0	0,00	0,00	3.982,35
PE	261290	São Benedito do Sul	2	101,40	1.926,60	3.272,03
PE	261300	São Bento do Una	0	0,00	0,00	19.633,33
PE	261310	São Caitano	0	0,00	0,00	12.605,44
PE	261320	São João	2	101,40	1.926,60	8.286,90
PE	261330	São Joaquim do Monte	6	304,20	5.779,80	3.635,43
PE	261340	São José da Coroa Grande	0	0,00	0,00	8.035,34
PE	261350	São José do Belmonte	0	0,00	0,00	11.567,44
PE	261360	São José do Egito	0	0,00	0,00	11.422,20
PE	261370	São Lourenço da Mata	8	405,60	7.706,40	42.388,51
PE	261380	São Vicente Ferrer	4	202,80	3.853,20	3.043,81
PE	261390	Serra Talhada	26	1.318,20	25.045,80	16.812,16
PE	261400	Serrita	2	101,40	1.926,60	4.607,40
PE	261410	Sertânia	7	354,90	6.743,10	6.058,54
PE	261420	Sirinhaém	7	354,90	6.743,10	8.269,45
PE	261430	Moreilândia	1	50,70	963,30	2.907,19
PE	261440	Solidão	0	0,00	0,00	2.042,28
PE	261450	Surubim	15	760,50	14.449,50	12.558,11
PE	261460	Tabira	9	456,30	8.669,70	4.780,13
PE	261470	Tacaimbó	3	152,10	2.889,90	2.225,38
PE	261480	Tacaratu	3	152,10	2.889,90	5.451,32
PE	261485	Tamandaré	6	304,20	5.779,80	4.483,20
PE	261500	Taquaritinga do Norte	1	50,70	963,30	8.393,90
PE	261510	Terezinha	2	101,40	1.926,60	1.208,89
PE	261520	Terra Nova	1	50,70	963,30	2.496,26
PE	261530	Timbaúba	21	1.064,70	20.229,30	10.868,10
PE	261540	Toritama	0	0,00	0,00	14.122,87
PE	261550	Tracunhaém	1	50,70	963,30	3.699,12
PE	261560	Trindade	0	0,00	0,00	10.043,47
PE	261570	Triunfo	0	0,00	0,00	5.258,86
PE	261580	Tupanatinga	0	0,00	0,00	9.007,53
PE	261590	Tuparetama	3	152,10	2.889,90	1.400,59
PE	261600	Venturosa	0	0,00	0,00	6.080,04
PE	261610	Verdejante	0	0,00	0,00	3.245,49
PE	261618	Vertente do Lério	2	101,40	1.926,60	1.352,40
PE	261620	Vertentes	5	253,50	4.816,50	4.519,17
PE	261630	Vicência	6	304,20	5.779,80	8.893,28
PE	261640	Vitória de Santo Antão	44	2.230,80	42.385,20	27.086,59
PE	261650	Xexéu	0	0,00	0,00	5.007,28
Total			1.832	92.882,40	1.764.765,60	3.839.654,45

ANEXO XVII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
PI	220000	SES/PI	0	0,00	0,00	312.928,55
PI	220005	Acauã	2	101,40	1.926,60	1.403,74
PI	220010	Agricolândia	1	50,70	963,30	1.243,14
PI	220020	Água Branca	0	0,00	0,00	7.349,85
PI	220025	Alagoinha do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.519,89
PI	220027	Alegrete do Piauí	0	0,00	0,00	2.117,89
PI	220030	Alto Longá	0	0,00	0,00	5.672,23
PI	220040	Altos	0	0,00	0,00	21.430,52
PI	220045	Alvorada do Gurguéia	2	101,40	1.926,60	1.065,85
PI	220050	Amarante	0	0,00	0,00	7.027,84
PI	220060	Angical do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.361,10
PI	220070	Anísio de Abreu	2	101,40	1.926,60	1.944,09
PI	220080	Antônio Almeida	0	0,00	0,00	1.257,74
PI	220090	Aroazes	2	101,40	1.926,60	1.174,49
PI	220095	Aroeiras do Itaim	0	0,00	0,00	999,04
PI	220100	Arraial	1	50,70	963,30	951,94
PI	220105	Assunção do Piauí	0	0,00	0,00	3.113,69
PI	220110	Avelino Lopes	3	152,10	2.889,90	2.312,83
PI	220115	Baixa Grande do Ribeiro	2	101,40	1.926,60	2.590,63
PI	220117	Barra D'Alcântara	2	101,40	1.926,60	789,08
PI	220120	Barras	9	456,30	8.669,70	10.071,33
PI	220130	Barreiras do Piauí	0	0,00	0,00	1.333,28
PI	220140	Barro Duro	0	0,00	0,00	3.142,44
PI	220150	Batalha	4	202,80	3.853,20	6.818,32
PI	220155	Bela Vista do Piauí	0	0,00	0,00	1.584,66
PI	220157	Belém do Piauí	2	101,40	1.926,60	698,52
PI	220160	Beneditinos	2	101,40	1.926,60	3.493,09
PI	220170	Bertolínia	2	101,40	1.926,60	1.095,70
PI	220173	Betânia do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.237,03
PI	220177	Boa Hora	2	101,40	1.926,60	1.332,06
PI	220180	Bocaina	1	50,70	963,30	899,75
PI	220190	Bom Jesus	5	253,50	4.816,50	4.967,66
PI	220191	Bom Princípio do Piauí	0	0,00	0,00	2.223,08
PI	220192	Bonfim do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.123,12
PI	220194	Boqueirão do Piauí	1	50,70	963,30	1.619,19
PI	220196	Brasileira	2	101,40	1.926,60	1.652,69
PI	220198	Brejo do Piauí	2	101,40	1.926,60	903,91
PI	220200	Buriti dos Lopes	2	101,40	1.926,60	5.946,37
PI	220202	Buriti dos Montes	2	101,40	1.926,60	1.657,97
PI	220205	Cabeceiras do Piauí	2	101,40	1.926,60	2.246,65
PI	220207	Cajazeiras do Piauí	2	101,40	1.926,60	701,77
PI	220208	Cajueiro da Praia	1	50,70	963,30	2.048,05
PI	220209	Caldeirão Grande do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.165,96
PI	220210	Campinas do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.116,62
PI	220211	Campo Alegre do Fidalgo	0	0,00	0,00	1.983,06
PI	220213	Campo Grande do Piauí	0	0,00	0,00	2.345,32
PI	220217	Campo Largo do Piauí	1	50,70	963,30	1.903,07
PI	220220	Campo Maior	15	760,50	14.449,50	10.298,88
PI	220225	Canavieira	2	101,40	1.926,60	795,99
PI	220230	Canto do Buriti	5	253,50	4.816,50	4.186,86
PI	220240	Capitão de Campos	3	152,10	2.889,90	2.275,88
PI	220245	Capitão Gervásio Oliveira	2	101,40	1.926,60	810,81
PI	220250	Caracol	0	0,00	0,00	4.299,96

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PI	220253	Caraúbas do Piauí	1	50,70	963,30	1.353,18
PI	220255	Caridade do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.010,01
PI	220260	Castelo do Piauí	4	202,80	3.853,20	3.750,28
PI	220265	Caxingó	0	0,00	0,00	2.131,29
PI	220270	Cocal	5	253,50	4.816,50	6.259,92
PI	220271	Cocal de Telha	2	101,40	1.926,60	936,30
PI	220272	Cocal dos Alves	2	101,40	1.926,60	1.221,19
PI	220273	Coivaras	1	50,70	963,30	1.154,60
PI	220275	Colônia do Gurguéia	1	50,70	963,30	1.586,29
PI	220277	Colônia do Piauí	0	0,00	0,00	3.054,80
PI	220280	Conceição do Canindé	2	101,40	1.926,60	939,04
PI	220285	Coronel José Dias	2	101,40	1.926,60	933,66
PI	220290	Corrente	7	354,90	6.743,10	5.281,75
PI	220300	Cristalândia do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.638,48
PI	220310	Cristino Castro	2	101,40	1.926,60	2.212,13
PI	220320	Curimatá	3	152,10	2.889,90	2.249,48
PI	220323	Currais	2	101,40	1.926,60	980,57
PI	220325	Curralinhos	0	0,00	0,00	2.335,31
PI	220327	Curral Novo do Piauí	0	0,00	0,00	2.054,54
PI	220330	Demerval Lobão	0	0,00	0,00	7.315,31
PI	220335	Dirceu Arcoverde	2	101,40	1.926,60	1.389,12
PI	220340	Dom Expedito Lopes	0	0,00	0,00	2.735,19
PI	220342	Domingos Mourão	2	101,40	1.926,60	871,53
PI	220345	Dom Inocêncio	2	101,40	1.926,60	1.903,88
PI	220350	Elesbão Veloso	0	0,00	0,00	5.887,06
PI	220360	Eliseu Martins	2	101,40	1.926,60	972,85
PI	220370	Esperantina	10	507,00	9.633,00	7.868,31
PI	220375	Fartura do Piauí	0	0,00	0,00	2.106,12
PI	220380	Flores do Piauí	1	50,70	963,30	892,64
PI	220385	Floresta do Piauí	0	0,00	0,00	1.020,57
PI	220390	Floriano	22	1.115,40	21.192,60	12.045,74
PI	220400	Francinópolis	1	50,70	963,30	1.176,93
PI	220410	Francisco Ayres	0	0,00	0,00	1.871,14
PI	220415	Francisco Macedo	2	101,40	1.926,60	625,01
PI	220420	Francisco Santos	2	101,40	1.926,60	1.826,10
PI	220430	Fronteiras	0	0,00	0,00	4.634,19
PI	220435	Geminiano	0	0,00	0,00	2.151,60
PI	220440	Gilbués	0	0,00	0,00	4.267,87
PI	220450	Guadalupe	4	202,80	3.853,20	2.100,03
PI	220455	Guaribas	0	0,00	0,00	1.816,15
PI	220460	Hugo Napoleão	2	101,40	1.926,60	773,86
PI	220465	Ilha Grande	2	101,40	1.926,60	1.863,26
PI	220470	Inhuma	3	152,10	2.889,90	3.214,84
PI	220480	Ipiranga do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.959,52
PI	220490	Isaías Coelho	0	0,00	0,00	3.406,91
PI	220500	Itainópolis	0	0,00	0,00	4.601,30
PI	220510	Itaueira	3	152,10	2.889,90	2.196,69
PI	220515	Jacobina do Piauí	0	0,00	0,00	2.318,92
PI	220520	Jaicós	3	152,10	2.889,90	4.657,77
PI	220525	Jardim do Mulato	1	50,70	963,30	893,86
PI	220527	Jatobá do Piauí	1	50,70	963,30	968,19
PI	220530	Jerumenha	2	101,40	1.926,60	894,07
PI	220535	João Costa	0	0,00	0,00	1.206,57
PI	220540	Joaquim Pires	2	101,40	1.926,60	3.782,99
PI	220545	Joca Marques	0	0,00	0,00	2.145,10
PI	220550	José de Freitas	0	0,00	0,00	20.643,06
PI	220551	Juazeiro do Piauí	2	101,40	1.926,60	982,19
PI	220552	Júlio Borges	2	101,40	1.926,60	1.116,01
PI	220553	Jurema	0	0,00	0,00	1.884,78
PI	220554	Lagoinha do Piauí	2	101,40	1.926,60	721,34
PI	220555	Lagoa Alegre	2	101,40	1.926,60	2.556,90
PI	220556	Lagoa do Barro do Piauí	1	50,70	963,30	927,98
PI	220557	Lagoa de São Francisco	2	101,40	1.926,60	1.338,15
PI	220558	Lagoa do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.071,66
PI	220559	Lagoa do Sítio	2	101,40	1.926,60	1.019,76
PI	220560	Landri Sales	2	101,40	1.926,60	1.069,31
PI	220570	Luís Correia	5	253,50	4.816,50	7.129,42
PI	220580	Luzilândia	5	253,50	4.816,50	5.347,78
PI	220585	Madeiro	1	50,70	963,30	2.316,09
PI	220590	Manoel Emídio	2	101,40	1.926,60	1.068,49
PI	220595	Marcolândia	0	0,00	0,00	3.324,47
PI	220600	Marcos Parente	2	101,40	1.926,60	910,51
PI	220605	Massapê do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.282,31
PI	220610	Matias Olímpio	2	101,40	1.926,60	2.416,00
PI	220620	Miguel Alves	4	202,80	3.853,20	9.545,80
PI	220630	Miguel Leão	1	50,70	963,30	336,40
PI	220635	Milton Brandão	2	101,40	1.926,60	1.380,19
PI	220640	Monsenhor Gil	2	101,40	1.926,60	3.704,01
PI	220650	Monsenhor Hipólito	0	0,00	0,00	3.072,27
PI	220660	Monte Alegre do Piauí	2	101,40	1.926,60	2.313,66
PI	220665	Morro Cabeça no Tempo	0	0,00	0,00	1.657,76
PI	220667	Morro do Chapéu do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.348,51
PI	220669	Murici dos Portelas	2	101,40	1.926,60	1.796,25
PI	220670	Nazaré do Piauí	0	0,00	0,00	2.964,65
PI	220672	Nazária	0	0,00	0,00	4.505,14
PI	220675	Nossa Senhora de Nazaré	2	101,40	1.926,60	959,04
PI	220680	Nossa Senhora dos Remédios	2	101,40	1.926,60	1.717,26
PI	220690	Novo Oriente do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.320,89
PI	220695	Novo Santo Antônio	0	0,00	0,00	1.369,01
PI	220700	Oeiras	10	507,00	9.633,00	7.364,11
PI	220710	Olho D'Água do Piauí	0	0,00	0,00	1.095,70
PI	220720	Padre Marcos	0	0,00	0,00	2.738,03
PI	220730	Paes Landim	2	101,40	1.926,60	827,87
PI	220735	Pajeú do Piauí	2	101,40	1.926,60	706,44
PI	220740	Palmeira do Piauí	0	0,00	0,00	2.029,36
PI	220750	Palmeirais	0	0,00	0,00	5.746,95
PI	220755	Paquetá	2	101,40	1.926,60	795,79
PI	220760	Parnaguá	0	0,00	0,00	4.276,40
PI	220770	Parnaíba	12	608,40	11.559,60	53.733,90
PI	220775	Passagem Franca do Piauí	0	0,00	0,00	1.815,34
PI	220777	Patos do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.267,29
PI	220779	Pau D'Arco do Piauí	0	0,00	0,00	1.589,54
PI	220780	Paulistana	0	0,00	0,00	8.176,34
PI	220785	Pavussu	2	101,40	1.926,60	742,18
PI	220790	Pedro II	10	507,00	9.633,00	7.719,06
PI	220793	Pedro Laurentino	0	0,00	0,00	1.003,92
PI	220795	Nova Santa Rita	2	101,40	1.926,60	868,28
PI	220800	Picos	8	405,60	7.706,40	23.283,95
PI	220810	Pimenteiras	0	0,00	0,00	4.832,78
PI	220820	Pio IX	0	0,00	0,00	7.319,43
PI	220830	Piracuruca	9	456,30	8.669,70	5.721,98
PI	220840	Piripiri	2	101,40	1.926,60	25.377,87
PI	220850	Porto	3	152,10	2.889,90	2.485,23
PI	220855	Porto Alegre do Piauí	2	101,40	1.926,60	535,46
PI	220860	Prata do Piauí	0	0,00	0,00	1.262,61
PI	220865	Queimada Nova	2	101,40	1.926,60	1.781,84
PI	220870	Redenção do Gurguéia	2	101,40	1.926,60	1.742,24
PI	220880	Regeneração	6	304,20	5.779,80	3.593,32
PI	220885	Riacho Frio	0	0,00	0,00	1.729,65
PI	220887	Ribeira do Piauí	0	0,00	0,00	1.773,91
PI	220890	Ribeiro Gonçalves	0	0,00	0,00	2.888,30
PI	220900	Rio Grande do Piauí	0	0,00	0,00	2.569,90
PI	220910	Santa Cruz do Piauí	0	0,00	0,00	2.485,02
PI	220915	Santa Cruz dos Milagres	0	0,00	0,00	1.587,91
PI	220920	Santa Filomena	2	101,40	1.926,60	1.249,21
PI	220930	Santa Luz	0	0,00	0,00	2.312,42
PI	220935	Santana do Piauí	2	101,40	1.926,60	920,67
PI	220937	Santa Rosa do Piauí	1	50,70	963,30	1.141,19
PI	220940	Santo Antônio de Lisboa	0	0,00	0,00	2.524,01
PI	220945	Santo Antônio dos Milagres	0	0,00	0,00	856,50
PI	220950	Santo Inácio do Piauí	0	0,00	0,00	1.507,91
PI	220955	São Braz do Piauí	2	101,40	1.926,60	886,76
PI	220960	São Félix do Piauí	0	0,00	0,00	1.196,01
PI	220965	São Francisco de Assis do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.169,41
PI	220970	São Francisco do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.286,37
PI	220975	São Gonçalo do Gurguéia	0	0,00	0,00	1.194,79
PI	220980	São Gonçalo do Piauí	2	101,40	1.926,60	991,94
PI	220985	São João da Canabrava	2	101,40	1.926,60	917,01
PI	220987	São João da Fronteira	2	101,40	1.926,60	1.192,56
PI	220990	São João da Serra	2	101,40	1.926,60	1.243,12
PI	220995	São João da Varjota	2	101,40	1.926,60	962,09
PI	220997	São João do Arraial	2	101,40	1.926,60	1.563,55
PI	221000	São João do Piauí	0	0,00	0,00	8.153,60
PI	221005	São José do Divino	2	101,40	1.926,60	1.063,42
PI	221010	São José do Peixe	0	0,00	0,00	1.505,47
PI	221020	São José do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.344,45
PI	221030	São Julião	0	0,00	0,00	2.343,69
PI	221035	São Lourenço do Piauí	0	0,00	0,00	1.822,65
PI	221037	São Luis do Piauí	2	101,40	1.926,60	526,53
PI	221038	São Miguel da Baixa Grande	0	0,00	0,00	977,52
PI	221039	São Miguel do Fidalgo	2	101,40	1.926,60	608,16
PI	221040	São Miguel do Tapuio	3	152,10	2.889,90	4.485,99
PI	221050	São Pedro do Piauí	4	202,80	3.853,20	3.014,98
PI	221060	São Raimundo Nonato	9	456,30	8.669,70	6.825,40
PI	221062	Sebastião Barros	1	50,70	963,30	842,69
PI	221063	Sebastião Leal	1	50,70	963,30	852,64
PI	221065	Sigefredo Pacheco	2	101,40	1.926,60	2.052,93
PI	221070	Simões	2	101,40	1.926,60	3.918,63
PI	221080	Simplício Mendes	3	152,10	2.889,90	2.514,88
PI	221090	Socorro do Piauí	0	0,00	0,00	1.838,48
PI	221093	Sussuapara	0	0,00	0,00	2.641,38
PI	221095	Tamboril do Piauí	2	101,40	1.926,60	576,48
PI	221097	Tanque do Piauí	2	101,40	1.926,60	547,04
PI	221100	Teresina	0	0,00	0,00	525.290,47
PI	221110	União	0	0,00	0,00	23.532,19
PI	221120	Uruçuí	0	0,00	0,00	8.488,65
PI	221130	Valença do Piauí	7	354,90	6.743,10	4.173,86
PI	221135	Várzea Branca	0	0,00	0,00	2.004,45
PI	221140	Várzea Grande	2	101,40	1.926,60	882,49
PI	221150	Vera Mendes	0	0,00	0,00	1.227,69
PI	221160	Vila Nova do Piauí	1	50,70	963,30	611,21
PI	221170	Wall Ferraz	0	0,00	0,00	1.772,69
Total			413	20.939,10	397.842,90	1.535.818,14

ANEXO XVIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
PR	410000	SES/PR	0	0,00	0,00	776.476,52
PR	410010	Abatiá	2	101,40	1.926,60	893,39
PR	410020	Adrianópolis	0	0,00	0,00	1.919,06
PR	410030	Agudos do Sul	0	0,00	0,00	2.578,59
PR	410040	Almirante Tamandaré	0	0,00	0,00	29.622,06
PR	410045	Altamira do Paraná	1	50,70	963,30	718,90
PR	410050	Altônia	4	202,80	3.853,20	2.252,15
PR	410060	Alto Paraná	5	253,50	4.816,50	1.764,87
PR	410070	Alto Piquiri	3	152,10	2.889,90	1.137,28
PR	410080	Alvorada do Sul	3	152,10	2.889,90	1.200,80
PR	410090	Amaporã	0	0,00	0,00	1.507,42
PR	410100	Ampére	5	253,50	4.816,50	1.938,80
PR	410105	Anahy	1	50,70	963,30	731,07
PR	410110	Andirá	3	152,10	2.889,90	2.187,86
PR	410115	Ângulo	0	0,00	0,00	1.472,97
PR	410120	Antonina	0	0,00	0,00	4.110,88
PR	410130	Antônio Olinto	1	50,70	963,30	863,70
PR	410140	Apucarana	45	2.281,50	43.348,50	18.919,21
PR	410150	Arapongas	19	963,30	18.302,70	12.868,20
PR	410160	Arapoti	9	456,30	8.669,70	2.819,54
PR	410165	Arapuã	1	50,70	963,30	721,38
PR	410170	Araruna	4	202,80	3.853,20	1.496,15
PR	410180	Araucária	6	304,20	5.779,80	29.050,80
PR	410185	Ariranha do Ivaí	1	50,70	963,30	721,89
PR	410190	Assaí	6	304,20	5.779,80	1.737,75
PR	410200	Assis Chateaubriand	0	0,00	0,00	7.352,60
PR	410210	Astorga	10	507,00	9.633,00	2.670,75
PR	410220	Atalaia	2	101,40	1.926,60	732,81
PR	410230	Balsa Nova	2	101,40	1.926,60	1.725,11
PR	410240	Bandeirantes	2	101,40	1.926,60	4.782,06
PR	410250	Barbosa Ferraz	4	202,80	3.853,20	1.367,01
PR	410260	Barracão	0	0,00	0,00	2.245,59
PR	410270	Barra do Jacaré	0	0,00	0,00	1.471,17
PR	410275	Bela Vista da Caroba	0	0,00	0,00	1.448,67
PR	410280	Bela Vista do Paraíso	0	0,00	0,00	3.310,99
PR	410290	Bituruna	2	101,40	1.926,60	1.777,67
PR	410300	Boa Esperança	2	101,40	1.926,60	725,07

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PR	410302	Boa Esperança do Iguaçu	1	50,70	963,30	725,47
PR	410304	Boa Ventura de São Roque	2	101,40	1.926,60	779,30
PR	410305	Boa Vista da Aparecida	2	101,40	1.926,60	907,89
PR	410310	Bocaiúva do Sul	0	0,00	0,00	3.397,90
PR	410315	Bom Jesus do Sul	1	50,70	963,30	727,96
PR	410320	Bom Sucesso	0	0,00	0,00	1.598,33
PR	410322	Bom Sucesso do Sul	1	50,70	963,30	732,55
PR	410330	Borrazópolis	3	152,10	2.889,90	878,41
PR	410335	Braganey	2	101,40	1.926,60	728,94
PR	410337	Brasilândia do Sul	0	0,00	0,00	1.437,99
PR	410340	Cafeara	0	0,00	0,00	1.490,51
PR	410345	Cafelândia	5	253,50	4.816,50	1.732,38
PR	410347	Cafezal do Sul	0	0,00	0,00	1.457,65
PR	410350	Califórnia	3	152,10	2.889,90	952,80
PR	410360	Cambará	9	456,30	8.669,70	2.590,76
PR	410370	Cambé	37	1.875,90	35.642,10	15.342,72
PR	410380	Cambira	2	101,40	1.926,60	873,66
PR	410390	Campina da Lagoa	5	253,50	4.816,50	1.641,65
PR	410395	Campina do Simão	1	50,70	963,30	729,48
PR	410400	Campina Grande do Sul	3	152,10	2.889,90	8.260,81
PR	410405	Campo Bonito	2	101,40	1.926,60	722,62
PR	410410	Campo do Tenente	1	50,70	963,30	1.280,50
PR	410420	Campo Largo	5	253,50	4.816,50	27.665,36
PR	410425	Campo Magro	3	152,10	2.889,90	4.496,80
PR	410430	Campo Mourão	32	1.622,40	30.825,60	10.927,15
PR	410440	Cândido de Abreu	2	101,40	1.926,60	1.756,93
PR	410442	Candói	0	0,00	0,00	3.343,01
PR	410445	Cantagalo	0	0,00	0,00	2.883,72
PR	410450	Capanema	5	253,50	4.816,50	2.015,20
PR	410460	Capitão Leônidas Marques	5	253,50	4.816,50	1.663,14
PR	410465	Carambeí	2	101,40	1.926,60	2.507,71
PR	410470	Carlópolis	0	0,00	0,00	3.055,28
PR	410480	Cascavel	97	4.917,90	93.440,10	44.931,18
PR	410490	Castro	2	101,40	1.926,60	12.222,19
PR	410500	Catanduvas	1	50,70	963,30	1.342,24
PR	410510	Centenário do Sul	1	50,70	963,30	1.515,12
PR	410520	Cerro Azul	0	0,00	0,00	4.891,53
PR	410530	Céu Azul	4	202,80	3.853,20	1.261,49
PR	410540	Chopinzinho	3	152,10	2.889,90	2.097,98
PR	410550	Cianorte	24	1.216,80	23.119,20	9.913,48
PR	410560	Cidade Gaúcha	4	202,80	3.853,20	1.297,52
PR	410570	Clevelândia	2	101,40	1.926,60	1.843,37
PR	410580	Colombo	12	608,40	11.559,60	49.210,89
PR	410590	Colorado	9	456,30	8.669,70	2.442,03
PR	410600	Congonhinhas	1	50,70	963,30	987,65
PR	410610	Conselheiro Mairinck	1	50,70	963,30	741,52
PR	410620	Contenda	0	0,00	0,00	4.794,26
PR	410630	Corbélia	6	304,20	5.779,80	1.796,97
PR	410640	Cornélio Procópio	18	912,60	17.339,40	4.904,14
PR	410645	Coronel Domingos Soares	0	0,00	0,00	1.796,85
PR	410650	Coronel Vivida	6	304,20	5.779,80	2.291,02
PR	410655	Corumbataí do Sul	1	50,70	963,30	717,33
PR	410657	Cruzeiro do Iguaçu	2	101,40	1.926,60	732,74
PR	410660	Cruzeiro do Oeste	8	405,60	7.706,40	2.204,67
PR	410670	Cruzeiro do Sul	2	101,40	1.926,60	731,51
PR	410680	Cruz Machado	0	0,00	0,00	3.936,97
PR	410685	Cruzmaltina	1	50,70	963,30	727,65
PR	410690	Curitiba	0	0,00	0,00	491.198,65
PR	410700	Curiúva	1	50,70	963,30	2.178,85
PR	410710	Diamante do Norte	2	101,40	1.926,60	882,12
PR	410712	Diamante do Sul	1	50,70	963,30	731,75
PR	410715	Diamante D'Oeste	0	0,00	0,00	1.603,07
PR	410720	Dois Vizinhos	11	557,70	10.596,30	3.946,65
PR	410725	Douradina	2	101,40	1.926,60	921,25
PR	410730	Doutor Camargo	2	101,40	1.926,60	736,76
PR	410740	Enéas Marques	1	50,70	963,30	731,39
PR	410750	Engenheiro Beltrão	5	253,50	4.816,50	1.528,19
PR	410752	Esperança Nova	1	50,70	963,30	722,37
PR	410753	Entre Rios do Oeste	2	101,40	1.926,60	754,55
PR	410754	Espigão Alto do Iguaçu	2	101,40	1.926,60	723,57
PR	410755	Farol	0	0,00	0,00	1.449,01
PR	410760	Faxinal	0	0,00	0,00	3.607,85
PR	410765	Fazenda Rio Grande	4	202,80	3.853,20	20.258,44
PR	410770	Fênix	2	101,40	1.926,60	732,61
PR	410773	Fernandes Pinheiro	2	101,40	1.926,60	748,23
PR	410775	Figueira	1	50,70	963,30	940,80
PR	410780	Floraí	2	101,40	1.926,60	731,38
PR	410785	Flor da Serra do Sul	2	101,40	1.926,60	731,62
PR	410790	Floresta	2	101,40	1.926,60	960,70
PR	410800	Florestópolis	4	202,80	3.853,20	1.233,54
PR	410810	Flórida	0	0,00	0,00	1.481,45
PR	410820	Formosa do Oeste	0	0,00	0,00	1.702,98
PR	410830	Foz do Iguaçu	79	4.005,30	76.100,70	50.197,67
PR	410832	Francisco Alves	2	101,40	1.926,60	755,13
PR	410840	Francisco Beltrão	26	1.318,20	25.045,80	8.560,71
PR	410845	Foz do Jordão	2	101,40	1.926,60	721,80
PR	410850	General Carneiro	2	101,40	1.926,60	1.592,01
PR	410855	Godoy Moreira	0	0,00	0,00	1.447,84
PR	410860	Goioerê	10	507,00	9.633,00	3.052,71
PR	410865	Goioxim	0	0,00	0,00	1.853,33
PR	410870	Grandes Rios	2	101,40	1.926,60	813,42
PR	410880	Guaíra	11	557,70	10.596,30	3.888,88
PR	410890	Guairaçá	0	0,00	0,00	1.517,69
PR	410895	Guamiranga	2	101,40	1.926,60	948,92
PR	410900	Guapirama	2	101,40	1.926,60	731,33
PR	410910	Guaporema	1	50,70	963,30	733,82
PR	410920	Guaraci	2	101,40	1.926,60	743,01
PR	410930	Guaraniaçu	3	152,10	2.889,90	1.543,98
PR	410940	Guarapuava	8	405,60	7.706,40	27.480,70
PR	410950	Guaraqueçaba	0	0,00	0,00	2.021,62
PR	410960	Guaratuba	3	152,10	2.889,90	4.214,56
PR	410965	Honório Serpa	2	101,40	1.926,60	723,25
PR	410970	Ibaiti	3	152,10	2.889,90	3.361,97
PR	410975	Ibema	2	101,40	1.926,60	741,63
PR	410980	Ibiporã	18	912,60	17.339,40	6.789,09
PR	410990	Icaraíma	0	0,00	0,00	1.968,41
PR	411000	Iguaraçu	2	101,40	1.926,60	879,26
PR	411005	Iguatu	2	101,40	1.926,60	734,38
PR	411007	Imbaú	3	152,10	2.889,90	1.328,45
PR	411010	Imbituva	3	152,10	2.889,90	3.413,44
PR	411020	Inácio Martins	2	101,40	1.926,60	1.231,26
PR	411030	Inajá	2	101,40	1.926,60	738,47
PR	411040	Indianópolis	2	101,40	1.926,60	738,11
PR	411050	Ipiranga	1	50,70	963,30	2.212,86
PR	411060	Iporã	5	253,50	4.816,50	1.603,72
PR	411065	Iracema do Oeste	0	0,00	0,00	1.448,41
PR	411070	Irati	0	0,00	0,00	11.954,22
PR	411080	Iretama	3	152,10	2.889,90	1.178,94
PR	411090	Itaguajé	0	0,00	0,00	1.462,68
PR	411095	Itaipulândia	2	101,40	1.926,60	1.321,23
PR	411100	Itambaracá	2	101,40	1.926,60	795,40
PR	411110	Itambé	0	0,00	0,00	1.472,31
PR	411120	Itapejara d'Oeste	2	101,40	1.926,60	1.237,92
PR	411125	Itaperuçu	3	152,10	2.889,90	4.295,59
PR	411130	Itaúna do Sul	0	0,00	0,00	1.434,18
PR	411140	Ivaí	0	0,00	0,00	2.909,22
PR	411150	Ivaiporã	11	557,70	10.596,30	3.345,35
PR	411155	Ivaté	2	101,40	1.926,60	903,44
PR	411160	Ivatuba	2	101,40	1.926,60	744,42
PR	411170	Jaboti	0	0,00	0,00	1.486,86
PR	411180	Jacarezinho	1	50,70	963,30	7.214,04
PR	411190	Jaguapitã	3	152,10	2.889,90	1.407,69
PR	411200	Jaguariaíva	3	152,10	2.889,90	4.115,66
PR	411210	Jandaia do Sul	7	354,90	6.743,10	2.203,29
PR	411220	Janiópolis	2	101,40	1.926,60	743,61
PR	411230	Japira	2	101,40	1.926,60	735,73
PR	411240	Japurá	3	152,10	2.889,90	1.016,00
PR	411250	Jardim Alegre	0	0,00	0,00	2.787,78
PR	411260	Jardim Olinda	0	0,00	0,00	1.457,44
PR	411270	Jataizinho	4	202,80	3.853,20	1.582,34
PR	411275	Jesuítas	3	152,10	2.889,90	1.010,69
PR	411280	Joaquim Távora	3	152,10	2.889,90	1.248,39
PR	411290	Jundiaí do Sul	0	0,00	0,00	1.459,90
PR	411295	Juranda	2	101,40	1.926,60	880,94
PR	411300	Jussara	2	101,40	1.926,60	801,41
PR	411310	Kaloré	0	0,00	0,00	1.452,38
PR	411320	Lapa	1	50,70	963,30	11.725,19
PR	411325	Laranjal	1	50,70	963,30	791,30
PR	411330	Laranjeiras do Sul	10	507,00	9.633,00	3.518,19
PR	411340	Leópolis	2	101,40	1.926,60	729,54
PR	411342	Lidianópolis	2	101,40	1.926,60	719,75
PR	411345	Lindoeste	0	0,00	0,00	1.445,93
PR	411350	Loanda	6	304,20	5.779,80	2.334,31
PR	411360	Lobato	2	101,40	1.926,60	745,31
PR	411370	Londrina	0	0,00	0,00	178.214,81
PR	411373	Luiziana	2	101,40	1.926,60	854,85
PR	411375	Lunardelli	0	0,00	0,00	1.455,23
PR	411380	Lupionópolis	2	101,40	1.926,60	742,94
PR	411390	Mallet	2	101,40	1.926,60	1.451,89
PR	411400	Mamborê	4	202,80	3.853,20	1.506,79
PR	411410	Mandaguaçu	0	0,00	0,00	4.999,68
PR	411420	Mandaguari	13	659,10	12.522,90	4.087,56
PR	411430	Mandirituba	1	50,70	963,30	5.732,84
PR	411435	Manfrinópolis	0	0,00	0,00	1.437,40
PR	411440	Mangueirinha	0	0,00	0,00	3.667,70
PR	411450	Manoel Ribas	3	152,10	2.889,90	1.462,64
PR	411460	Marechal Cândido Rondon	16	811,20	15.412,80	6.813,04
PR	411470	Maria Helena	2	101,40	1.926,60	729,51
PR	411480	Marialva	10	507,00	9.633,00	4.668,09
PR	411490	Marilândia do Sul	1	50,70	963,30	1.062,78
PR	411500	Marilena	2	101,40	1.926,60	819,12
PR	411510	Mariluz	3	152,10	2.889,90	1.156,10
PR	411520	Maringá	120	6.084,00	115.596,00	59.880,05
PR	411530	Mariópolis	2	101,40	1.926,60	764,44
PR	411535	Maripá	0	0,00	0,00	1.464,00
PR	411540	Marmeleiro	4	202,80	3.853,20	1.541,72
PR	411545	Marquinho	1	50,70	963,30	724,90
PR	411550	Marumbi	0	0,00	0,00	1.470,51
PR	411560	Matelândia	5	253,50	4.816,50	2.006,90
PR	411570	Matinhos	0	0,00	0,00	7.614,94
PR	411573	Mato Rico	1	50,70	963,30	721,74
PR	411575	Mauá da Serra	3	152,10	2.889,90	1.062,24
PR	411580	Medianeira	15	760,50	14.449,50	5.200,44
PR	411585	Mercedes	2	101,40	1.926,60	746,34
PR	411590	Mirador	2	101,40	1.926,60	729,06
PR	411600	Miraselva	1	50,70	963,30	730,85
PR	411605	Missal	2	101,40	1.926,60	1.375,28
PR	411610	Moreira Sales	4	202,80	3.853,20	1.379,16
PR	411620	Morretes	1	50,70	963,30	2.505,12
PR	411630	Munhoz de Melo	2	101,40	1.926,60	744,96
PR	411640	Nossa Senhora das Graças	1	50,70	963,30	735,73
PR	411650	Nova Aliança do Ivaí	0	0,00	0,00	1.486,76
PR	411660	Nova América da Colina	2	101,40	1.926,60	732,51
PR	411670	Nova Aurora	4	202,80	3.853,20	1.278,03
PR	411680	Nova Cantu	0	0,00	0,00	1.812,36
PR	411690	Nova Esperança	4	202,80	3.853,20	3.280,76
PR	411695	Nova Esperança do Sudoeste	2	101,40	1.926,60	732,56
PR	411700	Nova Fátima	0	0,00	0,00	1.882,99
PR	411705	Nova Laranjeiras	2	101,40	1.926,60	1.616,33
PR	411710	Nova Londrina	5	253,50	4.816,50	1.697,05
PR	411720	Nova Olímpia	2	101,40	1.926,60	740,78
PR	411721	Nova Santa Bárbara	2	101,40	1.926,60	745,14
PR	411722	Nova Santa Rosa	2	101,40	1.926,60	911,68
PR	411725	Nova Prata do Iguaçu	0	0,00	0,00	2.347,19
PR	411727	Nova Tebas	2	101,40	1.926,60	813,71
PR	411729	Novo Itacolomi	0	0,00	0,00	1.467,10
PR	411730	Ortigueira	3	152,10	2.889,90	2.546,16
PR	411740	Ourizona	2	101,40	1.926,60	734,91
PR	411745	Ouro Verde do Oeste	0	0,00	0,00	1.480,92
PR	411750	Paiçandu	0	0,00	0,00	10.664,20
PR	411760	Palmas	0	0,00	0,00	9.521,11
PR	411770	Palmeira	3	152,10	2.889,90	3.982,30
PR	411780	Palmital	0	0,00	0,00	3.207,40
PR	411790	Palotina	10	507,00	9.633,00	3.139,59
PR	411800	Paraíso do Norte	5	253,50	4.816,50	1.387,27
PR	411810	Paranacity	4	202,80	3.853,20	1.201,31

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PR	411820	Paranaguá	12	608,40	11.559,60	25.378,07
PR	411830	Paranapoema	2	101,40	1.926,60	753,31
PR	411840	Paranavaí	2	101,40	1.926,60	17.371,84
PR	411845	Pato Bragado	2	101,40	1.926,60	755,61
PR	411850	Pato Branco	24	1.216,80	23.119,20	7.834,71
PR	411860	Paula Freitas	1	50,70	963,30	744,26
PR	411870	Paulo Frontin	0	0,00	0,00	1.667,10
PR	411880	Peabiru	5	253,50	4.816,50	1.510,18
PR	411885	Perobal	0	0,00	0,00	1.487,59
PR	411890	Pérola	4	202,80	3.853,20	1.189,45
PR	411900	Pérola d'Oeste	2	101,40	1.926,60	788,54
PR	411910	Piên	0	0,00	0,00	3.419,73
PR	411915	Pinhais	0	0,00	0,00	33.366,23
PR	411920	Pinhalão	0	0,00	0,00	1.499,35
PR	411925	Pinhal de São Bento	1	50,70	963,30	738,57
PR	411930	Pinhão	3	152,10	2.889,90	3.625,02
PR	411940	Piraí do Sul	0	0,00	0,00	5.130,29
PR	411950	Piraquara	0	0,00	0,00	27.310,68
PR	411960	Pitanga	0	0,00	0,00	6.715,60
PR	411965	Pitangueiras	0	0,00	0,00	1.506,48
PR	411970	Planaltina do Paraná	0	0,00	0,00	1.477,71
PR	411980	Planalto	3	152,10	2.889,90	1.494,43
PR	411990	Ponta Grossa	62	3.143,40	59.724,60	33.153,77
PR	411995	Pontal do Paraná	0	0,00	0,00	4.947,82
PR	412000	Porecatu	0	0,00	0,00	3.034,12
PR	412010	Porto Amazonas	0	0,00	0,00	1.486,92
PR	412015	Porto Barreiro	1	50,70	963,30	723,88
PR	412020	Porto Rico	2	101,40	1.926,60	734,62
PR	412030	Porto Vitória	1	50,70	963,30	734,52
PR	412033	Prado Ferreira	2	101,40	1.926,60	745,95
PR	412035	Pranchita	2	101,40	1.926,60	726,51
PR	412040	Presidente Castelo Branco	2	101,40	1.926,60	748,13
PR	412050	Primeiro de Maio	0	0,00	0,00	2.448,78
PR	412060	Prudentópolis	3	152,10	2.889,90	7.472,53
PR	412065	Quarto Centenário	1	50,70	963,30	727,68
PR	412070	Quatiguá	3	152,10	2.889,90	845,36
PR	412080	Quatro Barras	0	0,00	0,00	5.963,66
PR	412085	Quatro Pontes	1	50,70	963,30	741,01
PR	412090	Quedas do Iguaçu	8	405,60	7.706,40	3.346,55
PR	412100	Querência do Norte	3	152,10	2.889,90	1.322,25
PR	412110	Quinta do Sol	0	0,00	0,00	1.450,40
PR	412120	Quitandinha	0	0,00	0,00	5.043,92
PR	412125	Ramilândia	2	101,40	1.926,60	743,74
PR	412130	Rancho Alegre	2	101,40	1.926,60	747,21
PR	412135	Rancho Alegre D'Oeste	2	101,40	1.926,60	727,83
PR	412140	Realeza	5	253,50	4.816,50	1.792,98
PR	412150	Rebouças	2	101,40	1.926,60	1.579,43
PR	412160	Renascença	2	101,40	1.926,60	805,80
PR	412170	Reserva	3	152,10	2.889,90	2.723,68
PR	412175	Reserva do Iguaçu	1	50,70	963,30	883,74
PR	412180	Ribeirão Claro	2	101,40	1.926,60	1.197,53
PR	412190	Ribeirão do Pinhal	5	253,50	4.816,50	1.472,01
PR	412200	Rio Azul	2	101,40	1.926,60	1.590,19
PR	412210	Rio Bom	2	101,40	1.926,60	730,25
PR	412215	Rio Bonito do Iguaçu	2	101,40	1.926,60	1.865,42
PR	412217	Rio Branco do Ivaí	0	0,00	0,00	1.479,93
PR	412220	Rio Branco do Sul	0	0,00	0,00	8.684,64
PR	412230	Rio Negro	2	101,40	1.926,60	7.040,04
PR	412240	Rolândia	22	1.115,40	21.192,60	8.098,28
PR	412250	Roncador	3	152,10	2.889,90	1.236,08
PR	412260	Rondon	3	152,10	2.889,90	1.049,37
PR	412265	Rosário do Ivaí	1	50,70	963,30	721,65
PR	412270	Sabáudia	2	101,40	1.926,60	762,46
PR	412280	Salgado Filho	1	50,70	963,30	718,04
PR	412290	Salto do Itararé	2	101,40	1.926,60	729,59
PR	412300	Salto do Lontra	3	152,10	2.889,90	1.544,32
PR	412310	Santa Amélia	0	0,00	0,00	1.446,56
PR	412320	Santa Cecília do Pavão	0	0,00	0,00	1.452,92
PR	412330	Santa Cruz de Monte Castelo	2	101,40	1.926,60	927,11
PR	412340	Santa Fé	4	202,80	3.853,20	1.309,55
PR	412350	Santa Helena	5	253,50	4.816,50	2.878,26
PR	412360	Santa Inês	0	0,00	0,00	1.447,15
PR	412370	Santa Isabel do Ivaí	3	152,10	2.889,90	997,70
PR	412380	Santa Izabel do Oeste	3	152,10	2.889,90	1.504,52
PR	412382	Santa Lúcia	2	101,40	1.926,60	731,00
PR	412385	Santa Maria do Oeste	2	101,40	1.926,60	1.320,62
PR	412390	Santa Mariana	4	202,80	3.853,20	1.355,43
PR	412395	Santa Mônica	0	0,00	0,00	1.497,71
PR	412400	Santana do Itararé	2	101,40	1.926,60	729,36
PR	412402	Santa Tereza do Oeste	1	50,70	963,30	1.873,90
PR	412405	Santa Terezinha de Itaipu	4	202,80	3.853,20	2.776,00
PR	412410	Santo Antônio da Platina	7	354,90	6.743,10	4.564,12
PR	412420	Santo Antônio do Caiuá	0	0,00	0,00	1.461,03
PR	412430	Santo Antônio do Paraíso	2	101,40	1.926,60	723,25
PR	412440	Santo Antônio do Sudoeste	5	253,50	4.816,50	2.077,79
PR	412450	Santo Inácio	2	101,40	1.926,60	737,43
PR	412460	São Carlos do Ivaí	0	0,00	0,00	1.560,69
PR	412470	São Jerônimo da Serra	2	101,40	1.926,60	1.259,78
PR	412480	São João	2	101,40	1.926,60	1.179,45
PR	412490	São João do Caiuá	0	0,00	0,00	1.465,12
PR	412500	São João do Ivaí	4	202,80	3.853,20	1.245,99
PR	412510	São João do Triunfo	1	50,70	963,30	2.152,59
PR	412520	São Jorge d'Oeste	2	101,40	1.926,60	1.035,24
PR	412530	São Jorge do Ivaí	2	101,40	1.926,60	733,95
PR	412535	São Jorge do Patrocínio	2	101,40	1.926,60	937,91
PR	412540	São José da Boa Vista	2	101,40	1.926,60	766,40
PR	412545	São José das Palmeiras	0	0,00	0,00	1.458,90
PR	412550	São José dos Pinhais	0	0,00	0,00	77.380,16
PR	412555	São Manoel do Paraná	1	50,70	963,30	737,08
PR	412560	São Mateus do Sul	3	152,10	2.889,90	6.071,99
PR	412570	São Miguel do Iguaçu	0	0,00	0,00	6.777,74
PR	412575	São Pedro do Iguaçu	0	0,00	0,00	1.511,75
PR	412580	São Pedro do Ivaí	3	152,10	2.889,90	1.177,27
PR	412590	São Pedro do Paraná	0	0,00	0,00	1.454,88
PR	412600	São Sebastião da Amoreira	3	152,10	2.889,90	998,54
PR	412610	São Tomé	2	101,40	1.926,60	742,85
PR	412620	Sapopema	2	101,40	1.926,60	798,18
PR	412625	Sarandi	32	1.622,40	30.825,60	12.403,69
PR	412627	Saudade do Iguaçu	0	0,00	0,00	1.492,12
PR	412630	Sengés	2	101,40	1.926,60	2.104,53
PR	412635	Serranópolis do Iguaçu	0	0,00	0,00	1.463,57
PR	412640	Sertaneja	2	101,40	1.926,60	725,94
PR	412650	Sertanópolis	6	304,20	5.779,80	1.727,76
PR	412660	Siqueira Campos	0	0,00	0,00	4.163,79
PR	412665	Sulina	1	50,70	963,30	723,31
PR	412667	Tamarana	2	101,40	1.926,60	1.454,99
PR	412670	Tamboara	1	50,70	963,30	746,71
PR	412680	Tapejara	5	253,50	4.816,50	1.655,77
PR	412690	Tapira	2	101,40	1.926,60	729,26
PR	412700	Teixeira Soares	2	101,40	1.926,60	1.237,95
PR	412710	Telêmaco Borba	4	202,80	3.853,20	11.206,89
PR	412720	Terra Boa	5	253,50	4.816,50	1.764,02
PR	412730	Terra Rica	5	253,50	4.816,50	1.717,33
PR	412740	Terra Roxa	5	253,50	4.816,50	1.840,84
PR	412750	Tibagi	5	253,50	4.816,50	2.119,91
PR	412760	Tijucas do Sul	0	0,00	0,00	4.392,55
PR	412770	Toledo	42	2.129,40	40.458,60	15.055,16
PR	412780	Tomazina	2	101,40	1.926,60	981,02
PR	412785	Três Barras do Paraná	2	101,40	1.926,60	1.321,96
PR	412788	Tunas do Paraná	1	50,70	963,30	1.219,42
PR	412790	Tuneiras do Oeste	3	152,10	2.889,90	993,06
PR	412795	Tupãssi	0	0,00	0,00	1.861,71
PR	412796	Turvo	2	101,40	1.926,60	1.491,17
PR	412800	Ubiratã	8	405,60	7.706,40	2.284,97
PR	412810	Umuarama	36	1.825,20	34.678,80	12.829,23
PR	412820	União da Vitória	3	152,10	2.889,90	8.380,44
PR	412830	Uniflor	1	50,70	963,30	740,76
PR	412840	Uraí	4	202,80	3.853,20	1.273,72
PR	412850	Wenceslau Braz	7	354,90	6.743,10	2.075,25
PR	412853	Ventania	2	101,40	1.926,60	1.199,59
PR	412855	Vera Cruz do Oeste	3	152,10	2.889,90	1.011,75
PR	412860	Verê	2	101,40	1.926,60	895,88
PR	412862	Alto Paraíso	0	0,00	0,00	1.442,96
PR	412863	Doutor Ulysses	0	0,00	0,00	1.767,73
PR	412865	Virmond	0	0,00	0,00	1.471,20
PR	412870	Vitorino	2	101,40	1.926,60	788,29
PR	412880	Xambrê	0	0,00	0,00	1.457,79
Total			1.601	81.170,70	1.542.243,30	2.866.825,87

ANEXO XIX

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
RJ	330000	SES/RJ	0	0,00	0,00	1.390.968,38
RJ	330010	Angra dos Reis	0	0,00	0,00	86.305,33
RJ	330015	Aperibé	0	0,00	0,00	5.078,26
RJ	330020	Araruama	0	0,00	0,00	56.442,40
RJ	330022	Areal	0	0,00	0,00	5.543,53
RJ	330023	Armação dos Búzios	12	608,40	11.559,60	7.102,43
RJ	330025	Arraial do Cabo	0	0,00	0,00	13.470,80
RJ	330030	Barra do Piraí	0	0,00	0,00	45.065,06
RJ	330040	Barra Mansa	0	0,00	0,00	83.858,60
RJ	330045	Belford Roxo	94	4.765,80	90.550,20	133.163,26
RJ	330050	Bom Jardim	0	0,00	0,00	12.192,13
RJ	330060	Bom Jesus do Itabapoana	1	50,70	963,30	15.788,16
RJ	330070	Cabo Frio	0	0,00	0,00	95.426,80
RJ	330080	Cachoeiras de Macacu	0	0,00	0,00	26.117,93
RJ	330090	Cambuci	0	0,00	0,00	6.935,60
RJ	330093	Carapebus	1	50,70	963,30	5.902,76
RJ	330095	Comendador Levy Gaspa-rian	0	0,00	0,00	3.847,66
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	0	0,00	0,00	224.302,40
RJ	330110	Cantagalo	0	0,00	0,00	9.254,00
RJ	330115	Cardoso Moreira	0	0,00	0,00	5.880,46
RJ	330120	Carmo	0	0,00	0,00	8.434,53
RJ	330130	Casimiro de Abreu	0	0,00	0,00	18.393,20
RJ	330140	Conceição de Macabu	7	354,90	6.743,10	5.134,73
RJ	330150	Cordeiro	8	405,60	7.706,40	4.891,83
RJ	330160	Duas Barras	2	101,40	1.926,60	3.251,53
RJ	330170	Duque de Caxias	0	0,00	0,00	409.920,93
RJ	330180	Engenheiro Paulo de Fron-tin	0	0,00	0,00	6.330,80
RJ	330185	Guapimirim	0	0,00	0,00	25.958,80
RJ	330187	Iguaba Grande	10	507,00	9.633,00	5.915,93
RJ	330190	Itaboraí	89	4.512,30	85.733,70	53.005,87
RJ	330200	Itaguaí	0	0,00	0,00	54.774,53
RJ	330205	Italva	5	253,50	4.816,50	3.380,77
RJ	330210	Itaocara	0	0,00	0,00	10.679,20
RJ	330220	Itaperuna	31	1.571,70	29.862,30	22.988,23
RJ	330225	Itatiaia	0	0,00	0,00	14.409,24
RJ	330227	Japeri	0	0,00	0,00	46.265,80
RJ	330230	Laje do Muriaé	1	50,70	963,30	2.501,23
RJ	330240	Macaé	76	3.853,20	73.210,80	53.578,93
RJ	330245	Macuco	0	0,00	0,00	2.510,66
RJ	330250	Magé	0	0,00	0,00	109.029,20
RJ	330260	Mangaratiba	0	0,00	0,00	18.670,40
RJ	330270	Maricá	0	0,00	0,00	66.785,13
RJ	330280	Mendes	0	0,00	0,00	8.440,13
RJ	330285	Mesquita	0	0,00	0,00	79.554,06
RJ	330290	Miguel Pereira	9	456,30	8.669,70	5.793,43
RJ	330300	Miracema	10	507,00	9.633,00	6.255,67
RJ	330310	Natividade	0	0,00	0,00	7.035,46
RJ	330320	Nilópolis	0	0,00	0,00	73.872,86
RJ	330330	Niterói	0	0,00	0,00	231.219,33
RJ	330340	Nova Friburgo	0	0,00	0,00	86.081,33
RJ	330350	Nova Iguaçu	86	4.360,20	82.843,80	293.372,13
RJ	330360	Paracambi	0	0,00	0,00	22.922,66
RJ	330370	Paraíba do Sul	0	0,00	0,00	19.674,20
RJ	330380	Parati	0	0,00	0,00	18.650,33
RJ	330385	Paty do Alferes	0	0,00	0,00	12.487,06
RJ	330390	Petrópolis	0	0,00	0,00	139.074,60
RJ	330395	Pinheiral	0	0,00	0,00	11.055,80
RJ	330400	Piraí	8	405,60	7.706,40	6.435,10
RJ	330410	Porciúncula	6	304,20	5.779,80	4.268,37
RJ	330411	Porto Real	6	304,20	5.779,80	4.193,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RJ	330412	Quatis	5	253,50	4.816,50	3.130,17
RJ	330414	Queimados	0	0,00	0,00	66.597,53
RJ	330415	Quissamã	5	253,50	4.816,50	5.571,96
RJ	330420	Resende	41	2.078,70	39.495,30	29.007,07
RJ	330430	Rio Bonito	0	0,00	0,00	26.732,53
RJ	330440	Rio Claro	6	304,20	5.779,80	4.145,87
RJ	330450	Rio das Flores	0	0,00	0,00	4.124,40
RJ	330452	Rio das Ostras	0	0,00	0,00	59.346,46
RJ	330455	Rio de Janeiro	1.177	59.673,90	1.133.804,10	1.877.914,16
RJ	330460	Santa Maria Madalena	2	101,40	1.926,60	2.879,13
RJ	330470	Santo Antônio de Pádua	0	0,00	0,00	19.183,73
RJ	330475	São Francisco de Itabapoana	0	0,00	0,00	19.318,60
RJ	330480	São Fidélis	0	0,00	0,00	17.601,26
RJ	330490	São Gonçalo	0	0,00	0,00	481.554,73
RJ	330500	São João da Barra	0	0,00	0,00	15.994,06
RJ	330510	São João de Meriti	0	0,00	0,00	215.039,53
RJ	330513	São José de Ubá	2	101,40	1.926,60	1.674,17
RJ	330515	São José do Vale do Rio Preto	0	0,00	0,00	9.712,26
RJ	330520	São Pedro da Aldeia	0	0,00	0,00	44.481,73
RJ	330530	São Sebastião do Alto	0	0,00	0,00	4.215,40
RJ	330540	Sapucaia	0	0,00	0,00	8.218,00
RJ	330550	Saquarema	0	0,00	0,00	37.760,33
RJ	330555	Seropédica	0	0,00	0,00	38.308,66
RJ	330560	Silva Jardim	7	354,90	6.743,10	4.985,40
RJ	330570	Sumidouro	0	0,00	0,00	7.046,20
RJ	330575	Tanguá	11	557,70	10.596,30	7.499,33
RJ	330580	Teresópolis	0	0,00	0,00	80.024,93
RJ	330590	Trajano de Morais	2	101,40	1.926,60	2.902,46
RJ	330600	Três Rios	26	1.318,20	25.045,80	18.432,87
RJ	330610	Valença	0	0,00	0,00	34.274,33
RJ	330615	Varre-Sai	2	101,40	1.926,60	2.724,20
RJ	330620	Vassouras	9	456,30	8.669,70	8.230,83
RJ	330630	Volta Redonda	69	3.498,30	66.467,70	61.193,77
Total			1.826	92.578,20	1.758.985,80	7.429.668,95

ANEXO XX

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
RN	240000	SES/RN	0	0,00	0,00	376.662,66
RN	240010	Acari	3	152,10	2.889,90	2.653,38
RN	240020	Açu	17	861,90	16.376,10	13.046,99
RN	240030	Afonso Bezerra	0	0,00	0,00	5.141,28
RN	240040	Agua Nova	1	50,70	963,30	730,76
RN	240050	Alexandria	4	202,80	3.853,20	3.186,16
RN	240060	Almino Afonso	0	0,00	0,00	2.270,57
RN	240070	Alto do Rodrigues	3	152,10	2.889,90	3.391,50
RN	240080	Angicos	0	0,00	0,00	5.466,83
RN	240090	Antônio Martins	0	0,00	0,00	3.300,49
RN	240100	Apodi	0	0,00	0,00	16.585,10
RN	240110	Areia Branca	0	0,00	0,00	12.450,30
RN	240120	Arês	0	0,00	0,00	6.384,71
RN	240130	Augusto Severo	0	0,00	0,00	4.448,40
RN	240140	Baía Formosa	0	0,00	0,00	4.185,76
RN	240145	Baraúna	1	50,70	963,30	11.341,90
RN	240150	Barcelona	2	101,40	1.926,60	933,72
RN	240160	Bento Fernandes	0	0,00	0,00	2.489,60
RN	240165	Bodó	0	0,00	0,00	1.107,51
RN	240170	Bom Jesus	0	0,00	0,00	4.610,03
RN	240180	Brejinho	2	101,40	1.926,60	3.766,60
RN	240185	Caiçara do Norte	0	0,00	0,00	3.015,80
RN	240190	Caiçara do Rio do Vento	2	101,40	1.926,60	819,61
RN	240200	Caicó	26	1.318,20	25.045,80	15.326,75
RN	240210	Campo Redondo	2	101,40	1.926,60	3.112,29
RN	240220	Canguaretama	0	0,00	0,00	15.285,19
RN	240230	Caraúbas	5	253,50	4.816,50	5.170,37
RN	240240	Carnaúba dos Dantas	2	101,40	1.926,60	1.830,24
RN	240250	Carnaubais	0	0,00	0,00	4.880,02
RN	240260	Ceará-Mirim	0	0,00	0,00	33.171,41
RN	240270	Cerro Corá	2	101,40	1.926,60	3.264,27
RN	240280	Coronel Ezequiel	2	101,40	1.926,60	1.281,76
RN	240290	Coronel João Pessoa	0	0,00	0,00	2.275,17
RN	240300	Cruzeta	3	152,10	2.889,90	1.878,45
RN	240310	Currais Novos	14	709,80	13.486,20	10.264,67
RN	240320	Doutor Severiano	2	101,40	1.926,60	1.648,64
RN	240325	Parnamirim	1	50,70	963,30	107.195,57
RN	240330	Encanto	0	0,00	0,00	2.550,21
RN	240340	Equador	0	0,00	0,00	2.787,14
RN	240350	Espírito Santo	2	101,40	1.926,60	3.010,81
RN	240360	Extremoz	7	354,90	6.743,10	6.212,02
RN	240370	Felipe Guerra	0	0,00	0,00	2.752,24
RN	240375	Fernando Pedroza	2	101,40	1.926,60	693,11
RN	240380	Florânia	3	152,10	2.889,90	2.123,65
RN	240390	Francisco Dantas	1	50,70	963,30	672,45
RN	240400	Frutuoso Gomes	0	0,00	0,00	1.965,23
RN	240410	Galinhos	1	50,70	963,30	577,63
RN	240420	Goianinha	5	253,50	4.816,50	6.611,69
RN	240430	Governador Dix-Sept Rosado	0	0,00	0,00	5.965,49
RN	240440	Grossos	2	101,40	1.926,60	2.710,52
RN	240450	Guamaré	0	0,00	0,00	6.557,81
RN	240460	Ielmo Marinho	2	101,40	1.926,60	4.151,38
RN	240470	Ipanguaçu	2	101,40	1.926,60	4.953,09
RN	240480	Ipueira	2	101,40	1.926,60	506,46
RN	240485	Itajá	0	0,00	0,00	3.396,45
RN	240490	Itaú	2	101,40	1.926,60	1.343,06
RN	240500	Jaçanã	2	101,40	1.926,60	2.069,06
RN	240510	Jandaíra	0	0,00	0,00	3.253,65
RN	240520	Janduís	2	101,40	1.926,60	1.251,92
RN	240530	Januário Cicco	2	101,40	1.926,60	2.558,08
RN	240540	Japi	0	0,00	0,00	2.520,82
RN	240550	Jardim de Angicos	1	50,70	963,30	614,37
RN	240560	Jardim de Piranhas	4	202,80	3.853,20	3.323,45
RN	240570	Jardim do Seridó	0	0,00	0,00	5.757,95
RN	240580	João Câmara	0	0,00	0,00	15.760,43
RN	240590	João Dias	0	0,00	0,00	1.234,69
RN	240600	José da Penha	2	101,40	1.926,60	1.388,75
RN	240610	Jucurutu	4	202,80	3.853,20	4.599,59
RN	240615	Jundiá	2	101,40	1.926,60	877,24
RN	240620	Lagoa d'Anta	0	0,00	0,00	3.048,86
RN	240630	Lagoa de Pedras	2	101,40	1.926,60	1.704,66
RN	240640	Lagoa de Velhos	2	101,40	1.926,60	634,11
RN	240650	Lagoa Nova	2	101,40	1.926,60	5.011,40
RN	240660	Lagoa Salgada	2	101,40	1.926,60	1.854,12
RN	240670	Lajes	0	0,00	0,00	5.080,67
RN	240680	Lajes Pintadas	0	0,00	0,00	2.201,24
RN	240690	Lucrécia	0	0,00	0,00	1.789,37
RN	240700	Luís Gomes	0	0,00	0,00	4.631,15
RN	240710	Macaíba	19	963,30	18.302,70	17.600,23
RN	240720	Macau	9	456,30	8.669,70	7.125,58
RN	240725	Major Sales	0	0,00	0,00	1.770,54
RN	240730	Marcelino Vieira	0	0,00	0,00	3.905,67
RN	240740	Martins	2	101,40	1.926,60	2.050,24
RN	240750	Maxaranguape	0	0,00	0,00	5.339,19
RN	240760	Messias Targino	2	101,40	1.926,60	1.030,60
RN	240770	Montanhas	3	152,10	2.889,90	2.673,27
RN	240780	Monte Alegre	4	202,80	3.853,20	6.246,63
RN	240790	Monte das Gameleiras	0	0,00	0,00	1.038,17
RN	240800	Mossoró	100	5.070,00	96.330,00	65.267,79
RN	240810	Natal	0	0,00	0,00	395.103,50
RN	240820	Nísia Floresta	4	202,80	3.853,20	8.180,64
RN	240830	Nova Cruz	11	557,70	10.596,30	8.549,45
RN	240840	Olho-d'Água do Borges	0	0,00	0,00	2.016,20
RN	240850	Ouro Branco	2	101,40	1.926,60	1.117,15
RN	240860	Paraná	1	50,70	963,30	962,87
RN	240870	Paraú	2	101,40	1.926,60	900,89
RN	240880	Parazinho	2	101,40	1.926,60	1.179,83
RN	240890	Parelhas	8	405,60	7.706,40	4.910,10
RN	240895	Rio do Fogo	2	101,40	1.926,60	2.979,13
RN	240910	Passa e Fica	3	152,10	2.889,90	2.852,34
RN	240920	Passagem	0	0,00	0,00	1.403,67
RN	240930	Patu	0	0,00	0,00	5.801,57
RN	240933	Santa Maria	0	0,00	0,00	2.414,75
RN	240940	Pau dos Ferros	6	304,20	5.779,80	7.855,61
RN	240950	Pedra Grande	0	0,00	0,00	1.609,37
RN	240960	Pedra Preta	0	0,00	0,00	1.197,04
RN	240970	Pedro Avelino	0	0,00	0,00	3.299,57
RN	240980	Pedro Velho	3	152,10	2.889,90	3.899,79
RN	240990	Pendências	0	0,00	0,00	6.694,19
RN	241000	Pilões	2	101,40	1.926,60	854,74
RN	241010	Poço Branco	0	0,00	0,00	6.884,74
RN	241020	Portalegre	2	101,40	1.926,60	1.781,57
RN	241025	Porto do Mangue	2	101,40	1.926,60	1.328,83
RN	241030	Presidente Juscelino	2	101,40	1.926,60	2.511,70
RN	241040	Pureza	0	0,00	0,00	4.228,00
RN	241050	Rafael Fernandes	2	101,40	1.926,60	1.148,15
RN	241060	Rafael Godeiro	0	0,00	0,00	1.470,25
RN	241070	Riacho da Cruz	2	101,40	1.926,60	790,23
RN	241080	Riacho de Santana	2	101,40	1.926,60	982,62
RN	241090	Riachuelo	2	101,40	1.926,60	1.779,96
RN	241100	Rodolfo Fernandes	2	101,40	1.926,60	1.044,37
RN	241105	Tibau	0	0,00	0,00	1.826,56
RN	241110	Ruy Barbosa	2	101,40	1.926,60	846,93
RN	241120	Santa Cruz	13	659,10	12.522,90	8.847,68
RN	241140	Santana do Matos	0	0,00	0,00	6.321,80
RN	241142	Santana do Seridó	2	101,40	1.926,60	610,92
RN	241150	Santo Antônio	4	202,80	3.853,20	7.020,32
RN	241160	São Bento do Norte	0	0,00	0,00	1.362,34
RN	241170	São Bento do Trairí	0	0,00	0,00	1.956,96
RN	241180	São Fernando	2	101,40	1.926,60	820,07
RN	241190	São Francisco do Oeste	0	0,00	0,00	1.900,03
RN	241200	São Gonçalo do Amarante	0	0,00	0,00	44.347,87
RN	241210	São João do Sabugi	2	101,40	1.926,60	1.422,50
RN	241220	São José de Mipibu	8	405,60	7.706,40	11.933,53
RN	241230	São José do Campestre	4	202,80	3.853,20	2.960,71
RN	241240	São José do Seridó	2	101,40	1.926,60	1.039,55
RN	241250	São Miguel	6	304,20	5.779,80	5.303,38
RN	241255	São Miguel do Gostoso	2	101,40	1.926,60	2.358,80
RN	241260	São Paulo do Potengi	5	253,50	4.816,50	3.918,07
RN	241270	São Pedro	0	0,00	0,00	2.890,91
RN	241280	São Rafael	3	152,10	2.889,90	1.917,25
RN	241290	São Tomé	2	101,40	1.926,60	3.214,23
RN	241300	São Vicente	2	101,40	1.926,60	1.461,07
RN	241310	Senador Elói de Souza	2	101,40	1.926,60	1.385,31
RN	241320	Senador Georgino Avelino	2	101,40	1.926,60	980,09
RN	241330	Serra de São Bento	2	101,40	1.926,60	1.353,62
RN	241335	Serra do Mel	0	0,00	0,00	5.205,11
RN	241340	Serra Negra do Norte	2	101,40	1.926,60	1.861,00
RN	241350	Serrinha	2	101,40	1.926,60	1.519,84
RN	241355	Serrinha dos Pintos	2	101,40	1.926,60	1.096,26
RN	241360	Severiano Melo	0	0,00	0,00	3.017,61
RN	241370	Sítio Novo	0	0,00	0,00	2.472,15
RN	241380	Taboleiro Grande	2	101,40	1.926,60	572,58
RN	241390	Taipu	2	101,40	1.926,60	3.736,76
RN	241400	Tangará	0	0,00	0,00	7.050,04
RN	241410	Tenente Ananias	0	0,00	0,00	4.847,88
RN	241415	Tenente Laurentino Cruz	2	101,40	1.926,60	1.341,46
RN	241420	Tibau do Sul	3	152,10	2.889,90	3.087,07
RN	241430	Timbaúba dos Batistas	0	0,00	0,00	1.105,67
RN	241440	Touros	0	0,00	0,00	15.257,19
RN	241445	Triunfo Potiguar	0	0,00	0,00	1.563,92
RN	241450	Umarizal	0	0,00	0,00	5.001,70
RN	241460	Upanema	0	0,00	0,00	6.400,32
RN	241470	Várzea	2	101,40	1.926,60	1.260,41
RN	241475	Venha-Ver	0	0,00	0,00	1.876,15
RN	241480	Vera Cruz	2	101,40	1.926,60	3.506,26
RN	241490	Viçosa	2	101,40	1.926,60	391,44
RN	241500	Vila Flor	0	0,00	0,00	1.416,98
Total			439	22.257,30	422.888,70	1.618.649,32

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO XXI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
RO	110000	SES/RO	0	0,00	0,00	234.640,94
RO	110001	Alta Floresta D'Oeste	0	0,00	0,00	15.008,00
RO	110002	Ariquemes	0	0,00	0,00	60.001,66
RO	110003	Cabixi	0	0,00	0,00	6.495,00
RO	110004	Cacoal	0	0,00	0,00	50.491,00
RO	110005	Cerejeiras	0	0,00	0,00	10.523,91
RO	110006	Colorado do Oeste	0	0,00	0,00	11.194,16
RO	110007	Corumbiara	2	101,40	1.926,60	7.109,40
RO	110008	Costa Marques	0	0,00	0,00	14.903,16
RO	110009	Espigão D'Oeste	12	608,40	11.559,60	9.347,04
RO	110010	Guajará-Mirim	10	507,00	9.633,00	31.102,64
RO	110011	Jaru	0	0,00	0,00	32.473,58
RO	110012	Ji-Paraná	43	2.180,10	41.421,90	37.695,58
RO	110013	Machadinho D'Oeste	6	304,20	5.779,80	26.323,44
RO	110014	Nova Brasilândia D'Oeste	0	0,00	0,00	12.548,08
RO	110015	Ouro Preto do Oeste	0	0,00	0,00	23.391,08
RO	110018	Pimenta Bueno	12	608,40	11.559,60	10.858,75
RO	110020	Porto Velho	117	5.931,90	112.706,10	279.210,88
RO	110025	Presidente Médici	0	0,00	0,00	13.426,58
RO	110026	Rio Crespo	0	0,00	0,00	4.397,15
RO	110028	Rolim de Moura	0	0,00	0,00	32.554,08
RO	110029	Santa Luzia D'Oeste	0	0,00	0,00	8.887,00
RO	110030	Vilhena	0	0,00	0,00	52.381,58
RO	110032	São Miguel do Guaporé	0	0,00	0,00	13.885,08
RO	110033	Nova Mamoré	0	0,00	0,00	23.738,87
RO	110034	Alvorada D'Oeste	0	0,00	0,00	10.149,41
RO	110037	Alto Alegre dos Parecis	0	0,00	0,00	12.727,00
RO	110040	Alto Paraíso	4	202,80	3.853,20	13.639,94
RO	110045	Buritis	5	253,50	4.816,50	32.390,50
RO	110050	Novo Horizonte do Oeste	0	0,00	0,00	10.515,00
RO	110060	Cacaulândia	0	0,00	0,00	6.318,00
RO	110070	Campo Novo de Rondônia	0	0,00	0,00	14.081,00
RO	110080	Candeias do Jamari	3	152,10	2.889,90	17.893,62
RO	110090	Castanheiras	0	0,00	0,00	4.241,44
RO	110092	Chupinguaia	0	0,00	0,00	9.887,00
RO	110094	Cujubim	0	0,00	0,00	17.813,19
RO	110100	Governador Jorge Teixeira	0	0,00	0,00	10.534,00
RO	110110	Itapuã do Oeste	0	0,00	0,00	9.831,00
RO	110120	Ministro Andreazza	2	101,40	1.926,60	8.972,40
RO	110130	Mirante da Serra	0	0,00	0,00	12.469,00
RO	110140	Monte Negro	0	0,00	0,00	13.850,98
RO	110143	Nova União	0	0,00	0,00	7.883,00
RO	110145	Parecis	1	50,70	963,30	3.964,33
RO	110146	Pimenteiras do Oeste	0	0,00	0,00	4.275,07
RO	110147	Primavera de Rondônia	2	101,40	1.926,60	2.297,71
RO	110148	São Felipe D'Oeste	1	50,70	963,30	5.255,70
RO	110149	São Francisco do Guaporé	4	202,80	3.853,20	14.786,80
RO	110150	Seringueiras	0	0,00	0,00	12.543,00
RO	110155	Teixeirópolis	2	101,40	1.926,60	2.552,26
RO	110160	Theobroma	2	101,40	1.926,60	9.418,40
RO	110170	Urupá	0	0,00	0,00	12.366,75
RO	110175	Vale do Anari	8	405,60	7.706,40	5.341,00
RO	110180	Vale do Paraíso	0	0,00	0,00	8.425,00
Total			236	11.965,20	227.338,80	1.317.011,14

ANEXO XXII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
RR	140000	SES/RR	0	0,00	0,00	46.388,57
RR	140002	Amajari	4	202,80	3.853,20	8.163,25
RR	140005	Alto Alegre	13	659,10	12.522,90	11.280,56
RR	140010	Boa Vista	114	5.779,80	109.816,20	174.853,39
RR	140015	Bonfim	8	405,60	7.706,40	10.177,80
RR	140017	Cantá	5	253,50	4.816,50	10.957,50
RR	140020	Caracaraí	11	557,70	10.596,30	13.663,96
RR	140023	Caroebe	2	101,40	1.926,60	7.070,40
RR	140028	Iracema	0	0,00	0,00	14.009,98
RR	140030	Mucajaí	9	456,30	8.669,70	15.939,22
RR	140040	Normandia	2	101,40	1.926,60	8.026,40
RR	140045	Pacaraima	8	405,60	7.706,40	8.452,39
RR	140047	Rorainópolis	17	861,90	16.376,10	21.896,60
RR	140050	São João da Baliza	0	0,00	0,00	8.566,65
RR	140060	São Luiz	2	101,40	1.926,60	5.382,40
RR	140070	Uiramutã	2	101,40	1.926,60	7.382,40
Total			197	9.987,90	189.770,10	372.211,47

ANEXO XXIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
RS	430000	SES/RS	0	0,00	0,00	684.236,73
RS	430003	Aceguá	0	0,00	0,00	2.599,79
RS	430005	Água Santa	0	0,00	0,00	1.507,21
RS	430010	Agudo	0	0,00	0,00	3.693,01
RS	430020	Ajuricaba	2	101,40	1.926,60	1.307,24
RS	430030	Alecrim	0	0,00	0,00	2.265,48
RS	430040	Alegrete	4	202,80	3.853,20	15.311,20
RS	430045	Alegria	2	101,40	1.926,60	727,93
RS	430047	Almirante Tamandaré do Sul	1	50,70	963,30	732,27
RS	430050	Alpestre	1	50,70	963,30	947,99
RS	430055	Alto Alegre	0	0,00	0,00	1.459,43
RS	430057	Alto Feliz	0	0,00	0,00	1.473,51
RS	430060	Alvorada	25	1.267,50	24.082,50	40.365,23
RS	430063	Amaral Ferrador	0	0,00	0,00	1.569,36
RS	430064	Ametista do Sul	0	0,00	0,00	1.782,53
RS	430066	André da Rocha	0	0,00	0,00	1.490,71
RS	430070	Anta Gorda	0	0,00	0,00	1.514,97
RS	430080	Antônio Prado	1	50,70	963,30	2.237,96
RS	430085	Arambaré	0	0,00	0,00	1.465,09
RS	430087	Araricá	0	0,00	0,00	2.701,95
RS	430090	Aratiba	2	101,40	1.926,60	1.261,44
RS	430100	Arroio do Meio	0	0,00	0,00	4.170,46
RS	430105	Arroio do Sal	1	50,70	963,30	2.289,93
RS	430107	Arroio do Padre	0	0,00	0,00	1.485,18
RS	430110	Arroio dos Ratos	0	0,00	0,00	3.914,75
RS	430120	Arroio do Tigre	0	0,00	0,00	3.117,22
RS	430130	Arroio Grande	0	0,00	0,00	4.070,47
RS	430140	Arvorezinha	0	0,00	0,00	2.280,81
RS	430150	Augusto Pestana	2	101,40	1.926,60	798,40
RS	430155	Áurea	0	0,00	0,00	1.464,66
RS	430160	Bagé	0	0,00	0,00	27.639,40
RS	430163	Balneário Pinhal	0	0,00	0,00	3.441,27
RS	430165	Barão	0	0,00	0,00	1.479,68
RS	430170	Barão de Cotegipe	0	0,00	0,00	2.591,25
RS	430175	Barão do Triunfo	0	0,00	0,00	1.575,23
RS	430180	Barracão	0	0,00	0,00	1.468,29
RS	430185	Barra do Guarita	0	0,00	0,00	1.488,21
RS	430187	Barra do Quaraí	0	0,00	0,00	2.248,70
RS	430190	Barra do Ribeiro	0	0,00	0,00	3.265,70
RS	430192	Barra do Rio Azul	1	50,70	963,30	737,35
RS	430195	Barra Funda	0	0,00	0,00	1.484,63
RS	430200	Barros Cassal	0	0,00	0,00	2.577,50
RS	430205	Benjamin Constant do Sul	0	0,00	0,00	1.551,27
RS	430210	Bento Gonçalves	0	0,00	0,00	24.519,27
RS	430215	Boa Vista das Missões	0	0,00	0,00	1.475,77
RS	430220	Boa Vista do Buricá	0	0,00	0,00	2.878,60
RS	430222	Boa Vista do Cadeado	0	0,00	0,00	1.468,83
RS	430223	Boa Vista do Incra	0	0,00	0,00	1.484,80
RS	430225	Boa Vista do Sul	0	0,00	0,00	1.505,90
RS	430230	Bom Jesus	0	0,00	0,00	2.956,45
RS	430235	Bom Princípio	0	0,00	0,00	3.196,09
RS	430237	Bom Progresso	0	0,00	0,00	2.281,43
RS	430240	Bom Retiro do Sul	1	50,70	963,30	1.590,86
RS	430245	Boqueirão do Leão	0	0,00	0,00	1.761,54
RS	430250	Bossoroca	2	101,40	1.926,60	1.330,00
RS	430258	Bozano	0	0,00	0,00	1.464,27
RS	430260	Braga	0	0,00	0,00	1.461,19
RS	430265	Brochier	0	0,00	0,00	1.481,81
RS	430270	Butiá	0	0,00	0,00	4.456,06
RS	430280	Caçapava do Sul	0	0,00	0,00	7.336,90
RS	430290	Cacequi	2	101,40	1.926,60	1.546,80
RS	430300	Cachoeira do Sul	5	253,50	4.816,50	14.017,53
RS	430310	Cachoeirinha	1	50,70	963,30	32.078,31
RS	430320	Cacique Doble	0	0,00	0,00	1.511,23
RS	430330	Caibaté	0	0,00	0,00	2.458,99
RS	430340	Caiçara	0	0,00	0,00	1.465,27
RS	430350	Camaquã	0	0,00	0,00	13.735,71
RS	430355	Camargo	0	0,00	0,00	1.503,19
RS	430360	Cambará do Sul	0	0,00	0,00	1.574,97
RS	430367	Campestre da Serra	0	0,00	0,00	1.476,33
RS	430370	Campina das Missões	0	0,00	0,00	3.798,27
RS	430380	Campinas do Sul	0	0,00	0,00	2.522,81
RS	430390	Campo Bom	3	152,10	2.889,90	13.902,07
RS	430400	Campo Novo	0	0,00	0,00	2.415,41
RS	430410	Campos Borges	0	0,00	0,00	1.463,75
RS	430420	Candelária	0	0,00	0,00	6.660,85
RS	430430	Cândido Godói	2	101,40	1.926,60	753,26
RS	430435	Candiota	0	0,00	0,00	2.990,57
RS	430440	Canela	0	0,00	0,00	9.123,02
RS	430450	Canguçu	0	0,00	0,00	12.241,28
RS	430460	Canoas	0	0,00	0,00	106.993,31
RS	430461	Canudos do Vale	0	0,00	0,00	1.463,86
RS	430462	Capão Bonito do Sul	0	0,00	0,00	1.462,81
RS	430463	Capão da Canoa	0	0,00	0,00	9.608,40
RS	430465	Capão do Cipó	0	0,00	0,00	1.493,70
RS	430466	Capão do Leão	0	0,00	0,00	5.397,69
RS	430467	Capivari do Sul	0	0,00	0,00	2.878,10
RS	430468	Capela de Santana	1	50,70	963,30	2.281,75
RS	430469	Capitão	0	0,00	0,00	1.477,18
RS	430470	Carazinho	10	507,00	9.633,00	6.598,97
RS	430471	Caraá	0	0,00	0,00	1.688,07
RS	430480	Carlos Barbosa	0	0,00	0,00	5.739,97
RS	430485	Carlos Gomes	0	0,00	0,00	1.458,43
RS	430490	Casca	0	0,00	0,00	2.774,30
RS	430495	Caseiros	0	0,00	0,00	1.482,02
RS	430500	Catuípe	2	101,40	1.926,60	1.376,45
RS	430510	Caxias do Sul	57	2.889,90	54.908,10	50.152,65
RS	430511	Centenário	0	0,00	0,00	1.465,18
RS	430512	Cerrito	0	0,00	0,00	2.600,40
RS	430513	Cerro Branco	0	0,00	0,00	1.479,16
RS	430515	Cerro Grande	1	50,70	963,30	731,94
RS	430517	Cerro Grande do Sul	0	0,00	0,00	2.310,98
RS	430520	Cerro Largo	0	0,00	0,00	3.146,14
RS	430530	Chapada	0	0,00	0,00	2.774,45
RS	430535	Charqueadas	0	0,00	0,00	9.992,44
RS	430537	Charrua	1	50,70	963,30	759,02
RS	430540	Chiapetta	0	0,00	0,00	2.415,88
RS	430543	Chuí	0	0,00	0,00	2.191,93
RS	430544	Chuvisca	0	0,00	0,00	1.486,11
RS	430545	Cidreira	0	0,00	0,00	3.622,49
RS	430550	Ciríaco	0	0,00	0,00	1.465,39
RS	430558	Colinas	0	0,00	0,00	1.468,13
RS	430560	Colorado	0	0,00	0,00	1.460,21
RS	430570	Condor	1	50,70	963,30	1.687,82
RS	430580	Constantina	0	0,00	0,00	2.849,46
RS	430583	Coqueiro Baixo	0	0,00	0,00	1.465,14
RS	430585	Coqueiros do Sul	0	0,00	0,00	1.463,28
RS	430587	Coronel Barros	1	50,70	963,30	735,62
RS	430590	Coronel Bicaco	0	0,00	0,00	2.608,53
RS	430593	Coronel Pilar	0	0,00	0,00	1.529,65
RS	430595	Cotiporã	1	50,70	963,30	733,01
RS	430597	Coxilha	0	0,00	0,00	1.465,91
RS	430600	Crissiumal	0	0,00	0,00	3.354,06
RS	430605	Cristal	0	0,00	0,00	2.772,67
RS	430607	Cristal do Sul	0	0,00	0,00	1.468,17
RS	430610	Cruz Alta	0	0,00	0,00	13.999,79
RS	430613	Cruzaltense	0	0,00	0,00	1.457,54
RS	430620	Cruzeiro do Sul	0	0,00	0,00	2.764,84

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RS	430630	David Canabarro	0	0,00	0,00	1.468,51
RS	430632	Derrubadas	0	0,00	0,00	2.146,37
RS	430635	Dezesseis de Novembro	0	0,00	0,00	1.457,12
RS	430637	Dilermando de Aguiar	0	0,00	0,00	1.465,96
RS	430640	Dois Irmãos	0	0,00	0,00	7.863,66
RS	430642	Dois Irmãos das Missões	0	0,00	0,00	1.463,39
RS	430645	Dois Lajeados	0	0,00	0,00	1.474,55
RS	430650	Dom Feliciano	0	0,00	0,00	3.342,10
RS	430655	Dom Pedro de Alcântara	0	0,00	0,00	1.466,86
RS	430660	Dom Pedrito	0	0,00	0,00	8.661,25
RS	430670	Dona Francisca	0	0,00	0,00	1.459,87
RS	430673	Doutor Maurício Cardoso	0	0,00	0,00	2.155,83
RS	430675	Doutor Ricardo	0	0,00	0,00	1.465,79
RS	430676	Eldorado do Sul	0	0,00	0,00	9.839,71
RS	430680	Encantado	0	0,00	0,00	4.529,39
RS	430690	Encruzilhada do Sul	0	0,00	0,00	5.537,57
RS	430692	Engenho Velho	1	50,70	963,30	750,33
RS	430693	Entre-Ijuís	0	0,00	0,00	2.756,45
RS	430695	Entre Rios do Sul	0	0,00	0,00	1.461,65
RS	430697	Erebango	0	0,00	0,00	1.484,21
RS	430700	Erechim	30	1.521,00	28.899,00	10.756,11
RS	430705	Ernestina	0	0,00	0,00	1.471,22
RS	430710	Herval	1	50,70	963,30	1.242,46
RS	430720	Erval Grande	0	0,00	0,00	1.466,54
RS	430730	Erval Seco	0	0,00	0,00	2.605,65
RS	430740	Esmeralda	0	0,00	0,00	1.473,81
RS	430745	Esperança do Sul	0	0,00	0,00	2.146,69
RS	430750	Espumoso	0	0,00	0,00	3.367,37
RS	430755	Estação	1	50,70	963,30	1.653,31
RS	430760	Estância Velha	0	0,00	0,00	12.335,92
RS	430770	Esteio	1	50,70	963,30	21.476,71
RS	430780	Estrela	0	0,00	0,00	6.754,60
RS	430781	Estrela Velha	1	50,70	963,30	733,98
RS	430783	Eugênio de Castro	0	0,00	0,00	1.457,93
RS	430786	Fagundes Varela	0	0,00	0,00	1.480,49
RS	430790	Farroupilha	0	0,00	0,00	14.043,70
RS	430800	Faxinal do Soturno	0	0,00	0,00	2.683,54
RS	430805	Faxinalzinho	0	0,00	0,00	1.460,54
RS	430807	Fazenda Vilanova	0	0,00	0,00	1.526,50
RS	430810	Feliz	1	50,70	963,30	2.196,25
RS	430820	Flores da Cunha	0	0,00	0,00	5.980,04
RS	430825	Floriano Peixoto	0	0,00	0,00	1.458,29
RS	430830	Fontoura Xavier	0	0,00	0,00	2.441,00
RS	430840	Formigueiro	0	0,00	0,00	1.567,03
RS	430843	Forquetinha	0	0,00	0,00	1.464,95
RS	430845	Fortaleza dos Valos	0	0,00	0,00	1.463,67
RS	430850	Frederico Westphalen	0	0,00	0,00	6.554,59
RS	430860	Garibaldi	2	101,40	1.926,60	4.845,08
RS	430865	Garruchos	0	0,00	0,00	2.147,95
RS	430870	Gaurama	0	0,00	0,00	2.550,00
RS	430880	General Câmara	0	0,00	0,00	1.973,01
RS	430885	Gentil	0	0,00	0,00	1.555,68
RS	430890	Getúlio Vargas	0	0,00	0,00	3.531,40
RS	430900	Giruá	0	0,00	0,00	3.721,11
RS	430905	Glorinha	0	0,00	0,00	2.687,83
RS	430910	Gramado	0	0,00	0,00	7.437,83
RS	430912	Gramado dos Loureiros	0	0,00	0,00	1.462,01
RS	430915	Gramado Xavier	0	0,00	0,00	1.490,10
RS	430920	Gravataí	13	659,10	12.522,90	62.443,10
RS	430925	Guabiju	0	0,00	0,00	1.463,46
RS	430930	Guaíba	0	0,00	0,00	26.560,58
RS	430940	Guaporé	0	0,00	0,00	5.035,46
RS	430950	Guarani das Missões	0	0,00	0,00	3.973,41
RS	430955	Harmonia	0	0,00	0,00	1.488,92
RS	430957	Herveiras	0	0,00	0,00	1.470,26
RS	430960	Horizontina	5	253,50	4.816,50	2.089,10
RS	430965	Hulha Negra	0	0,00	0,00	1.506,90
RS	430970	Humaitá	0	0,00	0,00	2.403,00
RS	430975	Ibarama	1	50,70	963,30	734,35
RS	430980	Ibiaçá	0	0,00	0,00	1.468,79
RS	430990	Ibiraiaras	1	50,70	963,30	1.676,83
RS	430995	Ibirapuitã	0	0,00	0,00	1.466,09
RS	431000	Ibirubá	4	202,80	3.853,20	2.122,34
RS	431010	Igrejinha	3	152,10	2.889,90	4.543,42
RS	431020	Ijuí	28	1.419,60	26.972,40	8.718,87
RS	431030	Ilópolis	0	0,00	0,00	1.466,65
RS	431033	Imbé	6	304,20	5.779,80	2.033,22
RS	431036	Imigrante	0	0,00	0,00	1.473,18
RS	431040	Independência	0	0,00	0,00	2.566,37
RS	431041	Inhacorá	0	0,00	0,00	1.465,36
RS	431043	Ipê	0	0,00	0,00	1.538,04
RS	431046	Ipiranga do Sul	0	0,00	0,00	1.465,73
RS	431050	Iraí	0	0,00	0,00	2.643,97
RS	431053	Itaara	0	0,00	0,00	2.677,89
RS	431055	Itacurubi	0	0,00	0,00	1.468,13
RS	431057	Itapuca	0	0,00	0,00	1.460,20
RS	431060	Itaqui	0	0,00	0,00	9.585,56
RS	431065	Itati	0	0,00	0,00	1.463,37
RS	431070	Itatiba do Sul	0	0,00	0,00	1.454,03
RS	431075	Ivorá	0	0,00	0,00	1.460,46
RS	431080	Ivoti	0	0,00	0,00	5.724,60
RS	431085	Jaboticaba	0	0,00	0,00	1.462,98
RS	431087	Jacuizinho	0	0,00	0,00	1.477,67
RS	431090	Jacutinga	0	0,00	0,00	1.472,23
RS	431100	Jaguarão	0	0,00	0,00	6.911,73
RS	431110	Jaguari	1	50,70	963,30	1.967,63
RS	431112	Jaquirana	0	0,00	0,00	1.460,37
RS	431113	Jari	0	0,00	0,00	1.465,72
RS	431115	Jóia	0	0,00	0,00	1.865,78
RS	431120	Júlio de Castilhos	3	152,10	2.889,90	2.176,71
RS	431123	Lagoa Bonita do Sul	0	0,00	0,00	1.488,82
RS	431125	Lagoão	0	0,00	0,00	1.570,24
RS	431127	Lagoa dos Três Cantos	0	0,00	0,00	1.468,30
RS	431130	Lagoa Vermelha	2	101,40	1.926,60	4.248,88
RS	431140	Lajeado	4	202,80	3.853,20	12.347,34
RS	431142	Lajeado do Bugre	0	0,00	0,00	1.471,75
RS	431150	Lavras do Sul	0	0,00	0,00	1.816,74
RS	431160	Liberato Salzano	0	0,00	0,00	1.488,83
RS	431162	Lindolfo Collor	0	0,00	0,00	1.496,75
RS	431164	Linha Nova	0	0,00	0,00	1.577,47
RS	431170	Machadinho	0	0,00	0,00	1.474,10
RS	431171	Maçambara	0	0,00	0,00	1.579,40
RS	431173	Mampituba	0	0,00	0,00	1.480,75
RS	431175	Manoel Viana	0	0,00	0,00	2.753,41
RS	431177	Maquiné	1	50,70	963,30	823,92
RS	431179	Maratá	1	50,70	963,30	741,13
RS	431180	Marau	0	0,00	0,00	8.200,23
RS	431190	Marcelino Ramos	0	0,00	0,00	1.466,85
RS	431198	Mariana Pimentel	0	0,00	0,00	1.471,60
RS	431200	Mariano Moro	0	0,00	0,00	1.461,17
RS	431205	Marques de Souza	0	0,00	0,00	1.468,94
RS	431210	Mata	0	0,00	0,00	2.502,36
RS	431213	Mato Castelhano	0	0,00	0,00	1.472,10
RS	431215	Mato Leitão	0	0,00	0,00	1.522,48
RS	431217	Mato Queimado	0	0,00	0,00	1.461,92
RS	431220	Maximiliano de Almeida	0	0,00	0,00	1.462,30
RS	431225	Minas do Leão	0	0,00	0,00	1.773,12
RS	431230	Miraguaí	0	0,00	0,00	1.466,95
RS	431235	Montauri	0	0,00	0,00	1.463,19
RS	431237	Monte Alegre dos Campos	0	0,00	0,00	1.474,92
RS	431238	Monte Belo do Sul	0	0,00	0,00	1.464,00
RS	431240	Montenegro	11	557,70	10.596,30	8.321,89
RS	431242	Mormaço	0	0,00	0,00	1.517,25
RS	431244	Morrinhos do Sul	0	0,00	0,00	1.462,87
RS	431245	Morro Redondo	0	0,00	0,00	2.629,25
RS	431247	Morro Reuter	0	0,00	0,00	1.486,84
RS	431250	Mostardas	0	0,00	0,00	3.137,84
RS	431260	Muçum	0	0,00	0,00	1.483,70
RS	431261	Muitos Capões	0	0,00	0,00	1.480,62
RS	431262	Muliterno	0	0,00	0,00	1.476,98
RS	431265	Não-Me-Toque	3	152,10	2.889,90	1.766,53
RS	431267	Nicolau Vergueiro	0	0,00	0,00	1.465,03
RS	431270	Nonoai	0	0,00	0,00	3.071,82
RS	431275	Nova Alvorada	0	0,00	0,00	1.502,48
RS	431280	Nova Araçá	0	0,00	0,00	1.516,62
RS	431290	Nova Bassano	0	0,00	0,00	2.931,20
RS	431295	Nova Boa Vista	0	0,00	0,00	1.461,44
RS	431300	Nova Bréscia	0	0,00	0,00	1.476,98
RS	431301	Nova Candelária	0	0,00	0,00	1.466,09
RS	431303	Nova Esperança do Sul	1	50,70	963,30	744,62
RS	431306	Nova Hartz	1	50,70	963,30	4.259,65
RS	431308	Nova Pádua	0	0,00	0,00	1.475,26
RS	431310	Nova Palma	0	0,00	0,00	1.546,32
RS	431320	Nova Petrópolis	0	0,00	0,00	4.224,40
RS	431330	Nova Prata	2	101,40	1.926,60	3.470,69
RS	431333	Nova Ramada	1	50,70	963,30	731,01
RS	431335	Nova Roma do Sul	0	0,00	0,00	1.493,41
RS	431337	Nova Santa Rita	0	0,00	0,00	6.660,49
RS	431339	Novo Cabrais	0	0,00	0,00	1.488,80
RS	431340	Novo Hamburgo	0	0,00	0,00	74.543,95
RS	431342	Novo Machado	2	101,40	1.926,60	1.071,36
RS	431344	Novo Tiradentes	0	0,00	0,00	1.465,23
RS	431346	Novo Xingu	0	0,00	0,00	1.465,72
RS	431349	Novo Barreiro	0	0,00	0,00	1.477,53
RS	431350	Osório	0	0,00	0,00	9.236,14
RS	431360	Paim Filho	0	0,00	0,00	2.375,95
RS	431365	Palmares do Sul	0	0,00	0,00	3.087,68
RS	431370	Palmeira das Missões	9	456,30	8.669,70	3.733,79
RS	431380	Palmitinho	0	0,00	0,00	1.574,75
RS	431390	Panambi	4	202,80	3.853,20	4.760,93
RS	431395	Pantano Grande	0	0,00	0,00	3.197,94
RS	431400	Parai	0	0,00	0,00	1.628,14
RS	431402	Paraíso do Sul	0	0,00	0,00	1.662,74
RS	431403	Pareci Novo	0	0,00	0,00	1.610,25
RS	431405	Parobé	3	152,10	2.889,90	11.608,18
RS	431406	Passa Sete	0	0,00	0,00	1.491,63
RS	431407	Passo do Sobrado	0	0,00	0,00	1.549,86
RS	431410	Passo Fundo	0	0,00	0,00	42.676,65
RS	431413	Paulo Bento	0	0,00	0,00	1.507,59
RS	431415	Paverama	0	0,00	0,00	1.722,03
RS	431417	Pedras Altas	0	0,00	0,00	2.147,13
RS	431420	Pedro Osório	0	0,00	0,00	1.799,95
RS	431430	Pejuçara	0	0,00	0,00	1.475,23
RS	431440	Pelotas	0	0,00	0,00	77.364,01
RS	431442	Picada Café	0	0,00	0,00	1.558,57
RS	431445	Pinhal	0	0,00	0,00	1.535,83
RS	431446	Pinhal da Serra	0	0,00	0,00	1.534,93
RS	431447	Pinhal Grande	0	0,00	0,00	1.465,43
RS	431449	Pinheirinho do Vale	0	0,00	0,00	2.488,66
RS	431450	Pinheiro Machado	2	101,40	1.926,60	1.536,07
RS	431454	Pinto Bandeira	0	0,00	0,00	1.541,55
RS	431455	Pirapó	0	0,00	0,00	2.142,09
RS	431460	Piratini	1	50,70	963,30	3.673,37
RS	431470	Planalto	0	0,00	0,00	2.883,76
RS	431475	Poço das Antas	0	0,00	0,00	1.474,71
RS	431477	Pontão	0	0,00	0,00	1.468,73
RS	431478	Ponte Preta	0	0,00	0,00	1.459,19
RS	431480	Portão	0	0,00	0,00	8.851,95
RS	431490	Porto Alegre	15	760,50	14.449,50	388.090,59
RS	431500	Porto Lucena	0	0,00	0,00	2.431,17
RS	431505	Porto Mauá	0	0,00	0,00	2.150,71
RS	431507	Porto Vera Cruz	0	0,00	0,00	2.131,21
RS	431510	Porto Xavier	2	101,40	1.926,60	2.983,17
RS	431513	Pouso Novo	0	0,00	0,00	1.458,95
RS	431514	Presidente Lucena	0	0,00	0,00	1.492,89
RS	431515	Progresso	0	0,00	0,00	1.518,11
RS	431517	Protásio Alves	0	0,00	0,00	1.465,11
RS	431520	Putinga	0	0,00	0,00	1.463,78
RS	431530	Quaraí	0	0,00	0,00	5.610,21
RS	431531	Quatro Irmãos	0	0,00	0,00	1.474,34
RS	431532	Quevedos	0	0,00	0,00	1.472,14
RS	431535	Quinze de Novembro	0	0,00	0,00	1.473,17
RS	431540	Redentora	0	0,00	0,00	3.133,72
RS	431545	Relvado	0	0,00	0,00	1.465,18

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	431550	Restinga Seca	1	50,70	963,30	2.489,56
RS	431555	Rio dos Índios	0	0,00	0,00	1.451,39
RS	431560	Rio Grande	0	0,00	0,00	44.536,06
RS	431570	Rio Pardo	0	0,00	0,00	8.471,51
RS	431575	Riozinho	0	0,00	0,00	1.484,87
RS	431580	Roca Sales	0	0,00	0,00	2.960,79
RS	431590	Rodeio Bonito	1	50,70	963,30	736,37
RS	431595	Rolador	1	50,70	963,30	730,69
RS	431600	Rolante	0	0,00	0,00	4.472,05
RS	431610	Ronda Alta	1	50,70	963,30	1.973,53
RS	431620	Rondinha	0	0,00	0,00	2.433,98
RS	431630	Roque Gonzales	0	0,00	0,00	2.568,28
RS	431640	Rosário do Sul	0	0,00	0,00	9.083,92
RS	431642	Sagrada Família	0	0,00	0,00	1.467,61
RS	431643	Saldanha Marinho	0	0,00	0,00	1.462,11
RS	431645	Salto do Jacuí	0	0,00	0,00	3.157,53
RS	431647	Salvador das Missões	0	0,00	0,00	1.470,88
RS	431650	Salvador do Sul	0	0,00	0,00	1.558,03
RS	431660	Sananduva	0	0,00	0,00	3.362,19
RS	431670	Santa Bárbara do Sul	2	101,40	1.926,60	1.356,47
RS	431673	Santa Cecília do Sul	1	50,70	963,30	732,95
RS	431675	Santa Clara do Sul	0	0,00	0,00	1.544,24
RS	431680	Santa Cruz do Sul	0	0,00	0,00	27.778,35
RS	431690	Santa Maria	0	0,00	0,00	60.789,02
RS	431695	Santa Maria do Herval	0	0,00	0,00	1.474,88
RS	431697	Santa Margarida do Sul	1	50,70	963,30	781,23
RS	431700	Santana da Boa Vista	0	0,00	0,00	2.780,48
RS	431710	Santana do Livramento	22	1.115,40	21.192,60	10.588,66
RS	431720	Santa Rosa	23	1.166,10	22.155,90	9.742,86
RS	431725	Santa Tereza	0	0,00	0,00	1.473,45
RS	431730	Santa Vitória do Palmar	0	0,00	0,00	7.607,38
RS	431740	Santiago	0	0,00	0,00	11.106,67
RS	431750	Santo Ângelo	27	1.368,90	26.009,10	8.307,80
RS	431755	Santo Antônio do Palma	0	0,00	0,00	1.466,66
RS	431760	Santo Antônio da Patrulha	0	0,00	0,00	11.051,49
RS	431770	Santo Antônio das Missões	0	0,00	0,00	2.946,91
RS	431775	Santo Antônio do Planalto	0	0,00	0,00	1.469,38
RS	431780	Santo Augusto	5	253,50	4.816,50	1.560,03
RS	431790	Santo Cristo	3	152,10	2.889,90	1.573,49
RS	431795	Santo Expedito do Sul	0	0,00	0,00	1.463,76
RS	431800	São Borja	0	0,00	0,00	14.901,60
RS	431805	São Domingos do Sul	0	0,00	0,00	1.478,62
RS	431810	São Francisco de Assis	0	0,00	0,00	4.287,65
RS	431820	São Francisco de Paula	0	0,00	0,00	4.932,21
RS	431830	São Gabriel	22	1.115,40	21.192,60	6.604,83
RS	431840	São Jerônimo	0	0,00	0,00	6.193,39
RS	431842	São João da Urtiga	0	0,00	0,00	1.468,14
RS	431843	São João do Polêsine	0	0,00	0,00	1.466,23
RS	431844	São Jorge	0	0,00	0,00	1.466,14
RS	431845	São José das Missões	0	0,00	0,00	1.463,32
RS	431846	São José do Herval	0	0,00	0,00	1.460,16
RS	431848	São José do Hortêncio	0	0,00	0,00	1.492,98
RS	431849	São José do Inhacorá	0	0,00	0,00	1.513,78
RS	431850	São José do Norte	0	0,00	0,00	5.717,75
RS	431860	São José do Ouro	0	0,00	0,00	2.634,12
RS	431861	São José do Sul	0	0,00	0,00	1.491,23
RS	431862	São José dos Ausentes	0	0,00	0,00	1.484,25
RS	431870	São Leopoldo	0	0,00	0,00	59.831,70
RS	431880	São Lourenço do Sul	0	0,00	0,00	9.438,98
RS	431890	São Luiz Gonzaga	13	659,10	12.522,90	3.798,58
RS	431900	São Marcos	0	0,00	0,00	4.481,61
RS	431910	São Martinho	2	101,40	1.926,60	1.223,48
RS	431912	São Martinho da Serra	1	50,70	963,30	734,10
RS	431915	São Miguel das Missões	2	101,40	1.926,60	1.359,89
RS	431920	São Nicolau	0	0,00	0,00	2.489,10
RS	431930	São Paulo das Missões	0	0,00	0,00	2.143,21
RS	431935	São Pedro da Serra	0	0,00	0,00	1.489,31
RS	431936	São Pedro das Missões	0	0,00	0,00	1.482,74
RS	431937	São Pedro do Butiá	0	0,00	0,00	1.506,24
RS	431940	São Pedro do Sul	0	0,00	0,00	3.708,38
RS	431950	São Sebastião do Caí	1	50,70	963,30	4.148,63
RS	431960	São Sepé	1	50,70	963,30	4.330,43
RS	431970	São Valentim	0	0,00	0,00	1.461,19
RS	431971	São Valentim do Sul	0	0,00	0,00	1.473,50
RS	431973	São Valério do Sul	0	0,00	0,00	1.492,31
RS	431975	São Vendelino	0	0,00	0,00	1.562,84
RS	431980	São Vicente do Sul	0	0,00	0,00	2.802,85
RS	431990	Sapiranga	6	304,20	5.779,80	15.886,41
RS	432000	Sapucaia do Sul	15	760,50	14.449,50	21.862,33
RS	432010	Sarandi	0	0,00	0,00	4.846,45
RS	432020	Seberi	0	0,00	0,00	2.850,80
RS	432023	Sede Nova	0	0,00	0,00	1.471,92
RS	432026	Segredo	0	0,00	0,00	1.596,14
RS	432030	Selbach	0	0,00	0,00	1.478,68
RS	432032	Senador Salgado Filho	2	101,40	1.926,60	733,26
RS	432035	Sentinela do Sul	0	0,00	0,00	1.480,99
RS	432040	Serafina Corrêa	0	0,00	0,00	3.448,91
RS	432045	Sério	0	0,00	0,00	1.457,74
RS	432050	Sertão	0	0,00	0,00	2.494,90
RS	432055	Sertão Santana	0	0,00	0,00	1.490,68
RS	432057	Sete de Setembro	0	0,00	0,00	1.462,81
RS	432060	Severiano de Almeida	0	0,00	0,00	1.463,82
RS	432065	Silveira Martins	0	0,00	0,00	1.465,74
RS	432067	Sinimbu	0	0,00	0,00	2.853,88
RS	432070	Sobradinho	0	0,00	0,00	3.234,15
RS	432080	Soledade	0	0,00	0,00	6.747,95
RS	432085	Tabaí	0	0,00	0,00	1.503,93
RS	432090	Tapejara	1	50,70	963,30	3.357,41
RS	432100	Tapera	0	0,00	0,00	2.925,84
RS	432110	Tapes	0	0,00	0,00	3.752,74
RS	432120	Taquara	0	0,00	0,00	15.350,73
RS	432130	Taquari	0	0,00	0,00	5.793,52
RS	432132	Taquaruçu do Sul	0	0,00	0,00	1.493,64
RS	432135	Tavares	0	0,00	0,00	2.569,30
RS	432140	Tenente Portela	0	0,00	0,00	3.197,53
RS	432143	Terra de Areia	0	0,00	0,00	3.010,67
RS	432145	Teutônia	3	152,10	2.889,90	3.232,03
RS	432146	Tio Hugo	0	0,00	0,00	1.495,24
RS	432147	Tiradentes do Sul	0	0,00	0,00	2.167,05
RS	432149	Toropi	1	50,70	963,30	731,81
RS	432150	Torres	0	0,00	0,00	8.192,42
RS	432160	Tramandaí	10	507,00	9.633,00	5.000,24
RS	432162	Travesseiro	0	0,00	0,00	1.467,89
RS	432163	Três Arroios	0	0,00	0,00	1.462,74
RS	432166	Três Cachoeiras	0	0,00	0,00	3.031,68
RS	432170	Três Coroas	3	152,10	2.889,90	2.760,79
RS	432180	Três de Maio	8	405,60	7.706,40	2.592,99
RS	432183	Três Forquilhas	0	0,00	0,00	1.462,92
RS	432185	Três Palmeiras	1	50,70	963,30	738,29
RS	432190	Três Passos	0	0,00	0,00	5.277,83
RS	432195	Trindade do Sul	0	0,00	0,00	2.480,38
RS	432200	Triunfo	0	0,00	0,00	7.297,32
RS	432210	Tucunduva	2	101,40	1.926,60	1.254,15
RS	432215	Tunas	0	0,00	0,00	1.475,63
RS	432218	Tupanci do Sul	0	0,00	0,00	1.463,28
RS	432220	Tupanciretã	0	0,00	0,00	5.218,55
RS	432225	Tupandi	0	0,00	0,00	1.502,67
RS	432230	Tuparendi	0	0,00	0,00	4.680,04
RS	432232	Turuçu	1	50,70	963,30	732,82
RS	432234	Ubiretama	0	0,00	0,00	1.459,26
RS	432235	União da Serra	0	0,00	0,00	1.452,22
RS	432237	Unistalda	1	50,70	963,30	731,94
RS	432240	Uruguaiana	34	1.723,80	32.752,20	15.157,18
RS	432250	Vacaria	0	0,00	0,00	14.435,33
RS	432252	Vale Verde	0	0,00	0,00	1.485,40
RS	432253	Vale do Sol	0	0,00	0,00	2.452,70
RS	432254	Vale Real	0	0,00	0,00	1.557,48
RS	432255	Vanini	0	0,00	0,00	1.482,44
RS	432260	Venâncio Aires	6	304,20	5.779,80	9.022,36
RS	432270	Vera Cruz	2	101,40	1.926,60	3.372,31
RS	432280	Veranópolis	0	0,00	0,00	5.735,19
RS	432285	Vespasiano Correa	0	0,00	0,00	1.461,78
RS	432290	Viadutos	0	0,00	0,00	1.469,82
RS	432300	Viamão	2	101,40	1.926,60	71.857,90
RS	432310	Vicente Dutra	0	0,00	0,00	1.465,82
RS	432320	Victor Graeff	0	0,00	0,00	1.463,36
RS	432330	Vila Flores	0	0,00	0,00	1.479,53
RS	432335	Vila Lângaro	0	0,00	0,00	1.464,56
RS	432340	Vila Maria	0	0,00	0,00	1.473,00
RS	432345	Vila Nova do Sul	0	0,00	0,00	1.468,83
RS	432350	Vista Alegre	1	50,70	963,30	732,67
RS	432360	Vista Alegre do Prata	0	0,00	0,00	1.525,28
RS	432370	Vista Gaúcha	0	0,00	0,00	1.473,19
RS	432375	Vitória das Missões	0	0,00	0,00	1.460,52
RS	432377	Westfalia	1	50,70	963,30	743,09
RS	432380	Xangri-lá	0	0,00	0,00	3.589,04
Total			531	26.921,70	511.512,30	3.334.352,07

ANEXO XXIV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
SC	420000	SES/SC	0	0,00	0,00	383.945,55
SC	420005	Abdon Batista	0	0,00	0,00	1.160,68
SC	420010	Abelardo Luz	0	0,00	0,00	4.501,00
SC	420020	Agrolândia	1	50,70	963,30	1.616,02
SC	420030	Agronômica	0	0,00	0,00	1.352,19
SC	420040	Água Doce	0	0,00	0,00	1.815,85
SC	420050	Águas de Chapecó	1	50,70	963,30	809,12
SC	420055	Águas Frias	0	0,00	0,00	1.148,44
SC	420060	Águas Mornas	0	0,00	0,00	1.931,41
SC	420070	Alfredo Wagner	0	0,00	0,00	2.497,47
SC	420075	Alto Bela Vista	0	0,00	0,00	1.123,43
SC	420080	Anchieta	0	0,00	0,00	1.573,86
SC	420090	Angelina	0	0,00	0,00	1.318,60
SC	420100	Anita Garibaldi	0	0,00	0,00	2.135,37
SC	420110	Anitápolis	0	0,00	0,00	1.202,34
SC	420120	Antônio Carlos	1	50,70	963,30	1.607,21
SC	420125	Apiúna	0	0,00	0,00	2.603,80
SC	420127	Arabutã	0	0,00	0,00	1.263,56
SC	420130	Araquari	0	0,00	0,00	7.912,65
SC	420140	Araranguá	0	0,00	0,00	16.597,95
SC	420150	Armazém	1	50,70	963,30	1.140,70
SC	420160	Arroio Trinta	0	0,00	0,00	1.221,71
SC	420165	Arvoredo	1	50,70	963,30	571,57
SC	420170	Ascurra	1	50,70	963,30	1.008,36
SC	420180	Atalanta	1	50,70	963,30	599,58
SC	420190	Aurora	0	0,00	0,00	1.445,34
SC	420195	Balneário Arroio do Silva	0	0,00	0,00	2.868,24
SC	420200	Balneário Camboriú	15	760,50	14.449,50	17.312,53
SC	420205	Balneário Barra do Sul	2	101,40	1.926,60	1.221,45
SC	420207	Balneário Gaivota	0	0,00	0,00	2.435,50
SC	420208	Bandeirante	0	0,00	0,00	1.164,79
SC	420209	Barra Bonita	0	0,00	0,00	1.106,54
SC	420210	Barra Velha	0	0,00	0,00	6.543,81
SC	420213	Bela Vista do Toldo	1	50,70	963,30	792,92
SC	420215	Belmonte	0	0,00	0,00	1.175,07
SC	420220	Benedito Novo	1	50,70	963,30	1.851,13
SC	420230	Biguaçu	3	152,10	2.889,90	17.463,76
SC	420240	Blumenau	15	760,50	14.449,50	70.721,01
SC	420243	Bocaina do Sul	0	0,00	0,00	1.224,32
SC	420245	Bombinhas	0	0,00	0,00	4.308,73
SC	420250	Bom Jardim da Serra	0	0,00	0,00	1.299,27
SC	420253	Bom Jesus	0	0,00	0,00	1.225,51
SC	420257	Bom Jesus do Oeste	0	0,00	0,00	1.138,28
SC	420260	Bom Retiro	0	0,00	0,00	2.421,99
SC	420270	Botuverá	0	0,00	0,00	1.340,76
SC	420280	Braço do Norte	3	152,10	2.889,90	5.096,44
SC	420285	Braço do Trombudo	1	50,70	963,30	622,72
SC	420287	Brunópolis	0	0,00	0,00	1.159,73
SC	420290	Brusque	4	202,80	3.853,20	26.675,14
SC	420300	Caçador	0	0,00	0,00	19.137,24
SC	420310	Caibi	0	0,00	0,00	1.599,87
SC	420315	Calmon	0	0,00	0,00	1.208,56
SC	420320	Camboriú	0	0,00	0,00	18.426,55

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SC	420325	Capão Alto	0	0,00	0,00	1.155,99
SC	420330	Campo Alegre	1	50,70	963,30	2.092,11
SC	420340	Campo Belo do Sul	0	0,00	0,00	1.891,84
SC	420350	Campo Erê	2	101,40	1.926,60	1.175,81
SC	420360	Campos Novos	2	101,40	1.926,60	6.927,25
SC	420370	Canelinha	0	0,00	0,00	2.920,26
SC	420380	Canoinhas	3	152,10	2.889,90	10.900,24
SC	420390	Capinzal	0	0,00	0,00	5.591,64
SC	420395	Capivari de Baixo	0	0,00	0,00	5.952,21
SC	420400	Catanduvas	0	0,00	0,00	2.612,22
SC	420410	Caxambu do Sul	0	0,00	0,00	1.246,27
SC	420415	Celso Ramos	0	0,00	0,00	1.172,13
SC	420417	Cerro Negro	0	0,00	0,00	1.201,42
SC	420419	Chapadão do Lageado	0	0,00	0,00	1.201,73
SC	420420	Chapecó	58	2.940,60	55.871,40	25.756,15
SC	420425	Cocal do Sul	0	0,00	0,00	4.082,29
SC	420430	Concórdia	3	152,10	2.889,90	15.488,71
SC	420435	Cordilheira Alta	0	0,00	0,00	1.299,87
SC	420440	Coronel Freitas	0	0,00	0,00	2.619,36
SC	420445	Coronel Martins	1	50,70	963,30	584,40
SC	420450	Corupá	0	0,00	0,00	3.805,87
SC	420455	Correia Pinto	0	0,00	0,00	3.683,98
SC	420460	Criciúma	9	456,30	8.669,70	43.520,38
SC	420470	Cunha Porã	0	0,00	0,00	2.790,72
SC	420475	Cunhataí	0	0,00	0,00	1.135,16
SC	420480	Curitibanos	0	0,00	0,00	9.960,55
SC	420490	Descanso	0	0,00	0,00	2.196,06
SC	420500	Dionísio Cerqueira	0	0,00	0,00	3.897,16
SC	420510	Dona Emma	1	50,70	963,30	636,30
SC	420515	Doutor Pedrinho	0	0,00	0,00	1.277,57
SC	420517	Entre Rios	0	0,00	0,00	1.210,49
SC	420519	Ermo	0	0,00	0,00	1.135,27
SC	420520	Erval Velho	0	0,00	0,00	1.277,06
SC	420530	Faxinal dos Guedes	0	0,00	0,00	2.753,23
SC	420535	Flor do Sertão	0	0,00	0,00	1.104,90
SC	420540	Florianópolis	17	861,90	16.376,10	131.696,18
SC	420543	Formosa do Sul	0	0,00	0,00	1.157,41
SC	420545	Forquilhinha	0	0,00	0,00	6.296,97
SC	420550	Fraiburgo	0	0,00	0,00	9.124,15
SC	420555	Frei Rogério	1	50,70	963,30	568,97
SC	420560	Galvão	1	50,70	963,30	599,25
SC	420570	Garopaba	2	101,40	1.926,60	3.312,37
SC	420580	Garuva	0	0,00	0,00	4.190,92
SC	420590	Gaspar	3	152,10	2.889,90	13.385,73
SC	420600	Governador Celso Ramos	0	0,00	0,00	4.427,82
SC	420610	Grão Pará	0	0,00	0,00	1.644,24
SC	420620	Gravatal	0	0,00	0,00	2.842,74
SC	420630	Guabiruba	0	0,00	0,00	5.366,73
SC	420640	Guaraciaba	0	0,00	0,00	2.675,46
SC	420650	Guaramirim	3	152,10	2.889,90	7.276,69
SC	420660	Guarujá do Sul	0	0,00	0,00	1.319,19
SC	420665	Guatambú	2	101,40	1.926,60	643,93
SC	420670	Herval d'Oeste	0	0,00	0,00	5.631,16
SC	420675	Ibiam	0	0,00	0,00	1.128,36
SC	420680	Ibicaré	0	0,00	0,00	1.198,53
SC	420690	Ibirama	0	0,00	0,00	4.655,02
SC	420700	Içara	3	152,10	2.889,90	10.442,52
SC	420710	Ilhota	0	0,00	0,00	3.393,79
SC	420720	Imaruí	0	0,00	0,00	2.909,80
SC	420730	Imbituba	0	0,00	0,00	10.890,54
SC	420740	Imbuia	0	0,00	0,00	1.528,21
SC	420750	Indaial	3	152,10	2.889,90	12.911,94
SC	420757	Iomerê	0	0,00	0,00	1.198,10
SC	420760	Ipira	0	0,00	0,00	1.273,97
SC	420765	Iporã do Oeste	0	0,00	0,00	2.236,09
SC	420768	Ipuaçu	1	50,70	963,30	917,11
SC	420770	Ipumirim	0	0,00	0,00	1.904,08
SC	420775	Iraceminha	0	0,00	0,00	1.244,56
SC	420780	Irani	1	50,70	963,30	1.595,11
SC	420785	Irati	0	0,00	0,00	1.118,85
SC	420790	Irineópolis	0	0,00	0,00	2.783,58
SC	420800	Itá	1	50,70	963,30	818,55
SC	420810	Itaiópolis	0	0,00	0,00	5.390,44
SC	420820	Itajaí	60	3.042,00	57.798,00	25.698,52
SC	420830	Itapema	8	405,60	7.706,40	7.014,54
SC	420840	Itapiranga	0	0,00	0,00	4.144,51
SC	420845	Itapoá	2	101,40	1.926,60	2.541,25
SC	420850	Ituporanga	3	152,10	2.889,90	3.173,23
SC	420860	Jaborá	0	0,00	0,00	1.242,98
SC	420870	Jacinto Machado	0	0,00	0,00	2.722,63
SC	420880	Jaguaruna	2	101,40	1.926,60	2.842,92
SC	420890	Jaraguá do Sul	7	354,90	6.743,10	34.093,36
SC	420895	Jardinópolis	0	0,00	0,00	1.099,59
SC	420900	Joaçaba	1	50,70	963,30	6.356,47
SC	420910	Joinville	25	1.267,50	24.082,50	117.340,75
SC	420915	José Boiteux	2	101,40	1.926,60	650,93
SC	420917	Jupiá	1	50,70	963,30	566,72
SC	420920	Lacerdópolis	0	0,00	0,00	1.147,64
SC	420930	Lages	8	405,60	7.706,40	32.828,65
SC	420940	Laguna	3	152,10	2.889,90	8.410,68
SC	420945	Lajeado Grande	1	50,70	963,30	546,16
SC	420950	Laurentino	0	0,00	0,00	1.657,50
SC	420960	Lauro Muller	1	50,70	963,30	2.841,04
SC	420970	Lebon Régis	0	0,00	0,00	3.083,20
SC	420980	Leoberto Leal	0	0,00	0,00	1.190,26
SC	420985	Lindóia do Sul	0	0,00	0,00	1.280,00
SC	420990	Lontras	1	50,70	963,30	1.892,70
SC	421000	Luiz Alves	0	0,00	0,00	2.971,51
SC	421003	Luzerna	0	0,00	0,00	1.453,50
SC	421005	Macieira	1	50,70	963,30	557,05
SC	421010	Mafra	3	152,10	2.889,90	11.138,16
SC	421020	Major Gercino	0	0,00	0,00	1.221,83
SC	421030	Major Vieira	0	0,00	0,00	1.999,45
SC	421040	Maracajá	0	0,00	0,00	1.752,61
SC	421050	Maravilha	1	50,70	963,30	5.150,32
SC	421055	Marema	0	0,00	0,00	1.122,82
SC	421060	Massaranduba	1	50,70	963,30	3.067,23
SC	421070	Matos Costa	0	0,00	0,00	1.160,08
SC	421080	Meleiro	0	0,00	0,00	1.806,67
SC	421085	Mirim Doce	0	0,00	0,00	1.142,42
SC	421090	Modelo	0	0,00	0,00	1.262,46
SC	421100	Mondaí	0	0,00	0,00	2.813,67
SC	421105	Monte Carlo	0	0,00	0,00	2.460,75
SC	421110	Monte Castelo	0	0,00	0,00	2.161,89
SC	421120	Morro da Fumaça	0	0,00	0,00	4.348,26
SC	421125	Morro Grande	0	0,00	0,00	1.182,91
SC	421130	Navegantes	2	101,40	1.926,60	16.067,47
SC	421140	Nova Erechim	0	0,00	0,00	1.328,70
SC	421145	Nova Itaberaba	0	0,00	0,00	1.265,59
SC	421150	Nova Trento	0	0,00	0,00	3.411,64
SC	421160	Nova Veneza	0	0,00	0,00	3.642,67
SC	421165	Novo Horizonte	0	0,00	0,00	1.155,07
SC	421170	Orleans	1	50,70	963,30	4.726,00
SC	421175	Otacílio Costa	0	0,00	0,00	4.486,21
SC	421180	Ouro	0	0,00	0,00	1.896,18
SC	421185	Ouro Verde	0	0,00	0,00	1.140,89
SC	421187	Paial	0	0,00	0,00	1.098,90
SC	421189	Painel	0	0,00	0,00	1.151,59
SC	421190	Palhoça	0	0,00	0,00	49.486,61
SC	421200	Palma Sola	1	50,70	963,30	1.012,18
SC	421205	Palmeira	0	0,00	0,00	1.186,76
SC	421210	Palmitos	2	101,40	1.926,60	2.222,25
SC	421220	Papanduva	1	50,70	963,30	3.800,35
SC	421223	Paraíso	0	0,00	0,00	1.228,39
SC	421225	Passo de Torres	0	0,00	0,00	1.958,65
SC	421227	Passos Maia	0	0,00	0,00	1.255,22
SC	421230	Paulo Lopes	0	0,00	0,00	1.816,62
SC	421240	Pedras Grandes	0	0,00	0,00	1.244,17
SC	421250	Penha	0	0,00	0,00	8.111,69
SC	421260	Peritiba	0	0,00	0,00	1.172,11
SC	421265	Pescaria Brava	0	0,00	0,00	2.489,05
SC	421270	Petrolândia	0	0,00	0,00	1.565,70
SC	421280	Balneário Piçarras	0	0,00	0,00	5.093,88
SC	421290	Pinhalzinho	2	101,40	1.926,60	2.735,82
SC	421300	Pinheiro Preto	0	0,00	0,00	1.243,89
SC	421310	Piratuba	0	0,00	0,00	1.266,34
SC	421315	Planalto Alegre	0	0,00	0,00	1.196,09
SC	421320	Pomerode	0	0,00	0,00	7.802,49
SC	421330	Ponte Alta	0	0,00	0,00	1.287,48
SC	421335	Ponte Alta do Norte	0	0,00	0,00	1.216,88
SC	421340	Ponte Serrada	0	0,00	0,00	2.908,27
SC	421350	Porto Belo	2	101,40	1.926,60	2.824,05
SC	421360	Porto União	2	101,40	1.926,60	6.926,23
SC	421370	Pouso Redondo	0	0,00	0,00	4.119,27
SC	421380	Praia Grande	0	0,00	0,00	1.881,13
SC	421390	Presidente Castello Branco	0	0,00	0,00	1.097,57
SC	421400	Presidente Getúlio	0	0,00	0,00	4.133,55
SC	421410	Presidente Nereu	1	50,70	963,30	573,76
SC	421415	Princesa	0	0,00	0,00	1.194,06
SC	421420	Quilombo	0	0,00	0,00	2.615,02
SC	421430	Rancho Queimado	1	50,70	963,30	594,79
SC	421440	Rio das Antas	0	0,00	0,00	1.592,47
SC	421450	Rio do Campo	0	0,00	0,00	1.577,17
SC	421460	Rio do Oeste	0	0,00	0,00	1.875,52
SC	421470	Rio dos Cedros	0	0,00	0,00	2.809,84
SC	421480	Rio do Sul	3	152,10	2.889,90	14.004,10
SC	421490	Rio Fortuna	0	0,00	0,00	1.285,78
SC	421500	Rio Negrinho	0	0,00	0,00	10.553,43
SC	421505	Rio Rufino	0	0,00	0,00	1.160,86
SC	421507	Riqueza	0	0,00	0,00	1.280,96
SC	421510	Rodeio	0	0,00	0,00	2.887,87
SC	421520	Romelândia	0	0,00	0,00	1.400,97
SC	421530	Salete	1	50,70	963,30	967,81
SC	421535	Saltinho	0	0,00	0,00	1.232,61
SC	421540	Salto Veloso	0	0,00	0,00	1.300,94
SC	421545	Sangão	1	50,70	963,30	1.977,36
SC	421550	Santa Cecília	1	50,70	963,30	3.222,01
SC	421555	Santa Helena	0	0,00	0,00	1.136,63
SC	421560	Santa Rosa de Lima	0	0,00	0,00	1.145,15
SC	421565	Santa Rosa do Sul	0	0,00	0,00	2.112,67
SC	421567	Santa Terezinha	0	0,00	0,00	2.265,16
SC	421568	Santa Terezinha do Progresso	0	0,00	0,00	1.162,03
SC	421569	Santiago do Sul	0	0,00	0,00	1.082,28
SC	421570	Santo Amaro da Imperatriz	0	0,00	0,00	6.921,01
SC	421575	São Bernardino	1	50,70	963,30	576,94
SC	421580	São Bento do Sul	4	202,80	3.853,20	16.539,40
SC	421590	São Bonifácio	1	50,70	963,30	587,95
SC	421600	São Carlos	2	101,40	1.926,60	1.383,25
SC	421605	São Cristovão do Sul	0	0,00	0,00	1.353,54
SC	421610	São Domingos	1	50,70	963,30	1.466,85
SC	421620	São Francisco do Sul	3	152,10	2.889,90	9.234,58
SC	421625	São João do Oeste	1	50,70	963,30	794,96
SC	421630	São João Batista	1	50,70	963,30	7.077,87
SC	421635	São João do Itaperiú	0	0,00	0,00	1.244,44
SC	421640	São João do Sul	0	0,00	0,00	1.837,27
SC	421650	São Joaquim	0	0,00	0,00	6.641,47
SC	421660	São José	9	456,30	8.669,70	64.660,28
SC	421670	São José do Cedro	0	0,00	0,00	3.545,52
SC	421680	São José do Cerrito	0	0,00	0,00	2.321,52
SC	421690	São Lourenço do Oeste	0	0,00	0,00	5.869,33
SC	421700	São Ludgero	1	50,70	963,30	2.145,66
SC	421710	São Martinho	0	0,00	0,00	1.198,43
SC	421715	São Miguel da Boa Vista	0	0,00	0,00	1.114,37
SC	421720	São Miguel do Oeste	12	608,40	11.559,60	4.918,31
SC	421725	São Pedro de Alcântara	0	0,00	0,00	1.686,30
SC	421730	Saudades	0	0,00	0,00	2.410,77
SC	421740	Schroeder	1	50,70	963,30	3.674,13
SC	421750	Seara	1	50,70	963,30	3.472,42
SC	421755	Serra Alta	0	0,00	0,00	1.204,49
SC	421760	Siderópolis	1	50,70	963,30	2.502,91
SC	421770	Sombrio	0	0,00	0,00	7.290,19
SC	421775	Sul Brasil	0	0,00	0,00	1.156,05
SC	421780	Taió	0	0,00	0,00	4.579,54
SC	421790	Tangará	0	0,00	0,00	2.238,13
SC	421795	Tigrinhos	0	0,00	0,00	1.104,42

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SC	421800	Tijucas	0	0,00	0,00	8.830,14
SC	421810	Timbé do Sul	0	0,00	0,00	1.373,68
SC	421820	Timbó	0	0,00	0,00	10.331,32
SC	421825	Timbó Grande	0	0,00	0,00	1.928,56
SC	421830	Três Barras	1	50,70	963,30	3.841,66
SC	421835	Treviso	0	0,00	0,00	1.260,30
SC	421840	Treze de Maio	0	0,00	0,00	1.798,26
SC	421850	Treze Tílias	0	0,00	0,00	1.805,91
SC	421860	Trombudo Central	1	50,70	963,30	889,82
SC	421870	Tubarão	4	202,80	3.853,20	22.178,98
SC	421875	Tunápolis	0	0,00	0,00	1.278,35
SC	421880	Turvo	0	0,00	0,00	3.175,26
SC	421885	União do Oeste	0	0,00	0,00	1.163,18
SC	421890	Urubici	0	0,00	0,00	2.819,79
SC	421895	Urupema	0	0,00	0,00	1.156,67
SC	421900	Urussanga	0	0,00	0,00	5.333,32
SC	421910	Vargeão	0	0,00	0,00	1.222,55
SC	421915	Vargem	0	0,00	0,00	1.157,89
SC	421917	Vargem Bonita	0	0,00	0,00	1.276,19
SC	421920	Vidal Ramos	1	50,70	963,30	813,07
SC	421930	Videira	3	152,10	2.889,90	9.949,09
SC	421935	Vitor Meireles	1	50,70	963,30	661,73
SC	421940	Witmarsum	0	0,00	0,00	1.260,39
SC	421950	Xanxerê	7	354,90	6.743,10	6.079,07
SC	421960	Xavantina	1	50,70	963,30	621,12
SC	421970	Xaxim	6	304,20	5.779,80	3.485,34
SC	421985	Zortéa	0	0,00	0,00	1.230,69
SC	422000	Balneário Rincão	1	50,70	963,30	2.051,82
Total			387	19.620,90	372.797,10	1.917.132,32

ANEXO XXV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
SE	280000	SES/SE	0	0,00	0,00	280.848,40
SE	280010	Amparo de São Francisco	0	0,00	0,00	1.012,78
SE	280020	Aquidabã	5	253,50	4.816,50	4.522,66
SE	280030	Aracaju	205	10.393,50	197.476,50	151.757,42
SE	280040	Arauá	2	101,40	1.926,60	2.774,58
SE	280050	Areia Branca	0	0,00	0,00	7.650,51
SE	280060	Barra dos Coqueiros	0	0,00	0,00	11.863,98
SE	280067	Boquim	7	354,90	6.743,10	5.720,67
SE	280070	Brejo Grande	0	0,00	0,00	3.504,96
SE	280100	Campo do Brito	0	0,00	0,00	7.590,10
SE	280110	Canhoba	0	0,00	0,00	1.749,85
SE	280120	Canindé de São Francisco	6	304,20	5.779,80	6.060,34
SE	280130	Capela	0	0,00	0,00	14.096,01
SE	280140	Carira	0	0,00	0,00	9.073,27
SE	280150	Carmópolis	0	0,00	0,00	6.512,15
SE	280160	Cedro de São João	0	0,00	0,00	2.500,73
SE	280170	Cristinápolis	0	0,00	0,00	7.536,83
SE	280190	Cumbe	2	101,40	1.926,60	847,33
SE	280200	Divina Pastora	0	0,00	0,00	2.050,79
SE	280210	Estância	24	1.216,80	23.119,20	14.447,24
SE	280220	Feira Nova	1	50,70	963,30	1.417,33
SE	280230	Frei Paulo	0	0,00	0,00	6.341,17
SE	280240	Gararu	2	101,40	1.926,60	3.061,65
SE	280250	General Maynard	2	101,40	1.926,60	676,36
SE	280260	Gracho Cardoso	2	101,40	1.926,60	1.245,31
SE	280270	Ilha das Flores	2	101,40	1.926,60	1.834,25
SE	280280	Indiaroba	2	101,40	1.926,60	5.444,36
SE	280290	Itabaiana	21	1.064,70	20.229,30	19.712,91
SE	280300	Itabaianinha	7	354,90	6.743,10	10.729,97
SE	280310	Itabi	2	101,40	1.926,60	1.073,06
SE	280320	Itaporanga d'Ajuda	5	253,50	4.816,50	9.191,80
SE	280330	Japaratuba	0	0,00	0,00	7.702,22
SE	280340	Japoatã	0	0,00	0,00	5.662,58
SE	280350	Lagarto	17	861,90	16.376,10	26.569,47
SE	280360	Laranjeiras	0	0,00	0,00	12.281,66
SE	280370	Macambira	0	0,00	0,00	2.909,82
SE	280380	Malhada dos Bois	0	0,00	0,00	1.567,40
SE	280390	Malhador	0	0,00	0,00	5.376,78
SE	280400	Maruim	4	202,80	3.853,20	3.658,24
SE	280410	Moita Bonita	0	0,00	0,00	4.825,25
SE	280420	Monte Alegre de Sergipe	2	101,40	1.926,60	4.341,62
SE	280430	Muribeca	2	101,40	1.926,60	1.630,57
SE	280440	Neópolis	4	202,80	3.853,20	4.205,61
SE	280445	Nossa Senhora Aparecida	2	101,40	1.926,60	1.864,24
SE	280450	Nossa Senhora da Glória	10	507,00	9.633,00	7.468,74
SE	280460	Nossa Senhora das Dores	7	354,90	6.743,10	5.546,09
SE	280470	Nossa Senhora de Lourdes	0	0,00	0,00	2.763,85
SE	280480	Nossa Senhora do Socorro	68	3.447,60	65.504,40	37.073,88
SE	280490	Pacatuba	0	0,00	0,00	5.960,69
SE	280500	Pedra Mole	0	0,00	0,00	1.347,72
SE	280510	Pedrinhas	0	0,00	0,00	4.004,73
SE	280520	Pinhão	2	101,40	1.926,60	1.354,54
SE	280530	Pirambu	0	0,00	0,00	3.837,03
SE	280540	Poço Redondo	4	202,80	3.853,20	10.364,58
SE	280550	Poço Verde	0	0,00	0,00	9.860,31
SE	280560	Porto da Folha	0	0,00	0,00	12.091,57
SE	280570	Propriá	0	0,00	0,00	12.563,89
SE	280580	Riachão do Dantas	0	0,00	0,00	8.482,62
SE	280590	Riachuelo	3	152,10	2.889,90	2.128,57
SE	280600	Ribeirópolis	6	304,20	5.779,80	3.862,34
SE	280610	Rosário do Catete	2	101,40	1.926,60	2.402,56
SE	280620	Salgado	0	0,00	0,00	8.512,35
SE	280630	Santa Luzia do Itanhy	2	101,40	1.926,60	4.153,26
SE	280640	Santana do São Francisco	0	0,00	0,00	3.093,38
SE	280650	Santa Rosa de Lima	2	101,40	1.926,60	887,60
SE	280660	Santo Amaro das Brotas	3	152,10	2.889,90	2.561,94
SE	280670	São Cristóvão	0	0,00	0,00	36.316,03
SE	280680	São Domingos	0	0,00	0,00	4.626,14
SE	280690	São Francisco	0	0,00	0,00	1.589,95
SE	280700	São Miguel do Aleixo	0	0,00	0,00	1.637,74
SE	280710	Simão Dias	0	0,00	0,00	17.110,46
SE	280720	Siriri	2	101,40	1.926,60	1.850,82
SE	280730	Telha	0	0,00	0,00	1.333,43
SE	280740	Tobias Barreto	15	760,50	14.449,50	10.826,17
SE	280750	Tomar do Geru	2	101,40	1.926,60	3.679,32
SE	280760	Umbaúba	0	0,00	0,00	10.349,54
Total			456	23.119,20	439.264,80	925.086,04

ANEXO XXVI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
SP	350000	SES/SP	0	0,00	0,00	2.691.715,96
SP	350010	Adamantina	0	0,00	0,00	8.495,22
SP	350020	Adolfo	2	101,40	1.926,60	1.028,55
SP	350030	Aguaí	2	101,40	1.926,60	4.835,52
SP	350040	Águas da Prata	0	0,00	0,00	2.086,50
SP	350050	Águas de Lindóia	0	0,00	0,00	4.553,00
SP	350055	Águas de Santa Bárbara	0	0,00	0,00	2.089,43
SP	350060	Águas de São Pedro	0	0,00	0,00	2.170,19
SP	350070	Agudos	0	0,00	0,00	7.116,38
SP	350075	Alambari	0	0,00	0,00	2.153,42
SP	350080	Alfredo Marcondes	1	50,70	963,30	1.119,33
SP	350090	Altair	2	101,40	1.926,60	1.045,61
SP	350100	Altinópolis	5	253,50	4.816,50	1.582,24
SP	350110	Alto Alegre	0	0,00	0,00	2.056,40
SP	350115	Alumínio	0	0,00	0,00	3.510,11
SP	350120	Álvares Florence	2	101,40	1.926,60	1.021,13
SP	350130	Álvares Machado	2	101,40	1.926,60	3.351,52
SP	350140	Álvaro de Carvalho	0	0,00	0,00	2.106,50
SP	350150	Alvinlândia	0	0,00	0,00	2.084,62
SP	350160	Americana	0	0,00	0,00	59.201,34
SP	350170	Américo Brasiliense	9	456,30	8.669,70	3.690,58
SP	350180	Américo de Campos	0	0,00	0,00	2.072,33
SP	350190	Amparo	5	253,50	4.816,50	12.635,50
SP	350200	Analândia	0	0,00	0,00	2.123,15
SP	350210	Andradina	18	912,60	17.339,40	7.956,68
SP	350220	Angatuba	0	0,00	0,00	4.683,74
SP	350230	Anhembi	0	0,00	0,00	2.135,00
SP	350240	Anhumas	0	0,00	0,00	2.096,09
SP	350250	Aparecida	12	608,40	11.559,60	4.523,00
SP	350260	Aparecida d'Oeste	2	101,40	1.926,60	1.020,79
SP	350270	Apiaí	1	50,70	963,30	4.028,68
SP	350275	Araçariguama	0	0,00	0,00	3.845,38
SP	350280	Araçatuba	87	4.410,90	83.807,10	26.261,75
SP	350290	Araçoiaba da Serra	6	304,20	5.779,80	3.007,31
SP	350300	Aramina	0	0,00	0,00	2.092,11
SP	350310	Arandu	0	0,00	0,00	2.068,81
SP	350315	Arapeí	0	0,00	0,00	2.053,33
SP	350320	Araraquara	71	3.599,70	68.394,30	29.252,98
SP	350330	Araras	20	1.014,00	19.266,00	14.142,34
SP	350335	Arco-Iris	0	0,00	0,00	2.037,03
SP	350340	Arealva	0	0,00	0,00	2.092,53
SP	350350	Areias	0	0,00	0,00	2.074,37
SP	350360	Areiópolis	1	50,70	963,30	1.194,78
SP	350370	Ariranha	0	0,00	0,00	2.109,77
SP	350380	Artur Nogueira	2	101,40	1.926,60	10.409,90
SP	350390	Arujá	0	0,00	0,00	21.558,13
SP	350395	Aspásia	0	0,00	0,00	2.057,71
SP	350400	Assis	37	1.875,90	35.642,10	13.160,48
SP	350410	Atibaia	0	0,00	0,00	35.445,94
SP	350420	Auriflama	0	0,00	0,00	3.532,88
SP	350430	Avaí	0	0,00	0,00	2.091,34
SP	350440	Avanhandava	1	50,70	963,30	2.301,29
SP	350450	Avaré	0	0,00	0,00	22.906,38
SP	350460	Bady Bassitt	6	304,20	5.779,80	1.641,84
SP	350470	Balbinos	0	0,00	0,00	2.278,61
SP	350480	Bálsamo	2	101,40	1.926,60	1.050,58
SP	350490	Bananal	3	152,10	2.889,90	1.341,00
SP	350500	Barão de Antonina	0	0,00	0,00	2.101,73
SP	350510	Barbosa	2	101,40	1.926,60	1.053,07
SP	350520	Bariri	5	253,50	4.816,50	3.305,76
SP	350530	Barra Bonita	0	0,00	0,00	9.078,75
SP	350535	Barra do Chapéu	0	0,00	0,00	2.092,36
SP	350540	Barra do Turvo	0	0,00	0,00	2.053,70
SP	350550	Barretos	52	2.636,40	50.091,60	14.549,78
SP	350560	Barrinha	11	557,70	10.596,30	3.022,98
SP	350570	Barueri	39	1.977,30	37.568,70	33.850,30
SP	350580	Bastos	6	304,20	5.779,80	2.121,46
SP	350590	Batatais	0	0,00	0,00	15.032,00
SP	350600	Bauru	120	6.084,00	115.596,00	54.489,98
SP	350610	Bebedouro	0	0,00	0,00	19.046,56
SP	350620	Bento de Abreu	0	0,00	0,00	2.101,58
SP	350630	Bernardino de Campos	4	202,80	3.853,20	1.091,38
SP	350635	Bertioga	0	0,00	0,00	13.784,50
SP	350640	Bilac	2	101,40	1.926,60	1.056,86
SP	350650	Birigui	1	50,70	963,30	29.591,49
SP	350660	Biritiba-Mirim	0	0,00	0,00	8.041,49
SP	350670	Boa Esperança do Sul	3	152,10	2.889,90	1.503,07
SP	350680	Bocaina	0	0,00	0,00	2.289,48
SP	350690	Bofete	0	0,00	0,00	2.147,38
SP	350700	Boituva	5	253,50	4.816,50	5.874,82
SP	350710	Bom Jesus dos Perdões	3	152,10	2.889,90	2.203,91
SP	350715	Bom Sucesso de Itararé	0	0,00	0,00	2.098,81
SP	350720	Borá	0	0,00	0,00	2.069,39
SP	350730	Boracéia	0	0,00	0,00	2.109,47
SP	350740	Borborema	3	152,10	2.889,90	1.513,20
SP	350745	Borebi	1	50,70	963,30	1.156,80
SP	350750	Botucatu	0	0,00	0,00	30.482,52
SP	350760	Bragança Paulista	0	0,00	0,00	41.434,94
SP	350770	Braúna	0	0,00	0,00	2.110,19
SP	350775	Brejo Alegre	1	50,70	963,30	1.137,69
SP	350780	Brodowski	0	0,00	0,00	4.530,40
SP	350790	Brotas	0	0,00	0,00	4.541,76
SP	350800	Buri	4	202,80	3.853,20	1.907,81
SP	350810	Buritama	6	304,20	5.779,80	1.873,41
SP	350820	Buritizal	0	0,00	0,00	2.098,27
SP	350830	Cabrália Paulista	0	0,00	0,00	2.049,97
SP	350840	Cabreúva	0	0,00	0,00	8.975,04
SP	350850	Caçapava	0	0,00	0,00	22.606,50

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	350860	Cachoeira Paulista	0	0,00	0,00	8.011,50
SP	350870	Caconde	1	50,70	963,30	3.774,70
SP	350880	Cafelândia	6	304,20	5.779,80	1.747,43
SP	350890	Caiabu	1	50,70	963,30	1.101,53
SP	350900	Caieiras	0	0,00	0,00	24.652,92
SP	350910	Caiuá	2	101,40	1.926,60	1.062,51
SP	350920	Cajamar	0	0,00	0,00	18.443,52
SP	350925	Cajati	4	202,80	3.853,20	2.845,36
SP	350930	Cajobi	0	0,00	0,00	2.087,03
SP	350940	Cajuru	0	0,00	0,00	4.930,81
SP	350945	Campina do Monte Alegre	0	0,00	0,00	2.087,86
SP	350950	Campinas	0	0,00	0,00	313.897,87
SP	350960	Campo Limpo Paulista	6	304,20	5.779,80	9.883,34
SP	350970	Campos do Jordão	0	0,00	0,00	12.635,25
SP	350980	Campos Novos Paulista	0	0,00	0,00	2.093,16
SP	350990	Cananéia	0	0,00	0,00	3.150,25
SP	350995	Canas	0	0,00	0,00	2.127,05
SP	351000	Cândido Mota	0	0,00	0,00	6.668,14
SP	351010	Cândido Rodrigues	0	0,00	0,00	2.071,72
SP	351015	Canitar	0	0,00	0,00	2.136,76
SP	351020	Capão Bonito	11	557,70	10.596,30	4.652,02
SP	351030	Capela do Alto	6	304,20	5.779,80	1.881,18
SP	351040	Capivari	9	456,30	8.669,70	5.146,40
SP	351050	Caraguatatuba	8	405,60	7.706,40	21.382,77
SP	351060	Carapicuíba	0	0,00	0,00	101.744,04
SP	351070	Cardoso	0	0,00	0,00	2.400,32
SP	351080	Casa Branca	0	0,00	0,00	7.756,92
SP	351090	Cássia dos Coqueiros	0	0,00	0,00	2.044,63
SP	351100	Castilho	7	354,90	6.743,10	2.007,26
SP	351110	Catanduva	45	2.281,50	43.348,50	15.586,51
SP	351120	Catiguá	0	0,00	0,00	2.093,98
SP	351130	Cedral	3	152,10	2.889,90	1.060,87
SP	351140	Cerqueira César	0	0,00	0,00	3.703,01
SP	351150	Cerquilho	6	304,20	5.779,80	4.339,67
SP	351160	Cesário Lange	3	152,10	2.889,90	1.659,00
SP	351170	Charqueada	4	202,80	3.853,20	1.592,91
SP	351190	Clementina	0	0,00	0,00	2.147,62
SP	351200	Colina	6	304,20	5.779,80	1.871,41
SP	351210	Colômbia	1	50,70	963,30	1.104,02
SP	351220	Conchal	0	0,00	0,00	5.322,03
SP	351230	Conchas	0	0,00	0,00	3.385,17
SP	351240	Cordeirópolis	7	354,90	6.743,10	2.246,70
SP	351250	Coroados	1	50,70	963,30	1.157,17
SP	351260	Coronel Macedo	0	0,00	0,00	2.039,07
SP	351270	Corumbataí	0	0,00	0,00	2.072,03
SP	351280	Cosmópolis	4	202,80	3.853,20	12.553,80
SP	351290	Cosmorama	0	0,00	0,00	2.059,24
SP	351300	Cotia	4	202,80	3.853,20	54.914,11
SP	351310	Cravinhos	8	405,60	7.706,40	3.380,24
SP	351320	Cristais Paulista	2	101,40	1.926,60	1.056,19
SP	351330	Cruzália	0	0,00	0,00	2.032,37
SP	351340	Cruzeiro	0	0,00	0,00	20.187,25
SP	351350	Cubatão	0	0,00	0,00	52.298,26
SP	351360	Cunha	1	50,70	963,30	4.599,45
SP	351370	Descalvado	7	354,90	6.743,10	3.285,89
SP	351380	Diadema	25	1.267,50	24.082,50	82.758,22
SP	351385	Dirce Reis	0	0,00	0,00	2.078,86
SP	351390	Divinolândia	0	0,00	0,00	2.272,45
SP	351400	Dobrada	0	0,00	0,00	2.107,17
SP	351410	Dois Córregos	6	304,20	5.779,80	2.577,56
SP	351420	Dolcinópolis	0	0,00	0,00	2.057,47
SP	351430	Dourado	0	0,00	0,00	2.065,04
SP	351440	Dracena	3	152,10	2.889,90	9.004,10
SP	351450	Duartina	2	101,40	1.926,60	1.232,28
SP	351460	Dumont	0	0,00	0,00	2.144,16
SP	351470	Echaporã	0	0,00	0,00	2.047,10
SP	351480	Eldorado	0	0,00	0,00	3.822,25
SP	351490	Elias Fausto	1	50,70	963,30	2.351,37
SP	351492	Elisiário	0	0,00	0,00	2.127,41
SP	351495	Embaúba	0	0,00	0,00	2.058,79
SP	351500	Embu	16	811,20	15.412,80	52.156,85
SP	351510	Embu-Guaçu	0	0,00	0,00	17.421,58
SP	351512	Emilianópolis	1	50,70	963,30	1.116,96
SP	351515	Engenheiro Coelho	0	0,00	0,00	4.538,25
SP	351518	Espírito Santo do Pinhal	6	304,20	5.779,80	4.284,44
SP	351519	Espírito Santo do Turvo	0	0,00	0,00	2.112,70
SP	351520	Estrela d'Oeste	3	152,10	2.889,90	1.031,58
SP	351530	Estrela do Norte	0	0,00	0,00	2.069,84
SP	351535	Euclides da Cunha Paulista	3	152,10	2.889,90	1.120,83
SP	351540	Fartura	2	101,40	1.926,60	1.559,32
SP	351550	Fernandópolis	0	0,00	0,00	15.502,14
SP	351560	Fernando Prestes	2	101,40	1.926,60	1.035,68
SP	351565	Fernão	1	50,70	963,30	1.131,45
SP	351570	Ferraz de Vasconcelos	3	152,10	2.889,90	44.723,66
SP	351580	Flora Rica	0	0,00	0,00	2.013,03
SP	351590	Floreal	0	0,00	0,00	2.048,48
SP	351600	Flórida Paulista	0	0,00	0,00	3.613,58
SP	351610	Florínia	0	0,00	0,00	2.041,65
SP	351620	Franca	0	0,00	0,00	88.542,74
SP	351630	Francisco Morato	0	0,00	0,00	43.430,05
SP	351640	Franco da Rocha	0	0,00	0,00	37.512,26
SP	351650	Gabriel Monteiro	1	50,70	963,30	1.098,78
SP	351660	Gália	0	0,00	0,00	2.039,22
SP	351670	Garça	10	507,00	9.633,00	4.565,61
SP	351680	Gastão Vidigal	2	101,40	1.926,60	1.058,11
SP	351685	Gavião Peixoto	1	50,70	963,30	1.125,40
SP	351690	General Salgado	0	0,00	0,00	2.330,85
SP	351700	Getulina	0	0,00	0,00	2.934,11
SP	351710	Glicério	0	0,00	0,00	2.075,44
SP	351720	Guaiçara	5	253,50	4.816,50	1.127,12
SP	351730	Guaimbê	0	0,00	0,00	2.079,88
SP	351740	Guaíra	0	0,00	0,00	8.008,52
SP	351750	Guapiaçu	0	0,00	0,00	3.863,40
SP	351760	Guapiara	0	0,00	0,00	3.550,26
SP	351770	Guará	0	0,00	0,00	4.266,11
SP	351780	Guaraçaí	4	202,80	3.853,20	1.140,30
SP	351790	Guaraci	4	202,80	3.853,20	1.052,82
SP	351800	Guarani d'Oeste	1	50,70	963,30	1.095,73
SP	351810	Guarantã	2	101,40	1.926,60	1.034,75
SP	351820	Guararapes	14	709,80	13.486,20	3.749,82
SP	351830	Guararema	0	0,00	0,00	7.307,50
SP	351840	Guaratinguetá	0	0,00	0,00	29.594,50
SP	351850	Guareí	3	152,10	2.889,90	2.153,57
SP	351860	Guariba	0	0,00	0,00	7.466,73
SP	351870	Guarujá	59	2.991,30	56.834,70	74.598,06
SP	351880	Guarulhos	0	0,00	0,00	342.264,71
SP	351885	Guatapará	0	0,00	0,00	2.095,80
SP	351890	Guzolândia	0	0,00	0,00	2.099,50
SP	351900	Herculândia	0	0,00	0,00	2.094,05
SP	351905	Holambra	0	0,00	0,00	3.261,50
SP	351907	Hortolândia	0	0,00	0,00	56.440,44
SP	351910	Iacanga	0	0,00	0,00	2.139,08
SP	351920	Iacri	0	0,00	0,00	2.051,84
SP	351925	Iaras	0	0,00	0,00	2.240,18
SP	351930	Ibaté	4	202,80	3.853,20	3.248,68
SP	351940	Ibirá	4	202,80	3.853,20	1.467,50
SP	351950	Ibirarema	1	50,70	963,30	1.155,88
SP	351960	Ibitinga	0	0,00	0,00	14.274,50
SP	351970	Ibiúna	4	202,80	3.853,20	15.108,05
SP	351980	Icém	3	152,10	2.889,90	1.049,03
SP	351990	Iepê	3	152,10	2.889,90	1.041,25
SP	352000	Igaraçu do Tietê	0	0,00	0,00	6.094,00
SP	352010	Igarapava	0	0,00	0,00	6.016,09
SP	352020	Igaratá	2	101,40	1.926,60	1.162,63
SP	352030	Iguape	0	0,00	0,00	7.564,75
SP	352040	Ilhabela	0	0,00	0,00	7.899,75
SP	352042	Ilha Comprida	0	0,00	0,00	2.525,50
SP	352044	Ilha Solteira	9	456,30	8.669,70	3.280,25
SP	352050	Indaiatuba	27	1.368,90	26.009,10	30.641,40
SP	352060	Indiana	2	101,40	1.926,60	1.029,53
SP	352070	Indiaporã	1	50,70	963,30	1.092,37
SP	352080	Inúbia Paulista	0	0,00	0,00	2.095,70
SP	352090	Ipaussu	0	0,00	0,00	2.836,25
SP	352100	Iperó	0	0,00	0,00	8.494,82
SP	352110	Ipeúna	0	0,00	0,00	2.162,04
SP	352115	Ipiguá	0	0,00	0,00	2.142,20
SP	352120	Iporanga	0	0,00	0,00	2.051,17
SP	352130	Ipuã	5	253,50	4.816,50	1.507,70
SP	352140	Iracemápolis	5	253,50	4.816,50	2.172,87
SP	352150	Irapuã	3	152,10	2.889,90	1.047,77
SP	352160	Irapuru	3	152,10	2.889,90	1.063,55
SP	352170	Itaberá	0	0,00	0,00	3.555,94
SP	352180	Itaí	0	0,00	0,00	6.727,41
SP	352190	Itajobi	0	0,00	0,00	3.138,21
SP	352200	Itaju	0	0,00	0,00	2.130,61
SP	352210	Itanhaém	19	963,30	18.302,70	12.947,20
SP	352215	Itaóca	0	0,00	0,00	2.065,03
SP	352220	Itapecerica da Serra	0	0,00	0,00	43.122,79
SP	352230	Itapetininga	0	0,00	0,00	40.542,89
SP	352240	Itapeva	11	557,70	10.596,30	9.034,28
SP	352250	Itapevi	41	2.078,70	39.495,30	33.002,00
SP	352260	Itapira	9	456,30	8.669,70	7.100,33
SP	352265	Itapirapuã Paulista	1	50,70	963,30	1.129,92
SP	352270	Itápolis	16	811,20	15.412,80	4.321,07
SP	352280	Itaporanga	0	0,00	0,00	2.955,12
SP	352290	Itapuí	0	0,00	0,00	2.580,69
SP	352300	Itapura	2	101,40	1.926,60	1.053,65
SP	352310	Itaquaquecetuba	0	0,00	0,00	90.962,75
SP	352320	Itararé	0	0,00	0,00	9.784,42
SP	352330	Itariri	0	0,00	0,00	3.251,22
SP	352340	Itatiba	15	760,50	14.449,50	13.952,50
SP	352350	Itatinga	0	0,00	0,00	3.822,66
SP	352360	Itirapina	0	0,00	0,00	4.417,99
SP	352370	Itirapuã	2	101,40	1.926,60	1.047,91
SP	352380	Itobi	3	152,10	2.889,90	1.034,40
SP	352390	Itu	0	0,00	0,00	41.377,75
SP	352400	Itupeva	2	101,40	1.926,60	8.379,52
SP	352410	Ituverava	15	760,50	14.449,50	4.132,91
SP	352420	Jaborandi	2	101,40	1.926,60	1.037,17
SP	352430	Jaboticabal	33	1.673,10	31.788,90	7.619,89
SP	352440	Jacareí	20	1.014,00	19.266,00	36.940,50
SP	352450	Jaci	2	101,40	1.926,60	1.079,97
SP	352460	Jacupiranga	0	0,00	0,00	3.490,92
SP	352470	Jaguariúna	0	0,00	0,00	12.679,75
SP	352480	Jales	14	709,80	13.486,20	6.114,83
SP	352490	Jambeiro	0	0,00	0,00	2.153,76
SP	352500	Jandira	19	963,30	18.302,70	18.853,22
SP	352510	Jardinópolis	0	0,00	0,00	8.073,81
SP	352520	Jarinu	4	202,80	3.853,20	2.636,01
SP	352530	Jaú	51	2.585,70	49.128,30	18.480,43
SP	352540	Jeriquara	0	0,00	0,00	2.056,01
SP	352550	Joanópolis	0	0,00	0,00	3.152,50
SP	352560	João Ramalho	2	101,40	1.926,60	1.045,75
SP	352570	José Bonifácio	12	608,40	11.559,60	3.463,75
SP	352580	Júlio Mesquita	0	0,00	0,00	2.086,35
SP	352585	Jumirim	0	0,00	0,00	2.140,53
SP	352590	Jundiaí	0	0,00	0,00	103.802,53
SP	352600	Junqueirópolis	6	304,20	5.779,80	2.597,64
SP	352610	Juquiá	0	0,00	0,00	3.825,60
SP	352620	Juquitiba	2	101,40	1.926,60	6.013,94
SP	352630	Lagoinha	1	50,70	963,30	1.095,57
SP	352640	Laranjal Paulista	1	50,70	963,30	4.348,09
SP	352650	Lavínia	2	101,40	1.926,60	1.342,90
SP	352660	Lavrinhas	1	50,70	963,30	1.133,73
SP	352670	Leme	11	557,70	10.596,30	9.640,88
SP	352680	Lençóis Paulista	12	608,40	11.559,60	6.577,63
SP	352690	Limeira	89	4.512,30	85.733,70	38.359,19
SP	352700	Lindóia	0	0,00	0,00	2.134,54
SP	352710	Lins	6	304,20	5.779,80	13.942,33
SP	352720	Lorena	0	0,00	0,00	21.691,00
SP	352725	Lourdes	0	0,00	0,00	2.084,76
SP	352730	Louveira	0	0,00	0,00	8.380,88
SP	352740	Lucélia	0	0,00	0,00	5.492,88
SP	352750	Lucianópolis	1	50,70	963,30	1.117,08
SP	352760	Luís Antônio	0	0,00	0,00	2.554,84
SP	352770	Luiziânia	0	0,00	0,00	2.118,17

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	352780	Lupércio	0	0,00	0,00	2.075,02
SP	352790	Lutécia	0	0,00	0,00	2.049,86
SP	352800	Macatuba	6	304,20	5.779,80	1.660,76
SP	352810	Macaubal	3	152,10	2.889,90	1.039,07
SP	352820	Macedônia	1	50,70	963,30	1.094,78
SP	352830	Magda	2	101,40	1.926,60	1.024,94
SP	352840	Mairinque	0	0,00	0,00	8.955,26
SP	352850	Mairiporã	0	0,00	0,00	23.638,54
SP	352860	Manduri	0	0,00	0,00	2.094,05
SP	352870	Marabá Paulista	2	101,40	1.926,60	1.073,08
SP	352880	Maracaí	0	0,00	0,00	2.717,77
SP	352885	Marapoama	0	0,00	0,00	2.118,08
SP	352890	Mariápolis	0	0,00	0,00	2.070,30
SP	352900	Marília	0	0,00	0,00	62.863,26
SP	352910	Marinópolis	1	50,70	963,30	1.092,86
SP	352920	Martinópolis	8	405,60	7.706,40	3.344,01
SP	352930	Matão	0	0,00	0,00	19.110,68
SP	352940	Mauá	44	2.230,80	42.385,20	74.670,54
SP	352950	Mendonça	2	101,40	1.926,60	1.065,98
SP	352960	Meridiano	2	101,40	1.926,60	1.027,15
SP	352965	Mesópolis	0	0,00	0,00	2.058,51
SP	352970	Miguelópolis	0	0,00	0,00	4.338,94
SP	352980	Mineiros do Tietê	1	50,70	963,30	1.512,42
SP	352990	Miracatu	0	0,00	0,00	4.071,37
SP	353000	Mira Estrela	2	101,40	1.926,60	1.046,95
SP	353010	Mirandópolis	11	557,70	10.596,30	3.769,30
SP	353020	Mirante do Paranapanema	4	202,80	3.853,20	1.752,81
SP	353030	Mirassol	20	1.014,00	19.266,00	7.394,06
SP	353040	Mirassolândia	0	0,00	0,00	2.110,98
SP	353050	Mococa	5	253,50	4.816,50	13.101,44
SP	353060	Mogi das Cruzes	0	0,00	0,00	109.508,00
SP	353070	Mogi Guaçu	26	1.318,20	25.045,80	17.076,29
SP	353080	Moji Mirim	21	1.064,70	20.229,30	11.871,44
SP	353090	Mombuca	0	0,00	0,00	2.082,04
SP	353100	Monções	2	101,40	1.926,60	1.038,71
SP	353110	Mongaguá	4	202,80	3.853,20	9.600,58
SP	353120	Monte Alegre do Sul	0	0,00	0,00	2.106,34
SP	353130	Monte Alto	1	50,70	963,30	8.668,95
SP	353140	Monte Aprazível	0	0,00	0,00	4.617,55
SP	353150	Monte Azul Paulista	0	0,00	0,00	4.263,86
SP	353160	Monte Castelo	0	0,00	0,00	2.062,56
SP	353170	Monteiro Lobato	0	0,00	0,00	2.108,17
SP	353180	Monte Mor	7	354,90	6.743,10	6.872,40
SP	353190	Morro Agudo	1	50,70	963,30	5.168,24
SP	353200	Morungaba	0	0,00	0,00	3.194,75
SP	353205	Motuca	2	101,40	1.926,60	1.049,84
SP	353210	Murutinga do Sul	2	101,40	1.926,60	1.041,72
SP	353215	Nantes	2	101,40	1.926,60	1.060,92
SP	353220	Narandiba	2	101,40	1.926,60	1.054,91
SP	353230	Natividade da Serra	0	0,00	0,00	2.055,44
SP	353240	Nazaré Paulista	0	0,00	0,00	3.451,56
SP	353250	Neves Paulista	3	152,10	2.889,90	1.030,28
SP	353260	Nhandeara	0	0,00	0,00	2.215,21
SP	353270	Nipoã	0	0,00	0,00	2.147,27
SP	353280	Nova Aliança	0	0,00	0,00	2.132,32
SP	353282	Nova Campina	0	0,00	0,00	2.116,09
SP	353284	Nova Canaã Paulista	0	0,00	0,00	2.027,19
SP	353286	Nova Castilho	0	0,00	0,00	2.104,71
SP	353290	Nova Europa	0	0,00	0,00	2.140,60
SP	353300	Nova Granada	6	304,20	5.779,80	2.010,62
SP	353310	Nova Guataporanga	0	0,00	0,00	2.080,32
SP	353320	Nova Independência	2	101,40	1.926,60	1.089,13
SP	353325	Novais	0	0,00	0,00	2.167,95
SP	353330	Nova Luzitânia	0	0,00	0,00	2.135,92
SP	353340	Nova Odessa	0	0,00	0,00	14.002,00
SP	353350	Novo Horizonte	9	456,30	8.669,70	3.837,45
SP	353360	Nuporanga	0	0,00	0,00	2.091,67
SP	353370	Ocauçu	0	0,00	0,00	2.065,33
SP	353380	Oleo	2	101,40	1.926,60	1.019,43
SP	353390	Olímpia	15	760,50	14.449,50	6.042,34
SP	353400	Onda Verde	2	101,40	1.926,60	1.053,84
SP	353410	Oriente	0	0,00	0,00	2.082,39
SP	353420	Orindiúva	0	0,00	0,00	2.157,85
SP	353430	Orlândia	15	760,50	14.449,50	4.147,16
SP	353440	Osasco	0	0,00	0,00	180.828,18
SP	353450	Oscar Bressane	0	0,00	0,00	2.062,32
SP	353460	Osvaldo Cruz	0	0,00	0,00	8.438,74
SP	353470	Ourinhos	25	1.267,50	24.082,50	14.279,19
SP	353475	Ouroeste	3	152,10	2.889,90	1.076,45
SP	353480	Ouro Verde	3	152,10	2.889,90	1.047,47
SP	353490	Pacaembu	1	50,70	963,30	2.661,24
SP	353500	Palestina	3	152,10	2.889,90	1.181,85
SP	353510	Palmares Paulista	3	152,10	2.889,90	1.187,93
SP	353520	Palmeira d'Oeste	0	0,00	0,00	2.047,92
SP	353530	Palmital	9	456,30	8.669,70	2.158,18
SP	353540	Panorama	7	354,90	6.743,10	1.505,37
SP	353550	Paraguaçu Paulista	16	811,20	15.412,80	5.810,71
SP	353560	Paraibuna	0	0,00	0,00	4.520,75
SP	353570	Paraíso	0	0,00	0,00	2.093,81
SP	353580	Paranapanema	0	0,00	0,00	4.791,00
SP	353590	Paranapuã	1	50,70	963,30	1.118,92
SP	353600	Parapuã	0	0,00	0,00	2.377,89
SP	353610	Pardinho	0	0,00	0,00	2.119,06
SP	353620	Pariquera-Açu	0	0,00	0,00	3.782,71
SP	353625	Parisi	0	0,00	0,00	2.079,21
SP	353630	Patrocínio Paulista	4	202,80	3.853,20	1.366,82
SP	353640	Paulicéia	2	101,40	1.926,60	1.061,42
SP	353650	Paulínia	0	0,00	0,00	23.805,25
SP	353657	Paulistânia	0	0,00	0,00	2.065,20
SP	353660	Paulo de Faria	0	0,00	0,00	2.070,17
SP	353670	Pederneiras	5	253,50	4.816,50	4.357,10
SP	353680	Pedra Bela	0	0,00	0,00	2.076,12
SP	353690	Pedranópolis	2	101,40	1.926,60	1.024,88
SP	353700	Pedregulho	2	101,40	1.926,60	1.674,23
SP	353710	Pedreira	0	0,00	0,00	11.263,00
SP	353715	Pedrinhas Paulista	1	50,70	963,30	1.111,22
SP	353720	Pedro de Toledo	0	0,00	0,00	2.130,66
SP	353730	Penápolis	0	0,00	0,00	16.668,70
SP	353740	Pereira Barreto	12	608,40	11.559,60	3.219,38
SP	353750	Pereiras	0	0,00	0,00	2.123,29
SP	353760	Peruíbe	0	0,00	0,00	16.132,75
SP	353770	Piacatu	2	101,40	1.926,60	1.054,95
SP	353780	Piedade	4	202,80	3.853,20	6.824,22
SP	353790	Pilar do Sul	0	0,00	0,00	5.502,32
SP	353800	Pindamonhangaba	1	50,70	963,30	38.752,70
SP	353810	Pindorama	0	0,00	0,00	3.168,58
SP	353820	Pinhalzinho	0	0,00	0,00	2.790,03
SP	353830	Piquerobi	0	0,00	0,00	2.071,06
SP	353850	Piquete	0	0,00	0,00	3.569,50
SP	353860	Piracaia	2	101,40	1.926,60	3.269,25
SP	353870	Piracicaba	0	0,00	0,00	102.991,96
SP	353880	Piraju	0	0,00	0,00	7.399,75
SP	353890	Pirajuí	4	202,80	3.853,20	3.172,39
SP	353900	Pirangi	2	101,40	1.926,60	1.111,68
SP	353910	Pirapora do Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	2.604,59
SP	353920	Pirapozinho	10	507,00	9.633,00	2.582,45
SP	353930	Pirassununga	7	354,90	6.743,10	8.085,84
SP	353940	Piratininga	0	0,00	0,00	2.539,56
SP	353950	Pitangueiras	13	659,10	12.522,90	3.707,13
SP	353960	Planalto	2	101,40	1.926,60	1.063,93
SP	353970	Platina	0	0,00	0,00	2.101,17
SP	353980	Poá	0	0,00	0,00	29.452,51
SP	353990	Poloni	2	101,40	1.926,60	1.053,01
SP	354000	Pompéia	7	354,90	6.743,10	2.077,79
SP	354010	Pongaí	0	0,00	0,00	2.051,02
SP	354020	Pontal	9	456,30	8.669,70	4.417,90
SP	354025	Pontalinda	0	0,00	0,00	2.112,15
SP	354030	Pontes Gestal	0	0,00	0,00	2.062,02
SP	354040	Populina	2	101,40	1.926,60	1.026,26
SP	354050	Porangaba	2	101,40	1.926,60	1.067,96
SP	354060	Porto Feliz	0	0,00	0,00	10.110,48
SP	354070	Porto Ferreira	20	1.014,00	19.266,00	5.559,36
SP	354075	Potim	0	0,00	0,00	5.734,16
SP	354080	Potirendaba	6	304,20	5.779,80	1.633,62
SP	354085	Pracinha	0	0,00	0,00	2.233,57
SP	354090	Pradópolis	1	50,70	963,30	2.845,65
SP	354100	Praia Grande	52	2.636,40	50.091,60	81.118,74
SP	354105	Pratânia	0	0,00	0,00	2.114,96
SP	354110	Presidente Alves	0	0,00	0,00	2.054,22
SP	354120	Presidente Bernardes	2	101,40	1.926,60	1.789,84
SP	354130	Presidente Epitácio	9	456,30	8.669,70	5.418,50
SP	354140	Presidente Prudente	80	4.056,00	77.064,00	28.769,79
SP	354150	Presidente Venceslau	18	912,60	17.339,40	5.130,20
SP	354160	Promissão	15	760,50	14.449,50	4.372,81
SP	354165	Quadra	1	50,70	963,30	1.165,42
SP	354170	Quatá	4	202,80	3.853,20	1.331,96
SP	354180	Queiroz	1	50,70	963,30	1.180,58
SP	354190	Queluz	3	152,10	2.889,90	1.552,38
SP	354200	Quintana	0	0,00	0,00	2.098,53
SP	354210	Rafard	0	0,00	0,00	2.075,82
SP	354220	Rancharia	11	557,70	10.596,30	3.136,73
SP	354230	Redenção da Serra	0	0,00	0,00	2.054,58
SP	354240	Regente Feijó	7	354,90	6.743,10	1.919,36
SP	354250	Reginópolis	0	0,00	0,00	2.199,34
SP	354260	Registro	14	709,80	13.486,20	5.503,21
SP	354270	Restinga	2	101,40	1.926,60	1.059,36
SP	354280	Ribeira	0	0,00	0,00	2.054,55
SP	354290	Ribeirão Bonito	0	0,00	0,00	2.530,58
SP	354300	Ribeirão Branco	0	0,00	0,00	3.543,21
SP	354310	Ribeirão Corrente	0	0,00	0,00	2.097,85
SP	354320	Ribeirão do Sul	1	50,70	963,30	1.097,97
SP	354323	Ribeirão dos Índios	1	50,70	963,30	1.097,19
SP	354325	Ribeirão Grande	0	0,00	0,00	2.066,78
SP	354330	Ribeirão Pires	4	202,80	3.853,20	27.353,94
SP	354340	Ribeirão Preto	174	8.821,80	167.614,20	85.821,86
SP	354350	Riversul	0	0,00	0,00	2.029,29
SP	354360	Rifaina	0	0,00	0,00	2.077,03
SP	354370	Rincão	3	152,10	2.889,90	1.055,74
SP	354380	Rinópolis	3	152,10	2.889,90	1.028,62
SP	354390	Rio Claro	35	1.774,50	33.715,50	25.876,36
SP	354400	Rio das Pedras	0	0,00	0,00	6.362,42
SP	354410	Rio Grande da Serra	0	0,00	0,00	12.449,83
SP	354420	Riolândia	1	50,70	963,30	2.062,36
SP	354425	Rosana	7	354,90	6.743,10	1.875,69
SP	354430	Roseira	0	0,00	0,00	2.564,25
SP	354440	Rubiácea	1	50,70	963,30	1.152,15
SP	354450	Rubinéia	0	0,00	0,00	2.095,86
SP	354460	Sabino	2	101,40	1.926,60	1.041,65
SP	354470	Sagres	0	0,00	0,00	2.059,43
SP	354480	Sales	2	101,40	1.926,60	1.061,40
SP	354490	Sales Oliveira	0	0,00	0,00	2.219,37
SP	354500	Salesópolis	0	0,00	0,00	4.323,57
SP	354510	Salmourão	2	101,40	1.926,60	1.048,15
SP	354515	Saltinho	0	0,00	0,00	2.127,99
SP	354520	Salto	23	1.166,10	22.155,90	14.140,88
SP	354530	Salto de Pirapora	0	0,00	0,00	8.449,81
SP	354540	Salto Grande	3	152,10	2.889,90	1.039,71
SP	354550	Sandovalina	2	101,40	1.926,60	1.061,71
SP	354560	Santa Adélia	0	0,00	0,00	2.956,69
SP	354570	Santa Albertina	0	0,00	0,00	2.073,81
SP	354580	Santa Bárbara d'Oeste	0	0,00	0,00	52.228,12
SP	354600	Santa Branca	0	0,00	0,00	3.616,25
SP	354610	Santa Clara d'Oeste	0	0,00	0,00	2.059,64
SP	354620	Santa Cruz da Conceição	0	0,00	0,00	2.107,01
SP	354625	Santa Cruz da Esperança	0	0,00	0,00	2.094,08
SP	354630	Santa Cruz das Palmeiras	0	0,00	0,00	6.341,86
SP	354640	Santa Cruz do Rio Pardo	0	0,00	0,00	9.230,56
SP	354650	Santa Ernestina	0	0,00	0,00	2.057,38
SP	354660	Santa Fé do Sul	15	760,50	14.449,50	3.889,13
SP	354670	Santa Gertrudes	5	253,50	4.816,50	2.376,63
SP	354680	Santa Isabel	5	253,50	4.816,50	9.363,18
SP	354690	Santa Lúcia	2	101,40	1.926,60	1.041,29
SP	354700	Santa Maria da Serra	0	0,00	0,00	2.114,02
SP	354710	Santa Mercedes	2	101,40	1.926,60	1.034,20
SP	354720	Santana da Ponte Pensa	0	0,00	0,00	2.032,43
SP	354730	Santana de Parnaíba	0	0,00	0,00	32.297,68
SP	354740	Santa Rita d'Oeste	0	0,00	0,00	2.050,77

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	354750	Santa Rita do Passa Quatro	0	0,00	0,00	6.864,25
SP	354760	Santa Rosa de Viterbo	9	456,30	8.669,70	2.492,86
SP	354765	Santa Salete	1	50,70	963,30	1.117,63
SP	354770	Santo Anastácio	6	304,20	5.779,80	2.252,11
SP	354780	Santo André	0	0,00	0,00	184.569,05
SP	354790	Santo Antônio da Alegria	2	101,40	1.926,60	1.047,92
SP	354800	Santo Antônio de Posse	0	0,00	0,00	5.544,00
SP	354805	Santo Antônio do Aracanguá	0	0,00	0,00	2.097,51
SP	354810	Santo Antônio do Jardim	0	0,00	0,00	2.056,15
SP	354820	Santo Antônio do Pinhal	0	0,00	0,00	2.073,73
SP	354830	Santo Expedito	0	0,00	0,00	2.100,52
SP	354840	Santópolis do Aguapeí	2	101,40	1.926,60	1.051,76
SP	354850	Santos	0	0,00	0,00	182.586,89
SP	354860	São Bento do Sapucaí	0	0,00	0,00	2.712,00
SP	354870	São Bernardo do Campo	0	0,00	0,00	211.663,38
SP	354880	São Caetano do Sul	0	0,00	0,00	41.004,30
SP	354890	São Carlos	50	2.535,00	48.165,00	26.052,81
SP	354900	São Francisco	2	101,40	1.926,60	1.029,11
SP	354910	São João da Boa Vista	16	811,20	15.412,80	10.165,45
SP	354920	São João das Duas Pontes	0	0,00	0,00	2.056,42
SP	354925	São João de Iracema	0	0,00	0,00	2.086,81
SP	354930	São João do Pau d'Alho	0	0,00	0,00	2.055,44
SP	354940	São Joaquim da Barra	18	912,60	17.339,40	4.865,48
SP	354950	São José da Bela Vista	0	0,00	0,00	2.079,23
SP	354960	São José do Barreiro	0	0,00	0,00	2.059,98
SP	354970	São José do Rio Pardo	0	0,00	0,00	10.615,92
SP	354980	São José do Rio Preto	43	2.180,10	41.421,90	75.418,66
SP	354990	São José dos Campos	113	5.729,10	108.852,90	88.818,45
SP	354995	São Lourenço da Serra	0	0,00	0,00	3.919,80
SP	355000	São Luís do Paraitinga	0	0,00	0,00	2.681,50
SP	355010	São Manuel	8	405,60	7.706,40	3.936,25
SP	355020	São Miguel Arcanjo	0	0,00	0,00	6.402,96
SP	355030	São Paulo	196	9.937,20	188.806,80	2.914.038,62
SP	355040	São Pedro	0	0,00	0,00	8.491,50
SP	355050	São Pedro do Turvo	1	50,70	963,30	1.117,58
SP	355060	São Roque	11	557,70	10.596,30	10.779,20
SP	355070	São Sebastião	30	1.521,00	28.899,00	10.214,75
SP	355080	São Sebastião da Grama	0	0,00	0,00	2.427,15
SP	355090	São Simão	0	0,00	0,00	3.097,71
SP	355100	São Vicente	0	0,00	0,00	130.394,05
SP	355110	Sarapuí	0	0,00	0,00	2.113,33
SP	355120	Sarutaiá	0	0,00	0,00	2.056,58
SP	355130	Sebastianópolis do Sul	1	50,70	963,30	1.157,79
SP	355140	Serra Azul	0	0,00	0,00	3.366,83
SP	355150	Serrana	0	0,00	0,00	8.486,56
SP	355160	Serra Negra	1	50,70	963,30	6.062,45
SP	355170	Sertãozinho	1	50,70	963,30	25.461,96
SP	355180	Sete Barras	0	0,00	0,00	2.592,63
SP	355190	Severínia	3	152,10	2.889,90	1.701,09
SP	355200	Silveiras	0	0,00	0,00	2.090,86
SP	355210	Socorro	2	101,40	1.926,60	7.880,15
SP	355220	Sorocaba	0	0,00	0,00	166.199,60
SP	355230	Sud Mennucci	3	152,10	2.889,90	1.034,38
SP	355240	Sumaré	45	2.281,50	43.348,50	34.209,34
SP	355250	Suzano	0	0,00	0,00	73.670,02
SP	355255	Suzanápolis	2	101,40	1.926,60	1.063,35
SP	355260	Tabapuã	0	0,00	0,00	2.423,49
SP	355270	Tabatinga	2	101,40	1.926,60	1.573,53
SP	355280	Taboão da Serra	10	507,00	9.633,00	60.354,06
SP	355290	Taciba	2	101,40	1.926,60	1.048,02
SP	355300	Taguaí	0	0,00	0,00	2.411,49
SP	355310	Taiaçu	0	0,00	0,00	2.081,87
SP	355320	Taiúva	0	0,00	0,00	2.061,40
SP	355330	Tambaú	6	304,20	5.779,80	2.530,67
SP	355340	Tanabi	9	456,30	8.669,70	2.534,19
SP	355350	Tapiraí	0	0,00	0,00	2.049,69
SP	355360	Tapiratiba	0	0,00	0,00	2.563,65
SP	355365	Taquaral	2	101,40	1.926,60	1.033,00
SP	355370	Taquaritinga	0	0,00	0,00	11.608,59
SP	355380	Taquarituba	4	202,80	3.853,20	2.264,13
SP	355385	Taquarivaí	0	0,00	0,00	2.111,91
SP	355390	Tarabai	0	0,00	0,00	2.109,34
SP	355395	Tarumã	0	0,00	0,00	2.746,95
SP	355400	Tatuí	0	0,00	0,00	22.621,68
SP	355410	Taubaté	98	4.968,60	94.403,40	39.049,75
SP	355420	Tejupá	0	0,00	0,00	2.041,43
SP	355430	Teodoro Sampaio	7	354,90	6.743,10	2.218,04
SP	355440	Terra Roxa	3	152,10	2.889,90	1.048,38
SP	355450	Tietê	9	456,30	8.669,70	3.893,66
SP	355460	Timburi	0	0,00	0,00	2.056,94
SP	355465	Torre de Pedra	0	0,00	0,00	2.082,78
SP	355470	Torrinha	0	0,00	0,00	2.084,21
SP	355475	Trabiju	0	0,00	0,00	2.103,25
SP	355480	Tremembé	0	0,00	0,00	11.580,73
SP	355490	Três Fronteiras	0	0,00	0,00	2.082,66
SP	355495	Tuiuti	0	0,00	0,00	2.123,06
SP	355500	Tupã	30	1.521,00	28.899,00	8.199,50
SP	355510	Tupi Paulista	6	304,20	5.779,80	1.964,86
SP	355520	Turiúba	2	101,40	1.926,60	1.035,64
SP	355530	Turmalina	2	101,40	1.926,60	1.011,46
SP	355535	Ubarana	2	101,40	1.926,60	1.068,06
SP	355540	Ubatuba	4	202,80	3.853,20	17.496,55
SP	355550	Ubirajara	2	101,40	1.926,60	1.043,42
SP	355560	Uchoa	4	202,80	3.853,20	1.040,89
SP	355570	União Paulista	0	0,00	0,00	2.118,58
SP	355580	Urânia	4	202,80	3.853,20	1.032,81
SP	355590	Uru	0	0,00	0,00	2.039,08
SP	355600	Urupês	5	253,50	4.816,50	1.314,63
SP	355610	Valentim Gentil	1	50,70	963,30	1.429,19
SP	355620	Valinhos	0	0,00	0,00	29.578,00
SP	355630	Valparaíso	8	405,60	7.706,40	3.216,47
SP	355635	Vargem	0	0,00	0,00	2.138,15
SP	355640	Vargem Grande do Sul	6	304,20	5.779,80	4.068,14
SP	355645	Vargem Grande Paulista	0	0,00	0,00	12.488,43
SP	355650	Várzea Paulista	0	0,00	0,00	22.599,75
SP	355660	Vera Cruz	0	0,00	0,00	2.266,60
SP	355670	Vinhedo	0	0,00	0,00	17.804,25
SP	355680	Viradouro	2	101,40	1.926,60	1.914,64
SP	355690	Vista Alegre do Alto	0	0,00	0,00	2.172,58
SP	355695	Vitória Brasil	0	0,00	0,00	2.077,84
SP	355700	Votorantim	9	456,30	8.669,70	14.185,22
SP	355710	Votuporanga	43	2.180,10	41.421,90	10.143,04
SP	355715	Zacarias	2	101,40	1.926,60	1.061,82
SP	355720	Chavantes	0	0,00	0,00	2.444,39
SP	355730	Estiva Gerbi	2	101,40	1.926,60	1.054,76
Total			3.212	162.848,40	3.094.119,60	12.445.999,15

ANEXO XXVII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Incentivo Mensal (R$)	AFC Mensal (R$)	PFVS Mensal (R$)
TO	170000	SES/TO	0	0,00	0,00	302.784,42
TO	170025	Abreulândia	0	0,00	0,00	2.083,40
TO	170030	Aguiarnópolis	2	101,40	1.926,60	1.896,79
TO	170035	Aliança do Tocantins	0	0,00	0,00	3.613,24
TO	170040	Almas	0	0,00	0,00	4.769,10
TO	170070	Alvorada	0	0,00	0,00	5.333,01
TO	170100	Ananás	0	0,00	0,00	6.323,24
TO	170105	Angico	2	101,40	1.926,60	1.121,85
TO	170110	Aparecida do Rio Negro	0	0,00	0,00	2.950,99
TO	170130	Aragominas	2	101,40	1.926,60	2.638,53
TO	170190	Araguacema	0	0,00	0,00	4.303,69
TO	170200	Araguaçu	0	0,00	0,00	5.563,64
TO	170210	Araguaína	64	3.244,80	61.651,20	55.619,45
TO	170215	Araguanã	0	0,00	0,00	3.477,32
TO	170220	Araguatins	9	456,30	8.669,70	12.331,11
TO	170230	Arapoema	0	0,00	0,00	4.324,31
TO	170240	Arraias	0	0,00	0,00	6.983,91
TO	170255	Augustinópolis	6	304,20	5.779,80	5.446,35
TO	170270	Aurora do Tocantins	0	0,00	0,00	2.418,68
TO	170290	Axixá do Tocantins	3	152,10	2.889,90	3.267,79
TO	170300	Babaçulândia	0	0,00	0,00	6.780,40
TO	170305	Bandeirantes do Tocantins	0	0,00	0,00	2.261,46
TO	170307	Barra do Ouro	0	0,00	0,00	2.864,72
TO	170310	Barrolândia	0	0,00	0,00	3.547,68
TO	170320	Bernardo Sayão	0	0,00	0,00	2.933,91
TO	170330	Bom Jesus do Tocantins	0	0,00	0,00	2.844,71
TO	170360	Brasilândia do Tocantins	0	0,00	0,00	2.076,70
TO	170370	Brejinho de Nazaré	0	0,00	0,00	3.459,00
TO	170380	Buriti do Tocantins	0	0,00	0,00	6.681,86
TO	170382	Cachoeirinha	0	0,00	0,00	2.072,91
TO	170384	Campos Lindos	0	0,00	0,00	5.812,16
TO	170386	Cariri do Tocantins	0	0,00	0,00	2.693,32
TO	170388	Carmolândia	2	101,40	1.926,60	1.050,36
TO	170389	Carrasco Bonito	2	101,40	1.926,60	1.294,93
TO	170390	Caseara	0	0,00	0,00	3.234,08
TO	170410	Centenário	0	0,00	0,00	2.109,63
TO	170460	Chapada de Areia	0	0,00	0,00	2.068,40
TO	170510	Chapada da Natividade	0	0,00	0,00	2.231,05
TO	170550	Colinas do Tocantins	14	709,80	13.486,20	10.398,63
TO	170555	Combinado	2	101,40	1.926,60	1.553,21
TO	170560	Conceição do Tocantins	0	0,00	0,00	2.754,09
TO	170600	Couto de Magalhães	0	0,00	0,00	3.421,43
TO	170610	Cristalândia	3	152,10	2.889,90	2.345,87
TO	170625	Crixás do Tocantins	0	0,00	0,00	2.092,96
TO	170650	Darcinópolis	0	0,00	0,00	3.700,56
TO	170700	Dianópolis	7	354,90	6.743,10	6.529,19
TO	170710	Divinópolis do Tocantins	0	0,00	0,00	4.246,82
TO	170720	Dois Irmãos do Tocantins	0	0,00	0,00	4.610,86
TO	170730	Dueré	2	101,40	1.926,60	1.522,12
TO	170740	Esperantina	0	0,00	0,00	6.615,97
TO	170755	Fátima	0	0,00	0,00	2.552,06
TO	170765	Figueirópolis	0	0,00	0,00	3.460,18
TO	170770	Filadélfia	0	0,00	0,00	5.517,19
TO	170820	Formoso do Araguaia	6	304,20	5.779,80	5.956,96
TO	170825	Fortaleza do Tabocão	0	0,00	0,00	2.078,49
TO	170830	Goianorte	0	0,00	0,00	3.290,10
TO	170900	Goiatins	0	0,00	0,00	8.120,32
TO	170930	Guaraí	10	507,00	9.633,00	7.698,14
TO	170950	Gurupi	0	0,00	0,00	51.132,30
TO	170980	Ipueiras	0	0,00	0,00	2.154,29
TO	171050	Itacajá	0	0,00	0,00	4.783,38
TO	171070	Itaguatins	0	0,00	0,00	3.859,48
TO	171090	Itapiratins	1	50,70	963,30	1.487,23
TO	171110	Itaporã do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.022,19
TO	171150	Jaú do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.231,74
TO	171180	Juarina	0	0,00	0,00	2.041,51
TO	171190	Lagoa da Confusão	0	0,00	0,00	8.432,54
TO	171195	Lagoa do Tocantins	0	0,00	0,00	2.590,81
TO	171200	Lajeado	2	101,40	1.926,60	1.206,40
TO	171215	Lavandeira	0	0,00	0,00	2.140,54
TO	171240	Lizarda	0	0,00	0,00	2.501,82
TO	171245	Luzinópolis	0	0,00	0,00	2.134,90
TO	171250	Marianópolis do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.550,95
TO	171270	Mateiros	0	0,00	0,00	2.790,96
TO	171280	Maurilândia do Tocantins	0	0,00	0,00	2.251,41
TO	171320	Miracema do Tocantins	0	0,00	0,00	18.045,93
TO	171330	Miranorte	4	202,80	3.853,20	4.436,39
TO	171360	Monte do Carmo	0	0,00	0,00	4.652,68
TO	171370	Monte Santo do Tocantins	0	0,00	0,00	2.089,70
TO	171380	Palmeiras do Tocantins	2	101,40	1.926,60	2.032,80
TO	171395	Muricilândia	0	0,00	0,00	2.270,00
TO	171420	Natividade	0	0,00	0,00	5.867,04
TO	171430	Nazaré	0	0,00	0,00	2.794,24
TO	171488	Nova Olinda	0	0,00	0,00	7.204,99
TO	171500	Nova Rosalândia	0	0,00	0,00	2.661,65
TO	171510	Novo Acordo	0	0,00	0,00	2.683,74
TO	171515	Novo Alegre	0	0,00	0,00	2.054,19
TO	171525	Novo Jardim	2	101,40	1.926,60	1.048,32
TO	171550	Oliveira de Fátima	0	0,00	0,00	2.080,07
TO	171570	Palmeirante	2	101,40	1.926,60	1.768,98
TO	171575	Palmeirópolis	2	101,40	1.926,60	2.847,24
TO	171610	Paraíso do Tocantins	0	0,00	0,00	29.872,74
TO	171620	Paranã	0	0,00	0,00	6.781,03
TO	171630	Pau D'Arco	0	0,00	0,00	3.080,78

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TO	171650	Pedro Afonso	1	50,70	963,30	6.976,54
TO	171660	Peixe	0	0,00	0,00	6.977,98
TO	171665	Pequizeiro	2	101,40	1.926,60	1.706,42
TO	171670	Colméia	0	0,00	0,00	5.430,90
TO	171700	Pindorama do Tocantins	0	0,00	0,00	2.950,28
TO	171720	Piraquê	1	50,70	963,30	1.098,75
TO	171750	Pium	0	0,00	0,00	4.607,45
TO	171780	Ponte Alta do Bom Jesus	0	0,00	0,00	3.005,28
TO	171790	Ponte Alta do Tocantins	0	0,00	0,00	4.840,46
TO	171800	Porto Alegre do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.052,50
TO	171820	Porto Nacional	0	0,00	0,00	32.239,95
TO	171830	Praia Norte	0	0,00	0,00	5.168,89
TO	171840	Presidente Kennedy	0	0,00	0,00	2.472,44
TO	171845	Pugmil	0	0,00	0,00	2.110,42
TO	171850	Recursolândia	0	0,00	0,00	2.671,02
TO	171855	Riachinho	0	0,00	0,00	2.900,56
TO	171865	Rio da Conceição	0	0,00	0,00	2.160,53
TO	171870	Rio dos Bois	0	0,00	0,00	2.094,80
TO	171875	Rio Sono	0	0,00	0,00	4.136,73
TO	171880	Sampaio	0	0,00	0,00	2.821,01
TO	171884	Sandolândia	0	0,00	0,00	2.271,77
TO	171886	Santa Fé do Araguaia	0	0,00	0,00	4.510,59
TO	171888	Santa Maria do Tocantins	0	0,00	0,00	2.159,13
TO	171889	Santa Rita do Tocantins	0	0,00	0,00	2.099,53
TO	171890	Santa Rosa do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.538,90
TO	171900	Santa Tereza do Tocantins	0	0,00	0,00	2.111,41
TO	172000	Santa Terezinha do Tocantins	0	0,00	0,00	2.054,90
TO	172010	São Bento do Tocantins	0	0,00	0,00	3.223,42
TO	172015	São Félix do Tocantins	0	0,00	0,00	2.094,32
TO	172020	São Miguel do Tocantins	2	101,40	1.926,60	5.195,13
TO	172025	São Salvador do Tocantins	0	0,00	0,00	2.073,56
TO	172030	São Sebastião do Tocantins	1	50,70	963,30	2.011,69
TO	172049	São Valério da Natividade	0	0,00	0,00	2.807,14
TO	172065	Silvanópolis	0	0,00	0,00	3.422,42
TO	172080	Sítio Novo do Tocantins	2	101,40	1.926,60	3.948,02
TO	172085	Sucupira	0	0,00	0,00	2.106,56
TO	172090	Taguatinga	5	253,50	4.816,50	5.205,08
TO	172093	Taipas do Tocantins	0	0,00	0,00	2.094,90
TO	172097	Talismã	2	101,40	1.926,60	1.084,81
TO	172100	Palmas	107	5.424,90	103.073,10	96.809,89
TO	172110	Tocantínia	0	0,00	0,00	4.834,51
TO	172120	Tocantinópolis	4	202,80	3.853,20	10.727,61
TO	172125	Tupirama	0	0,00	0,00	2.143,20
TO	172130	Tupiratins	0	0,00	0,00	2.175,72
TO	172208	Wanderlândia	0	0,00	0,00	7.146,06
TO	172210	Xambioá	5	253,50	4.816,50	3.721,74
Total			293	14.855,10	282.246,90	1.056.313,06

PORTARIA Nº 2.078, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Habilita propostas de Municípios e Estados a receberem recursos referentes à Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para estabelecimentos de saúde no âmbito da Atenção Básica.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 56 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor que os recursos do Fundo Nacional de Saúde destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, de custeio e capital a serem executados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios serão transferidos diretamente aos respectivos fundos de saúde de forma regular e automática, dispensada a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos; e

Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Habilitar as propostas descritas no anexo a receberem recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde no âmbito da Atenção Básica.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência do recurso financeiro para os Fundos Estaduais/Municipais de Saúde ou Fundo de Saúde do Distrito Federal conforme estabelecido no art. 13 da Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma do anexo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CASTRO

ANEXO

PROPOSTAS HABILITADAS A RECEBER RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR USADO POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	JEQUIA DA PRAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JEQUIA DA PRAIA	11926143000115003	25790003	150.000,00	274.241,00	10301201585810027
				22890002	124.241,00		
AM	TEFE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE // TEFE-AM	07807682000115012	29100002	210.600,00	210.600,00	10301201585810013
AP	ITAUBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAUBAL	13750982000115007	11350013	144.765,00	144.765,00	10301201585810400
BA	ARACAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACAS	11533245000115001	27410011	91.990,00	91.990,00	10301201585810029
BA	BOM JESUS DA LAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DA LAPA	11096167000115004	27410011	80.000,00	80.000,00	10301201585810029
BA	ITAPICURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPICURU	13797498000115002	27410011	92.000,00	392.000,00	10301201585810029
				27420005	300.000,00		
CE	ARACATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ARACATI	09650719000115003	24410008	92.000,00	92.000,00	10301201585810023
CE	BARREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARREIRA	11285561000115003	90100014	760.000,00	760.000,00	10301201585811013
CE	BEBERIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BEBERIBE	10366729000115002	24410008	290.000,00	290.000,00	10301201585810023
CE	ICAPUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ICAPUI	11418377000115001	24410008	500.000,00	600.000,00	10301201585810023
				20830008	100.000,00		
CE	PENTECOSTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PENTECOSTE	11835948000115002	24410008	292.000,00	292.000,00	10301201585810023
CE	PINDORETAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11419498000115003	24410008	444.980,43	444.980,43	10301201585810023
CE	QUIXELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUIXELO	11406224000115003	24410008	92.000,00	92.000,00	10301201585810023
MA	BACURITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BACURITUBA	14115387000115002	25980015	394.536,41	394.536,41	10301201585810571
MA	CODO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11781256000115001	35100017	750.000,00	750.000,00	10301201585810607
MG	CABECEIRA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABECEIRA GRANDE-MG	11969673000115008	24870002	300.000,00	300.000,00	10301201585810031
MG	TURMALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11288532000115004	27630011	189.000,00	189.000,00	10301201585810031
MT	COTRIGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COTRIGUACU	13964502000115001	28250006	142.800,00	142.800,00	10301201585810051
PE	BUIQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11421766000115008	10740001	399.990,00	399.990,00	10301201585810026
PE	OROBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OROBO	11098717000115002	10740001	332.974,35	332.974,35	10301201585810026
PE	TACAIMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACAIMBO	11844178000115001	10740001	299.934,24	299.934,24	10301201585810026
PI	ALTO LONGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13889895000115003	12460004	66.360,00	66.360,00	10301201585810022
PI	BRASILEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11793069000115001	12460004	259.921,69	259.921,69	10301201585810022
PI	BURITI DOS MONTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11490237000115001	12460004	379.313,67	379.313,67	10301201585810022
PI	FRANCISCO AYRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12024740000115001	12460004	299.950,00	299.950,00	10301201585810022
PI	ISAIAS COELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ISAIAS COELHO	12802079000115001	12460004	300.000,00	300.000,00	10301201585810022
PI	NOSSA SENHORA DE NAZARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARE	12143437000115001	23600002	150.000,00	150.000,00	10301201585810903
PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DA FRONTEIRA-FMS	13856359000115002	12460004	86.375,00	86.375,00	10301201585810022
PI	SAO MIGUEL DO FIDALGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11855813000115001	12460004	260.000,00	260.000,00	10301201585810022
PI	VERA MENDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11795999000115001	12460004	277.080,00	277.080,00	10301201585810022
RJ	BELFORD ROXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11868019000115006	13080005	289.050,00	289.050,00	10301201585813282
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	11128809000115018	27780005	181.000,00	181.000,00	10301201585813298
RJ	JAPERI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAPERI	11294684000115004	13080009	42.000,00	42.000,00	10301201585813308
RJ	MARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARICA	04311955000115003	15040013	85.325,00	131.397,80	10301201585813314
				27880002	46.072,80		10301201585810033
RJ	MARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARICA	04311955000115004	27880002	45.267,80	45.267,80	10301201585810033
RJ	MARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARICA	04311955000115007	27880002	45.427,80	45.427,80	10301201585810033
RJ	MARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARICA	04311955000115008	27880002	45.347,80	45.347,80	10301201585810033

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RJ	MARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARICA	04311955000115009	27880002	16.633,80	45.107,80	10301201585810033
				15040013	28.474,00		10301201585813314
RJ	MESQUITA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MESQUITA	06083453000115005	13080012	252.760,00	252.760,00	10301201585817030
RJ	RIO DAS OSTRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02341441000115002	27880002	59.965,00	59.965,00	10301201585810033
RJ	RIO DAS OSTRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02341441000115003	27880002	120.155,00	120.155,00	10301201585810033
RJ	RIO DAS OSTRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02341441000115004	27880002	32.075,00	32.075,00	10301201585810033
RJ	RIO DAS OSTRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02341441000115005	27880002	56.930,00	56.930,00	10301201585810033
RJ	RIO DAS OSTRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02341441000115006	27880002	30.800,00	30.800,00	10301201585810033
RJ	SAO PEDRO DA ALDEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04182700000115002	27880002	165.113,55	165.113,55	10301201585810033
RJ	SAO PEDRO DA ALDEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04182700000115003	13080021	158.902,48	158.902,48	10301201585813351
RJ	SAO PEDRO DA ALDEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04182700000115004	13080021	177.946,35	177.946,35	10301201585813351
RJ	SAO PEDRO DA ALDEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04182700000115005	27880002	101.236,45	154.147,20	10301201585810033
				13080021	52.910,75		10301201585813351
RJ	SAO PEDRO DA ALDEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04182700000115006	13080021	47.898,20	47.898,20	10301201585813351
RN	BARCELONA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12290707000115001	31460005	99.815,00	99.815,00	10301201585810024
RN	EQUADOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - EQUADOR RN	13937170000115001	12550012	129.700,00	129.700,00	10301201585810024
RN	ITAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	70031612000115001	31460005	216.740,00	216.740,00	10301201585810024
RS	ESTANCIA VELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ESTANCIA VELHA	11287173000115001	20770003	99.923,00	199.923,00	10301201585810043
				28680006	100.000,00		
RS	INDEPENDENCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11975898000115001	28680006	100.000,00	285.507,80	10301201585810043
				90480004	185.507,80		
RS	MINAS DO LEAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12069823000115001	20980002	139.935,75	239.935,75	10301201585810043
				28680006	100.000,00		
SP	AMERICO DE CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11892977000115002	28080010	149.990,00	149.990,00	10301201585810035
SP	ANGATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12329120000115002	25180009	249.980,00	249.980,00	10301201585813390
SP	PARISI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARISI	13842974000115001	28080010	250.000,00	250.000,00	10301201585810035
TOTAL			58 PROPOSTAS			12.555.695,12	

PORTARIA Nº 2.079, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 101, de 4 de março de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional da Atenção Básica e dispõe como responsabilidade do Ministério da Saúde a garantia de recursos financeiros para compor o financiamento da atenção básica;

Considerando o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando o Decreto nº 7.507 de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

Considerando a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências;

Considerando a Portaria Interministerial nº 221 de 18 de junho de 2015, que dispõe sobre procedimentos e cronograma para operacionalização das emendas individuais ao orçamento no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, com vista ao atendimento do prazo previsto no inciso I do art. 59 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015;

Considerando a Portaria nº 600/GM/MS, de 10 de junho de 2015, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos à Rede SUS no exercício de 2015 para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 36, § 6º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios descritos no Anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos de que tratam esta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica, observando o valor máximo, por Município, em até 100% (cem por cento) do valor total do somatório dos Pisos de Atenção Básica Fixo e Variável do Município no ano exercício de 2014, conforme o disposto no artigo 4º da Portaria nº 600/GM/MS, de 10 de junho de 2015.

Art. 3º Os recursos deverão ser aplicados para manutenção de ações da Atenção Básica conforme o escopo da Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011.

Art. 4º Os recursos orçamentários para a execução do disposto nesta Portaria são oriundos de emendas parlamentares e estão descritos nos termos do anexo.

Art. 5º Fica estabelecido que os recursos de que trata esta Portaria não terão natureza plurianual e não poderão ser incorporados aos limites dos respectivos entes beneficiados de forma que os efeitos orçamentários desta Portaria se limitam a este exercício.

Art. 6º O pagamento desta Portaria será executado em 6 (seis) parcelas conforme regulado pela Portaria nº 600/GM/MS, de 10 de junho de 2015, em periodicidade de transferência mensal.

Art. 7º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica.

Art. 8º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para transferência dos recursos financeiros consignados nos termos desta Portaria e demais regras previstas neste dispositivo.

Art. 9º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, na forma do Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de1994, que trata das transferências, fundo a fundo, deve ser apresentada ao Ministério da Saúde e ao Estado, por meio de relatório de gestão, aprovado pelo respectivo Conselho de Saúde.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CASTRO

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	Município	Entidade	CNPJ	Cód. da Emenda	Número da Proposta	Valor Usado por Parlamentar (R$)	Valor total a ser transferido em 6 (seis) parcelas mensais	Valor da Parcela	Funcional Programática
AC	BUJARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	19916625000126	29130022	36000853230201500	68.243,00	268.243,00	44.707,17	10122201545250012
				26870018		200.000,00			
MA	SAMBAIBA	MUNICIPIO DE SAMBAIBA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11866700000180	24340020	36000768630201500	250.000,00	250.000,00	41.666,67	10122201545250708
MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS DO AZEITAO - FUNDO MUNICIPAL	13951441000110	26140011	36000782550201500	674.600,00	674.600,00	112.433,33	10122201545250722
MG	BUGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11309666000142	34080008	36000772250201500	189.388,00	189.388,00	31.564,67	10122201545250031
MG	NACIP RAYDAN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NACIP RAYDAN	14093387000182	34080008	36000767240201500	150.000,00	150.000,00	25.000,00	10122201545250031
SP	MIRA ESTRELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRA ESTRELA	12067832000104	28110001	36000766670201500	130.000,00	130.000,00	21.666,67	10122201545253703
SP	SETE BARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12084397000126	17990004	36000828280201500	200.000,00	200.000,00	33.333,33	10122201545250035
TO	CARRASCO BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARRASCO BONITO - FMSCB	11740122000130	16400004	36000761700201500	300.000,00	300.000,00	50.000,00	10122201545250442
TOTAL	8 MUNICÍPIOS				8 PROPOSTAS		2.162.231,00		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.080, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Habilita propostas a receberem recursos referentes ao Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) componentes Construção, Ampliação e Reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e

Considerando o art. 56 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor que os recursos do Fundo Nacional de Saúde destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, de custeio e capital a serem executados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios serão transferidos diretamente aos respectivos fundos de saúde de forma regular e automática, dispensada a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos;

Considerando a Portaria nº 339/GM/MS, de 4 de março de 2013, que redefine o Componente Ampliação do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS);

Considerando a Portaria nº 340/GM/MS, de 4 de março de 2013, que redefine o Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS); e

Considerando a Portaria nº 341/GM/MS, de 4 de março de 2013, que redefine o Componente Reforma do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), resolve:

Art. 1º Habilitar as propostas descritas no Anexo I a receberem recursos referentes ao Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Art. 2º Habilitar as propostas descritas no Anexo II a receberem recursos referentes ao Componente Ampliação do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Art. 3º Habilitar as propostas descritas no Anexo III a receberem recursos referentes ao Componente Reforma do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Art. 4º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência do recurso financeiro para os Fundos Estaduais/Municipais de Saúde ou Fundo de Saúde do Distrito Federal, conforme estabelecido:

I - no art. 10 da Portaria nº 339/GM/MS, de 4 de março de 2013;

II - no art. 9º da Portaria nº 340/GM/MS, de 4 de março de 2013; e

III - no art. 10 da Portaria nº 341/GM/MS, de 4 de março de 2013.

Art. 5º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde e do Bloco de Atenção Básica, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma dos anexos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CASTRO

ANEXO I

PROPOSTAS HABILITADAS PARA RECEBIMENTO DO RECURSO PARA O COMPONENTE CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS);

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR USADO POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	ITACOATIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITACOATIARA	13639469000115003	26370003	408.000,00	408.000,00	10301201585810202
CE	ARACATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ARACATI	09650719000115002	24410008	408.000,00	408.000,00	10301201585810023
CE	QUIXELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUIXELO	11406224000115004	24410008	408.000,00	408.000,00	10301201585810023
PB	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12868705000115001	28960013	408.000,00	408.000,00	10301201585810025
PB	ITABAIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07615929000115003	27130013	408.000,00	408.000,00	10301201585810025
PI	INHUMA	INHUMA PREFEITURA	06553739000315001	23600004	408.000,00	408.000,00	10301201585810860
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	11128809000115010	27940001	408.000,00	408.000,00	10301201585810033
RS	ALEGRETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ALEGRETE	11431321000115002	20230004	250.000,00	408.000,00	10301201585810043
				28680006	158.000,00		
TOTAL			8 PROPOSTAS			3.264.000,00	

ANEXO II

PROPOSTAS HABILITADAS PARA RECEBIMENTO DO RECURSO PARA O COMPONENTE AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS);

UF	MUNICÍPIO	Nº DA PROPOSTA	CNES	NOME DO ESTABELECIMENTO	CÓD. EMENDA	VALOR USADO POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PI	LAGOA DE SAO FRANCISCO	13832071000115001	2778211	PSF CIPO	12460004	122.550,00	122.550,00	10301201585810022
PI	LAGOA DE SAO FRANCISCO	13832071000115002	2369745	PSF NAZARE	12460004	177.000,00	177.000,00	10301201585810022
PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	13856359000115001	7350384	PSF SANTA ROSA	12460004	173.625,00	173.625,00	10301201585810022
RS	UNISTALDA	12093632000115005	2241811	UNIDADE SANITARIA DE UNISTALDA ESF	28580006	94.770,00	94.770,00	10301201585810043
TOTAL		4 PROPOSTAS					567.945,00	

ANEXO III

PROPOSTA HABILITADAS PARA RECEBIMENTO DO RECURSO PARA O COMPONENTE REFORMA DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS);

UF	MUNICIPIO	Nº DA PROPOSTA	CNES	NOME DO ESTABELECIMENTO	CÓD. EMENDA	VALOR USADO POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	PARACATU	20583431000115006	2100819	PSF PARACATUZINHO	24770004	130.536,48	130.536,48	10301201585810031
MG	RIO PARANAIBA	11482116000115002	2101165	UNIDADE BASICA DE SAUDE SAO FRANCISCO	24770004	134.602,27	134.602,27	10301201585810031
TOTAL		2 PROPOSTAS					265.138,75	

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.037, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Defere projetos apresentados no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere os projetos abaixo relacionados, apresentados no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):

I - Associação Escola Louis Braille

CNPJ: 92.236.249/0001-19

Nome do Projeto: Ações Integradas em Deficiência Visual: Família, Saúde e Escola - Ampliar o acesso, diagnósticas precocemente e qualificar o cuidado.

SIPAR: 25000.054002/2015-34

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: R$ 1.087.147,14 (um milhão oitenta e sete mil cento e quarenta e sete reais e catorze centavos)

Resumo do projeto: Aquisição dos equipamentos clínicos modernizados e equipamentos de informática, com intuito de realizar o diagnóstico diferencial para avaliar, identificar e realizar a estimulação visual precoce, fisioterapia diferencial e auxílios para a vida diária e via prática com recursos de acessibilidade ao computador para alunos com deficiência visual associada ou não a outras deficiências.

II - Instituto Olga Kos

CNPJ: 08.745.680/0001-84

Nome do Projeto: Karatê Sem Barreiras.

SIPAR: 25000.051431/2015-50

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: R$ 4.059.121,79 (quatro milhões cinquenta e nove mil cento e vinte e um reais e setenta e nove centavos)

Resumo do projeto: Ampliar a inclusão da pessoa com deficiência intelectual, particularmente Síndrome de Down, à sociedade, por meio da prática das artes marciais, com benefícios que culminarão na manutenção e/ou ampliação das capacidades funcionais dos participantes, em maior autonomia, autovalorização e consequente promoção da saúde.

III - Instituto Olga Kos

CNPJ: 08.745.680/0001-84

Nome do Projeto: Taekwondo Sem Barreiras.

SIPAR: 25000.051437/2015-27

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: R$ 4.062.709,73 (quatro milhões sessenta e dois mil setecentos e nove reais e setenta e três centavos)

Resumo do projeto: Ampliar a inclusão da pessoa com deficiência intelectual, particularmente Síndrome de Down, à sociedade, por meio da prática das artes marciais (Taekwondo), com benefícios que culminarão na manutenção e/ou ampliação das capacidades funcionais dos participantes, em maior autonomia, autovalorização e consequente promoção da saúde.

IV - Instituto Olga Kos

CNPJ: 08.745.680/0001-84

Nome do Projeto: Artes Sem Limites.

SIPAR: 25000.051421/2015-14

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: R$ 3.049.325,95 (três milhões quarenta e nove mil trezentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Resumo do projeto: Utilizar a Arte e a Dança como estímulo à ampliação e/ou manutenção das capacidades funcionais das pessoas com deficiência intelectual, particularmente Síndrome de Down, incluir socialmente e integrar pessoas com e sem deficiência, promovendo saúde.

V - Irmandade de Nossa Senhora da Saúde

CNPJ: 20.081.238/0001-04

Nome do Projeto: Ampliação e Qualificação da Assistência no Centro Especializado em Reabilitação de Diamantina.

SIPAR: 25000.070472/2015-45

Prazo de execução: 12 meses

Valor aprovado: R$ 582.985,50 (quinhentos e oitenta e dois mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Resumo do projeto: Ampliar a oferta de procedimentos e técnicas de maior complexidade em todas as áreas de reabilitação.

VI - Irmandade de Nossa Senhora da Saúde

CNPJ: 20.081.238/0001-04

Nome do Projeto: Capacitação e Qualificação do Centro Especializado em Reabilitação de Diamantina.

SIPAR: 25000.069243/2015-88

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: R$ 412.037,61 (quatrocentos e doze mil trinta e sete reais e sessenta e um centavos)

Resumo do projeto: Aprimorar os serviços prestados pelo Centro Especializado em Reabilitação de Diamantina, buscando a qualificação dos profissionais e a inserção de novos métodos terapêuticos, aumentando sua capacidade em dar respostas efetivas às necessidades de saúde das pessoas com deficiência.

VII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Lourenço do Sul

CNPJ: 90.938.606/0001-65

Nome do Projeto: Projeto Inclusão Saudável

SIPAR: 25000.049307/2015-24

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: R$ 354.475,10 (trezentos e cinquenta e quatro mil reais e quatrocentos e setenta e cinco reais e dez centavos)

Resumo do projeto: Realizar exercícios físicos com equipamentos adaptados com as pessoas com deficiência.

VIII - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Pontas

CNPJ: 17.961.194/0001-94

Nome do Projeto: Olhar para o Futuro - Planejamento de Migração para CER Tipo III

SIPAR: 25000.057438/2015-85

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: R$ 773.111,66 (setecentos e setenta e três mil e cento e onze reais e sessenta e seis centavos)

Resumo do projeto: Modernizar a APAE Três Pontas através de acessibilidade e alguns espaços de atividade interna e aumentar a eficiência e eficácia do atendimento à pessoa com deficiência pela integração do sistema de informação e aquisição de materiais e equipamentos que ampliem o repertório de técnicas e procedimentos ofertados.

IX - Associação de Assistência à Criança Deficiente de Poços de Caldas

CNPJ: 60.979.457/0015-17

Nome do Projeto: Ampliação dos Atendimentos de Reabilitação Física na AACD Poços de Caldas

SIPAR: 25000.058068/2015-01

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: R$ 1.449.754,81 (um milhão e quatrocentos e quarenta e nove mil setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos)

Resumo do projeto: Ampliar o acesso de pessoas com deficiência a procedimentos médico assistenciais atualmente não ofertados via SUS, aumentando o alcance de serviços oferecidos pela instituição para a reabilitação de pessoas com deficiência atendidas pela rede pública de saúde.

X - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caxias do Sul

CNPJ: 88.659.388/0001-88

Nome do Projeto: Benfeitorias em Prol das Necessidades Especiais

SIPAR: 25000.073672/2015-50

Prazo de execução: 3 meses

Valor aprovado: R$ 323.222,85 (trezentos e vinte e três mil e duzentos e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos)

Resumo do projeto: Garantir atendimentos de fisioterapia e fototerapia em um ambiente seguro e climatizado aos portadores de Deficiência intelectual e múltipla de forma a qualificar e ampliar os serviços médicos assistências necessários à reabilitação/habilitação dos beneficiários, preservando a saúde e bem estar dos mesmos de forma humanizada e acolhedora.

XI - Fundação Dorina Nowil para Cegos

CNPJ: 60.507.100/0001-30

Nome do Projeto: Reforma e acessibilidade do atendimento para Pessoas com Deficiência

SIPAR: 25000.077090/2015-42

Prazo de execução: 12 meses

Valor aprovado: R$ 249.064,23 (duzentos e quarenta e nove mil e sessenta e quatro reais e vinte e três centavos)

Resumo do projeto: O foco do projeto é atender pessoas com deficiência visual de todas as faixas etárias de maneira sistêmicas, promovendo sua autonomia e dependência, com a participação efetiva dos clientes na construção de seus projetos de vida pessoais e sociais, fazendo uso de todos os recursos intelectuais, físicos e materiais.

XII - Fundação Dom Bosco

CNPJ: 17.278.904/0001-86

Nome do Projeto: Ampliação do Atendimento e Readequação do Espaço da Unidade Floresta da Fundação Dom Bosco

SIPAR: 25000.079146/2015-01

Prazo de execução: 12 meses

Valor aprovado: R$ 490.561,07 (quatrocentos e noventa mil e quinhentos e sessenta e um reais e sete centavos)

Resumo do projeto: Ampliar e qualificar os atendimentos ambulatoriais realizado na Fundação Dom Bosco.

XIII - Fundação São Francisco Xavier

CNPJ: 19.878.404.0001-00

Nome do Projeto: Ampliação do serviço de Reabilitação do Hospital Márcio Cunha da Fundação São Francisco Xavier/MG

SIPAR: 25000.077412/2015-53

Prazo de execução: 24 meses

Valor aprovado: R$ 2.074.089,66 (dois milhões setenta e quatro mil e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos)

Resumo do projeto: Ampliar e qualificar o serviço de saúde já prestado em âmbito hospitalar, por meio da adequação e ambiência de um espaço exclusivo ao tratamento da pessoa com deficiência física.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA
SECRETARIA-GERAL
NÚCLEO NO RIO GRANDE DO SUL

DECISÕES DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

A Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 139, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos..

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro na ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.017436/2014-92	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	79200 (SETENTA E NOVE MIL, DUZENTOS REAIS)
25785.015521/2013-35	UNIMED FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS DO CENTRO-OESTE E TOCANTINS	347361.	01.409.581/0001-82	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656)	35200 (TRINTA E CINCO MIL, DUZENTOS REAIS)
25785.004126/2014-16	UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA.	352501.	87.096.616/0001-96	Impedir o exercício da portabilidade especial de carências por parte da consumidora (art. 14, da Lei 9656/98 c/c art. 7-C da RN 186, alterada pela RN 279).	Improcedência. Anulação do Auto de Infração 54683. Arquivamento.
25785.011285/2012-05	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Rescindir imotivadamente o contrato coletivo de plano de saúde antes da vigência mínima de doze meses, tendo em vista que houve preenchimento de proposta de adesão e pagamento por parte da Estipulante (artigo 4º, II, da Lei nº 9.961/2000, c/c o artigo 17, parágrafo único, da RN n. 195/2009)	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25785.001021/2014-05	CAIXA DE ASSISTÊNCIA SISTEMA SAÚDE INTEGRAL-SSI SAÚDE	320820.	00.668.790/0001-88	Deixar de cumprir as normas relativas à adoção e utilização dos mecanismos de regulação do uso de serviços de saúde. (Art.1º, §1º, d da Lei 9.656 c/c Art.4º, V da CONSU 08)	Advertência
25785.001445/2014-61	PRODENT - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.	380041.	61.590.816/0001-07	a) Artigo 4º, inciso II, da Lei nº 9.961/2000, c/c os artigos 9º e 26 da Resolução Normativa (RN) nº 195/2009; b) Artigo 13, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 9.656/1998, c/c o artigo 32 da RN nº 195/2009.	130000 (CENTO E TRINTA MIL REAIS)
25785.000303/2014-87	CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA	392804.	00.773.639/0001-00	Exigir ou aplicar reajustes ao consumidor, acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS. (Art.15 da Lei 9.656)	49500 (QUARENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS REAIS)
25785.017748/2014-04	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	88000 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25785.002286/2014-12	UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA.	352501.	87.096.616/0001-96	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	79200 (SETENTA E NOVE MIL, DUZENTOS REAIS)
25785.002482/2015-78	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de cumprir a obrigação de cobertura de atendimento aos casos de urgência e emergência, conforme dispõe o art. 35 e incisos da Lei 9656 de 1998. (Art.35-C da Lei 9.656)	110000 (CENTO E DEZ MIL REAIS)
25785.000253/2015-19	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656)	792000 (SETECENTOS E NOVENTA E DOIS MIL REAIS)
25785.002576/2015-47	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	66000 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)

RENATA FERNANDES CACHAPUZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÕES DE 7 DE OUTUBRO DE 2015

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 140, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.025342/2014-57	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Art. 25 da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ consulta em endocrinologia.	66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.095080/2014-98	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Art. 12, II, alínea a, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ cirurgia de tornozelo direito.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.101664/2014-18	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Art. 12, II, alínea a, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ histerectomia via abdominal.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.101675/2014-90	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Art. 12, I, alínea a, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ consulta com ginecologista e com cardiologista.	176.000,00 (CENTO E SETENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.094999/2014-64	PRODENT - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.	380041.	61.590.816/0001-07	Art. 25, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ manutenção em tratamento ortodôntico.	120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS)
25789.035562/2013-16	YASUDA MARÍTIMA SAÚDE SEGUROS S/A	000477.	47.184.510/0001-20	Art. 1°, § 1°, alínea d, c/c art. 2, item VII, da CONSU 8/98, por deixar de cumprir as normas referentes à adoção de mecanismos de regulação.	270.000,00 (DUZENTOS E SETENTA MIL REAIS)
25789.054679/2014-71	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, alínea b, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ potencial evocado somato-sensitivo (PESS).	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.099008/2014-30	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Art. 12, II, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ hérnia incisional por cirurgia bariátrica.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.005881/2015-51	PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S/A	000582.	04.540.010/0001-70	Art. 12, I, a, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ consulta com psiquiatria.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.088294/2014-16	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Artigo 25, da Lei 9.656/98.	Auto de Infração 57378 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.096615/2014-48	CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL	339679.	02.812.468/0001-06	Art. 12, II, a, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ Osteotomia Crânio-Maxilares.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.020569/2014-14	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Art. 25 da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ consulta com neurologista.	66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.102945/2014-80	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, b, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ ELETRONEUROMIOGRAFIA.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.065315/2014-17	SANTA RITA SISTEMA DE SAUDE LTDA	413194.	04.004.287/0001-89	Art. 12, I, b, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ COLONOSCOPIA C/ BIOPSIA E/OU CITOLOGIA C/ OU S/ DILATAÇÃO SEGMENTAR OU ESTENOSTOMIA	35.200,00 (TRINTA E CINCO MIL, DUZENTOS REAIS)
25789.058779/2014-77	BIOVIDA SAÚDE LTDA.	415111.	04.299.138/0001-94	Art. 12, I, alínea b da Lei 9656/98 por negar cobertura p/ tomografia de tórax.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.067754/2014-64	ODONTOPREV S/A	301949.	58.119.199/0001-51	Art. 25, da Lei n° 9656/98, c/c o art. 17 da RN n° 195/2009.	Auto de Infração 55816 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.101678/2014-23	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, II, alínea a, da Lei 9656/98, por negar cob. p/ excisão de pólipo cervical e curetagem ginecológica.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.059801/2014-04	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, alínea a, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ consultas médicas ginecologia e dermatologia.	176.000,00 (CENTO E SETENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.096692/2014-06	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Art. 12, II, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ histeroscopia.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.098731/2014-00	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Art. 12, I, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ consulta com neurocirurgião.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.096700/2014-14	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Art. 12, I, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ colposcopia e biópsia de vulva.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.098753/2014-61	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Art. 12, I, alínea b, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ exames laboratoriais e teste ergométrico.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.000361/2015-51	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Art. 25 da Lei 9656/98, por descumprir contrato ao negar cob. p/ consultas de endocrinologista, cardiologia e reumatologia.	66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.098739/2014-68	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Artigo 12, I, alínea "b", da Lei 9.6568/98.	Auto de Infração 55952 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.100936/2014-54	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, II, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ despesas decorrentes de VARIZES - TRAT. CIRURGICO.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.067976/2014-87	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, alínea a, da Lei 9656/98, por negar cobertura para consulta em cardiologia.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.063007/2014-57	UNIMED SAO JOSE DOS CAMPOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	331872.	60.214.517/0001-05	Art. 12, II, alínea a da Lei 9656/98, por negar cob. p/ Osteoplastia p/ Prognatismo, Micrognatismo ou Laterognatismo e Artroplastia p/Luxação da Articulação Têmporo-Mandibular.	70.400,00 (SETENTA MIL, QUATROCENTOS REAIS)
25789.070248/2013-71	CENTRO TRASMONTANO DE SAO PAULO	303623.	62.638.374/0001-94	Art. 17, § 4º da Lei 9656/98, por redimensionamento da rede hospitalar com exclusão do Hospital São José do ABC.	354.209,63 (TREZENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E NOVE REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS)
25789.094048/2014-95	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, II, da Lei 9656/98, c/c art. 35-C, III, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ cirurgia de esterilização masculina.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.088250/2014-88	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 17 da RN 195/09, pela rescisão de contrato coletivo empresarial em desacordo com a regulamentação.	80.800,00 (OITENTA MIL, OITOCENTOS REAIS)
25789.092263/2014-51	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Art. 17 § 4º da Lei 9656/98, por redimensionar rede s/ prévia aut. c/ descredenciamento do Hospital San Paolo .	1.000.000,00 (UM MILHÃO, REAIS)
25789.043074/2013-74	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Art. 25 da Lei 9656/98, por deixar de cumprir contrato ao não incluir F.G.J. deixando-o em situação de desassistência.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.063890/2014-85	ECOLE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	414298.	71.737.001/0001-61	Art. 12, I, alínea a da Lei 9656/98 por negar cobertura para consulta psiquiátrica.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.096650/2014-67	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 13, § único, II, da Lei 9656/98, por rescindir contrato fora da hipótese legal prevista p/ inadimplência.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.096707/2014-28	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 13, § único, II, da Lei 9656/98, por rescindir o contrato fora da hipótese legal prevista p/ inadimplência.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.023979/2014-17	CARE PLUS MEDICINA ASSISTENCIAL LTDA.	379956.	02.725.347/0001-27	Art. 25, da Lei 9656/98, c/c art. 16, da RN 124/06, ao impedir ingresso de novos beneficiários no período de aviso prévio p/ cancelamento de contrato coletivo.	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
25789.103264/2014-39	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, alínea b, da Lei 9656/98, por negar cobertura para eletroencefalograma de rotina.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25789.068790/2014-45	NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S.A.	359017.	44.649.812/0001-38	Art. 17, § 4°, da Lei 9656/98, ao redimensionar rede, s/aut. quando descredenciou os Hospitais Santa Tereza e Maternidade de Campinas.	1.124.517,50 (UM MILHÃO, CENTO E VINTE E QUATRO MIL, QUINHENTOS E DEZESSETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)
25789.018295/2013-12	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Art. 17, § 4°, da Lei 9656/98, ao redimensionar rede, s/ aut. c/ descredenciamento do Hospital Nossa Senhora da Penha.	757.815,00 (SETECENTOS E CINQUENTA E SETE MIL, OITOCENTOS E QUINZE REAIS)
25789.010600/2015-81	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Artigo 12, inciso I, b, da Lei 9656/98.	Auto de Infração 57353 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.058745/2014-82	BIOVIDA SAÚDE LTDA.	415111.	04.299.138/0001-94	Art. 8º, da Lei 9656/98, c/c art. 13, anexo II, item 6, da RN 85/04, alt. pela RN 100/05, por operar prod. em condição dif. da registrada.	Advertência.
25789.020617/2014-66	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Art. 25 da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ cirurgia de coluna cervical.	66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.076868/2014-03	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Art. 25 da Lei 9656/98, por descumprir contrato ao condicionar cancelamento ao calendário de movimentação cadastral.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.092420/2013-48	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Art. 15, da Lei 9656/98, c/c alínea "D", Tema XIII, do Anexo I da IN 23/09, incluída pela IN/DIPRO 39, por aplicar reajuste por faixa etária.	49.500,00 (QUARENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS REAIS)
25789.036682/2014-11	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 13, II, § único, da Lei 9656/98, pela rescisão unilateral de contrato.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.029634/2015-40	ASSIMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	401846.	03.016.500/0001-00	Inciso XXXII do art. 4° e inciso II do art.10 da Lei 9961/00, c/c art. 7°-A, IV, §4° da RN 186/09 alt. pela RN 252/11, c/c Resolução Operacional 1694/14.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
25789.056955/2014-36	BIOVIDA SAÚDE LTDA.	415111.	04.299.138/0001-94	Art. 12, I, alínea a, da Lei 9656/98, c/c art. 3°, I, da RN 259/11, por deixar de garantir cobertura de consulta com ginecologista.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.048246/2014-87	CENTRO TRASMONTANO DE SAO PAULO	303623.	62.638.374/0001-94	Art. 12, I, alínea b, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ radioterapia por elétrons.	52.800,00 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS REAIS)
25789.027613/2014-17	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Art.25 da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ consulta com cardiologista.	66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.098729/2014-22	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Artigo 12, I, alínea "a", da Lei 9.6568.	Auto de Infração 56491 anulado por improcedência. Arquivamento.

DANIELE FERREIRA PAMPLONA

DESPACHOS DA CHEFE

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 13/DIFIS/ ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004 e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 48, de 4/11/2003, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 2921/NUCLEO-SP/DIFIS/2015

PROCESSO 25789.030545/2015-46

Intima-se a Operadora MEDLINE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência da lavratura do auto de infração nº 66215, na data de 03/12/2015, por infringir o artigo 17, parágrafo 4º da Lei 9656/1998, com penalidade prevista no artigo 88, RN 124/2006 ao redimensionar a rede, por redução, com a exclusão do estabelecimento Hospital e Maternidade 8 de Maio (CNPJ 58.404.005/0001-60) para os produtos listados no Sistema de Registro de Planos de Saúde (RPS) - PADRÃO 2 (registro ANS 456.181-07-3) e PADRÃO 1 (registro ANS 456.446/07-4), conforme documento à folha 14 dos autos, nos termos do expediente administrativo 25789.030545/2015-46.

À autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar, por escrito, defesa do referido auto de infração, no seguinte endereço:

Agência Nacional de Saúde Suplementar
Diretoria de Fiscalização
NÚCLEO DA ANS SÃO PAULO
Rua Bela Cintra, 986 - 5º andar - Jardim Paulista
CEP 01415-000 - São Paulo - SP

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 13/DIFIS/ ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004 e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 48, de 4/11/2003, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 2985/NUCLEO-SP/DIFIS/2015

PROCESSO 25789.069265/2015-28

Intima-se a Operadora NACIONAL SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência da lavratura do auto de infração nº 62846, na data de 10/12/2015, por infringir o artigo 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/1998, com penalidade prevista no artigo 77, RN 124/2006 ao não garantir à usuária de contrato regulamentado, F.H.N.S., a realização de quimioterapia, solicitada pelo médico assistente em junho/2015, conforme documentos acostados aos autos.

À autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar, por escrito, defesa do referido auto de infração, no seguinte endereço:

Agência Nacional de Saúde Suplementar
Diretoria de Fiscalização
NÚCLEO DA ANS SÃO PAULO
Rua Bela Cintra, 986 - 5º andar - Jardim Paulista
CEP 01415-000 - São Paulo - SP

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 13/DIFIS/ ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004 e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 48, de 4/11/2003, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 2984 /NUCLEO-SP/ANS/2015

PROCESSO 25789.036596/2013-10

Intima-se a Operadora MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S/A, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência de decisão deste Chefe de Núcleo, publicada no DOU de 26.12.2014, seção 01, fl. 26, no julgamento do Processo Administrativo nº 25789.036596/2013-10 (demanda nº 1571502), em tramitação nesta ANS, julgado procedente com aplicação de multa pecuniária no valor de R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS), por infração ao artigo 30 Lei 9656/1998 c/c art. 11 e 12 RN 279.

A íntegra da referida decisão, bem como do relatório e do parecer, estarão disponíveis na página da ANS (www.ans.gov.br) sem prejuízo da concessão de vista dos autos ao representante legal da operadora.

Fica também a operadora cientificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo, ou no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento integral da multa fixada, ou, ainda, apresentar pedido de parcelamento, nos termos do artigo 25 da RN nº 48/2003.

Fica, ainda, a operadora NOTIFICADA da existência do débito acima discriminado, para que efetue o pagamento através da Guia de Recolhimento da União - GRU, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta, conforme os Termos da Resolução Normativa - RN nº 89, de 15 de fevereiro de 2005 e RN nº 46, de 04 de setembro de 2003 com atualização de juros de mora equivalentes à Taxa SELIC acumulada mensalmente desde a data de seu vencimento original, em face da decisão desta Chefe de Núcleo, sob pena de adotar a ANS as seguintes providências:

•Inclusão do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN, nos termos da legislação vigente em 75 (setenta e cinco) dias após o recebimento desta;

•Inscrição do débito na Dívida Ativa da ANS;

•Ajuizamento da respectiva Execução Fiscal.

Fica, ainda, a operadora cientificada de que, optando pela não interposição de recurso, poderá, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, manifestar, por petição ou carta endereçada à Rua Bela Cintra, 986 - 5º andar - Jardim Paulista -CEP: 01415-000 -São Paulo-SP, a intenção de efetuar o pagamento de 80% (oitenta por cento) da multa fixada, nos termos do artigo 25-A da RN nº 48/2003, alterada pela RN nº 124/2006, caso em que será remetida a correspondente Guia de Recolhimento da União - GRU.

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 13/DIFIS/ ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004 e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 48, de 4/11/2003, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 2980/NUCLEO-SP/ANS/2015

PROCESSO 25789.000178/2015-56

Intima-se a Operadora MEDLINE ASSISTENCIA MÉDICA LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência de decisão deste Chefe de Núcleo, publicada no DOU de 31.07.2015, seção 01, fl. 45, no julgamento do Processo Administrativo nº 25789.000178/2015-56 (demanda nº 2469357), em tramitação nesta ANS, julgado procedente com aplicação de multa pecuniária no valor de R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), por infração ao artigo 12, I, a Lei 9656/1998 por negar cobertura p/ consulta em clínica médica.

A íntegra da referida decisão, bem como do relatório e do parecer, estarão disponíveis na página da ANS (www.ans.gov.br) sem prejuízo da concessão de vista dos autos ao representante legal da operadora.

Fica também a operadora cientificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo, ou no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento integral da multa fixada, ou, ainda, apresentar pedido de parcelamento, nos termos do artigo 25 da RN nº 48/2003.

Fica, ainda, a operadora NOTIFICADA da existência do débito acima discriminado, para que efetue o pagamento através da Guia de Recolhimento da União - GRU, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta, conforme os Termos da Resolução Normativa - RN nº 89, de 15 de fevereiro de 2005 e RN nº 46, de 04 de setembro de 2003 com atualização de juros de mora equivalentes à Taxa SELIC acumulada mensalmente desde a data de seu vencimento original, em face da decisão desta Chefe de Núcleo, sob pena de adotar a ANS as seguintes providências:

•Inclusão do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN, nos termos da legislação vigente em 75 (setenta e cinco) dias após o recebimento desta;

•Inscrição do débito na Dívida Ativa da ANS;

•Ajuizamento da respectiva Execução Fiscal.

Fica, ainda, a operadora cientificada de que, optando pela não interposição de recurso, poderá, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, manifestar, por petição ou carta endereçada à Rua Bela Cintra, 986 - 5º andar - Jardim Paulista -CEP: 01415-000 -São Paulo-SP, a intenção de efetuar o pagamento de 80% (oitenta por cento) da multa fixada, nos termos do artigo 25-A da RN nº 48/2003, alterada pela RN nº 124/2006, caso em que será remetida a correspondente Guia de Recolhimento da União - GRU.

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 13/DIFIS/ ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004 e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 48, de 4/11/2003, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 2983/NUCLEO-SP/ANS/2015

PROCESSO 25789.017126/2015-19

Intima-se a Operadora MEDLINE ASSISTENCIA MÉDICA LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência de decisão deste Chefe de Núcleo, publicada no DOU de 24.07.2015, seção 01, fl. 93, no julgamento do Processo Administrativo nº 25789.017126/2015-19 (demanda nº 2410116), em tramitação nesta ANS, julgado procedente com aplicação de multa pecuniária no valor de R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), por infração ao artigo 12, I, a Lei 9656/1998 por negar cobertura p/ consultas de cardiologia e urologia.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A íntegra da referida decisão, bem como do relatório e do parecer, estarão disponíveis na página da ANS (www.ans.gov.br) sem prejuízo da concessão de vista dos autos ao representante legal da operadora.

Fica também a operadora cientificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo, ou no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento integral da multa fixada, ou, ainda, apresentar pedido de parcelamento, nos termos do artigo 25 da RN nº 48/2003.

Fica, ainda, a operadora NOTIFICADA da existência do débito acima discriminado, para que efetue o pagamento através da Guia de Recolhimento da União - GRU, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta, conforme os Termos da Resolução Normativa - RN nº 89, de 15 de fevereiro de 2005 e RN nº 46, de 04 de setembro de 2003 com atualização de juros de mora equivalentes à Taxa SELIC acumulada mensalmente desde a data de seu vencimento original, em face da decisão desta Chefe de Núcleo, sob pena de adotar a ANS as seguintes providências:

•Inclusão do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN, nos termos da legislação vigente em 75 (setenta e cinco) dias após o recebimento desta;

•Inscrição do débito na Dívida Ativa da ANS;

•Ajuizamento da respectiva Execução Fiscal.

Fica, ainda, a operadora cientificada de que, optando pela não interposição de recurso, poderá, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, manifestar, por petição ou carta endereçada à Rua Bela Cintra, 986 - 5º andar - Jardim Paulista -CEP: 01415-000 -São Paulo-SP, a intenção de efetuar o pagamento de 80% (oitenta por cento) da multa fixada, nos termos do artigo 25-A da RN nº 48/2003, alterada pela RN nº 124/2006, caso em que será remetida a correspondente Guia de Recolhimento da União - GRU.

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 13/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004 e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 48, de 4/11/2003, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 2979/NUCLEO-SP/ANS/2015

PROCESSO 25789.018889/2015-87

Intima-se a Operadora MEDLINE ASSISTENCIA MÉDICA LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência de decisão deste Chefe de Núcleo, publicada no DOU de 31.07.2015, seção 01, fl. 45, no julgamento do Processo Administrativo nº 25789.018889/2015-87 (demanda nº 2429987), em tramitação nesta ANS, julgado procedente com aplicação de multa pecuniária no valor de R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), por infração ao artigo 12, I, a Lei 9656/1998 por negar cobertura p/ consulta de cardiologia.

A íntegra da referida decisão, bem como do relatório e do parecer, estarão disponíveis na página da ANS (www.ans.gov.br) sem prejuízo da concessão de vista dos autos ao representante legal da operadora.

Fica também a operadora cientificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo, ou no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento integral da multa fixada, ou, ainda, apresentar pedido de parcelamento, nos termos do artigo 25 da RN nº 48/2003.

Fica, ainda, a operadora NOTIFICADA da existência do débito acima discriminado, para que efetue o pagamento através da Guia de Recolhimento da União - GRU, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta, conforme os Termos da Resolução Normativa - RN nº 89, de 15 de fevereiro de 2005 e RN nº 46, de 04 de setembro de 2003 com atualização de juros de mora equivalentes à Taxa SELIC acumulada mensalmente desde a data de seu vencimento original, em face da decisão desta Chefe de Núcleo, sob pena de adotar a ANS as seguintes providências:

•Inclusão do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN, nos termos da legislação vigente em 75 (setenta e cinco) dias após o recebimento desta;

•Inscrição do débito na Dívida Ativa da ANS;

•Ajuizamento da respectiva Execução Fiscal.

Fica, ainda, a operadora cientificada de que, optando pela não interposição de recurso, poderá, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, manifestar, por petição ou carta endereçada à Rua Bela Cintra, 986 - 5º andar - Jardim Paulista -CEP: 01415-000 -São Paulo-SP, a intenção de efetuar o pagamento de 80% (oitenta por cento) da multa fixada, nos termos do artigo 25-A da RN nº 48/2003, alterada pela RN nº 124/2006, caso em que será remetida a correspondente Guia de Recolhimento da União - GRU.

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 13/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004 e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 48, de 4/11/2003, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 2981 /NUCLEO-SP/ANS/2015

PROCESSO 25789.017841/2015-51

Intima-se a Operadora MEDLINE ASSISTENCIA MÉDICA LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência de decisão deste Chefe de Núcleo, publicada no DOU de 31.07.2015, seção 01, fl. 45, no julgamento do Processo Administrativo nº 25789.017841/2015-51 (demanda nº 2469357), em tramitação nesta ANS, julgado procedente com aplicação de multa pecuniária no valor de R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), por infração ao artigo 12, I, a Lei 9656/1998 por negar cobertura p/ consultas de cardiologia.

A íntegra da referida decisão, bem como do relatório e do parecer, estarão disponíveis na página da ANS (www.ans.gov.br) sem prejuízo da concessão de vista dos autos ao representante legal da operadora.

Fica também a operadora cientificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo, ou no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento integral da multa fixada, ou, ainda, apresentar pedido de parcelamento, nos termos do artigo 25 da RN nº 48/2003.

Fica, ainda, a operadora NOTIFICADA da existência do débito acima discriminado, para que efetue o pagamento através da Guia de Recolhimento da União - GRU, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta, conforme os Termos da Resolução Normativa - RN nº 89, de 15 de fevereiro de 2005 e RN nº 46, de 04 de setembro de 2003 com atualização de juros de mora equivalentes à Taxa SELIC acumulada mensalmente desde a data de seu vencimento original, em face da decisão desta Chefe de Núcleo, sob pena de adotar a ANS as seguintes providências:

•Inclusão do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN, nos termos da legislação vigente em 75 (setenta e cinco) dias após o recebimento desta;

•Inscrição do débito na Dívida Ativa da ANS;

•Ajuizamento da respectiva Execução Fiscal.

Fica, ainda, a operadora cientificada de que, optando pela não interposição de recurso, poderá, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, manifestar, por petição ou carta endereçada à Rua Bela Cintra, 986 - 5º andar - Jardim Paulista -CEP: 01415-000 -São Paulo-SP, a intenção de efetuar o pagamento de 80% (oitenta por cento) da multa fixada, nos termos do artigo 25-A da RN nº 48/2003, alterada pela RN nº 124/2006, caso em que será remetida a correspondente Guia de Recolhimento da União - GRU.

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 13/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004 e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 48, de 4/11/2003, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 2982 /NUCLEO-SP/ANS/2015

PROCESSO 25789.017813/2015-34

Intima-se a Operadora MEDLINE ASSISTENCIA MÉDICA LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência de decisão deste Chefe de Núcleo, publicada no DOU de 24.07.2015, seção 01, fl. 93, no julgamento do Processo Administrativo nº 25789.017813/2015-34 (demanda nº 2474523), em tramitação nesta ANS, julgado procedente com aplicação de multa pecuniária no valor de R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), por infração ao artigo 12, I, a Lei 9656/1998 por negar cobertura p/ consultas de cardiologia.

A íntegra da referida decisão, bem como do relatório e do parecer, estarão disponíveis na página da ANS (www.ans.gov.br) sem prejuízo da concessão de vista dos autos ao representante legal da operadora.

Fica também a operadora cientificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo, ou no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o pagamento integral da multa fixada, ou, ainda, apresentar pedido de parcelamento, nos termos do artigo 25 da RN nº 48/2003.

Fica, ainda, a operadora NOTIFICADA da existência do débito acima discriminado, para que efetue o pagamento através da Guia de Recolhimento da União - GRU, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta, conforme os Termos da Resolução Normativa - RN nº 89, de 15 de fevereiro de 2005 e RN nº 46, de 04 de setembro de 2003 com atualização de juros de mora equivalentes à Taxa SELIC acumulada mensalmente desde a data de seu vencimento original, em face da decisão desta Chefe de Núcleo, sob pena de adotar a ANS as seguintes providências:

•Inclusão do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN, nos termos da legislação vigente em 75 (setenta e cinco) dias após o recebimento desta;

•Inscrição do débito na Dívida Ativa da ANS;

•Ajuizamento da respectiva Execução Fiscal.

Fica, ainda, a operadora cientificada de que, optando pela não interposição de recurso, poderá, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação desta decisão, manifestar, por petição ou carta endereçada à Rua Bela Cintra, 986 - 5º andar - Jardim Paulista -CEP: 01415-000 -São Paulo-SP, a intenção de efetuar o pagamento de 80% (oitenta por cento) da multa fixada, nos termos do artigo 25-A da RN nº 48/2003, alterada pela RN nº 124/2006, caso em que será remetida a correspondente Guia de Recolhimento da União - GRU.

DANIELE FERREIRA PAMPLONA

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DECISÕES DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A Gerente-Geral de Fiscalização Substituta, no exercício das atribuições delegadas pela Portaria ANS nº 41, de 19 de março de 2015, publicada no D.O.U. de 20 de março de 2015, seção 1, pág. 46, c/c Portaria ANS nº 7528, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 18 de setembro de 2015, seção 2, pág. 35, e considerando o disposto no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência e intima as operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
	25779.001891/2012-93	CASA DE SAÚDE SÃO BERNARDO S/A	363766.	31.488.208/0001-25	Rescisão ou suspensão unilateral de contrato coletivo. Infração ao art 25 da Lei 9656/98 c/c art 17, § único, da RN 195/09. Conduta tipificada no art 82-A da RN 124/06. Infração configurada.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
	25789.092709/2014-48	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Descumprimento de obrigação contratual. Infração ao art 25 da 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 78 da RN 124/06. Infração configurada.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
	25780.000936/2015-16	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Obrigação de natureza contratual. Infração ao art 14 da 9.656/98 c/c art 1º da CONSU 19/99. Conduta infrativa tipificada no art 62 da RN 124/06. Infração configurada.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
	25785.009232/2013-05	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Reajuste acima do permitido. Infração ao art 25 da Lei 9656/98. Conduta Tipificada no art 59 da RN 124/06. Infração configura	41.180,00 (QUARENTA E UM MIL E CENTO E OITENTA REAIS)
	33903.005886/2011-24	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Descumprimento de obrigação contratual. Infração ao art 25 da 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 78 da RN 124/06. Infração configurada.	120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS)
	33902.450326/2014-83	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Negativa de cobertura. Infração ao art 30, caput, § 1º da 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 84, da RN 124/06. Anulação do Auto de Infração.	ARQUIVAMENTO

FLAVIA CRISTINA CORDEIRO BIESBROECK
Substituta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015121600085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÕES DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

A Gerente-Geral de Fiscalização Substituta, no exercício das atribuições delegadas pela Portaria ANS nº 41, de 19 de março de 2015, publicada no D.O.U. de 20 de março de 2015, seção 1, pág. 46, c/c Portaria ANS nº 7528, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 18 de setembro de 2015, seção 2, pág. 35, e considerando o disposto no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência e intima as operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.082308/2013-07	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Contrato individual ou familiar. Rescisão unilateral. Infração ao art 13, § único, II da Lei 9656/98. Conduta tipificada no art 82 da RN 124/06. Infração configurada.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33903.001944/2008-45	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25782.001414/2014-31	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, "c" c/c art 25, ambos da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.389014/2014-61	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, da Lei 9.656/98 c/c anexo I da RN 262/11. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.366133/2014-45	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, da Lei 9.656/98 c/c anexo I da RN 262/11. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.033683/2015-87	SANTO ANDRÉ PLANOS DE ASSISTENCIA MEDICA LTDA.	400190.	02.282.844/0001-06	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, "a", da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.068743/2014-00	SAMED - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, ODONTOLÓGICA E HOSPITALAR S.A.	309192.	44.295.962/0001-90	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, "a", da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.039204/2014-55	CEMIL CENTRO MEDICO DE ITU LTDA.	300012.	49.008.568/0001-48	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, "a", da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	28.000,00 (VINTE E OITO MIL REAIS)
25782.012507/2013-18	UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOP DE MÉDICOS	304701.	75.055.772/0001-20	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, "a", da Lei 9.656/98. Anulação do Auto de Infração.	ARQUIVAMENTO
25772.014801/2013-75	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25782.008156/2013-32	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso I, "a" c/c art 25, ambos da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	160.000,00 (CENTO E SESSENTA MIL REAIS)
25782.001759/2014-94	UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS	304701.	75.055.772/0001-20	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, "a", "c" e "e" da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25782.012903/2013-37	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso II, "c", da Lei 9.656/98 c/c art 19, I, da RN 211/10. Anulação do Auto de Infração.	ARQUIVAMENTO
33902.449494/2014-26	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Descumprimento de obrigação contratual. Infração ao art 25 da 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 78 c/c art 10, V, ambos da RN 124/06. Infração configurada.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
33902.367251/2011-28	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Não envio à ANS, no prazo estabelecido, dos documentos ou das informações solicitadas. Infração ao art 4º, XXXI, da Lai 9961/00. Conduta tipificada pelo art 34 da RN 124/06. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
33903.015814/2013-57	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Mecanismo de regulação. Art 4º da CONSU 8/98 c/c art 21 da RN 226/10. Conduta infrativa tipificada no art 71 da RN 124/06. Infração configurada.	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
25773.010171/2013-50	UNIMED DE FORTALEZA SOCIEDADE COOP MEDICA LTDA.	317144.	05.868.278/0001-07	Reajuste acima do permitido. Infração ao art 25 da Lei 9656/98. Conduta Tipificada no art 59 da RN 124/06. Anulação do Auto de Infração.	ARQUIVAMENTO
25783.021769/2012-74	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Ingresso de consumidor em plano. Infração ao art 14 da lei 9656/98. Conduta infrativa tipificada no art 62 c/c art 10, III, ambos da RN 124/06. Infração configurada.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.741621/2013-65	LOTUS OPERADORA DE PLANOS ODONTOLÓGICOS LTDA.	415537.	05.531.677/0001-70	Deixar de encaminhar documentos à ANS. Infração ao art 19, § 2º da lei 9656/98 c/c arts 19 e 28, §2º da RN 85/04. Conduta tipificada no art 34 da RN 124/06. Reconhecimento de prescrição administrativa.	ARQUIVAMENTO

FLAVIA CRISTINA CORDEIRO BIESBROECK
Substituta

DECISÕES DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

A Gerente-Geral de Fiscalização Substituta, no exercício das atribuições delegadas pela Portaria ANS nº 41, de 19 de março de 2015, publicada no D.O.U. de 20 de março de 2015, seção 1, pág. 46, c/c Portaria ANS nº 7528, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 18 de setembro de 2015, seção 2, pág. 35, e considerando o disposto no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência e intima as operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25773.010158/2013-09	CARE PLUS MEDICINA ASSISTENCIAL LTDA.	379956.	02.725.347/0001-27	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso I, "a" e "b", da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	43.200,00 (QUARENTA E TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS)
25783.024162/2013-27	UNIMED TERESINA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	353353.	07.241.136/0001-32	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso I, "b", da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 77 da RN 124/06. Infração configurada.	43.200,00 (QUARENTA E TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS)
25789.099307/2014-74	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Descumprimento de obrigação contratual. Infração ao art 25 da 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 78 da RN 124/06. Infração configurada.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25773.002510/2012-43	GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE	323080.	03.658.432/0001-82	Descumprimento de obrigação contratual. Infração ao art 25 da 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 78 c/c art 10, V, ambos da RN 124/06. Infração configurada.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25785.016517/2013-94	PORTO ALEGRE CLÍNICAS LTDA.	346870.	89.890.172/0001-91	Negativa de cobertura. Infração ao art 35-C, II, da Lei 9.656/98. Conduta infrativa tipificada no art 79 da RN 124/06. Anulação do Auto de Infração.	ARQUIVAMENTO
25772.013799/2013-17	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Contrato individual ou familiar. Rescisão unilateral. Infração ao art 13, § único, II da Lei 9656/98. Conduta tipificada no art 82 da RN 124/06. Infração configurada.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25789.019157/2014-23	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Contrato individual ou familiar. Rescisão unilateral. Infração ao art 13, § único, II da Lei 9656/98. Conduta tipificada no art 82 da RN 124/06. Infração configurada.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25773.017879/2012-51	UNIHOSP - SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.	412538.	04.083.773/0001-30	Produto diverso do registrado. Art 19, §3º, da lei 9656/98. Conduta infrativa tipificada no art 20 da RN 124/06. Infração configurada.	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
25772.016683/2012-59	PLAMED PLANO DE ASSISTENCIA MEDICA LTDA	343463.	15.594.468/0001-29	Negativa de cobertura. Obrigação prevista no art 12, inciso I, da Lei 9.656/98. Anulação do Auto de Infração.	ARQUIVAMENTO

FLAVIA CRISTINA CORDEIRO BIESBROECK
Substituta

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE N° 3.202, de 20 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União n° 223, de 23 de novembro de 2015, Seção 1, pág. 98 e Suplemento, pág. 174-175,

Onde se lê:

"NÚMERO DO PARECER 556/15
NÚMERO DO PEDIDO PI 0315623-0
DEPOSITANTE NOVARTIS AG
PROCURADOR DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA

Leia-se:

NÚMERO DO PARECER 556/15
NÚMERO DO PEDIDO PI 0315623-0
DEPOSITANTE JOHNSON & JOHNSON
PROCURADOR DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA"

Onde se lê:

"NÚMERO DO PARECER 570/15
NÚMERO DO PEDIDO PI 0315188-3
DEPOSITANTE ASTELLAS PHARMA INC.
PROCURADOR DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA

Leia-se:

NÚMERO DO PARECER 570/15
NÚMERO DO PEDIDO PI 0315188-3
DEPOSITANTE ASTELLAS PHARMA INC.
PROCURADOR PAULO SÉRGIO SCATAMBURLO"

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.449, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, em cumprimento à decisão judicial exarada em face da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, Processo nº 0003814-59.2004.403.6111 em curso na 26ª Vara Federal Cível/SP determinando à ANVISA que proíba a comercialização das marcas de cigarros que estiverem em pendência de cumprimento de exigência no processo de renovação de registro e, considerando que a empresa citada no anexo protocolizou junto à Anvisa o cumprimento da Exigência Técnica, resolve:

Art.1º Suspender os efeitos da RE 3.361, de 4 de dezembro de 2015, publicada no DOU nº 233, de 07 de dezembro de 2015, seção 1, pág. 60, exclusivamente para a marca de cigarros citada no anexo, restabelecendo sua comercialização.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

QUALITY IN TABACOS INDÚSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

CNPJ 11.816.308/0001-26

Marca	Processo	Expediente	Assunto
0800	25069.207555/2014-51	0607289/15-5	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.450, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando que a empresa IBM - Comércio e Distribuição de Medicamentos Naturais Ltda não possui Autorização de Funcionamento;

considerando, ainda, a comprovação da fabricação/comercialização, dos produtos DMAE - ANTIRUGAS E FLACIDEZ, PH-10 - OXIGENANTE DA FLORA INTESTINAL e TOP GEO - GEL TÓPICO ORTOMOLECULAR CORPORAL sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, pela empresa Magistris do Brasil Laboratório Dermocosmético Ltda - EPP, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do DMAE- ANTIRUGAS E FLACIDEZ, PH10 - OXIGENANTE DA FLORA INTESTINAL e TOP GEO - GEL TÓPICO ORTOMOLECULAR CORPORAL, fabricados pela empresa Magistris do Brasil Laboratório Dermocosmético Ltda - EPP, CNPJ 03.758.957/0001-90 e distribuídos por IBM - Comércio e Distribuição de Medicamentos Naturais Ltda, CNPJ 03.232.166/0001-21.

Art. 2º Determinar que a empresa fabricante promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos produtos descritos no art. 1°.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 15 de dezembro de 2015

Nº 122 - O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, considerando o disposto no § 2º do art. 15 e no inciso IX do art. 16 da Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV do art. 59 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015 e ao disposto no § 5º do art. 10 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 04 de abril de 2008, e com base no Mem. 884/2015-GFISC/GGFIS/SUCOM/ANVISA, NÃO RECEBE NO EFEITO SUSPENSIVO o recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação recursal:

Empresa: Lima Corporate Indústria e Comércio de Produtos Médico Hospitalares Ltda
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Processo: 25351.671845/2015-16
Expediente do recurso nº: 001763/15-9

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS
COORDENAÇÃO TÉCNICA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS EM PORTOS, AER.,FRONT. E REC.ALFANDEGADOS

DESPACHOS DA COORDENADORA
Em 15 de dezembro de 2015

Nº 153 - A Coordenação Técnica de Análise e Julgamento de Infrações Sanitárias em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do art. 183, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 29 da ANVISA, de 21 de julho de 2015, publicado na seção 1, do DOU n. 139, de 23 de julho 2015, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: BAGLEY DO BRASIL ALIMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 06.042.467/0001-80
25759.211592/2012-20 - AIS:0305252/12-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

AUTUADO: BOM PALADAR ALIMENTOS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 03.751.209/0001-85
25760.664013/2009-75 - AIS:861694/09-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

AUTUADO: CARGILL AGRICOLA SA CNPJ/CPF: 60.498.706/0340-51
25759.511703/2011-91 - AIS:717717/11-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

AUTUADO: CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 84.098.383/0006-87
25758.606266/2012-19 - AIS:0871648/12-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

AUTUADO: CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 84.098.383/0006-87
25758.609122/2012-22 - AIS:0875507/12-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

AUTUADO: CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 84.098.383/0006-87
25758.609545/2012-81 - AIS:0876430/12-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

AUTUADO: CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 84.098.383/0006-87
25758.609533/2012-18 - AIS:0876427/12-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)

AUTUADO: CLIO LIVRARIA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 01.164.256/0007-92
25759.094175/2011-33 - AIS:130131/11-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

AUTUADO: DLW INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 00.302.796/0002-18
25759.253433/2012-04 - AIS:0363908/12-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0006-25
25766.687163/2012-71 - AIS:0983792/12-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0006-25
25766.201308/2013-29 - AIS:0286157/13-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0006-25
25766.106474/2013-73 - AIS:0151463/13-6 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0031-36
25762.122633/2013-85 - AIS:0174059/13-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0031-36
25762.684155/2012-14 - AIS:0979745/12-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0031-36
25762.119186/2013-10 - AIS:0169432/13-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: GR S.A. CNPJ/CPF: 02.905.110/0180-94
25759.400509/2011-67 - AIS:560166/11-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA CNPJ/CPF: 54.516.661/0027-32
25759.305819/2012-94 - AIS:0437393/12-6 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: MALLINCKRODT DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 30.153.811/0001-93
25759.724640/2012-92 - AIS:1035923/12-1, 25759.724659/2012-56 - AIS:1035951/12-6 e -25759.724568/2012-34 - AIS:1035819/12-6 GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
AUTUADO: MEGA SURGICAL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CNPJ/CPF: 01.213.619/0001-47
25759.067745/2013-93 - AIS:0096002/13-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: NOVARTIS BIOCIENCIAS CNPJ/CPF: 56.994.502/0002-10
25759.159149/2013-30 - AIS:0225674/13-6 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: R & P EMPREENDIMENTOS ALIMENTICIOS LTDA CNPJ/CPF: 04.886.969/0021-06
25759.184546/2011-38 - AIS:257117/11-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
AUTUADO: R & P EMPREENDIMENTOS ALIMENTICIOS LTDA CNPJ/CPF: 04.886.969/0021-06
25759.320214/2011-17 - AIS:445299/11-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
AUTUADO: RORAIMA TÁXI AÉREO LTDA CNPJ/CPF: 03.562.954/0001-86
25766.601895/2012-13 - AIS:0865639/12-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
AUTUADO: TAM LINHAS AEREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0019-99
25753.621372/2010-18 - AIS:819884/10-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: TOP CLEAN COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, SERVIÇOS E CONSERVAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 96.427.919/0001-35
25759.292000/2011-21 - AIS:405558/11-6 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

Nº 154 - A Coordenação Técnica de Análise e Julgamento de Infrações Sanitárias em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do art. 183, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 29 da ANVISA, de 21 de julho de 2015, publicado na seção 1, do DOU n. 139, de 23 de julho 2015, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: ALPHAMAR AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 03.127.733/0002-60
25743.394275/2011-95 - AIS:551533/11-5 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: AMWAY DO BRASIL LIMITADA CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25759.466392/2007-19 - AIS:595237/07-9 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25752.744843/2010-34 - AIS:597796/10-7 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25752.660878/2010-23 - AIS:872856/10-9 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO
AUTUADO: FAST FOOD JP LANCHONETES LTDA. CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25755.161956/2012-82 - AIS:0233152/12-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: LAURO VICTOR DE BARROS DESPACHOS ADUANEIROS LTDA. CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25755.031954/2012-71 - AIS:0045739/12-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: OCEANUS AGENCIA MARITIMA S.A. CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25760.555667/2012-31 - AIS:0796055/12-7 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: PAN MARINE DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25763.027069/2011-17 - AIS:038492/11-5 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: PETRO SANTOS LTDA CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25752.712830/2010-61 - AIS:062907/10-3 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25748.247744/2006-87 - AIS:330212/06-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: QUANTUM - IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25742.032244/2012-17 - AIS:0046160/12-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: RA CATERING LTDA. CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25759.254191/2014-51 - AIS:0349669/14-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: ROCHA TERMINAIS PORTUARIOS E LOGISTICA S.A CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25743.145700/2010-93 - AIS:193969/10-6 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: ROCHA TERMINAIS PORTUARIOS E LOGISTICA S.A CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25743.107721/2010-91 - AIS:141981/10-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: TAM LINHAS AEREAS S/A CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25743.550247/2010-26 - AIS:724940/10-3 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25759.119754/2013-10 - AIS:0170327/13-7 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: VALE S/A CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25748.132342/2010-56 - AIS:176436/10-5 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO
AUTUADO: VELEIRO DESPACHO MARÍTIMO LTDA EPP CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25750.359898/2011-41 - AIS:501813/11-7 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 031.277.330-00
25745.407238/2012-79 - AIS:0581693/12-9 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: FLÁVIO MATOS RODRIGUES CNPJ/CPF: 035.546.654-60
25759.531592/2013-16 - AIS:0759576/13-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: SERGIO AMARAL PELEGRINO CNPJ/CPF: 402.081.765-00
25759.639352/2013-17 - AIS:0914870/13-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: FERNANDO APARECIDO DO ESPÍRITO SANTO CNPJ/CPF: 379.811.748-99
25759.689848/2013-56 - AIS:0988048/13-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: VENEZUELA BEATRIZ DELLA ROCCA ALVAREZ CNPJ/CPF: 236.047.458-88
25759.689732/2013-65 - AIS:0987940/13-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: MARCOS ALEXANDRE MATSUMOTO GALLO CNPJ/CPF: 217.415.378-51
25759.591513/2013-41 - AIS:0846623/13-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: LEANDRO CASTRO CNPJ/CPF: 106.144.377-92
25351.476433/2014-74 - AIS:0663312/14-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: ANDRÉ GOES FIGER CNPJ/CPF: 186.266.908-27
25759.463033/2013-83 - AIS:0657509/13-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: PRISCILA NUNES CUNHA DE OLIVEIRA CNPJ/CPF: 070.646.826-05
25759.291555/2013-28 - AIS:0409014/13-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE
AUTUADO: EDISON SILVA SUM JUNIOR CNPJ/CPF: 571.670.950-87
25759.344871/2013-10 - AIS:0484410/13-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: EDSON LUIZ COSTA MONTEIRO CNPJ/CPF: 136.662.151-49
25759.591386/2013-31 - AIS:0846473/13-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: LEONARDO VICTOR PASQUALI CNPJ/CPF: 299.167.228-54
25759.602563/2013-06 - AIS:0862567/13-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: ALESSANDRO LAMIRA CNPJ/CPF: 259.400.418-92
25759.619837/2013-75 - AIS:0887695/13-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

Nº 155 - A Coordenação Técnica de Análise e Julgamento de Infrações Sanitárias em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do art. 183, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 29 da ANVISA, de 21 de julho de 2015, publicado na seção 1, do DOU n. 139, de 23 de julho 2015, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA CNPJ/CPF: 21.551.379/0008-74
25759.572329/2012-67 - AIS:0819488/12-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: BHP PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 09.502.960/0001-24
25759.729063/2012-52 - AIS:1041861/12-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
AUTUADO: BRASMEG TRANSPORTES LTDA - EPP CNPJ/CPF: 13.520.755/0001-69
25759.523480/2013-46 - AIS:0747551/13-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
AUTUADO: BRASMEG TRANSPORTES LTDA - EPP CNPJ/CPF: 13.520.755/0001-69
25759.523421/2013-64 - AIS:0747453/13-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
AUTUADO: DIPROMED COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF:47.869.078/0004-53
25759.443640/2013-95 - AIS:0628774/13-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: EMPRESA IGUAÇU DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA CNPJ/CPF: 02.630.719/0001-31
25759.378185/2012-81 - AIS:0540789/12-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A CNPJ/CPF: 61.190.096/0008-69
25759.390725/2012-15 - AIS:0557976/12-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: FUNDAÇÃO PIO XII CNPJ/CPF: 49.150.352/0001-12
25759.583528/2013-19 - AIS:0835206/13-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: HELP MED APOIO MÉDICO HOSPITALAR E LABORATORIAL Ltda CNPJ/CPF: 67.751.396/0001-80
25759.330966/2013-42 - AIS:0464637/13-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: HMA PRODUTOS MÉDICOS LTDA-ME CNPJ/CPF: 08.272.409/0001-79
25759.489358/2013-60 - AIS:0697662/13-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
AUTUADO: IMPLAMED-IMPLANTES ESPECIALIZADOS COM IMPOR E EXPOR LTDA CNPJ/CPF: 57.146.607/0001-00
25759.571872/2012-14 - AIS:0818858/12-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: LATIN AMERICAN DISTRIBUTION S/A CNPJ/CPF: 08.934.868/0001-70
25759.286320/2012-66 - AIS:0409978/12-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: NOBEL BIOCARE BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 01.868.626/0001-87
25759.606905/2012-16 - AIS:0872483/12-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
AUTUADO: OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 04.937.243/0001-01
25759.615878/2013-72 - AIS:0881866/13-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 04.937.243/0001-01
25759.523957/2013-27 - AIS:0748140/13-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: OPTIKA SISTEMAS PARA MEDICINA LTDA CNPJ/CPF: 04.579.646/0001-26
25759.463439/2013-86 - AIS:0658021/13-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
AUTUADO: PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA CNPJ/CPF: 58.295.213/0001-78
25759.041916/2013-09 - AIS:0059207/13-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: PREMIER EMPRESA ALIMENTICIA LTDA -ME CNPJ/CPF: 07.302.125/0014-30
25759.233386/2012-80 - AIS:0335858/12-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
AUTUADO: SOC.BENEF.ISR.BRAS.HOSPITAL ALBERT EINSTEIN CNPJ/CPF: 60.765.823/0001-30
25759.573186/2012-79 - AIS:0820696/12-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: SOLUTION ORTHOPEDIC EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA CNPJ/CPF: 05.416.353/0001-90
25759.579399/2013-59 - AIS:0829491/13-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
AUTUADO: STRYKER DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 02.966.317/0002-93
25759.187762/2013-19 - AIS:0266886/13-6 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: STRYKER DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 02.966.317/0002-93
25759.038114/2013-89 - AIS:0054079/13-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: STRYKER DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 02.966.317/0002-93
25759.138998/2013-99 - AIS:0197263/13-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA CNPJ/CPF: 01.615.814/0045-14
25759.383105/2012-20 - AIS:0547670/12-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nª 156 - A Coordenação Técnica de Análise e Julgamento de Infrações Sanitárias em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do art. 183, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 29 da ANVISA, de 21 de julho de 2015, publicado na seção 1, do DOU n. 139, de 23 de julho 2015, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA CNPJ/CPF: 04.301.884/0001-75
25759.301070/2011-10 - AIS:418311/11-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: AVON INDUSTRIAL LTDA CNPJ/CPF: 00.680.516/0001-24
25759.641546/2011-80 - AIS:901117/11-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: BARRA SUBS COM DE ALIMENTOS CNPJ/CPF: 01.438.335/0002-30
25742.005377/2014-12 - AIS:0007110/14-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: BASF S.A CNPJ/CPF: 48.539.407/0089-50
25759.672470/2011-33 - AIS:944595/11-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: CARAJAS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 03.940.283/0002-20
25745.043756/2014-63 - AIS:0060548/14-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0019-40
25351.128603/2015-09 - AIS:0185443/15-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0011-92
25756.454530/2014-04 - AIS:0632400/14-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
AUTUADO: GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A CNPJ/CPF: 03.485.572/0001-04
25767.308122/2011-18 - AIS:428010/11-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA CNPJ/CPF: 54.516.661/0027-32
25759.521265/2011-04 - AIS:731171/11-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA CNPJ/CPF: 54.516.661/0027-32
25759.676732/2011-47 - AIS:950357/11-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: LABORATÓRIOS B.BRAUN S.A. CNPJ/CPF: 31.673.254/0007-90
25756.233021/2015-88 - AIS:0336027/15-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: LABORATÓRIOS B.BRAUN S.A. CNPJ/CPF: 31.673.254/0007-90
25756.232946/2015-31 - AIS:0335915/15-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: MARIA GRACILENE DIAS 98812050425 CNPJ/CPF: 12.547.599/0001-67
25759.582336/2011-23 - AIS:816798/11-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
AUTUADO: MED 7 PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP CNPJ/CPF: 08.140.941/0001-32
25767.537784/2011-66 - AIS:754506/11-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
AUTUADO: MKR TRANSPORTES E SERVICOS LTDA - ME CNPJ/CPF: 05.146.846/0001-58
25767.724786/2009-78 - AIS:526590/09-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: MUGHAL DO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP CNPJ/CPF: 03.476.023/0001-65
25759.295781/2011-69 - AIS:410896/11-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
AUTUADO: NOVARTIS BIOCIENCIAS S/A CNPJ/CPF: 56.994.502/0098-62
25767.633697/2011-34 - AIS:889656/11-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 04.937.243/0001-01
25759.555594/2011-27 - AIS:779989/11-6 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: PPD DO BRASIL SUPORTE A PESQUISA CLINICA LTDA CNPJ/CPF: 00.251.699/0002-43
25759.526837/2011-54 - AIS:738853/11-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: R & P EMPREENDIMENTOS ALIMENTICIOS LTDA CNPJ/CPF: 04.886.969/0030-05
25764.047036/2014-18 - AIS:0065064/14-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 30.280.358/0001-86
25759.601701/2011-26 - AIS:844357/11-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 30.280.358/0001-86
25759.601723/2011-18 - AIS:844392/11-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 58.426.628/0001-33
25767.198997/2011-07 - AIS:277578/11-6 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: SCHERING-PLOUGH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 03.560.974/0001-18
25759.481894/2011-49 - AIS:675104/11-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: SESPO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ/CPF: 50.464.692/0001-05
25759.278996/2011-57 - AIS:387894/11-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: TAM Linhas Aéreas S/A CNPJ/CPF: 00.317.929/0001-49
25351.228663/2015-96 - AIS:0330154/15-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais)
AUTUADO: VALE S.A -TERMINAL MARÍTIMO INÁCIO BARBOSA CNPJ/CPF: 33.592.510/0449-50
25765.027819/2014-23 - AIS:0039002/14-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

Nª 157 - A Coordenação Técnica de Análise e Julgamento de Infrações Sanitárias em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do art. 183, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 29 da ANVISA, de 21 de julho de 2015, publicado na seção 1, do DOU n. 139, de 23 de julho 2015, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: AGFA GEVAERT DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 00.980.360/0002-88
25767.098311/2010-19 - AIS:129806/10-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ/CPF: 43.426.626/0009-24
25759.334402/2011-55 - AIS:465531/11-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
AUTUADO: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 60.318.797/0001-00
25759.655568/2011-61 - AIS:920784/11-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA. CNPJ/CPF: 21.551.379/0001-06
25759.601878/2011-57 AIS: 844602/11-4 E 25759.601804/2011-18 - AIS: 844542/11-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: BUNGE ALIMENTOS S.A. CNPJ/CPF: 84.046.101/0371-94
25767.098284/2010-14 - AIS:129776/10-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: CIENLABOR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ/CPF: 02.814.280/0001-05
25759.536581/2011-45 - AIS:752738/11-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: EDWARDS LIFESCIENCES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-CIRURGICOS LTDA. CNPJ/CPF: 05.944.604/0003-71
25759.604587/2011-18 - AIS:848397/11-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: GALENA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 57.442.774/0001-90
25759.068271/2011-61 - AIS:094685/11-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: GIVAUDAN DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 61.188.488/0001-17
25767.151519/2011-11 - AIS:210780/11-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: GIVAUDAN DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 61.188.488/0001-17
25767.147747/2013-61 - AIS:0209608/13-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25767.132606/2011-38 - AIS:183759/11-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: INFRAMÉRICA CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA S.A. CNPJ/CPF: 15.559.082/0001-86
25351.231956/2014-12 - AIS:0317925/14-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)
AUTUADO: INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA CNPJ/CPF: 59.309.302/0001-99
25767.084874/2011-00 - AIS:117318/11-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: INSTITUTO TERAPÊUTICO DELTA LTDA.CNPJ/CPF: 33.173.097/0002-74
25759.662086/2011-91 - AIS:930353/11-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: KIMBERLY CLARK BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA CNPJ/CPF: 02.290.277/0001-21
25767.098295/2010-65 - AIS:129788/10-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA CNPJ/CPF: 61.282.661/0001-41
25759.497999/2011-82 - AIS:698091/11-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A CNPJ/CPF: 31.673.254/0001-02
25759.512172/2012-00 - AIS:0733548/12-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: LINDE GASES LTDA CNPJ/CPF: 60.619.202/0001-48
25759.655603/2011-29 - AIS:920858/11-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: NUTRIFARM DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INGREDIENTES LTDA - EPP CNPJ/CPF: 06.699.880/0001-12
25759.207243/2011-81 - AIS:288702/11-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
AUTUADO: OCEANAIR LINHAS AEREAS LTDA CNPJ/CPF: 02.575.829/0029-49
25351.236765/2014-86 - AIS:0324732/14-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)
AUTUADO: OPTO ELETRÔNICA S/A CNPJ/CPF: 54.253.661/0001-58
25759.536433/2011-06 - AIS:752538/11-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 13.190.290/0001-25
25767.750835/2011-55 - AIS:647933/11-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)
AUTUADO: REM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 47.334.701/0001-20
25759.645101/2012-02 - AIS:0924946/12-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
AUTUADO: RIO LONG HAIR ACESSORIOS FEMININO LTDA CNPJ/CPF: 13.103.808/0001-46
25759.703860/2012-68 - AIS:1006962/12-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 61.286.647/0001-16
25759.383078/2012-25 - AIS:0547630/12-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA.CNPJ/CPF: 02.685.377/0008-23
25759.538679/2011-55 - AIS:755866/11-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: TAKEDA PHARMA LTDA. CNPJ/CPF: 60.397.775/0008-40
25767.143664/2013-11 - AIS:0203683/13-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 00.317.929/0001-49
25351.337698/2014-94 - AIS:0464556/14-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)
AUTUADO: TORRENT DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 33.078.528/0001-32
25759.605114/2011-77 - AIS:849263/11-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: TRB PHARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA ltda CNPJ/CPF: 61.455.192/0002-04
25759.656762/2011-12 - AIS:922394/11-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: UNILEVER BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 61.068.276/0012-59
25759.527669/2011-46 - AIS:740101/11-9 E 25759.527571/2011-31 - AIS:739970/11-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

Nª 158 - A Coordenação Técnica de Análise e Julgamento de Infrações Sanitárias em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do art. 183, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 29 da ANVISA, de 21 de julho de 2015, publicado na seção 1, do DOU n. 139, de 23 de julho 2015, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A. CNPJ/CPF: 14.522.178/0001-07
25759.225047/2013-81 - AIS:0319091/13-9 E 25759.225129/2013-16 - AIS:0319089/13-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: ALICE MARTINS FERNANDES - EIRELI CNPJ/CPF: 14.625.227/0001-37
25759.718212/2013-24 - AIS:1035999/13-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 3.000,00 (Três mil reais)
AUTUADO: BASF S.A CNPJ/CPF: 48.539.407/0089-50
25759.380873/2014-91 - AIS:0528025/14-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: BAXTER HOSPITALAR LTDA CNPJ/CPF: 49.351.786/0010-71
25759.211818/2014-06 - AIS:0289236/14-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: CONSÓRCIO CONSTRUTOR VIRACOPOS CNPJ/CPF: 15.666.428/0001-45
25759.234590/2013-11 - AIS:0331347/13-6 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais)
AUTUADO: EXOPRO INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A CNPJ/CPF: 04.463.465/0001-30
25759.698315/2014-21 - AIS:1030011/14-2, 25759.698147/2014-16 - AIS:1029790/14-1 -E 25759.698360/2014-85 - AIS:1030068/14-6 GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
AUTUADO: HENKEL LTDA CNPJ/CPF: 02.777.131/0001-05
25767.626686/2013-21 - AIS:0897055/13-6 - GGPAF/ANVISA

SEM VALOR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: INTERMEDICAL PRODUTOS MÉDICOS LTDA CNPJ/CPF: 54.974.746/0001-25
25759.712545/2014-55 - AIS:1050237/14-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A. CNPJ/CPF: 56.994.502/0017-05
25759.258710/2014-33 - AIS:0355936/14-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: ORGAO GESTOR DE MAO-DE-OBRA DO TRAB. PORT. DOS PORTOS ORGANIZADOS DO RIO DE JANEIRO, SEPETIBA, FORNO E NITEROI CNPJ/CPF: 00.363.349/0001-98
25752.034831/2012-21 - AIS:0049890/12-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: RIBEIRO & TELO ALIMENTOS LTDA. CNPJ/CPF: 09.217.561/0007-07
25759.655788/2013-40 - AIS:0938949/13-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 3.000,00 (Três mil reais)
AUTUADO: RP ATIVIDADES AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO LTDA CNPJ/CPF: 03.769.607/0002-00
25749.039622/2012-66 - AIS:0056363/12-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
AUTUADO: SWISSPORT BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 01.886.441/0008-71
25759.683266/2013-81 - AIS:0979085/13-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: TAM- Linhas Aéreas S/A l CNPJ/CPF: 02.012.862/0069-58
25755.022431/2012-15 - AIS:0031598/12-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: ULTRADENT DO BRASIL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA CNPJ/CPF: 06.295.846/0001-82
25759.106376/2015-08 - AIS:0152520/15-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

MUSA MORENA SILVA DIAS

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 357, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, decide:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos administrativos, registro único para o exercício da medicina, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas indicados na lista constante do Anexo desta Portaria, bem como determinar a expedição das respectivas carteiras de identificação, posto terem atendido a todos os requisitos legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.183576/2015-19	ANA ELENA GONZALEZ ALFONSO	3502280	SP	JACAREI
25000.183641/2015-14	GRACIELA SANCHEZ PEREZ	1500666	PA	ALTAMIRA
25000.183651/2015-41	IBIS SUAREZ VERA	3200327	ES	CARIACICA

PORTARIA Nº 358, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Divulga o nome e respectivo registro único de médico intercambista participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, decide:

Art. 1º Conceder, com base no respectivo processo administrativo, registro único para o exercício da medicina, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, ao médico intercambista indicado no Anexo desta Portaria, bem como determinar a expedição da respectiva carteira de identificação, posto ter atendido a todos os requisitos legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.183700/2015-46	LITSY OLIVA RODRIGUEZ	2600629	PE	IGARASSU

PORTARIA Nº 359, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Divulga a relação complementar de médico participante do Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica - PROVAB com conceito satisfatório, na primeira Avaliação Somativa, referente à seleção de 2015 e remanescentes da seleção de 2013 que foram certificados e não ingressaram em Programas de Residência Médica.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, que institui o Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB) e respectivas alterações;

Considerando os Editais SGTES/MS de nº 35, de 26 de dezembro de 2012; de nº 58, de 6 de novembro de 2013; de nº 59, de 6 de novembro de 2013, de nº 01, de 7 de janeiro de 2014 e respectivas alterações e retificações, e o de n° 2, de 15 de janeiro de 2015, que regulamentam a adesão ao PROVAB;

Considerando os termos da Resolução nº 2, de 27 de agosto de 2015, da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), publicada no DOU n°165, de 28 de agosto de 2015; e

Considerando a Portaria nº 53/SGTES/MS, de 28 de novembro de 2013, que estabelece diretrizes de monitoramento dos profissionais do PROVAB, matriculados nos cursos de especialização, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo I desta Portaria, a relação complementar do médico participante com conceito satisfatório na primeira Avaliação Somativa do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB), referente ao ano de 2015, aptos a requerer a pontuação adicional de 10% nos processos seletivos de Residência Médica 2016.

Parágrafo único. Os médicos participantes deverão estar devidamente matriculados e regulares no Curso de Especialização, obter conceito satisfatório na segunda avaliação somativa e integralizar a carga horária para receberem o Certificado de Conclusão do PROVAB 2015.

Art. 2° Divulgar, na forma do Anexo II desta Portaria, a relação complementar do médico que concluiu o Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica - PROVAB 2013, aptos a utilizar a pontuação adicional de 10% nos processos seletivos de Residência Médica 2016, conforme registro da competência de outubro/2015 no SIsCNRM.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO I

Médicos participantes com conceito satisfatório na primeira Avaliação Somativa do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB), referente ao ano de 2015 aptos a requerer a pontuação adicional de 10% nos processos seletivos de Residência Médica 2016

NOME	CPF
REED ANDRE SIQUEIRA*	02541243308

*subjudice

ANEXO II

Médica que concluiu o Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica - PROVAB 2013, apta a utilizar a pontuação adicional de 10% nos processos seletivos de Residência Médica 2016, conforme registro da competência de outubro/2015 no SIsCNRM.

NOME	CPF
CAROLINA ALVES MARTINS GUERRA	07040514605

PORTARIA Nº 360, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, decide:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos administrativos, registro único para o exercício da medicina, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas indicados na lista constante do Anexo desta Portaria, bem como determinar a expedição das respectivas carteiras de identificação, posto terem atendido a todos os requisitos legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.190082/2015-91	ALANE APARECIDA NOBRE PEREIRA	2901256	BA	BARRA
25000.190096/2015-12	ALESSIO SILVA COSTA	2901258	BA	DIAS D'ÁVILA
25000.190102/2015-23	ALIPIO PEREIRA DE ARAUJO JUNIOR	1300528	AM	BARCELOS
25000.190106/2015-10	ANTONIO CARTEGIANE RODRIGUES	3101191	MG	ABAETE
25000.190108/2015-09	CATIA CRISTINA BARBOSA	4301131	RS	Uruguaiana
25000.190111/2015-14	CIBELE BENTO RODRIGUES	5200399	GO	PORANGATU
25000.190114/2015-58	DANIELA SOLARES CARMONA	2901259	BA	CAMPO FORMOSO
25000.190115/2015-01	DEIVD EDUARDO DE SOUZA DOS SANTOS	1500671	PA	PRAINHA
25000.190117/2015-91	DIEGO ROBERTO CALSONE	3502284	SP	CAPAO BONITO
25000.190119/2015-81	DOUGLAS LUIZ MARIANO	1100267	RO	BURITIS
25000.190120/2015-13	EDSON PLÁCIDO E SILVA	2200312	PI	BURITI DOS MONTES
25000.190122/2015-02	ETHEL SUELLEN BORGES DE OLIVEIRA	1100268	RO	COSTA MARQUES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25000.190123/2015-49	FILIPE DA SILVA ALVES	3101189	MG	ESMERALDAS
25000.190126/2015-82	FLÁVIA DOS SANTOS LIMA	3502286	SP	CAPAO BONITO
25000.190128/2015-71	GILBERTO PEREIRA NETO	1500669	PA	MEDICILANDIA
25000.190132/2015-30	HELIO DE OLIVEIRA	1100265	RO	ITAPUA DO OESTE
25000.190130/2015-41	HELLEN FERNANDA JUSTI	5000211	MS	NOVA ANDRADINA
25000.190133/2015-84	IVAN RODRIGUES SILVA	2300800	CE	CHAVAL
25000.190134/2015-29	JACSON LUCENA CAMELO	1200179	AC	RODRIGUES ALVES
25000.190135/2015-73	JAMILE IBRAHIM ISA ABDEL HADI	4100894	PR	PITANGA
25000.190136/2015-18	JOÃO VICTOR DOS SANTOS SILVA	2300802	CE	FARIAS BRITO
25000.190138/2015-15	JOHN RANZES DE SOUZA BEZERRA	1400160	RR	SÃO JOÃO DE BALIZA
25000.190139/2015-51	JOSÉ GERALDO DIAS DE CASTRO	3101192	MG	ARINOS
25000.190140/2015-86	JULIANO FERNANDES MARTINS MELLA	2800152	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY
25000.190141/2015-21	LAURA ANDREELLE SILVA FRANÇA	2600630	PE	GRAVATA
25000.190143/2015-10	LINDOMAR FOSCHIERA GIARETTA	5000214	MS	Ponta Porã
25000.190149/2015-97	LUIZ FERNANDO DE SOUZA	5000213	MS	NOVA ANDRADINA
25000.190150/2015-11	LUZIANE DOS SANTOS MOURA	5000212	MS	NOVA ANDRADINA
25000.190153/2015-55	MARCIO DORNELES CANDIA	5000216	MS	Ponta Porã
25000.190155/2015-44	MARCOS VINICIUS FERNANDES RODRIGUES DUARTE	2300801	CE	CHAVAL
25000.190156/2015-99	MARGARETH ALVES AGUIRRE	5000215	MS	NOVA ANDRADINA
25000.190158/2015-88	MARIA LETÍCIA GUEDES DE BRITO	3101188	MG	ITAJUBA
25000.190161/2015-00	MARIELA CECILIA VARGAS NAVARRO	4301130	RS	CAPÃO DO CIPÓ
25000.190162/2015-46	MATHEUS PALADINO DE SOUZA	2901257	BA	MANSIDÃO
25000.190164/2015-35	MAXIMILIANO ROCHA PINHEIRO	2100680	MA	BURITICUPU
25000.190166/2015-24	MONICA ALVES DA SILVA	3502285	SP	FERRAZ DE VASCONCELOS
25000.190167/2015-79	PATRÍCIA GRACIELA BARBINO	1200178	AC	MARECHAL THAUMATURGO
25000.190168/2015-13	POLIANA TEODORO COSTA	2600631	PE	GRAVATA
25000.190171/2015-37	PRISCILA GIZELE BARBINO	1100269	RO	BURITIS
25000.190172/2015-81	RAFAEL LOPES REZENDE	5100244	MT	VARZEA GRANDE
25000.190174/2015-71	RAMON LUCAS SANTOS	3502282	SP	FERRAZ DE VASCONCELOS
25000.190175/2015-15	RENATO BRANDT	3101190	MG	ITUETA
25000.190180/2015-28	RHAYANNE NAYARA CANDIDO BARZOTTO	1500668	PA	BAIAO
25000.190182/2015-17	RICARDO ESTREMADOIRO ARRIAZA	1300529	AM	SÃO PAULO DE OLIVENÇA
25000.190186/2015-03	ROSICLÉIA MOURA GOMES	2600632	PE	TACAIMBO
25000.190188/2015-94	SANDRA NEVES FUZA	3502283	SP	FERRAZ DE VASCONCELOS
25000.190113/2015-11	SILVANA SAMPAIO DA SILVA	1300530	AC	BOCA DO ACRE
25000.190189/2015-39	THIESA QUARESMA RODRIGUES	3502281	SP	FERRAZ DE VASCONCELOS
25000.190190/2015-63	ULIMA BARBARA MORAES DA SILVA	1500667	PA	PRAINHA
25000.190192/2015-52	VAILDES LOPES GOMES	1500670	PA	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
25000.190193/2015-05	VALTER ALFREDO DE CARVALHO JUNIOR	1100266	RO	COLORADO DO OESTE
25000.190194/2015-41	VANESSA DE SOUZA FERREIRA	2901255	BA	ENTRE RIOS
25000.190195/2015-96	VICTOR RAUL DE OLIVEIRA CRUZADO	2901260	BA	ENCRUZILHADA
25000.190196/2015-31	WAGNER CHICOL DE CARVALHO	2500194	PB	REMIGIO

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem
no tempo,
registrando a
informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015121600091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 259, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.016835/2015-13, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica CONRADO & RAMOS LTDA - ME, CNPJ nº 12.621.613/0001-25, situada no Município de Arapongas - PR, na Rua Sovi, 596, Parque Industrial III, CEP 86.706-570 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

PORTARIA Nº 260, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.023855/2015-32, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica AVAL LONDRINA INSPEÇÕES VEICULARES LTDA - EPP, CNPJ nº 06.129.879/0001-52, situada no Município de londrina - PR, na Avenida Rio Branco, 1086, Nossa Senhora do Desterro, CEP 86.025-595 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

PORTARIA Nº 261, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.020125/2015-80, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica SECTA - SERVIÇOS CREDENCIADOS EM TECNOLOGIA AUTOMOTIVA LTDA - ME, CNPJ nº 51.761.781/0001-78, situada no Município de São Paulo - SP, na Avenida Cândido Portinari, 228, Vila Jaguara, CEP 05.114-000 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

Nº 528/2015-CD - Processos n. 53500.005908/2010-15 e 53500.012702/2011-22
Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 790, de 3 de dezembro de 2015. Recorrente/Interessado: INTELIG S/A (CNPJ/MF nº 02.421.421/0001-11) e GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. - GVT (CNPJ/MF nº 03.420.421/0001-11)

EMENTA: SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO. RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA. GERAÇÃO DE TRÁFEGO ARTIFICIAL. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. A prática de geração de tráfego artificial ("sumidouro de tráfego") viola os arts. 152 da LGT e 29 do Regulamento Geral de Interconexão - RGI. 2. A geração de tráfego artificial é de antigo conhecimento do setor, vedada expressamente pela regulamentação. 3. Recurso conhecido e não provido. 4. Homologação de Acordo entre GVT e INTELIG.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 218/2015-GCIF, de 27 de novembro de 2015, integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo interposto por INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para, no mérito, negar-lhe provimento; b) não conhecer da petição da INTELIG às fls. 2126-2128, de 26 de março de 2015, tendo em vista a ocorrência de preclusão consumativa e temporal; e, c) homologar acordo firmado entre INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. - GVT e arquivar a presente Reclamação Administrativa em relação às referidas partes, conforme art. 102, IV, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 529/2015-CD - Processo nº 53500.007884/2011-10
Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 790, de 3 de dezembro de 2015. Recorrente/Interessado: FALKLAND TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ/MF nº 01.009.876/0001-61) e GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. (CNPJ/MF nº 03.420.926/0001-24)

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO. DETERMINAÇÃO PARA CESSAÇÃO DE PRÁTICA. GERAÇÃO DE TRÁFEGO ARTIFICIAL. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. 1. Determinação para que Autorizada do STFC cesse prática de geração de tráfego artificial, bem como proceda à devolução de valores pagos indevidamente a título de remuneração de redes, dentre outras providências. Decisão escorreita. Manutenção. 2. Recurso Administrativo conhecido para, no mérito, negar-lhe provimento.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 247/2015-GCRZ, de 24 de novembro de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 530/2015-CD - Processo nº 53500.002844/2015-13
Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 790, de 3 de dezembro de 2015. Recorrente/Interessado: TIM CELULAR S/A, INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CLARO S/A, OI S/A e TELEFÔNICA BRASIL S/A

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO. QUESTIONAMENTO SOBRE COMPROMISSOS DE ABRANGÊNCIA. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. Petição acerca dos critérios para atendimento de compromissos de abrangência para as metas rurais pertinentes ao raio de cobertura e se a oferta de serviços abrange ou não a área urbana dos municípios apresentada pela TIM CELULAR S/A e INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA. 2. Contrarrazões apresentadas pelas demais proponentes vencedoras do Edital de Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV-ANATEL. 3. Análise do mérito da Reclamação realizada pelo Informe nº 62/2015/PRUV/SPR, de 21 de julho de 2015, que sugere conhecer da Petição do Grupo TIM/INTELIG como Recurso Administrativo, bem como das contrarrazões apresentadas pelas prestadoras CLARO, OI e TELEFÔNICA para, no mérito, negar-lhes provimento. 4. Pelo conhecimento e não provimento.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 249/2015-GCRZ, de 25 de novembro de 2015, integrante deste acórdão, conhecer da Petição da TIM CELULAR S/A e INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA. como Recurso Administrativo, bem como das contrarrazões apresentadas pelas prestadoras CLARO S/A, OI S/A e TELEFÔNICA BRASIL S/A para, no mérito, negar-lhes provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 531/2015-CD - Processo nº 53500.005684/1999-85
Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 790, de 3 de dezembro de 2015. Recorrente/Interessado: SAT TV POR ASSINATURA LTDA. (CNPJ/MF nº 02.108.886/0001-17)

EMENTA: PROCEDIMENTO PARA EXTINÇÃO, POR CASSAÇÃO, DA AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE SINAIS MULTIPONTO MULTICANAL. SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO. PERDA DE CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA MANUTENÇÃO DE OUTORGA. ART. 139, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.472/1997. EXTINÇÃO POR CASSAÇÃO. 1. Comprovada perda de condição indispensável para a manutenção da outorga, nos termos do art. 139, parágrafo único, da Lei nº 9.472/1997, enseja a extinção, por cassação, da autorização para prestar o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal. 2. Garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 144 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei Geral de Telecomunicações. 3. A extinção da autorização não implica isenção de débitos decorrentes da autorização expedida.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 248/2015-GCRZ, de 24 de novembro de 2015, integrante deste acórdão, extinguir, por cassação, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia expedida à SAT TV POR ASSINATURA LTDA., CNPJ/MF nº 02.108.886/0001-17, por meio do Ato nº 7.667, de 30 de março de 2000, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da outorga.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 533/2015-CD - Processo nº 53566.000143/2010-62
Conselheiro Relator: Anibal Diniz. Fórum Deliberativo: Reunião nº 790, de 3 de dezembro de 2015. Recorrente/Interessado: KLEBER DA SILVA DANTAS (CPF/MF nº 002.369.543-93)

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. PRESTAÇÃO CLANDESTINA DE SCM. ARGUMENTOS DA RECORRENTE IMPROCEDENTES. PELO CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO. 1. A Prestadora foi sancionada por executar o Serviço de Comunicação Multimídia sem autorização desta Agência. 2. Instada a se defender, a Prestadora alegou que não explorava o SCM, apesar de possuir os equipamentos e, caso estivesse prestando algum serviço, esse seria apenas de valor adicionado (SVA). 3. Quanto à materialidade das infrações, as irregularidades cometidas pela Recorrente foram devidamente comprovadas, uma vez que a fiscalização presencial identificou a irradiação de portadora na frequência de 2,4 GHz e constatou a prestação do serviço a clientes cadastrados. 4. Quanto à impossibilidade financeira do Recorrente para arcar com o montante aplicado, propõe-se comunicar ao Interessado a respeito da possibilidade de parcelamento do valor da multa, nos termos da Resolução nº 637, de 24 de junho de 2014. 5. Recurso Administrativo conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 5/2015-GCAD, de 25 de novembro de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto em face do Despacho Decisório nº 5.163, de 2 de outubro de 2014, expedido pela Superintendência de Fiscalização, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 534/2015-CD - Processos n. 53000.002525/2010-26 e 53000.047093/2009-49
Conselheiro Relator: Anibal Diniz. Fórum Deliberativo: Reunião nº 790, de 3 de dezembro de 2015. Recorrente/Interessado: ABC RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. (CNPJ/MF nº 19.552.413/0001-07)

EMENTA: PROCESSO DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO. PAI. MINICOM. SFI. INFRAÇÕES TÉCNICAS. RECURSO ADMINISTRATIVO. CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO. 1. A Recorrente repisa as mesmas alegações apresentadas em sede de Defesa, as quais já foram analisadas e adequadamente rechaçadas. A correção de irregularidades após a fiscalização não afasta a prática de infrações. 2. Restou caracterizado o cometimento da infração, sendo efetivamente consideradas as peculiaridades do caso concreto quando da fixação da penalidade respectiva; não há dúvida quanto à regularidade da sanção aplicada. 3. Recurso conhecido e, no mérito, improvido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 4/2015-GCAD, de 25 de novembro de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo em face do Despacho Decisório nº 1.476, de 5 de março de 2015, da Superintendência de Fiscalização da Anatel para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 535/2015-CD - Processo nº 53500.013660/2013-17
Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 790, de 3 de dezembro de 2015. Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S/A (CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79) e LAFAIETE PROVEDOR DE INTERNET E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ/MF nº 10.552.549/0001-42)

EMENTA: SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO. PEDIDO DE ARBITRAGEM. COMPARTILHAMENTO DE DUTOS. SNOA. VIABILIDADE TÉCNICA. CONDIÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DA ORPA. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. A negativa de compartilhamento de dutos da TELEMAR NORTE LESTE S/A localizados no município de Congonhas-MG foi realizada de maneira indevida. 2. O compartilhamento dos dutos deve respeitar as condições de comercialização dispostas na Oferta de Referência de Produto de Atacado de Infraestrutura Passiva da TELEMAR NORTE LESTE S/A. 3. Recurso conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 219/2015-GCIF, de 27 de novembro de 2015, integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo interposto por TELEMAR NORTE LESTE S/A para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) conhecer das contrarrazões apresentadas por LAFAIETE PROVEDOR DE INTERNET E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - LAFAIETE TELECOM para, no mérito, conceder-lhe provimento parcial.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 536/2015-CD - Processo nº 53000.006634/2009-89
Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 790, de 3 de dezembro de 2015. Recorrente/Interessado: FUNDAÇÃO R. S. SILVA (CNPJ/MF nº 13.720.263/0001-17)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA. INFRAÇÕES TÉCNICAS NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE FATO NOVO OU CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A Recorrente não traz nenhum fato novo ou circunstância relevante capaz de modificar a decisão recorrida. 2. Recurso Administrativo conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 220/2015-GCIF, de 27 de novembro de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto por FUNDAÇÃO R. S. SILVA, CNPJ/MF nº 13.720.263/0001-17, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Milagres, no estado da Bahia, em face de decisão proferida pelo Superintendente de Fiscalização, consubstanciada no Despacho Decisório nº 1.919, de 15 de abril de 2014, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos da decisão recorrida.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 537/2015-CD - Processo nº 53516.004652/2011-31
Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 790, de 3 de dezembro de 2015. Recorrente/Interessado: ABRIL RADIODIFUSÃO S/A (CNPJ/MF nº 03.555.171/0001-75)

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO. INFRAÇÕES TÉCNICAS NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE FATO NOVO OU CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A Recorrente não traz nenhum fato novo ou circunstância relevante capaz de modificar a decisão recorrida. 2. Recurso Administrativo conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 221/2015-GCIF, de 27 de novembro de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto por ABRIL RADIODIFUSÃO S/A, CNPJ/MF nº 03.555.171/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de Maringá, no estado do Paraná, em face de decisão proferida pelo Superintendente de Fiscalização, consubstanciada no Despacho Decisório nº 5.352, de 5 de novembro de 2013, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos da decisão recorrida.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 538/2015-CD - Processo nº 53520.002046/2011-11
Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 790, de 3 de dezembro de 2015. Recorrente/Interessado: TELEVISÃO CULTURA S/A (CNPJ/MF nº 83.900.050/0001-52)

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO. INFRAÇÕES TÉCNICAS NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE FATO NOVO OU CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A Recorrente não traz nenhum fato novo ou circunstância relevante capaz de modificar a decisão recorrida. 2. Recurso Administrativo conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 222/2015-GCIF, de 27 de novembro de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto por TELEVISÃO CULTURA S/A, CNPJ/MF nº 83.900.050/0001-52, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de Chapecó, no estado de Santa Catarina, em face de decisão proferida pelo Superintendente de Fiscalização, consubstanciada no Despacho Decisório nº 1.359, de 20 de março de 2014, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos da decisão recorrida.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 539/2015-CD - Processo nº 53516.004647/2011-28
Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 790, de 3 de dezembro de 2015. Recorrente/Interessado: TELEVISÃO TIBAGI LTDA. (CNPJ/MF nº 76.554.757/0001-99)

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO. INFRAÇÃO TÉCNICA NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE FATO NOVO OU CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A Recorrente não traz nenhum fato novo ou circunstância relevante capaz de modificar a decisão recorrida. 2. Recurso Administrativo conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 223/2015-GCIF, de 27 de novembro de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto por TELEVISÃO TIBAGI LTDA., CNPJ/MF nº 76.554.757/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de Maringá, no estado do Paraná, em face de decisão proferida pelo Superintendente de Fiscalização, consubstanciada no Despacho Decisório nº 1.397, de 21 de março de 2014, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos da decisão recorrida.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 540/2015-CD - Processos n. 53504.018826/2012-62 e 53504.014691/2011-85
Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 790, de 3 de dezembro de 2015. Recorrente/Interessado: FALKLAND TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ/MF nº 01.009.876/0001-61)

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. RECURSO ADMINISTRATIVO. DESCUMPRIMENTO DO REGULAMENTO DO SERVIÇO MÓVEL ESPECIALIZADO. CONHECER E NEGAR PROVIMENTO. REFORMATIO IN PEJUS. CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL. ANULAÇÃO DE DESPACHO DECISÓRIO POR FALTA DE COMPETÊNCIA. REFORMA DA DECISÃO. 1. Verificada divergência entre os critérios de valoração da sanção administrativa aplicável e a metodologia de cálculo de multa efetivamente empregada. 2. Pela anulação do Despacho Decisório nº 7.712, de 8 de setembro de 2015, em virtude da ausência de competência do Superintendente de realizar qualquer alteração na decisão que proferiu se já ultrapassada a fase do juízo de retratação. 3. Pela reforma da decisão contida no Despacho Decisório nº 3.439, de 15 de julho de 2014, que lhe aplicou sanção de multa no valor total de R$ 5.239,08 (cinco mil, duzentos e trinta e nove reais e oito centavos), para, corrigindo erro material identificado nos parâmetros utilizados na metodologia de cálculo da sanção de multa, aplicar a sanção de multa no valor de R$ 12.347,70 (doze mil, trezentos e quarenta e sete reais e setenta centavos).

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 224/2015-GCIF, de 27 de novembro de 2015, integrante deste acórdão: a) anular o Despacho Decisório nº 7.712, de 8 de setembro de 2015, em virtude da ausência de competência do Superintendente de realizar qualquer alteração na decisão que proferiu se já ultrapassada a fase do juízo de retratação; e, b) reformar a decisão contida no Despacho Decisório nº 3.439, de 15 de julho de 2014, que lhe aplicou sanção de multa no valor total de R$ 5.239,08 (cinco mil, duzentos e trinta e nove reais e oito centavos), por infração denominada desvirtuamento da prestação do Serviço Móvel Especializado em descumprimento ao Regulamento do SME, aprovado pela Resolução nº 404, de 5 de maio de 2005, arts. 1º e 29, inciso I, para, corrigindo erro material identificado nos parâmetros utilizados na metodologia de cálculo da sanção de multa, aplicar a sanção de multa no valor de R$ 12.347,70 (doze mil, trezentos e quarenta e sete reais e setenta centavos), conforme detalhado no Informe nº 182/2014-COGE2/COGE, de 10 de julho de 2014 (fls. 81/88).

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

Nº 541/2015-CD - Processo nº 53500.016008/2011-84
Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 790, de 3 de dezembro de 2015. Recorrente/Interessado: ADATEL TV E COMUNICAÇÕES OSASCO S/A (CNPJ/MF nº 03.554.975/0001-50)

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. SERVIÇO DE TV A CABO. DESCUMPRIMENTO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA (HOME PASSED). SANCIONAMENTO. SUBSTITUIÇÃO DE CADUCIDADE POR MULTA. REFORMA DA DECISÃO. APLICAÇÃO DA SANÇÃO DE CADUCIDADE. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. Inaplicabilidade da fundamentação utilizada para aplicação da sanção de multa em substituição à sanção de caducidade em virtude do término da vigência do contrato de concessão antes da decisão. 2. Pela reforma da decisão contida no Acórdão nº 225/2015-CD, de 19 de junho de 2015, que aplicou sanção de multa, em substituição à sanção de caducidade, no valor de R$ 255.037,28 (duzentos e cinquenta e cinco mil, trinta e sete reais e vinte e oito centavos) pelo descumprimento do cronograma de implantação do Home Passed. 3. Pelo conhecimento e não provimento do Pedido de Reconsideração.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 225/2015-GCIF, de 27 de novembro de 2015, integrante deste acórdão: a) rever a decisão contida no Acórdão nº 225/2015-CD, de 19 de junho de 2015, que aplicou, em substituição à sanção de caducidade, multa no valor de R$ 255.037,28 (duzentos e cinquenta e cinco mil, trinta e sete reais e vinte e oito centavos) pelo descumprimento do cronograma de implantação do Home Passed, para que seja aplicada, no presente caso, a sanção de caducidade da concessão para prestação do Serviço de TV a Cabo por ADATEL TV E COMUNICAÇÕES OSASCO S/A, CNPJ/MF nº 03.554.975/0001-50, com extinção do respectivo Contrato de Concessão na Área de Prestação do Serviço de Osasco, estado de São Paulo; e, b) conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 14 de outubro de 2015

Ref.: Processo nº 53500.026103/2013
Nº 9.187/2015-COQL/SCO - O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) em epígrafe, instaurado em face da TV Cabo São Paulo Ltda., CNPJ/MF n.º 00.699.284/0001-56, prestadora do serviço de acesso condicionado (SeAC), que trata de descumprimentos relativos ao Plano Geral de Metas de Qualidade para os Serviços de Televisão por Assinatura (PGMQ-TV por Assinatura), aprovado pela Resolução n.º 411, de 14 de julho de 2005, considerando o teor do Informe n.º 335/2015-COQL, de 22/09/2015, RESOLVE aplicar a sanção de sanção de MULTA no valor total de R$19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais), em razão do descumprimento aos arts. 8.º, II; 9.º, II e §1.º; 10, II e § 1.º; 12, II e § 1.º; 17, II e § 1.º; e 18, todos do PGMQ-TV por Assinatura. Caso a Prestadora resolva, de acordo com o disposto no § 5º do art. 33 do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 589/2012, renunciar expressamente ao direito de recorrer da decisão de primeira instância, fará jus a um fator de redução de 25% (vinte e cinco por cento) no valor da multa ora aplicada, desde que faça o recolhimento no prazo regulamentar, totalizando para esse caso o montante de R$14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

KARLA CROSARA IKUMA REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Nº 6.703 - Expede autorização ao CONDOMÍNIO DO SHOPPING CENTER RIO CLARO, CNPJ nº 00.961.475/0001-44, para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço;

Nº 6.705 - Prorroga autorização para uso de radiofrequência à CARLITO ANTONIO JAQUETTO, CPF nº 864.293.538-34, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado;

Nº 6.715 - Transfere autorização expedida a ALCON ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA, por meio do Ato n° 6025, de 7 de Outubro de 2013, para AMTRAK COMÉRCIO E SERVIÇOS DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA - ME, CNPJ nº 13.166.787/0001-08, para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço;

Nº 6.717 - Outorga autorização para uso de radiofrequência à VRG LINHAS AÉREAS S/A, CNPJ nº 07.575.651/0004-00, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 50.480, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015

Extingue, por cassação, a autorização do Serviço Radioamador, de interesse restrito, expedida à(s) entidade(s) a seguir relacionada(s), constante(s) do processo nº 53560.200004/2015-00, tendo em vista a manutenção da irregularidade fiscal, com fulcro no art. 139, caput, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, fulcro no art. 18, parágrafo 5º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001 e no parágrafo único, do art. 139, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, desde a data indicada para cada entidade na relação. A extinção não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida.

A relação de entidade(s) está na seguinte ordem: nome da entidade; número do CPF ou CNPJ; número do Fistel; validade da autorização de radiofrequência.

Francisco Wilson Felix, 20114419353, 50401886506, 07/03/2015.

JOSE AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 6.739, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) TRANSOCEAN BRASIL LTDA, CNPJ nº 40.278.681/0001-79 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

Nº 50.510 - Processo nº 53500.207953/2015 Expedir autorização à INFORMÁTICA URANDINET LTDA.-ME, CNPJ/MF nº 09.379.085/0001-35, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional

Nº 50.511 - Processo nº 53500.23841/2014 Expedir autorização à INEW SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.-ME, CNPJ/MF nº 19.264.917/0001-21, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Nº 50.527 - Processo nº 53560.001786/2015-98 Expede autorização à T DA SILVA MEDEIROS TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA, CNPJ/MF nº 14.152.560/0001-76, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o território nacional.

Nº 50.528 - Processo nº 53500.014110/2015-79- Expede autorização à CENEDESE TELECOMUNICAÇÃO E INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 13.286.685/0001-26, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o território nacional.

Nº 50.529 - Processo nº 53560.001737/2015-55- Expede autorização à MARCIO CARDOSO FAGUNDES ME, CNPJ/MF nº 08.399.664/0001-87, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o território nacional.

Nº 50.530 - Processo nº 53500.013635/2015-97 - Expede autorização à PATRÍCIO LEMOS ALVES MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E INFORMÁTICA ME, CNPJ/MF nº 20.627.417/0001-96, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o território nacional.

Nº 50.531 - Processo nº 53500.014327/2015-89 Expede autorização à FRAGA & SATIM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 19.402.417/0001-09, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o território nacional.

Nº 50.532 - Processo nº 53560.002186/2015-47- Expede autorização à F D CAVALCANTE DE LIMA - ME, CNPJ/MF nº 14.756.059/0001-19, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o território nacional.

Nº 50.533 - Processo nº 53500.011476/2015-96 - Expede autorização à JAINE BERCOT & CIA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 94.960.358/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o território nacional.

Nº 50.536 - Processo nº 53500.011558/2015-31- Expede autorização à ALTEMIR PAULO CARLEXO - ME , CNPJ/MF nº 10.965.497/0001-36, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

Nº 50.540 - Autorizar A. S. AVIONICS SERVICES S.A., CNPJ nº 01.137.391/0001-53, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação nas seguintes condições:

Nº 50.541 - Autorizar OPPENHEIMER HERBERT HANS MEDEIROS QUEIROZ, CPF nº 36004561215, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação nas seguintes condições:

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Nº 6.695 - Processo n° 535000184482014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à M A INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 05.387.407/0001-37, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.696 - Processo n° 535000179262015. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à NIPTELECOM TELECOMUNICAÇÕES EIRELI - EPP, CNPJ nº 19.534.299/0001-92, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.698 - Outorgar autorização para uso das radiofrequências, sem exclusividade, à ALGAR TELECOM S/A, CNPJ nº 71.208.516/0001-74 para a prestação do Serviço STFC/RADIOTELEFONICO - ESTACOES TERRESTRES destinado ao uso do público em geral (STFC).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Nº 6.699 - Processo nº 53900.027321/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Alvinópolis/MG - Canal 28-. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.700 - Processo nº 53900.027234/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Arinos/MG - Canal 44+. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.701 - Processo nº 53900.027394/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Bicas/MG - Canal 11. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.702 - Processo nº 53900.027280/15. Televisão Sociedade Ltda. - RTV-Bom Repouso/MG-Canal 29- Autoriza Uso de RF.

Nº 6.706 - Processo nº 53900.027218/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV-Brasilândia Minas/MG-Canal 15.Autoriza Uso RF.

Nº 6.711 - Processo nº 53710.001274/98. Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Buritis/MG - Canal 34. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.713 - Processo nº 53900.027228/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV-Carmópolis Minas/MG-Canal 44+.Autoriza Uso RF.

Nº 6.714 - Processo nº 53900.027324/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV-Conceição RioVerde/MG-Canal 36-. Autoriza Uso RF.

Nº 6.716 - Processo nº 53900.027220/15.Televisão Sociedade Ltda. - RTV-Coração Jesus/MG-Canal 15+.Autoriza Uso de RF.

Nº 6.719 - Processo nº 53900.027241/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Ervália/MG - Canal 47+. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.721 - Processo nº 53900.027397/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Espera Feliz/MG - Canal 7. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.723 - Processo nº 53900.027290/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Estiva/MG - Canal 29-. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.724 - Processo nº 53900.027307/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Gouveia /MG - Canal 20+. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.725 - Processo nº 53900.027289/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Guidoval/MG - Canal 3-. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.726 - Processo nº 53900.027266/15.Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Itapeva/MG - Canal 13+. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.727 - Processo nº 53000.061780/12. Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Leopoldina/MG - Canal 4-. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.728 - Processo nº 53900.027358/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV-Matias Barbosa/MG-Canal 13.Autoriza Uso de RF.

Nº 6.729 - Processo nº 53900.027342/15 .Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Mato Verde/MG - Canal 48+. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.730 - Processo nº 53900.027245/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Nazareno/MG - Canal 8+. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.731 - Processo nº 53900.027274/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV-Nova Resende/MG-Canal 22+. Autoriza Uso de RF.

Nº 6.732 - Processo nº 53900.027400/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Pompéu/MG - Canal 4+. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.733 - Processo nº 53900.027251/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Rio Novo/MG - Canal 17+. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.734 - Processo nº 53900.027294/15. Televisão Sociedade Ltda.- RTV - Serrania/MG - Canal 27. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.735 - Processo nº 53000.063776/13. Televisão Sociedade Ltda.- RTV-Três Corações/MG-Canal 2. Autoriza o Uso de RF.

Nº 6.718 - Processo n° 535002103172015. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à SKY SERVICOS DE BANDA LARGA LTDA., CNPJ nº 00.497.373/0001-10, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 24 de Junho de 2029, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.720 - Processo n° 535000308182012. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à TM TECNOLOGIA DA COMUNICACAO LTDA, CNPJ nº 10.227.328/0001-07, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 27 de Março de 2028, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es)

Nº 6.737 - Processo n° 535000025452014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 31 de Dezembro de 2030, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.738 - Processo n° 535000025452014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 31 de Dezembro de 2030, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.740 - Processo n° 535000025452014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 31 de Dezembro de 2030, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa e anulação de portaria.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.017610/2010	Rádio Difusora de Itumbiara Ltda	OM	Itumbiara	GO	Multa	788,81	Converter a penalidade de suspensão por meio da Portaria n° 1609, de 7/8/12 DOU de 13/8/12 em multa. Atribuir 16 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria SCE n° 3918, de 25/11/2015	Portaria MC n° 85/1994 Portaria MC n° 112/2013
53000.020065/2011	Scala FM Stereo de Belo Horizonte	FM	Belo Horizonte	MG	Anular		Anular a Portaria nº 757, de 24/6/13 publicada no DOU de 25/6/13.	Portaria SCE n° 3920, de 25/11/2015	Portaria MC n° 112/2013

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015121600094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 25 de novembro de 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade aos recursos das entidades abaixo relacionadas:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53000.058377/2009	Rádio Nativa FM Ltda	FM	Edéia	GO	Conhecido e não provido	1239
53000.062482/2011	Radiodifusora Atual Ltda	FM	São Paulo	SP	Conhecido e não provido	1320
53000.013821/2011	Fundação Cultural Cruzeiro do Sul	FME	Sorocaba	SP	Conhecido e não provido	1330
53504.006084/2013	Rádio Mensagem Ltda	FM	São Paulo	SP	Recebido e não provido	1338
53000.075420/2013	Rádio e Televisão Rotioner Ltda	TV e OM	Curitiba e Icaraíma	PR	Conhecido e não provido	1350
53516.007276/2011	Fundação João Paulo II	RTV	Londrina	PR	Conhecido e provido	1383
53000.018185/2011	Sociedade Rádio Ponta Porã Ltda	OM	Ponta Porã	MS	Conhecido e provido	1387
53000.021946/2012	Rádio Difusora de Pirassununga Ltda-Me	OM	Pirassununga	SP	Recebido e não provido	1400
53508.017287/2011	Empresa Fluminense de Comunicação Ltda	FM	Niterói	RJ	Conhecido e não provido	1410
53000.062481/2011	Rádio Difusora Atual Ltda	OM	São Paulo	SP	Recebido e não provido	1421
53516.006685/2011	Rádio FM Esperança Ltda	FM	Nova Esperança	PR	Recebido e não provido	1433
53000.022947/2011	Rádio Clube de Itapetininga Ltda	OM	Itapetininga	SP	Conhecido e não provido	1444
53000.029808/2011	Rádio Mundial de São Paulo Ltda	OM	Santa Isabel	SP	Recebido e provido	1458
53000.065962/2011	Fundação Rainha da Paz	FME	Brasília'	DF	Conhecido e provido parcialmente	1476
53000.023482/2010	Rádio Progresso Ltda	FM	Sumaré	SP	Não conhecido	1674
53000.015961/2013	Rádio Aliança Ltda	OM	João Pessoa	PB	Conhecido e provido	1723
53000.049063/2010	Associação Comunitária Betel do Bairro Jardim Aeroporto Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Paulo Afonso	RADCOM	Paulo Afonso	BA	Conhecido e provido parcialmente	1764

Em 7 de dezembro de 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionada:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53000.023890/2010	Rádio Cidade de Corupá Ltda	FM	Gravatal	SC	Conhecido e provido	1810

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 6.334, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto Projeto Acesso Móvel - AMP - 3G (1), da pessoa jurídica TIM CELULAR S.A., processo nº 53900.028457/2015, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º A aprovação não desobriga a pessoa jurídica referida no art. 1º de prover adequações no projeto referentes aos parâmetros técnicos dispostos no inciso V do §1º e nos incisos VI, VII e VIII do §2º do art. 6º da Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, conforme indicadas no parecer técnico ou sempre que solicitadas pelo Ministério das Comunicações até a apresentação do relatório final de que trata o art. 24 da Portaria MC nº 55/2013 ou até a apresentação da proposta de alteração de que trata o art. 20 da Portaria MC nº 55/2013, no caso de ela ser apresentada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THALES MARÇAL VIEIRA NETTO

ANEXO I

PJ proponente:	TIM CELULAR S.A.
CNPJ:	04.206.050/0001-80
Projeto:	Projeto Acesso Móvel - AMP - 3G (1)
ID:	5306
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Móvel
Início:	01/06/2015
Término:	31/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 24.810.967,33
Unidade Federativa:	PA, CE, PE, RJ, SP, PR, SC, GO, DF

Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 88, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Estabelece as regras, critérios e procedimentos para a progressão funcional e promoção aos integrantes da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais - ATPS, no âmbito Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, e dá outras providências.

A MINISTRA DE ESTADO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, no art. 18 da Lei Nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, e no Decreto Nº 8.435, de 22 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º Estabelecer, no âmbito da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, as normas para progressão funcional e promoção dos integrantes da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais - ATPS, criada pela Lei nº 12.094 de 19 de novembro de 2009 e regulamentada pelo do Decreto nº 8.435, de 22 de abril de 2015.

CAPÍTULO I
das Disposições Iniciais

Art. 2º Para efeitos desta Portaria considera-se:

I - Classe: divisão vertical da carreira integrada por cargos de idêntica denominação, atribuições, grau de complexidade, nível de responsabilidade, requisitos de capacitação e experiência para o desempenho das atribuições;

II - Padrão: posição horizontal, dentro de uma mesma classe, na escala de vencimentos da carreira;

III - Progressão funcional: passagem do servidor de um padrão para outro imediatamente superior dentro de uma mesma classe;

IV - Promoção: passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior; e

V - Capacitação: processo permanente de aprendizagem para contribuir no desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais.

CAPÍTULO II
da Progressão Funcional e Promoção

Art. 3º Para fins de progressão funcional, deverão ser observados os seguintes requisitos:

a) cumprimento do interstício de dezoito meses de efetivo exercício em cada padrão; e

b) resultado médio superior a oitenta por cento do limite máximo da pontuação nas avaliações de desempenho individual, no interstício considerado para a progressão.

§ 1º Para fins de progressão, o interstício referido art. 3º terá redução de um terço, mediante resultado de avaliação de desempenho e contribuição excepcional para o desempenho institucional, sendo a redução limitada em até dez por cento do número de vagas em cada cargo.

§ 2º A redução de que trata o § 1º do art.3º desta Portaria será disciplinada em norma específica da SEPPIR, de acordo com as diretrizes e normas complementares editadas pelo dirigente do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal.

Art. 4º Para fins de promoção funcional, serão observados os seguintes requisitos:

a) cumprimento do interstício de dezoito meses de efetivo exercício no último padrão de cada classe;

b) resultado médio superior a noventa por cento do limite máximo da pontuação nas avaliações de desempenho individual, no interstício considerado para a promoção;

c) na mudança da classe A para a classe B, o servidor deverá ter participado de eventos de capacitação com conteúdos correlatos às atribuições do cargo e com carga horária total igual ou superior a cento e vinte horas, no interstício considerado para a promoção; e

d) na mudança da classe B para a classe Especial, o servidor deverá ter participado de eventos de capacitação com conteúdos correlatos às atribuições do cargo e com carga horária igual ou superior a trezentas e sessenta horas, no interstício considerado para a promoção.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º A carga horária mencionada nas alíneas "c" e "d" do art. 4º desta Portaria será dividida em conteúdos transversais do cargo e em conteúdos associados à respectiva especialidade.

§ 2º A divisão de que trata o § 1º não poderá resultar em carga horária inferior a um terço para os conteúdos transversais ou para os conteúdos associados à respectiva especialidade.

§ 3º Somente serão promovidos os servidores que atenderem cumulativamente aos requisitos necessários para promoção.

Art. 5º O interstício de dezoito meses de efetivo exercício para a progressão funcional e para a promoção será:

I - computado a contar da entrada em exercício do servidor ocupante dos cargos da carreira de ATPS;

II - computado em dias, descontados os afastamentos que não forem legalmente considerados de efetivo exercício;

III - interrompido nos casos em que o servidor se afastar sem remuneração, sendo reiniciado o cômputo a partir do retorno à atividade.

Art. 6º Os atos de concessão de progressão e promoção serão publicados no boletim interno e produzirão efeitos financeiros a partir do primeiro dia subsequente à data em que o servidor houver completado os requisitos para a progressão ou a promoção

Art. 7º Para fins de promoção serão considerados eventos de capacitação realizados em instituições nacionais ou estrangeiras, preferencialmente escolas de governo, cujos conteúdos sejam compatíveis com as atribuições do cargo.

§ 1º Somente serão reconhecidos os cursos de capacitação realizados por instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação, exceto escolas de governo e instituições estrangeiras.

CAPÍTULO III

da Capacitação

Art. 8º Os cursos deverão estar alinhados com os temas transversais da carreira de ATPS e com os conteúdos associados à especialidade do cargo.

Art. 9º A conclusão dos cursos deverá ser comprovada por meio de documentos emitidos pela instituição responsável pelo curso.

§ 1º Serão aceitos como documentos comprobatórios de conclusão:

I - diploma;

II - certificado;

III - atestado;

IV - declaração;

V - histórico.

§ 2º Os documentos apresentados deverão conter, no mínimo:

I - nome do participante;

II - período de realização;

III - carga horária.

§ 3º Os cursos deverão ser realizados e terão validade durante todo o período em que o servidor se encontrar na respectiva classe.

§ 4º A carga horária do curso não poderá ser computada para mais de uma promoção, que trata as alíneas "c" e "d" do art. 4º desta Portaria.

§ 5º Os documentos comprobatórios devem ser entregues à Coordenação de Gestão de Pessoas - CGEP.

CAPÍTULO IV

das Disposições Finais

Art. 10 Compete à CGEP validar os cursos realizados e computar a carga horária de cada servidor.

Art. 11 O resultado da progressão e da promoção funcional será publicado no Boletim Interno.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NILMA LINO GOMES

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 538, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e nos arts. 14, 15 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o que consta do Processo nº 48000.001931/2015-46, resolve:

Art. 1º Criar o Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica - ProGD, com os seguintes objetivos:

I - promover a ampliação da geração distribuída de energia elétrica, com base em fontes renováveis e cogeração;

II - incentivar a implantação de geração distribuída em:

a) edificações públicas, tais como escolas, universidades e hospitais; e

b) edificações comerciais, industriais e residenciais.

Art. 2º O ProGD compreende a geração distribuída dos sistemas elencados a seguir:

I - geração distribuída de que trata o art. 2º, § 8º, alínea "a", da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, observado o disposto nos arts. 14, 15, §§ 3º e 4º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e

II - microgeração e minigeração distribuída, definida conforme regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º Para a geração distribuída prevista no art. 2º, inciso I, ficam estabelecidos os Valores Anuais de Referência Específicos - VRES, de acordo com o disposto no art. 2º-B da Lei nº 10.848, de 2004, para as seguintes fontes:

I - solar fotovoltaica, no valor de R$ 454,00/MWh (quatrocentos e cinquenta e quatro Reais por megawatt-hora); e

II - cogeração a gás natural, no valor de R$ 329,00/MWh (trezentos e vinte e nove Reais por megawatt-hora).

§ 1º Os Valores Anuais de Referência Específicos - VRES definidos no caput são aplicáveis somente a empreendimentos de geração distribuída que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - estejam conectados à rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras; e

II - tenham capacidade instalada menor ou igual à potência disponibilizada para a unidade consumidora por meio da qual o empreendimento está conectado, definida conforme regulação da ANEEL, limitada, no máximo, a 30 MW.

§ 2º Os agentes vendedores de empreendimentos de geração distribuída farão jus somente à receita de venda referente, exclusivamente, à geração proveniente do empreendimento verificada no ponto de conexão.

§ 3º Os valores definidos no caput são referenciados a preços de dezembro de 2015 e deverão vigorar a partir de 1º de janeiro de 2016, sendo atualizados anualmente, durante a vigência do contrato, conforme disposto a seguir:

I - para fonte solar fotovoltaica, atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e

II - para cogeração a gás natural, atualização definida com aplicação da seguinte fórmula:

$VRES_{t+1} = (1 + \alpha * \Delta IPCA + (1- \alpha) * \Delta tarifa\ de\ gás) * VRES_t$

Onde:

$VRES_{t+1}$: Valor Anual de Referência Específico - VRES atualizado;

α: parcela da atualização do Valor Anual de Referência Específico - VRES atrelada ao IPCA, definido pelo empreendedor na chamada pública da distribuidora e compreendido no intervalo entre 0 e 1, inclusive;

$\Delta IPCA$: variação do IPCA dos doze meses anteriores ao mês de atualização do VRES;

$\Delta tarifa\ de\ gás$: variação da tarifa de gás natural vigente para o empreendimento de cogeração dos doze meses anteriores ao mês de atualização do VRES; e

$VRES_t$: Valor Anual de Referência Específico - VRES corrente.

§ 5º A contratação de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração distribuída, de que trata o caput, deve utilizar modelos de contratos a serem elaborados pela ANEEL.

§ 6º O Ministério de Minas e Energia publicará, em 2016, os Valores Anuais de Referência Específicos - VRES, a serem calculados pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, para demais fontes de geração distribuída.

Art. 4º Instituir Grupo de Trabalho, no âmbito do ProGD, para atender aos objetivos previstos no art. 1º.

§ 1º O Grupo de Trabalho previsto no caput será composto por representantes, titulares e suplentes, dos Órgãos e Entidades abaixo indicados, na seguinte forma:

I - cinco representantes do Ministério de Minas e Energia, ao qual caberá a indicação do coordenador do Grupo de Trabalho;

II - dois representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

III - dois representantes da Empresa de Pesquisa Energética - EPE;

IV - dois representantes do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL; e

V - dois representantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

§ 2º O prazo para conclusão dos trabalhos será de noventa dias, contados da data de instalação do Grupo de Trabalho.

§ 3º Ao final das suas atividades, o Grupo de Trabalho deverá apresentar relatório final ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

§ 4º O Grupo de Trabalho poderá convidar representantes de outros Órgãos, Associações ou Empresas quando for necessário ao desenvolvimento dos trabalhos.

§ 5º As ações a serem desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho deverão incluir o estudo de mecanismo simplificado para a comercialização de geração distribuída no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

§ 6º As despesas relacionadas à participação dos representantes e convidados correrão a conta de dotações orçamentárias das respectivas organizações que representam.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

PORTARIA Nº 3.791, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais, com base no disposto na Resolução Normativa nº 417, de 23 de novembro de 2010, e no art. 7º do Regimento Interno da ANEEL, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.006371/2011-51, resolve:

Art. 1° Alterar o anexo da Portaria nº 3.366, de 1º de dezembro de 2014, que passa a ter a redação dada pelo anexo desta portaria.

Art. 2º O anexo desta Portaria está disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL

Em 8 de dezembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 3.959. Processo nº: 48500.004163/2015-41. Interessados: Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e Distribuidoras de Energia Elétrica. Decisão: (i) dá provimento ao pleito da CEB Distribuição S.A. referente ao expurgo de sobrecontratação nos pontos de conexão Samambaia -138 kV e Brasília Geral - 33 kV em 2014; e (ii) determina ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS que cobre das Distribuidoras relacionadas no Anexo as Parcelas de Ineficiência por Sobrecontratação - PIS, apuradas no período de 2011 a 2014 e atualizadas para junho/2015. A íntegra deste Despacho e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 10 de dezembro de 2015

Nº 4.003. Processo nº 48500.005221/2000-51. Interessado: Bioenergia Gasa Ltda. Decisão: Alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Gasa, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.AI.SP027950-1.01, localizada no município de Andradina, no estado de São Paulo. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 14 de dezembro de 2015

Nº 4.019. Processo nº 48500.000803/2015-44. Interessado: (i) transferir para a condição de inativo o registro para desenvolvimento do Projeto Básico da PCH Córrego Fundo, com potência estimada de 5.400 kW, situada no rio Cumbuco, integrante da sub-bacia 26, no estado de Mato Grosso, de titularidade da empresa Nacional Energia, Participações e Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o no 10.654.917/0001-63, tendo em vista a manifestação de desistência em continuar o desenvolvimento dos estudos. (ii) revogar o Despacho n° 578, de 04 de março de 2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.020. Processo nº 48500.002609/2009-55. Interessado: (i) alterar a titularidade do registro concedido para desenvolvimento do Projeto Básico da PCH Providência e do Aceite aos estudos protocolados, conferidos por meio dos Despachos 3.369, de 04 de setembro de 2009 e 541, de 14 de fevereiro de 2011, respectivamente, para a empresa Providência Energia S.A., inscrita no CNPJ 11.773.518/0001-84. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 15 de dezembro de 2015

Nº 4.029. Processo nº 48500.005394/2015-72. Interessado: Grantec Técnica de Construção Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Barbosa Ferraz, cadastrada sob o CEG PCH.PH.PR.034949-6.01, situada no rio Corumbataí, no estado do Paraná; (ii) esse DRI-PCH é de exclusividade da citada empresa e não serão permitidas transferências de titularidade antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) a empresa terá o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação na ANEEL do Sumário Executivo, as correspondentes ART e o arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados, uma vez que a mencionada empresa exerceu o direito de preferência no prazo estabelecido no item (ii) do Despacho n° 3.271, de 21 de setembro de 2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de dezembro de 2015

Nº 4.031 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e com base nos processos relacionados a seguir, resolve liberar as unidades geradoras das usinas eólicas - EOLs listadas para início da operação comercial a partir do dia 16 de dezembro de 2015, quando a energia produzida pelas unidades geradoras deverá estar disponível ao sistema.

EOL - UF	Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG	Titularidade	Unidades Geradoras	Processo
Galpões - RS	EOL.CV.RS.031477-3.01	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	UG1 a UG3, totalizando 6 MW	48500.002793/2014-09
Capão do Inglês - RS	EOL.CV.RS.031510-9.01	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	UG1, UG2, UG3 e UG5, totalizando 8 MW	48500.002979/2014-50
Verace 28 - RS	EOL.CV.RS.031578-8.01	Eólica Hermenegildo II S.A.	UG1 a UG7, totalizando 12,53 MW	48500.003716/2014-68
Verace 29 - RS	EOL.CV.RS.031557-5.01	Eólica Hermenegildo II S.A.	UG1 a UG10, totalizando 17,9 MW	48500.003266/2014-11
Verace 30 - RS	EOL.CV.RS.031602-4.01	Eólica Hermenegildo II S.A.	UG1 a UG10, totalizando 17,9 MW	48500.004372/2014-12
Verace 31 - RS	EOL.CV.RS.031558-3.01	Eólica Hermenegildo II S.A.	UG1 a UG5, totalizando 8,95 MW	48500.003265/2014-69

Nº 4.032. Processo nº 48500.005493/2008-25. Interessado: Energia Sustentável do Brasil S.A. Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação em teste a partir de 16 de dezembro de 2015. Usina: UHE Jirau.

Unidade Geradora: UG18 de 75.000 kW. Localização: Município de Porto Velho, Estado de Rondônia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 14 de dezembro de 2015

Nº 4.010. Processo nº 48500.005103/2014-65. Interessada: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE. Decisão: anuir ao pedido da Interessada para celebrar o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento nº 13.2.1171.1, no valor de R$ 743.382.000,00 (setecentos e quarenta e três milhões, trezentos e oitenta e dois mil reais), celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e dar em garantia seus recebíveis, advindos do Contrato de Compra e Venda de Energia com a Billiton Metais S.A. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 15 de dezembro de 2015

Nº 4.028. Processo: 48500.006151/2014-71. Interessada: Companhia de Interconexão Energética - CIEN. Decisão: anuir ao refinanciamento, sem desembolso de recursos, do saldo devedor do contrato de mútuo firmado entre a Interessada (Mutuária) e sua controladora Enel Brasil S.A. (Mutuante), no valor de R$ 88.435.375,69 (oitenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), pelo prazo de 2 anos. A íntegra do Despacho encontra-se nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 3.984, de 09 de dezembro de 2015, publicado em resumo no DOU de 14 de dezembro de 2015, seção 1, página 103, onde se lê "(…) no Fundo BB Extramercado FAE Fundo de Investimento em Renda Fixa para o Banco Safra S.A., (...)", leia-se "(…) no Fundo de Aplicação Extramercado para o Banco Safra S.A., (...)" A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA III

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 15 de dezembro de 2015

SUPERINTENDENTE- DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Resolução ANP nº 22, de 11 de abril de 2014, publicada em 14 de abril de 2014, concede o registro dos produtos abaixo, às empresas relacionadas:

Nº 1744	CLAC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ nº 31.274.384/0002-45					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002940/2015 - 95	TEKMA MEGA X LA CL	SAE 10W-40	ACEA E6-12 / E7-12, API CI-4, MB-APPROVAL 228.51, MACK EO-N, RVI RLD-2, VOLVO VDS-3, DEUTZ DQC-III LA, CUMMINS CES 20076/77, MAN M3477, MTU TYPE 3.1.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17108
Nº 1745	COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. - CNPJ nº 33.000.092/0038-50					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002947/2015 - 15	UNIVIS N	SAE -	EATON I-286-S, M-2950-S, DIN 51524-3, ISO L-HV (ISO 11158 -1997), DENISON HF 0, CHINA GB 11118.1(L-HM), CHINA 11118.1 (L-HV)	ÓLEO LUBRIFICANTE	7364
	48600.002947/2015 - 15	UNIVIS N	SAE -	EATON I-286-S, M-2950-S, DIN 51524-3, ISO L-HV (ISO 11158 -1997), DENISON HF 0, CHINA GB 11118.1(L-HM), CHINA 11118.1 (L-HV)	ÓLEO LUBRIFICANTE	7364
	48600.002947/2015 - 15	UNIVIS N	SAE -	EATON I-286-S, M-2950-S, DIN 51524-3, ISO L-HV (ISO 11158 -1997), DENISON HF 0, CHINA GB 11118.1(L-HM), CHINA 11118.1 (L-HV)	ÓLEO LUBRIFICANTE	7364
	48600.002948/2015 - 51	MOBIL DELVAC MX	SAE 15W40	ACEA E7-12, JASO DH-1, API CH-4/SL/CI-4/SJ, CATERPILLAR ECF-2, CUMMINS CES 20076/20077/20078, MACK EO-M PLUS/EO-N, MAN M 3275-1, MB 228.3, RENAULT TRUCKS RLD-2, VOLVO VDS-3,	ÓLEO LUBRIFICANTE	2477
	48600.002946/2015 - 62	UNIVIS N	SAE -	EATON I-286-S, M-2950-S, DIN 51524-3, ISO L-HV (ISO 11158 -1997), DENISON HF 0	ÓLEO LUBRIFICANTE	7364
	48600.002826/2015 - 65	DIOL 9 RF	SAE 20W40	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	17096
Nº 1746	PETRONAS LUBRIFICANTES S.A. - CNPJ nº 03.613.421/0001-86					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002938/2015 - 16	SELENIA K SN	SAE 15W-40	API SN, ACEA A3/B4-12, MB-APPROVAL 229.1, VW 501 01 / 505 00.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17107
Nº 1747	SIGLA-OIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP - CNPJ nº 14.993.396/0001-20					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002875/2015 - 06	MOTOR'S PRIME PLUS II	SAE 15W40	API CI-4, CH-4, ACEA E7-12, MB 228.3 (MB PACKAGE APPROVAL), MAN 3275, VOLVO VDS-2, RENAULT RD-2, MACK EO-M+, CUMMINS CES 20077, CATERPILLAR ECF-1A, DEUTZ DCQ-II, MTU 2.0	ÓLEO LUBRIFICANTE	17105
	48600.002889/2015 - 11	MOTOR'S PRIME PLUS I	SAE 15W40	API CG-4 / ACEA E7-12	ÓLEO LUBRIFICANTE	17106

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAUJO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de dezembro de 2015

Nº 1.730 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de maio de 2004, nos termos do artigo 41, inciso II, alíneas 'a', 'c' e 'h' da Resolução ANP n° 58/2014, com fins de apurar existência de indícios de paralisação injustificada da atividade de distribuição de combustíveis líquidos e no que consta do processo n. º 48610.002375/2015-47, torna pública a revogação da Autorização nº 193, sob o registro nº 3191, publicada no DOU em 27/8/2003, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da sociedade Petróleo do Valle Ltda., inscrita no CNPJ sob o n. º 04.434.150/0001-64, situada na Avenida Coronel Clementino Coelho, s/n, Terminal Bapetro, Distrito Industrial Petrolina, CEP 56308210, Petrolina - PE. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Nº 1.731 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de maio de 2004, com base no disposto nos termos do artigo 29 § único e artigo 30, inciso II, alínea 'g' da Resolução ANP n° 18/2009, no que consta do processo n. º 48610.007173/2012-49, torna pública a revogação da Autorização nº 58, publicada no DOU em 14/2/2008, para o exercício da atividade de produção de óleo lubrificante acabado da sociedade F. R. Miranda Envasilhagem e Comércio de Óleos e Lubrificantes Automotivos Em Geral Ltda. -EPP., inscrita no CNPJ sob o n. º 06.017.661/0001-06, situada na R. Indiapora, 468, Antigo 180, Cidade Industrial Satélite de São Paulo, CEP 07.232-090 - Guarulhos - SP. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Nº 1.732 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de maio de 2004, com base no disposto nos termos do artigo 41, inciso II, alíneas "a" e "g" da Resolução ANP nº 58, de outubro de 2014 e no que consta do processo n. º 48610.007470/2013-75, torna pública a revogação do Despacho nº 632/1999, publicado no DOU em 23/12/1999, que concedia autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da sociedade Distribuidora de Petróleo Manguary Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 84.643.246/0001-71, situada na Estrada do Belmont, s/n, km 5, Milagres, Porto Velho - RO. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Nº 1.733 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, torna público o cancelamento da Autorização ANP n° 176/2000 para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível anteriormente outorgada à DNP - DISTRIBUIDORA NACIONAL DE PETRÓLEO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 03.217.431/0001-00, com fundamento no art. 41, inciso II, alínea 'a', da Resolução ANP n° 58/2014, em razão da ausência de elementos que justifiquem a manutenção da autorização, face a extinção dessa pessoa jurídica. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.734 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de maio de 2004, com base no disposto nos termos do artigo 17, inciso II da Resolução ANP nº 42/2011 e do artigo 41, inciso II, alíneas 'a' e 'g' da Resolução ANP 58/2014, no que consta do processo n. º 48610.004851/2014-83, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 105/2005, publicada no DOU em 27/4/2009, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos, bem como a Autorização de Operação ANP nº 192/2009 da sociedade Petroluna Distribuidora de Petróleo Ltda., inscrita no CNPJ sob o n. º 03.776.647/0001-06, situada na Rodovia Wilson Finardi, S/N, Km 63,5 - Bairro dos Lopes - 13.500-270 - Rio Claro - SP. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Nº 1.735 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, e com fundamento nos artigos 15 e 17, II da Resolução ANP n° 42/2011 e nos elementos do processo administrativo nº 48610.002358/2015-18, torna pública a revogação da autorização de operação da base de distribuição de combustíveis líquidos localizada na Rodovia BR 277, s/nº, km 582, Centralito, CEP: 85804-260, Cascavel/PR outorgada à PETROALCOOL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 85.491.074/0004-73. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.736 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, torna pública a revogação da Autorização ANP n° 572/2008, publicada no Diário Oficial da União em 12/12/2008, para o exercício da atividade de produção de óleo lubrificante acabado anteriormente outorgada à LUB QUÍMICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 68.736.248/0001-59, com fundamento no art. 30, inciso II, alíneas 'b' e 'g' da Resolução ANP n° 18/2009, com base nos elementos de fato e direito constantes nos autos do Processo Administrativo n° 48610.012015/2012-19. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.737 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de maio de 2004, com base no disposto nos termos do artigo 29, parágrafo único e artigo 30, inciso II, alíneas "b" e "g" da Resolução ANP nº 18/2009 e no que consta do processo n. º 48610.003198/2012-73, torna pública a revogação da Autorização nº 415, sob o registro nº 380, publicada no DOU em 9/10/2008, para o exercício da atividade de produção de óleo lubrificante acabado da sociedade Petroplus Sul Comércio Exterior S.A., inscrita no CNPJ sob o n. º 02.328.237/0001-21, situada na Av. Jamil Nahas, nº 741 - Pólo Industrial Oeste - 79108-680 - Campo Grande - MS. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Nº 1.738 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92/2004, com fundamento no art. 29, parágrafo único e no art. 30, II, "g" da Resolução ANP n° 18/2009 e nos elementos do processo administrativo nº 48610.006714/2012-11, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 65, publicada no DOU em 22/3/2004, para o exercício da atividade de produção de óleo lubrificante acabado, outorgada à CADIUM COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 00.245.992/0001-17. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.739 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, à pedido ou por sucessão empresarial:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
SP0183211	ANHAIA MELLO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	04.346.068/0001-88	SAO PAULO	SP	48610.001633/2005-12
AM0194226	ANTÔNIO S. DE SOUZA COMERCIAL ME.	04.827.720/0001-86	TEFE	AM	48600.000643/2006-14
RS0029359	AUTO ABASTECEDORA VISENTIN LTDA	90.398.298/0001-22	GUAPORE	RS	48610.013847/2002-72
RS0025286	AUTO MECANICA MAURICIO CARDOSO LTDA	90.527.235/0001-29	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	RS	48610.006597/2002-14
PR/SP0076981	AUTO POSTO ARQUI FUEL LTDA.	11.001.084/0001-02	SAO PAULO	SP	48610.012567/2009-13
SP0172902	AUTO POSTO BRASPETRO LTDA.	06.289.222/0001-52	SAO PAULO	SP	48610.006100/2004-21
SP0028931	AUTO POSTO CITY PAN LTDA	61.848.578/0001-97	SAO PAULO	SP	48610.013410/2002-39
SP0012132	AUTO POSTO DOIS AMIGOS LTDA	60.739.422/0001-05	SAO PAULO	SP	48610.010940/2001-44
SP0029379	AUTO POSTO ESTRELA DO GRIMALDI LTDA	44.184.091/0001-38	SAO PAULO	SP	48610.013837/2002-37
SP0017775	AUTO POSTO FUTURAMA LTDA	62.960.182/0001-08	SAO PAULO	SP	48610.019264/2001-74
PR/SP0063722	AUTO POSTO GRIGOLETO LTDA.	10.376.359/0001-11	PAULICEIA	SP	48610.014595/2008-94
SP0003016	AUTO POSTO IBERO LTDA	62.576.335/0001-00	SAO PAULO	SP	48610.002143/2001-93
SP0159231	AUTO POSTO LÍDER SÃO LUCAS LTDA	02.178.066/0001-00	SAO PAULO	SP	48610.003952/2003-84
SP0019687	AUTO POSTO MIRANDOPOLIS LTDA	60.868.106/0001-33	SAO PAULO	SP	48610.000375/2002-98
SP0024884	AUTO POSTO MONTEREY LTDA	43.119.031/0001-79	SAO PAULO	SP	48610.010172/2000-48
SP0027355	AUTO POSTO MONTREAL LTDA	63.034.722/0001-87	SAO PAULO	SP	48610.009969/2002-64
MG0002253	AUTO POSTO NOVA PONTE LTDA	23.137.235/0001-25	NOVA PONTE	MG	48610.004826/2000-11
PR/MG0165403	AUTO POSTO PARQUE DO SABIA LTDA	19.363.151/0001-32	UBERLANDIA	MG	48610.009953/2014-95
PR0200988	AUTO POSTO PETRO EXPRESS LTDA.	05.485.945/0001-64	CURITIBA	PR	48610.009260/2006-92
PR/SP0092338	AUTO POSTO PORTAL DO IMPÉRIO LTDA.	13.064.982/0001-27	SAO PAULO	SP	48610.002288/2011-66
PR/SP0115862	AUTO POSTO RESENDE DE CARVALHO LTDA	15.369.236/0001-77	JOSE BONIFACIO	SP	48610.007568/2012-41
SP0161303	AUTO POSTO SAPOPEMBA LTDA	43.106.871/0001-05	SAO PAULO	SP	48610.005494/2003-18
SP0025058	AUTO POSTO SOLK'S LTDA	01.838.724/0001-71	SAO PAULO	SP	48610.015507/2001-11
PR/SP0076662	AUTO POSTO SPYKE ONE LTDA.	10.990.804/0001-39	SAO PAULO	SP	48610.012170/2009-21
SP0223697	AUTO POSTO SS 7 LTDA.	09.272.596/0001-53	SAO PAULO	SP	48610.001597/2008-13
SP0177464	AUTO POSTO VILA MONTE ALEGRE LTDA. EPP.	06.198.598/0001-51	SAO PAULO	SP	48610.010318/2004-89
SP0011361	AUTO POSTO ZUM LTDA	48.710.305/0001-13	SAO PAULO	SP	48610.009964/2001-51
SP0026586	AUTO POSTO 5 ESTRELAS LTDA	48.297.675/0001-70	SAO PAULO	SP	48610.009495/2002-51
PR0017544	BARTHOLO AUTO POSTO LTDA	01.581.121/0001-37	FOZ DO IGUACU	PR	48610.018651/2001-93
PR/PR0105922	BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.	42.331.462/0003-01	TELEMACO BORBA	PR	48610.015877/2011-12
RS0214759	BILUMAR DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E LUB. LTDA.	08.250.834/0001-67	SAO FRANCISCO DE PAULA	RS	48610.008815/2007-61
RS0220940	CELSO PEREIRA DA ROSA	02.243.949/0002-29	SAPUCAIA DO SUL	RS	48610.014594/2007-69
SP0212834	CENTRO AUTOMOTIVO NOVO JF LTDA.	08.631.303/0001-14	SAO PAULO	SP	48610.007185/2007-14
RS0171936	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS CAPÃO ALTO LTDA	05.394.063/0001-93	ILOPOLIS	RS	48600.001814/2004-61
PR/RS0061702	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS PATRIA NOVA LTDA.	04.176.743/0001-78	NOVO HAMBURGO	RS	48610.011053/2008-60
RS0012251	DONADUZZI E CASTELLAN LTDA	94.513.140/0001-07	TUPANCIRETA	RS	48610.011482/2001-61
GO0017375	E L DE URZEDA E CIA LTDA ME	02.731.405/0001-25	EDEALINA	GO	48610.018908/2001-15
PR/PA0085606	E NICOLODI & CIA LTDA. - ME.	07.129.829/0001-38	URUARA	PA	48610.011014/2010-87
PR/RS0064785	ENES IZIDRO COLOMBO & CIA. LTDA.	93.138.980/0002-55	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	RS	48610.000599/2009-76
SP0013289	EQUIPE II AUTO POSTO LTDA	49.255.706/0001-93	SAO PAULO	SP	48610.011401/2001-22
SP0177356	GEOPETRO POSTO DE SERVIÇOS LTDA.	05.889.257/0001-60	SAO PAULO	SP	48610.010855/2004-29
PR/GO0102727	GT COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	13.519.310/0001-69	ITUMBIARA	GO	48610.013110/2011-41
PR/GO0103206	GT COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	13.519.310/0002-40	ITUMBIARA	GO	48610.013688/2011-05
RS0021705	IMPORTADORA E EXPORTADORA DE CEREAIS SA	91.156.471/0020-01	RIO PARDO	RS	48610.002546/2002-13
MA0219855	JACOME & ERICEIRA LTDA.	08.902.572/0001-78	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	MA	48610.013629/2007-42
PR/SP0133942	K. POSTÃO SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	17.560.490/0001-83	SAO PAULO	SP	48610.002645/2013-58
SP0222000	KENICKEL COMBUSTÍVEIS LTDA.	09.111.328/0001-50	SAO PAULO	SP	48610.000218/2008-78
MG0030128	LUIZ FERNANDO LOPES	03.204.159/0001-16	VICOSA	MG	48610.015113/2002-28
PR/SP0078484	NIAS - COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA.	11.159.893/0001-39	SAO PAULO	SP	48610.014648/2009-58
PI0209051	PETROL - TANK LTDA.	04.315.062/0002-24	TERESINA	PI	48610.004034/2007-12
SC0025249	POSSAMAI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	00.975.240/0001-01	URUSSANGA	SC	48610.015031/2001-19
SP0161377	POSTO BELVERDE LTDA	62.814.124/0001-68	SAO PAULO	SP	48610.005896/2003-12

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS0018212	POSTO DE COMBUSTIVEIS DARIANO LTDA	00.524.547/0001-96	CACHOEIRA DO SUL	RS	48610.019890/2001-61
RJ0006582	POSTO DE GASOLINA VARANDA LTDA.	30.923.361/0001-70	MENDES	RJ	48610.005961/2000-67
PR/SP0062144	POSTO DE SERVIÇOS AUTOMOTIVOS E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS FRANC LTDA.	10.318.147/0001-88	SAO PAULO	SP	48610.011989/2008-91
SP0161347	POSTO DE SERVICOS P.A. LTDA	05.680.931/0001-00	SAO PAULO	SP	48620.000118/2003-18
SP0000048	POSTO DE SERVIÇOS TRIADE LTDA	74.213.745/0001-75	SAO PAULO	SP	48610.000931/9923-19
CE0011404	POSTO ESPLANADA LTDA	07.563.638/0001-80	FORTALEZA	CE	48610.009981/2001-98
SP0159257	POSTO GAMA LOBO LTDA	61.254.272/0001-02	SAO PAULO	SP	48610.003999/2003-48
PR/MG0129705	POSTO IRMÃOS AGUIAR LTDA	16.576.346/0001-72	ARAGUARI	MG	48610.000456/2013-41
PR/MG0133582	POSTO IRMÃOS REZENDE LTDA	17.164.395/0001-60	UBERLANDIA	MG	48610.002406/2013-06
PR/MG0063479	POSTO J J LTDA.	10.462.889/0001-82	UBERLANDIA	MG	48610.014222/2008-13
SP0021950	POSTO OPALA LTDA	62.131.495/0001-45	SAO PAULO	SP	48610.002820/2002-54
SP0015864	POSTO SANTA PAULA LTDA	61.020.533/0001-20	SAO PAULO	SP	48610.016254/2001-87
MA0028489	POSTO TOPÁZIO LTDA	04.039.565/0001-33	SAO LUIS	MA	48610.011317/2002-91
PR/MT0070140	REIS & RODRIGUES POSTO DE ABAST. E SERVIÇOS LTDA	10.368.837/0001-41	VARZEA GRANDE	MT	48610.005716/2009-98
BA0182866	RENASCER DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	07.131.152/0001-72	CANARANA	BA	48610.000961/2005-85
SP0029830	RICAMAR AUTO POSTO LTDA	63.093.918/0001-42	SAO PAULO	SP	48610.014866/2002-16
SP0012695	SPEED GAS POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTIVEIS LTDA	04.470.836/0001-00	SAO PAULO	SP	48620.000060/2001-41

Nº 1.740 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/SP0172894	AUTO POSTO PAULISTÃO RUBINEIA LTDA	19.521.009/0001-76	RUBINEIA	SP	48610.011437/2015-10
PR/MG0172749	AUTO POSTO PONTILHAO LTDA - ME	10.194.618/0001-93	CARMO DO CAJURU	MG	48610.011037/2015-04
PR/GO0173325	AUTO POSTO REAL LESTE LTDA - ME	23.344.562/0001-58	GOIANIA	GO	48610.012593/2015-90
PR/SC0173309	AUTO POSTO TERRA NOVA LTDA	15.692.339/0001-73	PALHOCA	SC	48610.012502/2015-16
PR/SP0171981	AUTO POSTO VIADUTO DE FRANCO LTDA.	22.734.456/0001-18	FRANCO DA ROCHA	SP	48610.009249/2015-13
PR/RS0173266	BOER AUTO POSTO LTDA - EPP	22.154.232/0001-37	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	RS	48610.012437/2015-29
PR/SP0173212	CENTRO AUTOMOTIVO PORTO PRINCIPE LTDA	23.226.275/0001-43	SAO PAULO	SP	48610.012498/2015-96
PR/SP0173305	COLISEU COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA	22.988.249/0001-90	SAO PAULO	SP	48610.012629/2015-35
PR/RS0173308	COMERCIAL BUFFON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LIMITADA	93.489.243/0035-65	CACHOEIRINHA	RS	48610.012488/2015-51
PR/PR0173306	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL CADORE LTDA.	07.512.655/0004-30	FOZ DO IGUACU	PR	48610.012606/2015-21
PR/BA0172992	CURRAL NOVO COMÉRCIO DE DEIRIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - ME	10.545.732/0001-10	JEQUIE	BA	48610.011845/2015-63
PR/SP0173326	DALLAS BOSQUE AUTO POSTO LTDA	21.414.527/0001-32	MARILIA	SP	48610.012594/2015-34
PR/RS0171993	EDIVAR BARBIERO - ME	20.132.476/0002-74	SAO FRANCISCO DE PAULA	RS	48610.009127/2015-27
PR/RS0172515	FBX COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	15.194.430/0001-69	PORTO ALEGRE	RS	48610.010431/2015-17
PR/CE0173268	HE DERIVADOS DE PETROLEO EIRELI-EPP	19.413.016/0002-35	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.012456/2015-55
PR/RS0172753	J. A. VOLKEN COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	22.574.382/0001-08	ILOPOLIS	RS	48610.011031/2015-29
PR/PI0173267	J. L. ARAUJO CARDOSO - COMBUSTIVEIS - ME	17.415.600/0001-13	SAO MIGUEL DO TAPUIO	PI	48610.012489/2015-03
PR/MG0173327	POSTO DE ABASTECIMENTO JATOBA LTDA	18.468.690/0001-73	BELO HORIZONTE	MG	48610.012591/2015-09
PR/SP0172929	POSTO DE COMBUSTIVEIS VALE LTDA - EPP	19.443.208/0001-03	JACUPIRANGA	SP	48610.011601/2015-81
PR/MG0173269	POSTO WJC COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	23.549.906/0001-65	ARAGUARI	MG	48610.012455/2015-19
PR/PR0173265	TARABAYNE & ABDALLAH LTDA - EPP	13.200.527/0001-01	FOZ DO IGUACU	PR	48610.012358/2015-18
PR/PA0173307	VALDILENE N. BARROS - ME	16.993.697/0002-60	URUARA	PA	48610.012411/2015-81
PR/CE0173072	VIA SUL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	22.175.093/0001-28	FORTALEZA	CE	48610.011943/2015-09
PR/SP0173186	WINNER COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA	22.871.694/0001-75	OSASCO	SP	48610.012342/2015-13

Nº 1.741 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/BA0232146	A. FERNANDES SARAVIVA	21.574.412/0001-05	ITACARE	BA	48610.009520/2015-11
GLP/PA0232147	AMADEU BARROS LIMA 36814660253	23.265.935/0001-03	MARAPANIM	PA	48610.012482/2015-83
GLP/MG0232148	AMAURI BATISTA DOS REIS 08122166873	22.914.842/0001-91	LAMBARI	MG	48610.012566/2015-17
GLP/MA0232149	ARLIVAN DA C. DA S. DIAS - ME	00.269.139/0010-26	SAO LUIS	MA	48610.012520/2015-06
GLP/GO0232150	AUTO POSTO LIBERDADE - EIRELI	21.085.943/0001-34	CATURAI	GO	48610.012442/2015-31
GLP/SE0232151	COMÉRCIO DE GÁS BISPO ANDRADE LTDA ME	20.882.127/0001-99	MOITA BONITA	SE	48610.012854/2015-71
GLP/ES0232152	CRISTIANO VIEIRA FIRMO - ME	02.240.781/0001-17	MANTENOPOLIS	ES	48610.012466/2015-91
GLP/ES0232153	DIANA KARLA SILVA DA CRUZ	23.515.327/0001-00	LINHARES	ES	48610.012472/2015-48
GLP/PR0232154	DIRCEU OLIVEIRA NASCIMENTO - ME	21.586.418/0001-00	COLOMBO	PR	48610.008008/2015-57
GLP/RN0232155	DISTRIBUIDORA PINHEIRO GAS E BEBIDAS LTDA - ME	20.307.744/0002-41	PEDRO AVELINO	RN	48610.011473/2015-75
GLP/MA0232156	DOMINGOS REIS DOS SANTOS 62229931334	23.458.791/0001-01	BALSAS	MA	48610.012524/2015-86
GLP/PA0232157	E V DA SILVA SERVIÇOS - ME	18.082.279/0002-46	JURUTI	PA	48610.012469/2015-24
GLP/RN0232158	EDVALDO AUGUSTINHO - ME	19.020.029/0001-63	PEDRO VELHO	RN	48610.011479/2015-42
GLP/PR0232159	ELISA LUZIA DUKEVISKI	23.264.223/0001-61	CURITIBA	PR	48610.012471/2015-01
GLP/GO0232160	FC BEBIDAS EIRELI - ME	22.562.142/0001-85	TRINDADE	GO	48610.011850/2015-76
GLP/SP0232161	FELINTO ALVES DE FREITAS	02.932.928/0002-10	PIRACICABA	SP	48610.011246/2015-40
GLP/ES0232162	G.DE OLIVEIRA MIRANDA - COMERCIO DE GAS - ME	19.331.650/0001-48	SERRA	ES	48610.012521/2015-42
GLP/RS0232163	IRMAOS RODRIGUEZ DOS SANTOS LTDA - EPP.	13.051.810/0002-08	SANTA VITORIA DO PALMAR	RS	48610.011143/2015-80
GLP/PA0232164	JOÃO COSTA BARROSO	23.460.998/0001-02	MARAPANIM	PA	48610.012468/2015-80
GLP/SC0232165	JOÃO MARIA VALENTE NETTO	22.653.130/0001-66	BOM JARDIM DA SERRA	SC	48610.012495/2015-52
GLP/AL0232166	JOHN WAYNE MENDES SILVA SANTOS 11173507469	21.473.320/0001-39	MACEIO	AL	48610.011151/2015-26
GLP/SP0232167	JOSÉ APARECIDO PEREIRA 34953752953	16.605.579/0001-56	LIMEIRA	SP	48610.010787/2015-51
GLP/MG0232168	JOSE CARLOS PORTELA 90208188649	22.667.899/0001-33	RECREIO	MG	48610.011858/2015-32
GLP/TO0232169	JOSE MARCOS DE ALMEIDA 02521905135	23.035.544/0001-94	NOVA OLINDA	TO	48610.011734/2015-57
GLP/PR0232170	JULIANO LIMA DOS SANTOS 00855587962	13.237.347/0001-02	CURITIBA	PR	48610.012678/2015-78
GLP/RO0232171	K S C DE CASTRO ME	17.150.067/0001-05	CANDEIAS DO JAMARI	RO	48610.012667/2015-98
GLP/SP0232172	LEVI DA SILVA CONCEICAO 38377685892	22.992.124/0001-33	URUPES	SP	48610.010335/2015-79
GLP/PR0232173	LUCIANA KEILA BIANCHINI - SERGÁS - ME	22.991.403/0001-82	FAZENDA RIO GRANDE	PR	48610.012523/2015-31
GLP/AM0232174	LUCILENE SILVA	22.857.013/0001-14	MANAUS	AM	48610.012674/2015-90
GLP/AL0232175	LUCINEIDE MARIA SILVA VASCO VICENTE	22.584.925/0001-60	MACEIO	AL	48610.012459/2015-99
GLP/PE0232176	LUIZ PAULO ALVES RODRIGUES & CIA - ME	22.825.229/0001-06	TORITAMA	PE	48610.012844/2015-36
GLP/RN0232177	M S DOS SANTOS SANTANA - ME	21.054.276/0001-22	RIO DO FOGO	RN	48610.012531/2015-88
GLP/SP0232178	MARCELO MARQUES MAXIMO - ME	23.079.810/0001-80	SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	48610.011901/2015-60
GLP/ES0232179	MARGARIDA VALENTIM 02919058622	14.370.211/0001-20	ARACRUZ	ES	48610.012525/2015-21
GLP/MG0232180	MARIA APARECIDA ROQUE QUEIROZ 94515646672	20.893.639/0001-50	COLUNA	MG	48610.011902/2015-12
GLP/AL0232181	MARIEDJA SANTOS DA SILVA	09.110.960/0001-89	SAO LUIS DO QUITUNDE	AL	48610.012670/2015-10
GLP/CE0232182	MIGUEL GOMES AGUIAR - ME	22.652.088/0001-69	CAUCAIA	CE	48610.012567/2015-61
GLP/SP0232183	MOACIR APARECIDO BRENTEGANI - ME	21.896.168/0001-05	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	SP	48610.011859/2015-87
GLP/SC0232184	NEUZA BESCHTOLD DE SOUZA 59408669991	23.001.952/0001-25	BRACO DO TROMBUDO	SC	48610.012518/2015-29
GLP/CE0232185	PAULO ROBERTO LEANDRO DA SILVA	20.481.359/0001-35	ITATIRA	CE	48610.012470/2015-59
GLP/SC0232186	POLAR BEBIDAS LTDA ME	12.250.416/0001-47	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	SC	48610.012731/2015-31
GLP/TO0232187	R M CAMPOS - ME	13.980.029/0001-29	PALMAS	TO	48610.012564/2015-28
GLP/AM0232188	RAMON ALVARES DRUMOND - ME	12.408.916/0001-64	MANAUS	AM	48610.012476/2015-26
GLP/SP0232189	RENATO FRANCISCO DE CARVALHO CLEMENTINA - ME	03.086.572/0002-04	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	SP	48610.012622/2015-13
GLP/RN0232190	RENICLEY RODRIGUES DE SOUZA	22.956.795/0001-49	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	RN	48610.012532/2015-22
GLP/MT0232191	ROGÉRIO DO CARMO GABRIEL E SCHNEIDER LTDA	21.934.532/0001-76	IPIRANGA DO NORTE	MT	48610.012492/2015-19

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GLP/MG0232192	ROGERIO ALVES DE SOUZA ME	12.818.334/0002-37	CHAPADA DO NORTE	MG	48610.012852/2015-82
GLP/SP0232193	ROGERIO PAVANELLI PARDO - ME	22.692.143/0001-44	BARRA BONITA	SP	48610.012575/2015-16
GLP/MG0232194	SAMUEL FERNANDO PEREIRA 12095935640	22.789.392/0001-52	BARBACENA	MG	48610.012517/2015-84
GLP/BA0232195	SÃO FRANCISCO COMÉRCIO DE GÁS LTDA	22.484.949/0001-47	LUIS EDUARDO MAGALHAES	BA	48610.012501/2015-71
GLP/RS0232196	SERGIO SILVEIRA SEVERO - ME	06.348.680/0001-15	ROSARIO DO SUL	RS	48610.008340/2015-11
GLP/RO0232197	SILVEIRA & SILVEIRA LTDA - ME	13.479.492/0002-72	JI-PARANA	RO	48610.012496/2015-05
GLP/TO0232198	SUPER GÁS COM. VAREJISTA E DIST. DE GÁS LTDA EPP	21.831.362/0006-09	BARRA DO OURO	TO	48610.012671/2015-56
GLP/PR0232199	TERESINHA APARECIDA BLODOFF 04367005909	23.203.166/0001-00	CHOPINZINHO	PR	48610.012853/2015-27
GLP/ES0232200	WELINGTON PINTO TAVARES - ME	22.495.942/0001-20	CASTELO	ES	48610.012443/2015-86
GLP/ES0232201	WILLIAN NEITZEL REZENDE - ME	23.401.988/0001-04	PANCAS	ES	48610.012526/2015-75

Nº 1.742 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, à pedido ou por sucessão empresarial:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PR0220574	ANTONIO ADELAR DE CASTRO - ME	16.499.688/0001-36	COLOMBO	PR	48610.004224/2013-61
GLP/ES0179336	ANTONIO DIAS GAS BRAZ ME.	09.600.477/0001-82	VITORIA	ES	48610.010162/2009-41
GLP/SP0218238	AUTO POSTO VALONGO DE SANTOS LTDA.	11.102.705/0001-36	SANTOS	SP	48610.012928/2012-27
001/GLP/SC0020755	BERSEBA COMÉRCIO DE GÁS DE COZINHA LTDA.	08.781.344/0001-97	CHAPECO	SC	48610.004068/2008-71
GLP/SP0216198	BOM GÁS - COMÉRCIO DE G.L.P. LTDA - ME	01.480.720/0002-45	BARRA BONITA	SP	48610.006279/2012-25
GLP/SC0188040	BRAVAGÁS COMÉRCIO DE GLP LTDA.	08.039.892/0002-27	CHAPECO	SC	48610.010349/2010-88
GLP/AL0210943	CAPA GÁS E TRANSPORTES LTDA	13.584.130/0007-56	LAGOA DA CANOA	AL	48610.012859/2011-71
GLP/RS0201716	CHARLES NATALY FALEIRO TABORDA	10.695.727/0001-94	SANTA MARIA	RS	48610.012973/2010-10
001/GLP/GO0000953	CISAGAS COMÉRCIO E TRANSPORTADORA DE GÁS LTDA	02.242.139/0016-53	GOIANIA	GO	48610.004614/2004-41
GLP/SP0205186	CRUZ E CRUZ COMÉRCIO DE GÁS LTDA	11.392.320/0001-50	PAULINIA	SP	48610.016340/2010-81
GLP/SP0183145	DR - COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA - ME	05.867.416/0001-25	SAO PAULO	SP	48610.001234/2010-01
001/GLP/SC0005888	EFAPI DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.	07.485.630/0001-42	CHAPECO	SC	48610.010058/2005-22
GLP/RN0215019	ELAYNE DINARA CORDEIRO DA SILVA	14.910.339/0001-30	PASSA E FICA	RN	48610.005238/2012-11
GLP/CE0218282	FENIX DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA	16.629.653/0001-74	ITAPIPOCA	CE	48610.012930/2012-04
001/GLP/SP0018932	FORTOLAN & FORTOLAN DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA.	08.901.892/0001-03	CASA BRANCA	SP	48610.014830/2007-47
GLP/SP0230874	GABRIEL DE CAMPOS RAMELLA 43025733845	22.719.594/0001-28	ANALANDIA	SP	48610.008768/2015-64
GLP/PR0177492	J M BRUSTOLIN	04.870.776/0001-13	RIO BONITO DO IGUACU	PR	48610.004117/2009-57
GLP/CE0221939	MARIA VALDA DE SOUSA BEZERRA - ME	10.705.795/0002-78	CAUCAIA	CE	48610.007533/2013-93
GLP/SP0210782	MARIEL PRATES MARTINS	13.691.121/0001-79	GUARACI	SP	48610.010783/2011-49
001/GLP/MG0003913	MINOTI CAETANI FILHO	25.830.464/0001-56	SERRANIA	MG	48610.002625/2005-77
GLP/AL0178187	N. H. DA SILVA GÁS - ME	03.318.860/0001-66	MACEIO	AL	48610.006660/2009-99
GLP/RS0227766	NEUZA GUERRA PERES - ME	07.610.217/0002-43	TRES ARROIOS	RS	48610.009336/2014-90
001/GLP/SP0011323	NILSE CASAGRANDE BRENTEGANI - ME	07.587.842/0001-30	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	SP	48610.000763/2007-83
GLP/SP0224215	PAMELA DA SILVA FRANCISCO EIRELI-EPP	07.663.910/0002-84	RIO GRANDE DA SERRA	SP	48610.009045/2013-11
GLP/RO0209689	PINTAR E PINTAR LTDA	13.026.427/0002-91	PIMENTEIRAS DO OESTE	RO	48610.010258/2011-23
001/GLP/RS0020885	PLÁ DOS SANTOS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIF. LTDA	96.016.746/0001-62	SANTA VITORIA DO PALMAR	RS	48610.000996/2006-11
GLP/SC0208814	POSTO DE COMBUSTIVEIS BOM JESUS DO OESTE LTDA	00.149.352/0001-03	BOM JESUS DO OESTE	SC	48610.000460/2011-47
GLP/RO0180565	R M PINTO ME	22.861.207/0001-93	PORTO VELHO	RO	48610.012523/2009-93
GLP/TO0221256	RAFAEL VIEIRA FERREIRA - ME	08.271.552/0001-46	APARECIDA DO RIO NEGRO	TO	48610.005672/2013-82
GLP/SE0219007	R.R DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	10.530.385/0001-52	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	SE	48610.014703/2012-13

Nº 1.743 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao POSTO ALTEROSA LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 08.077.863/0002-50, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo judicial 0012176-90.2010.4.02.5101.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

RETIFICAÇÃO

No DOU de 14/12/2015, Seção 1, pág. 106, inclua-se, por ter sido omitido: Nº 1.719.

(p/Coejo)

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

RETIFICAÇÃO

No Extrato da Ata n° 202/CA/2015, publicada no D.O.U., do dia 11/12/2015, Seção 1, Página 55 - Onde se lê: ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, Realizada em 18 de setembro de 2015, Leia-se: ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, Realizada em 18 de setembro de 2015.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 213/2015-SEDE-DF

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

803.269/2013-GLOBO VERDE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°16500/2015-Destacado do DNPM 803.236/2013-ALVARÁ N°5065/2013-Vencimento em 20/05/2016

803.303/2013-INDUSTRIA DE CALCÁRIO DO CERRADO PIAUIENSE LTDA.-ALVARÁ N°16501/2015-Destacado do DNPM 803.236/2013-ALVARÁ N°5065/2013-Vencimento em 20/05/2016

803.348/2013-SANTA FILOMENA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA-ALVARÁ N°16502/2015-Destacado do DNPM 803.236/2013-ALVARÁ N°5065/2013-Vencimento em 20/05/2016

826.418/2015-AREAL DURAU LTDA.-ALVARÁ N°16503/2015-Destacado do DNPM 827.113/2013-ALVARÁ N°921/2014-Vencimento em 03/02/2017

826.419/2015-AREAL DURAU LTDA.-ALVARÁ N°16504/2015-Destacado do DNPM 827.113/2013-ALVARÁ N°921/2014-Vencimento em 03/02/2017

826.420/2015-AREAL DURAU LTDA.-ALVARÁ N°16505/2015-Destacado do DNPM 827.113/2013-ALVARÁ N°921/2014-Vencimento em 03/02/2017

826.454/2015-AREAL DURAU LTDA.-ALVARÁ N°16506/2015-Destacado do DNPM 827.113/2013-ALVARÁ N°921/2014-Vencimento em 03/02/2017

826.455/2015-AREAL DURAU LTDA.-ALVARÁ N°16507/2015-Destacado do DNPM 827.113/2013-ALVARÁ N°921/2014-Vencimento em 03/02/2017

846.147/2015-MINERAÇÃO NORTE BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°16511/2015-Destacado do DNPM 846.032/2014-ALVARÁ N°5656/2014-Vencimento em 13/06/2016

848.264/2015-LUIS BENGHI-ALVARÁ N°16512/2015-Destacado do DNPM 848.314/2013-ALVARÁ N°9954/2014-Vencimento em 24/10/2016

848.301/2015-DEPOSITO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO IELMO MARINHO LTDA EPP-ALVARÁ N°16513/2015-Destacado do DNPM 848.221/2015-ALVARÁ N°10611/2015-Vencimento em 28/09/2018

Fase de Autorização de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

826.656/2015-ARENA MINERAÇÃO LTDA. ME-ALVARÁ N°16508/2015-Destacado do DNPM 826.421/2012-ALVARÁ N°666/2013-Vencimento em 29/01/2016

826.657/2015-ARENA MINERAÇÃO LTDA. ME-ALVARÁ N°16509/2015-Destacado do DNPM 826.421/2012-ALVARÁ N°666/2013-Vencimento em 29/01/2016

826.658/2015-ARENA MINERAÇÃO LTDA. ME-ALVARÁ N°16510/2015-Destacado do DNPM 826.367/2012-ALVARÁ N°656/2013-Vencimento em 29/01/2016

RELAÇÃO Nº 214/2015-Sede-DF

Fase de Concessão de Lavra

Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)

861.103/2010-F2 IRMÃOS FERRARI TRANSPORTES LTDA ME- PORTARIA DE LAVRA Nº 224/2014- Cessionário:EURÍPEDES RODRIGUES DA SILVA ME- CNPJ 10.572.270/0001-20

Determina cancelamento da anúencia prévia da cessão de direitos da concessão de lavra(551)

002.886/1962-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.-Publicado DOU de 13/11/2015

Fase de Requerimento de Lavra

Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1950)

Incorporadora:MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A - CNPJ42.445.403/0001-94 - Direitos incorporados: DNPM 831.027/1980-ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERAÇÃO LTDA. - REQUERIMENTO DE LAVRA

Fase de Autorização de Pesquisa

Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1950)

Incorporadora:MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A - CNPJ42.445.403/0001-94 - Direitos incorporados: DNPM 830.189/1991-ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERAÇÃO LTDA. - ALVARÁ DE PESQUISA Nº 7.300/2004

Incorporadora:MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A - CNPJ42.445.403/0001-94 - Direitos incorporados: DNPM 830.382/1991-ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERAÇÃO LTDA. - ALVARÁ DE PESQUISA Nº 9.246/2004

Incorporadora:MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A - CNPJ42.445.403/0001-94 - Direitos incorporados: DNPM 830.751/1993-ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERAÇÃO LTDA. - ALVARÁ DE PESQUISA Nº 9.473/2004

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Incorporadora:MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A - CNPJ42.445.403/0001-94 - Direitos incorporados: DNPM 834.443/2010-ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERAÇÃO LTDA. - ALVARÁ DE PESQUISA Nº 16.286/2010

Incorporadora:MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A - CNPJ42.445.403/0001-94 - Direitos incorporados: DNPM 830.932/2011-ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERAÇÃO LTDA. - ALVARÁ DE PESQUISA Nº 6.241/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa

Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1950)

Incorporadora:MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A - CNPJ42.445.403/0001-94 - Direitos incorporados: DNPM 834.088/2011-ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERAÇÃO LTDA. - REQUERIMENTO DE PESQUISA

Incorporadora:MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A - CNPJ42.445.403/0001-94 - Direitos incorporados: DNPM 831.547/2012-ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERAÇÃO LTDA. - REQUERIMENTO DE PESQUISA

TELTON ELBER CORRÊA
Interino

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 43/2015

Fase de Licenciamento

Retificação de despacho(1391)

844.069/2011-NIRALDO FERREIRA DE LIMA & CIA LTDA. - Publicado DOU de 24/02/2012, Relação n° 04/2012, Seção 1, pág. - Onde se lê: "tem prazo de validade até 17/02/2016", leia-se: "tem prazo de validade até 12/01/2017"

RELAÇÃO Nº 44/2015

Fase de Licenciamento

Torna sem efeito Notificação Administrativa(905)

844.074/2012-ROMILDO CARLOS CAVALCANTE- NOT. N°43/2014

844.102/2012-ROMILDO CARLOS CAVALCANTE- NOT. N°44/2014

844.103/2012-ROMILDO CARLOS CAVALCANTE- NOT. N°45/2014

ANDRE LUIZ RODRIGUES RAMALHO

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 267/2015

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito despacho publicado(192)

871.430/2011-JORGE RONACHER PASSOS AREAL MEDOU de 22/09/2015

OSMAR ALMEIDA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO nº 190/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

800.602/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°1799/2015

800.608/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°1797/2015

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

800.429/2015-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina arquivamento Auto de infração(230)

800.081/2011-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-AI N°263/2015

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

801.023/2011-SC AGROINDUSTRIAL LTDA-OF. N°1851/2015

800.765/2012-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-OF. N°1856/2015, 1857/2015

800.982/2012-LUZARDO EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA EPP-OF. N°1851/2015

800.399/2013-FERNANDO ANTONIO CASTELO BRANCO SALES-OF. N°1850/2015

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

800.217/2013-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA.-GRANJA/CE, MARTINÓPOLE/CE - Guia n° 024/2015-16.000TONELADAS-QUARTZITO ORNAMENTAL- Valida-de:11/12/2016

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

800.085/2005-CANDIDO DA SILVEIRA QUINDERÉ-Área de 413,66 para 293,65-CALCÁRIO

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

800.579/2013-PONTA DA SERRA MINERAÇÃO LTDA.-GRANITO

800.580/2013-PONTA DA SERRA MINERAÇÃO LTDA.-GRANITO

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

800.413/2013-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.

800.431/2013-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.

Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)

801.034/2011-CMN CENTRAL MINERAL DO NORDESTE LTDA-ALVARÁ N°5725/2012

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa sobrestado(1029)

800.428/2013-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1736)

800.765/2012-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-OF. N°1857/2015

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

800.080/2001-FORTECAL BRITAGEM E MOAGEM DE MINERIOS LTDA-OF. N°1837/2015

800.401/2010-MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-OF. N°1834/2015

800.514/2010-FRANCISCO EDILBERTO BESERRA BARROSO ME-OF. N°1854/2015 e 1855/2015

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

800.080/2001-FORTECAL BRITAGEM E MOAGEM DE MINERIOS LTDA-OF. N°1836/2015-60 dias

800.098/2006-EMPRESA DE MINERAÇÃO GRANITOS DE ITAITINGA LTDA-OF. N°1852/2015-180 dias

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

800.498/2015-CONSTRUTORA LAYSA LTDA ME-Registro de Licença N°110/2015 de 03/12/2015-Vencimento em 09/09/2017

Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)

800.090/2015-JOSE AUGUSTO DE SÁ PARENTE

Fase de Licenciamento

Homologa renúncia do registro de Licença(784)

800.038/2012-SANDRA P RIBEIRO E CIA LTDA

RICARDO BEZERRA DE SENA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 358/2015

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega provimento ao recurso apresentado(244)

860.256/2011-EMS EMPRESA DE RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS LTDA.

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

862.667/2011-MAURO LUCIO DIAS RESENDE-OF. N°1848/2015

860.398/2014-EDMAR JOSE DA SILVA-OF. N°1851/2015

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

861.151/2008-VALEMAR VALE DO MARANHÃO MINERAÇÃO LTDA ME- Área de 823,17 para 104,06-MINÉRIO DE FERRO

860.768/2010-PEDREIRA CAMPO LIMPO LTDA- Área de 45,65 para 20,20-GRANULITO

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

860.470/2013-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-AREIA

860.109/2015-SUCAL MINERAÇÃO LTDA-BASALTO

860.110/2015-SUCAL MINERAÇÃO LTDA-BASALTO

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

861.847/2012-ELDA MACEDO DOS SANTOS

860.325/2014-GUSTAVO LACERDA RAMOS

860.506/2014-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA

860.507/2014-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

862.178/2005-OLAF WINKING-OF. N°1840/2015

860.452/2007-L.A. MINERADORA LTDA-OF. N°1847/2015

861.559/2008-JOSÉ DE CAMPOS AMARAL-OF. N°1845/2015

861.844/2008-JOSÉ DE CAMPOS AMARAL-OF. N°1846/2015

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

862.223/1984-MINERAÇÃO AT LTDA-OF. N°1852/2015-60 dias

Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)

860.455/2008-SRI MINERAÇÃO LTDA ME

Fase de Disponibilidade

Nega provimento ao pedido de reconsideração(369)

861.204/2005- Recurso interposto por EDEM Empresa de Desenvolvimento em Mineração

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

824.205/1971-INDAIATUR - INDAIA TURISMO LTDA-OF. N°1834/2015

760.819/1996-CALEVI MINERADORA E COMERCIO LTDA-OF. N°1843/2015

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)

860.054/1993-MINERAÇÃO REZENDE LTDA-OF. N°1850/2015

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

RELAÇÃO Nº 367/2015

Fase de Concessão de Lavra

Despacho publicado(508)

001.475/1935-EMPRESA PUBLICA MUNICIPAL EXPLORAÇÃO MINERAL-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

813.086/1970-COMPANHIA MELHORAMENTOS DE CALDAS NOVAS-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.617/1980-ÁGUAS DE CALDAS NOVAS COLÔNIA DO SESC LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.618/1980-CENTRO CLÍNICO TERMAS DA SAÚDE LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.619/1980-SERRA DAS CALDAS MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.620/1980-VALLE MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.621/1980-MINERADORA ARCADAS LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.622/1980-ÁGUA BONITA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.623/1980-SERRA DAS CALDAS MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.638/1980-SERRA DAS CALDAS MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.639/1980-PAINEIRAS MINERAÇÃO LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.640/1980-TERMAS DE GOIAS LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.641/1980-MINERADORA CONCHAL LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.642/1980-SOMA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.643/1980-SOMA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.644/1980-MINERAÇÃO CALDAS NOVAS LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.645/1980-MINERAÇÃO CALDAS NOVAS LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.646/1980-POLITEC MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.647/1980-POLITEC MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.648/1980-MINASTERMAS MINERADORA DAS THERMAS LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.722/1980-ORSEL MINERADORA LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.649/1981-SERRA DAS CALDAS MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.743/1981-MINERÁGUA MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.841/1981-JALIM MINERAÇÃO LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.982/1981-MINERAÇÃO ITAPETI LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.348/1984-SERRA DAS CALDAS MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

862.067/1984-GVSA MINERADORA LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.002/1985-TURISMO E MINERAÇÃO CALDAS LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.045/1985-SOMA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

861.203/1985-GVSA MINERADORA LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

861.351/1985-KANANXUE THERMAS MINERACAO LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.065/1986-ERSPINDOLA MINERAÇÃO LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.182/1986-PEMAR PEREIRA MARTINS MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.183/1986-MINERADORA MARA LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.219/1986-MINERAÇÃO AT LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.409/1986-MINERAÇÃO SANDE LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.426/1986-MINERADORA CONCHAL LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.516/1986-HIDROMIGO MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.522/1986-SERRA DAS CALDAS MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.561/1986-TRIÂNGULO MINERAÇÃO LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.563/1986-PENA PEREIRA NAVES CONSTRUÇÕES LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.577/1986-SOMA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.667/1986-SERRA DAS CALDAS MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

861.075/1986-SOMA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

861.252/1986-ÁGUA DA VIDA MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.161/1987-MINERAÇÃO AGUA QUENTE LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.201/1987-MINERAÇÃO RIO THERMAL LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

861.089/1987-SERRA DAS CALDAS MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.465/1988-SOMA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.561/1988-THERMAS DE GOIÁS MINERADORA LTDA.-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.702/1988-MINERAÇÃO THERMAS PARANOÁ LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

860.054/1993-MINERAÇÃO REZENDE LTDA-Atender as notificações contidas no Ofício Circular nº 1809/2015/DFISC/DNPM-GO, de 30/11/2015

RELAÇÃO Nº 368/2015

Fase de Autorização de Pesquisa

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)

860.492/2014-AREAL MINAS GOIÁS LTDA - Publicado DOU de 06/02/2015, Relação n° 48, Seção 1, pág. 51- Onde se lê: AREIA; Leia-se: QUARTZITO.

VALDIJON ESTRELA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO nº 172/2015

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

866.083/2009-PEDREIRA TANGARÁ LTDA-OF. N°150/2015-Cad/Fis

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

866.937/2013-MINERADORA LAVRAS C M EIRELE ME-SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER/MT - Guia n° 025/2015-48.000toneladas-Areia- Validade:10/03/2017

866.938/2013-MINERADORA LAVRAS C M EIRELE ME-SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER/MT - Guia n° 026/2015-48.000toneladas-Areia- Validade:10/03/2017

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

866.937/2013-MINERADORA LAVRAS C M EIRELE ME-Areia e Argila

866.938/2013-MINERADORA LAVRAS C M EIRELE ME-Areia e Argila

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

866.168/2005-CIA MINERADORA OURO PAZ S. A.-AI N°603/2015

866.628/2006-BRAZIL TIN LTDA-AI N°602/2015

866.629/2006-BRAZIL TIN LTDA-AI N°601/2015

866.630/2006-BRAZIL TIN LTDA-AI N°600/2015

866.899/2006-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-AI N°604/2015

866.979/2007-MAURO ROGÉRIO MARTINS ZENI-AI N°610/2015

867.014/2007-MAURO ROGÉRIO MARTINS ZENI-AI N°609/2015

867.193/2008-MARCIR NORBERTO WEBER ME-AI N°605/2015

866.351/2009-GELINDO POFFO FILHO-AI N°599/2015

866.910/2009-MINERAÇÃO SHALON LTDA-AI N°608/2015

867.029/2010-MINERAÇÃO SERRA MORENA LTDA EPP-AI N°622/2015

866.495/2011-MINERAÇÃO SHALON LTDA-AI N°607/2015

866.496/2011-MINERAÇÃO SHALON LTDA-AI N°606/2015

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

866.667/1994-MINERAÇÃO MILÊNIO LTDA ME-OF. N°151/2015

866.667/1994-MINERAÇÃO MILÊNIO LTDA ME-OF. N°151/2015

866.667/1994-MINERAÇÃO MILÊNIO LTDA ME-OF. N°151/2015

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)

866.588/2014-JOÃO CELINO ALVES RIBEIRO - PLG N°36/2015 de 08/12/2015 - Prazo 03 anos

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

866.684/2013-CLAUDINEI ALVES DE LIMA ME-Registro de Licença N°056/2015 de 11/12/2015-Vencimento em 16/05/2033

867.132/2014-L G LOCAÇÕES DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA ME-Registro de Licença N°059/2015 de 11/12/2015-Vencimento em 30/10/2017

866.369/2015-CONSTRUTORA ZANIN LTDA ME-Registro de Licença N°058/2015 de 11/12/2015-Vencimento em 22/01/2025

866.432/2015-BRENNO DE CAMARGO BORGATO-Registro de Licença N°057/2015 de 11/12/2015-Vencimento em 03/08/2016

MARCIO CORREIA DE AMORIM

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 186/2015

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

868.029/2012-MANOEL CAMARGO FERREIRA BRONZE-AI N°340/15

868.253/2012-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-AI N°341/15

868.256/2012-CARLOS JOSÉ SCARPINI-AI N°342/15

868.153/2013-MINERAÇÃO VB LTDA ME-AI N°343/15

868.052/2014-ALMIR ANTONIO DINIZ DE FIGUEIREDO-AI N°344/15

868.054/2014-MINERAÇÃO MS LTDA-AI N°345/15

868.055/2014-CERÂMICA GERALDE LTDA EPP-AI N°346/15

868.065/2014-PEDREIRA TRÊS LAGOAS LTDA-AI N°347/15

868.066/2014-AREEIRO CAMPO GRANDE LTDA EPP-AI N°348/15

868.067/2014-LUIZ RAIMUNDO NEVES-AI N°349/15

868.082/2014-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-AI N°350/15

868.084/2014-RUY CAMILO FRANCA-AI N°351/15

868.091/2014-CÍCERO REIS ROSSATO-AI N°352/15

868.092/2014-CÍCERO REIS ROSSATO-AI N°353/15

868.093/2014-CÍCERO REIS ROSSATO-AI N°354/15

868.094/2014-CÍCERO REIS ROSSATO-AI N°355/15

868.095/2014-ULISSES NUMMAN GALVAN FILHO-AI N°356/15

868.096/2014-ULISSES NUMMAN GALVAN FILHO-AI N°357/15

868.103/2014-ULISSES NUMMAN GALVAN FILHO-AI N°358/15

868.112/2014-SANDRO MANOEL DUARTE MARTINS & CIA LTDA ME-AI N°361/15

868.120/2014-FERNANDO CREMONESI FERREIRA-AI N°362/15

868.134/2014-SANTA CRUZ CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA-AI N°363/15

868.135/2014-MINERAÇÃO MS LTDA-AI N°364/15

868.182/2014-JORCAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A.-AI N°365/15

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 741/2015

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que o(s) recurso(s) administrativo(s) interposto(s) foram julgados improcedente;restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de cobrança nº931.103/2006
Notificado:Maria Letícia Valadares de Vasconcelos
CNPJ/CPF:20.915.633/0001-37
NFLDP nº057/2006
Valor:R$1.430,954,53

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que **houve apresentação intempestiva da(s) defesa(s)** administrativa(s)**;restando-lhe(s) pagar parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s)** apurado(s)da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de cobrança nº933.817/2010
Notificado: Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP
CNPJ/CPF:46.876.991/0001-71
NFLDP nº657/2010
Valor:R$364,26

Processo de cobrança nº933.818/2010
Notificado: Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP
CNPJ/CPF:46.876.991/0001-71
NFLDP nº678/2010
Valor:R$364,26

Processo de cobrança nº933.819/2010
Notificado: Coagro Comércio de Areia Grossa Ltda EPP
CNPJ/ CPF:46.876.991/0001-71
NFLDP nº657/2010
Valor:R$364,26

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que julgou-se parcialmente procedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); podendo apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/MG, relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,

Processo de cobrança nº934.194/2011
Notificado: Empresa de Cimentos Liz S.A
CNPJ/ CPF:33.920.299/0001-51
NFLDP nº3601/2011

Processo de cobrança nº934.195/2011
Notificado: Empresa de Cimentos Liz S.A
CNPJ/ CPF:33.920.299/0001-51
NFLDP nº3599/2011
Valor:R$24.415,04

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que **houve apresentação do(s) recurso(s) administrativo(s) fora do prazo legal (intempestivamente) ou perante órgão incompetente ou por quem não seja legitimado;restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s)** apurado(s)da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de cobrança nº934.573/2011
Notificado:Mineração Campo Belo Ltda
CNPJ/CPF:20.649.869/0001-79
NFLDP nº3766/2011
Valor:R$954,02

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo de cobrança nº934.574/2011
Notificado:Mineração Campo Belo Ltda
CNPJ/CPF:20.649.869/0001-79
NFLDP nº3767/2011
Valor:R$84.106,83

PAULO SÉRGIO COSTA ALMEIDA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 303/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Despacho publicado(156)
850.675/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA-Conheço pedido protocolado pelo interessado em 27/08/2013 e, no mérito nego-lhe provimento.
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
855.212/1996-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
855.221/1996-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES
650.168/1998-WALDIMIRO MORAIS MARTINS
650.169/1998-WALDIMIRO MORAIS MARTINS
650.195/1998-WALDIMIRO MORAIS MARTINS
850.062/2011-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.738/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA AMAZONIA
850.754/2014-COOMIGAPA COOPERATIVA DOS MINERADORES GARIMPEIROS DO PARA
850.755/2014-COOMIGAPA COOPERATIVA DOS MINERADORES GARIMPEIROS DO PARA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
851.131/1993-ILDENICE PERPÉTUA ANDRADE DE ARAÚJO-OF. N°2419/2015
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
850.461/2014-LEO STEINER
Indefere por Interferencia Total(1339)
650.020/1998-WALDIMIRO MORAIS MARTINS
650.033/1998-WALDIMIRO MORAIS MARTINS
650.034/1998-WALDIMIRO MORAIS MARTINS
650.047/1998-WALDIMIRO MORAIS MARTINS
650.049/1998-WALDIMIRO MORAIS MARTINS
650.050/1998-WALDIMIRO MORAIS MARTINS
650.051/1998-WALDIMIRO MORAIS MARTINS
650.074/1998-WALDIMIRO MORAIS MARTINS
650.075/1998-WALDIMIRO MORAIS MARTINS
650.110/1998-WALDIMIRO MORAIS MARTINS
650.192/1998-WALDIMIRO MORAIS MARTINS
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
850.839/2007-ITORORÓ PRODUÇÃO, SERVIÇOS E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA- Fonte Kauã - Marca Jucá - Embalagens de copos 200 ml, 300 ml e 350 ml; garrafas descartáveis de 330 ml, 500 ml e 1500 ml.- SANTA IZABEL DO PARÁ/PA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.531/2015-V. M. ROCHA INDÚTRIA CERÂMICA ME-Registro de Licença N°113/2015 de 04/12/2015-Vencimento em 27/08/2018
850.710/2015-CLAUDIO GOMES CHAGAS-Registro de Licença N°114/2015 de 04/12/2015-Vencimento em
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
850.327/2012-JADE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP
850.328/2012-JADE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP
850.331/2012-JADE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP
850.332/2012-JADE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP
850.334/2012-JADE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP
850.336/2012-JADE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP
850.339/2012-JADE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP
851.014/2014-JUAREZ SOARES RIBAS JÚNIOR
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.614/2003-CONSTRUTORA MELLO DE AZEVEDO S/A- Registro de Licença N°:88/2003 - Vencimento em 30/10/2017
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
850.838/2008-ANA CRISTINA MACIEL CUNHA & CIA LTDA
Instaura processo administrativo de nulidade do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias(1286)
.850.363/2012-T. P. ALVES- NOT Nº2425/2015

RELAÇÃO Nº 304/2015

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
851.280/2011-JANES VIEIRA GOMES
851.049/2014-LAIS SERLANGE DA SILVA LOPES
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.816/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
850.820/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
850.824/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
850.825/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
850.828/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
850.830/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
850.832/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
850.833/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
850.835/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
850.836/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
850.837/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
850.839/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
850.841/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
850.842/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
850.844/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
850.845/2014-FELIX GONÇALVES DE MIRANDA
Fase de Lavra Garimpeira
Indefere pedido de renovação da Permissão de Lavra Garimpeira(522)
850.628/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.629/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.630/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.631/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.632/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.633/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.634/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.635/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.636/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.637/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.638/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.639/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.640/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.641/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.642/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.643/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.644/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.645/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.646/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.647/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.648/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.649/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.652/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.653/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.654/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.655/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.656/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.657/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.658/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.659/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.660/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.661/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.662/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.663/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.664/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.665/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.669/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.670/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.671/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.672/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.673/1994-PAULO ALVES DA SILVA
850.674/1994-PAULO ALVES DA SILVA

ADRIANA PANTOJA DOS SANTOS
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 436/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.176/2009-FFB LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-OF. N°1213/2015
846.330/2013-SÉRGIO MURILO MACIEL FRANCA-OF. N°1215/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
846.223/2006-MGL - MINERAÇÃO GUARARAPES LTDA-OF. N°1216/2015

GUILHERME HENRIQUE SILVEIRA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTEDENTE
RELAÇÃO Nº 222/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
848.769/2010-MINERAÇÃO CRISTAL LTDA-CURRAIS NOVOS/RN, LAGOA NOVA/RN - Guia n° 021/2015-24.300toneladas-Granito- Validade:11/08/2016
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
848.773/2011-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.595/2014
848.436/2012-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.602/2014
848.260/2013-CASCAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.603/2014
Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)
848.089/2014-CERÂMICA IGUATU LTDA.- AI N°309/2015
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
848.006/1998-DANTAS, GURGEL & CIA LTDA- AI Nº 562/2014
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
848.293/2009-EDILSON AZEVEDO GAMBARRA DA NOBREGA - PLG Nº 1/2010 de 05/08/2010- Vencimento em 05/08/2020
848.294/2009-EDILSON AZEVEDO GAMBARRA DA NOBREGA - PLG Nº 2/2010 de 05/08/2010- Vencimento em 05/08/2020
848.295/2009-EDILSON AZEVEDO GAMBARRA DA NOBREGA - PLG Nº 3/2010 de 05/08/2010- Vencimento em 05/08/2020
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
848.279/2013-LUIZ FERNANDES NETO ME-Registro de Licença N°33/2015 de 07/12/2015-Vencimento em 23/05/2017
848.288/2014-CALCARIO IMAP AGROMINERAÇÃO LTDA-Registro de Licença N°31/2015 de 07/12/2015-Vencimento em 21/08/2019
848.212/2015-PINHEIRO E PESSOA LTDA. EPP-Registro de Licença N°32/2015 de 07/12/2015-Vencimento em

RELAÇÃO Nº 225/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
848.252/2013-JONHNATH MOTA RICARDO- Cessionário:GEOBRASIL CONSULTORIA EM GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE- CPF ou CNPJ 08.171.174/0001-29- Alvará n°9.842/2013
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
848.011/2014-DANIEL NUNES MESQUITA ME-Granito
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
848.042/2015-FRANCISCO ELIERTON DE MOURA-OF. N°1.152/2015
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
848.178/2015-KLEYTON FABIO SILVA COSTA

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 124/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
811.068/2012-JOAO BATISTA PEREIRA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
810.873/2015-CONSTRUTORA TRIUNFO SA
810.985/2015-LRCC LTDA. EPP
811.052/2015-EDSON ALMEIDA DE MENEZES
811.056/2015-EDSON ALMEIDA DE MENEZES
811.059/2015-GILVA GUIMARAES DA SILVA
811.079/2015-BRIPAC CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA
811.339/2015-ALINE DITTGEN BLAZ
811.426/2015-MEGAFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
811.468/2015-GEOCOMPANY RS ESTUDOS E PROJETOS DE GEOLOGIA LTDA
811.473/2015-ROBERTO REIS BASTOS
811.538/2015-RL MINERADORA LTDA ME
811.539/2015-RL MINERADORA LTDA ME
811.540/2015-RL MINERADORA LTDA ME
811.606/2015-CAPITANIO & CIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
811.654/2014-PATRÍCIA LOGUERCIO PERES-OF. N°2141/2015
810.591/2015-NELMA TEREZA MAZER ROSA-OF. N°2002/2015
810.693/2015-CARBONIFERA METROPOLITANA SA-OF. N°2043/2015
810.833/2015-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA-OF. N°2040/2015
810.872/2015-CARLO TONINELLO-OF. N°2057/2015
811.042/2015-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-OF. N°2066/2015
811.098/2015-LUCAS BORGES LANGUER-OF. N°2117/2015
811.416/2015-STANGHERLIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME.-OF. N°2150/2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
810.733/2012-RIO GRANDE MINERAÇÃO S A
810.734/2012-RIO GRANDE MINERAÇÃO S A
810.735/2012-RIO GRANDE MINERAÇÃO S A
810.737/2012-RIO GRANDE MINERAÇÃO S A
811.431/2012-SANDRO ALEX DE ALMEIDA
810.605/2014-SANTA CATHARINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
811.000/2015-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Não conhece requerimento protocolizado(270)
810.043/2014-ALEX LOCAÇÕES DE MÁQUINAS LTDA
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
810.690/2012-COMMEPP MINERAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS LTDA-Saibro
810.182/2013-TONIOLO, BUSNELLO S.A. - TÚNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTAÇÕES-Granito
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
810.209/2012-SOCIEDADE DOS MINERADORES DE AREIA DO RIO JACUÍ LTDA.-ALVARÁ N°1734/2012
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
811.040/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14718/2010
811.041/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14719/2010
811.042/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14720/2010
811.043/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14721/2010
811.045/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14723/2010
811.047/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14725/2010
811.048/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14726/2010
811.054/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14732/2010
811.055/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14733/2010
811.056/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14734/2010
811.057/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14735/2010
811.058/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14736/2010
811.059/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14737/2010
811.060/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14738/2010
811.061/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14739/2010
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
810.342/2015-PAULO ODILAR TRAMONTINI-OF. N°2075/2015
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
810.854/2015-PAULO ROBERTO MULLER - PLG N°12/2015 de 09/11/2015 - Prazo 5 anos
810.865/2015-LEONEI ODORIZZI - PLG N°13/2015 de 09/11/2015 - Prazo 5 anos
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2113)
810.715/2015-CLAUDIR FRANKE KELLERMANN-OF. N°2028/2015
810.974/2015-PAULO ODILAR TRAMONTINI-OF. N°2037/25015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.180/2001-MINERAÇÃO ANDREAS LTDA-OF. N°1961/2015
810.908/2009-BRITAGEM RIO BONITO S.A.-OF. N°1996/2015
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
810.275/1982-EMPRESA DE MINERAÇÃO NEVADA LTDA- Fonte Nossa Senhora das Graças - Aqualeve - Água Mineral Natural - 500 ml, com gás; Fonte Nossa Senhora das Graças - Aqualeve - Água Mineral Natural - 500 ml, sem gás; Fonte Nossa Senhora das Graças - Aqualeve - Água Mineral Natural - 1,5 L, com gás; Fonte Nossa Senhora das Graças - Aqualeve - Água Mineral Natural - 1,5 L, sem gás; Fonte Nossa Senhora das Graças - Aqualeve - Água Mineral Natural - 6 L, sem gás; Fonte Nossa Senhora das Graças - Aqualeve - Água Mineral Natural - 20 L sem gás.- CANOAS/RS
Determina arquivamento definitivo do processo(2071)
811.360/2011-Almeri Pinto Rodrigues Me
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(601)
810.548/2006-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO SALTO DO JACUÍ LTDA COOPERAGATA- PLG n°7/2011- Cessionario:810802/2015-Júlio Magalhães Vieira Neto#- CNPJ 429119230-49-
810.818/2006-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO SALTO DO JACUÍ LTDA COOPERAGATA- PLG n°5/2011- Cessionario:810803/2015-Júlio Magalhães Vieira Neto#- CNPJ 429119230-49-

RELAÇÃO Nº 127/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
810.005/2015-JULIO CÉSAR LINCK- DOU de 28/05/2015
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
810.000/2004-J. RENATO RAUBER & CIA LTDA EPP-Registro de Licença N°2770/2004-Onde se lê: "...prazo até: 20/01/2015" leia-se: "...prazo até: 31/12/2016"
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
810.372/2008-BRIPAC CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA - Publicado DOU de 31/07/1998, Relação n° 6/1998, Seção 1, pág. 88- Onde se lê: "Reserva Medida 17930838,99 m³", Leia-se: "Reserva Medida 14.610.586,99 m³". Área de 49,95ha, que passa a ter o memorial descritivo conforme f. 217-218.
Fase de Concessão de Lavra
Retificação de despacho(1389)
810.029/1979-MINERADORA NASCENTE LTDA - Publicado DOU de 15/05/2012, Relação n° 26/2012, Seção 1, pág. 41- onde se lê "Multa aplicada - RAL /prazo para pagamento: 30 dias", leia-se "Multa aplicada - RAL / prazo para pagemtno ou interposição de recurso: 30 dias". É dado prazo de 30 dias a partir desta publicação para pagamento ou interposição de recurso das referidas multas (Autos AI 007, 008, 009, 010 e 011/2011).

RELAÇÃO Nº 129/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
810.654/2012-MAURO IVO ZIMMERMANN MARTINI-OF. N°1988/2015
810.655/2012-MAURO IVO ZIMMERMANN MARTINI-OF. N°1987 e 1988/2015
810.697/2013-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA.-OF. N°2049/2015
810.697/2013-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA.-OF. N°2049/2015
810.649/2015-EBRAX CONSTRUTORA LTDA-OF. N°2045/2015
810.678/2015-IZABEL LEITE COSTA-OF. N°2042/2015
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
811.125/2014-CARLOS ANDRE BARBOSA SCHMITT ME-OF. N°2000/2015
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
810.706/2012-RIO GRANDE MINERAÇÃO S A
810.729/2012-RIO GRANDE MINERAÇÃO S A
810.732/2012-RIO GRANDE MINERAÇÃO S A
810.748/2012-RIO GRANDE MINERAÇÃO S A
810.749/2012-RIO GRANDE MINERAÇÃO S A
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
811.492/2012-IVAN NOE TRINDADE
811.493/2012-IVAN NOE TRINDADE
811.494/2012-IVAN NOE TRINDADE
810.500/2013-DERLI JOSE CARAL
Indefere pedido de reconsideração(263)
811.360/2012-SERGIO RABELLO
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
811.049/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14727/2010
811.050/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14728/2010
811.051/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14729/2010
811.052/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14730/2010
811.053/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14731/2010
811.062/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14740/2010
811.063/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14741/2010
811.064/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14742/2010
811.065/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14743/2010
811.066/2009-FALCON PETROLEO S A-ALVARÁ N°14744/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial do requerimento de lavra(566)
810.235/2006-PACIL PAVIMENTADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA- Alvará n°8559/2010 - Cessionario:810049/2014-Jorge Roberto Ferreira da Silva- CNPJ 19.200.842/0001-15
Nega anuência prévia aos atos de cessão parcial do requerimento de lavra(603)
810.030/1993-CONCRESUL BRITAGEM LTDA- Cessionário:810264/2015-Fabrita Mineração Ltda
Determina arquivamento definitivo do processo(1039)
810.264/2015-FABRITA MINERAÇÃO LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
810.538/2015-PAULO ODILAR TRAMONTINI

SERGIO BIZARRO CEZAR

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 194/2015

ANULA PUBLICAÇÃO POR DUPLICIDADE:

Processo de Cobrança n° 990.238/2015 Notificado: Areal Sol Nascente Ltda. CNPJ/CPF: 35.815.737/0001-47 NFLDP n° 90/2015 Valor R$ 11.202,60.
Publicado em duplicidade no DOU de 20/08/2015, Seção 1 - Página nº 47 - Relação nº 122/2015.

ANTONIO CESAR DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 245/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
816.028/2013-ROBERTO CESAR SALGADO FILHO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.831/2015-CORCOVADO GRANITOS LTDA-OF. N°4788/2015
815.840/2015-CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA-OF. N°4787/2015
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.712/2012-RUDNICK MINÉRIOS LTDA- Alvará n°1455/2013 - Cessionario:815.893/2015-VALDIR MAURÍCIO RUDNICK- CPF ou CNPJ 218494209-04
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
815.252/2006-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA- AI N°1461/2015
815.711/2006-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA- AI N°1460/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.410/2008-IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA AMO LTDA-OF. N°4775/2015
815.210/2014-TRANSMAC COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°4772/2015
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
815.897/2013-COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA-PAINEL/SC, SÃO JOAQUIM/SC, URUPEMA/SC - Guia n° 126/2015-50.000toneladas/ano-Brita(Basalto)- Validade:07/12/2016
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.252/2006-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA
815.711/2006-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA
815.253/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
815.831/2008-CACHOEIRA ARRENDAMENTOS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.- Água Mineral Lin'Água da Serra Ltda - Fonte Campo Alegre - Embalagens descartáveis: 5 l sem gás e 500 ml sem gás. Embalagem retornável de 20 l sem gás.- CAMPO ALEGRE/SC
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
001.492/1936-CARBONIFERA METROPOLITANA SA- AI N° 1463/2015, 1464/2015, 1465/2015 e 1466/2015
814.465/1970-ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERÂMICOS- AI N° 1462/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
809.746/1972-ÁGUAS MORNAS MINERADORA LTDA-OF. N°4815/2015
815.153/2001-HOTUSC HOTÉIS DE TURISMO SANTA CATARINA LTDA-OF. N°4815/2015
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
815.548/1996-ENGMINAS HIDROMINERADORA LTDA-AI N°791/2014
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
815.148/1999-ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA-OF. N°4781/2015
815.285/1999-ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA-OF. N°4781/2015
Fase de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)
815.509/2010-PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA-OF. N°4777/2015

RELAÇÃO Nº 247/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.501/2015-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME- Alvará n°9438/2015 - Cessionario:815.857/2015-FABIO ADRIANO MACCARI ME- CPF ou CNPJ 02721573/0001-30

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.290/2012-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DE SOMBRIO-OF. N°4795/2015
815.278/2015-LIBIDUS HOTELARIA LTDA EPP-OF. N°4819/2015
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.253/2014-AIRTON BERNARDO ROVEDA- Cessionário:COMERCIAL VALE DO CANOAS LTDA- CPF ou CNPJ 22094388/0001-70- Alvará n°5137/2014
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.329/2010-FRANCISCO JOSÉ COELHO-Areia e Turfa
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
825.984/1972-CARBONIFERA CRICIUMA S.A.-OF. N°4804/2015
815.145/1995-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4798/2015
815.145/1995-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4798/2015
815.280/1998-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4797/2015
815.065/1999-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ZUCCHI LTDA.-OF. N°4816/2015
815.129/2002-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-OF. N°4818/2015
815.278/2005-EWF EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°4819/2015
815.328/2007-FORMAFIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°4809/2015
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.080/1991-VINELE SERVIÇOS E TERRAPLENAGEM LTDA.- Alvará nº 10.567 n° 1998 - Cessionário: RIO DO MORRO MINERAÇÃO EIRELI EPP- CNPJ 13533879/0001-89
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
825.984/1972-CARBONIFERA CRICIUMA S.A.-OF. N°4803/2015
815.560/1997-RUDNICK MINÉRIOS LTDA-OF. N°4791/2015
815.065/1999-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ZUCCHI LTDA.-OF. N°4817/2015
815.577/2004-ANDRÉ REIS EPP-OF. N°4802/2015
815.323/2008-ARGIMINAS MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°4800/2015
815.592/2008-FIRMA INDIVIDUAL MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-OF. N°4810/2015
815.607/2008-EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA-OF. N°4805/2015
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.311/2006-RUDNICK MINÉRIOS LTDA-OF. N°4799/2015
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.110/1997-PEDRAS MORRO GRANDE LTDA- Registro de Licença N°:583/1999 - Vencimento em 11/11/2016
815.744/2004-EBELE TRANSPORTES LTDA ME- Registro de Licença N°:1184/2005 - Vencimento em 22/10/2018
815.345/2009-COMBRIVE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME- Registro de Licença N°:1440/2015 - Vencimento em 08/07/2018
815.654/2009-BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP- Registro de Licença N°:1436/2010 - Vencimento em 28/07/2018
815.483/2012-TERRAPLENAGEM BAUMGARTNER LTDA- Registro de Licença N°:1596/2013 - Vencimento em 22/10/2018
Fase de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)
815.198/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL-OF. N°4812/2015

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 173/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
864.236/2015-AREIAS TOCANTINS LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
864.333/2014-XYZ BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP
Despacho publicado(156)
864.850/2011-AMILTON VICENTE INACIO-Nos termos do Parecer nº 556/2015/SGTM/MAJL/GFFS, no qual aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO a solicitação apresentada pelo sr. Laurivaldo Dias para anular o ato que tornou sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa referente ao processo em epígrafe, e no mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO.
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
864.450/2010-MONTE SINAI MINERAÇÃO LTDA- Alvará n°16921/2011 - Cessionario:864.287/2015-Antônio Domingos Barbosa Rodrigues- CPF ou CNPJ 361.189.581-49
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
860.837/1984-J H S MINERAÇÃO LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
864.414/2006-AIRTON GARCIA FERREIRA- Cessionário:MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.- CPF ou CNPJ 00.334.681/0001-24- Alvará n°11.124/2007
864.600/2010-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA- Cessionário:RUI CARLOS BORBA & CIA LTDA.- CPF ou CNPJ 37.314.689/0001-39- Alvará n°5904/2011
864.601/2010-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA- Cessionário:RUI CARLOS BORBA & CIA LTDA.- CPF ou CNPJ 37.314.689/0001-39- Alvará n°5905/2011
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
864.493/2012-B & R METAIS- Registro de Licença N°:026/2013 - Vencimento em 16/11/2018
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
864.396/2013-ERALDO DELLA VEDOVA DE ARAUJO-Cessionário:JOSÉ DIVINO PEREIRA DOS SANTOS- CNPJ 534.323.711-87- Registro de Licença n°29/2014- Vencimento da Licença: Indeterminado
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
864.031/2015-DIVINA SANTOS PARANAHYBA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
864.535/2006-MINERAÇÃO CANA BRAVA LTDA

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR

Ministério do Desenvolvimento Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 405, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981 e

Considerando que o artigo 116, inciso I, alíneas "c", "d" e "e", do Regimento Interno do Incra, determina que as Divisões de Obtenção de Terra das Superintendências Regionais atualizem semestralmente a Planilha de Referência de Terras e imóveis Rurais - PPR;

Considerando que as atividades de pesquisa de mercado e tratamento estatístico de dados para elaboração da PPR, demandam tempo, recursos financeiros e humanos;

Considerando que a periodicidades imposta pelo Regimento Interno do Incra não guarda consonância com a dinâmica de mercado imobiliário rural;

Considerando, por fim, que o prazo de atualização já consta em normativo de caráter técnico e operacional, Norma de Execução nº 12, de 12 de setembro de 2014, resolve:

Art. 1º - Alterar o artigo 116 do Regimento Interno do Incra, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 116 .....

I - De Obtenção

c) elaborar o estudo e a análise do mercado de terras na circunscrição da Superintendência;

d) manter atualizado cadastro de dados sobre o mercado de terras na jurisdição da Superintendência;

e) proceder à análise e emitir parecer técnico sobre matérias afetas à obtenção de terras e àquelas a serem submetidas ao Comitê de Decisão Regional.

PATRUS ANANIAS DE SOUSA

PORTARIA Nº 406, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Regulamenta a utilização dos equipamentos doados aos municípios no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições que confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011,

Considerando que a doação de equipamentos tem por objetivo sua utilização em obras de interesse social para a promoção da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, em especial a recuperação de estradas vicinais e obras de captação e armazenamento de água, resolve:

Art. 1º Estabelecer critérios para a utilização de equipamentos doados pelo Programa de Aceleração do Crescimento e orientar a disponibilização de informações à sociedade, em atendimento aos princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, visando ao controle social.

Art. 2º Visando ao controle social sobre a utilização dos equipamentos, bem como ao atendimento da cláusula terceira dos Termos de Doação firmados entre MDA e municípios beneficiados, e ao princípio constitucional da publicidade, devem as administrações municipais elaborar Declaração Anual de Utilização, específica para cada equipamento recebido.

Parágrafo único. O diário de operações, parte integrante da Declaração Anual de Utilização, registra o uso mensal dos equipamentos e deve ser preenchido via sistema eletrônico SISPAC, conforme modelo previsto no Anexo I desta Portaria, e:

I - enviados à Câmara de Vereadores do Município e, se houver, ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

II - afixados em local de fácil acesso e com grande circulação de pessoas na sede da Prefeitura Municipal; e

III - publicados na rede mundial de computadores, quando houver disponibilidade.

Art. 3º A disponibilização do diário de operações visa dar maior transparência à utilização dos equipamentos atendendo prioritariamente os seguintes objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento:

I - dotar os municípios brasileiros de equipamentos necessários para abertura, manutenção e recuperação de estradas vicinais e em obras para melhoria da convivência com situações de seca e estiagem;

II - fomentar a produção dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária por meio da melhoria nas condições de logística e escoamento da produção;

III - melhorar as condições de mobilidade no meio rural, proporcionando melhor qualidade de vida e segurança; e

IV - garantir o acesso à água para a população e animais por meio de obras que auxiliem na convivência com a seca e estiagem.

Art. 4º Desde que não haja prejuízo à realização de obras, serviços e atividades para a promoção da agricultura familiar e da reforma agrária, os equipamentos doados poderão ser utilizados para outras finalidades de interesse social.

§1º Entende-se por finalidade de interesse social aquela precipuamente voltada para a população, visando a melhoria da qualidade de vida e a promoção de valores essenciais à sociedade.

§2º A realização de obras, serviços e atividades que visem outras finalidades de interesse social que não a promoção da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária é limitada à 30% do total de uso dos equipamentos doados, cuja aferição se dará pelo diário de operações.

Art. 5º Em caso de dúvida sobre a possibilidade de uso das máquinas em outras finalidades de interesse social que não a promoção da agricultura familiar e da reforma agrária, deve a administração municipal consultar as respectivas Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário, que terão o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar.

Art. 6º Os equipamentos poderão ser utilizados em situações de calamidade pública e emergência decretadas pela autoridade competente, independentemente de autorização por parte da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário competente.

Art. 7º É proibido o uso das máquinas doadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento nas seguintes situações:

I - atividades permanentes de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos;

II - eventos de caráter festivo, recreativo e similares;

III - obras, serviços e atividades cujo objeto tenha sido contratado ou licitado pela administração pública de qualquer um dos entes da Federação, que estejam em execução regular;

Parágrafo único. É possível a utilização das máquinas doadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento para coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, desde que em caráter eventual e respeitado o limite previsto no §2º do art. 4º.

Art. 8º Será admitida a cobrança pela utilização dos equipamentos nos limites de cobertura dos custos operacionais da atividade, desde que em conformidade com a legislação local que assim estabeleça.

Parágrafo único. A legislação municipal a que se refere o caput deverá conter dispositivo que assegure a realização das obras, serviços e atividades para povos e comunidades tradicionais, bem como para o beneficiário agricultor familiar, assentado da reforma agrária ou do crédito fundiário de comprovada hipossuficiência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 9º Desde que preservados os objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento, ficam os municípios autorizados a firmarem convênios e parcerias com outros órgãos e unidades da federação para otimização do uso das máquinas e equipamentos, podendo receber como contrapartida capacitação, treinamento ou custeio das máquinas.

Art. 10. Compete às administrações municipais:

I - incorporar e tombar os equipamentos em registros próprios, nos termos da legislação vigente; e

II - observar a legislação vigente de trânsito no que se refere aos motoristas e operadores dos equipamentos.

Art. 11. É vedada a descaracterização original dos equipamentos, inclusive quanto a marcas institucionais do Programa de Aceleração do Crescimento.

Parágrafo único. É permitida a inclusão, na parte externa dos veículos, do nome e logomarca da administração municipal.

Art. 12. Qualquer cidadão ou entidade de direito público ou privado pode comunicar ou noticiar eventuais irregularidades cometidas durante a utilização dos equipamentos.

Art. 13. As denúncias e irregularidades detectadas na utilização dos equipamentos doados aos municípios, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, serão objeto de apuração nos termos da Portaria MDA nº 33, de 20 de junho de 2007.

§1º O disposto no art. 1º da Portaria MDA nº 33, de 20 de junho de 2007, será precedido do seguinte procedimento apuratório:

I - exame preliminar pela Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário - DFDA, em até dez dias após o recebimento da denúncia, com o intuito de verificar sua potencialidade e materialidade;

II - notificação ao município pela respectiva DFDA para apresentação de defesa prévia em até quinze dias a contar do seu recebimento;

III - diligência in loco ao município pela DFDA competente, em até quinze dias a contar da data de recebimento da defesa prévia referida no inciso anterior, caso os esclarecimentos sejam julgados insuficientes, com consequente produção de relatório contendo parecer prévio sobre a irregularidade noticiada; e

IV - abertura de processo pela Coordenação Nacional do Programa, nos casos em que o parecer prévio da DFDA entender pela existência de irregularidades, contendo, no mínimo, a formalização da denúncia e os registros referidos nos incisos II e III.

Art. 14. As irregularidades que indicarem fatos relacionados a conflitos agrários e violência no campo deverão ser encaminhadas à Ouvidoria Agrária Nacional, que atuará de acordo com as suas competências, nos termos do §2º do art. 2º da Portaria MDA nº 33, de 20 de junho de 2007.

Parágrafo único. As irregularidades que forem noticiadas a outros setores do ministério deverão ser encaminhadas à Coordenação Nacional do Programa para posterior envio à DFDA competente, para o exame preliminar a que se refere o §1º, inciso I do art. 13 desta Portaria.

Art. 15. Nos termos do art. 4º da Portaria MDA nº 33, de 20 de junho de 2007, finalizada a apuração das irregularidades e constatada a existência de prejuízos ao programa, ao erário ou a terceiros, a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário deverá adotar as medidas saneadoras de sua competência e a Coordenação Nacional do Programa, comunicar os fatos ao Gabinete do Ministro e aos seguintes órgãos, no que couber:

I - Departamento de Polícia Federal;

II - Ministério Público Federal;

III - Ministério Público Estadual competente; e

IV - Controladoria-Geral da União, por intermédio do Assessor Especial de Controle Interno, de acordo com o art. 13 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

Art. 16. Nos casos em que se verificar a possibilidade de saneamento administrativo das irregularidades, celebrar-se-á, em até 90 (noventa) dias depois da abertura do processo, Termo de Ajuste de Conduta entre a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário e a administração municipal beneficiada.

§1º As obrigações estabelecidas no Termo de Ajuste de Conduta serão definidas de acordo com as violações detectadas, com o objetivo de cessação das irregularidades verificadas.

§2º Na ausência de interesse de uma das partes em celebrar o Termo de Ajuste de Conduta, poderá o MDA proceder com a devida reversão do bem, conforme estabelecido no Termo de Doação.

Art. 17. Nos casos de descumprimento das obrigações firmadas no Termo de Ajuste de Conduta proceder-se-á à devida instauração de procedimento interno visando a extinção da doação e a consequente reversão do equipamento doado ao patrimônio da União.

Art. 18. As infrações cometidas pelas administrações municipais que violem o estabelecido no art. 7º desta Portaria, e que ocorreram antes da publicação desta portaria, ensejarão a necessidade de celebração de Termo de Ajuste de Conduta celebrado entre o MDA e o Município em até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 19. Independentemente da formalização de Termo de Ajuste de Conduta, os agentes públicos que derem causa ao descumprimento dos encargos assumidos estarão sujeitos a sanções penais e cíveis aplicáveis na forma da legislação vigente.

Art. 20. Nos casos de extinção da doação com a consequente reversão do equipamento doado, procederá a Coordenação Nacional do Programa de Aceleração do Crescimento com a abertura de edital para posterior doação aos municípios interessados.

Art. 21. Revoga-se a Portaria MDA nº 30, de 23 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 77 de 24 de abril de 2014, Seção 1, página 81.

Art. 22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRUS ANANIAS DE SOUSA

Anexo I

Município:	UF	Equipamento	Chassi	Mês/ano
Endereço do local de guarda do equipamento:			Horímetro ou Hodômetro no último dia do mês:	

Diário de Operações

Data	Atividade executada	Horas Trabalhadas/ Quilômetros Percorridos	Localidade atendida	Nome do Operador	Ocorrências	Atende diretamente o público da Agricultura Familiar ou da Reforma Agrária (s/n)
Total						

LOCAL E DATA

CONSELHO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

RESOLUÇÃO Nº 109, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015

Incorpora territórios e municípios ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais PRONAT, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CONDRAF, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V do art. 3ª do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 35, de 10 de fevereiro de 2004, e tendo em vista ainda o disposto no inciso II e na alínea "f" do inciso IV do art. 2º do Decreto nº 4.854, de 08 de outubro de 2003, torna público que o Plenário do CONDRAF, em Sessão Plenária da 64ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 01 e 02 de dezembro de 2015.

CONSIDERANDO:

a) a discussão sobre requisitos e procedimentos para incorporação de novos territórios do PRONAT, realizada na 22ª Reunião do Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial do CONDRAF, no dia 12 de outubro de 2015;

b) a portaria nº 38 de 15 de maio de 2013, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, que estabelece requisitos e procedimentos para incorporação de territórios ao PRONAT;

c) a lista de territórios que atendem aos requisitos de incorporação e aos critérios de priorização expressos na portaria supracitada, apresentada pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial do CONDRAF; resolve:

Art. 1º Incorporar os territórios rurais listados no anexo I desta resolução ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais -PRONAT.

Art. 2º Incorporar municípios a territórios já existentes listados no anexo II desta resolução.

Art. 3º Migrar municípios de um território para outro listados no anexo III desta resolução.

PATRUS ANANIAS DE SOUSA

ANEXO I

REGIÃO	UF	CÓD.TER	TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS	CÓD.IBGE
Nordeste	PE	240	SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO	Cedro	2604304
				Parnamirim	2610400
				Salgueiro	2612208
				Serrita	2614006
				Terra Nova	2615201
				Verdejante	2616100
REGIÃO	UF	CÓD.TER	TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS	CÓD.IBGE
Sudeste	SP	241	TERRITÓRIO CENTRAL DA NOROESTE PAULISTA	Alto Alegre	3501103
				Álvaro de Carvalho	3501400
				Arealva	3503406
				Avaí	3504305
				Avanhandava	3504404
				Balbinos	3504701
				Barbosa	3505104
				Braúna	3507704
				Brejo Alegre	3507753
				Cafelândia	3508801
				Clementina	3511904
				Coroados	3512506
				Fernão	3515657
				Galia	3516606
				Garça	3516705
				Getulina	3517000
				Glicério	3517109
				Guaiçara	3517208
				Guaimbé	3517307
				Guarantã	3518107
				Iacanga	3519105
				Júlio de Mesquita	3525805
				Lins	3527108
				Luizânia	3527702
				Penápolis	3537305
				Pirajuí	3538907
				Pongai	3540101
				Presidente Alves	3541109
				Promissão	3541604
				Queiroz	3541802
				Reginópolis	3542503
				Sabino	3544608
				Santópolis do Aguapeí	3548401
				Uru	3555901
				Vera Cruz	3556602

ANEXO II

REGIÃO	UF	TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS INCORPORADOS	CÓD.IBGE
Sudeste	ES	Território Montanhas e Águas do Espirito Santo	Cariacica	3201308
Sudeste	RJ	Baía de Ilha Grande	Rio Claro	3304409

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sudeste	MG	Médio rio Doce	Gonzaga	3127503
			Iapu	3129301
			Naque	3144359
Sul	PR	Caminhos do Tibagi	Tamarana	4126678

ANEXO III

REGIÃO	UF	TERRITÓRIO DE ORIGEM	TERRITÓRIO DE MIGRAÇÃO	MUNICÍPIO	CÓD.IBGE
Nordeste	BA	Piemonte da Diamantina	Bacia do Jacuípe	Capim Grosso	2906873
Sudeste	ES	Território Montanhas e Águas do Espirito Santo	Sul Litorâneo	Alfredo Chaves	3200300

RESOLUÇÃO Nº 110, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera, ad referendum do CONDRAF, as Resoluções nº 106 e 107 do CONDRAF.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CONDRAF, no uso de suas atribuições, conferidas pela alínea "a", do inc. I, do art. 3º do Decreto nº 4.854, de 08 de outubro de 2003, e pelos incisos III e V, do art. 3º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 35, de 10 de janeiro de 2004, torna público, ad referendum do Plenário do CONDRAF, a presente Resolução,

CONSIDERANDO:

A deliberação da Comissão Organizadora Nacional da 2ª CNATER, reunida no dia 04 de dezembro de 2015, referente a adequação do calendário da 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - 2ª CNATER, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução nº 106, de 19 de agosto de 2015, publicada no DOU, Seção 1, Páginas 57, de 3 de setembro de 2015 e a Resolução nº 107, de 09 de setembro de 2015, publicada no DOU 183, Seção 1, Páginas 75, de 24 de setembro de 2015.

Art. 2º Alterar o art. 5º do Anexo I da Resolução nº 106, de 19 de agosto de 2015 e o art. 4º da Resolução nº 107, de 09 de setembro de 2015, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º A 2ª CNATER está estruturada nas seguintes Etapas:

I - Etapa Territorial - até 29 de fevereiro de 2016;

II - Etapa Estadual ou Distrital - até 15 de abril de 2016;

III - Etapa Nacional - 31 de maio a 03 de junho de 2016.

§ 1º As etapas Municipais e Intermunicipais, caso ocorram, deverão observar o prazo estabelecido no Regimento Estadual definido pela Comissão Organizadora Estadual.

§ 2º As Conferências Temáticas devem acontecer até março de 2016.

§ 3º Os trabalhos durante todas as etapas da 2ª CNATER serão disciplinados em regimentos próprios.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRUS ANANIAS DE SOUSA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 681, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015 (*)

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial dos mesmos dia, mês e ano, combinado com o inciso VII, do art. 122, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA/nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 09 seguinte,

Considerando o que dispõe o item II, do artigo 237, da Lei nº 8.112/90, resolve:

Art. 1º Conceder aos servidores ocupantes de cargos efetivos, observando a data de ingresso no órgão constante do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, em comemoração aos 45(quarenta e cinco) anos deste Instituto, à titulo de reconhecimento pelo empenho nas atividades desenvolvidas nesta Autarquia até 10 de julho de 2015:

I - botons aos servidores com tempo de serviço superior a 30 (trinta) anos; e

II - medalhas aos servidores com tempo de serviço superior a 40(quarenta) anos.

Art. 2º Determinar à Diretoria de Gestão Administrativa a adoção de procedimentos, na Sede e nas Superintendências Regionais, para apuração especial do tempo de serviço prestado ao INCRA, em complemento às informações constantes no cadastro funcional dos servidores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN

(*) Republicada por ter saído no DOU N° 235, de 9-12-2015, Seção 1, pág. 113, com incorreção no original.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS

PORTARIA Nº 38, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO AMAZONAS, no uso das incumbências que lhe são conferidas no inciso VIII do artigo 132 do Regimento Interno deste Instituto, aprovado pela Portaria MDA nº 20/2009, publicada no DOU de 9 de abril de 2009.

Considerando a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado PIC BELA VISTA, com a área de 78.546,0754, ha, localizado no município de IRANDUBA, Estado do AMAZONAS, doado ao INCRA pelo Governo do Estado através da Lei Estadual Nº 987 de 27 de Novembro de 1970, em conformidade com o registro contábil no Sistema de Gerenciamento dos imóveis de uso especial da União - SIPIUnet, conta 12321.01.00 - status "em processo de incorporação".

Considerando que o órgão ambiental do Estado do Amazonas, IPAAM, expediu a licença prévia (LP) Nº 073/15.

Considerando que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam à análise processo administrativo INCRA nº 54270.000152/2014-65 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1°. Aprovar a proposta de destinação para assentamento de trabalhadores rurais do imóvel acima citado que prevê a criação de 75 (SETENTA E CINCO) unidades agrícolas familiares, tendo o Laudo Agronômico de Fiscalização - LAF.

Art. 2°. Determinar à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(15)F desta Superintendência Regional para atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e inclusão do arquivo gráfico relativo ao seu perímetro na base de dados cartográficos.

Art. 3º. Criar o Projeto de Assentamento PDS CACHOEIRA, código SIPRA nº AM 0152000, com área de 208,2867 (Duzentos e oito hectares, vinte e oito ares e sessenta e sete centiares) ha, localizado no município de IRANDUBA , Estado do AMAZONAS, a ser implantado por esta Superintendência Regional, em articulação com as Diretorias desta Instituição.

Art. 4°. Providenciar a comunicação à Prefeitura municipal da criação deste Projeto de assentamento para inclusão das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIA DO SOCORRO MARQUES FEITOSA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015 (*)

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA BAHIA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei Nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Coordenador, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso I do Art. 7º e pelo Inciso I do Art.9º, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto Nº 6.812 de 3 de abril de 2009, combinado com o inciso VI do Art.13, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 20 de abril de 2009, pelo subitem e item IV, do anexo I da Instrução Normativa/INCRA/Nº 62 de 22 de junho de 2010, pela Instrução Normativa/INCRA/Nº 83, de 30 de julho de 2015, tendo em vista a decisão adotada em Reunião, realizada em 24 de Julho de 2015, e;

Considerando que o imóvel rural denominado "Fazenda Curitiba", objeto do processo administrativo nº 54160.000248/2009-11, com área registrada de 4.694,50 hectares, área medida 3.838,2555 hectares, área avaliada pelo INCRA de 3.838,2555 hectares, registrado sob à matrículas Curitiba mat. (2.332 ha), Lagoa Formosa mat. 94 (283,9 ha), Canaan mat. 182 (1.643,00 ha) e Boa Esperança mat. 214 (435,60 ha), pertencente à SANTANA PASSOS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., tendo como Representante Legal o Sr. Adilson Santana Passos, localizado no Município de Iramaia, Estado da Bahia, foi proposto para desapropriação nos termos da Lei nº 8.629/93 e alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, Instrução Normativa/INCRA/P/Nº 83, de 30 de julho de 2015;

Considerando que o imóvel foi avaliado em R$ 2.685.140,54 (Dois milhões seiscentos e oitenta e cinco mil, cento e quarenta reais e cinquenta centavos), tomando-se por base o valor médio do campo de arbítrio da avaliação administrativa, e que o valor atribuído destina-se à indenização da terra nua e suas acessões naturais, a ser pago em Títulos da Dívida Agrária- TDA, e valores pecuniários das benfeitorias;

Considerando que o valor avaliado se encontra dentro dos parâmetros da Planilha Referencial de Preços da Microrregião em que está localizado o imóvel, e corresponde ao valor médio do campo de arbítrio calculado na avaliação administrativa;

Considerando, finalmente, a proposição da Superintendência Regional do INCRA na Bahia, aos pronunciamentos da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento e da Procuradoria Regional nos autos do processo administrativo nº 54160.000520/2003-60, resolve:

Art. 1º Autorizar a desapropriação do imóvel "Fazenda Curitiba", com área registrada de 4.694,50 hectares, área medida e avaliada pelo INCRA de 3.838,2555 hectares, localizado no município de Iramaia, nos termos da Lei nº 8.629/93 e alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, Instrução Normativa/INCRA/P/Nº 83, de 30 de julho de 2015.

Art. 2º Solicitar às Diretorias de Gestão Administrativa e de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, que adotem as providências necessárias ao lançamento dos Títulos da Dívida Agrária - TDA.

Art. 3º Determinar que a obtenção se opere livre e desembaraçada de quaisquer ônus e/ou gravames, inclusive, com prévia comprovação de quitação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, relativo aos 05 (cinco) últimos exercícios, inclusive o atual, conforme previsto no art. 21, da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, bem como a Taxa de Serviços Cadastrais - CCIR, cabendo ao expropriando, a responsabilidade total quanto ao pagamento dos encargos e obrigações trabalhistas decorrentes de eventuais vínculos empregatícios mantidos com os empregados que trabalham ou tenham trabalhado no imóvel sob aquisição ou outras reclamações de terceiros, incluindo aquelas relativas a indenizações por benfeitorias

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ GUGÉ SANTOS FERNANDES
Superintendente

JORGE LUIZ DE AZEVEDO SILVA
Chefe da Divisão de Obtenção de Terras

AROLDO SOUZA ANDRADE
Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

CARLOS JOSÉ BARBOSA BORGES
Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos

YEDA MARIA CYRNE LOPES DE SANTANA
Chefe da Divisão de Administração

VERA LÚCIA SOUZA DE OLIVEIRA E TORRES
Chefe da PFE/INCRA

(*) Republicada por ter saído no DOU N° 207, de 29-10-2015, Seção 1, pág. 65, com incorreção no original.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 36, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/N° 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2009, e Portaria/INCRA/P/N° 259, de 05 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União N° 106, Seção 2, de 08 de junho de 2015,

CONSIDERANDO o que consta do processo administrativo INCRA/MG n° 54170.007176/2004-00, que trata do assentamento de família na parcela n° 21 do Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Guia, localizado no município de Guarda-Mór, estado de Minas Gerais, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento de Manoel Monteiro dos Santos, CPF 008.271.846-62, emitido em 19/03/2012, por descumprimento das cláusulas contratuais.

II _ DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG que adote as providências cabíveis visando à destinação do lote a novo candidato selecionado para o Programa Nacional de Reforma Agrária.

GILSON DE SOUZA

PORTARIA Nº 37, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/N° 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2009, e Portaria/INCRA/P/N° 259, de 05 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União N° 106, Seção 2, de 08 de junho de 2015,

CONSIDERANDO o que consta do processo administrativo INCRA/MG n° 54170.006940/2004-11, que trata do assentamento de família na parcela n° 03 do Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Guia, localizado no município de Guarda-Mór, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento de João Fábio Alves Pereira, CPF 553.549.986-20, emitido em 19/03/2012, por descumprimento das cláusulas contratuais.

II _ DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG que adote as providências cabíveis visando à destinação do lote a novo candidato selecionado para o Programa Nacional de Reforma Agrária.

GILSON DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

PORTARIA Nº 20, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTA DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO MÉDIO SÃO FRANCISCO, nomeada pela PORTARIA INCRA/P/Nº 678/2015, de 8 de dezembro de 2015, publicada no D.O.U. de 10 de dezembro de 2015, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VI, do Regimento Interno desta Autarquia, tendo em vista o contido na RESOLUÇÃO CDR/SR-29/N.º 02/2015, de 03 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1.º Autorizar a descentralização de recursos para o pagamento do imóvel rural denominado "Sítio Patos", com área medida de 1.017,0615 hectares, localizado no município de Santa Maria da Boa Vista/PE, de propriedade de José Acácio do Nascimento Gomes, devidamente, cadastrado no INCRA sob o código 223.093.011.703-2, pelo valor de R$ 362.198,74 (trezentos e sessenta e dois mil, cento e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos), sendo R$ 321.472,80 (trezentos e vinte e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta centavos) referentes a terra nua, a serem pagos em Títulos da Dívida Agrária - TDA, e R$ 40.725,94 (quarenta mil, setecentos e vinte e cinco reais e noventa e quatro centavos) em moeda corrente, para pagamento das benfeitorias.

Art. 2. º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO

PORTARIA Nº 21, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTA DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO MÉDIO SÃO FRANCISCO, nomeada pela PORTARIA INCRA/P/Nº 678/2015, de 8 de dezembro de 2015, publicada no D.O.U. de 10 de dezembro de 2015, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VI, do Regimento Interno desta Autarquia, tendo em vista o contido na RESOLUÇÃO CDR/SR-29/N.º 03/2015, de 03 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1.º Autorizar a descentralização de recursos para o pagamento do imóvel rural denominado "Jatobazinho", com área medida de 1.001,4842 hectares e área avaliada de 998,4801 hectares, localizado no município de Petrolina/PE, de propriedade do Espólio de José de Souza Coelho, devidamente, cadastrado no INCRA sob o código 950.050.545.490-7, pelo valor de R$ 235.751,14 (duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinqüenta e um reais e quatorze centavos), sendo R$ 235.751,14 (duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinqüenta e um reais e quatorze centavos) referentes a terra nua, a serem pagos em Títulos da Dívida Agrária - TDA, e R$ 0,00 (zero real) em moeda corrente, uma vez que não foram identificadas benfeitorias no imóvel, passíveis de indenização.

Art. 2. º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR da Superintendência Regional do INCRA no Médio São Francisco, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 9.° da ESTRUTURA REGIMENTAL DO INCRA, aprovada pelo Decreto n.º 6.812, de 3 de abril de 2009, por seu Coordenador, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 7.° da Estrutura Regimental, tendo em vista a decisão adotada em sua 7.ª Reunião, realizada em 02 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse desta Autarquia em desapropriar imóvel rural denominado "SÍTIO PATOS", com área registrada de 1.200,0000 hectares e medida de 1.017,0615 hectares, localizado no município de Santa Maria da Boa Vista/PE, de propriedade de José Acácio do Nascimento Gomes, sob Mat. nº 0.562, do livro 2-A, fls. 262 de 25/06/1981, do Cartório Único da Comarca de Santa Maria da Boa Vista, do Estado de Pernambuco, cadastrado no INCRA sob o código 223.093.011.703-2, para fins de assentamento de trabalhadores rurais, de acordo com as metas estabelecidas no Programa de Reforma Agrária;

Considerando que a desapropriação do imóvel visa atender as demandas da Reforma Agrária no Estado de Pernambuco, possibilitando o assentamento de 12 (doze) famílias; Considerando que o imóvel apresenta características físicas e edafo-climáticas favoráveis a implantação de projeto de assentamento, sua localização próxima a diversos outros projetos de assentamento, além de outros atributos que favorecem o desenvolvimento da agricultura familiar;

Considerando que os valores apurados através da Superintendência Regional do Médio São Francisco, referente à área medida a ser desapropriada (1.017,0615 hectares), atinge o total de R$ 362.198,74 (trezentos e sessenta e dois mil, cento e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos), sendo R$ 321.472,80 (trezentos e vinte e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta centavos) referentes a terra nua e R$ 40.725,94 (quarenta mil, setecentos e vinte e cinco reais e noventa e quatro centavos) correspondentes às benfeitorias; Considerando que o valor proposto para desapropriação do imóvel que é de R$ 362.198,74 (trezentos e sessenta e dois mil, cento e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos), estabelecido através do limite médio do campo de arbítrio da avaliação administrativa, portanto, dentro da alçada do Comitê de Decisão Regional, conforme Anexo I da Instrução Normativa n.º 62, publicada no DOU de 21 de junho de 2010;

Considerando a inexistência de Planilha de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais atualizada pela Superintendência Regional do Médio São Francisco, empregou-se como referência de preços a publicação anual AGRIANUAL - Anuário da Agricultura Brasileira, edição 2015, visto se tratar de fonte regular de informação a qual o INCRA, como assinante, a utiliza para consulta, planejamento de ações e outros fins. A fonte traz em seu bojo um capítulo voltado ao tema Terras no qual apresenta uma série de índices os quais contemplam, sobretudo, o comportamento dos mercados e encerra os preços médios por tipo de terra e região de localização. Na oportunidade constatou-se que o valor apurado para o imóvel "Sítio Patos" encontra-se abaixo dos valores publicados na edição 2015 da fonte indicada, assim, resolve:

Art. 1.º Autorizar a descentralização de recursos para o pagamento do imóvel rural denominado "Sítio Patos", com área medida de 1.017,0615 hectares, localizado no município de Santa Maria da Boa Vista/PE, de propriedade de José Acácio do Nascimento Gomes, devidamente, cadastrado no INCRA sob o código 223.093.011.703-2, pelo valor de R$ 362.198,74 (trezentos e sessenta e dois mil, cento e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos), sendo R$ 321.472,80 (trezentos e vinte e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta centavos) referentes a terra nua, a serem pagos em Títulos da Dívida Agrária - TDA, e R$ 40.725,94 (quarenta mil, setecentos e vinte e cinco reais e noventa e quatro centavos) em moeda corrente, para pagamento das benfeitorias.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO
Coordenador do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR da Superintendência Regional do INCRA no Médio São Francisco, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 9.° da ESTRUTURA REGIMENTAL DO INCRA, aprovada pelo Decreto n.º 6.812, de 3 de abril de 2009, por seu Coordenador, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 7.° da Estrutura Regimental, tendo em vista a decisão adotada em sua 8.ª Reunião, realizada em 03 de dezembro de 2015;

Considerando o interesse desta Autarquia em desapropriar imóvel rural denominado "FAZENDA JATOBAZINHO", com área registrada de 998,4801 hectares e medida de 1.001,4842 hectares, localizado no município de Petrolina/PE, de propriedade do Espólio de José de Souza Coelho, sob Mat. nº 46.828, do livro 2 de 16/01/2006, do Cartório do Primeiro Ofício de Petrolina, do Estado de Pernambuco, cadastrado no INCRA sob o código 950.050.545.490-7, para fins de assentamento de trabalhadores rurais, de acordo com as metas estabelecidas no Programa de Reforma Agrária;

Considerando que a desapropriação do imóvel visa atender as demandas da Reforma Agrária no Estado de Pernambuco, possibilitando o assentamento de 10 (dez) famílias;

Considerando que o imóvel apresenta características favoráveis à implantação de projeto de assentamento, sua localização próxima outros projetos de assentamento, além de outros atributos;

Considerando que os valores apurados através da Superintendência Regional do Médio São Francisco, referente à área a ser desapropriada (998,4801 hectares), atinge o total de R$ 235.751,14 (duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinqüenta e um reais e quatorze centavos), sendo R$ 235.751,14 (duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinqüenta e um reais e quatorze centavos) referentes a terra nua a serem pagos em Títulos da Dívida Agrária - TDA, e R$ 0,00 (zero real) em moeda corrente, uma vez que não foram identificadas benfeitorias no imóvel, passíveis de indenização; Considerando que o valor proposto para desapropriação do imóvel que é de 235.751,14 (duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinqüenta e um reais e quatorze centavos), estabelecido através do limite médio do campo de arbítrio da avaliação administrativa, portanto, dentro da alçada do Comitê de Decisão Regional, conforme Anexo I da Instrução Normativa n.º 62, publicada no DOU de 21 de junho de 2010;

Considerando a inexistência de Planilha de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais atualizada pela Superintendência Regional do Médio São Francisco, empregou-se como referência de preços a publicação anual AGRIANUAL - Anuário da Agricultura Brasileira, edição 2015, visto se tratar de fonte regular de informação a qual o INCRA, como assinante, a utiliza para consulta, planejamento de ações e outros fins. A fonte traz em seu bojo um capítulo voltado ao tema Terras no qual apresenta uma série de índices os quais contemplam, sobretudo, o comportamento dos mercados e encerra os preços médios por tipo de terra e região de localização. Na oportunidade constatou-se que o valor apurado para o imóvel "Fazenda Jatobazinho" encontra-se abaixo dos valores publicados na edição 2015 da fonte indicada, assim, resolve:

Art. 1.º Autorizar a descentralização de recursos para o pagamento do imóvel rural denominado "Fazenda Jatobazinho", com área medida de 1.001,4842 hectares, localizado no município de Petrolina/PE, de propriedade do Espólio de José de Souza Coelho, devidamente, cadastrado no INCRA sob o código 950.050.545.490-7, pelo valor de R$ 235.751,14 (duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinqüenta e um reais e quatorze centavos), sendo R$ 235.751,14 (duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinqüenta e um reais e quatorze centavos) referentes a terra nua a serem pagos em Títulos da Dívida Agrária - TDA, e R$ 0,00 (zero real) em moeda corrente, uma vez que não foram identificadas benfeitorias no imóvel, passíveis de indenização.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR HUGO DA PAIXÃO MELO
Coordenador do Comitê

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 323, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, nas Portarias ME nº 67, de 4 de abril de 2013, e nº 83, de 24 de abril de 2013, na Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004, e no Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, resolve:

Art. 1º Contemplar os 10 atletas Paralímpicos que tiveram seus planos esportivos aprovados no âmbito do Programa Atleta Pódio, relacionados no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Os referidos atletas ora contemplados deverão imprimir, assinar e enviar ao Ministério do Esporte o Termo de Adesão, conforme estabelecido no item 10.4.1 do Edital nº 01, de 11 de fevereiro de 2015, publicado na Seção 3, do Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE HILTON DOS SANTOS CECÍLIO

ANEXO ÚNICO

ESPORTES PARAOLÍMPICOS
CATEGORIA ATLETA PÓDIO
Edital nº1 de 11 de fevereiro de 2015

Nº de Ordem	Atleta	CPF	Modalidade
1	Alessandro Rodrigo da Silva	221.343.918-47	Atletismo Paralímpico
2	Gustavo Henrique Faria Araújo	102.768.176-05	Atletismo Paralímpico
3	Indayana Pedrina Martins do Couto	066.038.719-04	Atletismo Paralímpico
4	Thiago Paulino dos Santos	351.448.378-75	Atletismo Paralímpico
5	Antônio Leme	224.670.548-70	Bocha Paralímpico
6	Fernando Rufino de Paulo	010.152.501-70	Canoagem Paralímpica
7	Luis Carlos Cardoso da Silva	010.548.873-90	Canoagem Paralímpica
8	Abner Nascimento de Oliveira	132.031.157-19	Judô Paralímpico
9	Alana Martins Maldonado	439.445.268-64	Judô Paralímpico
10	Regiane Nunes Silva	346.312.588-96	Natação Paralímpica

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 824, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 01/12/2015 e na reunião extraordinária realizada em 22/10/2015 e 19/11/2015.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 289, de 26 de outubro de 2015, considerando:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 01/12/2015 e na reunião extraordinária realizada em 22/10/2015 e 19/11/2015.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE CASTRO PATRÍCIO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.004211/2015-99
Proponente: Rio Yatch Club
Título: Equipe Magia V - Ano IV
Registro: 02RJ093172011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 30.106.074/0001-78
Cidade: Niterói UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 458.600,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3788 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 28010-0
Período de Captação até: 31/12/2016
2 - Processo: 58701.003383/2015-45
Proponente: Federação Brasileira de Basquetebol Master
Título: Participação do Brasil no IX Campeonato Pan Americano da Costa Rica
Registro: 02RN03762009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 35.076.405/0001-98
Cidade: Natal UF: RN
Valor aprovado para captação: R$ 1.124.097,72
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1588 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38196-9
Período de Captação até: 31/12/2016
3 - Processo: 58701.005883/2015-11
Proponente: Liga de Futebol Amador do Jardim Caranã
Título: Futebol ao Alcance de Todos
Registro: 02RR149652015
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 07.468.252/0001-99
Cidade: Boa Vista UF: RR
Valor aprovado para captação: R$ 800.945,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0250 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 110267-2
Período de Captação até: 31/12/2016
4 - Processo: 58701.003032/2015-34
Proponente: União Jovem do Rincão
Título: Futsal Social 2017 - Educando Pelo Esporte
Registro: 02RS046922009
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 90.834.029/0001-61
Cidade: Novo Hamburgo UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 981.361,51
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0611 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 33650-5
Período de Captação até: 31/12/2016
5- Processo: 58701.003079/2015-06
Proponente: Comitê Paraolímpico Brasileiro
Título: IV Jogos Parapan-Americanos de Jovens 2017
Registro: 00700114000144
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 00.700.114/0001-44
Cidade: Brasília UF: DF
Valor aprovado para captação: R$ 8.554.806,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2863 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 424176-2
Período de Captação até: 31/12/2016

ANEXO II

1 - Processo: 58701.004283/2014-55
Proponente: Colégio Militar do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará
Título: Conexão Esporte (Ano II)
Valor aprovado para captação: R$ 357.192,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3469 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30208-2
Período de Captação até: 31/12/2016
2- Processo: 58701.002739/2014-42
Proponente: Federação Gaúcha dos Esportes Eqüestres
Título: Atlântida Beach Jumping
Valor aprovado para captação: R$ 182.460,67
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4359 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16215-9
Período de Captação até: 31/12/2016
3- Processo: 58701.006341/2015-85
Proponente: Prefeitura Municipal de Água Santa
Título: Revitalização do Ginásio Poliesportivo Aldini Vergílio Coser
Valor aprovado para captação: R$ 191.293,44
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2919 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8202-3
Período de Captação até: 31/12/2016
4- Processo: 58701.006763/2014-51
Proponente: Associação Carlos Barbosa de Futsal
Título: Substituição do Piso da Quadra do Centro Municipal de Eventos de Carlos
Valor aprovado para captação: R$ 438.171,18
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2859 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 20282-7
Período de Captação até: 31/12/2016
5- Processo: 58701.009658/2013-92
Proponente: Fundação Educacional de Divinópolis - FUNEDI
Título: Escola de Esportes em Movimento
Valor aprovado para captação: R$ 309.542,24
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0372 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 85138-8
Período de Captação até: 31/12/2016

RETIFICAÇÕES

Na Deliberação nº 823/2015, Processo Nº 58701.002995/2015-11, ANEXO I, publicada no Diário Oficial da União nº 239, de 15 de dezembro de 2015, na Seção 1, página 108, onde se lê: Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 26947-1, leia-se: Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16497-1.

Na Deliberação nº 783/2015, Processo Nº 58701.002747/2015-70, Anexo I, publicada no Diário Oficial da União nº 184, de 25 de setembro de 2015, na Seção 1, página 90, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 3.421.083,93, leia-se: Valor aprovado para captação, após recurso aprovado na Reunião da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte Realizada em 19 de novembro de 2015, no valor de R$ 4.026.772,17 .

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 380, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

Institui o Plano Nacional para o Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas-PLANAFE e dá outras providências.

OS MINISTROS DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, INTERINO, DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições previstas no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, resolvem:

Art. 1º Instituir o Plano Nacional para Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas-PLANAFE, com finalidade de promover a adequação e integração de políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida, a promoção dos direitos humanos e o fomento à produção sustentável aliada à conservação em Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federal, Projetos de Assentamentos Ambientalmente Diferenciados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e áreas destinadas a ribeirinhos detentores do Termo de Autorização de Uso Sustentável-TAUS de áreas da União com reconhecimento da Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo único. O PLANAFE observará os princípios e diretrizes da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, o Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015.

Art. 2º É objetivo do PLANAFE adequar, articular, integrar e propor ações de acesso às políticas de saúde, educação, infraestrutura social, fomento à produção sustentável, geração de renda e gestão ambiental e territorial das áreas de uso e ocupação tradicional, visando assegurar a qualidade de vida, o acesso e uso sustentável dos recursos naturais, a conservação ambiental e a promoção dos direitos humanos para as comunidades extrativistas e ribeirinhas.

Art. 3º O PLANAFE estruturar-se-á em 4 (quatro) eixos de ação:

I - inclusão social;
II - fomento à produção sustentável;
III - infraestrutura; e
IV - gestão ambiental e territorial.

Art. 4º O PLANAFE considera, entre outras, as seguintes diretrizes estratégicas:

I - adequação das políticas públicas a realidades das comunidades extrativistas e ribeirinhas;

II - garantia dos direitos básicos das comunidades extrativistas e ribeirinhas que compõem seu público beneficiário, priorizando a superação da pobreza;

III - promoção de um modelo de gestão participativa do PLANAFE;

IV - promoção da conservação e o uso sustentável da biodiversidade;

V - promoção da inclusão social e produtiva das comunidades extrativistas e ribeirinhas;

VI - promoção e o fortalecimento de cadeias produtivas dos produtos do extrativismo; e

VII - promoção da geração de renda.

Art. 5º Fica instituída a Comissão Intersetorial do PLANAFE com as seguintes finalidades:

I - atualizar anualmente o PLANAFE, especialmente quanto às suas ações, metas e objetivos, considerando a proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela Portaria Interministerial nº 29, de 8 de fevereiro de 2013 e o Plano Plurianual-PPA;

II - monitor e avaliar a implementação das ações do PLANAFE;

III - propor medidas para superar eventuais dificuldades na implementação do PLANAFE;

IV - promover a articulação intersetorial das políticas públicas federais no âmbito do PLANAFE;

V - divulgar e integrar as ações do PLANAFE às iniciativas dos governos estaduais e municipais visando o fortalecimento do extrativismo; e

VI - instituir grupos de trabalho para tratar de temáticas específicas.

§ 1º A Comissão Intersetorial será composta por um representante, titular e suplente, de cada órgão, entidade e organização da sociedade civil a seguir indicados:

I - representantes dos seguintes órgãos do Poder Executivo Federal:

a) - Ministério do Meio Ambiente;
b) Ministério do Desenvolvimento Agrário;
c) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e

II - representantes de entidades da sociedade civil indicados pela CNPCT, dos segmentos de comunidades extrativistas e ribeirinhas.

§ 2º Os membros do Governo serão indicados pelos Secretários-Executivos dos órgãos que representam.

§ 3º Caberá à presidência da CNPCT enviar ao Ministério do Meio Ambiente os nomes dos representantes das entidades e organizações da sociedade civil, indicados pela CNPCT.

§ 4º Os membros da Comissão Intersetorial serão designados pelo Ministério do Meio Ambiente mediante indicação dos titulares dos órgãos, entidades e organização da sociedade civil que representam.

§ 5º A Comissão Intersetorial será coordenada pelo representante do Ministério do Meio Ambiente conjuntamente com membro da sociedade civil a ser escolhido pelos representantes das entidades e organizações da sociedade civil indicados.

§ 6º Caberá à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente, prestar apoio técnico e administrativo à Comissão Intersetorial.

§ 7º A Comissão Intersetorial reunir-se-á trimestralmente, em caráter ordinário, ou a qualquer tempo, em caráter extraordinário, por convocação da coordenação.

§ 8º Poderão participar das reuniões da Comissão Intersetorial, a convite da coordenação, representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal e estadual e de organizações não-governamentais, bem como pessoas físicas e representantes de pessoas jurídicas que, por sua experiência pessoal ou institucional, possam contribuir com os trabalhos da Comissão.

Art. 6º A participação na Comissão Intersetorial será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO GAETANI
Ministro de Estado do Meio Ambiente
Interino

TEREZA CAMPELLO
Ministra de Estado do Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 54, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Determina o município que sediará o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos - CMA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso I, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 899, de 14 de maio de 2015, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando o teor da Portaria nº 16, de 02 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 42, seção 1, página 37, de 04 de março de 2015, que "Dispõe sobre a atualização da denominação dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação no âmbito do Instituto Chico Mendes e dá outras providências",

Considerando o teor do artigo 4º, da Portaria nº 16, de 02 de março de 2015, que determina a transferência da sede do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos - CMA, do município de Itamaracá, em Pernambuco, para o litoral de São Paulo, em município a ser definido por ato do Presidente do ICMBio, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido que o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos - CMA terá sede no Município de Santos, em São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIO CARRERA MARETTI

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL E CARREIRAS TRANSVERSAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS

PORTARIA Nº 99, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O Coordenador de Produção da Folha de Pagamento de Benefícios Indenizatórios da Coordenação-Geral de Gestão de Rotinas da Folha de Pagamento do Departamento de Gestão de Pessoal Civil e Carreiras Transversais da Secretaria de Gestão Pública do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta no Processo nº 08001.13338/2014-37, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada em favor de MARIA CECILIA DE MIRANDA RODRIGUES, CPF 135.104.287-49, companheira do anistiado político post mortem ADILES MOREIRA PESSOA FILHO, CPF nº 082.129.107-68, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c os art. nº 215 e 217 da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a partir de 02 de julho de 2014, conforme Portaria/MJ nº 1693, publicada no DOU de 13 de outubro de 2015.

WILLIAM CLARET TORRES

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 115, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 38, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, e

Considerando a necessidade de o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA executar a ação concernente à elaboração de diagnósticos, perspectivas e alternativas para o desenvolvimento brasileiro à conta de recursos da operação de crédito externa - em moeda, contratada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e da respectiva contrapartida nacional, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos e os identificadores de uso constantes da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, no que concerne ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTHER DWECK

ANEXO

ÓRGÃO: 61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos
UNIDADE: 61201 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							1.181.440
		Atividades							
04 571	2038 4727	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro							1.181.440
04 571	2038 4727 0001	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro - Nacional							1.181.440
			F	3	2	90	0	148	1.090.210
			F	3	2	90	2	100	91.230
TOTAL - FISCAL									1.181.440
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.181.440

ÓRGÃO: 61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos
UNIDADE: 61201 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							1.181.440
		Atividades							
04 571	2038 4727	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro							1.181.440
04 571	2038 4727 0001	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro - Nacional							1.181.440
			F	3	2	90	0	148	1.090.210
			F	3	2	90	2	100	91.230
TOTAL - FISCAL									1.181.440
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.181.440

PORTARIA Nº 116, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 38, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, e

Considerando a modificação indevida do identificador de resultado primário de ação constante do orçamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, efetivada por intermédio da Portaria SOF nº 103, de 2 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 3 de dezembro de 2015, página 92, uma vez que a referida ação não se enquadra nos critérios estabelecidos para o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, o identificador de Resultado Primário de programação constante da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, no que concerne ao Ministério dos Transportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTHER DWECK

ANEXO

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2073	Transporte Hidroviário							1.760.000
		Projetos							
26 784	2073 127G	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte							1.760.000
26 784	2073 127G 0363	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Santarém - PA							1.760.000
			F	4	2	90	0	100	1.760.000
TOTAL - FISCAL									1.760.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.760.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2073	Transporte Hidroviário							1.760.000
		Projetos							
26 784	2073 127G	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte							1.760.000
26 784	2073 127G 0363	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Santarém - PA							1.760.000
			F	4	3	90	0	100	1.760.000
TOTAL - FISCAL									1.760.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.760.000

PORTARIA Nº 117, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, incisos II e III, e § 1º, do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e a delegação de competência de que trata o art. 2º, incisos I e II, da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e ajustar o detalhamento constante do Anexo I da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTHER DWECK

ANEXO I
REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (RP 2)
(Anexo I da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015)

R$ 1,00

ÓRGÃOS	Disponível
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.000.000
71000 Encargos Financeiros da União	4.000
TOTAL	1.004.000

Inclui recursos de todas as fontes.

ANEXO II
ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (RP 2)
(Anexo I da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015)

R$ 1,00

ÓRGÃOS	Disponível
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	4.000
51000 Ministério do Esporte	1.000.000
TOTAL	1.004.000

Inclui recursos de todas as fontes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 247, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 20, I e 186, 216, II da CF/88, art. 1º da Lei 9.636/1998 c/c art. 1º, "c" do Decreto-Lei 9.760/1946, art. 5º, parágrafo único do Decreto-Lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98 c/c art. 17, § 2º, Lei 9.636 de 15 de maio de 1998, c/c art. 2º, § 2º, Decreto-Lei nº 1.561, de 13 de julho de 1977, bem como, nos elementos que integram o Processo nº 05540.200646/2015-96, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público o imóvel da União localizado em faixa de fronteira, às margens do Rio Acre, caracterizado como Terreno Marginal de rio federal no município de Brasiléia/AC, Estado do Acre, com uma área total de 5,8830 hectares e perímetro de 7.875,12 metros.

§1º O imóvel da União acima descrito se descreve e caracteriza-se: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Adriano Cunha, situado na margem esquerda do Rio Acre, definido pelas coordenadas plana UTM 8.790.305,000m Norte e 474.994,000m Leste, referida ao meridiano central 69° WGr, e Datum WGS1984, extraídas via GPS de navegação portáteis com precisão variável. Os vértices desta poligonal foram extraídos das ligações dos pontos casa a casa, deste segue confrontando com Área Marginal e Fundiária com os seguintes azimutes e distancias : 148°9'33" e 119,986m., até a Residência do Sra. Delmira Campinas, de coordenadas N 8.790.203,070m. e E 475.057,300m., azimutes e distancias; 136°59'56" e 635,913m., até o P-01, de coordenadas N 8.789.738,000m. e E 475.491,000m., com os azimutes e distancias: 93°14'15" e 495,791m., até o P-02 de coordenadas N 8.789.710,000m. e E 475.986,000m., com os azimutes e distancias; 154°18'22" e 603,902m., até a Residência do Sr. Aristel Antrobas, de coordenadas N 8.789.165,810m. e E 476.247,830m.; com os azimutes e distancias; 156°32'48" e 465,247m., até o vértice P-03, de coordenadas N 8.788.739,000m. e E 476.433,000m.; azimutes distancias: 65°35'8" e 193,547m., até o vértice a Residência do Sr. José Aldo, de coordenadas N 8.788.819,000m. e E 476.609,240m azimutes e distancias: 54°0'49" e 418,658m., até o vértice P-04, coordenadas N 8.789.065,000m. e E 476.948,000 m. azimutes e distancias: 49°59'50" e 468,556m., até o vértice a Residência do Sra. Marlene Oliveira, coordenadas N 8.789.366,200m. e E 477.306,920 m. azimutes e distancias: 58°56'2" e 506,484m., até o vértice a Residência do Sr. Frah Selim, coordenadas N 8.789.627,560m. e E 477.740,760m. azimutes e distancias: 148°56'2" e 15,000m., até o vértice P-05, coordenadas N 8.789.614,711m. e E 477.748,500m. azimutes e distancias: 248°56'2" e 505,312m., até o vértice P-06, coordenadas N 8.789.353,956m. e E 477.315,664m. azimutes e distancias: 230°0'6" e 468,435m., até o vértice P-07, coordenadas N 8.789.052,863m. e E 476.956,814m. Com azimutes e distancias: 234°0'49" e 420,178m., até o vértice P-08, coordenadas N 8.788.805,970m. e E 476.616,824m. azimutes e distancias: 245°35'8" e 210,321m., até o vértice P-09, coordenadas N 8.788.719,036m. e E 476.425,310m. azimutes e distancias: 336°32'48" e 480,207m., até o vértice P-10, coordenadas N 8.789.159,571m. e E 476.234,186m. azimutes e distancias: 334°18'22" e 594,761m. , até o vértice P-11, coordenadas N 8.789.695,524m. e E 475.976,319m. azimutes e distancias: 273°14'15" e 492,968m., até o vértice P-12, coordenadas N 8.789.723,364m. e E 475.484,138m. azimutes e distancias: 316°59'56" e 643,403m., até o vértice P-13, coordenadas N 8.790.193,912m. e E 475.045,330m. azimutes e distancias: 328°9'33" e 121,451m.., até o vértice P-14, coordenadas N 8.790.297,087m. e E 474.981,257m. azimutes e distancias: 58°9'33" e 15,000m., até o vértice vértice da Residência do Sr. Adriano Cunha, coordenadas 8.790.305,000m Norte e 474.994,000m Leste, ponto inicial da descrição deste perímetro.

§ 2º A SPU/AC inscreveu o imóvel descrito no art. 1º, parágrafo 1º, no SIAPA - Sistema Integrado de Administração Patrimonial. RIP nº. 0105.0100079-51.

Art. 2º O imóvel da União descrito no art. 1º, parágrafo primeiro é de interesse público para fins de promoção do uso sustentável das várzeas e preservação das comunidades tradicionais ribeirinhas beneficiadas pelo Termo de Autorização de Uso Sustentável.

§1º A ação de regularização fundiária de interesse social beneficiou 06 famílias, população tradicional do município de Brasileia/AC. Atendendo as famílias tradicionais que vivem nas áreas marginais do Rio Acre, local onde moram e utilizam os recursos naturais de forma sustentável para sua subsistência.

Art. 3º A SPU/AC lavrará auto de demarcação com a descrição do imóvel para abertura de matrícula no Cartório de Registro de Imóvel competente em nome da União.

Art. 4º A SPU/AC remeterá ofício informando o teor desta Portaria aos órgãos públicos locais, como Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição, Prefeitura e Câmara Municipal, para as quais também será solicitada a inclusão da área descrita acima no Plano Diretor Municipal, ou lei equivalente, como Zona/Área de Interesse Social, ou outro instituto que garanta a função socioambiental do imóvel da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAÚJO DE CARVALHO

PORTARIA Nº 248, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 20, I e 186, 216, II da CF/88, art. 1º da Lei 9.636/1998 c/c art. 1º, "c" do Decreto-Lei 9.760/1946, art. 5º, parágrafo único do Decreto-Lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98 c/c art. 17, § 2º, Lei 9.636 de 15 de maio de 1998, c/c art. 2º, § 2º, Decreto-Lei nº 1.561, de 13 de julho de 1977, bem como, nos elementos que integram o Processo nº 05540.200661/2015-34, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público o imóvel da União localizado em faixa de fronteira, às margens do Rio Acre, caracterizado como Terreno Marginal no município de Brasileia/AC, Estado do Acre, com uma área total de 4,8576 hectares e perímetro de 6.506,79 metros.

§ 1º O imóvel da União acima descrito se descreve e caracteriza-se: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Selma Leite, situado na margem esquerda do Rio Acre, definido pelas coordenadas plana UTM 8.785.811,000m Norte e 496.744,000m Leste, referida ao meridiano central 69° WGr, e Datum WGS1984, extraídas via GPS de navegação portáteis com precisão variável. Os vértices desta poligonal foram extraídos das ligações dos pontos casa a casa, deste segue confrontando com Área Marginal e Fundiária com os seguintes azimutes e distancias: 31°15'49" e 229,297 m., até o P-01, de coordenadas N 8.786.007,000m. e E 496.863,000m., azimutes e distancias; 61°11'21" e 182,603m., até o P-02, de coordenadas N 8.786.095,000m. e E 497.023,000m., com os azimutes e distancias: 129°58'52" e 250,569m., até o P-03 de coordenadas N 8.785.934,000m. e E 497.215,000m.; com os azimutes e distancias: 177°38'12" e 315,328m., até o P-04, de coordenadas N 8.785.619,000m. e E 497.288,000m.; com os azimutes e distancias: 198°14'28" e 373,783m., até o vértice o P-05, de coordenadas N 8.785.264,000m. e E 497.111,000m.; com os azimutes distancias: 152°53'11" e 326,928m., até o vértice o P-06, de coordenadas N 8.784.973,000m. e E 497.260,000m.; com os azimutes e distancias: 121°07'21" e 247,645m., até o vértice P-07, coordenadas N 8.784.845,000m. e E 497.472,000 m.; com os azimutes e distancias: 51°10'59" e 341,397m., até o vértice o P-08, coordenadas N 8.785.059,000m. e E 497.738,000 m.; azimutes e distancias: 68°13'26" e 413,012m. , até o vértice a Residência da Sra. Odaiza Braga, de coordenadas N 8.785.212,220m. e E 498.121,540 m.; com os azimutes e distancias: 94°55'23" e 363,802m., até o vértice P-09, de coordenadas N 8.785.181,000m. e E 498.484,000 m.; azimutes e distancias: 116°29'38" e 205,356m., até o vértice a Residência do Sr. José Alves, coordenadas N 8.785.089,390m. e E 498.667,790m.; com os azimutes e distancias: 206°29'38" e 15,00m. , até o vértice P-10, de coordenadas N 8.785.075,965m. e E 498.661,098 m.; deste segue confrontando com Área Marginal e Rio Acre, com os azimutes e distancias: 296°29'38" e 202,499m., até o vértice P-11, coordenadas N 8.785.166,301m. e E 498.479,866 m.; com os azimutes e distancias: 274°55'23" e 357,385m. , até o vértice P-12, de coordenadas N 8.785.196,970m. e E 498.123,799 m.; com os azimutes e distancias: 248°13'26" e 407,206m., até o vértice P-13, de coordenadas N 8.785.048,904m. e E 497.745,652 m.; com os azimutes e distancias: 231°10'59" e 349,641m. , até o vértice P-14, de coordenadas N 8.784.826,736m. e E 497.473,228 m.; com os azimutes e distancias: 301°07'21" e 262,404m., até o vértice P-15, de coordenadas N 8.784.962,365m. e E 497.248,593 m.; com os azimutes e distancias: 332°53'11" e 337,464,m., até o vértice P-16, de coordenadas N 8.785.262,743m. e E 497.094,792 m.; com os azimutes e distancias: 18°14'28" e 377,324m.., até o vértice P-17, de coordenadas N 8.785.621,106m. e E 497.212,900 m.; com os azimutes e distancias: 357°38'12" e 305,917m.., até o vértice P-18, de coordenadas N 8.785.926,763m. e E 497.200,286 m.; com os azimutes e distancias: 309°58'52" e 233,676m.., até o vértice P-19, de coordenadas N 8.786.076,908m. e E 497.021,231 m.; com os azimutes e distancias: 241°11'21" e 168,325m., até o vértice P-20, de coordenadas N 8.785.995,789m. e E 496.873,741 m.; com os azimutes e distancias: 211°15'49" e 225,288m.., até o vértice P-21, de coordenadas N 8.785.803,215m. e E 496.756,822 m.; com os azimutes e distancias: 301°15'49" e 15,000m., até o vértice vértice da Residência do Sra. Selma Leite, coordenadas N 8.785.811,000m. e E 496.744,000m, ponto inicial da descrição deste perímetro.

§ 2º A SPU/AC inscreveu o imóvel descrito no art. 1º, parágrafo 1º, no SIAPA - Sistema Integrado de Administração Patrimonial. RIP nº. 0105.0100080-95.

Art. 2º O imóvel da União descrito no art. 1º, parágrafo primeiro é de interesse público para fins de promoção do uso sustentável das várzeas e preservação das comunidades tradicionais ribeirinhas beneficiadas pelo Termo de Autorização de Uso Sustentável.

§1º A ação de regularização fundiária de interesse social beneficiou 03 famílias, população tradicional do município de Brasileia/AC. Atendendo as famílias tradicionais que vivem nas áreas marginais do Rio Acre, local onde moram e utilizam os recursos naturais de forma sustentável para sua subsistência.

Art. 3º A SPU/AC lavrará auto de demarcação com a descrição do imóvel para abertura de matrícula no Cartório de Registro de Imóvel competente em nome da União.

Art. 4º A SPU/AC remeterá ofício informando o teor desta Portaria aos órgãos públicos locais, como Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição, Prefeitura e Câmara Municipal, para as quais também será solicitada a inclusão da área descrita acima no Plano Diretor Municipal, ou lei equivalente, como Zona/Área de Interesse Social, ou outro instituto que garanta a função socioambiental do imóvel da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAÚJO CARVALHO

PORTARIA Nº 249, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 20, I e 186, 216, II da CF/88, art. 1º da Lei 9.636/1998 c/c art. 1º, "c" do Decreto-Lei 9.760/1946, art. 5º, parágrafo único do Decreto-Lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98 c/c art. 17, § 2º, Lei 9.636 de 15 de maio de 1998, c/c art. 2º, § 2º, Decreto-Lei nº 1.561, de 13 de julho de 1977, bem como, nos elementos que integram o Processo nº 05540.200662/2015-89, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público o imóvel da União localizado em faixa de fronteira, às margens do Rio Acre, caracterizado como Terreno Marginal no município de Brasileia/AC, Estado do Acre, com uma área total de 5,4568 hectares e perímetro de 7.305,80 metros.

§ 1º O imóvel da União acima descrito se descreve e caracteriza-se: Inicia-se a descrição deste perímetro na Residência da Sr. Jenário Monteiro, situado na margem esquerda do Rio Acre, definido pela coordenada plana UTM 8.785.053,000m Norte e 528.212,000m Leste, referida ao meridiano central 69° WGr, e Datum WGS1984, extraídas via GPS de navegação portáteis com precisão variável. Os vértices desta poligonal foram extraídos das ligações dos pontos casa a casa, deste segue confrontando com Área Marginal e Fundiária com os seguintes azimutes e distancias : 102°36'01" e 87,098 m., até P-01, de coordenadas N 8.785.034,000m. e E 528.297,000m., azimutes e distancias; 136°57'36" e 186,078m., até o P-02, de coordenadas N 8.784.898,000m. e E 528.424,000m., com os azimutes e distancias: 112°06'34" e 103,619m., até o P-03 de coordenadas N 8.784.859,000m. e E 528.520,000m., azimutes e distância; 70°36'08" e 75,273m., até P-04, de coordenadas N 8.784.884,000m. e E 528.591,000m., azimutes e distancias: 55°13'20" e 131,488m., até o P-05 , de coordenadas N 8.784.959,000m. e E 528.699,000m., azimutes e distancias, 45°00'00" e 73,539m., até o P-06, de coordenadas N 8.785.011,000m. e E 528.751,000m., com os azimutes e distancias, 14°02'10" e 57,723m., até P-07, de coordenadas N 8.785.067,000m. e E 528.765,000m., azimutes e distâncias: 346°53'41" e 194,054m., até o P-08, de coordenadas N 8.785.256,000m. e E 528.721,000m., com os azimutes e distâncias: 15°04'07" e 107,703m., até o P-09, de coordenadas N 8.785.360,000m. e E 528.749,000m., azimutes distancias 41°35'21" e 106,963m., até o vértice a Residência da Sr. Francisco Silva, de coordenadas N 8.785.440,000m E 528.820,000m., azimutes e distância; 56°11'20" e 131,187m., até P-10, de coordenadas N 8.785.513,000m. e E 528.929,000m., azimutes e distancias: 103°54'45" e 112,294m., até o vértice a Residência da Sr. Francisco Alves, de coordenadas N 8.785.486,000m. e E 529.038,000m., azimutes e distancias, 153°53'43" e 111,360m., até o P-11, de coordenadas N 8.785.386,000m. e E 529.087,000m., com os azimutes e distancias, 181°22'20" e 167,048m., até o vértice a Residência da Sr. José Alves, de coordenadas N 8.785.219,000m. e E 529.083,000m., azimutes e distâncias: 192°26'08" e 199,685m., até o vértice a Residência da Sr. Antônio Alves, de coordenadas N 8.785.024,000m. e E 529.040,000m., com os azimutes e distâncias: 177°36'11" e 215,188m., até o vértice a Residência da Sr. Sebastião Santos, de coordenadas N 8.784.809,000m. e E 529.049,000m., azimutes distancias 151°59'27" e 851,765m., até o vértice a Residência da Sra. Maria de Andrade, de coordenadas N 8.784.057,000m E 529.449,000m, azimutes e distancias: 147°47'40" e 182,003m., até o P-12 , de coordenadas N 8.783.903,000m. e E 529.546,000m., azimutes e distancias, 128°34'52" e 113,851m., até o P-13, de coordenadas N 8.783.832,000m. e E 529.635,000m., com os azimutes e distancias, 108°26'06" e 91,706m., até P-14, de coordenadas N 8.783.803,000m. e E 529.722,000m., azimutes e distâncias: 88°22'44" e 106,042m., até o P-15, de coordenadas N 8.783.806,000m. e E 529.828,000m., com os azimutes e distâncias: 63°40'01" e 110,463m., até o P-16, de coordenadas N 8.783.855,000m. e E 529.927,000m., azimutes distancias 38°34'52" e 113,851m., até o vértice a Residência da Sra. Francisca de Andrade, de coordenadas N 8.783.944,000m E 529.998,000m., azimutes e distância; 128°34'52" e 15,000m., até P-17, de coordenadas N 8.783.934,646m. e E 530.009,726m., deste segue confrontando com Área Marginal e Rio Acre com os seguintes azimutes e distancias: 218°34'52" e 117,188m., até o vértice P-18, de coordenadas N 8.783.843,037m. e E 529.936,645m., azimutes e distancias, 243°40'01" e 117,086m., até o P-19, de coordenadas N 8.783.791,099m. e E 529.831,709m., com os azimutes e distancias, 268°22'44" e 111,981m., até o vértice P-20, de coordenadas N 8.783.787,931m. e E 529.719,773m., azimutes e distâncias: 288°26'06" e 97,023m., até o vértice P-21, de coordenadas N 8.783.818,612m. e E 529.627,729m., com os azimutes e distâncias: 308°34'52" e 119,054m., até o vértice P-22, de coordenadas N 8.783.892,857m. e E 529.534,661m., azimutes distancias 327°47'40" e 185,091m., até o vértice P-23, de coordenadas N 8.784.049,741m E 529.436,015m, azimutes e distancias: 331°59'27" e 855,724m., até o P-24 , de coordenadas N 8.784.804,966m. e E 529.034,156m., azimutes e distancias, 357°36'11" e 220,550m., até o P-25, de coordenadas N 8.785.025,323m. e E 529.024,931m., com os azimutes e distancias, 12°26'08" e 200,185m., até P-26, de coordenadas N 8.785.220,811m. e E 529.068,039m., azimutes e distâncias: 01°22'20" e 161,928m., até o P-27, de coordenadas N 8.785.382,693m. e E 529.071,916m., com os azimutes e distâncias: 333°53'43" e 100,701m., até o P-28, de coordenadas N 8.785.473,121m. e E 529.027,607m., azimutes distancias 283°54'45" e 98,667m., até o vértice P-29, de coordenadas N 8.785.496,845m E 528.931,834m., azimutes e distância; 236°11'20" e 122,630m., até P-30, de coordenadas N 8.785.428,606m. e E 528.829,943m., azimutes e distancias: 221°35'21" e 101,506m., até o vértice P-31, de coordenadas N 8.785.352,687m. e E 528.762,565m., azimutes e distancias, 195°04'07" e 100,404m., até o P-32, de coordenadas N 8.785.255,735m. e E 528.736,463m., com os azimutes e distancias,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

166°53'41" e 193,911m., até o vértice P-33, de coordenadas N 8.785.066,875m. e E 528.780,430m., azimutes e distâncias: 194°02'10" e 65,499m., até o vértice P-34, de coordenadas N 8.785.003,331m. e E 528.764,544m., com os azimutes e distâncias: 225°00'00" e 79,036m., até o vértice P-35, de coordenadas N 8.784.947,445m. e E 528.708,658m., azimutes distancias 235°13'20" e 134,855m., até o vértice P-36, de coordenadas N 8.784.870,524m E 528.597,892m, azimutes e distancias: 250°36'08" e 82,982m., até o P-37 , de coordenadas N 8.784.842,964m. e E 528.519,620m., azimutes e distancias, 292°06'34" e 112,608m., até o P-38, de coordenadas N 8.784.885,347m. e E 528.415,292m., com os azimutes e distancias, 316°57'36" e 184,745m., até P-39, de coordenadas N 8.785.020,373. e E 528.289,202m., azimutes e distâncias: 282°36'01" e 82.460m., até o P-40, de coordenadas N 8.785.038,361m. e E 528.208,728m., com os azimutes e distâncias: 12°36'01" e 15,000m., até o vértice a Residência da Sr. Jenário Monteiro, de coordenadas N 8.785.053,000m. e E 528.212,000m. Ponto inicial da descrição deste perímetro.

§ 2º A SPU/AC inscreveu o imóvel descrito no art. 1º, parágrafo 1º, no SIAPA - Sistema Integrado de Administração Patrimonial. RIP nº. 0105.0100081-76.

Art. 2º O imóvel da União descrito no art. 1º, parágrafo primeiro é de interesse público para fins de promoção do uso sustentável das várzeas e preservação das comunidades tradicionais ribeirinhas beneficiadas pelo Termo de Autorização de Uso Sustentável.

§1º A ação de regularização fundiária de interesse social beneficiou 08 famílias, população tradicional do município de Brasileia/AC. Atendendo as famílias tradicionais que vivem nas áreas marginais do Rio Acre, local onde moram e utilizam os recursos naturais de forma sustentável para sua subsistência.

Art. 3º A SPU/AC lavrará auto de demarcação com a descrição do imóvel para abertura de matrícula no Cartório de Registro de Imóvel competente em nome da União.

Art. 4º A SPU/AC remeterá ofício informando o teor desta Portaria aos órgãos públicos locais, como Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição, Prefeitura e Câmara Municipal, para as quais também será solicitada a inclusão da área descrita acima no Plano Diretor Municipal, ou lei equivalente, como Zona/Área de Interesse Social, ou outro instituto que garanta a função socioambiental do imóvel da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAÚJO DE CARVALHO

PORTARIA Nº 250, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 20, I e 186, 216, II da CF/88, art. 1º da Lei 9.636/1998 c/c art. 1º, "c" do Decreto-Lei 9.760/1946, art. 5º, parágrafo único do Decreto-Lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98 c/c art. 17, § 2º, Lei 9.636 de 15 de maio de 1998, c/c art. 2º, § 2º, Decreto-Lei nº 1.561, de 13 de julho de 1977, bem como, nos elementos que integram o Processo nº 05540.200663/2015-23, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público o imóvel da União localizado em faixa de fronteira, às margens do Rio Acre, caracterizado como Terreno Marginal no município de Brasileia/AC, Estado do Acre, com uma área total de 3,0870 hectares e perímetro de 4.146,53 metros.

§ 1º O imóvel da União acima descrito se descreve e caracteriza-se: Inicia-se a descrição deste perímetro na Virginha de Souza, situado na margem esquerda do Rio Acre, definido pelas coordenadas plana UTM 8.787.037,000m Norte e 531.953,000m Leste, referida ao meridiano central 69° WGr, e Datum WGS1984, extraídas via GPS de navegação portáteis com precisão variável. Os vértices desta poligonal foram extraídos das ligações dos pontos casa a casa, deste segue confrontando com Área Marginal e Fundiária com os seguintes azimutes e distancias : 76°48'17" e 363,600m., até a P-01, de coordenadas N 8.787.120,000m. e E 532.307,000m., azimutes e distancias; 88°32'19" e 196,064m., até P-02, de coordenadas N 8.787.125,000m. e E 532.503,000m., com os azimutes e distancias: 103°35'51" e 284,988m., até o Sebastião Pires de coordenadas N 8.787.058,000m. e E 532.780,000m.; 91°50'51" e 217,113m., até P-03, de coordenadas N 8.787.051,000m. e E 532.997,000m.; 66°59'28" e 158,619m., até o vértice P-04, de coordenadas N 8.787.113,000m. e E 533.143,000m.; azimutes distancias: 50°7'51" e 577,191m., até o vértice P-05, de coordenadas N 8.787.483,000m. e E 533.586,000m azimutes e distancias: 87°35'45" e 262,231m., até o Francisco Moura, coordenadas N 8.787.494,000m. e E 533.848,000 m. azimutes e distancias: 177°35'45" e 15,000m., até o vértice P-06, coordenadas N 8.787.479,013m. e E 533.848,629 m. azimutes e distancias: 267°35'45" e 257,144m., até o vértice P-07, coordenadas N 8.787468,227m. e E 533.591,711 m. azimutes e distancias: 230°7'51" e 574,327m., até o vértice P-08, coordenadas N 8.787.100,062m. e E 533.150,909m. azimutes e distancias: 246°59'28" e 164,148m., até o vértice P-09, coordenadas N 8.787.035,901m. e E 532.999,820m. azimutes e distancias: 271°50'51" e 221,833m., até o vértice P-10, coordenadas N 8.787.043,053m. e E 532.778,103 m. azimutes e distancias: 283°35'32" e 284,675m., até o vértice P-11, coordenadas N 8.787.109,954m. e E 532.501,401 m. azimutes e distancias: 268°32'19" e 192,540m., até o vértice P-12, coordenadas N 8.787.105,044m. e E 532.308,923 m. azimutes e distancias: 256°48'17" e 362,059m., até o vértice P-13, coordenadas N 8.787.022,396m. e E 531.956,424 m. azimutes e distancias: 346°48'17" e 15,000m. , até o vértice Virginha de Souza, de coordenadas N 8.787.037,000m Norte e 531.953,000m Leste. Ponto inicial da descrição deste perímetro.

§ 2º A SPU/AC inscreveu o imóvel descrito no art. 1º, parágrafo 1º, no SIAPA - Sistema Integrado de Administração Patrimonial. RIP nº. 0105.0100082-57.

Art. 2º O imóvel da União descrito no art. 1º, parágrafo primeiro é de interesse público para fins de promoção do uso sustentável das várzeas e preservação das comunidades tradicionais ribeirinhas beneficiadas pelo Termo de Autorização de Uso Sustentável.

§1º A ação de regularização fundiária de interesse social beneficiou 03 famílias, população tradicional do município de Brasileia/AC. Atendendo as famílias tradicionais que vivem nas áreas marginais do Rio Acre, local onde moram e utilizam os recursos naturais de forma sustentável para sua subsistência.

Art. 3º A SPU/AC lavrará auto de demarcação com a descrição do imóvel para abertura de matrícula no Cartório de Registro de Imóvel competente em nome da União.

Art. 4º A SPU/AC remeterá ofício informando o teor desta Portaria aos órgãos públicos locais, como Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição, Prefeitura e Câmara Municipal, para as quais também será solicitada a inclusão da área descrita acima no Plano Diretor Municipal, ou lei equivalente, como Zona/Área de Interesse Social, ou outro instituto que garanta a função socioambiental do imóvel da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAÚJO CARVALHO

PORTARIA Nº 254, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, e no processo nº 04977.005938/2010-10, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público para fins de provisão habitacional de interesse social o imóvel da União, classificado como próprio nacional, constituído de terreno oriundo da extinta RFFSA, com área total de 34.678,55 m², localizado à Rua Pedro Paulo Souza Nogueira, no Município de Barretos, Estado de São Paulo, inscrito no sistema Spiunet sob o RIP nº 6209.00060.500-9 e devidamente registrado sob a Matrícula nº 66.833, do Cartório de Registro de Imóveis de Barretos.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é de interesse público na medida em que será destinado à implantação de projeto de provisão habitacional de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, em benefício de aproximadamente 216 famílias de baixa renda.

Art. 3º A SPU-SP dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAÚJO CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 29, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VII da Portaria MP nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e demais elementos que integram o Processo de n° 04941.202101/2015-39, resolve:

Art. 1º Autorizar a Prefeitura Municipal de Vera Cruz/BA, a realizar as obras do Projeto de Recuperação da Praça de Cacha Pregos, nesse município, no tocante as áreas de domínio da União, conceituado como terreno de acrecidos de marinha, de acordo com relatórios e projetos anexados ao processo administrativo n° 04941.202101/2015-39.

Art. 2º A autorização de obras a que se refere o art. 1º, reforma do mobiliário urbano existente e a instalação de elementos visandoa sua adequação as normas de acessibilidade, tais como rampas e piso podotátil, conforme especificações técnicas apresentadas no supracitado processo.

Parágrafo único. Exclui-se da presente autorização a construção/reforma de quiosques, abrigos e quaisquer outras benfeitorias que importem em uso exclusivo por terceiros ainda pendentes de regualarização.

Art. 3º As obras ficam condicionadas ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 4° A autorização da obra a que se refere esta Portaria não implica na transferência de domínio por parte da União sobre a área a qualquer título.

Parágrafo Único. O interessado responderá judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º Durante o período de execução da obra a que se refere o art. 1º é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, com seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União", indicando no final "Vera Cruz/BA".

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIA MEIRE DE CUNHA SALLES

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

PORTARIA Nº 15, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO CEARÀ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto nos art. 18, inciso II, e art. 40 da lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 7º do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967 e no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como os elementos que integram o processo nº 04988.002208/2009-02, resolve:

Art.1º Autorizar a Concessão de Direito Real de Uso, GRATUITA, ao Sr. Manoel Marques da Silva e sua esposa, Sra. Antônia Avilar Silva, do imóvel de propriedade da União, classificado como Nacional Interior, localizado na rua Dois, nº 39, bairro Cristo Redentor, Município de Fortaleza, Estado do Ceará, com área de 172,06 m², inscrito sob o RIP nº 1389.0009281-90, e devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da 3ª zona da Comarca de Fortaleza, sob a Matrícula nº 61.126.

Parágrafo único. A área acima mencionada apresenta as seguintes características e confrontações: Frente (Oeste): 8,73 metros, confinando com a rua Dois. Lado Direito (Norte): 20,06 metros, confinando com o imóvel de número 35 da rua Dois (lote 02). Fundos (Leste): 8,49 metros, confinando com o imóvel de número 26 da rua Um (lote 27). Lado Esquerdo (Sul): Formado por dois segmentos, o primeiro de 17,11 metros e o segundo de 2,94 metros, confinando com o imóvel de número 53 da rua Dois (lote 04).

Art.2º A Concessão a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária de interesse social, com a finalidade específica de reconhecimento do direito à moradia em benefício da família ocupante do imóvel situado na rua Dois, nº 39, bairro Cristo Redentor, que deve comprovar renda familiar não superior a cinco salários mínimos.

Art. 3º O prazo da concessão é indeterminado.

Art. 4º Fica o beneficiário impedido de transferir o imóvel sem a autorização prévia da SPU.

Art. 5º A concessão tornar-se-á nula, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionadas nesta portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de concessão e da legislação pertinente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BARBOSA PAPALEO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

RETIFICACÃO

No Art. 1º da Portaria SPU Nº 48, de 10/11/2015, publicada no DOU do dia 19/112015, seção 1, pg 86, onde se lê "... na localidade de Seival, Município de Bagé...", leia-se "... na localidade de Seival, no município de Hulha Negra...".

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 31, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VII, do art. 2º da Portaria SPU nº 200, de 29 de julho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do D.L. Nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo art. 33 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, resolve:

Art. 1º - Autorizar o Município de Joinville, a realizar a execução de obras, referentes à Construção da Ponte Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, Município de Joinville/SC, visando reduzir os tempos de viagem do transporte coletivo, beneficiando diretamente os passageiros de ônibus, ciclistas e pedestres e, indiretamente, outros modos de deslocamentos em área de uso comum do povo, na forma dos elementos constantes do processo nº 04972.201729/2015-50;

Art. 2º - A obra a que se refere o art. 1º destina-se a criar melhor condição de deslocamento e fluidez em direção às regiões Leste e oeste da cidade, que faz divisa com o Rio Cachoeiras, em uma área pública de 3099,58 m²;

Art. 3º - As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso às áreas da união e ainda ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes;

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente em especial deverá ser dada atenção aos artigos 7º, 8º e 9º da Lei 12.651 de 2012 que trata do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente nas áreas protegidas por esta legislação;

Art. 5º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria, não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 6º - Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, de acordo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

com os termo da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União, na forma da Portaria SPU/SC nº 31 de 11/12/2015.

Art. 7º - Responderá o Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta Portaria;

Art. 8º - A Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo nº 04972.201729/2015-50;

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE RICARDO DE SOUZA

PORTARIA Nº 32, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VII, do art. 2º da Portaria SPU nº 200, de 29 de julho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do D.L. Nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo art. 33 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Prefeitura Municipal de Florianópolis a realizar a execução de obras, referente à revitalização de uma trilha na localidade da Barra da Lagoa, Município de Florianópolis/SC, visando melhorar a sinalização com a colocação de placas, e a acessibilidade através da instalação de decks, bancos, uma pequena ponte para pedestres e passarelas de madeira , em área dominial e de uso comum do povo, na forma dos elementos constantes do processo nº 04972.200286/2015-80 ;

Art. 2º - A obra a que se refere o art. 1º destina-se a revitalização de uma trilha da Barra da Lagoa em uma área pública de 530m lineares;

Art. 3º - As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso à praia e ao mar e ainda ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes;

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente em especial deverá ser dada atenção aos artigos 7º,

8 e 9º da Lei 12.651 de 2012 que trata do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente nas áreas protegidas por esta legislação;

Art. 5º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria, não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 6º - Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatório a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, de acordo com os termo da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União, na forma da Portaria SPU/SC nº 32 de 11/12/2015.

Art. 7º - Responderá a Prefeitura Municipal de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta Portaria;

Art. 8º - A Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo nº 04972.200286/2015-80 ;

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ RICARDO DE SOUZA

PORTARIA Nº 33, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VII, do art. 2º da Portaria SPU nº 200, de 29 de julho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do D.L. Nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo art. 33 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Prefeitura Municipal de Porto Belo, a realizar a execução de obras, referente à Academia da terceira idade e Playground na Praia do Baixio em área previamente cedida ao município de Porto Belo/SC, visando adicionar à ciclovia e passeio previstos na área ainda equipamentos de lazer como academia e playground, em área de uso comum do povo, na forma dos elementos constantes do processo nº 04972.203491/2015-50;

Art. 2º - A obra a que se refere o art. 1º destina-se a construir áreas públicas incluindo Passeios 244,25m²; Gramado 101,35m²; Playground 57,90m² e Academia 113,10m² tendo como área total 516,60m²;

Art. 3º - As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso à praia e ao mar e ainda ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes;

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente em especial deverá ser dada atenção aos artigos 7º, 8º e 9º da Lei 12.651 de 2012 que trata do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente nas áreas protegidas por esta legislação;

Art. 5º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria, não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 6º - Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatório a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, de acordo com os termo da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União, na forma da Portaria SPU/SC nº 33 de 11/12/2015.

Art. 7º - Responderá a Prefeitura Municipal de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta Portaria;

Art. 8º - A Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo nº 04972.203491/2015-50 ;

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ RICARDO DE SOUZA

Ministério do Trabalho e Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 234, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87 da Constituição e tendo em vista o disposto na Portaria Conjunta MPS/INSS/PREVIC/Nº 64, de 19 de fevereiro de 2014, resolve:

Delegar competência ao Chefe da Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos da Secretaria-Executiva para assinar Termo de Acordo de Cooperação Técnica entre este Ministério, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, de que trata o Processo nº 44000.000548/2014-39.

MIGUEL ROSSETTO

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 519, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo o art. 14, incisos II, do Anexo I ao Decreto n.º 5.063, de 03 de maio de 2004, e em face do disposto no art. 155 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 8 (oito) meses os prazos estabelecidos pelos itens 1.6, 1.6.1 e 1.6.1.1 do Anexo 1 da Portaria SIT n.º 453, de 20 de novembro de 2014, publicada no DOU de 1º de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 15 de dezembro de 2015

O Coordenador-Geral de Recursos Substituto da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.003460/2012-11	22784705	Apevis Tecnologia, Industria, Com e Serv de Usinagem Ltda	BA
2	47904.011304/2011-43	21066094	Cardio Pulmonar Servicos Medicos Ltda	BA
3	47904.010542/2011-31	21085323	Fundacao de Adm e Pesquisa Economico - Social -Fapes	BA
4	47904.002704/2012-49	22396721	Hober Bahia Industria Plastica Ltda	BA
5	47904.009037/2011-44	20870973	L. Marquezzo Const. e Empreendimentos Ltda	BA
6	46653.003238//2011-74	22659200	Ábaco Tecnologia de Informação Ltda.	MT
7	46215.481602/2009-88	20001282	Medical Life - Saude e Segurança Ocupacional Ltda	RJ
8	46301.001833/2011-65	20682328	Banco do Brasil S.A	SC
9	46301.001836/2011-07	20682271	Banco do Brasil S.A	SC
10	46301.001837/2011-43	20682301	Banco do Brasil S.A	SC
11	46301.001838/2011-98	20682298	Banco do Brasil S.A	SC
12	46301.001839/2011-32	20682280	Banco do Brasil S.A	SC
13	46254.002498/2013-97	200856049	Alair Leal dos Santos - ME	SP
14	46473.004499/2010-49	21815984	Italspeed Automotive Ltda	SP

ANTÔNIO RIBEIRO RODRIGUES

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 11 de dezembro de 2015

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1426/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve INDEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical 46214.001423/2008-06, referente ao STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lagoa do Piauí-PI, CNPJ 02.087.938/0001-16, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1427/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve INDEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical 46000.008128/2005-35, referente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assunção/PB, CNPJ 02.359.781/0001-30, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1428/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve: INDEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical 46226.003226/2009-65, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Figueiropólis - TO, CNPJ 10.434.635/0001-50, com respaldo no artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1429/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve: INDEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical 46210.004973/2010-23, de interesse do STTR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Carmem - MT, CNPJ 03.492.221/0001-12, com respaldo no artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1430/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve INDEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical 46000.003926/2006-51, referente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Costa- PI, CNPJ 02.854.668/0001-21, com fundamento no art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1431/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve: INDEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical 46218.006084/2012-92, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Lagoa Bonita do Sul - SSPMLBS, CNPJ 14.531.858/0001-97, com respaldo no artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46223.001585/2011-22
Entidade	SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO-SINTRAF
CNPJ	10.893.652/0001-56
Fundamento	NT 1432/2015/CGRS/SRT/MTPS

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1433/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013, INDEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical 46447.000435/2010-96, referente ao STEFARZS - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Assis e Região na Zona Sorocabana, CNPJ 12.294.517/0001-10, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1434/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve: INDEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical 46222.003949/2012-08, de interesse do Sindicato da Indústria de Couro do Estado do Pará - SINDCOURO, CNPJ 14.596.807/0001-43, com respaldo no artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 1425/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve: ARQUIVAR as Impugnações 46000.004098/2011-36 e 46000.004164/2011-78, com fundamento no art. 19 da Portaria 326/2013 e, por conseguinte, DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato do Comércio Varejista de Material de Construção, Tintas, Ferragens e Maquinismo de Belo Horizonte, Betim, Confins, Contagem, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, São José da Lapa e Vespasiano/BH - SINDIMACO, CNPJ 17.265.869/0001-60, Processo 46211.006850/2010-17, para representar a Categoria Econômica do Comércio varejista de material de construção, tintas, ferragens e maquinismos, com abrangência Intermunicipal e base Territorial nos Municípios de Abadia dos Dourados, Abaeté, Abre Campo, Água Boa, Águas Formosas, Águas Vermelhas, Belo Horizonte, Betim, Confins, Contagem, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, São José da Lapa e Vespasiano no Estado de Minas Gerais/MG, consoante o art. 25, inciso III, da Portaria 326/2013. Para fins de ANOTAÇÃO no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve excluir da representação do SCCI - Sindicato do Comercio de Contagem e Ibirite, CNPJ 01.985.938/0001-70, Processo 46000.009887/96-17, a categoria econômica do comércio varejista de material de construção, tintas, ferragens e maquinismos no Município de Contagem/MG e da representação do Sindicato do Comércio de Betim, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Esmeraldas, Juatuba e Mateus Leme - MG, CNPJ 02.735.568/0001-86, Processo 46000.007751/98-16, a categoria econômica do comércio varejista de material de construção, tintas, ferragens e maquinismos no Município de Betim/MG, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 675, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, combinado com o inciso I do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000400/2015-56, comando nº 398822484 e juntada nº 406399735, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento da autorização para funcionamento da COHAPREV Previdência Privada da COHAPAR como entidade fechada de previdência complementar, cessando-se os efeitos da Portaria nº 8.544 de 07 novembro de 2000, publicada no Diário Oficial da União, de 08 de novembro de 1993, página nº 15- Seção I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

PORTARIA Nº 676, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, combinado com o inciso III do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000449/2015-17, comando nº 403171047 e juntada nº 403171446, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada vazia da patrocinadora Logus - Sociedade de Ensino Ltda. do Plano Benefícios Micro Prev - CNPB nº 2010.0023-18, administrado pela Sociedade de Previdência Complementar Sul Previdência.

Art. 2º Autorizar a retirada vazia da patrocinadora Logus Educação e Turismo Ltda. do Plano Benefícios Micro Prev - CNPB nº 2010.0023-18, administrado pela Sociedade de Previdência Complementar Sul Previdência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

PORTARIA Nº 677, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003018/6919-79, sob o comando nº 405419012, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Suplementar Itaulam, CNPB nº 1990.0005-92, administrado pela Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

PORTARIA Nº 678, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003018/6919-79, sob o comando nº 380782183, juntada nº 405320158, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Previdência Unibanco, em alteração para Plano de Previdência Unibanco - Futuro Inteligente, CNPB nº 1997.0040-38, administrado pela Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

PORTARIA Nº 679, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003018/6919-79, sob o comando nº 380787414, juntada nº 405321472, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Itaubanco CD, CNPB nº 2009.0028-65, administrado pela Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

PORTARIA Nº 680, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00000.003018/6919-79, sob o comando nº 378617792, juntada nº 405322079, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Complementar - PAC, CNPB nº 1979.0040-56, administrado pela Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA Nº 653, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015, publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2015, Seção 1, página 89 onde se lê:

"Art. 1º Encerrar a administração especial com poderes próprios de liquidação extrajudicial do Plano de Benefícios Funpadepar, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 1981.0013-18.....".

leia-se:

"Art. 1º Encerrar a administração especial com poderes próprios de liquidação extrajudicial do Plano de Benefícios Funpadepar, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 1998.0013-18.....".

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 398, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso I, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando a necessidade de adoção de medidas visando melhorar a qualidade de atendimento aos aposentados e pensionistas do Ministério dos Transportes, e

Considerando que a estrutura organizacional em vigor não contempla unidade descentralizada no Estado da Paraíba, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional e temporário, a criação do Núcleo Regional de Recursos Humanos NRH/15 - João Pessoa/PB, com jurisdição no Estado da Paraíba, vinculado à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva.

Art. 2º Incumbe ao Núcleo Regional de Recursos Humanos as funções operacionais das atividades atinentes à administração de processos relativos a aposentados e pensionistas do Ministério dos Transportes, no tocante à organização dos acervos documentais, sistematização cadastral funcional, bem como atendimento geral da clientela e das demandas externas.

Art. 3º Fica a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva deste Ministério, responsável pela disponibilização de recursos de pessoal ao NRH/15.

Art. 4º Fica a Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infaestrutura de Transportes - DNIT, responsável pela disponibilização de instalação física, de recursos logísticos e de informática necessários ao funcionamento do NRH/15.

Art. 5º O Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério dos Transportes, por ato próprio, fixará ao NRH/15 as atribuições de seu responsável, subdelegando as competências pertinentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS RODRIGUES

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 580, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º da Portaria nº 228, de 11 de outubro de 2007, e as alterações posteriores, e;

Considerando o determinado nos incisos I e II, do § 8º, do artigo 1º-A da Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria nº. 228, de 11 de outubro de 2007, do Ministro de Estado dos Transportes, e as alterações posteriores;

Considerando o despacho da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, resolve:

Art. 1º Publicar os Programas de Trabalho propostos pelos Estados e o Distrito Federal para o exercício 2016, referentes à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativo à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado nos anexos desta Portaria.

Art. 2º Determinar que as eventuais alterações dos Programas de Trabalho deverão observar as regras instituídas na Portaria nº 228, de 11 de outubro de 2007, e as alterações posteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA

ANEXO I

Unidade da Federação: ACRE
Processo nº: 50000.039452/2015-44

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016

Relação de Empreendimentos

A - Programa de Conservação, Manutenção e Recuperação de Rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. AC-010	Rio Branco / Porto Acre	1.369.277,63
02. AC-040	Igarapé Santa Maria / Plácido de Castro	1.601.448,98
03. AC-090	Rio Branco / Km 100	1.548.051,24
04. AC-445	Bujari / Vila do V	722.786,75
05. AC-475	Entroncamento BR-364 Acrelândia / Plácido de Castro	1.448.717,22
06. AC-485	BR-317 / Xapuri	435.505,14
07. AC-407	Rodrigues Alvez / Mâncio Lima	872.288,89
08. AC-405	Entroncamento AC-407 (rotatória) / Cruzeiro do Sul	826.060,84
Total do programa		8.824.136,69

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Conservação, Manutenção e Recuperação de Rodovias	2.206.034,19	2.206.034,19	2.206.034,19	2.206.034,12	8.824.136,69
Total da Unidade da Federação Geral	2.206.034,19	2.206.034,19	2.206.034,19	2.206.034,12	8.824.136,69

ANEXO II

Unidade da Federação: ALAGOAS Processo nº: 50000.039453/2015-99

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016
Relação de empreendimentos
A - Programa de Conservação Rotineira

Jurisdição	Rodovias	Extensão (km)	Custo (R$1,00)
01. Maceió	AL-101/105/210/215/220/401/404/407	172,40	1.844.369,08
02. Arapiraca	AL-110/115/120/225/450/482/486/487	284,50	4.566.561,55
03. Cajueiro	AL-110/210/410/440	126,50	1.387.397,89
04. Coruripe	AL-101/105/110/225/415/420/455	257,60	2.680.261,48
05. Matriz de Camaragibe	AL-101/105/430/435/465/480	199,00	2.074.774,49
06. Santana do Ipanema	AL-120/130/135/145/490/499	262,80	2.772.753,70
07. União dos Palmares	AL-110/205/430/440	40,00	417.253,49
Total do Programa		1.342,80	15.743.371,68

B - Programa de Conservação, Manutenção e Recuperação da Malha Viária

08. Operação tapa buraco	AL-110/205/430/440	1.656,90	182.741,19
Total do Programa		1.656,90	182.741,19

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de conservação rotineira	3.935.842,92	3.935.842,92	3.935.842,92	3.935.842,92	15.743.371,68
B - Programa de conservação, manutenção e recuperação da malha viária	45.685,30	5.685,30	45.685,30	45.685,29	182.741,19
Total da Unidade da Federação	3.981.528,22	3.981.528,22	3.981.528,22	3.981.528,21	15.926.112,87

ANEXO III

Unidade da Federação: AMAPÁ Processo nº 50000.039454/2015-33

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016
Relação de empreendimentos
A - Elaboração de Projeto Executivo

Rodovia	Trecho	Extensão (km)	Custo (R$1,00)
AP 20	Macapá - Santana	20,50	4.000.000,00
Total do Programa		20,50	4.000.000,00

B - Programa de Conservação Rotineira

Rodovia	Trecho	Extensão (km)	Custo (R$1,00)
AP 130	BR 210 - Colônia Agrícola do Matapi	9,50	532.803,11
AP 280	BR 156 - Localidade de Lago Novo	38,10	1.499.194,84
Ramal do Ambé	AP 340 - Localidade de Ambé	24,50	988.591,88
Ramal de Queimadas	AP 426 - Localidade de Queimadas	5,90	354.263,17
Total do Programa		84,15	3.374.853,00

C - Obras de Arte Especiais

Rodovia	Trecho	Extensão (m)	Custo (R$1,00)
Estado Amapá	Pontes em Madeira - Construção	200,00	1.166.956,72
	Pontes em Madeira - Reforma	150,90	1.350.000,00
Total do Programa		350,90	2.516.956,72

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Elaboração de Projeto Executivo	1.333.333,00	2.000.000,00	666.667,00	0,00	4.000.000,00
B - Programa de Conservação Rotineira	602.350,00	1.293.845,95	916.460,17	562.197,00	3.374.853,00
C - Obras de Arte Especiais	0,00	0,00	0,00	2.516.956,72	2.516.956,72
Total da Unidade da Federação	1.935.682,88	3.293.845,95	1.583.127,17	3.079.153,72	9.891.809,72

ANEXO IV

Unidade da Federação: AMAZONAS Processo nº 50000.039455/2015-88

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016
Relação de Empreendimentos
A - Programa de Manutenção, Recuperação e Conservação de Rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. AM-010	Km 17 (Ponte da Bolívia) - Km 269 (Itacoatiara).	7.809.216,75
02. AM-240	Km 0 (Entroncamento BR-174) - Km 75 (Hidrelétrica de Balbina).	1.807.141,61
03. AM-254	Km 0 (Entroncamento BR-319) - Km 93,86 (Rio Autáz Açú).	2.331.167,21
04. AM-330	Km 0 (Entroncamento AM-363) - Km 15,59 (Silves).	1.033.096,92
05. AM-352	Km 0 (Novo Airão) - Km 98,54 (Entroncamento AM-070).	2.342.017,92
06. AM-354	Km 0 (Manaquiri) - 43,56 (Entroncamento BR-319).	1.048.498,07
07. AM-363	Km 168,69 (Entr. AM-328) (Itapiranga) - Km 280 (Entr. AM-010).	1.526.330,17
Total do Programa		17.897.468,65

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de manutenção, recuperação e conservação de rodovias	4.474.367,16	4.474.367,16	4.474.367,16	4.474.367,16	17.897.468,65
Total da Unidade da Federação	4.474.367,16	4.474.367,16	4.474.367,16	4.474.367,16	17.897.468,65

ANEXO V

Unidade da Federação: BAHIA Processo nº 50000.039456/2015-22

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016
Relação de Empreendimentos
A - Programa de Restauração e Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. BA-161	Km 36,20 (Sítio do Mato) - Km 66,20 e acesso a Gameleira da Lapa	4.000.000
02. BA-459	Placas - Cerradão (anel da soja) execução dos serviços de manutenção e pavimentação em TSS.	10.800.000
03. BA-398	Entroncamento BR 110-Crisópolis, execução dos serviços de manutenção e pavimentação em TSS.	600.000
04. BA-210	Abaré - entroncamento BR 116, execução dos serviços de manutenção e pavimentação em TSS	2.600.000
05. BA-156	Botuporã-BA. 152 (próximo Caturama) execução dos serviços de manutenção e pavimentação em TSS	2.600.000
06. BA-654	Entroncamento BR 101 - Taboquinhas - Entroncamento BA 001 (Itacaré), serviços diversos causados pela chuva	160.000
07. BA-882	BA 001 - Cacha Prego - pavimentação em CBUQ	4.741.344
08. BA-225	BR 135 (Formosa do Rio Preto) - Coaceral -restauração de rodovia	13.642.063
09. BA-375	Caldeirão Grande - Entroncamento BR 407 (barracas), execução dos serviços em pavimentação em TSS	11.096.570
10. BA-693	BA. 290 - Ibirapuã - pavimentação em TSS	8.489.104
11. BA-130	Várzea da Roça - São José do Jacuípe, execução dos serviços de restauração e pavimentação	930.000
12. BA-884	Nilo Peçanha - Cairú, execução dos serviços de pavimentação em CBUQ	4.000.000
13. BA-540	Amargosa - Mutuipe, execução dos serviços de pavimentação em TSD	6.300.000
14. BA-868	Entroncamento BA 001 - Baiacu, execução dos serviços de pavimentação em TSD	1.000.000
15. BR-349	Olindina - Itapicuru - Divisa Bahia / Sergipe	9.051.714
Total do Programa		80.010.795

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Restauração e Manutenção da Malha Rodoviária Estadual	20.307.269	21.637.270	19.037.271	19.028.984	80.010.795
Total da Unidade da Federação	20.307.269	21.637.270	19.037.271	19.028.984	80.010.795

ANEXO VI

Unidade da Federação: CEARÁ Processo nº: 50000.039457/2015-77

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016
Relação de empreendimentos
A - Programa de Conservação e Manutenção de Rodovias Estaduais

Distrito Operacional	Extensão (Km)		Custo (R$1,00)
	Pavimentada	Não Pavimentada	
01. Maranguape	922,07	140,62	6.698.064,00
02. Aracoiaba	481,97	169,90	3.290.539,00
03. Itapipoca	772,68	353,55	3.942.937,00
04. Limoeiro do Norte	822,87	380,07	3.775.865,00
05. Santa Quitéria	825,43	345,62	3.697.748,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

06. Quixeramobim	464,59	724,78	3.275.313,00
07. Sobral	1.110,08	395,38	4.884.518,00
08. Crateús	353,66	245,91	2.395.875,00
09. Iguatu	669,82	408,50	3.874.198,00
10. Crato	798,22	494,36	3.741.941,00
11. Tauá	418,67	373,19	2.778.724,00
Total do Programa			42.355.722,00

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Conservação e Manutenção de Rodovias Estaduais	6.940.631,00	11.277.267,00	12.413.080,00	11.724.744,00	42.355.722,00
Total da Unidade da Federação	6.940.631,00	11.277.267,00	12.413.080,00	11.724.744,00	42.355.722,00

ANEXO VII

Unidade da Federação: DISTRITO FEDERAL Processo nº: 50000.039458/2015-11

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016

Relação de Empreendimentos

A - Programa de Restauração de Rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. DF-001 (EPCT)	Entroncamento BR-070/DF-095(EPCL) Entroncamento BR-080/251 (B)	10.295.167,64
02. DF-001 (EPCT)	Entroncamento DF-170 Entroncamento BR-010/020/030/DF-003/DF-150 - 1ª etapa	8.658.849,80
03. DF-001 (EPCT)	Entroncamento DF-170 ao Entroncamento BR 010/020/030/DF-003/DF-150 (Parque Rodoviário do DER-DF) - 2ª etapa	5.023.513,00
04. DF-463	Entroncamento DF-001(EPCT) - São Sebastião	5.913.537,17
Total do Programa		29.891.067,61

B - Programa de Implantação de Ciclovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
05. DF-001 (EPCT)	Entroncamento BR-170 Entroncamento BR-010/020/030/DF-003/DF-150(Parque Rodoviário do DER-DF) - 1ª etapa	2.108.932,39
Total do Programa		2.108.932,39

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Restauração de Rodovias	7.843.892,77	11.901.600,40	6.158.701,60	3.986.872,84	29.891.067,61
B - Programa de Implantação de Ciclovias	0,00	1.436.593,78	672.338,61	0,00	2.108.932,39
Total da Unidade da Federação	7.843.892,77	13.338.194,18	6.831.040,21	3.986.872,84	32.000.000,00

ANEXO VIII

Unidade da Federação: ESPÍRITO SANTO Processo n.º 50000.039459/2015-66

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016

Relação de Empreendimentos

A - Programa de Conservação da Malha Rodoviária Estadual

Serviço	Custo (R$1,00)
01. Conservação de rodovias, nuam extenção total de 6.219,95 km	24.711.380,00
Total do Programa	24.711.380,00

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Conservação da Malha Rodoviária Estadual	6.177.845,00	6.177.845,00	6.177.845,00	6.177.845,00	24.711.380,00
Total da Unidade da Federação	6.177.845,00	6.177.845,00	6.177.845,00	6.177.845,00	24.711.380,00

ANEXO IX

Unidade da Federação: GOIÁS Processo nº: 50000.039460/2015-91

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016

Relação de empreendimentos

A - Programa de Recuperação de Rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. GO-210	Turvelândia - Porteirão	5.168.764,81
02. GO-213	Caldas Novas - Ipameri	17.872.864,90
03. GO-309	Pires do Rio - Caldas Novas	16.951.281,47
04. GO-320	Vicentinópolis - Joviânia	18.794.404,98
Total do Programa		58.787.316,16

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Recuperação de Rodovias	0,00	15.176.930,74	25.664.841,52	17.945.543,88	58.787.316,16
Total da Unidade da Federação	0,00	15.176.930,74	25.664.841,52	17.945.543,88	58.787.316,16

ANEXO X

Unidade da Federação: MARANHÃO Processo nº: 50000.039461/2015-35

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016

Relação de Empreendimentos

A - Programa de Conservação de Rodovias

Rodovia	Trecho	Extensão (km)	Custo (R$1,00)
01. MA-342	Entr. MA-216 (Monção) - Igarapé do Meio	19,00	2.242.724,74
02. MA-332	Entr. BR-135 (Matões do Norte) - Pirapemas	40,00	2.268.452,54
03. MA-270	Mirador - Sucupira do Norte	26,00	1.846.264,80
04. MA-235	Timbiras - Coroatá	34,00	2.019.330,08
05. MA-337	Entr. MA-006 (Pacas) - Presidente Sarney	24,00	2.192.628,75
06. MA-034	Buriti de Inácia Vaz - Duque Bacelar	24,00	1.974.013,52
07. MA-313	São Vicente de Ferrer - Cajapió	25,00	2.169.857,57
08. MA-314	Entr. MA-014 - São João Batista	4,00	1.898.860,62
09. MA-383	Gov. Luiz Rocha - Entr. BR-226 (Santa Rosa)	18,00	1.922.230,40
10. MA-247	São Luiz Gonzaga - Entr. BR-316	19,00	1.424.773,77
11. MA-225	Urbano Santos - Entr. BR-402 (Sobradinho)	68,00	3.541.562,00
12. MA-006	Entr. MA-106 (Pinheiro) - Cururupu	96,00	2.885.841,05
13. MA-303	Entr. MA-006 (Cururupu) - Apicum Açu	74,00	1.997.851,00
14. MA-304	Entr. MA-006 (Mirinzal) - Cedral	36,00	1.286.020,10
15. MA-006	Entr. MA-008 (Arame) - Entr. BR-226 (Grajaú)	124,00	2.754.302,19
16. MA-006	Entr. BR-226 (Grajaú) - Fortaleza dos Nogueiras	150,00	2.646.475,08
Total do Programa		781,00	35.071.188,21

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Conservação de Rodovias	8.767.797,05	8.767.797,05	8.767.797,05	8.767.797,06	35.071.188,21
Total da Unidade da Federação	8.767.797,05	8.767.797,05	8.767.797,05	8.767.797,06	35.071.188,21

ANEXO XI

Unidade da Federação: MATO GROSSO Processo nº: 50000.039462/2015-80

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016

Relação de empreendimentos

A - Programa de Duplicação e Restauração de Rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. MT-040	Pavimentação (Duplicação) - Km 05 (PQ. Cuiabá) - Km 28,16 (Sto. Antônio do Leverger)	8.172.065,09
02. MT-251	Duplicação e ampliação de capacidade - Entr. MT-010 - Trevo Fundação Bradesco	16.039.891,58
03. MT-251	Restauração da Rodovia Pavimentada (Rodovia Emanuel Pinheiro), trecho: Cuiabá- Chapada dos Guimarães, subtrecho: Entr. MT-351 (A) - Chapada dos Guimarães	12.032.471,64
Total do Programa		36.244.428,31

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Duplicação e Restauração de Rodovias	9.061.107,08	9.061.107,08	9.061.107,08	9.061.107,08	36.244.428,31
Total da Unidade da Federação	9.061.107,08	9.061.107,08	9.061.107,08	9.061.107,08	36.244.428,31

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO XII

Unidade da Federação: MATO GROSSO DO SUL
Processo nº: 50000.039463/2015-24

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016
Relação de Empreendimentos
A - Programa de Restauração Asfáltica de Rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. MS-040	Anel viário de campo Grande - Acesso à Colônia Yamato	8.542.945
02. MS-156	Anel viário de Caarapó - Entroncamento MS-386/485/289 (Amambai)	19.536.024
03. MS-162	Entroncamento BR-262 - Entroncamento MS-355/347 (Dois Irmões do Buriti)	5.983.721
04. MS-338	Entroncamento MS-040 (Santa Rita do Rio Pardo) - Entroncamento MS-395	10.750.643
05. MS-427	Balneário Sete Quedas - Entroncamento BR- 163/419	3.186.667
Total do Programa		48.000.000

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Restauração Asfáltica de Rodovias	12.496.870	13.851.602	11.913.479	9.738.049	48.000.000
Total da Unidade da Federação	12.496.870	13.851.602	11.913.479	9.738.049	48.000.000

ANEXO XIII

Unidade da Federação: MINAS GERAIS
Processo nº: 50000.039464/2015-79

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016
Relação de empreendimentos
A - Programa de Construção de Rodovias

Rodovia	Trecho	Extensão (km)	Custo (R$1,00)
01. MG-114/LMG-677	Virgem Lapa - Entr. José Gonçalves Minas (Ijicatu)	40,0	25.000.000,00
02.BR- 491	Varginha - Entr. BR-381	18,0	35.000.000,00
Total do Programa			60.000.000,00

B - Programa de Conservação e Manutenção de Rodovias

Região	Rodovias	Extensão (km)	Custo (R$1,00)
03. 1ª CRG-Belo Horizonte	MG010, MG020, MG030, MG040, MG050, MG060, MG155, MG238, MG323, MG424, MG432, MG433, MG437, MG440, MG442, MGC262, LMG500, LMG800, LMG806, LMG807, LMG808, LMG813, LMG816, LMG825, LMG831, LMG875, AMG0105, AMG0115, AMG0130, AMG0140, AMG0145, AMG0150, AMG0155, AMG0160, AMG0165, AMG0170, AMG0175 e AMG0180	793,2	3.815.969,00
04. 2ª CRG-Guanhães	MG010, MG117, MG229, MG232, MG314, MG416, MGC120, MGC259, LMG505, LMG736, LMG744, LMG750, LMG752, LMG780, AMG0205, AMG0210, AMG0215 e AMG020	736,2	1.900.000,00
05. 3ª CRG-Pará de Minas	MG050, MG060, MG238, MG252, MG423, MG430, MG431, MGC352, MG494, LMG801, LMG818, LMG821, AMG0305, AMG0310, AMG0315, AMG320, AMG0325, AMG0330, AMG335, AMG0340, AMG0345, AMG0350, AMG0360, AMG0365, AMG0370 e AMG0375	635,2	300.000,00
06. 4ª CRG-Barbacena	MG030, MG129, MG132, MG135, MG155, MG275, MG332, MG338, MG443, MGC383, MGC482, MGC494, LMG501, LMG809, LMG833, LMG839, LMG844, LMG861, AMG0405, AMG0415, AMG0420, AMG0425, AMG0430, AMG0435, AMG0445,AMG0450, AMG0455, AMG0460, AMG0465, AMG0475 e AMG0480	798,7	1.900.000,00
07. 5ª CRG - Ubá	MG124, MG133, MG280, MG285, MG353, G447, MG448, MGC120, MGC265, MGC356, LMG842, LMG850, LMG858, LMG860, AMGO505, AMG0510, AMG0515, AMG0520, AMG0525, AMG0540, AMG0545 e AMG0550	723,5	300.000,00
08. 6ª CRG - Montes Claros	MG208, MG307, MG308, MG407, MGC122, MGC135, MGC251, MGC451, LMG502, LMG651, LMG653, LMG654 ,LMG655, LMG656, LMG657, LMG679, AMG0620, AMG0625, AMG0630, AMG0635, AMG0640 e AMG0645	663,6	1.900.000,00
09. 7ª CRG - Araxá	MG187,MG190,MG230,MG235,MG428,MGC146, MGC452,MGC462,MGC464,LMG782,LMG827, AMG0705,AMG0710,AMG0715,AMG0720 e AMG0725	572,8	1.900.968,00
10. 8ª CRG - Diamantina	MG010, MG214, MG220, MG317, MGC259, MGC367, MGC451, LMG735, LMG739, AMG0805, AMG0810, AMG0815 e AMG0820	660,8	1.900.000,00
11. 9ª CRG - Curvelo	MG164, MG220, MG231, MG415,MG421, MGC135, MGC259, MGC496, LMG728, LMG754, LMG807, AMG0905, AMG0910, AMG0920, AMG0925, AMG0930 e AMG0935	576,7	1.900.000,00
12. 10ª CRG - Varginha	MG167, MG456, MG458, MGC265, MGC267, MGC354, MGC369, MGC383, MGC491, LMG729, LMG849, LMG862, LMG863, LMG867, LMG868, LMG876, LMG878, AMG1005, AMG1010, AMG1015, AMG1020, AMG1025, AMG1030, AMG1035, AMG1040, AMG1045, AMG1050 e AMG1055	594,9	300.000,00
13. 11ª CRG - Uberlândia	MG223, MG226, MG413, MG414, MGC452, MGC497, LMG503, LMG734, LMG748, LMG749, LMG751, AMG1105, AMG1110, AMG1115 e AMG1120	530,9	1.900.968,00
14. 12ª CRG - Itabira	MG129, MG232, MG326, MG434, MG435, G436, MGC120, MGC262, LMG504, LMG776, LMG777, LMG778, LMG779, LMG790, LMG855, MG1205, AMG1210, AMG1215, AMG1225, AMG1230, AMG1235 e AMG1240	633,5	300.000,00
15. 13ª CRG - Brasília de Minas	MG161, MG202, MG402, MG403, MGC135, LMG622, LMG652, LMG654, LMG660, LMG674, AMG1305 e AMG 1310	746,2	1.900.000,00
16. 14ª CRG - Patos de Minas	MG060, MG230, MG235, MG410, MGC352, LMG722, LMG726, LMG740, LMG743, LMG764, LMG795, AMG1405, AMG1410, AMG1415, AMG1420 e AMG1425	552,1	1.900.000,00
17. 15ª CRG - Poços de Caldas	MG179, MG446, MG450, MG453, MG455, MGC146, MGC267, MGC369, MGC491, LMG847, LMG877, LMG879, LMG880, LMG882, AMG1505, AMG1515, AMG1520, AMG1530, AMG1535, AMG1540, AMG1545, AMG1550, AMG1555 e AMG1560	502,7	300.000,00
18. 16ª CRG - Oliveira	MG164, MG260, MG270, MG332, MG335, MG451, MGC354, MGC369, MGC494, LMG506, LMG841, LMG843, AMG1605, AMG1615, MG1625, AMG1630, AMG1635, AMG1640, AMG1645, AMG1650, AMG1655, AMG1660 e AMG1665	580,4	300.000,00
19. 17ª CRG - Ponte Nova	MG129, MG262, MG265, MG280, MG326, MG329, MG445, MGC120, MGC356, MGC482, LMG826, LMG828, LMG829, LMG840, LMG845, AMG1705, AMG1710, AMG1715, AMG1720, AMG1725, AMG1730, AMG1735, MG1740, AMG1745, AMG1750, AMG1755, MG1760, AMG1765, AMG1770 e AMG1775	736,1	2.315.971,00
20. 18ª CRG - Monte Carmelo	MG188, MG190, MG223, MG230, MGC462, LMG730, LMG731, LMG737, LMG738, LMG741, LMG742, LMG745, LMG746, LMG747, LMG782, AMG1805, AMG1810, AMG1815, AMG1820, AMG1825 e AMG1835	684,5	2.025.970,00
21. 19ª CRG - Itajubá	MG158, MG173, MG290, MG295, MG347, MG350, MG458, MG459, MG460, MGC146, MGC383, LMG881, LMG883, LMG884, LMG886, AMG1915, AMG1920, AMG1925, AMG1930, AMG1935, AMG1940 e AMG1945	703,5	1.200.000,00
22. 20ª CRG - Formiga	MG050, MG164, MG170, MG176, MG252, MG341, MG429, MG439, MGC146, LMG824, LMG827, LMG830, LMG832, LMG891, LMG893, AMG2005, AMG2010, AMG2015, AMG2025, AMG2030, AMG2035, AMG2040 e AMG2045	787,5	1.900.000,00
23. 21ª CRG- Jequitinhonha	MG105, MG205, MG405, MG406, MGC367, LMG642, LMG646, LMG666, LMG682, LMG686 e AMG2105	594,8	1.900.000,00
24. 22ª CRG - Araçuai	MG114, MGC342, MGC367, LMG676, LMG677, LMG678, AMG2205, AMG2210 e AMG2215	472,5	1.650.001,00
25. 23ª CRG - Governador Valadares	MG311, MG417, MG418, MG422, MGC259, MGC381, MGC451, MGC458, LMG744, LMG766, LMG773, LMG774, LMG775, LMG788, AMG2305, AMG2310, AMG2315, AMG2320 e AMG2325	820,6	2.315.971,00
26. 24ª CRG - Passos	MG050, MG184, MG344, MG438, MG444, G446, MG449, MGC146, MGC265, MGC491, LMG836, LMG837, LMG846, LMG851, LMG856, LMG857, LMG876, AMG2405, AMG2410, AMG2415, AMG2020, AMG2425, AMG2435 e AMG2440	633,4	300.000,00
27. 25ª CRG - Uberaba	MG190, MG255, MG427, MGC455, MGC464, LMG732, LMG733, LMG798, LMG799, LMG803, LMG804, LMG805, LMG810, LMG812, AMG2505, AMG2510, AMG2515, AMG2520, AMG2525, AMG2530, AMG2535, AMG2540, AMG2545, AMG2550, AMG2555, AMG2565, AMG2570, AMG2575, AMG2580, AMG2585, AMG2590, AMG2500 e AMG2501	753,4	1.900.000,00
28. 26ª CRG - Paracatu	MG188, MGC354, LMG658, LMG680, LMG690, LMG702, LMG706, AMG2605, AMG2610, AMG2615, AMG2620 e AMG2625	636,0	1.900.000,00
29. 27ª CRG - Pedra Azul	MG105, MG406, MGC251, LMG601, LMG610, LMG614, LMG618, LMG830, LMG632, LMG634 e LMG650	550,5	1.900.000,00
30. 28ª CRG - Teófilo Otoni	MG105, MG211, MG217, MG409, MG412, MGC342, MGC418, LMG710, LMG713, LMG718, LMG719, AMG2805, AMG2810 e AMG2815	649,6	2.315.000,00
31. 29ª CRG - Manhumirim	MG108, MG111, MG265, MG441, MGC482, LMG507, LMG615, LMG822, LMG834, LMG838, LMG852, AMG2901, AMG2902, AMG2903, AMG2904, AMG2905, AMG2906, AMG2915, AMG2920, AMG2925, AMG2930, AMG2935, AMG2945, AMG2955, AMG2960, AMG2965, AMG2970, AMG2975, AMG2980, AMG2985, AMG2990 e AMG2995	639,6	2.000.971,00
32. 30ª CRG - Juiz de Fora	MG126, MG133, MG135, MG285, MG353, MG454, MG457, MGC120, MGC383, MGC494, LMG814, LMG815, LMG866, LMG870, LMG871, LMG872, LMG874, AMG3005, AMG3010, AMG3015, AMG3020, AMG3030, AMG3035, AMG3050, AMG3055, AMG3060, AMG3065, AMG3070, AMG3075, AMG3080 e AMG 3085	719,4	1.900.000,00
33. 32ª CRG - Janaúba	MG120, MG202, MG401, MGC122, LMG631, LMG633, LMG635, AMG3205, AMG3210, AMG3215, AMG3220 e AMG3225	683,2	1.900.000,00
34. 33ª CRG - Pirapora	MG161, MG408, MGC251, MGC496, LMG670, LMG673, LMG674, AMG3305, AMG3310, AMG3315, AMG3320 e AMG3325	514,1	1.900.968,00
35. 34ª CRG - Salinas	MG404, MGC342, LMG602, LMG623, LMG624, LMG626, LMG627, LMG629, LMG635, AMG3405 e AMG3410	563,2	1.900.000,00
36. 35ª CRG - Abaeté	MG060, MG164, MG176, MG235, MG415, MG420, MGC352, LMG762, LMG793, LMG794, AMG3505 e AMG3510	646,1	1.900.967,00
37. 36ª CRG - Arinos	MG181, MG202, MG400, MG402, MGC030, MGC479, LMG628, LMG638 e LMG644	685,6	1.900.000,00
38. 37ª CRG - Januária	MG161, MGC030, MGC135, MGC479, LMG603, LMG604 e LMG605	462,7	1.900.000,00
39. 38ª CRG - Capelinha	MG114, MG211, MG214, MG217, MG308, MGC120, MGC451, LMG720, LMG721, LMG723 e AMG3805	630,2	1.900.000,00
40. 39ª CRG - João Pinheiro	MG181, MG408, MG410, LMG662, LMG664, LMG667, LMG680,LMG690,LMG698,LMG714 e AMG3905	620,7	1.900.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

41. 40ª CRG - Coronel Fabriciano	MG108, MG123, MG232, MG320, MG329, MG425, MGC120, MGC262, MGC458, MGC474, LMG758, LMG759, LMG760, LMG789, LMG820, LMG823, AMG4005, AMG4010, AMG4015, AMG4020, AMG4025 e AMG4030	572,3	2.315.970,00
Todas CRG´s	Fornecimento e Transporte de Material Betuminoso		8.967.228,00
Total do Programa			74.726.922,00

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de construção de rodovias	6.000.000,00	18.000.000,00	19.000.000,00	17.000.000,00	60.000.000,00
B - Programa de conservação e manutenção de rodovias	21.561.727,00	18.470.057,00	18.470.058,00	16.225.080,00	74.726.922,00
Total da Unidade da Federação	27.561.727,00	36.470.057,00	37.470.058,00	33.225.080,00	134.726.922,00

ANEXO XIV

Unidade da Federação: PARÁ Processo nº: 50000.039465/2015-13

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016

Relação de empreendimentos

A - Programa de Restauração e Pavimentação de Rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. PA-279	Xinguara - Água Azul - Ourilândia do Norte - Carapanã	36.711.329,00
Total do Programa		36.711.329,00

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Restauração e Pavimentação de Rodovias	9.177.832,00	9.177.832,00	9.177.832,00	9.177.832,00	36.711.329,00
Total da Unidade da Federação	9.177.832,00	9.177.832,00	9.177.832,00	9.177.832,00	36.711.329,00

ANEXO XV

Unidade da Federação: PARAÍBA Processo nº: 50000.039466/2015-68

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016

Relação de Empreendimentos

A - Programa de Restauração de Rodovias Pavimentadas

Rodovia	Trecho	Extensão	Custo (R$ 1,00)
01. PB-008	Entroncamento PB-044/Acaú	5,0	2.170.297
02. PB-057	Zona urbana de Mamanguape	1,8	1.849.065
03. PB-063	Entroncamento BR-230/Gurinhém	8,0	2.468.676
04. PB-151	Picuí/Divisa PB.RN	14,0	4.341.706
05. PB-386	Conceição/Divisa PB.CE	17,0	5.521.522
Total do Programa		45,8	16.351.266

B - Programa Conservação e Segurança de Rodovias Estaduais

Serviço	Custo (R$1,00)
06. Conservação de rodovias pavimentadas e segurança viária	12.281.856
Total do Programa	12.281.856

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Restauração de Rodovias Pavimentadas	3.390.337	4.782.033	4.785.295	3.393.601	16.351.266
B - Programa Conservação e Segurança de Rodovias Estaduais	1.228.186	1.228.186	1.228.186	8.597.299	12.281.856
Total da Unidade da Federação	4.618.523	6.010.219	6.013.481	11.990.900	28.633.123

ANEXO XVI

Unidade da Federação: PARANÁ Processo nº: 50000.039467/2015-11

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2015

Relação de Empreendimentos

A - Programa de Conservação e Recuperação do Sistema Rodoviário Estadual

01. Superintendência Regional Campos Gerais (Lote 2)			
Rodovia	Trecho	Extensão km	Custo (R$ 1,00)
PR-090	Fim trecho ofertado - Entroncamento PRC-153 (p/Ibaiti)	32,47	15.000.000,00
PR-160	Rio Tibagi (Tel. Borba) - Entroncamento PR-340 (B) (p/ Ortigueira - não pav.)	13,06	
PR-160	Prudentópolis - Entroncamento BR-277	13,76	
PRC-272 / PR-151	Divisa PR/SP - Entroncamento PR-151 (B) (Acesso II Santana do Itararé)	10,43	
PR-438	Guaragi - Entroncamento PR-151 (Ponta Grossa)	15,22	
PR-340	Entroncamento PR-151 (B) (Castro) - Tibagi - Final área urbana Tibagi	35,00	
PRC-466	Acesso Furnas - Acesso Manoel Ribas	12,49	
PR-473	Entroncamento BR-277 - Acesso Espigão Alto do Iguaçu	35,34	
PR-473	Entroncamento PR-484 (Quedas do Iguaçu) - Rio Iguaçu (Balsa)	26,21	
PRC-487	Entroncamento PR-522 (Bom Jardim do Sul) - Fim do pavimento	1,59	
PRC-487	Ipiranga (B) - Entroncamento BR-373 (Uvaia)	10,00	
PR-662	Entroncamento BR-373 (Paz) - Rio Jordão (Usina Hidr. Salto Segredo)	13,82	
Total (Lote 2)		219,39	15.000.000,00

02. Superintendência Regional Norte (Lote 3)			
Rodovia	Trecho	Extensão km	Custo (R$ 1,00)
PR-090	Entroncamento BR-272 (plan.) acesso a Sapopema - Acesso a Sta Cecília do Pavão	56,35	15.000.000,00
PR-092	Acesso III Wenceslau Braz - Entroncamento BR-153 (A)	71,63	
PR-151	Porto Emigdão (divisa PR/SP) - Entroncamento PR-431 (Ribeirão Claro)	12,93	
PR-160	Entroncamento PRC-272 (Figueira) - Rio das Antas	32,84	
PR-218	Acesso I Jundiaí do Sul - Ribeirão do Pinhal	13,65	
PRC-272	Entroncamento PR-435 - Entroncamento PR-160 (Figueira)	24,59	
PR-424	Divisa PR/SP (Pte Rio Itararé) - PR-151 - Entroncamento PR-092 (Siqueira Campos)	26,82	
PR-431	Entroncamento PR-151 (Ribeirão Claro) - Entroncamento BR-153 (A) (Jacarezinho)	25,83	
PR-518	Santa Mariana - Porto Quebra Canoa (Divisa PR/SP)	30,31	
Total (Lote 3)		294,95	15.000.000,00

03. Superintendência Regional Norte (Lote 4)			
Rodovia	Trecho	Extensão km	Custo (R$ 1,00)
PR-170	Entroncamento BR-369 (B) (Apucarana) - Entroncamento BR-369 (C) (Apucarana)	11,65	8.000.000,00
PR-218	Maravilha - Três Marcos (Londrina)	22,90	
PR-340	Jaguapitã (B) - Entroncamento PR-543 (p/Lupionópolis p/Cafeara)	51,67	
PR-437	Entroncamento PR-323 (Sertanópolis) - Entroncamento PR-445 (Primeiro de Maio)	21,30	
PR-454 / PR-937 / PR-340	Entroncamento PR-170 (B) - Contorno de Jaguapitã - Acesso V Astorga	29,20	
PRC-466	Ponte s/Rio Bom - Borrazópolis (A)	9,60	
Total (Lote 4)		146,32	8.000.000,00

04. Superintendência Regional Noroeste (Lote 5)			
Rodovia	Trecho	Extensão km	Custo (R$ 1,00)
PR-180	Entroncamento PRC-487 (Cruzeiro do Oeste) - Rio Piquiri	75,73	35.222.000,00
PR-182	Xambrê - Entroncamento PR-485 (A) (Vila Casa Branca)	10,94	
PR-323 / PRC-272	Entroncamento PR-468 (p/Mariluz) - Entroncamento PRC-272 PR-182 (plan.) BR-272 (plan.) (Iporã) - Entroncamento PR-490	50,18	
PR-468	Entroncamento BR-272 (B) - Entroncamento PR-323 (Umuarama)	63,91	
PR-485	Entroncamento PR-182 (B) (Vila Casa Branca) - Entroncamento PR-082 (Icaraíma)	50,76	
PR-486	Rio Piquiri - Entroncamento PR-323 (Cedro)	42,53	
PR-489	Umuarama - Xambrê	20,71	
PR-681	Entroncamento PR-486 - Alto Piquiri (A)	6,02	
Total (Lote 5)		320,78	35.222.000,00
Total do Programa			73.222.000,00

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A- Programa de Conservação e Recuperação do Sistema Rodoviário Estadual do	18.305.500,00	18.305.500,00	18.305.500,00	18.305.500,00	73.222.000,00
Total da Unidade da Federação	18.305.500,00	18.305.500,00	18.305.500,00	18.305.500,00	73.222.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO XVII

Unidade da Federação: PERNAMBUCO Processo nº: 50000.039468/2015-57

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016

Relação de Empreendimentos

A - Programa de Ampliação e Melhoramentos da Malha Rodoviária

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. PE-329	Quixaba / Distrito de lagoa da Cruz / Divisa PE/PB, extensão: 9,00 Km.	3.000.000,00
02. PE-414	Entroncamento BR-232 (Serra Talhada), Subtrecho: PE-414 (Entroncamento BR-232) / Bernardo Vieira, extensão: 26,00 km.	5.000.000,00
03. PE-075	Entroncamento PE-062 (Goiana) / Itambé / Entroncamento PE-082 (Ibiranga), extensão: 39,70 Km	5.000.000,00
04. PE-430	Entroncamento BR-232 (Bom Nome) - São José do Belmonte, extensão: 2,99 Km.	5.000.000,00
05. PE-340	Entroncamento BR-232 Sitio dos Nunes/Distrito de São Caetano do Navio/Betânia, extensão de 34,20 Km.	2.000.000,00
06. VPE-366	Acesso ao Distrito de Fátima, extensão: 12,00 Km.	1.000.000,00
07. Acesso	Acesso ao aeródromo de Serra Talhada, extensão: 0,70 Km.	1.997.532,48
08. Acesso	Acesso ao aeródromo de Araripina, desapropriação	1.000.000,00
09. Construção do Terminal Rodoviário de Triunfo		500.000,00
Total do Programa		24.497.532,48

B - Programa de Aquisição de Equipamentos

	Descrição	Quantidades	Custo (R$1,00)
10	Retroescavadeira	2	400.000,00
11	Escavadeira	1	450.000,00
12	Motoniveladora (Patrol)	1	550.000,00
13	Caminhão Basculante	2	440.000,00
14	Trator esteira	1	650.000,00
Total do Programa			2.490.000,00

C - Programa de Manutenção da Malha Rodoviária do Estado

Serviço	Custo (R$1,00)
15. Conservação Terceirizada BR-232/PE Trecho: Recife - Caruaru	2.500.000,00
16. Conservação Terceirizada 1° Distrito Rodoviário: PE-001, PE-004, PE-005, PE-007, PE-008, PE-009, PE-014, PE-017, PE-018, PE-019, PE-020, PE-022, PE-027, PE-028, PE-035, PE-037, PE-038, PE-041, PE-051, PE-062, PE-075, PE-076, acessos e aeródromos.	2.500.000,00
17. Conservação Terceirizada 2° Distrito Rodoviário: PE-004, PE-040, PE-041, PE-050, PE-052, PE-053, PE-054, PE-059, PE-062, PE-074, PE-075, PE-082, PE-088, PE-089, PE-090, PE-091, PE-095, PE-102, PE-106, PE-121 e acessos.	2.500.000,00
18. Conservação Terceirizada 3° Distrito Rodoviário: PE-090, PE-095, PE-097, PE-103, PE-109, PE-112, PE-120, PE-123, PE130, PE-132, PE-145, PE-149, PE-160, PE-166, PE-180, PE-197, PE-217, PE-219 acessos e aeródromos.	1.000.000,00
19. Conservação Terceirizada 4° Distrito Rodoviário: PE-039, PE-042, PE-063, PE-064, PE-071, PE-085, PE-096, PE-099, PE-103, PE-126 e acessos.	1.000.000,00
20. Conservação Terceirizada 5° Distrito Rodoviário: PE-263, PE-264, PE-265, PE-275, PE-280, PE-283, PE-285, PE-292, PE-309, PE-320, PE-329, PE-336, PE-340, PE-337, PE-350, PE-360, PE-365, PE-375 e PE-390.	1.000.000,00
21. Conservação Terceirizada 6° Distrito Rodoviário: PE-422, PE-425, PE-430, PE-435, PE-450, PE-475, PE-483, PE-499, PE-507, PE-510, PE-520, PE-545, PE-555, PE-576, PE-604, PE-615 e acessos.	2.500.000,00
22. Conservação Terceirizada 7° Distrito Rodoviário: PE-158, PE-170, PE-177, PE-182, PE-187, PE-203, PE-217, PE-218, PE-223, PE-233, PE-270 e PE-300.	1.000.000,00
23. Conservação Terceirizada 8° Distrito Rodoviário: PE-550, PE-555, PE-573, PE-574, PE-604, PE-624, PE-625, PE-626, PE-634, PE-635, PE-636, PE-638, PE-639, PE-647, PE-655 e acessos.	1.000.000,00
Total do Programa	15.000.000,00

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Ampliação e Melhoramentos da Malha Rodoviária	12.000.000	5.500.000	5.000.000	1.997.532,48	24.497.532,48
B - Programa de Aquisição de Equipamentos	0	0	2.490.000	0	2.490.000
C - Programa de Manutenção da Malha Rodoviária do Estado	2.500.000	3.500.000	5.500.000	3.500.000	15.000.000
Total da Unidade da Federação	14.500.000	9.000.000	12.990.000	5.497.532,48	41.987.532,48

ANEXO XVIII

Unidade da Federação: PIAUI Processo nº. 50000.039.469/2015-00

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016

Relação de Empreendimentos

A - Programa de Conservação Rotineira e Recuperação em Rodovias Estaduais Pavimentadas e Não Pavimentadas

Territórios	Rodovias (km)		Custo (R$1,00)
	Pavimentadas	Não Pavimentadas	
Planície Litorânea	284,00	725,00	2.301.475,64
01. Cocais	508,00	725,00	2.568.592,24
02. Carnaubais	441,00	407,00	2.299.135,73
03. Entre Rios	715,00	1.145,00	3.187.487,20
04. Vale do Sambito	348,00	290,00	1.919.266,37
05. Vale do Rio Guaribas	665,00	558,00	2.987.360,17
06. Vale do Rio Canindé	688,00	189,00	2.414.476,66
07. Serra da Capivara	450,00	382,00	2.292.226,61
08. Vale dos Rios Piauí e Itaueira	673,00	486,00	3.737.937,10
09. Tabuleiros do Alto Parnaíba	467,00	631,00	2.305.952,18
10. Chapada das Mangabeiras	540,00	1.029,00	2.410.005,71
Total do Programa			28.423.915,61

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Conservação Rotineira e Recuperação em Rodovias Estaduais Pavimentadas e Não Pavimentadas Recuperação em Rodovias Estaduais Pavimentadas e Não Pavimentadas	7.105.978,87	7.105.978,87	7.105.978,87	7.105.978,87	28.423.915,61
Total da Unidade da Federação	7.105.978,87	7.105.978,87	7.105.978,87	7.105.978,87	28.423.915,61

ANEXO XIX

Unidade da Federação: RIO DE JANEIRO Processo nº 50000.039472/2015-15

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016

Relação de Empreendimentos

A - Programa de Recuperação, Conservação e Manutenção de Rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. RJ - 160	Obras de contenção em cortina atirantada com drenagem, terraplenagem, pavimentação no km 32,5	3.381.759,26
02. RJ - 160	Obras de contenção em cortina atirantada com drenagem, terraplenagem, pavimentação no km 47,4	400.000,00
03. RJ - 160	Obras de contenção em cortina atirantada com drenagem, terraplenagem, pavimentação no km 42,0	400.000,00
04. RJ - 160	Obras de contenção em cortina atirantada com drenagem, terraplenagem, e pavimentação, no km 4,5 Curva do Janu	1.808.633,73
05. RJ - 100	Obras de terraplenagem, drenagem, pavimentação e serviços complementares na Estrada Velha de Maricá, trecho: RJ-104, Viaduto de Maria Paula a RJ-106 - Rio do Ouro, ext: 7,10 km	1.300.000,00
06. RJ - 142	Obras de construção de contenção em gabião no trecho: entre o km 9,6 e 10,1 ext.: 330,0 m	3.710.085,00
07. RJ - 150	Obras de contenção superficial de taludes km 0	519.802,26
08. RJ - 142	Obras de contenção com solo grampeado e concreto projetado no km 3,5, ext.: 80,0 m	923.869,01
09. RJ - 105	Recuperação do pavimento, construção de acostamento, baia de ônibus, trecho: Estrada do Madureira ext.: 22	4.000.000,00
10. RJ - 165	Complementação das Obras na RJ-165, trecho BR-101 aos limites do PNSB, com restauração, melhorias e construção de ciclovia, com extensão de 11,46 km	1.000.000,00
11. RJ - 134	Obras de contenção em cortina atirantada com drenagem, terraplenagem e pav., trecho: Posse - Entronc. BR-116 entre as estacas 1843 até 1890	900.000,00
12. RJ - 134	Obras de reabilitação do pavimento, no trecho: Pedro do Rio - Posse, ext.: 14,4 km	1.300.000,00
13. Trevo	Obras de pavimentação, drenagem e serviços complementares das alças de acesso no Trevo da Estrada do Mato Alto	13.482.787,81
14. RJ - 155	Obras de estabilização dos emboques de 3 túneis, trecho: Lídice - Rio Claro	530.000,00
15. RJ - 116	Complementação com estabilização de encostas, no trecho Macuco - Entronc. RJ-176	500.000,00
16. RJ - 186	Restauração com construção de acostamento e terceira faixas, alargamento de 18 pontes, trecho: Divisa Rio de Janeiro/Minas Gerais (Pirapetinga/Santo Antônio de Pádua) Entroncamento RJ-230 (Bom Jesus do Itabapoana), ext.: 102,30 km	1.000.000,00
17. RJ - 154	Obras de complementação do Contorno de Aparecida, ext.: 6,50 km	2.500.000,00
18. Várias	Obras de Conservação, Manutenção e Operação da Malha Rodoviária Estadual	20.000.000,00
Total do Programa		57.656.937,07

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Recuperação, Conservação e Manutenção de Rodovias	14.414.234,27	14.414.234,27	14.414.234,27	14.414.234,27	57.656.937,07
Total da Unidade da Federação	14.414.234,27	14.414.234,27	14.414.234,27	14.414.234,27	57.656.937,07

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO XX

Unidade da Federação: RIO GRANDE DO NORTE Processo nº 50000.039470/2015-26

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016

Relação de Empreendimentos

A - Programa de Restauração de Trechos Rodoviários

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. RN-023	Entroncamento BR-101 - Touros	1.084.699,92
02. RN-063	Entroncamento BR-101 - Nísia Floresta/Tabatinga	6.888.505,95
03. RN-066	Entroncamento RN-313 - COOPHAB	2.243.391,37
04. RN-093	Entroncamento RN-203 - Barcelona - Rui Barbosa	2.988.343,52
05. RN-093	Tangará - São José de Campestre - Divisa RN/PB	4.648.581,77
06. RN-110	Entroncamento BR-427 (Serra Negra do Norte - Divisa RN/PB (Patos)	1.446.462,25
07. RN-288	Carnaúba dos Dantas - Divisa RN/PB	1.889.126,24
Total do Programa		21.189.111,02

B - Programa de Conservação de Rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
I DR	Malha rodoviária sob jurisdição do I - Distrito Rodoviário Mossoró (extensão 493,50 km)	2.191.768,40
II DR	Malha rodoviária sob jurisdição do II - Distrito Rodoviário Caicó (extensão 434,40 km)	1.930.764,11
III DR	Malha rodoviária sob jurisdição do III - Distrito Rodoviário João Câmara (extensão 331,50 km)	1.578.915,22
IV DR	Malha rodoviária sob jurisdição do IV - Distrito Rodoviário Nova Cruz (extensão 539,50 km)	2.410.430,89
V DR	Malha rodoviária sob jurisdição do V - Distrito Rodoviário Natal (extensão 616,50 km)	2.498.125,78
VI DR	Malha rodoviária sob jurisdição do VI - Distrito Rodoviário Pau dos Ferros (extensão 463,60 km)	1.989.465,99
VII DR	Malha rodoviária sob jurisdição do VII - Distrito Rodoviário Santana do Matos (extensão 396,60 km)	1.442.881,04
Total do Programa		14.042.351,43

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Restauração de Trechos Rodoviários	6.072.903,31	5.897.120,58	4.508.263,79	4.710.823,34	21.189.111,02
B - Programa de Conservação de Rodovias	3.580.799,61	3.580.799,62	3.510.587,86	3.370.164,34	14.042.351,43
Total da Unidade da Federação	9.653.702,92	9.477.920,20	8.018.851,65	8.080.987,68	35.231.462,45

Obs.: Em atendimento ao estabelecido na Portaria nº 210, de 30/12/2013, este Programa de Trabalho está sendo publicado com a ressalva de que a liberação dos recursos está condicionada à resolução da inconformidade verificada pelo Ministério dos Transportes no Relatório Anual Demonstrativo de Execução Orçamentária e Financeira de exercícios anteriores.

ANEXO XXI

Unidade da Federação: RIO GRANDE DO SUL Processo nº: 50000.039471/2015-71

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016

Relação de Empreendimentos

A - Programa de Estudos e Projetos Rodoviários de Engenharia

Rodovia		Trecho	Custo (R$1,00)
1.	RSC-480	Entroncamento ERS-406 (Goio-Em - Erval Grande, nas proximidades do km 5+000 - Escorregamento	470.367
2.	RSC-153	Barros Cassal - Santa Cruz do Sul (Medidas Compensatórias do Licenciamento Ambiental) - Vera Cruz	450.578
3.	ERS-437	Antônio Prado - Entr. ERS-448 -0 Entr. 437 - Nova Roma do Sul	414.210
4.	ERS-453	Farroupilha - Entr. BR-470 (Bento Gonçalves)	400.000
5.	RSC-153	Acesso a Herveiras - Entr. RSC-287/ERS-412 (Vera Cruz) e entre os kms 316+600 e 317+100 - Escorregamento	400.000
6.	Diversas	Análise da criticidade dos escorregamentos das rodovias estaduais	350.000
7.	ERS-342	Entr. BR-158 (Cruz Alta) - Entr. BRS-285 (Ijuí)	300.000
8.	RSC-153	Barros Cassal - Santa Cruz do Sul (Medidas Compensatórias do Licenciamento Ambiental) - Sobradinho	299.496
9.	Rsc-471	Encruzilhada do Sul - Cangucú Lote II (Medidas Compensatórias do Licenciamento Ambiental) - Parque estadual de Itapeva	282.000
10.	ERS-110	Entr. BRS-285 (Bom Jesus) - Divisa RS/SC (Rio Pelotas)	212.000
11.	ERS-118	Entr. BRS-116 (Sapucaia do Sul) - Entr. BRS-290 (Gravataí) e Ruas Laterais da Travessia Urbana de Esteio e sapucaia do Sul	200.000
12.	ERS-734	Entr. BRS-392 0- Rio Grande Travessia Urbana de Rio Grande	200.000
13.	ERS-566	Alegrete - Maçambará	200.000
14.	ERS-437	Entr. BRS-470 (Vila Flores) - Entr. ERS-448 (p/Nova Roma do Sul)	200.000
15.	ERS-149	Faxinal do Soturno - Nova Palma - Escorregamento	200.000
16.	ERS-486	Monitoramento da Fauna na Rota do Sol	150.000
17.	ERS-430	Tapejara - Charrua e Contorno Leste de Tapejara	150.000
18.	ERS-344 ERS-342 ERS-344 ERS-342 ERS-344	Lote II - Interseção de acesso a Tuparandi Interseção de acesso a Independência Interseção de acesso a Alfandega de P. Mauá Interseção de Ac. a Três de Maio e Horizontina Interseção de Ac. a Distrito Industrial Giruá	140.000
19.	ERS-407	Entr. ERS-389 (p/Torres) - Capão da Canoa	134.044
20.	ERS-342 ERS-342 ERS-591 472AM9110 424AM0010 424AM0010 ERS-608 421AM0020 ERS-428	OAE - Boa Vista do cadeado - Rio Conceição OAE - Boa Vista do cadeado -Arroio S/Nome OAE -Ametista do Sul - Arroio Mel OAE -Nova.Candelária-Vila Ivagaci - Arroio Almeida OAE -Acesso a Canudos do Vale - Arroio Araguari OAE - Acesso a Canudos do Vale - Arroio Alegre OAE -Pedras Altas - BRS-293-Arroio Passo do Pires OAE -ERS-421-Sério-Arroio Alegre OAE -Água Santa-Entr. BRS-285-Rio Carreteiro	130.950
21.	ERS-344	Entr. BRS-472 (Contorno Santa Rosa)-Entr.BRS-472 (p/Três de Maio)	100.000
22.	ERS -451	Não Me Toque - Colorado	100.000
23.	ERS-407	Entr. BRS-101(M. Alto)-Entr. ERS-389 (Xangrilá)	100.000
24.	VRS-824	Quinze de Novembro - Fortaleza dos Valos - reconstrução da Transposição do Lago Barragem Passo Real	100.000
25.	ERS-511	Ponte sobre o Rio Vacacai - Mirim	100.000
26.	ERS-149	Entr. ERS-149 (A) (p/Ivorá)-Entr. ERS-2348 (B) (p/ Da. Francisca)- às margens do rio Soturno	100.000
27.	RSC-453	Entr. RSC-453 ERS-486 Entr. BRS-101 Entr. ERS-389 - Posto Fiscal da Rota do Sol	87.000
Total do Programa			5.970.645

B - Programa de Interligação de Municípios

B1- Pavimentação de Rodovias			
Rodovia		Trecho	Custo (R$1,00)
28.	ERS-509	Entr. BRS-158 - Camobi	9.018.387
29.	ERS-165	Entr. VRS-839-Entr. ERS-307	5.000.000
30.	ERS-439	Acesso a Jaquirana - Serviços Remanescentes	3.000.000
31.	ERS-403	Cachoeira do Sul - Rio Pardo - Serviços Remanescentes	2.300.000
32.	VRS-853/ERS-634	Dom Pedrito - Três Vendas (Bueiros)	2.000.000
33.	ERS-486	Arroio Bananeiras - Aratinga	1.700.000
34.	ERS-020	Cambará do Sul-São José dos Ausentes Conclusão Lote 1	1.500.000
35.	ERS-482	Capitão - Arroio do Meio	1.250.000
36.	ERS-355	Fagundes Varela -RSC-470-Variante Acesso Ponte Arroio	921.527
37.	ERS-265	Entr. BR-116 - Posto Branco	1.000.000
38.	ERS-461	Capão Bonito do Sul - Lagoa Vermelha (Av. Benj.Bolsonelo)	1.000.000
39.	VRS-826	Entr. ERS-122 - Alto Feliz	1.000.000
40.	ERS-355	Aterros da Ponte Arroio Retiro	777.871
41.	VRS-806	Acesso Ponte Rio Caverá	100.000
42.	RSC-473	Torquato Severo - Entr. BR-293 (Bagé)	100.000
Subtotal B1			*30.667.785*
B2 - Construção de Obras de Arte Especial			
Rodovia		Detalhamento do trecho	Custo (R$1,00)
43.	ERS-702	Ponte sobre o Rio Piratini	5.835.661
44.	ERS-020	Ponte sobre o Rio dos Sinos	4.500.000
45.	ERS-509	Viaduto ERS-509 (km 01)	2.658.734
46.	ERS-010	Ponte sobre o Arroio Pampa	1.100.000
Subtotal B2			*14.094.395*
B3 - Consultoria			
Serviço			Custo (R$1,00)
47. Apoio Técnico às Obras Integrantes deste Programa			3.000.000
Subtotal B3			3.000.000
Total do Programa			47.762.180

C - Programa de Restauração de Rodovias Estaduais

Rodovia		Detalhamento do trecho	Custo (R$1,00)
48.	RSC-101	Palmares do Sul - Tavares	2.000.000
Total do Programa			2.000.000

D - Programa de Conservação Rotineira de Rodovias Estaduais

Rodovia		Detalhamento do trecho	Custo (R$1,00)
49.	RSC-101	Rede Pavimentada e Não Pavimentada	1.500.000
Total do Programa			1.500.000

E - Programa de Obras Portuárias e Hidroviárias

Serviço	Custo (R$1,00)
50. Recuperação da Infraestrutura Operacional do Porto de Porto Alegre	250.000
51. Aquisição de Materiais e Equipamentos para Dragagem e Sinalização Náutica nas Hidrovias do Rio Grande do Sul	1.500.000
Total do Programa	1.750.000

F - Programa de Obras Aeroportuárias

Serviço	Custo (R$1,00)
52. Aeroporto de Vacaria	462.375,00
53. Aeroporto de Caxias do Sul	295.140,00
54. Aeroporto de Passo Fundo	580.140,00
55. Aeroporto de Santo Ângelo	147.740,00
56. Aeroporto de Torres	54.768,00
57. Aeroporto de Santa Rosa	96.337,40
58. Aeroporto de Rio Grande	166.593,80
59. Aeroporto de Ijuí	426.507,80
60. Aeroportos delegados	1.670.398,00
Total do Programa	3.900.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Custo (R$ 1,00)
	1º	2º	3º	4º	
A. Programa de Estudos e Projetos Rodoviários de Engenharia	3.870.223	1.291.209	540.842	268.371	5.970.645
B. Programa de Interligações dos Municípios	20.299.398	14.608.734	7.250.000	5.604.048	47.762.180
C. Programa de Restauração de Rodovias Estaduais	500.000	500.000	500.000	500.000	2.000.000
D. Programa de Conservação Rotineira de Rodovias Estaduais Obras Portuárias e Hidroviárias	500.000	500.000	500.000	-	1.500.000
E. Programa de Obras Portuárias e Hidroviárias	512.500	987.500	-	250.000	1.750.000
F. Programa de Obras Aeroportuárias	820.412	1.317.146,65	1.091.435,85	671.005,50	3.900.000
Total da Unidade da Federação	26.502.533,00	19.204.589,65	9.882.277,85	7.293.424,50	62.882.825,

ANEXO XXII

Unidade da Federação: RONDÔNIA
Processo nº 50000.039473/2015-60

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016
Relação de Empreendimentos
A - Programa de Construção e Pavimentação Asfáltica de Rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. RO-473	Urupá - Alvorada d'Oeste (29,719 km) - Lotes I e II	6.910.000
02. RO-257	Km 30 (Ariquemes) - Km 102,65 (5º BEC/Machadinho)	9.800.000
03. RO-005	Av. Guaporé - Entroncamento Ramal 21 de abril (Expresso Porto) Extensão: 3,80 km	11.181.086
Total do Programa		27.891.086

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Construção e Pavimentação Asfáltica de Rodovias	6.972.772	6.972.772	6.972.771	6.972.771	27.891.086
Total da Unidade da Federação	6.972.772	6.972.772	6.972.771	6.972.771	27.891.086

ANEXO XXIII

Unidade da Federação: RORAIMA
Processo nº 50000.039474/2015-12

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016
Relação de Empreendimentos
A - Programa de Pavimentação, Recuperação e Manutenção de Rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. Acesso ao IFRR (RR-342)	Amajari Km 0,00 - IFRR Km 2.10	1.003.157,00
02. Vicinal 05	Km 0,00 - Km 9,68	1.332.450,00
03. RR-325	Entroncamento BR-174 Km 0,00 - Alto Alegre Km 136,84	2.695.427,00
04. RR-205	Entroncamento (Cidade Satélite) Km 0,00 - Alto Alegre Km 72	6.226.021,00
05. RR-203	Entroncamento BR-174 Km 0,00 - Tepequem Km 105,44	1.306.057,00
06. Vicinal de Acesso a Comunidade Canauanim - CTA 327, Vicinal de	Vicinal de Acesso a Comunidade Canauanim - CTA 327 Entroncamento RR-207 Km 0,00 - km 2,60 (recuperação)	1.069.187,00
	Vicinal de Acesso a Comunidade Canauanim - CTA 327 Km 2,60 - Km 4,53 (implantação)	
Acesso a Comunidade Campinho - CTA 326 e Vicinal do Surrão - CTA 206	Vicinal de Acesso a Comunidade Campinho - CTA 326 Entroncamento Km 0,00 (CTA 327) - Km 8,00 (implantação)	
	Vicinal do Surrão - CTA 206 - Entroncamento BR-401 Km 0,00 - Km 6,30 (recuperação)	
07. MUC-155	Entroncamento RR-325 Km 0,00 - Km 5,40 (recuperação)	1.117.606,00
	Km 5,40 - Km 14,80 (implantação)	
08. Vicinal Altamira -MUC 353	Km 0,00 - Km 9,19	802.513,00
09. Vicinal do Ereu - RR-204	Entroncamento RR-203 Km 0,00 - Km 58,86	2.803.028,00
10. RR-207- Estrada tronco malacacheta - CTA 318 e Estrada tronco Jacamim I - CTA 314	RR-207 - Entroncamento BR-432 Km 0,00 - Km 6,00 (recuperação)	2.862.561,00
	Estrada tronco malacacheta: Entroncamento RR-207 Km 0,00 - Km 29,55 (recuperação)	
	Estrada tronco malacacheta: Km 29,55 - Km 31,46 (implantação)	
	Estrada tronco Jacamim I - CTA 314 Km 0,00 - Km 30,45 (recuperação).	
11. Vicinal Truarú da Cabeceira - BVA 198	Entroncamento RR-342 - Entroncamento para comunidade Truarú Km 0,00 - Km 24,67	1.715.160,00
Total do Programa		22.933.167,00

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Pavimentação, Recuperação e Manutenção de Rodovias	8.000.000,00	8.824.912,00	3.680.749,00	2.427.505,00	22.933.167,00
Total da Unidade da Federação	8.000.000,00	8.824.912,00	3.680.749,00	2.427.505,00	22.933.167,00

ANEXO XXIV

Unidade da Federação: SANTA CATARINA
Processo nº: 50000.039475/2015-59

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016
Relação de Empreendimentos
A - Programa de Conservação Rodoviária

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. SUPRE EXTREMO OESTE	Conservação da Malha Rodoviária Estadual	4.275.431,26
02. SUPRE OESTE	Conservação da Malha Rodoviária Estadual	5.402.961,45
03. SUPRE MEIO OESTE	Conservação da Malha Rodoviária Estadual	7.285.245,24
04. SUPRE PLANALTO	Conservação da Malha Rodoviária Estadual	5.335.078,95
05. SUPRE NORTE	Conservação da Malha Rodoviária Estadual	4.591.746,81
06. SUPRE VALE	Conservação da Malha Rodoviária Estadual	5.954.061,86
07. SUPRE LITORAL	Conservação da Malha Rodoviária Estadual	2.212.503,39
08. SUPRE SUL	Conservação da Malha Rodoviária Estadual	7.036.831,51
Total do Programa		42.093.860,47

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Conservação Rodoviária	10.523.465,12	10.523.465,12	10.523.465,12	10.523.465,12	42.093.860,47
Total da Unidade da Federação	10.523.465,12	10.523.465,12	10.523.465,12	10.523.465,12	42.093.860,47

ANEXO XXV

Unidade da Federação: SÃO PAULO
Processo nº: 50000.039.476/2015-01

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016
Relação de Empreendimentos
A - Programa de Conservação e Manutenção da Rede Estadual de Rodovias

Serviço	Custo (R$1,00)
01. Conservação rodoviária numa extensão total de 14.987,79 km	147.789.992,00
Total do Programa	147.789.992,00

B - Programa de Conservação da Sinalização da Rede Estadual de Rodovias

Serviço	Custo (R$1,00)
02. Conservação rodoviária numa extensão total de 14.987,79 km	53.738.300,00
Total do Programa	53.738.300,00

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A- Programa de Conservação e Manutenção da Rede Estadual de Rodovias	39.903.298	39.903.298	33.991.698	33.991.698	147.789.992
B- Programa de Conservação da Sinalização da Rede Estadual de Rodovias	14.509.341	14.509.341	12.359.809	12.359.809	53.738.300
Total da Unidade da Federação	54.412.639	54.412.639	46.351.507	46.351.507	201.528.292

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO XXVI

Unidade da Federação: SERGIPE
Processo nº 50000.039477/2015-48

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016

Relação de Empreendimentos

A - Programa de Restauração de Rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. SE-065	Universidade Federal de Sergipe (UFS)/São Cristóvão (Subtrecho: Conjunto Brigadeiro Eduardo Gomes/São Cristóvão).	17.388.328,23
Total do programa		17.388.328,23

B - Programa de Aquisição de Equipamentos

Item	Equipamento	Custo (R$1,00)
02. USINA	Aquisição de nova usina de asfalto.	2.000.000,00
Total do programa		2.000.000,00

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Restauração de Rodovias	4.347.082,06	4.347.082,06	4.347.082,06	4.347.082,05	17.388.328,23
B - Programa de Aquisição de Equipamentos	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
Total da Unidade da Federação	6.347.082,06	4.347.082,06	4.347.082,06	4.347.082,05	19.388.328,23

ANEXO XXVII

Unidade da Federação: TOCANTINS
Processo nº: 50000.039478/2015-92

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2016

Relação de Empreendimentos

A - Programa de Execução de Terraplenagem e Pavimentação Asfáltica

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
1. TO-164	Entroncamento TO-230 - Muricilândia	23.706.634,00
Total do Programa		23.706.634,00

B - Programa de Execução de Obra de Arte Especiais

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
2. Vicinal	Entroncamento TO-222 - Povoado Baviera	409.674,00
Total do Programa		409.674,00

C - Programa de Execução de Obra de Arte Correntes

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
3. Vicinal	Entroncamento TO-222 - Povoado Baviera	405.535,00
Total do Programa		405.535,00

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Execução de Terraplenagem e Pavimentação Asfáltica	5.926.659,00	5.926.659,00	5.926.658,00	5.926.658,00	23.706.634,00
B - Programa de Execução de Obra de Arte Especiais	209.674,00	200.000,00	0,00	0,00	409.674,00
C - Programa de Execução de Obra de Arte Correntes	205.535,00	200.000,00	0,00	0,00	405.535,00
Total da Unidade da Federação	6.341.868,00	6.326.659,00	5.926.658,00	5.926.658,00	24.521.843,00

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIAS DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Nº 376 - Autorizar a implantação de rede distribuição de energia elétrica por meio de travessia no km 096+000m da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/ES, no município de Jaguaré/ES, de interesse da ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. Processo n.º 50505.089789/2015-11.

Nº 377 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica por meio de travessia no km 255+180m da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/ES, no município de Serra/ES, de interesse da ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. Processo n.º 50505.089807/2015-65.

Nº 378 - Autorizar a construção de acesso no km 139+670m, na Pista Norte da Rodovia BR-101/RJ, no município de Carapebus/RJ, de interesse da V. Oliveira de Souza Lanchonete e Restaurante LTDA.. Processo n.º 50505.083377/2015-78.

Nº 379 - Autorizar a readequação de acesso no km 041+200m, na Pista Norte da Rodovia Fernão Dias, BR-381/SP, no município de Atibaia/SP, de interesse da Ellipse Empreendimentos e Incorporações LTDA.. Processo n.º 50515.053406/2015-58.

Nº 380 - Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica por meio de travessia no km 173+300m da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/RJ, nos municípios de Belford Roxo/RJ e Mesquita/RJ, de interesse da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia LTDA.. Processo n.º 50505.109942/2015-34.

Nº 381 - Autorizar a construção de acesso no km 492+400m, na Pista Sul da Rodovia Régis Bittencourt, BR-116/SP, no município de Cajati/SP, de interesse da HL Investment Participações LTDA.. Processo n.º 50515.038282/2015-81.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/355/Legislacao.html.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 510, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.342407/2015-33, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da AUTO VIACAO 1001 LTDA para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros RIO DE JANEIRO(RJ) - ITAPERUNA(RJ) V.PIRAI-MIR, prefixo 07-0988-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO

PORTARIA Nº 511, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.360074/2015-24, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da PLANALTO TRANSPORTES LTDA. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros ERECHIM(RS) - SAO PAULO(SP) VIA UNIÃO DA VITÓRIA, prefixo 10-0276-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO

PORTARIA Nº 513, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.363148/2015-84, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da VIACAO OURO E PRATA S/A para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros CANOINHAS(SC) - CURITIBA(PR), prefixo 16-0028-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO

PORTARIA Nº 516, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.270486/2015-73, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da empresa EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. para implantação de seções no serviço Tubarão (SC) - Curitiba (PR), prefixo nº 16-0990-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO

PORTARIA Nº 517, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.360065/2015-33, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da PLANALTO TRANSPORTES LTDA. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros TUBARAO(SC) - CURITIBA(PR), prefixo 16-0989-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO

PORTARIA Nº 518, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.363145/2015-41, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da VIACAO OURO E PRATA S/A para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros SANTA ROSA(RS) - CURITIBA(PR), prefixo 10-1341-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO

PORTARIA Nº 519, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.363152/2015-42, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Indeferir o requerimento da VIACAO OURO E PRATA S/A para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros JOAÇABA(SC) - CURITIBA(PR), prefixo 16-0940-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO

PORTARIA Nº 520, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.360061/2015-55, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da PLANALTO TRANSPORTES LTDA. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros JOAÇABA (SC) - SÃO PAULO(SP), prefixo 16-1349-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO

PORTARIA Nº 521, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.363140/2015-18, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da VIACAO OURO E PRATA S/A para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros SANTA ROSA(RS) - SÃO PAULO(SP), prefixo 10-0680-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO

PORTARIA Nº 522, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.348637/2015-14, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES LTDA. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros ASSIS(SP) - LONDRINA(PR), prefixo 08-0964-00, para 3 (três) horários diários, por sentido, todos os meses do ano.

Art. 2º Determinar à autorizatária sob regime especial de operação que comunique aos usuários do serviço acerca da redução da frequência mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 379ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Membr

os, Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz (Coordenador), Dra. Anete Vasconcelos de Borborema e Dr. José Garcia de Freitas Júnior (Membros). Aberta a Reunião às 17h, o Coordenador agradeceu a presença de todos.

1. MANIFESTAÇÕES:

1.1 Processo: Autos de Prisão em Flagrante 167-45.2015.7.010301. (MPM 3531/2015).
Origem: 3ª Auditoria da 1ª CJM.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: APF. SUPOSTO DELITO DE LESÕES CORPORAIS LEVÍSSIMAS. AUSÊNCIA DE TIPICIDADE MATERIAL. PRINCIPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DESCLASSIFICAÇÃO ANÔMALA PARA INFRAÇÃO DISCIPLINAR. PLEITO MINISTERIAL DEFERIDO. POSSÍVEL ARQUIVAMENTO IMPLÍCITO. Suposto desrespeito a superior. Requerimento de arquivamento pelo *Parquet* de 1ª instância. Indeferimento judicial. Desrespeito a superior caracterizado. Designação de outro Membro do *Parquet* Militar para oferecer Denúncia.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, deixou de confirmar a promoção de arquivamento e decidiu pela designação de outro Membro do MPM para oferecer Denúncia contra o Soldado do Exército Douglas Felipe Rosas Alves.

1.2 Processo: Procedimento Administrativo de Verificação de Prisão Militar - PAVPM 0000093-71.2015.1501. (MPM 3422/2015).
Origem: PJM Curitiba - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO (FLORIANÓPOLIS-SC). 63º BATALHÃO DE INFANTARIA. Atividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Militar de Curitiba - 3º Ofício Geral. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Instauração de Procedimento Extrajudicial para apurar fatos relativos aos presos. Conversão da Deliberação em diligências para a juntada de documentos.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu converter a deliberação em diligências e solicitar informações complementares à PJM de origem.

1.3. Processo: Procedimento Administrativo de Verificação de Prisão Militar - PAVPM 0000028-37.2015.1701 MPM 3393/2015).
Origem: PJM Recife - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO CARCERÁRIA. VISITA TECNICA DE DEPENDÊNCIA PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DA AERONAUTICA. CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (PARNAMIRIM-RN). Atividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Militar em Recife - 3º Ofício Geral. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação das instalações carcerárias e cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares destinadas aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.4. Processo: Procedimento Administrativo de Verificação de Prisão Militar - PAVPM 0000040-31.2015.1701. (MPM 3415/2015).
Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO CARCERÁRIA. VISITA TECNICA DE DEPENDÊNCIA PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO. 10º COMPANHIA DE ENGENHARIA DE COMBATE (SÃO BENTO DO UNA - PE). Atividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Militar em Recife - 2º Ofício Geral. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação das instalações carcerárias e cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares destinadas aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.5. Processo: Procedimento Administrativo de Verificação de Prisão Militar - PAVPM 0000034-34.2015.1701. (MPM 3419/2015).
Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO CARCERÁRIA. VISITA TECNICA À DEPENDÊNCIA PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO. 4º BATALHÃO DE COMUNICAÇÃO (TEJIPIÓ/PE). Atividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Militar em Recife - 2º Ofício Geral. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação das instalações carcerárias e cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares destinadas aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.6. Processo: Procedimento Administrativo de Verificação de Prisão Militar - PAVPM 0000056-23.2015.1701. (MPM 3412/2015).
Origem: PJM Recife - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO(PAVPM). INSPEÇÃO CARCERÁRIA. VISITA TÉCNICA À DEPENDÊNCIA PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO. 15º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO (JOÃO PESSOA-PB). Atividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Militar em Recife - 1º Ofício Geral. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação das instalações carcerárias e cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares destinadas aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.7. Processo: Procedimento Administrativo de Verificação de Prisão Militar - PAVPM 0000005-97.2015.1701. (MPM 3396/2015).
Origem: PJM Recife- 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO CARCERÁRIA. VISITA TECNICA DE DEPENDÊNCIA PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DA MARINHA. CAPITANIA DOS PORTOS DE PERNAMBUCO (RECIFE-PE). Atividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Militar em Recife - 1º Ofício Geral. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação das instalações carcerárias e cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares destinadas aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.8. Processo: Procedimento Administrativo de Verificação de Prisão Militar - PAVPM 0000060-21.2015.1701. (MPM 3400/2015).
Origem: PJM Recife - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO CARCERÁRIA. VISITA TECNICA À DEPENDÊNCIA PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO. 31º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO (CAMPINA GRANDE/PB) . Atividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Militar Recife - 1º Ofício Geral. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação das instalações carcerárias e cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares destinadas aos presos disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.9. Processo: Procedimento Administrativo 0000215-34.2015.1105. (MPM 3173/2015).
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DE MILITAR. CRIME DE ABANDONO DE POSTO - ARTIGO 195 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. Atuação da Polícia Judiciária Militar. Legalidade da prisão. Remessa do APF à Justiça Militar no prazo legal. Arquivamento na instância homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.10. Processo: Procedimento Administrativo 0000189-44.2015.1106. (MPM 3133/2015).
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO DE PRISÃO DE CIVIL. CONDENAÇÃO PELA JUSTIÇA MILITAR, COM TRÂNSITO EM JULGADO- ARTIGO 251 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. Atuação da Polícia Judiciária Estadual. Prisão de civil decorrente de mandado expedido pela 3ª Auditoria da 1ª CJM. Revogação do *sursis*. Legalidade da prisão. Remessa da comunicação ao Juízo de Execução na Justiça Militar. Arquivamento na instância homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.11. Processo: Procedimento Administrativo 0000187-45.2015.1106. (MPM 3366/2015).
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DE MILITAR. CRIME DE ABANDONO DE POSTO - ARTIGO 195 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. Atuação da Polícia Judiciária Militar. Legalidade da prisão. Remessa do APF à Justiça Militar no prazo legal. Arquivamento na instância homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.12. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000002-77.2014.1701. (MPM 0425/2015).
Origem: PJM Recife - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PEÇA DE INFORMAÇÃO. NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA. SUPOSTA OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADE EM PROCESSO DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS. Licitação

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

aberta pela Administração Militar para a prestação de serviços de aprovisionamento. Cotação de preços. Suspensão do certame por decisão do Comando. Inexistência de ilegalidade. Arquivamento na instância.
Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.13. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000015-31.2015.1301. (MPM 1600/2015).
Origem: PJM Porto Alegre - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO REFERENTE AO NÃO FORNECIMENTO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. ESCLARECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MILITAR NO
SENTIDO DA ENTREGA DO DOCUMENTO NO PRAZO LEGAL. Perda de objeto. Arquivamento. Homologa-se o arquivamento da Notícia de Fato em face da ausência de indícios de crime de qualquer
natureza.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.14. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000122-29.2015.1106. (MPM 2326/2015).
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO ANONIMA. SUPOSTA PRÁTICA DE MAUS-TRATOS A MILITAR PRESO EM DEPENDÊNCIA PRISIONAL DE OM DO EXÉRCITO. Visita técnica de membro do
MPM. Entrevista com presos da carceragem. Recomendações do MP para melhoria das instalações. Improcedência da denúncia de maus-tratos. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.15. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000002-92.2015.1202. (MPM 1093/2015).
Origem: 2ª PJM São Paulo - 3º Oficio Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA ANÔNIMA. SUPOSTA CONCESSÃO IRREGULAR DE FÉRIAS. USO INDEVIDO DE DINHEIRO PÚBLICO. FRAUDE NA CONCESSÃO DE AUXÍLIO-
TRANSPORTE. REQUISIÇÃO PELO MPM DE IPM PARA APURAR FATOS RELATIVOS À CONCESSÃO IRREGULAR DE AUXÍLIO-TRANSPORTE. Ausência de comprovação dos demais fatos.
Arquivamento. Homologa-se o arquivamento do Procedimento Extrajudicial, cujos fatos já são objeto de investigação em IPM instaurado, bem como por não terem sido comprovados os demais
fatos noticiados.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.16. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000037-20.2015.1301. (MPM 2474/2015).
Origem: PJM Porto Alegre - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SINDICÂNCIA. SUPOSTA PRÁTICA DE MAUS-TRATOS. PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL. Denúncia de maus-tratos contra Soldado-Recruta, atribuída à Soldado antigo.
Improcedência. Fato restrito ao âmbito disciplinar. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.17. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000044-83.2014.1401.(MPM 1099/2015).
Origem: PJM Juiz de Fora - 2º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. MILITAR ESTADUAL. AMEAÇA. AUSÊNCIA DAS CONDIÇÕES ELENCADAS NO ARTIGO 9º DO CPM. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO.
PARQUET ESTADUAL. Homologa-se o declínio de atribuição, uma vez que restou afastada a atribuição do Ministério Público Militar da União.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o *declínio de atribuições* em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

1.18. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000134-23.2015.1106. (MPM 2662/2015).
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: PEÇA DE INFORMAÇÃO. NOTÍCIA DE FATO. COMUNICAÇÃO TELEFÔNICA AO DISQUE DIREITOS HUMANOS DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
Alegação de abuso praticado contra paciente em tratamento médico na Unidade Integrada de Saúde Mental da Marinha - UISM. Internação psiquiátrica involuntária de militar reformado recolhido ao Presídio
Naval por prisão preventiva decretada pela Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Improcedência da denúncia. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.19. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000006-12.2015.2101. (MPM 1533/2015).
Origem: PJM Brasília - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. HOSPITAL MILITAR DE BRASÍLIA. EXÉRCITO BRASILEIRO. DOCUMENTOS ACAUTELADOS. Transferência do local de acondicionamento. IPM ainda em curso.
Homologa-se o arquivamento da Peça de Informação por ausência de interesse jurídico na continuidade do Procedimento.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.20. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000058-49.2014.1701. (MPM 2191/2015).
Origem: PJM Recife - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA ANÔNIMA. EXÉRCITO BRASILEIRO. SUPOSTO DELITO DE SUPRESSÃO DE DOCUMENTOS COM O FIM DE GARANTIR PROMOÇÃO
HIERÁRQUICA. Diligências. Afirmações inverossímeis. Arquivamento. Homologa-se o arquivamento da Notícia de Fato na hipótese de não terem sido confirmados os fatos descritos na inicial.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.21. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000040-22.2014.2101. (MPM 1484/2015 e 3567/2015).
Origem: 2ª PJM Brasília - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DOCUMENTOS JÁ ANALISADOS PELO *PARQUET* DAS ARMAS EM INQUÉRITO POLICIAL ORIUNDO DA 12ª VARA DO DISTRITO FEDERAL NÃO CONSTITUEM NOVA
PROVA HÁBIL A REABRIR AS INVESTIGAÇÕES. Arquivamento. Homologa-se o arquivamento do Procedimento Extrajudicial, cujos fatos já foram objeto de apuração em Inquérito
Policial.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.22. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000020-41.2015.1701. (MPM 1034/2015).
Origem: PJM Recife - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO NARRANDO FATOS DE INDOLE ADMINISTRATIVA OCORRIDOS EM URUGUAIANA/RS. Arquivamento não homologado. Remessa dos autos à PJM em
Bagé/RS. Considerando-se que os fatos relatados ocorreram na esfera de atribuição da Procuradoria de Justiça Militar em Bagé/RS, para tal PJM devem ser encaminhados.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, deixou de homologar o arquivamento e decidiu remeter os autos à PJM de Bagé, para manifestação necessária.

1.23. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000006-39.2015.1801. (MPM 2354/2015).
Origem: PJM Belém - 3º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. MENSAGEM ELETRÔNICA. AERONÁUTICA. SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM FACE DE LICENCIAMENTO *EX OFFÍCIO*.
Inocorrência. Questão administrativa. Ausência de crime militar. Arquivamento. Homologa-se o arquivamento da Notícia de Fato na hipótese de ausência de crime militar.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.24. Processo: Notícia de Fato (PI) 000001-44.2015.1202. (MPM 2182/2015).
Origem: 2ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. EXÉRCITO BRASILEIRO. MILITAR. ASSÉDIO MORAL. PERSEGUIÇÃO. AGRESSÃO FÍSICA. CRIME MILITAR. NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS
ALEGADOS NA REPRESENTAÇÃO. Retratação. Arquivamento. Homologa-se o arquivamento da Peça de Informação na hipótese de ausência de crime militar.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.25. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000004-49.2015.1701. (MPM 1013/2015).
Origem: PJM Belém - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTA PRÁTICA DO DELITO DESCRITO NO ARTIGO 172 DO CPM EM EVENTO OCORRIDO NO ESTADO DO CEARÁ. Remessa dos autos do IPM à PJM/PE, para apurar notícia de
eventual venda de uniformes, para civis, por empresa situada na cidade de Natal/RN. Atipicidade dos fatos. Arquivamento. Homologase o arquivamento da Notícia de Fato, na hipótese de não terem sido
comprovados os fatos noticiados.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador, Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz, declarou finda a reunião às 18h45 . Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

PÉRICLES AURÉLIO L. DE QUEIROZ
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Coordenador

RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ
Secretária

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 208, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Regulamenta o uso do sistema eletrônico para gestão, registro, acompanhamento e armazenamento de documentos e processos administrativos digitais no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 166, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o processo autuado no Tabularium sob o nº 08191.030940/2015-20 e de acordo com a deliberação na 235ª Sessão Ordinária, realizada no dia 10 de dezembro de 2015, e

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção da capacidade e da eficiência do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios na análise dos procedimentos internos de sua responsabilidade e no pleno exercício de suas atribuições constitucionais e legais;

CONSIDERANDO a importância da extração de dados estatísticos precisos e da melhoria do uso das informações processuais, essenciais à gestão do Ministério Público, mantendo e aperfeiçoando o controle e o conhecimento das informações sobre o andamento e o trâmite dos processos internos no âmbito da Instituição;

CONSIDERANDO o avanço significativo no acesso, manipulação e distribuição da informação através dos diversos setores da Instituição e a sua fundamental importância no desempenho funcional dos membros do Ministério Público e seus serviços auxiliares;

CONSIDERANDO que a importância dos recursos de informática no desempenho dos membros e na própria atividade-fim do Ministério Público justifica o uso do poder normativo deste Conselho, nos termos do artigo 166, inciso I, da LC 75/93;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial; e,

CONSIDERANDO, finalmente, a Portaria Normativa nº 179, de 28 de julho de 2011, da Procuradoria-Geral de Justiça, que institui o Sistema de Gestão de Documentos Digitais - Tabularium; resolve:

Expedir a presente Resolução com a finalidade de regulamentar o uso e o acesso, por Conselheiros do MPDFT e seus serviços auxiliares, do sistema Tabularium e demais sistemas informatizados do MPDFT no registro, armazenamento, acompanhamento e gestão de documentos e processos administrativos digitais no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 1º Os processos administrativos instaurados no âmbito do Conselho Superior deverão ser registrados, armazenados, autuados e tramitados na forma digital, por meio do sistema Tabularium.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput aos procedimentos previstos nos CAPÍTULOS I a X, da Resolução nº 170, de 9 de maio de 2014, do Conselho Superior, entre outros procedimentos de sua atribuição:

I - Atos normativos;
II - Promoções;
III - Afastamentos para estudos;
IV - Processos disciplinares;
V - Processos relativos ao estágio probatório;
VI - Procedimentos de remoção ou o de disponibilidade por interesse Público;
VII - Propostas legislativas;
VIII - Concurso para ingresso na carreira do MPDFT;
IX - Procedimentos para a criação, modificação ou extinção de Procuradoria ou Promotoria de Justiça.

§ 2º Os procedimentos já autuados em meio físico que estiverem em apreciação quando da edição desta Resolução deverão prosseguir em meio físico até o devido arquivamento.

Art. 2º Os documentos e processos administrativos remetidos ao Conselho Superior pelos órgãos e serviços auxiliares do MPDFT em meio físico deverão, sempre que possível, ser convertidos ao meio digital.

Parágrafo único. A Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão e a Corregedoria-Geral serão orientadas a optar, preferencialmente, pelo meio digital quando do encaminhamento de documentos e processos administrativos ao Conselho Superior.

Art. 3° A distribuição dos processos administrativos digitais será aleatória e realizada por sistema eletrônico, nos termos do CAPÍTULO XII, "DA DISTRIBUIÇÃO", da Resolução nº 170, de 9 de maio de 2014, do Conselho Superior.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 4º Ao Conselheiro e aos seus serviços auxiliares incumbe:

I - Acompanhar periódica e rotineiramente os procedimentos em que foi designado relator;

II - Examinar os procedimentos sob sua responsabilidade e neles lançar a necessária manifestação processual no prazo legal;

III - Comunicar aos órgãos da Administração Superior, sem prejuízo das medidas cabíveis e de sua responsabilidade, qualquer intercorrência na utilização dos sistemas informatizados;

IV - Utilizar-se dos meios adequados nos sistemas informatizados para assegurar o sigilo dos procedimentos que assim o requererem.

Art. 5º À Administração Superior, por meio dos serviços auxiliares por ela indicados, compete:

I - Proporcionar continuamente treinamento e capacitação a membros e servidores para o acesso e uso dos sistemas informatizados essenciais para o cumprimento desta Resolução;

II - Assegurar suporte para configuração de equipamentos de propriedade do MPDFT, bem como orientações, na forma de tutoriais, para a configuração de equipamentos pessoais de membros e servidores, para correta utilização dos sistemas informatizados;

III - Providenciar a atualização, nos equipamentos de propriedade do MPDFT, dos softwares necessários para o adequado acesso e uso dos sistemas informatizados;

IV - Comunicar as alterações relevantes dos sistemas informatizados, com antecedência necessária, ressalvadas hipóteses excepcionais e imprevisíveis.

Art. 6° Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça e homologados pelo Conselho Superior.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO ROSCOE BESSA
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior

ADAUTO ARRUDA DE MORAIS
Procurador de Justiça
Conselheiro-Relator

ANA LUISA RIVERA
Procuradora de Justiça
Conselheira-Secretária

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 210, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 1ª PRODEP, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.019662/15-16, que tem como interessados: Arthur Bernardes; Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP; De Paula Engenharia e Comércio Ltda; Kelly Cristina de Paula e Paulo Otávio Alves Pereira em prática de improbidade administrativa por lesão ao erário e enriquecimento ilícito.

ROBERTO CARLOS SILVA

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 67, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a descentralização externa de créditos orçamentários e repasse de recursos financeiros para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da competência que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso I, alínea "d", da Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2015, e considerando as informações constantes do processo nº TC-028.086/2015-5, resolve:

Art. 1º Fica autorizada, na forma do Anexo Único desta portaria, a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros, para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Unidade Orçamentária 61201, destinada à UG 113601, Gestão 11302, no valor de R$ 5.538,20 (cinco mil quinhentos e trinta e oito reais e vinte centavos), para atender ao dispêndio decorrente da contratação de facilitador que atuou no curso "Ead - Indicadores de Educación", realizado no período de 3/11/2015 a 30/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO CAIXETA

ANEXO ÚNICO

Grupo Natureza de Despesa: Outras Despesas Correntes

Atividade	Natureza de Despesa	Descrição	Valor (em R$)
01.032.0550.4018.0001 Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais (PO 0002 - Capacitação de Recursos Humanos)	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.538,20

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO Nº 350, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 17.775.185,00 (dezessete milhões, setecentos e setenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 40 da Lei n.º 13.080, de 02 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015) c/c o art. 4º da Lei n.º 13.115, de 20 de abril de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2015), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 15, de 28 de abril de 2015 e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 3, de 5 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, crédito suplementar, tipo 401 com compensação, no valor global de R$ 17.775.185,00 (dezessete milhões, setecentos e setenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN

ANEXO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/ PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							17.775.185
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							17.775.185
02 122	0571 20TP 0035	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo	F	1	1	90	0	100	17.775.185
									17.775.185
TOTAL - FISCAL									17.775.185
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									17.775.185

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/ PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							17.775.185
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							17.775.185
02 122	0571 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	17.775.185
									17.775.185
TOTAL - FISCAL									17.775.185
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									17.775.185

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 160, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera e dá nova redação à Resolução CFB nº 140/2013 que dispõe sobre os procedimentos contábil, financeiro, patrimonial e orçamentário do Sistema CFB/CRB.

A Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas pela Lei nº 4.084/62, pelo Decreto nº 56.725/65 e Lei n° 9.674/98;

Considerando a necessidade de normatizar e padronizar os procedimentos contábil, financeiro, patrimonial e orçamentário, de acordo com as disposições legais aplicáveis e demais comandos do Tribunal de Contas da União (TCU);

Considerando, ainda, a necessidade de estabelecer o cronograma de apresentação dos processos de prestação de contas do Sistema CFB/CRB; resolve:

Art. 1º Os processos de proposta orçamentária, reformulação orçamentária, e prestação de contas mensal e anual do Sistema CFB/CRB, serão submetidos ao Plenário do CFB para aprovação, após:

a) análise circunstanciada, realizada pela Assessoria Contábil do CFB;

b) análise da Tesouraria do CFB; e

c) análise, com parecer conclusivo da Comissão de Tomada de Contas (CTC) do CFB.

§1º Compete ao Plenário do CFB julgar os processos contábil, financeiro, patrimonial e orçamentário do Sistema CFB/CRB.

§ 2º No julgamento dos processos, incluindo o de auditoria, se houver, o Plenário do CFB decidirá pela REGULARIDADE, REGULARIDADE COM RESSALVA ou pela IRREGULARIDADE das contas.

§ 3º A decisão de julgamento pela REGULARIDADE COM RESSALVA das contas, implicará na obrigação do respectivo CRB corrigi-las, no período seguinte, sob pena de serem julgadas pela sua IRREGULARIDADE.

§ 4º A decisão de julgamento pela IRREGULARIDADE das contas implicará na instauração de processo administrativo de sindicância ou inquérito para apurar as responsabilidades e, caso necessário, desde que aprovado por maioria do Plenário, no afastamento preventivo dos responsáveis enquanto durar a realização dos trabalhos da referida Comissão.

Art. 2º Todos os processos deverão ser formalizados com capa padronizada adotada pelo Sistema CFB/CRB, tendo suas folhas numeradas, carimbadas e rubricadas.

§ 1º O verso das folhas, quando em branco, deverá conter carimbo medindo 7cm X 2,5cm, com os dizeres "EM BRANCO", a fim de evitar acréscimos indevidos.

§ 2º Todas as peças contábeis dos processos deverão conter as assinaturas do Presidente, Tesoureiro e Assessor Contábil.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 3º Os processos deverão ser finalizados com o extrato de ata de aprovação do Plenário do CFB e arquivados em sua sede.

Art. 3° Anualmente, até 31 (trinta e um) de dezembro de cada exercício, o CFB fará publicar as propostas orçamentárias do Sistema CFB/CRB.

§ 1º O Sistema CFB/CRB deverá elaborar o processo de proposta orçamentária, contendo as seguintes peças, na ordem estabelecida abaixo:

a) ofício de encaminhamento;
b) projetos e plano de metas com os devidos orçamentos;
c) quadro geral da receita e despesa;
d) demonstrativo analítico da receita;
e) demonstrativo analítico da despesa;
f) demonstrativo da receita arrecadada nos últimos 3 anos;
g) demonstrativo da despesa realizada nos últimos 3 anos;
h) parecer da assessoria contábil;
i) parecer da Comissão de Tomada de Contas; e
j) extrato de ata da Sessão Plenária que aprovou o processo.

§ 2º O prazo para remessa do processo de proposta orçamentária do Sistema CFB/CFB à presidência do CFB, será até o dia 31 de outubro de cada ano.

Art. 4° Será obrigatória a abertura de créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários, conforme determina o Art. 41 da Lei 4.320/64, quando:

a) a dotação orçamentária não for suficiente para o que se pretende realizar;
b) houver despesa não prevista no orçamento inicial;
c) houver despesas urgentes ou imprevistas em casos de guerra, comoção intestina ou calamidade pública;

§ 1° O prazo para remessa do último processo de reformulação orçamentária do Sistema CFB/CRB à presidência do CFB será até o dia 31 de outubro de cada ano.

§ 2° É proibido, sob pena de responsabilidade, realizar despesas sem previsão orçamentária, salvo em casos emergenciais, cujas despesas deverão ser, imediatamente, retificadas na reformulação orçamentária.

§ 3° Caracteriza ato de improbidade administrativa o não cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 5º O Sistema CFB/CRB deverá elaborar o processo de reformulação orçamentária, contendo as seguintes peças, na ordem estabelecida abaixo:

I - ofício de encaminhamento;
II - quadro geral da receita e despesa;
III - demonstrativo analítico da receita;
IV - demonstrativo analítico da despesa;
V - justificativa da proposição da reformulação orçamentária;
VI - parecer da assessoria contábil;
VII - parecer da Comissão de Tomada de Contas; e
VIII- extrato da ata da Sessão Plenária que aprovou o processo.

Art. 6º O Sistema CFB/CRB deverá elaborar o processo de prestação de contas mensal, contendo as seguintes peças, na ordem estabelecida abaixo:

I - ofício de encaminhamento;
II - balancete de verificação patrimonial: ativo, passivo, variação patrimonial diminutiva, variação patrimonial aumentativa e contas de controle;
III - balancete de verificação financeiro;
IV - balancete de verificação orçamentário;
V - demonstrativo das variações patrimoniais;
VI- cópias dos extratos bancários de contas correntes, aplicações e poupança;
VII - cópia da conciliação bancária do mês da referência;
VIII - demonstrativo da cota parte;
IX - parecer da Comissão de Tomada de Contas; e
X - extrato de ata do Plenário que aprovou o processo.

§ 1º O prazo para remessa do processo de prestação de contas mensal do Sistema CFB/CRB para a presidência do CFB será até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

§ 2º Em ano de eleição no CFB, os balancetes referentes aos meses de janeiro a junho deverão estar aprovados até a plenária que anteceder a data de indicação do delegado eleitor, sob pena de ficar o CRB impedido de indicar delegado eleitor às eleições para a composição do Plenário do CFB.

Art. 7º O Sistema CFB/CRB deverá elaborar o processo de prestação de contas anual contendo as seguintes peças na ordem estabelecida abaixo:

I - ofício de encaminhamento;
II -rol de responsáveis da diretoria do respectivo conselho, devidamente qualificados: RG, CPF e endereço completo e período de mandato;
III - relatório de atividades;
IV - comparativo da receita orçada com a arrecadada - janeiro a dezembro;
V - comparativo da despesa orçada com a realizada - janeiro a dezembro;
VI - balanço financeiro - janeiro a dezembro;
VII - balanço patrimonial;
VIII - balanço patrimonial comparado - dezembro do exercício anterior com dezembro do exercício atual;
IX - demonstração das variações patrimoniais - janeiro a dezembro;
X - demonstrativo dos fluxos de caixa do exercício anterior e do exercício atual;
XII - justificativa do déficit patrimonial e financeiro, se houver;
XIII - justificativa dos valores inscritos em devedores da entidade e diversos responsáveis, se houver;
XIV - declaração de bens da diretoria do respectivo conselho atendendo o disposto na Lei nº 8.730/93, e na IN/TCU nº 67 de 2011, elaborada com base no Modelo constante do Anexo I da IN/TCU/nº 67/2011.
XV - Certidão de Regularidade do FGTS;
XVI - Certidão Estadual;
XVII - Certidão da Receita Federal;
XVI - Parecer da Comissão de Tomada de Contas; e
XVII - Ata da Sessão Plenária que aprovou o processo.

§ 1º O prazo para a remessa do processo de prestação de contas anual dos CRB ao CFB, será até o dia 25 (vinte e cinco) de fevereiro do exercício subsequente.

§ 2º Em ano de eleição no CFB, a prestação de contas do ano anterior deverá estar aprovada até a Plenária que anteceder a data de indicação do delegado eleitor, sob pena de ficar o CRB impedido de indicar delegado eleitor às eleições para a composição do plenário do CFB.

Art. 8° A contabilidade do Sistema CFB/CRB deve ser feita nos moldes da contabilidade pública obedecendo aos seguintes critérios e condições:

I - a contabilidade dos Conselhos Federal e Regionais será realizada observando critérios de orientação, controle e registro das atividades de administração financeira e patrimonial, que contemplem todos os atos e fatos relativos à gestão patrimonial, orçamentária, financeira e da guarda e administração de bens do Sistema CFB/CRB;

II - todo ato de gestão financeira, que crie, modifique ou extinga direito ou obrigação de natureza pecuniária, será firmado por documento que comprove o registro na contabilidade classificado na conta apropriada;

III - os débitos e os créditos serão registrados com individualização do credor e do devedor, mediante especificação da natureza e da importância;

IV - toda e qualquer operação deve ser contabilizada, exclusivamente em documento legal e contabilmente aceito em contabilidade pública;

V - os documentos comprobatórios das operações devem ser arquivados sem rasuras, rigorosamente em ordem cronológica e com as folhas numeradas sequencialmente;

VI - o registro contábil só será feito após cuidadoso exame do documento;

VII - a escrituração deve ser mantida rigorosamente em dia, com os registros contábeis processados diariamente e as conciliações bancárias feitas mensalmente;

VIII - os documentos contábeis devem ser conservados em arquivo do respectivo Conselho obedecidos prazos e critérios definidos na Tabela de Temporalidade atualizada;

IX - os livros diário e razão deverão ser encadernados anualmente e arquivados obedecidos prazos e critérios definidos na Tabela de Temporalidade atualizada;

X - o livro diário deverá ser registrado em cartório;

XI - todo documento contábil, inclusive de suprimento de fundos, deve estar autorizado pelo ordenador de despesas;

XII - a contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis;

XIII - o levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade;

XIV - o CFB estabelecerá o plano de contas único e a padronização dos registros contábeis para o Sistema CFB/CRB; e

XV - o exercício financeiro do Sistema CFB/CRB encerra-se no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Art. 9° Compete aos Tesoureiros do Sistema CFB/CRB, acompanhar e fiscalizar as receitas devidas aos respectivos Conselhos pelas pessoas físicas e jurídicas, propondo à Presidência a adoção de medidas administrativas e legais que mantenham a sua capacidade de arrecadação.

Art. 10 Compete à CTC do CFB, verificar o cumprimento das obrigações do CRB pertinentes às peças que compõem os processos contábeis e a verificação dos valores devidos e repassados ao CFB pelos CRB.

Art. 11 Constitui receita do Conselho Federal de Biblioteconomia as fontes de renda previstas nos dispositivos legais da Lei 4.084/62 e Decreto 56.725/65, sem qualquer abatimento de custos e despesas, da seguinte forma:

I - ¼ (um quarto) da taxa de expedição da carteira profissional;
II - ¼ (um quarto) da anuidade;
III - ¼ (um quarto) das multas aplicadas de acordo com a legislação;
IV - ¼ (um quarto) da renda de certidões, diretamente recebidas pelo CFB;
V - doações; e,
VI - subvenções dos governos.

Art. 12 Constitui receita dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia as fontes de renda previstas nos dispositivos legais da Lei 4084/62 e Decreto 56.725/65, sem qualquer abatimento de custos e despesas, da seguinte forma:

I - 3/4 (três quartos) da renda proveniente da expedição de carteiras profissionais;
II - ¾ (três quartos) da anuidade;
III - ¾ (três quartos) das multas aplicadas de acordo com a Legislação;
IV - ¾ (três quartos) da renda das certidões.
V - doações; e
VI - subvenções dos governos.

§ 1º Os valores das anuidades, taxas de emolumentos e preços de serviços e multas serão fixados pelo CFB, na forma da Lei 4.084/62, Decreto 56.725/65 e Lei 12.514/2011.

§ 2º A cobrança de anuidades, taxas, emolumentos, preços de serviços e multas será realizada, mensalmente, pelo sistema de cobrança compartilhada, para assegurar o recebimento simultâneo dos percentuais pelos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia, nos termos de Resolução CFB nº 22 de 14 de agosto de 2000.

§ 3º Fica proibido o recebimento de anuidades, taxas, emolumentos, preços de serviços e multas na sede dos CRB o que será feito, exclusivamente, por via bancária.

§ 4º Compete à Diretoria de cada CRB determinar a propositura de ação judicial para cobrança de seus créditos, sob pena de responsabilidade pessoal.

§ 5º Os recursos financeiros dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia deverão ser aplicados em papeis de renda fixa lastreados em Títulos do Tesouro Nacional, depósitos a prazo fixo ou Caderneta de Poupança por meio do Banco do Brasil e/ou Caixa Econômica Federal.

§ 6° A renda do Sistema CFB/CRB deve ser aplicada na organização e no funcionamento administrativo, nos serviços de fiscalização do exercício profissional das atividades relativas ao bibliotecário, nos termos de suas competências legais e regimentais, bem como nos serviços que concorram para elevar os padrões qualitativos decorrentes do exercício destas profissões, em benefício da sociedade, tais como campanhas de valorização da profissão, de regularização de débitos, eventos técnicos de capacitação profissional, desde que estejam contemplados no Plano de Metas com orçamento devidamente justificado.

Art. 13° O acompanhamento da execução orçamentária será feito pela Tesouraria e Assessoria Contábil, mediante classificação em conta adequada, cabendo-lhes a responsabilidade pela ação ou omissão.

Art. 14° Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, revogando-se a Resolução CFB nº 140 de 6 de dezembro de 2013 e demais disposições em contrário.

REGINA CÉLI DE SOUSA

RESOLUÇÃO Nº 161, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a Carteira de Identidade Profissional do Bibliotecário (CIP) dando nova redação à Resolução CFB nº 356/1989.

A Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, o Decreto nº 56.725 de 16 de agosto de 1965, a Lei 9.674 de 25 de junho de 1998 e o Regimento Interno do CFB e,

Considerando a necessidade de zelar pela imagem e segurança da identificação do profissional bibliotecário;

Considerando a Lei nº 6.206, de 07 de maio de 1975, que confere validade em território nacional como prova de identidade, para qualquer efeito, à carteira emitida pelos conselhos profissionais;

Considerando o inciso III do art. 2º, da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, que garante que a identificação civil possa ser atestada por meio da carteira de identidade emitida pelos conselhos profissionais;

Considerando a necessidade de modernização e segurança da identificação do Bibliotecário registrado nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB), integrantes do Sistema CFB/CRB, resolve:

Art. 1º Referendar a emissão da Carteira de Identidade Profissional do Bibliotecário (CIP), instituída pela Resolução CFB nº 356/1989, no âmbito do Sistema CFB/CRB, documento válido como prova de identidade e habilitação para o exercício da profissão de Bibliotecário, em todo o território nacional.

Parágrafo Único. A CIP tem fé pública, para todos os efeitos legais, de acordo com a Lei no 6.206/75.

Art. 2º O modelo da CIP possui as seguintes características:

I - Formato fechado: altura: 11,5cm e largura: 7,5 cm;
II - Formato aberto: altura: 11,5cm e largura: 16,5cm;
III - Cor da capa: vermelho vinho;
IV - Papel da capa: papelão revestido de couro;
V - Encadernação especial, costurada;
VI - Papel do miolo: offset branco, gramatura 75g/m²
VII - Cor do miolo: branco;
VIII -Cor da impressão do miolo: preta;
IX - Nº de páginas do miolo: 16 folhas.

§ 1º A primeira e a quarta capas são de papelão recoberto por couro de granulação fina e cor vermelho vinho.

§ 2º A segunda e a terceira capa são recobertas por papel tipo couro de tonalidade semelhante à do forro da face externa.

§ 3º A primeira e a quarta capas constituem peça única, medindo, em formato fechado, 11,5 cm de altura por 7,5 cm de largura.

§ 4º A primeira capa é impressa com aplicação de Hot Stamp Ouro, apresenta: as Armas da República, encimadas pelo designativo CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA e tendo abaixo a expressão CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL, gravada acima do designativo da profissão do portador, BIBLIOTECÁRIO.

§ 5º As folhas de guarda são duas, formadas por prolongamentos da forração da segunda e terceira capas e têm cantos em ângulo arredondado.

§ 6º O miolo, composto de 16 folhas, possui medidas e cantos idênticos aos das folhas de guarda.

§ 7º As folhas do miolo deverão ser rubricadas pelo Presidente do CRB.

§ 8º As folhas são destinadas a identificar e receber assentamentos referentes à vida profissional do portador.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º As folhas conterão, respectivamente:

I - Anverso da folha de rosto, as mesmas informações da capa, acrescentando abaixo do Brasão, no centro da folha, espaço para o número da jurisdição do Conselho Regional: ____Região;

II - Verso da folha de rosto, informações referentes ao número de folhas, local e data de expedição, assinatura do Presidente e identificação da Região expedidora da Carteira, com os seguintes dizeres:

"Contém esta Carteira 16 folhas, numeradas sequencialmente e assim rubricadas por mim", seguida de espaço para a rubrica do Presidente, local, data, assinatura e número da Região;

III- Anverso da folha 2: número de inscrição no CRB, tendo abaixo a expressão: CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL, impressa, nome completo do profissional, quadro (código) a que pertence a profissão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), filiação, nacionalidade, naturalidade e data de nascimento.

IV - Verso da folha 2: destinado a "Observações" com entrelinhas em toda a folha;

V - Anverso da folha 3 - identificação da formação profissional, indicando ser portador de diploma de: com denominação da Instituição de ensino, número de registro no órgão competente e data de formatura; rodapé com os seguintes dizeres: "Profissão regulamentada pela Lei nº 4.084, de 30.06.1962, e Decreto nº 56.725, de 16.08.1965";

VI - Verso da folha 3: em branco;

VII - Anverso da folha 4: local e data da expedição da Carteira, assinatura do Presidente do CRB, assinatura do profissional, fotografia de frente, tamanho 3x4 cm, devidamente carimbada pelo CRB (carimbo em relevo) tendo os dizeres abaixo da mesma: "Só tem valor com carimbo do CRB", impressão dactiloscópica do polegar direito;

VIII - Verso da folha 4: em branco, destinado ao carimbo e assinatura do Presidente do CRB;

IX - Anverso da folha 5: compromisso profissional nos seguintes termos: "Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de Bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana", subscrito com assinatura do profissional;

X - Verso da folha 5: em branco;

XI - Verso e Anverso das folhas 6 a 11: destinado a "Anotações", sem entrelinhas, observado o disposto no Art. 13 desta Resolução

XII - Verso e Anverso das folhas 12 a 14: destinado a "Transferência de inscrição", indicando o número do CRB de origem e número do CRB ao qual é transferido, data de aprovação e assinatura do Presidente do CRB;

XIII Verso e Anverso da folha 15: destinado a "Registro Secundário".

XIV - Anverso da folha 16 - nota com os seguintes dizeres:

a) Esta Carteira deve ser apresentada juntamente com o recibo de pagamento de anuidade do ano corrente;

b) A Carteira de Identidade Profissional de Bibliotecário é válida em todo o território nacional, como prova de identidade para qualquer efeito, de acordo com art. 1º da Lei nº 6.206, de 07.05.1975, e art. 20, letra "a" da Lei nº 4.084, de 30.06.1962.

Art. 4º Não tem valor legal a CIP que contiver rasura.

Art. 5º A confecção das Carteiras será de responsabilidade do CFB, sendo repassadas aos CRB mediante encomenda e ressarcimento de despesa.

Parágrafo Único- As solicitações dos CRB deverão ser feitas com um prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 6º A expedição da CIP é sujeita ao pagamento da respectiva taxa fixada por Resolução do CFB, de acordo com legislação específica.

Art. 7º Os processos referentes à expedição de CIP deverão ter tramitação prioritária nos CRB.

Art. 8º O Presidente do CRB poderá determinar a expedição de outra via da CIP, mediante requerimento do interessado ao CRB nos seguintes casos:

a) perda, extravio ou inutilização da CIP;

b) por se encontrar em mau estado de conservação;

c) por ter se esgotado os espaços para "Anotações";

d) por ter se esgotado os espaços para "Transferência de Inscrição" .

Art. 9º Para expedição de nova via será exigido do profissional:

I. requerimento de nova via, com indicação de seu número de inscrição, justificação e comprovação, se houver;

II. comprovação do recolhimento da anuidade do exercício em curso;

III. comprovação do recolhimento da taxa respectiva, fixada pelo CFB, para ambos os casos;

IV. uma fotografia de frente 3x4 cm em fundo branco.

Parágrafo Único. Em caso de mau estado de conservação, a CIP danificada deverá ser juntada ao requerimento.

Art. 10 Requerida a substituição da CIP, a Secretaria do CRB à vista dos assentamentos e por solicitação do interessado, expedirá certidão, assinada pelo Presidente, com vigência de 30 (trinta) dias, prorrogáveis se necessário, a fim de assegurar ao requerente a continuidade do exercício profissional.

Parágrafo Único. Na certidão deverão constar todos os dados referentes ao requerente.

Art. 11 Providenciada nova via, a antiga CIP será devolvida ao profissional, após aposição de carimbo nas fls. 1, 2 e 3, com o termo "Substituída";

Art. 12 Na CIP deverão constar os seguintes tipos de anotações:

I. assentamentos referentes a exercício de mandatos de Conselheiros federal ou regional, participação em comissões especiais no âmbito do SISTEMA CFB/CRB, mediante requerimento do interessado;

II. infrações disciplinares;

III. penalidades.

Art. 13 Esgotado o espaço destinado a anotações e transferências de inscrição, deve o profissional requerer nova CIP, anexando a Carteira vencida ao pedido, sendo esta devolvida junto com a nova, com as necessárias anotações.

Parágrafo Único. A expedição de nova CIP por falta de espaço para anotações é sujeita ao pagamento de taxa fixada por Resolução, pelo CFB.

Art. 14 A exibição da CIP pode ser exigida pelas autoridades em qualquer momento, a fim de constatar a habilitação legal para o exercício da profissão de Bibliotecário, bem como sua situação junto ao setor financeiro do CRB.

Art. 15 Em caso de cancelamento, após as devidas anotações na CIP, a mesma deve ser devolvida ao Bibliotecário.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando-se a Resolução 356/1998 e demais disposições em contrário.

REGINA CÉLI DE SOUSA

RESOLUÇÃO Nº 162, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a Cédula de Identidade do Bibliotecário(CIB)

A Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas pela Lei nº 4.084/62, pelo Decreto nº 56.725/65 e Lei n° 9.674/98;

Considerando a necessidade de zelar pela imagem e segurança da identificação do profissional bibliotecário;

Considerando a necessidade de modernização e segurança da identificação do Bibliotecário registrado nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB), integrantes do Sistema CFB/CRB, resolve:

Art. 1º Referendar a emissão da Cédula de Identidade do Bibliotecário (CIB), instituída pela Resolução 356/1989, no âmbito do Sistema CFB/CRB, como documento complementar de identidade profissional.

Art. 2º A Cédula obedecerá ao modelo fixado pelo CFB, anexo à presente Resolução, com as seguintes características:

a) dimensão 9,5 cm x 6,5 cm, cor branca, papel fibra de segurança, com texto e armas impressos na cor azul clara, contendo os seguintes itens de segurança: tarja calcográfica, fundos numismático e invisível, sendo ambos em impressão offset, sequência numérica.

b) Anverso: Brasão da República, Fundo numismático, tendo como padrão a logomarca do CFB e do CRB expedidor e número da Região; título do documento, nome completo do profissional, números do CPF, do RG e do Título Eleitoral, Filiação, Nascimento, Naturalidade, Unidade da Federação, Nacionalidade e fotografia de frente, tamanho 3x4 cm, devidamente carimbada pelo CRB.

c) Verso: Logomarca do SISTEMA CFB/CRB, número de registro do profissional; Data de emissão da Cédula, assinatura do presidente e do profissional.

Parágrafo Único. Não tem valor a Cédula que contiver rasura.

Art. 3º A Cédula não substitui a apresentação da Carteira para fins de habilitação do exercício da profissão.

Art. 4º A confecção das Cédulas será de responsabilidade do CFB, sendo repassadas aos CRB mediante encomenda e ressarcimento de despesa.

Parágrafo Único. As solicitações dos CRB deverão ser feitas com um prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 5º Em caso de perda, extravio ou inutilização da Cédula ou por se encontrar em mau estado de conservação, o Presidente do CRB pode determinar a expedição de outra via, mediante requerimento do interessado ao CRB.

Art.6º Para expedição de nova via será exigido do profissional:

I. requerimento de nova via, com indicação de seu número de inscrição, justificação e comprovação, se houver;

II. comprovação do recolhimento da anuidade do exercício em curso;

III. comprovação do recolhimento da taxa respectiva, fixada pelo CFB, para ambos os casos;

IV. uma fotografia de frente 3x4 cm, em fundo branco.

Parágrafo Único- Em caso de mau estado de conservação, a Cédula danificada deverá ser juntada ao requerimento.

Art. 7º O CRB cobrará, pela expedição da Cédula de acordo com valores fixados por Resolução do CFB.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando-se a Resolução 356/1998 e demais disposições em contrário.

REGINA CÉLI DE SOUSA

RESOLUÇÃO Nº 163, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre as condições para a criação de novos Conselhos Regionais de Biblioteconomia

A Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, o Decreto nº 56.725 de 16 de agosto de 1965, a Lei 9.674 de 25 de junho de 1998, e o Regimento Interno do CFB,

Considerando que a instalação dos novos Conselhos Regionais deve ser precedida de levantamento de dados que comprovem a existência de condições mínimas para o funcionamento da instituição, resolve:

Art. 1º A instalação de novos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) fica condicionada à comprovação, devidamente instruída, de viabilidade técnica, material, orçamentária e financeira, para funcionamento do órgão fiscalizador.

Art. 2º A comprovação da viabilidade prevista no Art. 1º deverá ser demonstrada em rigoroso estudo de viabilidade em que conste:

I) existência de Curso de Biblioteconomia há pelo menos 4 (quatro) anos, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, na área de jurisdição;

II) existência de delegacia há pelo menos 6 (seis) anos;

III) existência de número de bibliotecários ativos no Estado que permita a sustentabilidade financeira do Regional a ser criado;

IV) perspectiva de crescimento do mercado de trabalho para o Bibliotecário com prospecção para os próximos 20 (vinte) anos.

Art. 3º Para instruir o processo no CRB, a delegacia deve apresentar:

I - solicitação oficial encaminhada ao CRB da jurisdição a que pertence;

II - relação dos inscritos na jurisdição da delegacia, com os respectivos números de registros e endereço permanente;

III - cópia dos relatórios de gestão apresentados ao CRB, pela delegacia, desde sua criação;

IV - estudo de viabilidade econômica-financeira.

Art. 4º O processo, devidamente instruído, com parecer homologado pelo CRB, deve ser encaminhado ao CFB, para apreciação e decisão.

Parágrafo Único - O processo deve ser encaminhado ao CFB dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da data em que deu entrada no CRB.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução CFB nº 237, de 26 de outubro de 1979 e demais disposições em contrário.

REGINA CÉLI DE SOUSA

RESOLUÇÃO Nº 164, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Cria e regulamenta o Fundo de Apoio às atividades de Fiscalização dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (FAFIS).

A Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, o Decreto nº 56.725 de 16 de agosto de 1965, a Lei 9.674 de 25 de junho de 1998, e o Regimento Interno do CFB,

Considerando a importância da atividade de fiscalização para assegurar o exercício profissional do Bibliotecário;

Considerando a necessidade de criar instrumentos que possibilitem a sustentabilidade financeira e administrativa dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia para o pleno exercício das atividades de fiscalização profissional; resolve:

Art. 1º Criar e regulamentar, no âmbito do Sistema CFB/CRB, o Fundo de Apoio às Atividades de Fiscalização dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (FAFIS), com a finalidade de destinar recursos orçamentários e financeiros para projetos direcionados à implementação da política de fiscalização do exercício profissional do bibliotecário no âmbito do Sistema CFB/CRB.

Art. 2º O FAFIS será constituído por:

I - 5% (cinco por cento) dos recursos arrecadados pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, provenientes das transferências mensais de cotas-parte dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia;

II - 100% de contribuições, auxílios, doações e legados de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, desde que especificamente destinados ao FAFIS;

III - total dos rendimentos de juros e correção monetária decorrentes da aplicação do capital do FAFIS.

Parágrafo Único. O capital inicial do FAFIS será da ordem de R$ 100.000,00 (cem mil reais), depositados em conta bancária criada pelo CFB especificamente para este fim.

Art. 3º Os recursos do FAFIS serão destinados exclusivamente ao apoio às atividades de fiscalização dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

Art. 4º Os recursos do FAFIS serão depositados em conta corrente específica em nome do CFB.

Art. 5º O FAFIS será administrado pelo CFB em conjunto com a Comissão de Fiscalização.

Art. 6º Farão jus ao FAFIS os Conselhos Regionais que estiverem em dia com suas obrigações perante o CFB, especialmente no que se refere a:

I - aprovação de balancetes mensais;

II - compartilhamento da cota-parte;

III - aprovação da prestação de contas do exercício anterior;

IV - aprovação da proposta orçamentária do ano em curso;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - encaminhamento do Relatório de Gestão do exercício anterior ao TCU;

V - estar em dia com as parcelas de empréstimos contratados junto ao CFB, quando houver.

VI - ter pelo menos um bibliotecário-fiscal em seu quadro de funcionários.

Art. 7º Para se beneficiar do FAFIS, o Conselho Regional interessado encaminhará projeto ao CFB, contendo diagnóstico da situação técnico-administrativa e financeira atual do CRB e um prognóstico da situação futura a ser gerada pela execução dos mesmos.

§ 1º Os projetos deverão conter, ainda:

I - justificativa;

II - objetivos gerais e específicos;

III - metas a serem atingidas;

IV - ações a desenvolver;

V - prazo de execução, limitado ao exercício corrente;

VI - resultados esperados;

VII - recursos necessários e contrapartidas em recursos financeiros ou outros;

VIII - agente responsável pela condução do projeto;

IX - cronograma de execução;

XI - cronograma de desembolso financeiro.

§ 2º As metas a serem atingidas serão expressas por meio dos seguintes indicadores, levando-se em consideração o ano em curso, em relação aos dois últimos exercícios:

I - percentual de aumento do número de registros de pessoas físicas e jurídicas;

II - percentual de redução do índice de inadimplência;

III - percentual de aumento da receita;

IV - possuir uma estrutura de fiscalização, compreendendo, no mínimo, um fiscal;

Art. 8º O acesso ao FAFIS poderá ser solicitado uma vez por ano.

§ 1º Os projetos deverão ser encaminhados, anualmente, até o dia 30 de agosto para inclusão no orçamento do ano seguinte.

§ 2º Excepcionalmente, no primeiro ano de vigência do FAFIS, os projetos deverão ser apresentados até o dia 15 de fevereiro de 2016, para serem aprovados na primeira plenária do ano.

§ 3º Os prazos previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo não se aplicam aos casos emergenciais citados nos incisos II e III do artigo 10, hipótese que o pedido deverá ser apresentado na ocorrência da situação.

Art. 9º Cabe à Comissão de Fiscalização do CFB avaliar os projetos apresentados e encaminhar ao Plenário do CFB para deliberação, considerando os recursos disponíveis, e os critérios estabelecidos no Art. 10.

Art. 10 - A Comissão de Fiscalização avaliará os projetos considerando, além do estabelecido no Art. 7º, os seguintes critérios:

I - Insuficiência de recursos próprios para dar sustentação às ações de fiscalização;

II - Situações excepcionais que provoquem queda abrupta na arrecadação prevista no plano orçamentário;

III - Situações de calamidade ou emergência que extrapolem a capacidade de gestão do Regional.

Art. 11 - A concessão do auxílio será oficializada mediante assinatura de Termo de Compromisso entre o CFB e o CRB beneficiado.

Art. 12 - A prestação de contas dar-se-á com a apresentação do Relatório de Gestão que demonstre o impacto da utilização dos recursos em relação à situação original.

§ 1º - A prestação de contas deverá ser acompanhada dos comprovantes das despesas e o extrato de ata da aprovação pelo Plenário do Conselho Regional.

§ 2º A prestação de contas deverá ser encaminhada ao CFB, até o dia 25 de fevereiro do ano subsequente.

Art. 13 - Os casos omissos na presente Resolução serão resolvidos pela Comissão de Fiscalização em conjunto com a Diretoria do CFB com deliberação do Plenário.

Art. 14 - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

REGINA CÉLI DE SOUSA

RESOLUÇÃO Nº 165, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a jurisdição dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

A Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe conferem as Leis nºs. 4.084, de 30 de junho de 1962, 9.674, de 25 de junho de 1998 e o Decreto no 56.725, de 16 de agosto de 1965;

Considerando a extinção do CRB-12 e sua transformação em Delegacia do Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região - CRB-6, conforme Resolução CFB/111 de 1 de março de 2010;

Considerando o desmembramento dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte do Conselho Regional de Biblioteconomia da 4ª Região - CRB-4, conforme Resolução CFB/84 de 31 de outubro de 2007, que cria o Conselho Regional de Biblioteconomia da 15ª Região - CRB-15; resolve:

Art. 1º Regulamentar a jurisdição dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, cujas siglas, jurisdição e sedes são as seguintes:

Sigla	Jurisdição	Sede
CRB-1	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	Brasília/DF
CRB-2	Pará, Amapá e Tocantins	Belém/PA
CRB-3	Ceará e Piauí,	Fortaleza/CE
CRB-4	Pernambuco e Alagoas	Recife/PE
CRB-5	Bahia e Sergipe	Salvador/BA
CRB-6	Minas Gerais e Espírito Santo	Belo Horizonte/MG
CRB-7	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ
CRB-8	São Paulo	São Paulo/SP
CRB-9	Paraná	Curitiba/PR
CRB-10	Rio Grande do Sul	Porto Alegre/RS
CRB-11	Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima	Manaus/AM
CRB-13	Maranhão	São Luís/MA
CRB-14	Santa Catarina	Florianópolis/SC
CRB-15	Paraíba e Rio Grande do Norte	João Pessoa/PB

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução CFB Nº 390/1992 e as demais disposições em contrário.

REGINA CÉLI DE SOUSA

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 383, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a prorrogação, em caráter excepcional, em decorrência dos movimentos paredistas ocorridos no ano de 2015 em várias Instituições de Ensino Superior - IES de âmbito Federal e Estadual do país, os quais impossibilitaram a conclusão dos cursos de Ciências Biológicas até dezembro/2015, do prazo previsto no artigo 2º da Resolução nº 300/2012, publicada no DOU, Seção 1, de 27/12/2012, para registro de egressos do ano de 2015 com carga horária de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas de componentes curriculares das Ciências Biológicas e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, por seu Plenário, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, em sua 303ª Sessão Plenária Ordinária, ocorrida ao dia 11 de dezembro de 2015, em conformidade com a competência prevista nos incisos II e IV do artigo 10 da Lei nº 6.684/79, resolve:

Art. 1º Autorizar os Conselhos Regionais de Biologia, em caráter excepcional, em decorrência dos movimentos paredistas ocorridos no ano de 2015 em várias Instituições de Ensino Superior - IES de âmbito Federal e Estadual do país, os quais impossibilitaram a conclusão dos cursos de Ciências Biológicas pelos estudantes até dezembro/2015, a promoverem o registro dos egressos dos cursos de Ciências Biológicas do ano de 2015 com base em 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas de componentes curriculares das Ciências Biológicas que se registrarem nos Conselhos Regionais de Biologia impreterivelmente até o dia 31 de julho de 2016, inclusive com a prorrogação expressa do prazo previsto no artigo 2º da Resolução nº 300/2012, publicada no DOU, Seção 1, de 27/12/2012.

Art. 2º A partir de 1º de agosto de 2016 os Conselhos Regionais de Biologia exigirão de todos os egressos dos cursos de Ciências Biológicas para efeitos de registro em seus quadros as 3.200 (três mil e duzentas) horas de componentes curriculares das Ciências Biológicas previstas no artigo 2º da Resolução nº 300/2012, publicada no DOU, Seção 1, de 27/12/2012.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 1.942, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera dispositivos da Resolução nº 1.936, de 3 de agosto de 2015, que inclui e detalha a atividade de economia criativa entre as inerentes à profissão de economista.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 03 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978; CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 17.084/2015 e, ainda, o que foi apreciado e deliberado na 667ª Sessão Plenária do Cofecon, realizada nos dias 27 e 28 de novembro de 2015, em Brasília-DF; CONSIDERANDO a necessidade de promover ajustes na Resolução nº 1.936, de 3 de agosto de 2015, que inclui e detalha a atividade de economia criativa entre as inerentes à profissão de economista, publicada no Diário Oficial da União nº 153, Seção 1, Página 93. resolve:

Art. 1º Alterar o disposto na alínea "w" do item 2 da subseção 2.3.1 da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, que passa a vigorar com a seguinte redação: "w) atuação nos campos da economia da cultura e da economia criativa, objeto da ação do Ministério da Cultura, conforme competências expressas no artigo 17 do Anexo I do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012".

Art. 2º Alterar a redação do subitem 3.15 da subseção 2.3.1 da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, que passa a vigorar com a seguinte redação: "3.15 A atuação do economista nos campos da economia da cultura e da economia criativa inclui as seguintes atividades: I - articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos de economia da cultura e de economia criativa; II - elaboração e acompanhamento de projetos para os empreendimentos de economia da cultura e de economia criativa, objetivando captação de recursos para a sua viabilização, em especial os destinados a investimento fixo, capital de giro, capacitação e formação de recursos humanos; III - elaboração e análise de diagnóstico socioeconômico dos empreendimentos de economia da cultura e de economia criativa, abrangendo a elaboração da metodologia a ser utilizada, ferramentas de trabalho, aplicação, análise dos dados e formatação do relatório final; IV - assessoramento aos empreendimentos de economia da cultura e de economia criativa para captação e aplicação dos recursos, buscando desenvolver junto aos beneficiados o plano de ação e utilização dos recursos, o acompanhamento da execução dos projetos e assessoramento no âmbito econômico-financeiro; V - exame de viabilidade econômica, incluída a análise de propostas de empreendimentos de economia da cultura e de economia criativa sob a ótica econômico-financeira, por meio de levantamento de dados, aplicação de formulários, visitas técnicas, permitindo uma melhor avaliação por parte dos executores; VI - avaliação de cadeias produtivas criativas, incluído o diagnóstico econômico-financeiro de empreendimentos já implantados, observando aspectos econômicos, financeiros e mercadológicos, verificando toda a cadeia, de modo a identificar as dificuldades e aspectos críticos; VII - avaliação de custos, preços e mercado, incluída a análise de preços praticados pelos empreendimentos de economia da cultura e de economia criativa, de modo a garantir remuneração igualitária para os beneficiários, sustentabilidade para o empreendimento e preços de comercialização compatíveis com o mercado em que se inserem; VIII - assessoramento técnico e apoio na elaboração de políticas públicas de economia criativa, visando o estabelecimento de uma infraestrutura de criação, produção, distribuição/circulação e consumo/fruição de bens e serviços criativos, buscando envolver os potenciais beneficiários nas discussões relacionadas com a montagem daquelas políticas públicas; IX - assessoramento aos conselhos e fóruns de economia da cultura e de economia criativa no âmbito nacional, regional, estadual e municipal, notadamente na criação ou adequação de marcos legais para os setores criativos; X - apoio à constituição e ampliação de redes de comercialização cultural e criativa, através de assessoramento direto, estudos de viabilidade, de modo a demonstrar as vantagens comparativas deste tipo de iniciativa para os seus participantes; XI - apoio, sob a forma de consultoria, nos termos do artigo 7º, "j", da Lei nº 1.411/51, ao Ministério da Cultura, no tocante a execução das atribuições expressas no artigo 17 do Anexo I do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAULO DANTAS DA COSTA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 1.943, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera e inclui dispositivos na Seção 6.3 do Capítulo VI da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista - Os procedimentos de julgamento ético-profissional.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 03 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978; CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 17.278/2015 e, ainda, o que foi apreciado e deliberado na 667ª Sessão Plenária do Cofecon, realizada nos dias 27 e 28 de novembro de 2015, em Brasília-DF; CONSIDERANDO a solicitação de revisão dos procedimentos adotados na Seção 6.3 do Capítulo VI da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, referentes ao julgamento ético-profissional, apresenta pelo Corecon-RJ por meio do Ofício nº 3.014/15-Presidência; resolve:

Art. 1º Alterar o disposto no item 6.1 e incluir os itens 6.2 e 6.3 na Seção 6.3 do Capítulo VI da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, com a seguinte redação: "6.1 - A representação far-se-á por escrito, através de petição dirigida ao Corecon onde for registrado o profissional denunciado, devendo dela constar a correta identificação do seu autor, a identificação do economista representado, grau razoável de detalhamento dos fatos e ser acompanhada de indícios documentais concretos concernentes à ocorrência dos atos e fatos denunciados, de modo a permitir o juízo de admissibilidade. 6.2 - O Presidente do Corecon designará um relator a quem compete tomar de imediato as providências necessárias para a análise da admissibilidade da representação apresentada. 6.3 - Caso não estejam presentes os documentos mencionados no item 6.1, o relator do processo deverá solicitá-los ao denunciante, antes de apresentar seu voto pela eventual admissibilidade."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAULO DANTAS DA COSTA
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 1.944, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera e detalha as atividades de Mediação e Arbitragem entre as inerentes à profissão de economista, mediante alteração de tópicos da subseção 2.3.1 do Título II da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pelas Leis nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, nº 6.021, de 03 de janeiro de 1974, nº 6.537, de 19 de junho de 1978, e pelo Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952; CONSIDERANDO a alínea "b" do artigo 7º da Lei nº 1.411/51, que confere competência ao Conselho Federal de Economia para orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista; CONSIDERANDO o artigo 18 do Decreto nº 31.794/52, que estabelece que o Conselho Federal de Economia tem por finalidade orientar, supervisionar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de economista em todo o território nacional; CONSIDERANDO que a Consolidação da Legislação da Profissão de Economista estabelece na subseção 2.3.1, do Título II, as atividades desempenhadas pelo economista; CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 17.278/2015, resolve:

Art. 1º Incluir a alínea "x" no elenco de atividades inerentes à profissão de economista, relacionadas no item 2 da subseção 2.3.1 da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, com a seguinte redação: "x) arbitragem e mediação".

Art. 2º Alterar a alínea "k", do item 2 da subseção 2.3.1. da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, que passa a ter a seguinte redação: "k) perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação."

Art. 3º Revogar o subitem 3.3, incluídas as respectivas alíneas, da subseção 2.3.1 da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, especificamente no que relaciona-se com arbitramentos.

Art. 4º Incluir o subitem 3.16 da subseção 2.3.1 da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, com a seguinte redação: "3.16 O economista, no desempenho das atividades de arbitragem e mediação, observará o seguinte: I - arbitragem é um instituto extrajudicial de resolução de litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis, mediante decisão em sentença proferida por um ou mais árbitros, de livre escolha e nomeação pelas partes, e será processada nos termos da Lei nº 9.307/1996 e suas alterações; II - ao atuar na arbitragem, seja na condição de árbitro, de perito, representante de parte ou consultor, o economista estará sujeito à regulamentação profissional contida nesta consolidação e no que dispõe a Lei nº 9.307/1996 e suas alterações; III - mediação é um instituto autocompositivo de solução de conflitos, no qual as partes envolvidas escolhem um terceiro, imparcial e neutro, o mediador, o qual, usando técnicas adequadas, irá motivá-las a analisarem e compreenderem o conflito e a buscarem, num ambiente cooperativo, uma solução que atenda aos reais interesses de cada parte; IV - ao atuar em mediação, o economista estará sujeito à regulamentação profissional contida nesta consolidação e no que dispõe a Lei nº 13.140/2015 e suas alterações."

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAULO DANTAS DA COSTA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 1.945, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera o Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia e adota outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, com as modificações que lhe foram acrescentadas pelas Leis nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, e nº 6.537, de 19 de junho de 1978, bem como, em razão do regramento disposto no Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, tendo em vista o que consta no Processo nº 15.643/2012, e o que foi apreciado e deliberado na sua 667ª Sessão Plenária, nos dias 27 e 28 de novembro de 2015; CONSIDERANDO a necessidade de atualizar as normas vigentes no âmbito do Sistema Cofecon/Corecon no que se relaciona com os procedimentos para registros dos profissionais; CONSIDERANDO as atribuições contidas na alínea "b" do artigo 7º e na alínea "a" do artigo 10, ambos da Lei nº 1.411/1951, resolve:

Art. 1º Alterar o NORMATIVO DE PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO DE PROFISSIONAIS, que a esta Resolução fica integrado, disponível também no sítio eletrônico deste Conselho Federal de Economia www.cofecon.org.br. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 1.879, de 26 de outubro de 2012.

PAULO DANTAS DA COSTA
Presidente do Cofecon

ANEXO

NORMATIVO DE PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO DE PROFISSIONAIS

CAPÍTULO I - DOS PROCEDIMENTOS DE REGISTRO PROFISSIONAL

Seção I - PROCEDIMENTOS DE REGISTROS PARA PESSOAS FÍSICAS

Art. 1º O registro dos profissionais habilitados ao exercício da profissão de economista, a que se refere o artigo 10, alínea 'a', da Lei nº 1411/51, obedecerá aos procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Seção II - DA NATUREZA DO REGISTRO

Art. 2º O registro é a formalização obrigatória para o exercício da profissão, na forma dos artigos 1º e 14 da Lei 1411/51, junto ao Conselho Regional de Economia - Corecon. §1º O registro do economista deve ser realizado no Corecon sob cuja jurisdição se achar o local da atividade profissional do economista. (Decreto 31.794/52, artigo 40). §2º Quando o economista também exercer outra profissão regulamentada, permanece a sua obrigação de manutenção do registro perante o Corecon, enquanto desempenhar atividades privativas ou facultativas à profissão de economista, mesmo que eventualmente tenha inscrição em outro órgão de registro profissional, observado o disposto no parágrafo 9º do artigo 14 desta Resolução, no tocante à possibilidade do cancelamento do registro profissional. §3º O registro de profissional que não seja de nacionalidade brasileira, na forma prevista no artigo 1º, alínea "b", do Decreto nº 31.794/52, depende da apresentação pelo requerente do visto permanente para estrangeiro emitido nos termos dos artigos 4º, IV, e 16 da Lei nº 6815/80. §4º Ao profissional estrangeiro admitido com visto temporário será concedido registro pelo prazo de duração do respectivo visto, devendo o mesmo providenciar comunicação e prorrogação do registro junto ao Corecon caso haja prorrogação do prazo do visto de permanência, observado o disposto no parágrafo único do artigo 99 da Lei nº 6.964/1981. Art. 3º É condição para a formalização do registro do profissional junto ao CORECON, de concluinte de reconhecido curso de ciências econômicas, a apresentação do diploma registrado na própria universidade ou em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação para tal fim, nos termos do § 1º do artigo 48 da Lei nº 9.394/1996. §1º O Corecon poderá efetuar o registro do bacharel graduado no exterior, mediante a apresentação do diploma revalidado por universidades públicas brasileiras que ministrem curso de ciências econômicas devidamente reconhecido, respeitados, se houverem, os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação, nos termos do § 2º do artigo 48 da Lei nº 9.394/1996. (Resolução nº 8, de 4 de outubro de 2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação). §2º Na hipótese de identificar indícios de irregularidade na concessão do diploma apresentado ou nas condições de realização do curso, o Conselho Regional que receber o pedido da inscrição profissional levantará de ofício as ocorrências e representará diretamente às autoridades educacionais competentes solicitando a apuração e correção das irregularidades constatadas, ficando a concessão do registro profissional condicionada ao desfecho que a ampare legalmente. §3º Identificados os indícios referidos no parágrafo anterior, o Conselho Regional de Economia manterá acompanhamento permanente do andamento e dos resultados da representação formulada junto às autoridades educacionais. §4º Comprovados a qualquer momento os indícios de irregularidade referidos no § 2º deste artigo, o Conselho Regional procederá, de ofício, o imediato cancelamento do registro, com o consequente arquivamento do processo, por falta de amparo legal para a sua concessão, conforme determina o artigo 53 da Lei nº 9784/99. §5º Constatada a falsidade do diploma apresentado ou a ocorrência de crime de semelhante gravidade no encaminhamento do processo, o CORECON, além das providências previstas nos parágrafos 2º, 3º e 4º deste artigo, também denunciará o fato às autoridades policiais competentes.

Seção III - DO PROCESSO DE REGISTRO

Art. 4º O processo de registro no Corecon terá início com a apresentação, pelo interessado, da seguinte documentação: I - requerimento de registro assinado pelo interessado, conforme modelo fixado nesta Resolução; II - original do diploma de bacharel do curso concluído devidamente registrado em órgão autorizado pelo Ministério da Educação, acompanhado de cópia reprográfica, que será autenticada por funcionário do Corecon à vista do original, no momento da apresentação, sendo o original imediatamente devolvido ao requerente; III - original da cédula de identidade civil com efeitos legais, acompanhado de uma cópia reprográfica, que será autenticada por funcionário do Corecon à vista da original, no momento da apresentação, sendo a original imediatamente devolvida ao requerente; IV - uma fotografia, tamanho 3 x 4, em fundo branco; V - comprovantes de pagamentos, que serão juntados ao processo, referentes a: a) emolumentos de expedição da carteira de identidade profissional; b) duodécimos da anuidade correspondentes ao período entre a data de requerimento do registro e o final do exercício, salvo se o pagamento for dispensado por Resolução do Corecon; c) emolumentos de inscrição de pessoa física. VI - instrumento de regularidade do visto permanente, no caso de requerente de nacionalidade estrangeira, de que tratam os artigos 4º, IV, e 16 da Lei nº 6815/80, comprovação que pode ser suprida caso a identidade civil apresentada pelo requerente for aquela emitida regularmente a estrangeiro, nos termos do artigo 33 da Lei nº 6815/80, circunstância em que o documento comprobatório deverá ser apresentado no original, acompanhado de uma cópia reprográfica, que será autenticada por funcionário do Corecon à vista da original, no momento da apresentação, sendo a original imediatamente devolvida ao requerente. §1º O Corecon, ao receber os documentos: I - imediatamente, autenticará as cópias apresentadas, mediante a aposição dos dizeres "confere com o original", seguidos da assinatura e identificação do funcionário responsável, conforme prescrito no artigo 5º, parágrafo único, do Decreto nº 83.936/79, procedimento que pode também ser realizado por delegado do Conselho Regional ou outro agente autorizado, pelas instruções internas do Corecon, a recolher e encaminhar a documentação do pedido de registro; II - em seguida, autuará processo com o pedido, encaminhando-o para conselheiro relator, determinado pela norma interna de distribuição de processos que fixar o Corecon, que relatará o processo impreterivelmente na primeira sessão plenária que ocorrer, salvo se razão justificadora impedir, devendo o fato ser registrado nos autos, em forma de declaração, assinada pelo funcionário responsável; III - notificará formalmente o interessado, caso seja constatada a ausência de qualquer documento listado no caput deste artigo informando-lhe: a) quais os documentos ausentes; b) que a não apresentação dos documentos ausentes no prazo de quinze dias implicará no arquivamento do processo, como determinam os artigos 36 e 40 da Lei nº 9784/99; c) que o prazo de apresentação poderá ser estendido por mais quinze dias, por solicitação do interessado com a justificativa da imprescindibilidade dessa prorrogação, conforme facultado pelo artigo 24, parágrafo único, da Lei nº 9.784/99. §2º A plenária examinará o atendimento dos requisitos legais e regulamentares fixados para o pedido, deferindo ou não o registro. §3º Caso ocorra ausência de documentos não suprida pelo interessado, o processo será arquivado por despacho do Presidente, que poderá delegar essa atribuição ao Gerente-Executivo, Secretário-Executivo ou ao encarregado do setor de registros do Corecon. §4º O Corecon se encarregará da comprovação da veracidade das informações relativas ao registro do diploma apresentado, podendo o Relator determinar ou à fiscalização ou ao setor de registro proceder, de ofício, a diligências para: I - confirmar a veracidade material do documento recebido, especialmente junto à instituição de educação superior responsável pelo registro do diploma por delegação do Ministério da Educação; II - confirmar a autenticidade das informações relativas ao reconhecimento do curso, devendo ser cotejada a informação do ato legal do seu reconhecimento e publicação respectiva no Diário Oficial, de forma a assegurar o cumprimento da exigência da legislação educacional no que diz respeito à regularidade do curso, conforme previsto no artigo 46 da Lei nº 9.394/96 e no artigo 28 do Decreto nº 5.773/2006. §5º Para o atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo anterior é necessário que o Corecon mantenha relação atualizada dos cursos de sua jurisdição, com os respectivos atos legais de reconhecimento e o prazo de validade dos mesmos. §6º Deferido o registro, o Corecon confeccionará a carteira de identidade profissional, com os cuidados de segurança fixados nesta consolidação, entregando-a ao interessado. §7º Indeferido o registro, serão mantidas arquivadas no processo as cópias dos documentos autenticadas pelo Corecon, notificando-se o interessado da deliberação, com esclarecimentos a respeito dos motivos do indeferimento, admitida a possibilidade do recurso administrativo previsto no capítulo XV da Lei nº 9.784/1999. §8º Após deferimento e formalização do registro profissional, qualquer alteração de dados cadastrais do economista deverá ser realizada mediante requerimento de atualização previsto no ANEXO XI deste normativo.

Seção IV - DO PROCESSO DE REGISTRO NA INDISPONIBILIDADE DO DIPLOMA DO REQUERENTE

Art. 5º Caso o bacharel tenha colado grau e ainda esteja com o diploma em fase de expedição, junto à instituição de ensino superior, poderá requerer o registro na mesma forma prevista no artigo anterior, atendidas às condições estabelecidas neste artigo, tendo, entretanto, a carteira profissional referida no artigo 25 desta Resolução o prazo de validade de um ano, contado da data do pedido de registro. §1º A documentação a ser apresentada pelo interessado, na condição de indisponibilidade do diploma, conforme prevista no caput deste artigo, deverá incluir também: I - certidão de Conclusão de Curso, assinada por autoridade competente e com data não anterior a seis meses da data do pedido de registro, onde deverá constar o número do ato legal de reconhecimento do curso e a data de colação de grau, documento que deverá ser apresentado em original, acompanhada de uma cópia reprográfica, que será autenticada por funcionário do Corecon à vista da original no momento da apresentação, sendo a original imediatamente devolvida ao requerente; II - documento hábil que comprove que o requerente ainda não pôde receber o diploma na forma legal, particularidade que pode constar inclusive na própria certidão a que se refere o inciso anterior; III - protocolo de requerimento de expedição do diploma, junto à instituição de ensino superior. §2º É requisito indispensável para concessão do registro nas condições previstas neste parágrafo que o requerente declare não dispor do diploma à data da solicitação. §3º Os Corecons devem estimular a realização do registro profissional dos formandos em ciências econômicas, mediante a entrega de carteira profissional aos formandos nas solenidades de conclusão de curso. §4º Para a consecução do objetivo previsto no parágrafo anterior, os Corecons providenciarão antecipadamente a formalização de acordos com as instituições de educação superior para coleta dos documentos dos formandos e a posterior tramitação interna dos processos, ainda durante o período final de curso, de forma a viabilizar a tempestiva aprovação dos registros. §5º O requerente terá o prazo de máximo de um ano, a contar da data do pedido de registro, para apresentar o diploma ao Corecon para fins de regularização da sua situação cadastral, a contar da data do pedido de registro. §6º Se durante o prazo anual, previsto no parágrafo anterior, o economista não tiver obtido o respectivo diploma, por razões alheias à sua vontade, poderá requerer a prorrogação do mesmo por mais um ano. §7º Ao requerimento de prorrogação do prazo, referida no parágrafo anterior, será juntada certidão da instituição de ensino superior que comprove ter o economista solicitado a expedição do diploma e que informe as razões de ainda não ter sido expedido o referido documento, datada de no máximo um mês antes do pedido de renovação do registro. §8º A prorrogação do prazo de apresentação do diploma tramitará da mesma forma que o pedido do registro, ressalvados os seguintes pontos: I - o relator e a Plenária cuidarão essencialmente de verificar e atestar, no processo, a

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ocorrência de fatores alheios à vontade do requerente que tenham impedido o recebimento do diploma por parte do mesmo, depois de concluídas todas as providências que a este cabiam; II - o impedimento a que se refere o inciso anterior diz respeito a fatores documentais ou burocráticos que obstem a emissão de diploma de curso regularmente concluído na forma da legislação educacional, sendo que, uma vez constatado nos autos que o requerente está legalmente impossibilitado de ser considerado bacharel em ciências econômicas, por qualquer motivo relacionado à legislação educacional, deverá o registro ser cancelado de ofício, na forma do § 4º do artigo 3º desta Resolução; III - a certidão da instituição de ensino superior de que trata o § 7º deste artigo será mantida no processo em original. §9º Presentes os motivos de impedimento da concessão do diploma, nos termos definidos nos parágrafos 6º e 7º deste artigo, em caráter excepcional, o prazo para a apresentação do diploma poderá ser renovado por mais um ano. Art. 6º A qualquer momento, dentro dos prazos concedidos nos termos do artigo anterior, poderá o economista apresentar o diploma ao Conselho para fins de regularização do respectivo cadastro. §1º O processo de comprovação da posse do documento inicia-se com a apresentação do diploma de bacharel em ciências econômicas, devidamente registrado em órgão autorizado pelo Ministério da Educação, acompanhado do histórico escolar do curso respectivo, sendo que, os documentos deverão ser apresentados em original, acompanhado de uma cópia reprográfica, que será autenticada por funcionário do Corecon à vista da original, no momento da apresentação, sendo os originais imediatamente devolvidos ao requerente. §2º O Corecon, ao receber os documentos referidos no parágrafo anterior: I - imediatamente, autenticará as cópias apresentadas, mediante a aposição dos dizeres "confere com o original", seguidos da assinatura e identificação do funcionário responsável, conforme prescrito no artigo 5o, parágrafo único, do Decreto nº 83.936/79, procedimento que pode também ser realizado por delegado do Conselho Regional ou por outro agente autorizado pelas instruções internas do Corecon, a recolher e encaminhar a documentação do pedido de registro; II - em seguida, o funcionário encarregado do setor de registro juntará a cópia do diploma, devidamente autenticada, ao processo de registro, encerrando o procedimento, observando o disposto no parágrafo 3º deste artigo; III - o procedimento referido no inciso anterior será informado ao presidente do Corecon, que levará ao conhecimento da plenária. §3º O Corecon se encarregará da comprovação da veracidade das informações relativas ao registro do diploma apresentado, aplicando-se as verificações e critérios constantes do § 4º do artigo 4º desta Resolução. §4º O economista que tiver sido registrado sem a apresentação do diploma, nos termos do artigo 5º desta Resolução, e que não o apresentar até prazo final deferido pelo Corecon, será considerado inadimplente com suas obrigações junto ao Conselho, e como tal fica sujeito às ações de fiscalização, podendo ser autuado e multado. §5º Uma vez constatado pelo Corecon que o requerente está legalmente impossibilitado de ser considerado bacharel em ciências econômicas, por qualquer motivo relacionado à legislação educacional, ou ainda diante da recusa ou omissão na apresentação do diploma, deverá o registro ser cancelado de ofício, na forma do § 4º do artigo 3º desta Resolução. §6º O Corecon promoverá, obrigatoriamente, comunicação amigável junto aos economistas registrados sem apresentação do diploma, no mínimo dois meses antes do vencimento do prazo para apresentação, informando-lhes de tal condição e da necessidade de apresentação do diploma ou da solicitação de prorrogação do prazo, na forma do § 5º do artigo 5º desta Resolução.

Seção V - DO TRATAMENTO ESPECIAL DISPENSADO EM FUNÇÃO DA IDADE

Art. 7º Os Conselhos Regionais de Economia concederão ao economista do sexo masculino que conte com idade superior a 70 (setenta) anos e à economista do sexo feminino que conte com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos, regularmente inscrito e quites com as anuidades, tratamento especial em função da idade, os quais passarão a ter direito, a critério do Conselho Regional de Economia, a desconto de até 90% (noventa por cento) nas anuidades posteriores à concessão. §1º O tratamento especial em função da idade será aprovado pelo Plenário do CORECON, mediante requerimento, que atenda a condição prevista no caput deste artigo e mais os seguintes requisitos: I - ser, ou ter sido, detentor de registro profissional em um ou mais Conselhos Regionais de Economia, por no mínimo 15 (quinze) anos, consecutivos ou alternados; II - não ter tido as suas contas desaprovadas no exercício de administração sindical profissional ou de entidade de fiscalização do exercício da profissão; III - não estar cumprindo sanção disciplinar imposta pelo órgão fiscalizador do exercício profissional, ou tê-la cumprido há mais de 1 (um) ano, condição que poderá ser atendida mediante declaração do requerente, no próprio pedido, da qual se responsabilizará; IV - estar em condição de regularidade no que diz respeito ao pagamento das anuidades. §2º A condição de regularidade com as anuidades considerar-se-á atendida, para efeitos da concessão do tratamento especial em função da idade, se o economista mantiver acordo para parcelamento de dívida junto ao Corecon em dia. §3º O tratamento especial em função da idade tem como único objetivo conceder ao profissional desconto no valor das anuidades posteriores à sua concessão, mantendo-se inalterados os demais direitos e deveres aplicáveis aos economistas. §4º O Conselho Regional de Economia deverá estabelecer, por meio de Resolução, o percentual de desconto que será concedido aos profissionais que requererem o benefício, o qual não poderá ser escalonado.

Seção VI - DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO

Art. 8º O comprovado não exercício da profissão permite ao economista regularmente inscrito requerer a suspensão do registro, caso o não exercício seja temporário, ou, o seu cancelamento, na hipótese de que o não exercício configure-se como definitivo, sendo que, em qualquer caso, seja suspensão, seja cancelamento, o único fundamento para a manutenção ou dispensa do registro é o exercício ou não da profissão, nos termos do artigo 14 da Lei nº 1.411/51. §1º Poderá ser concedida a suspensão do registro nos casos de ausência do país em viagem de trabalho ou complementação de estudos, durante o tempo do período integral de ausência no exterior, a ser declarado pelo requerente, observado o seguinte regramento: I - encerrado o prazo declarado pelo interessado, na forma prevista neste parágrafo, configurada a necessidade de permanência do economista no exterior, poderá ser concedida a prorrogação da suspensão até a nova data declarada pelo requerente para o seu retorno; II - a aprovação da suspensão do registro na forma deste parágrafo é condicionada à comprovação documental, a cada 12 (doze) meses, a contar da data da suspensão do registro, das circunstâncias, seja por meio de declarações do empregador ou outra possibilidade que comprove o desenvolvimento de atividade no exterior ou ainda com base em documentos fornecidos pela instituição de ensino onde o interessado venha realizar estudos, ou outros documentos que comprovem efetivamente as circunstâncias; III - o retorno ao Brasil antes do prazo fixado no deferimento da suspensão implica na automática reativação do registro e, por conseguinte, na normal exigibilidade das anuidades a partir da data de retorno, cabendo ainda ao economista informar essa ocorrência ao Corecon. §2º A suspensão do registro desobriga o profissional do pagamento das anuidades vincendas relativas ao período pelo qual foi deferida a suspensão. §3º No último dia do período de suspensão concedido, ocorre a automática reativação do registro e, por conseguinte, a normal incidência das anuidades a partir dessa data. §4º O requerimento solicitando a suspensão do registro deverá ser acompanhado dos documentos que comprovem as situações descritas neste artigo, sendo da exclusiva competência do Plenário do Conselho Regional o julgamento dos pedidos, sendo que: I - enquanto perdurar a suspensão, o profissional com o registro suspenso não poderá votar nem ser votado nas eleições do Sistema Cofecon/Corecons. II - a condição de inadimplência com as anuidades não obsta a concessão da suspensão, se comprovados os pressupostos exigidos para o seu deferimento, sem prejuízo do prosseguimento por parte do Corecon das ações administrativas e judiciais impostas por lei que visem ao recebimento dos valores devidos pelo economista requerente. §5º É admitida a hipótese da suspensão do registro quando requerida pelo economista para participação em cursos de pós-graduação realizados no Brasil, com duração superior a 360 (trezentas e sessenta) horas/aula, em que o profissional permaneça sem a percepção de renda, circunstâncias a serem comprovadas por meio de documentos da instituição de educação e do empregador ou por outros meios oficiais. Art. 9º Poderá ser concedida a suspensão do registro nos casos de comprovado não exercício temporário da profissão, que se caracteriza pelas situações de: I - comprovado desemprego e não exercício de qualquer atividade profissional, de qualquer tipo ou natureza, por parte do economista requerente; II - afastamento integral das atividades laborativas por motivo de doença com a percepção, pelo economista requerente, de auxílio-doença previdenciário a cargo do INSS, nos termos da Lei nº 8.213/91 e demais normas previdenciárias pertinentes, desde que o período de afastamento concedido seja igual ou superior a cento e oitenta dias. §1º A suspensão de que trata este artigo será concedida: I - pelo prazo máximo de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, para o caso de afastamento por desemprego mencionado no inciso I do caput deste artigo; II - pelo prazo fixado pelo INSS para o afastamento integral do trabalho com percepção de auxílio-doença, para o caso do previdenciário, na forma prevista no inciso II do caput deste artigo. §2º Decorrido o prazo pelo qual foi concedida a suspensão, o requerente fica obrigado a comprovar a permanência da situação de desemprego ou de afastamento previdenciário para obter a prorrogação. §3º O exercício de qualquer atividade profissional antes do término do prazo fixado no deferimento da suspensão implica na automática reativação do registro e, por conseguinte, na normal exigibilidade das anuidades a partir da data de retorno. §4º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, a suspensão do registro desobriga o profissional do pagamento das anuidades relativas ao período pelo qual foi deferida. §5º No último dia do período concedido, ocorre automática reativação do registro e, por conseguinte, a normal incidência das anuidades a partir dessa data. §6º O requerimento solicitando a suspensão do registro ou a sua prorrogação deverá ser acompanhado de: I - documentos que comprovem inequivocamente: a) a situação de desemprego do profissional, evidenciando tanto as circunstâncias da perda da atividade profissional anterior, a ser constatada pela apresentação do termo de rescisão de contrato de trabalho, cópia da página da Carteira de Trabalho e Previdência Social relativa ao último contrato de trabalho e da página imediatamente posterior, da publicação do ato de exoneração de cargo público, do encerramento de empresa ou da baixa de registro fiscal de profissional liberal ou autônomo, entre outros documentos formais de comprovação da circunstância, bem como, das fontes de rendimentos do requerente no período em que requer a suspensão; b) a concessão do benefício de auxílio-doença concedido pelo órgão previdenciário, indicando expressamente o afastamento integral das atividades laborativas por período igual ou superior a 180 dias. II - declaração firmada pelo requerente, em qualquer caso, de que tem conhecimento das condições fixadas pela presente regulamentação para a concessão do benefício, obrigando-se, sob pena de falsidade, a comunicar imediatamente ao Corecon a retomada de qualquer tipo de atividade profissional que venha a empreender. §7º Para efeitos do inciso II do caput deste artigo, considera-se o seguinte rol de doenças, sem prejuízo de outras devidamente atestadas por profissional médico: I - moléstia profissional; II - tuberculose ativa; III - alienação mental; IV - esclerose múltipla; V - neoplasia maligna; VI - cegueira; VII - hanseníase; VII - paralisia irreversível e incapacitante; IX - cardiopatia grave; X - doença de parkinson; XI - espondiloartrose anquilosante; XII - estados avançados da doença de paget (osteíte deformante); XIII - síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids); XIV - fibrose cística (mucoviscidose); XV - nefropatia grave; XVI - hepatopatia grave; XVII - doença causada por contaminação por radiação. Art. 10. É da exclusiva competência do Plenário do Conselho Regional o julgamento dos pedidos de suspensão de registros, cabendo ao relator e ao colegiado deixar assente no processo respectivo quais são os elementos dos autos que comprovam, a seu juízo: I - a efetiva ocorrência de desemprego e não exercício de qualquer atividade profissional, de qualquer tipo ou natureza, por parte do requerente; II - a comprovada concessão de afastamento integral das atividades laborais por decisão do órgão previdenciário por período igual ou superior a cento e oitenta dias, com a percepção do auxílio-doença. Art. 11. Não dão ensejo à suspensão do registro outros benefícios previdenciários, inclusive em função de enfermidade ou acidente, que não impliquem no afastamento integral do beneficiário, ou causem apenas afastamento parcial, em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, ou restrições específicas ao exercício do trabalho. Art. 12. Não serão emitidas quaisquer certidões durante o período de suspensão do registro por desemprego e não exercício de qualquer atividade profissional ou por afastamento integral do trabalho com percepção de auxílio-doença. Art. 13. A condição de inadimplência com as anuidades não obsta a concessão da suspensão de que trata o artigo 9º desta Resolução, se comprovados os pressupostos exigidos para o seu deferimento, sem prejuízo do prosseguimento por parte do Corecon das ações administrativas e judiciais impostas por lei que visem ao recebimento dos valores devidos pelo economista requerente. Art. 14. O não exercício da profissão que se comprove permanente poderá ensejar o cancelamento do registro do profissional, inclusive quando ultrapassados os prazos de suspensão de registros previstos nos parágrafos 1º, 2º e 7º do artigo 9º desta Resolução, para as hipóteses de desemprego ou afastamento permanente por motivo de doença, respectivamente, ou quando se comprove que a permanência no exterior, referida no § 1º do artigo 8º desta Resolução, se configura definitiva. §1º Além das hipóteses previstas no caput deste artigo, o não exercício permanente da profissão ocorre nas seguintes situações: I - falecimento; II - aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez ou por incapacitação laborativa; III - exercício em caráter permanente, exclusivo e comprovado de outra atividade cujo conteúdo ocupacional não seja privativo ou facultativo à profissão de economista. §2º O cancelamento do registro anteriormente concedido poderá ser revisto, a qualquer tempo, por iniciativa do economista ou do Corecon, quando constatado que o profissional retornou ao exercício de atividades incluídas no campo profissional do economista. §3º Os pedidos de cancelamento serão processados a pedido do interessado, mediante a apresentação de: I - requerimento de cancelamento assinado pelo interessado, conforme modelo anexado a esta Resolução; II - carteira de identidade profissional expedida pelo Corecon, para a sua retenção; III - documentos suficientes à comprovação do não exercício da profissão; IV - comprovante do pagamento da taxa de cancelamento de registro de pessoa física; V - diploma de bacharel em economia para efeitos de averbação do cancelamento, que consiste na anulação do carimbo relativo ao registro efetuado no verso do mesmo diploma, para os economistas que tenham tido o registro concedido pelo Corecon ou para ele transferido antes de 27 de setembro de 2006, data de publicação da Resolução Cofecon nº 1.771/2006 no Diário Oficial da União, uma vez que até aquela data o registro era anotado pelo Conselho no próprio diploma, que deverá ser imediatamente devolvido ao interessado, após a deliberação sobre o pedido de cancelamento. §4º No caso de falecimento, será suficiente constar nos autos cópia do atestado de óbito do economista ou que a informação do óbito conste registrada no sistema da Secretaria da Receita Federal, podendo o Plenário do Corecon, nesse caso, delegar competência ao seu presidente para deferimento do cancelamento de ofício do registro. §5º Entende-se por documentos suficientes à comprovação do não exercício da profissão aqueles por meios dos quais o requerente comprove a ocorrência de sua aposentadoria, mediante documentos oficiais de concessão ou comprove qual é a atividade profissional que exerce no momento do pedido de cancelamento e qual é o conteúdo concreto das tarefas que nela desempenha. §6º No caso da aposentadoria por tempo de serviço, o relator e o colegiado deverão verificar a comprovação documental da aposentadoria, por instrumento hábil emitido pela instituição previdenciária a que esteja afiliado o requerente, ficando o cancelamento ainda dependente da condição de que o profissional não mais exerça atividade remunerada inerente ou privativa do economista, circunstância a ser satisfeita mediante declaração do interessado, que se responsabilizará sobre a sua veracidade. §7º No caso de aposentadoria por invalidez permanente, deverá o Corecon assegurar-se de que os documentos apresentados são originados da autoridade previdenciária pública a que está vinculado o requerente e comprovam a concessão da respectiva aposentadoria, fazendo expressa referência ao motivo que a gerou e ao dispositivo relativo a essa modalidade de aposentaria do regime previdenciário que beneficia o requerente; §8º No caso de aposentadoria decorrente de enfermidade que implique na incapacidade laborativa absoluta, o interessado apresentará atestado firmado por profissional médico, que declare ser o requerente portador de enfermidade que resultou na incapacidade permanente para o trabalho, exigência que pode ser suprida caso a documentação referida no parágrafo anterior expresse e atenda a necessidade. §9º No caso de exercício de outra profissão, caberá ao interessado demonstrar nos autos, por documentação hábil, qual é sua atividade profissional na data da solicitação do cancelamento, a partir da descrição das tarefas concretas que executa em seu posto de trabalho, cabendo ao relator e ao colegiado comparar tais tarefas com aquelas descritas nas normas próprias do Cofecon como privativas ou facultativas à função de economista, sendo que, caso exista coincidência entre o conteúdo ocupacional do cargo, emprego ou atividade com o de economista, não será concedido o cancelamento, e, caso não haja qualquer correlação entre as atividades concretas do requerente de cancelamento e aquelas compreendidas no campo profissional do economista, conceder-se-á o cancelamento. §10 Ensejará o cancelamento de ofício do registro do economista quando decisão judicial assim determinar,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cabendo ao presidente do Corecon a comunicação do fato ao Plenário e o prosseguimento, por parte do setor jurídico, de ações judiciais pertinentes, se ainda cabíveis. §11 Ao receber a solicitação de cancelamento do registro do economista, o CORECON fará, imediatamente, pesquisa nos sistemas cadastrais para identificar a ocorrência de débitos vencidos, que, se constatada, resultará na elaboração da "Notificação de existência de débitos em pedidos de cancelamento e suspensão", cujo modelo consta como anexo a esta Resolução, colhendo a assinatura do economista no campo "ciente". §12 Sendo o pedido formulado por meio de preposto ou portador, encaminhado via Correios ou empresa de entrega de correspondência, ou, ainda, recusando o economista a receber e assinar a Notificação referida no parágrafo anterior, ser-lhe-á enviada a referida Notificação com Aviso de Recebimento, nos termos do artigo 26, §§ 1º, inciso V, e 3º e do artigo 28, todos da Lei nº 9.784/99, com a finalidade de descaracterizar eventual alegação do requerente no sentido de não ter sido informado do débito quando do pedido de cancelamento. §13 Caso o Corecon identifique no recebimento do pedido a ausência de quaisquer dos documentos necessários à concessão de cancelamento ou identifique circunstâncias que impeçam o encaminhamento do referido pedido, deverá, antes de submeter o processo à deliberação plenária, notificar ao requerente por meio de carta registrada com Aviso de Recebimento indicando: I - quais os documentos ausentes e o fundamento legal da exigência; II - que a não apresentação dos documentos ausentes no prazo de quinze dias implicará no arquivamento do processo, como determinam os artigos 36 e 40 da Lei nº 9.784/99; III - que o prazo de apresentação poderá ser estendido por mais quinze dias, por solicitação do interessado com a justificativa da imprescindibilidade dessa prorrogação, conforme facultado pelo art. 24 parágrafo único da Lei nº 9.784/99; IV - sobre a possibilidade de transformação do pedido de cancelamento em pedido de suspensão, somente quando o Corecon identificar que os pressupostos para concessão dessa última hipótese, prevista no artigo 9º desta Resolução, é a mais adequada. §14 É de exclusiva competência do Plenário do Conselho Regional o julgamento dos pedidos de cancelamento de registro, ressalvadas a hipótese de falecimento do economista, prevista no parágrafo 4º deste artigo, a hipótese de cancelamento determinada por decisão judicial, prevista no parágrafo 10 deste artigo e as demais hipóteses referidas no artigo 16 desta Resolução, cabendo ao relator e ao colegiado verificar, essencialmente, a ocorrência dos pressupostos de fato citados nos incisos do § 1º deste artigo. §15 Para fins de cancelamento do registro, quando o profissional exerça atividade com vínculo empregatício, considera-se documentação hábil para comprovação da atividade vigente: I - a comprovação do vínculo empregatício mantido, por meio de: a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, no caso de emprego regido pela CLT, onde conste o atual contrato de trabalho; b) cópia do ato de nomeação para o cargo, no caso de servidor público não celetista, e do último contracheque, bem como, cópia do edital do concurso para o qual o economista se submeteu, para verificação da possível exigência do registro no Corecon. II - a demonstração das tarefas efetivamente desempenhadas no exercício do cargo, por meio de: a) declaração destinada ao Corecon, em papel timbrado da instituição empregadora, informando as atividades desempenhadas pelo profissional no cargo ou emprego; b) de cópias dos planos de cargos e salários, planos de carreiras ou equivalentes, adotados pela instituição empregadora, que definam as atividades desempenhadas pelo profissional no cargo ou emprego, sendo suficiente a cópia da publicação no Diário Oficial, no caso de planos ou normativos. §16 Na avaliação prevista no parágrafo anterior, ter-se-á o cuidado de verificar se a atividade alegada pelo requerente de cancelamento é exercida por ele em caráter permanente e exclusivo. §17 Em qualquer caso, o Corecon deverá promover todas as diligências que se fizerem necessárias para completa comprovação e apuração dos fatos alegados, inclusive através de sua Fiscalização ou do setor de registros. §18 A retomada de atividades profissionais privativas ou facultativas à profissão de economista implica na imediata exigibilidade de reativação do registro. §19 A condição de inadimplência com as anuidades não obsta a concessão do cancelamento, se comprovados os pressupostos exigidos para o seu deferimento, sem prejuízo do prosseguimento por parte do Corecon das ações administrativas e judiciais impostas por lei que visem ao recebimento dos valores devidos pelo economista requerente. (Precedente: TRF 1a Região, 1a Turma, Remessa Ex-officio 1996.01.341030/GO, DJU 09/08/1999). §20 O cancelamento do registro do economista aprovado pelo Plenário do Corecon desobriga o profissional do pagamento das anuidades, somente a partir da data do seu requerimento, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos 4º e 10 deste artigo, em que prevalecem as datas do falecimento do economista ou da decisão judicial, respectivamente. Art. 15 Aplicam-se à tramitação processual dos casos de suspensão e cancelamento de registro os mesmos procedimentos internos do pedido de registro, obedecidas as disposições contidas nos artigos 8º a 14 desta Resolução e ressalvados ainda os seguintes pontos: I - é facultado ao Relator, a qualquer tempo, submeter os autos a consulta da assessoria jurídica do Conselho, formulando quesitos precisos e específicos para os quais necessite de orientação de caráter legal; II - em caso de indeferimento do pedido de suspensão ou cancelamento de registro, o Corecon notificará o economista, fazendo constar no ofício de notificação os esclarecimentos quanto aos motivos do indeferimento. Parágrafo único. Nos casos de suspensão ou cancelamento do registro, o Plenário do Corecon poderá, excepcionalmente, adotar a retroação dos efeitos da inexigibilidade de débitos até a data da ocorrência que dê causa à suspensão ou ao cancelamento, uma vez comprovada a absoluta incapacidade do economista, em tempo hábil, haver requerido um ou o outro benefício.

Seção VII - DO CANCELAMENTO DE OFÍCIO - SANEAMENTO DE CADASTRO

Art. 16 Além das hipóteses previstas no § 4º do artigo 3º, no inciso II do § 8º do artigo 5º, no § 5º do artigo 6º e nos parágrafos 4º e 10 do artigo 14, todos desta Resolução, é facultado ao CORECON efetuar de ofício o cancelamento do registro, quando constatadas circunstâncias que façam presumir o falecimento ou a absoluta impossibilidade de localização do economista e, por conseguinte, a inexistência do pressuposto fático do registro nos termos do caput do artigo 14 da Lei nº 1411/51. §1º Para que seja procedido o cancelamento de ofício do registro de um profissional, na forma prevista neste artigo, devem ser atendidas cumulativa e simultaneamente as seguintes precondições: I - o profissional deve ter tido o seu Cadastro de Pessoa Física cancelado pela Secretaria da Receita Federal, ou seu óbito ter sido informado por Oficial de Justiça, quando de diligência para cumprimento de execução fiscal, ou mediante informação colhida em sites da Justiça, nos quais o economista figure como inventariado; II - o profissional deve estar em situação de inadimplência para com o Corecon; §2º Para o fim previsto neste artigo, o Corecon deve ter procedido ao menos duas notificações formais no Diário Oficial ou em jornal de grande circulação nelas indicando nome e número de registro do profissional, nas seguintes condições: I - a primeira notificação fixando ao profissional prazo não inferior a cinco dias úteis para o seu comparecimento à sede do Cofecon ou às suas Delegacias com o objetivo de atualizarem seus dados cadastrais; II - a segunda notificação, transcorrido o prazo concedido ao profissional na primeira publicação e não tendo o mesmo se apresentado, informando ao profissional que o registro será cancelado de ofício pelo Conselho num prazo não inferior a cinco dias úteis da referida publicação. §3º É requisito essencial de regularidade do cancelamento de ofício que todas as precondições estabelecidas no parágrafo anterior estejam comprovadas documentalmente no processo de cancelamento respectivo. Art. 17. Antes da adoção das providências previstas no artigo anterior, o Corecon deverá realizar outras tentativas de localizar diretamente o profissional, tais como: I - utilizar-se do convênio firmado pelo Cofecon com a Secretaria da Receita Federal para identificação do endereço atual do economista ou do seu falecimento; II - pesquisar em listas telefônicas e ou em processos judiciais de inventário, quando disponíveis na Internet; III - encaminhar correspondência com Aviso de Recebimento para o endereço mais atualizado que estiver disponível; IV - efetuar as possíveis diligências por parte de agentes do Conselho para constatação da efetiva inexistência do endereço disponível. Art. 18 O Corecon que realizar cancelamento de ofício de registro deverá informar o fato ao Cofecon, até noventa dias após o encerramento do processo, indicando os nomes e números dos registros dos profissionais que tenham tido os registros cancelados, encaminhando cópia da publicação no Diário Oficial ou em jornal de grande circulação e das publicações referidas no artigo 16, § 1º, IV, desta Resolução. §1º As iniciativas para cancelamento de ofício de registros previstas nesta Resolução são definitivas, dispensada a homologação desses atos pelo Cofecon, podendo, o Conselho Federal de Economia solicitar os esclarecimentos e realizar as verificações que considerar necessárias em relação aos procedimentos adotados pelo Regional. §2º Constatados vícios insanáveis ou ilegalidades flagrantes nos procedimentos adotados pelos Conselhos Regionais, o Cofecon determinará a revisão dos atos atingidos.

Seção VIII - EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM OUTRA JURISDIÇÃO

Art. 19. O profissional que exerce ou vier a exercer atividade profissional, temporariamente, em outra jurisdição, deverá comunicar o fato ao Corecon da nova jurisdição, em formulário próprio, emitido em três vias, informando endereço, número do registro junto ao CORECON de origem e o período de permanência na jurisdição. §1º O Corecon que estiver sendo comunicado da circunstância fará a anotação e encaminhará ao Corecon que mantém o registro do economista uma das vias do formulário referido no caput deste artigo. §2º Ultrapassado o prazo de um ano do exercício de atividades na nova região, o economista ficará obrigado a registrar-se também no seu órgão regional. §3º Em decorrência do estabelecido no parágrafo anterior, o economista fica obrigado a fazer tantos registros quantas sejam as regiões de atuação profissional, permanecendo com um só domicílio eleitoral, observado ainda que: I - os Corecons encarregados dos registros subsequentes poderão fornecer as carteiras de identificação do economista, mediante pedido dos interessados;

II - a inadimplência perante qualquer um dos Corecon onde o economista mantenha registros é condição impeditiva para votação no local do domicílio eleitoral; III - o economista poderá requerer ao Corecon a alteração do seu domicílio eleitoral; IV - para participar de um processo eleitoral em curso, o pedido de alteração do domicílio eleitoral previsto no inciso anterior, deverá ser apresentado ao Corecon detentor do domicílio eleitoral no prazo de cinco dias da data da publicação do edital que venha tratar do processo eleitoral em curso; V - o Corecon que receber o pedido de alteração do domicílio eleitoral deverá adotar as necessárias medidas para a sua consecução, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento do pedido, tratando da imediata comunicação ao Corecon do novo domicílio eleitoral.

Seção IX - DA TRANSFERÊNCIA DO REGISTRO

Art. 20. O economista que tiver mudado o local de desempenho de suas atividades profissionais, em caráter permanente, para região sob jurisdição de Conselho diverso daquele em que se encontra registrado, deverá requerer diretamente ao Conselho de sua nova jurisdição, a transferência de seu registro original. §1º A transferência do registro será concedida mediante a apresentação da seguinte documentação: I - requerimento do interessado solicitando a transferência de seu registro; II - carteira de identidade profissional expedida pelo Conselho de origem, em original; III - uma fotografia, tamanho 3 X 4, em fundo branco; IV - comprovante do recolhimento dos emolumentos referentes à expedição de carteira de identidade do economista, para juntada ao processo; V - documentos comprobatórios da regularidade das obrigações financeiras junto ao Corecon de origem. §2º A transferência do registro tramitará da mesma forma que o pedido inicial de registro, observados os seguintes pontos: I - o Conselho de destino deverá diligenciar junto ao de origem, registrando o resultado da medida nos autos do processo, antes da distribuição a relator, com o fim obter: a) informação sobre a existência de débitos vencidos de responsabilidade do interessado; b) cópia do diploma de bacharel em ciências econômicas e do histórico escolar do interessado constante dos arquivos do Corecon de origem. II - a ocorrência de débitos vencidos junto ao Conselho de origem não impedirá a transferência, devendo o interessado ser notificado formalmente desta situação e da circunstância de estar em curso processo de execução fiscal dos mesmos, ressaltando-lhe os benefícios da regularização imediata no momento da transferência; III - é facultado ao economista quitar junto ao Conselho de destino os débitos que mantinha no Conselho de origem, sendo o valor de tais débitos uma receita do Conselho de origem a ser-lhe imediatamente transferida, na forma do inciso III do artigo 23 do Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecons, aprovado pela Resolução nº 1853/2011. §3º Concluída a transferência pelo Plenário, deverá o Conselho, em prazo não superior a 15 (quinze) dias: I - solicitar à região de origem o cancelamento da inscrição; II - informar à região de origem os recebimentos que tenham sido efetuados em função de débitos vencidos. §4º O Conselho de origem deverá providenciar a imediata execução fiscal do saldo dos débitos vencidos do economista transferido, descontando do valor a executar as parcelas eventualmente pagas ao Conselho de destino. §5º A carteira de identidade original do Conselho de origem ficará retida no processo administrativo formalizado pelo Corecon de destino, não sendo devolvida ao requerente.

Seção X - DA FUSÃO E DA CONSTITUIÇÃO DE NOVO CORECON

Art. 21. A constituição de novo Corecon por desmembramento de outros implicará na transferência automática do registro para o novo Conselho, vedada a cobrança de quaisquer emolumentos dos profissionais em função da transferência dos registros. Art. 22. Quando da instalação de novo Conselho por desmembramento de outros será automática a transferência do registro, cabendo ao Corecon de origem remeter toda a documentação pertinente, incluídos processos de registro, fichas de cadastro, fichas de controle financeiro, dentre outros, para o novo Conselho, acompanhados de relação descritiva em 2 (duas) vias, uma das quais, após conferida e achada conforme, deverá ser restituída ao Conselho de origem. Art. 23. O Conselho instalado sucede o Conselho de origem na titularidade das receitas devidas pelos economistas e empresas transferidos, inclusive os débitos vencidos. Art. 24. No caso de fusão de conselhos, o conselho que assumir a titularidade das ações adotará todas as providências para formalização das transferências dos registros, inclusive no que diz respeito aos débitos inscritos na dívida ativa, com o apoio do Corecon incorporado. Parágrafo único. Nos casos previstos nesta seção, os órgãos regionais adotarão as medidas mais convenientes para o prosseguimento de ações conduzidas no âmbito do Poder Judiciário.

Seção XI - DA CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

Art. 25. A todo profissional devidamente registrado será expedida pelo Corecon a respectiva carteira de identidade profissional, assinada pelo presidente. §1º A carteira profissional emitida pelo Corecon servirá de prova para fins de exercício profissional, de carteira de identidade para todos os efeitos e terá fé pública. §2º A carteira de identificação profissional conterá as seguintes indicações: I - nome, por extenso, do profissional; II - filiação; III - nacionalidade e naturalidade; IV - data do nascimento; V - denominação da Faculdade e data em que se diplomou na forma da Lei 1411/51; VI - número de registro do Corecon; VII - fotografia de frente e impressão datiloscópica; VIII - prazo de validade da carteira; IX - número do Cadastro de Pessoa Física - CPF; X - assinaturas do presidente do Corecon e do economista; XI - data do registro; XII - número do Registro Civil - RG. §3º Quanto da efetiva implantação dos processos de certificação profissional, as carteiras de identidade profissional dos profissionais certificados conterão indicação da respectiva certificação, nos termos do artigo 15, alínea "f" da Lei nº 1.411/51. Art. 26. As carteiras de identidade profissional emitidas para os economistas, inclusive para os que estão na condição de remido, serão confeccionadas pelo Cofecon segundo modelo que integra esta Resolução, em policarbonato, com 85,6 mm de largura, 54,0 mm de altura e 0,82 mm de espessura, com dados na frente e no verso, destacado o brasão da República. §1º Permanecem válidas as carteiras anteriormente emitidas e em poder dos economistas, respeitados os seus respectivos prazos de validade. §2º Quando emitir novas vias da carteira de identidade profissional, o Corecon ou a entidade encarregada pelo mesmo órgão regional para tal fim reproduzirá fielmente o original, acrescentando-lhe a nova data da expedição. §3º As carteiras de identidade profissional dos economistas terão o prazo de validade indeterminado, devendo tal informação constar mediante a expressão "VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, POR PRAZO INDETERMINADO".

CAPITULO II - DAS RELAÇÕES DOS CORECONS COM OS ESTUDANTES DE ECONOMIA

Seção I - DA EMISSÃO DE CREDENCIAL DE ESTUDANTE

Art. 27. Os Conselhos Regionais de Economia adotarão medidas, nos limites das suas competências legais, com vistas a estreitar relações com os estudantes de ciências econômicas, estimulando, inclusive, a criação de entidades estudantis que visem aspectos atinentes à profissão. Art. 28. Para os efeitos do disposto no artigo anterior, os Corecons poderão fornecer credenciamentos aos estudantes de Ciências Econômicas, que conterá: I - número da credencial; II - nome e filiação; III - data do nascimento; IV - de-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

signação da instituição de educação superior na qual o estudante está matriculado no curso de ciências econômicas; V - uma fotografia de frente, nas dimensões 3 x 4, em fundo branco; VI - prazo de validade; VII - assinaturas e elementos de autenticação. Art. 29. O credenciamento deverá ser requerido pelo estudante ao Presidente do Corecon respectivo, na base geográfica em que se situar a instituição de educação superior, com a declaração de: I - nome por extenso do requerente; II - naturalidade; III - data do nascimento; IV - filiação; VI - residência. Art. 30. O requerimento referido no artigo anterior deve ser instruído com certidão expedida pela instituição de educação superior, comprobatória de estar o interessado matriculado em qualquer período do curso de ciências econômicas. Art. 31. A expedição da credencial fica condicionada ao pagamento dos emolumentos de custo do documento, se exigíveis pelo Corecon. §1º A validade da credencial será fixada segundo o prazo previsto para a formatura do estudante que a requer. §2º A credencial perde sua validade no dia imediatamente após a formatura do seu portador, ou seu desligamento do curso. §3º A cada semestre, os Corecons solicitarão ao estudante a comprovação da permanência do vínculo com o curso, mediante nova certidão. §4º A periodicidade da verificação referida no parágrafo anterior poderá ser anual para os matriculados em instituições de ensino que mantenham regime de ensino anual. Art. 32 Os Corecons manterão controle sobre a perda do vínculo dos estudantes com o curso, solicitando-lhes a devolução das credenciais em seu poder, registrando a ocorrência da perda de validade e dando conhecimento do mesmo aos demais Corecons, de forma a impedir a utilização dos benefícios por aqueles que detenham irregularmente o benefício. Art. 33 As credenciais fornecidas pelos Corecons aos estudantes de ciências econômicas não gozarão das prerrogativas expressas no parágrafo 1º do artigo 25 desta Resolução. Art. 34 O modelo unificado para o formato da credencial de estudante, consta Anexo a esta Resolução.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. Os documentos e requerimentos padronizados referidos nesta Resolução seguirão os modelos anexados, segundo a seguinte relação: I - requerimento de Registro no Corecon, previsto no artigo 4º, I, desta Resolução, ANEXO I; II - pedido de prorrogação para apresentação do diploma, previsto no artigo 5º desta Resolução, ANEXO II; III - pedido de transferência de registro, previsto no artigo 20 desta Resolução, ANEXO III; IV - pedido de suspensão do registro, prevista no artigo 8º desta Resolução, ANEXO IV; V - pedido de prorrogação da suspensão do registro, previsto no § 6º do artigo 9º desta Resolução, ANEXO V; VI - pedido de cancelamento do registro, previsto no artigo 14 desta Resolução, ANEXO VI; VII - notificação da existência de débitos em pedidos de cancelamento e de suspensão, previsto no § 11 do artigo 14 desta Resolução, ANEXO VII; VIII - comunicação do exercício temporário de atividade profissional em outra jurisdição, prevista no artigo 19 desta Resolução, ANEXO VIII; IX - modelo da carteira do economista, previsto no artigo 26 desta Resolução, ANEXO IX; X - modelo da credencial aos estudantes de ciências econômicas, previsto no artigo 34 desta Resolução, ANEXO X. XI - requerimento de atualização cadastral no Corecon, previsto no parágrafo 8º do artigo 4º desta Resolução, ANEXO XI. Parágrafo único. Os Corecons são autorizados a acrescentar outros dados aos modelos padronizados, na medida da sua conveniência interna, mantido o conjunto de elementos que integram os anexos. Art. 36. Ficam convalidados os registros de profissionais eventualmente formalizados pelos Corecons fora dos padrões consignados nos artigos 1º e 2º desta Resolução. Parágrafo único. Igual tratamento previsto no caput deste artigo será também dispensado aos profissionais aos quais foi concedido, até a data da vigência desta resolução, quaisquer uma das condições de registro remido.

Anexos disponíveis em http://www.cofecon.org.br/legislacao/atos-normativos

RESOLUÇÃO Nº 1.946, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera dispositivos da Resolução nº 1.883, de 29 de novembro de 2012, que dispõe sobre a padronização de dados de registro dos profissionais e pessoas jurídicas inscritos no Sistema Cofecon/Corecons.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 03 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978; CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 15.643/2012 e, ainda, o que foi apreciado e deliberado na 667ª Sessão Plenária do Cofecon, realizada nos dias 27 e 28 de novembro de 2015, em Brasília-DF; CONSIDERANDO a necessidade de promover ajustes na Resolução nº 1.883, de 29 de novembro de 2012, que dispõe sobre a padronização de dados de registro dos profissionais e pessoas jurídicas inscritos no Sistema Cofecon/Corecon, publicada no Diário Oficial da União nº 236, de 7 de dezembro de 2012, Seção 1, Página 350, resolve:

Art. 1º Alterar o disposto nas alíneas 'c' e 'd' do inciso I do artigo 3º da Resolução nº 1.883, de 29 de novembro de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação: "c) TECNÓLOGO EM EXTINÇÃO, nas ocorrências de registros convalidados pelo artigo 36 do Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia, alterado pela Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015". "d) ANALISTA EM EXTINÇÃO, para os registros de Analistas em Relações Econômicas Internacionais, convalidados pelo artigo 36 do Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia, alterado pela Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015."

Art. 2º Alterar o disposto na alínea "d" do inciso III do artigo 3º da Resolução nº 1.883, de 29 de novembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação: "d) REMIDO EM EXTINÇÃO, para quaisquer um dos tipos de registros remidos convalidados pelo parágrafo único do artigo 36 do Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia, alterado pela Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015".

Art. 3º Incluir a alínea "g" no inciso III do artigo 3º da Resolução nº 1.883, de 29 de novembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação: "g) ATIVO COM DESCONTO, quando for concedido tratamento especial em função da idade na forma de desconto no valor da anuidade ao economista do sexo masculino com idade superior a 70 (setenta) anos e à economista do sexo feminino com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos, desde que regularmente inscritos, quites com as anuidades e com mais de 15 anos de registro, consecutivos ou alternados".

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAULO DANTAS DA COSTA
Presidente do Conselho

DELIBERAÇÃO Nº 4.837, DE 30 DENOVEMBRO DE 2015

Homologa processos contábeis apreciados na 667ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978; CONSIDERANDO o que consta dos processos apreciados na 667ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada nos dias 27 e 28 de novembro de 2015, em Brasília-DF; CONSIDERANDO o disposto nos pareceres da Contabilidade e da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon; resolve:

Art. 1º Homologar os processos relativos à Prestação de Contas de 2014 do Conselho Regional de Economia da 20ª Região - MS, Processo: 16.893/2015.

Art. 2º Homologar a Reformulação Orçamentária de 2014 dos seguintes Conselhos Regionais de Economia. Processo: 16.924/2015 (Corecon-MS); Processo: 17.095/2015 (Corecon-MS).

Art. 3º Homologar a Reformulação Orçamentária de 2015 do Conselho Federal de Economia e dos seguintes Conselhos Regionais de Economia. Processo: 17.121/2015 (Corecon-SC); Processo: 17.151/2015 (Corecon-PA); Processo: 17.195/2015 (Cofecon); Processo: 17.197/2015 (Corecon-SE); Processo: 17.214/2015 (Corecon-SP); Processo: 17.224/2015 (Corecon-RS); Processo: 17.241/2015 (Corecon-RJ); Processo: 17.246/2015 (Corecon-DF); Processo: 17.260/2015 (Corecon-TO); Processo: 17.264/2015 (Corecon-PB).

Art. 4º Homologar o Balancete do 1º Trimestre de 2015 dos seguintes Conselhos Regionais de Economia. Processo: 16.950/2015 (Corecon-MS); Processo: 16.999/2015 (Corecon-AC); Processo: 17.011/2015 (Corecon-MA); Processo: 17.023/2015 (Corecon-SE); Processo: 17.040/2015 (Corecon-AM); Processo: 17.088/2015 (Corecon-CE); Processo: 17.115/2015 (Corecon-AL); Processo: 17.119/2015 (Corecon-GO).

Art. 5º Homologar o Balancete do 2º Trimestre de 2015 do Conselho Federal de Economia e dos seguintes Conselhos Regionais de Economia. Processo: 17.041/2015 (Cofecon); Processo: 17.086/2015 (Corecon-MG); Processo: 17.099/2015 (Corecon-SE); Processo: 17.101/2015 (Corecon-MS); Processo: 17.103/2015 (Corecon-PI); Processo: 17.111/2015 (Corecon-MA); Processo: 17.113/2015 (Corecon-RS); Processo: 17.114/2015 (Corecon-RJ); Processo: 17.116/2015 (Corecon-SP); Processo: 17.117/2015 (Corecon-AM); Processo: 17.118/2015 (Corecon-DF); Processo: 17.120/2015 (Corecon-RN); Processo: 17.122/2015 (Corecon-SC); Processo: 17.123/2015 (Corecon-PB); Processo: 17.124/2015 (Corecon-TO); Processo: 17.146/2015 (Corecon-RO); Processo: 17.147/2015 (Corecon-BA); Processo: 17.149/2015 (Corecon-PE); Processo: 17.152/2015 (Corecon-PA); Processo: 17.153/2015 (Corecon-AL; Processo: 17.191/2015 (Corecon-ES); Processo: 17.199/2015 (Corecon-AC); Processo: 17.201/2015 (Corecon-CE); Processo: 17.274/2015 (Corecon-GO).

Art. 6º Homologar o Balancete do 3º Trimestre de 2015 do Conselho Federal de Economia e dos seguintes Conselhos Regionais de Economia. Processo: 17.194/2015 (Cofecon); Processo: 17.221/2015(Corecon-RO); Processo: 17.223/2015(Corecon-RS); Processo: 17.240/2015(Corecon-RJ); Processo: 17.244/2015(Corecon-RN); Processo: 17.247/2015(Corecon-DF); Processo: 17.249/2015(Corecon-MA); Processo: 17.251/2015(Corecon-SC); Processo: 17.253/2015(Corecon-TO); Processo: 17.259/2015(Corecon-PI); Processo: 17.262/2015(Corecon-MS); Processo: 17.270/2015(Corecon-SE); Processo: 17.272/2015(Corecon-PA); Processo: 17.282/2015(Corecon-AM).

Art. 7º Homologar a Proposta Orçamentária de 2016 do Conselho Federal e dos seguintes Conselhos Regionais de Economia. Processo: 17.196/2015 (Cofecon); Processo: 17.225/2015 (Corecon-RS); Processo: 17.226/2015 (Corecon-MS); Processo: 17.242/2015 (Corecon-RJ); Processo: 17.245/2015 (Corecon-DF); Processo: 17.248/2015 (Corecon-MA); Processo: 17.250/2015 (Corecon-SC); Processo: 17.261/2015 (Corecon-TO); Processo: 17.265/2015 (Corecon-RO); Processo: 17.271/2015 (Corecon-SE); Processo: 17.273/2015 (Corecon-GO).

Art. 8º Homologar os processos de Auxílios Financeiros dos seguintes Conselhos Regionais de Economia. Processo: 16.113/2013 (Corecon-TO); Processo: 16.646/2014 (Corecon-PR); Processo: 16.705/2014 (Corecon-SE); Processo: 16.737/2014 (Corecon-DF); Processo: 16.938/2015 (Corecon-PR); Processo: 16.948/2014 (Corecon-RN); Processo: 16.958/2015 (Corecon-AL); Processo: 17.007/2015 (Corecon-RS); Processo: 17.018/2015 (Corecon-ES); Processo: 17.031/2015 (Corecon-PI); Processo: 17.039/2015 (Corecon-AM); Processo: 17.045/2015 (Ange); Processo: 17.083/2015 (Corecon-RO).

Art. 9º Homologar o processo de verificação de controle interno do Conselho Regional de Economia da 8ª Região - CE, Processo: 17.042/2015.

Art. 10 Homologar o processo de Desfazimento de Bens do Conselho Federal de Economia, Processo: 17.175/2015.

Art. 11 Não homologar o processo relativo à Prestação de Contas de 2009 do Conselho Regional de Economia da 14ª Região - MT, Processo: 14.556/2010.

Art. 12 Não homologar o processo relativo à Prestação de Contas de 2010 do Conselho Regional de Economia da 14ª Região - MT, Processo: 14.993/2011.

Art. 13 Não homologar o processo relativos à Prestação de Contas de 2011 do Conselho Regional de Economia da 14ª Região - MT, Processo: 16.498/2014.

Art. 14 Não homologar o processo relativo à Prestação de Contas de 2012 do Conselho Regional de Economia da 14ª Região - MT, Processo: 16.649/2014.

Art. 15 Não homologar o processo relativo à Prestação de Contas de 2013 do Conselho Regional de Economia da 14ª Região - MT, Processo: 16.840/2014.

Art. 16 Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAULO DANTAS DA COSTA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 502, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Fixa valores máximos dos preços de serviços no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem para o exercício de 2016.

O Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, inciso IV, da Lei nº 5.905/73;

CONSIDERANDO o art. 2º, da Lei Ordinária Federal nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004;

CONSIDERANDO a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no valor de 10,33%, segundo Memorando nº 22/2015/Contabilidade/Cofen;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Cofen em sua 472ª Reunião Ordinária; resolve:

Art. 1º Cabe aos Conselhos Regionais de Enfermagem, para o exercício de 2016, por meio de decisão, a fixação e cobrança dos valores das taxas correspondentes ao preço de serviços relacionados com suas atribuições legais, restritas aos abaixo discriminados, considerando-se os seguintes valores máximos:

I - autorização atendente/estrangeiro - R$ 136,39;
II - inscrição e registro de pessoa física - R$ 241,46;
III - inscrição e registro de pessoa jurídica - R$ 348,27;
IV - inscrição secundária - R$ 241,46;
V - inscrição remida/remida secundária - R$ 241,46;
VI - expedição de carteira profissional - R$ 115,01;
VII - substituição de carteira/expedição de 2ª via - R$ 115,01;
VIII - anotação/registro de especialização, qualificação ou título - R$ 155,36;
IX - transferência de inscrição - R$ 241,46;
X - reinscrição/revalidação de registro - R$ 160,33;
XI - renovação de autorização - R$ 136,39;
XII - suspensão temporária de inscrição - R$ 62,15;
XIII - cancelamento de inscrição e registro - R$ 62,15;
XIV - anotação de Responsabilidade Técnica - R$ 186,44;
XV - certidão de Responsabilidade Técnica - R$ 62,15;
XVI - emissão de declaração ou validação de registro para outros países - R$ 198,86;
XVII - certidões diversas - R$ 41,01;
XVIII - desarquivamento de autos/documentos - R$ 12,43;
XIX - autenticação de documentos pelo Conselho - R$ 1,25 por folha;
XX - despesas de correspondência e remessa de documentos - valor correspondente ao cobrado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
XXI - despesas de fotocópias realizadas no Conselho - R$ 0,38.

Art. 2º É vedada a cobrança de taxa para expedição de certidões: negativa, de transferência, de regularidade e/ou nada consta.

Art. 3º As decisões de que trata o artigo 1º dessa Resolução devem ser encaminhadas ao Cofen para homologação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura revogando-se a Resolução nº 462/2014 e demais disposições em contrário.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente

MARIA R. F. B. SAMPAIO
Primeira-Secretária

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA

DECISÃO PLENÁRIA Nº 835, DE 23 DE ABRIL DE 2015

Processo CF - 2560/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 15 a 17 de abril de 2015, apreciando a Deliberação nº 042/2015-CCSS, que trata da Primeira Reformulação Orçamentária do CREA-RN para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$ 17.111.000,00 (dezessete milhões, cento e onze mil reais) conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	12.519.058,00	Desp. Correntes	12.610.284,95
Rec. de Capital	4.591.942,00	Desp.de Capital	4.500.715,05
Total	17.111.000,00	Total	17.111.000,00

MODESTO FERREIRA DOS SANTOS FILHO
Presidente do CREA-RN

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 919, DE 2 DE JUNHO DE 2015

Processo CF - 2619/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 27 a 29 de maio de 2015, apreciando a Deliberação nº 044/2015-CCSS, que trata da Primeira Reformulação Orçamentária do CREA-MS para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$ 17.049.492,00 (dezessete milhões, quarenta e nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais), conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	16.739.492,00	Desp. Correntes	15.401.292,00
Rec. de Capital	310.000,00	Desp.de Capital	1.648.200,00
T otal	17.049.492,00	Total	17.049.492,00

DIRSON ARTHUR FREITAG
Presidente do CREA-MS

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 1.311, DE 2 DE JULHO DE 2015

Processo CF - 2558/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 24 a 26 de junho de 2015, apreciando a Deliberação nº 100/2015-CCSS, que trata da Primeira Reformulação Orçamentária do CREA-AL para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$5.951.034,46 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e um mil, trinta e quatro reais e quarenta e seis centavos), conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	5.391.846,79	Desp. Correntes	5.831.034,46
Rec. de Capital	559.187.67	Desp.de Capital	120.000,00
T otal	5.951.034,46	Total	5.951.034,46

FERNANDO DACAL REIS
Presidente do CREA-AL

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 1.505, DE 6 DE SETEMBRO DE 2015

Processo CF - 2252/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 26 a 28 de agosto de 2015, apreciando a Deliberação nº 109/2015-CCSS, que trata da Primeira Reformulação Orçamentária do CREA-MG para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$ 88.795.415,61 (oitenta e oito milhões, setecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e quinze reais e sessenta e um centavos), conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	82.563.300,00	Desp. Correntes	84.726.415,61
Rec. de Capital	6.232.115,61	Desp.de Capital	4.069.000,00
T otal	88.795.415,61	Total	88.795.415,61

JOBSON NOGUEIRA DE ANDRADE
Presidente do CREA-MG

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 1.506, DE 6 DE SETEMBRO DE 2015

Processo CF - 2506/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 26 a 28 de agosto de 2015, apreciando a Deliberação nº 110/2015-CCSS, que trata da primeira Reformulação Orçamentária do CREA-PI para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$ 9.135.413,00 (nove milhões, cento e trinta e cinco mil e quatrocentos e treze reais), conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	8.135.413,00	Desp. Correntes	6.917.413,00
Rec. de Capital	1.000.000,00	Desp.de Capital	2.218.000,00
T otal	9.135.413,00	Total	9.135.413,00

PAULO ROBERTO FERREIRA DE OLIVEIRA
Presidente do CREA-PI

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 1.806, DE 6 DE SETEMBRO DE 2015

Processo CF - 2781/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 26 a 28 de agosto de 2015, apreciando a Deliberação nº 125/2015-CCSS, que trata da Primeira Reformulação Orçamentária do CREA-RJ para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$ 70.550.000,00 (setenta milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	70.460.000,00	Desp. Correntes	70.220.000,00
Rec. de Capital	90.000,00	Desp.de Capital	330.000,00
T otal	70.550.000,00	Total	70.550.000,00

REYNALDO ROCHA BARROS
Presidente do CREA-RJ

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 1.807, DE 6 DE SETEMBRO DE 2015

Processo CF - 2554/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 26 a 28 de agosto de 2015, apreciando a Deliberação nº 128/2015-CCSS, que trata da primeira Reformulação Orçamentária da MÚTUA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$370.996.784,00 (trezentos e setenta milhões, novecentos e noventa e seis mil, setecentos e oitenta e quatro reais), conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Operacionais	226.643.133,00	Operacionais	257.152.850,00
		Reservas	100.955.490,00
Aporte Financ.	144.353.651,00	Desp.de Capital	12.888.444,00
T otal	370.996.784,00	Total	370.996.784,00

PAULO ROBERTO DE QUEIROZ GUIMARÃES
Presidente da MÚTUA

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 1.808, DE 6 DE SETEMBRO DE 2015

Processo CF - 2619/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 27 a 29 de maio de 2015, apreciando a Deliberação nº 044/2015-CCSS, que trata da Segunda Reformulação Orçamentária do CREA-MS para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Segunda Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$ 17.049.492,00 (dezessete milhões, quarenta e nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais), conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	16.739.492,00	Desp. Correntes	14.997.952,00
Rec. de Capital	310.000,00	Desp.de Capital	2.051.540,00
Total	17.049.492,00	Total	17.049.492,00

DIRSON ARTHUR FREITAG
Presidente do CREA-MS

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 1.309, DE 1º DE JULHO DE 2015

Processo CF - 2555/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 24 a 26 de junho de 2015, apreciando a Deliberação nº 070/2015-CCSS, que trata da Primeira Reformulação Orçamentária do CREA-ES para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$34.647.111,03 (trinta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, cento e onze reais e três centavos), conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	20.580.748,92	Desp. Correntes	21.412.499,53
Rec. de Capital	14.066.362,11	Desp.de Capital	13.234.611,50
T otal	34.647.111,03	Total	34.647.111,03

HELDER PAULO CARNIELLI
Presidente do CREA-ES

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 1.939, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

Processo CF - 2618/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 23 a 25 de setembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 139/2015-CCSS, que trata da Primeira Reformulação Orçamentária do CREA-CE para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$ 36.085.000,00 (trinta e seis milhões, oitenta e cinco mil reais), conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	35.795.000,00	Desp. Correntes	34.089.000,00
Rec. de Capital	290.000,00	Desp.de Capital	1.996.000,00
T otal	36.085.000,00	Total	36.085.000,00

VICTOR CÉSAR DA FROTA PINTO
Presidente do CREA-CE

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.302, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015

Processo CF - 2562/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 21 a 23 de outubro de 2015, apreciando a Deliberação nº 153/2015-CCSS, que trata da Primeira Reformulação Orçamentária do CREA-RO para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$9.949.338,87 (nove milhões, novecentos e quarenta e nove mil, trezentos e trinta e oito reais e oitenta e sete centavos), conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	9.364.338,87	Desp. Correntes	9.124.338,87
Rec. de Capital	585.000,00	Desp.de Capital	825.000,00
T otal	9.949.338,87	Total	9.949.338,87

NÉLIO ALZENIR AFONSO ALENCAR
Presidente do CREA-RO

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.342, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Processo CF - 2550/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 21 a 23 de outubro de 2015, apreciando a Deliberação nº 158/2015-CCSS, que trata da Primeira Reformulação Orçamentária do CREA-PE para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$ 18.082.337,00 (dezoito milhões, oitenta e dois mil, trezentos e trinta e sete reais), conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	17.282.337,00	Desp. Correntes	17.282.337,00
Rec. de Capital	800.000,00	Desp.de Capital	800.000,00
Total	18.082.337,00	Total	18.082.337,00

EVANDRO DE ALENCAR CARVALHO
Presidente do CREA-PE

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.343, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Processo CF - 2557/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 21 a 23 de outubro de 2015, apreciando a Deliberação nº 160/2015-CCSS, que trata da Primeira Reformulação Orçamentária do CREA-MT para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$ 32.414.198,84 (trinta e dois milhões, quatrocentos e quatorze mil, cento e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos) conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	27.914.198,84	Desp. Correntes	24.206.198,84
Rec. de Capital	4.500.000,00	Desp.de Capital	8.208.000,00
Total	32.414.198,84	Total	32.414.198,84

JUARES SILVEIRA SAMANIEGO
Presidente do CREA-MT

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.404, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2504/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 183/2015-CCSS, que trata da Primeira Reformulação Orçamentária do CREA-GO para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$32.400.000,00 (trinta e dois milhões e quatrocentos mil reais), conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	31.500.000,00	Desp. Correntes	30.346.140,00
Rec. de Capital	900.000,00	Desp.de Capital	2.053.860,00
T otal	32.400.000,00	Total	32.400.000,00

FRANCISCO ANTONIO SILVA DE ALMEIDA
Presidente do CREA-GO

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.410, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2555/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 187/2015-CCSS, que trata da Segunda Reformulação Orçamentária do CREA-ES para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Segunda Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$34.647.111,03 (trinta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, cento e onze reais e três centavos), conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	20.580.748,92	Desp. Correntes	23.294.099,53
Rec. de Capital	14.066.362,11	Desp.de Capital	11.353.011,50
T otal	34.647.111,03	Total	34.647.111,03

HELDER PAULO CARNIELLI
Presidente do CREA-ES

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.411, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF -2563/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 188/2015-CCSS, que trata da Primeira Reformulação Orçamentária do CREA-PB para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$10.821.554,00 (dez milhões, oitocentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais), conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	10.271.554,00	Desp. Correntes	10.063.954,00
		Reservas	29.000,00
Rec. de Capital	550.000,00	Desp.de Capital	728.600,00
T otal	10.821.554,00	Total	10.821.554,00

GIUCÉLIA ARAÚJO DE FIGUEREDO
Presidente do CREA-PB

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.412, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2556/2014

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 201/2015-CCSS, que trata da Primeira Reformulação Orçamentária do CREA-RR para o exercício de 2015, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Primeira Reformulação Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2015, no valor total de R$3.309.583,10 (três milhões, trezentos e nove mil, quinhentos e oitenta e três reais e dez centavos), conforme demonstrado abaixo:

Receita	Valor R$	Despesa	Valor R$
Rec. Correntes	2.481.269,60	Desp. Correntes	2.481.269,60
Rec. de Capital	828.313,50	Desp.de Capital	828.313,50
T otal	3.309.583,10	Total	3.309.583,10

MARCOS LUCIANO CAMOEIRAS GRACINDO MARQUES
Presidente do CREA-RR

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.415, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2906/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 189/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-BA para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$ 35.447.241,36 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, duzentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	34.647.241,36	Correntes	33.421.488,00
Capital	800.000,00	Capital	2.025.753,36
		Reservas	
Total	35.447.241,36	Total	35.447.241,36

MARCO ANTONIO AMIGO
Presidente do CREA-BA

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.416, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2901/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 190/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-DF para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$ 17.101.733,00 (dezessete milhões, cento e um mil, setecentos e trinta e três reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	17.101.733,00	Correntes	17.030.733,00
Capital	-	Capital	71.000,00
Total	17.101.733,00	Total	17.101.733,00

FLAVIO CORREIA DE SOUSA
Presidente do CREA-DF

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.417, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2904/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 191/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-MG para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$ 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	91.940.000,00	Correntes	88.072.000,00
Capital	60.000,00	Capital	3.008.000,00
		Reservas	920.000,00
Total	92.000.000,00	Total	92.000.000,00

JOBSON NOGUEIRA DE ANDRADE
Presidente do CREA-MG

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.418, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2892/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 192/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-PA para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$18.590.416,86 (dezoito milhões, quinhentos e noventa mil, quatrocentos e dezesseis reais e oitenta e seis centavos), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	18.590.416,86	Correntes	15.431.016,86
Capital	-	Capital	1.659.400,00
		Reservas	1.500.000,00
Total	18.590.416,86	Total	18.590.416,86

ELIAS DA SILVA LIMA
Presidente do CREA-PA

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.419, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2907/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 193/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-PB para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$10.850.490,00 (dez milhões, oitocentos e cinquenta mil, quatrocentos e noventa reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	10.112.490,00	Correntes	9.952.544,00
Capital	738.000,00	Capital	817.000,00
		Reservas	80.946,00
Total	10.850.490,00	Total	10.850.490,00

GIUCÉLIA ARAÚJO DE FIGUEREDO
Presidente do CREA-PB

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.420, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2902/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 194/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-PE para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$20.964.634,00 (vinte milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	20.164.634,00	Correntes	19.695.086,00
Capital	800.000,00	Capital	1.162.645,00
		Reservas	106.903,00
Total	20.964.634,00	Total	20.964.634,00

EVANDRO DE ALENCAR CARVALHO
Presidente do CREA-PE

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.421, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2893/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 195/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-PR para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$ 73.130.000,00(setenta e três milhões, cento e trinta mil reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	72.930.000,00	Correntes	68.932.870,00
Capital	200.000,00	Capital	3.197.130,00
		Reservas	1.000.000,00
Total	73.130.000,00	Total	73.130.000,00

JOEL KRÜGER
Presidente do CREA-PR

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.422, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2946/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 196/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-GO para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$ 35.468.200,00 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil e duzentos reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	34.468.200,00	Correntes	33.398.200,00
Capital	1.000.000,00	Capital	2.070.000,00
Total	35.468.200,00	Total	35.468.200,00

FRANCISCO ANTONIO SILVA DE ALMEIDA
Presidente do CREA-GO

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.423, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2903/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 197/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-RS para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$ 84.610.000,00 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e dez mil reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	78.910.000,00	Correntes	78.510.000,00
Capital	5.700.000,00	Capital	5.700.000,00
		Reservas	400.000,00
Total	84.610.000,00	Total	84.610.000,00

MELVIS BARRIOS JUNIOR
Presidente do CREA-RS

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.424, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 3012/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de NOVEMBRO de 2015, apreciando a Deliberação nº 199/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-ES para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$ 19.594.747,00 (dezenove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e sete reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	19.594.747,00	Correntes	18.615.009,65
Capital		Capital	979.737,35
Total	19.594.747,00	Total	19.594.747,00

HELDER PAULO CARNIELLI
Presidente do CREA-ES

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.425, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2891/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de NOVEMBRO de 2015, apreciando a Deliberação nº 200/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-RO para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$ 9.732.501,61 (nove milhões, setecentos e trinta e dois mil, quinhentos e um reais e sessenta e um centavos), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	8.862.501,61	Correntes	8.862.501,61
Capital	870.000,00	Capital	870.000,00
Total	9.732.501,61	Total	9.732.501,61

NELIO ALZENIR AFONSO ALENCAR
Presidente do CREA-RO

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.426, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2920/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 204/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-AP para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$3.832.725,82 (três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	3.776.725,82	Correntes	2.937.725,82
Capital	56.000,00	Capital	895.000,00
Total	3.832.725,82	Total	3.832.725,82

LAERCIO AIRES DOS SANTOS
Presidente do CREA-AP

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.427, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2872 /2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 206/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-MS para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$17.280.000,00 (dezessete milhões, duzentos e oitenta mil reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	17.280.000,00	Correntes	16.206.329,00
Capital	-	Capital	1.073.671,00
Total	17.280.000,00	Total	17.280.000,00

DIRSON ARTUR FREITAG
Presidente do CREA-MS

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.428, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2837/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 207/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-RN para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$14.141.000,00 (quatorze milhões, cento e quarenta e um mil reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	13.628.500,00	Correntes	11.453.010,00
Capital	512.500,00	Capital	2.085.200,00
		Reservas	602.790,00
Total	14.141.000,00	Total	14.141.000,00

MODESTO FERREIRA DOS SANTOS FILHO
Presidente do CREA-RN

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.429, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2840/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 208/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-SP para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$269.290.000,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e noventa mil reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	269.090.000,00	Correntes	250.896.000,00
Capital	200.000,00	Capital	18.394.000,00
Total	269.290.000,00	Total	296.290.000,00

FRANCISCO KURIMORI
Presidente do CREA-SP

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.430, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2905/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 217/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-MT para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$34.961.920.000,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e vinte reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	31.185.920,00	Correntes	25.186.920,00
Capital	3.776.000,00	Capital	9.775.000,00
Total	34.961.920,00	Total	34.961.920,00

JUAREZ SILVEIRA SAMANEIGO
Presidente do CREA-MT

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.431, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2953/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 218/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-AC para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$3.103.600,00 (três milhões, cento e três mil, e seiscentos reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	2.978.600,00	Correntes	2.777.600,00
Capital	125.000,00	Capital	43.000,00
		Reservas	283.000,00
Total	3.103.600,00	Total	3.103.600,00

CARMINDA LUZIA SILVA PINHEIRO
Presidente do CREA-AC

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.432, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2839/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 219/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-SE para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$9.292.564,00 (nove milhões, duzentos e noventa e dois mil, quinhentos e sessenta e quatro reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	9.142.564,00	Correntes	8.587.564,00
Capital	150.000,00	Capital	705.000,00
Total	9.292.564,00	Total	9.292.564,00

ARÍCIO RESENDE SILVA
Presidente do CREA-SE

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.433, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2852/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 220/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-AL para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$7.001.149,26 (sete milhões, um mil cento e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	7.001.149,26	Correntes	6.206.657,69
Capital	-	Capital	470.000,00
		Reservas	324.491,57
Total	7.001.149,26	Total	7.001.149,26

FERNANDO DACAL REIS
Presidente do CREA-AL

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.434, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 3037/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 221/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária da MÚTUA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$ 304.397.271,00 (trezentos e quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil, duzentos e setenta e um reais), conforme demonstrado abaixo:

Receita s	Valor R$	Despesa s	Valor R$
Operacionais	304.397.271,00	Operacionais	304.397.271,00
Total	304.397.271,00	Total	304.397.271,00

PAULO ROBERTO DE QUEIROZ GUIMARÃES
Presidente da MÚTUA

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.435, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2919/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 222/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-PI para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$ 8.400.713,50 (oito milhões, quatrocentos mil, setecentos e treze reais e cinquenta centavos), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	8.100.713,50	Correntes	7.610.713,50
Capital	300.000,00	Capital	790.000,00
Total	8.400.713,50	Total	8.400.713,50

PAULO ROBERTO FERREIRA DE OLIVEIRA
Presidente do CREA-PI

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.436, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2900/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 223/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-TO para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$ 5.670.00,00 (cinco milhões, seiscentos e sessenta mil reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	4.990.000,00	Correntes	5.491.000,00
Capital	680.000,00	Capital	179.000,00
Total	5.670.000,00	Total	5.670.000,00

MARCELO COSTA MAIA
Presidente do CREA-TO

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.437, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 3146/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de NOVEMBRO de 2015, apreciando a Deliberação nº 224/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-MA para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$ 11.446.351,00 (onze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	11.446.351,00	Correntes	10.619.033,00
Capital	-	Capital	255.000,00
		Reservas	572.318,00
Total	11.446.351,00	Total	11.446.351,00

CLEUDSON CAMPOS DE ANCHIETA
Presidente do CREA-MA

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.438, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 3168/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de NOVEMBRO de 2015, apreciando a Deliberação nº 225/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-SC para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$ 49.438.346,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, trezentos e quarenta e seis reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	46.288.346,00	Correntes	47.242.848,00
Capital	3.150.000,00	Capital	2.195.498,00
Total	49.438.346,00	Total	49.438.346,00

CARLOS ALBERTO KITA XAVIER
Presidente do CREA-SC

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.439, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2406/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de NOVEMBRO de 2015, apreciando a Deliberação nº 226/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-CE para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$ 28.157.500,00 (vinte e oito milhões, cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	27.807.500,00	Correntes	26.265.500,00
Capital	350.000,00	Capital	1.892.000,00
Total	28.157.500,00	Total	28.157.500,00

VICTOR CESAR DA FROTA PINTO
Presidente do CREA-CE

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.440, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2918/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 227/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-RR para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$2.186.204,90 (dois milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e quatro reais e noventa centavos), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	1.958.000,00	Correntes	1.958.000,00
Capital	228.204,90	Capital	228.204,90
Total	2.186.204,90	Total	2.186.204,90

MARCOS LUCIANO CAMOEIRAS GRACINDO MARQUES
Presidente do CREA-RR

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

DECISÃO PLENÁRIA Nº 2.441, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo CF - 2921/2015

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, nos dias 18 a 20 de novembro de 2015, apreciando a Deliberação nº 198/2015-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-AM para o exercício de 2016, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2016, no valor total de R$10.494.000,00 (dez milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Correntes	10.494.000,00	Correntes	9.906.382,03
Capital	-	Capital	587.617,97
Total	10.494.000,00	Total	10.494.000,00

CLAUDIO GUENKA
Presidente do CREA-AM

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO
Presidente do CONFEA
Em exercício

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 3.820/60, determina a inclusão dos seguintes processos para julgamento na Sessão Plenária dos dias 28 e 29 de janeiro 2016, ou em sessões ulteriores, a partir das 9:00 horas, a realizar-se à sede desta Autarquia Federal, sito à SHIS QI 15 Lote "L" Lago Sul - Brasília/DF, intimando as partes e os Advogados legalmente constituídos nos autos, quando for o caso, que poderão promover sustentação oral, na forma regimental:

Recurso Administrativo Ético Disciplinar n.º: 2187/2015
N.º Original: 0027/2014
Recorrente: JANINE MARIA DE ALMEIDA MAROSO
Advogado: IURE CASAGRANDE DE LISBOA - OAB/RS 63.207
Recorrido: CRF - RS
Relator: CARLOS ANDRÉ OEIRAS SENA - AP
Recurso Administrativo Ético Disciplinar n.º: 841/2015
N.º Original: 053/2013
Recorrente: FERNANDO HENRIQUE DA SILVA
Advogados: GUILHERME VILELA - OAB/SP 206.243; NICHOLAS ALAN STEYTLER - OAB/SP 167.565
Recorrido: CRF - SP
Relator: FORLAND OLIVEIRA SILVA - DF
Recurso Administrativo Ético Disciplinar n.º: 1450/2015
N.º Original: 0028/2014
Recorrente: JONAS LANJONI DEL PINO
Advogado: GUIDO PELEGRINOTTI JÚNIOR - OAB/SP 117.987
Recorrido: CRF - SP
Relator: PAULO ROBERTO BOFF - SC
Recurso Administrativo Ético Disciplinar n.º: 844/2015
N.º Original: 163/2013
Recorrente: LILIAM FELICORI TEIXEIRA
Advogada: MARIA MADALENA ANTUNES GONÇALVES - OAB/SP 119.757
Recorrido: CRF - SP
Relator: JOSUÉ SCHOSTACK - RS
Recurso Administrativo Ético Disciplinar n.º: 2190/2015
N.º Original: 048/2014
Recorrente: MARIANO FONTANELLA
Advogado: MARCELO RICARDO URIZZI DE BRITO ALMEIDA - OAB/PR 30.715
Recorrido: CRF - PR
Relator: JOSÉ RICARDO ARNAUT AMADIO - MT

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA
12ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

A Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região / Pernambuco - Alagoas - CREF12/PE-AL, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei 9.696, de 1º de setembro de 1998, e por seu Estatuto, resolve:

Art. 1º - Dar publicidade a prestação de contas do Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região / Pernambuco - Alagoas, referente ao exercício financeiro de 2013, aprovadas nos termos da Ata da Reunião Ordinária do Plenário do CREF12/PE-AL ocorrida em 29 de abril de 2014.

Art. 2º - A receita realizada foi de: RECEITA VALOR - 1. RECEITA TOTAL R$ 2.100.808,46.

Art. 3º - A despesa realizada apresentou o seguinte desdobramento sintético: DESPESA VALOR - 3. DESPESAS CORRENTES R$ 1.596.259,52; 3.01 DESPESAS DE CUSTEIO R$ 1.596.259,52; 3.01.1 Pessoal R$ 876.364,22; 3.01.3 Material de Consumo R$ 45.833,56; 3.01.4 Demais Despesas R$ 674.061,74; 4. DESPESAS DE CAPITAL R$ 84.717,25; 4.01 INVESTIMENTOS R$ 84.717,25; 4.01.2 Equip. Mat. Permanente R$ 84.717,25; TOTAL DA DESPESA R$1.680.976,77.

Art. 4º - Esta Resolução, em seu inteiro teor, encontra-se disponível na página eletrônica do CREF-12 PE/AL, www.cref12.org.br.

NADJA REGUEIRA HARROP

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

A Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região / Pernambuco - Alagoas - CREF12/PE-AL, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei 9.696, de 1º de setembro de 1998, e por seu Estatuto:

Art. 1º Dar publicidade a prestação de contas do Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região / Pernambuco - Alagoas - CREF12/PE-AL, referente ao exercício financeiro de 2014, aprovadas nos termos da ata da Reunião Ordinária do Plenário do CREF12/PE-AL, ocorrida em 14 de maio de 2015.

Art. 2º - A receita realizada foi de: RECEITA VALOR - RECEITA TOTAL R$ 2.552.587,12.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º - A despesa realizada apresentou o seguinte desdobramento sintético: DESPESA VALOR - DESPESAS CORRENTES R$ 1.971.848,97; DESPESAS DE CAPITAL R$ 169.461,00; TOTAL DA DESPESA R$ 2.141.309,97.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário. Esta Resolução, em seu inteiro teor, encontra-se disponível na página eletrônica do CREF-12 PE/AL, www.cref12.org.br.

NADJA REGUEIRA HARROP

RESOLUÇÃO Nº 50, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região / Pernambuco - Alagoas - CREF12/PE-AL, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei 9.696, de 1º de setembro de 1998, e por seu Estatuto, resolve:

Art. 1º - Dar publicidade à proposta orçamentária do Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região / Pernambuco - Alagoas - CREF12/PE-AL, devidamente aprovada, para o exercício financeiro de 2016, que estima a receita em R$ 4.518.950,61 (Quatro milhões, quinhentos dezoito mil, novecentos e cinquenta reais e sessenta e um centavos) e fixa sua despesa em igual importância, conforme a Lei nº 4.320/1964.

Art. 2º - As receitas foram previstas observando o seguinte desdobramento:

6.2.1.1.01 RECEITA CORRENTE R$ 4.468.950,61;

6.2.1.1.01.02 RECEITA - CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CREF12/PE-AL R$ 4.236.380,76;

6.2.1.1.01.04 EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS R$ 122.369,85;

6.2.1.1.01.05 FINANCEIRAS R$ 90.200,00;

6.2.1.1.01.07 OUTRAS DESPESAS CORRENTES R$ 15.000,00;

6.2.1.1.01.08 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$ 5.000,00;

6.2.1.1.02 RECEITA DE CAPITAL R$ 50.000,00;

6.2.1.1.02.05 TRANSFERENCIA DE CAPITAL R$ 50.000,00;

TOTAL RECEITA R$ 4.518.950,61.

Art. 3º - As despesas foram fixadas em observância ao seguinte desdobramento:

6.2.2.1.01.01 DESPESA CORRENTE R$ 4.396.497,80;

6.2.2.1.01.02 DESPESA DE CAPITAL R$ 68.000,00;

6.2.2.2.01.01 RESERVA PARA CONTINGENCIAS R$ 54.452,81;

TOTAL DESPESA R$ 4.518.950,61.

Art. 4º - Para abertura de créditos adicionais, conforme estabelecido no Título V da Lei Federal 4.230/64 será exigida, obrigatoriamente, a indicação das fontes de recurso, ficando a Presidente autorizada a abrir créditos suplementares até o limite de 50%(cinquenta por cento) do total do orçamento.

§1º - Apurando-se superávit financeiro em exercícios anteriores, fica a Presidente autorizada a abrir créditos suplementares superiores ao limite estabelecido no caput deste artigo na rubrica 6.2.2.2.01.01 - Reserva para Contingências.

§2º - Apurado superávit financeiro em exercícios anteriores, fica a Presidente autorizado a abrir créditos especiais até o limite do somatório deste.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor nesta data, revigorando as disposições em contrário.

Esta Resolução, em seu inteiro teor, encontra-se disponível na página eletrônica do CREF-12 PE/AL, www.cref12.org.br.

NADJA REGUEIRA HARROP

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA
13ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 72, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a publicidade da proposta orçamentária do exercício de 2016 do Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região - CREF13/BA-SE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO - CREF13/BA-SE, no uso de suas atribuições estatutárias, CONSIDERANDO os princípios constitucionais da moralidade, legalidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da CF/88; CONSIDERANDO os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal; CONSIDERANDO o disposto no art. 31, IX, do Estatuto do CREF13/BA-SE; CONSIDERANDO a deliberação tomada em Reunião Plenária do CREF13/BA-SE realizada em 04 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1° - Dar publicidade ao orçamento do CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO - CREF13/BA-SE, devidamente aprovado, para o exercício financeiro de 2016, que estima a receita em R$ 3.939.641,20 (três milhões, novecentos e trinta e nove mil e seiscentos e quarenta e um reais e vinte centavos) e fixa sua despesa em igual importância, conforme a Lei nº 4.320/1964.

Art. 2°- As receitas foram previstas observando o seguinte desdobramento.

Receita Corrente	R$ 3.939.641,20
Receita - Conselho Regional de Educação Física - CREF13/BA-SE	R$ 3.579.641,20
Exploração de Serviços	R$ 10.000,00
Financeiras	R$ 350.000,00
Total da Receita	R$ 3.939.641,20

Art. 3º - As despesas foram fixadas em observância ao seguinte desdobramento:

DESPESA CORRENTE	R$ 3.459.641,20
DESPESAS DE CAPITAL	R$ 480.000,00
TOTAL DA DESPESA	R$ 3.939.641,20

Art. 4º - Para a abertura de créditos adicionais, conforme estabelecido no Título V da Lei Federal 4.230/64, será exigida, obrigatoriamente, a indicação das fontes de recursos, ficando o Presidente autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total deste orçamento. Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

PAULO CÉSAR VIEIRA LIMA

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
4ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

Aprova o orçamento-programa do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região para o exercício de 2016.

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região (CREFITO-4), no uso de suas atribuições, especialmente aquelas que lhe conferem os incisos VIII e XV do artigo 7º da Lei Federal nº 6.316, de

17 de dezembro de 1975, e cumprindo deliberação do colegiado em sua 89ª reunião plenária ordinária, realizada no dia 4 de dezembro de 2015, na sede da autarquia, situada no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º Aprovar o orçamento-programa do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região para o exercício de 2016, conforme resumo constante do Anexo Único desta resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON LUÍS COELHO
Presidente do Conselho

HERMANN ALECSANDRO RODRIGUES
Diretor-Tesoureiro

ANEXO ÚNICO
RESUMO DO ORÇAMENTO-PROGRAMA DO CREFITO-4 PARA O EXERCÍCIO DE 2016

RECEITA	PARCIAL	TOTAL	DESPESA	PARCIAL	TOTAL
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	10.131.000,00		DESPESAS DE CUSTEIO	8.535.000,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	521.000,00		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.315.000,00	10.850.000,00
RECEITA FINANCEIRA	696.000,00		DESPESAS DE CAPITAL		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.000,00	11.400.000,00	INVESTIMENTOS	450.000,00	
			INVERSÕES FINANCEIRAS	100.000,00	550.000,00
TOTAL DAS RECEITAS		11.400.000,00	TOTAL DAS DESPESAS		11.400.000,00

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

Aprova a primeira reformulação orçamentária do exercício de 2015 do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região.

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região (CREFITO-4), no uso de suas atribuições, especialmente aquelas que lhe conferem os incisos VIII e XV do artigo 7º da Lei Federal nº 6.316, de

17 de dezembro de 1975, e cumprindo deliberação do colegiado em sua 89ª reunião plenária ordinária, realizada no dia 4 de dezembro de 2015, na sede da autarquia, situada no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º Aprovar a primeira reformulação orçamentária do exercício de
2015 do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região, conforme resumo constante do Anexo Único desta resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON LUÍS COELHO
Presidente do Conselho

HERMANN ALECSANDRO RODRIGUES
Diretor-Tesoureiro

ANEXO ÚNICO
RESUMO DA 1ª REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE
2015 DO CREFITO-4

RECEITA	PARCIAL	TOTAL	DESPESA	PARCIAL	TOTAL
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	8.609.000,00		DESPESAS DE CUSTEIO	7.552.000,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	732.000,00		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.090.000,00	9.642.000,00
RECEITA FINANCEIRA	793.000,00		DESPESAS DE CAPITAL		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.000,00	10.150.000,00	INVESTIMENTOS	428.000,00	
			INVERSÕES FINANCEIRAS	80.000,00	508.000,00
TOTAL DAS RECEITAS		10.150.000,00	TOTAL DAS DESPESAS		10.150.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
11ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2015

Aprova o Orçamento-Programa do CREFITO11 para o exercício de 2016.

O Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VIII e XV do artigo 7º, da Lei nº 6.316, de 17 de setembro de 1975, e cumprindo deliberação unânime da Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2015, na sede do CREFITO 11, situado no SRTVS Quadra 701, Ed. Palácio do Rádio I, Bloco I, sala 310- Brasília-DF, resolve:

Art. 1º Aprovar o orçamento-programa para o exercício de 2016 do CREFITO 11, cujo resumo está publicado no Anexo I integrante desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Diretor-Secretário

BRUNO METRE FERNANDES
Presidente do Conselho

ANEXO I

RESUMO DO ORÇAMENTO-PROGRAMA DO CREFITO 11 PARA O EXERCÍCIO DE 2016

	RECEITA	DESPESA
RECEITAS E DESPESAS CORRENTES	5.695.000,00	5.105.000,00
RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL		590.000,00
T O T A L	5.695.000,00	5.695.000,00




CERTIFICAÇÃO DIGITAL
Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.
CONFERE COM O ORIGINAL



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015121600140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.